



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**Atas de Comissões Temporárias**

---

**ANO LXVIII – SUP. “C” AO Nº 212 – QUINTA, 19, SEXTA, 20, SÁBADO, 21 E TERÇA, 24 DE DEZEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL \*

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)  
**2ª SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)

**3º SECRETÁRIO**  
Ciro Nogueira - (PP-PI)  
**4º SECRETÁRIO**  
João Vicente Claudino - (PTB-PI)  
**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**  
**1º** - Magno Malta - (PR-ES)  
**2º** - Jayme Campos - (DEM-MT)  
**3º** - João Durval - (PDT-BA)  
**4º** - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

\* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (64,67)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 21</b> <b>Eunício Oliveira</b> (64,67) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> (69) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p><b>Líder do PSD - 1</b> <b>Sérgio Petecão</b> (84,87)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b> (76)</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Dias - Bloco</b> (24,70,91)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,66,100) Rodrigo Rollemberg (68,99) Inácio Arruda (89,93)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 12</b> <b>Wellington Dias</b> (24,70,91) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (101)</p> <p><b>Líder do PDT - 5</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49,55,66,100) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Rodrigo Rollemberg</b> (68,99) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,81)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 2</b> <b>Inácio Arruda</b> (89,93) Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,90)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (18,78)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Mário Couto - Bloco</b> (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (97,112) Cyro Miranda (31,95)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b> <b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (72) Alvaro Dias (75) Paulo Bauer (5,35,73,77)</p> <p><b>Líder do DEM - 3</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,79) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (97,112)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 13</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,65,98,109)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 7</b> <b>Gim</b> (56,58,59)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Alfredo Nascimento</b> (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48,80)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (37,45,65,98,109)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p><b>SDD - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Vicentinho Alves - SDD</b> (42,54,71,111)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## EXPEDIENTE

<p><b>Antônio Helder Medeiros Rebouças</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial</p>	<p><b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários <b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA</b>		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS		
1.1.1 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal .....	4	
Ata da 10ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2013 .....	4	
Ata da 11ª Reunião, realizada em 5 de novembro de 2013.....	20	
Ata da 12ª Reunião, realizada em 12 de novembro de 2013.....	38	
1.1.2 – Comissão Externa destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco ....	58	
Ata da 7ª Reunião, realizada em 12 de junho de 2013.....	58	
1.1.3 – Comissão Interna destinada a atualizar e modernizar a Lei nº 8.666/1993 .....	60	
Ata da 6ª Reunião, realizada em 2 de setembro de 2013 .....	60	
Ata da 7ª Reunião, realizada em 5 de dezembro de 2013 .....	96	
Ata da 8ª Reunião, realizada em 12 de dezembro de 2013.....	116	
1.1.4 – Comissão Interna destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236/2012, que reforma o Código Penal Brasileiro .....		124
Ata da 15ª Reunião, realizada em 5 de novembro de 2013.....		124
Ata da 16ª Reunião, realizada em 10 de dezembro de 2013.....		126
Ata da 17ª Reunião, realizada em 17 de dezembro de 2013.....		133
1.1.5 – Comissão Interna destinada a debater e propor soluções para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.....		154
Ata da 9ª Reunião, realizada em 11 de setembro de 2013 .....		154
Ata da 10ª Reunião, realizada em 10 de dezembro de 2013.....		159
1.1.6 – Comissão Interna destinada a analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento .....		161
Ata da 6ª Reunião, realizada em 6 de novembro de 2013 .....		161
Ata da 7ª Reunião, realizada em 13 de novembro de 2013.....		179
Ata da 8ª Reunião, realizada em 20 de novembro de 2013.....		203
1.1.7 – Comissão Externa destinada a realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984) .....		220
Ata da 10ª Reunião, realizada em 19 de novembro de 2013.....		220
Ata da 11ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2013.....		232

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,  
CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO  
Nº 811, DE 2013, DESTINADA A INVESTIGAR  
A DENÚNCIA DE EXISTÊNCIA DE UM SISTEMA  
DE ESPIONAGEM ESTRUTURADO PELO  
GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS COM  
O OBJETIVO DE MONITORAR EMAILS,  
LIGAÇÕES TELEFÔNICAS, DADOS DIGITAIS,  
ALÉM DE OUTRAS FORMAS DE CAPTAR  
INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS  
OU PROTEGIDAS PELA CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL**

**ATA DA 10ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2013, às 15 horas e 29 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho. Ocorrida sob a Presidência da Senadora **Vanessa Grazziotin (PCdoB)** e com a presença dos Senadores **Roberto Requião (PMDB/PR)**, **Sérgio Petecão (PSD/AC)**, **Eduardo Suplicy (PT/SP)**, **Pedro Taques (PDT/MT)**, **Eduardo Amorim (PSC/SE)** e **Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Ricardo Ferraço (PMDB/ES)**, **Benedito de Lira (PP/AL)**, **Walter Pinheiro (PT/BA)** e **Aníbal Diniz (PT/AC)**. Na ocasião, foram aprovados os seguintes requerimentos:

39 / 2013	Requer informações ao Diretor-Geral do Senado Federal acerca da proteção às comunicações desta instituição, no prazo de cinco dias úteis.	Sen. Ricardo Ferraço
40 / 2013	Convida o Senhor General-de-Divisão Santos Guerra, Comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército Brasileiro (CCOMGEX) para Audiência Pública.	Sen. Ricardo Ferraço
41 / 2013	Convida o sr. Hartmut Richard Glaser, Secretário-Executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil, para audiência pública.	Sen. Vanessa Grazziotin
42 / 2013	Requer sejam autorizados os seguintes servidores para acompanhar as diligências desta CPI: - Kaliana Puppi Kalache, mat. 253938; e - Verner de Miranda Pereira, mat. 244809.	Sen. Vanessa Grazziotin
43 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente da FIOCRUZ sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
44 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente da ANATEL informações sobre: 1 - detalhamento das outorgas de serviços limitados privados concedidas a representações diplomáticas estabelecidas no Brasil, discriminadas por país, local e especificação das estações implantadas. 2 - procedimentos seguidos pela ANATEL para a outorga de tais serviços e implantação de estações; 3 - sistemática seguida pela ANATEL para fiscalizar o uso de tais serviços.	Sen. Vanessa Grazziotin
45 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Diretor-Geral da ABIN sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
46 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente da CHESF sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias	Sen. Vanessa Grazziotin

	úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	
47 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente da ELETRONUCLEAR sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
48 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente da ELETROBRAS sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
49 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente da ELETRONORTE sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de	Sen. Vanessa Grazziotin



	Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	
50 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente de FURNAS sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
51 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente de ITAIPU-BINACIONAL sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
52 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente do ONS sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais	Sen. Vanessa Grazziotin

	<b>dispositivos?</b>	
53 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, a Exma. Sra. Presidente da PETROBRAS sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
54 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente do INPE sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
55 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente do INPI sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
56 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente do STF sobre as ações	Sen. Vanessa

	para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Grazziotin
57 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente do STJ sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
58 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente do TST sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
59 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente da ANVISA sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita	Sen. Vanessa Grazziotin



	informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	
60 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente da EMBRAPA sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
61 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente da ANATEL sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
62 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente da CEF sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b)	Sen. Vanessa Grazziotin

	Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	
63 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Brasil sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
64 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente da ANP sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
65 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente do TSE sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a	Sen. Vanessa Grazziotin



	empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	
66 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente do BNDES sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
67 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Presidente da ECT sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
68 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin
69 /	Requer sejam solicitadas informações, ao	Sen.

2013	Exmo. Sr. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Vanessa Grazziotin
70 / 2013	Requer sejam solicitadas informações, ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de: 1 - criptografia: a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema? b) Qual o sistema utilizado? 2 - Segurança de Informação: a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados? b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?	Sen. Vanessa Grazziotin

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 10ª Reunião da comissão parlamentar de inquérito criada, nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, para tratar de questões relativas à espionagem envolvendo órgãos e empresas do Governo brasileiro, inclusive a própria Presidência da República.

Quero agradecer a presença do Senador Requião.

Antes de mais nada, Senador, quero registrar que nós estamos realizando esta reunião sem a presença do nosso Relator, que se encontra na Suécia, em uma missão especial, representando o Senado e a Comissão de Relações Exteriores. Está acompanhando representantes do Ministério da Defesa do Brasil, bem como Deputados Federais que compõem a Comissão de Relações Exteriores daquela Casa.

Acertamos com o Relator que, na sua ausência, não faríamos nenhuma audiência pública, mas tão somente uma reunião administrativa para aprovar alguns requerimentos importantes, necessários ao bom andamento dos nossos trabalhos.

Eu gostaria de informar que já recebemos algumas respostas a questionamentos feitos pela CPI, outras, estamos aguardando. Importante destacar que a Anatel tem colaborado bastante com a CPI, já recebemos o primeiro documento relativo às torres de informação, que foi encaminhado pela Embaixada dos Estados Unidos, estamos aguardando o de outros países, para que possamos fazer uma avaliação, um estudo. Só relembrando aqui que são mais de 800 torres somente da Embaixada norte-americana instaladas no Brasil, algumas fixas, e outras, móveis.

E, nesse momento, então, passo a ler rapidamente os requerimentos, aqueles que forem de conteúdo semelhante. Lerei todos e votaremos em bloco.

#### **REQUERIMENTO Nº 39, DE 2013**

**Requeiro que seja solicitado que o Diretor-Geral do Senado Federal preste a esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem as seguintes informações:**



1) Que sistemas de proteção o Senado Federal utiliza para resguardar o sigilo das comunicações realizadas pelos seguintes meios:

a) aparelhos de telefonia celular móvel institucionais;

b) aparelhos telefônicos fixos;

c) mensagens eletrônicas pela internet (e-mail)?

2) Como o Senado Federal resguarda a integridade das bases de dados do Prodasen? Quais medidas de segurança são adotadas para defender os dados armazenados dos frequentes ataques enfrentados?

3) No sistema de proteção das comunicações do Senado Federal, quais as competências da Polícia Legislativa e do Prodasen?

Requeiro ainda que as informações solicitadas sejam encaminhadas até o dia 28 de outubro próximo.

**Autoria:** Senador Ricardo Ferraço

O Requerimento data de 10 dias antes, então, damos um prazo – mudamos o prazo, porque dia 28 de outubro já passou, hoje, estamos no dia 30 de outubro – de cinco dias úteis para a resposta.

#### REQUERIMENTO N° 40, DE 2013

**Requeiro, nos termos do art. 58, §§2° e 3°, da Constituição Federal, combinado com o art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), do Governo norte-americano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo.**

*Com esse propósito, convida-se S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. General-de-Divisão Santos Guerra, Comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército Brasileiro (CCOMGEX), para prestar as informações necessárias às investigações desta CPI.*

**Autoria:** Senador Ricardo Ferraço  
Segue a justificação.

#### REQUERIMENTO N° 41, DE 2013

**Requeiro, nos termos do art. 58, §§ 2° e 3°, da Constituição Federal, combinado com o art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela**

**Agência de Segurança Nacional (NSA), do Governo norte-americano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo.**

*Com esse propósito, convida-se S. Sr<sup>a</sup>, o Sr. Hartmut Richard Glaser, Secretário-Executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGLbr).*

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

Requerimento também da nossa autoria apenas para confirmar... Já tivemos alguém da CGI? (Pausa.)

Ah, ele já participou. Perfeitamente.

#### REQUERIMENTO N° 42, DE 2013

**Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam autorizados os seguintes servidores para acompanhar as diligências desta Comissão Parlamentar de Inquérito:**

– Kaliana Puppi Kalache, matrícula nº 253938; e

– Verner de Miranda Pereira, matrícula 244809.

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

Esclarecendo, Kaliana é assessora parlamentar do gabinete do Senador Ferraço, Relator, e Verner, assessor parlamentar do meu gabinete.

Em votação, já que o Senador Petecão chegou, o Requerimento nº 42, para que os servidores acompanhem as diligências.

Em discussão.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senadora?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Acho que poderíamos votar em bloco.

Estamos numa reunião administrativa e estabelecemos um consenso em relação ao conjunto de requerimentos que estão sobre a mesa. Eles têm a concordância de todos os membros da CPI. Estamos só com a dificuldade causada pela viagem à Suécia do Relator, do Senador Pedro Taques, mas a votação em bloco viabilizaria economia processual.

Eu só adiantaria a V. Ex<sup>a</sup> algumas das medidas tomadas pelo Senado para proteção do nosso sistema de informática.

Por observação própria, o nosso sistema é tão precário, é tão ruim, tão difícil de acessar, que eu acho que se torna praticamente impossível a espionagem, uma vez que nem mesmo nós temos condições de usá-lo.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Requião.

Seguindo a orientação de V. Ex<sup>a</sup>, que a Mesa acata de imediato, vou continuar.

Já fizemos a leitura dos Requerimentos nºs 39 a 42. Agora, seguirei na leitura dos demais, seguindo a ordem de numeração.

#### REQUERIMENTO Nº 43, DE 2013

**Requer, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e dos arts. 148 e 149 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), as seguintes informações:**

1 – detalhamento das outorgas de serviços limitados privados concedidos a embaixadas e consulados estabelecidos no Brasil, discriminadas por país credenciado e por local, com especificação da quantidade das estações implantadas;

2 – procedimentos seguidos pela Anatel para a outorga de tais serviços e implantação de estações;

3 – sistemática seguida pela Anatel para fiscalizar o uso de tais serviços e de tais estações, que são as antenas.

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO Nº 44, DE 2013

**Com base no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam solicitadas do Diretor da Receita Federal do Brasil informações acerca das ações da Receita Federal para minorar a possibilidade de ataques virtuais e digitais às suas atividades, especificamente sobre:**

1 – Criptografia.

a) Qual a empresa que desenvolveu o referido sistema?

b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

a) Quais os dispositivos de segurança das informações utilizados?

b) Qual ou quais as empresas que fornecem tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

Esse Requerimento de nº 44 é para a Receita Federal do Brasil.

Em seguida, temos Requerimentos de igual teor para o Ministério de Minas e Energia, Petrobras, Operadora Nacional do Sistema Elétrico Brasileiro (ONS), Itaipu Binacional, Furnas, Eletronuclear, Centrais Elétricas do Brasil, Eletronorte, Eletrobrás, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Anatel, ANP, Anvisa, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal,

BNDES, Correios, Departamento de Polícia Federal, Ministério da Justiça, Embrapa, Fiocruz, Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), além do Supremo Tribunal Federal (STF), TST, STJ e TSE.

Todos os requerimentos têm o mesmo objetivo, questionam a segurança das informações.

Concluído os nossos requerimentos, coloco todos os requerimentos em bloco em votação.

Primeiro, em discussão os requerimentos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. Quem concorda com os requerimentos, permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

*(São os seguintes os requerimentos aprovados:*

#### REQUERIMENTO Nº , DE 2013

**Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Fiocruz sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:**

1 – Criptografia:

a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?

b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO Nº 69, DE 2013

**Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:**

1 – Criptografia:

a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?

b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO N° 46, DE 2013

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Chesf sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?

b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO N° 47, DE 2013

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Eletronuclear sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?

b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO N° 48, DE 2013

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Eletrobras sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques

virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?

b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO N° 49, DE 2013

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeira que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Eletronorte sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?

b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO N° 50, DE 2013

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente de Furnas sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?

b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO N° 51, DE 2013

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente de Itaipu-Binacional sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

- a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?
- b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO N° 52, DE 2013

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente do ONS sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

- a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?
- b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO N° 53, DE 2013

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Presidente da Petrobras sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita infor-

mações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

- a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?
- b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO N° 54, DE 2013

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente do Inpe sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

- a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?
- b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO N° 55, DE 2013

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeira que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente do INPI sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

- a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?
- b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin



**REQUERIMENTO N° 56, DE 2013**

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente do STF sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?

b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

**REQUERIMENTO N° 57, DE 2013**

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente do STJ sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?

b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

**REQUERIMENTO N° 58, DE 2013**

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente do TST sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?

b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

**REQUERIMENTO N° 59, DE 2013**

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Anvisa sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1 – Criptografia:

a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?

b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

**REQUERIMENTO N° 60, DE 2013**

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeira que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Embrapa sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:

1- Criptografia:

a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?

b) Qual o sistema utilizado?

2 – Segurança de Informação:

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

**REQUERIMENTO N° 61, DE 2013**

Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que

**sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Anatel sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:**

**1 – Criptografia:**

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

**2 – Segurança de Informação:**

- a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?
- b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### **REQUERIMENTO N° 62, DE 2013**

**Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente da CEF sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:**

**1 – Criptografia:**

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

**2 – Segurança de Informação:**

- a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?
- b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### **REQUERIMENTO N° 63, DE 2013**

**Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente do Banco do Brasil sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:**

**1 – Criptografia:**

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

**2 – Segurança de Informação:**

- a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?
- b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### **REQUERIMENTO N° 64, DE 2013**

**Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Presidente da ANP sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:**

**1 – Criptografia:**

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

**2 – Segurança de Informação:**

- a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?
- b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### **REQUERIMENTO N° 65, DE 2013**

**Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Presidente do TSE sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:**

**1 – Criptografia:**

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

**2 – Segurança de Informação:**

- a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?
- b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### **REQUERIMENTO N° 66, DE 2013**

**Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que**

**sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente do BNDES sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:**

*1 – Criptografia:*

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

*2 – Segurança de Informação:*

- a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?
- b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO N° 67, DE 2013

**Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente do ECT sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:**

*1 – Criptografia:*

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

*2 – Segurança de Informação:*

- a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?
- b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO N° 68, DE 2013

**Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro de Minas e Energia sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:**

*1 – Criptografia:*

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

*2 – Segurança de Informação:*

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

#### REQUERIMENTO N° 70, DE 2013

**Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero que sejam solicitadas informações ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Justiça sobre as ações para minorar a possibilidade de ataques virtuais/digitais às atividades do Governo brasileiro. Para isso, esta CPI solicita informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o uso de:**

*1 – Criptografia:*

- a) Qual empresa desenvolveu o referido sistema?
- b) Qual o sistema utilizado?

*2 – Segurança de Informação:*

a) Quais os dispositivos de segurança de informação utilizados?

b) Qual a empresa ou empresas que forneceram tais dispositivos?

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin.)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Coloco também em votação as Atas das 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> Reuniões, solicitando a dispensa da leitura das mesmas.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação as Atas das 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> Reuniões. (Pausa.)

Aprovadas.

Feito dessa forma, concluímos a aprovação dos nossos requerimentos, lembrando que o prazo para a resposta de todos é de cinco dias úteis a partir do recebimento pelo órgão a quem está sendo dirigido o requerimento.

Comunico que tivemos uma conversa muito produtiva com representantes de vários Ministérios, expedimos alguns ofícios, entre eles a solicitação de apoio de alguns Ministérios, como o Ministério da Justiça, que já está nos apoiando, o Ministério da Ciência e Tecnologia e a própria Presidência da República.

Então, nada mais havendo a tratar, encerramos a presente reunião, agradecendo a audiência de todos.

(Iniciada às 15 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 40 minutos.)

Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 811, DE 2013, DESTINADA A INVESTIGAR A DENÚNCIA DE EXISTÊNCIA DE UM SISTEMA DE ESPIONAGEM ESTRUTURADO PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS COM O OBJETIVO DE MONITORAR EMAILS, LIGAÇÕES TELEFÔNICAS, DADOS DIGITAIS, ALÉM DE OUTRAS FORMAS DE CAPTAR INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS OU PROTEGIDAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

**ATA DA 11ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião, realizada em 5 de novembro de 2013, às 14 horas e 45 minutos, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa. Ocorrida sob a Presidência da Senadora **Vanessa Grazziotin**

(PCdoB/AM) e com a presença dos Senadores **Ricardo Ferraço (PMDB/ES)**, **Benedito de Lira (PP/AL)**, **Sérgio Petecão (PSD/AC)**, **Pedro Taques (PDT/MT)**, **Eduardo Suplicy (PT/SP)** e **Lídice da Mata (PSB/BA)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Roberto Requião (PMDB/PR)**, **Walter Pinheiro (PT/BA)**, **Aníbal Diniz (PT/AC)**, **Eduardo Amorim (PSC/SE)**, **Eunício Oliveira (PMDB/CE)** e **Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)**. Na ocasião, ocorreu audiência pública com os seguintes convidados: Ari Sérgio Perri Falarini, Diretor de Operações da Telefônica Vivo; Nelson de Sá, Diretor da TIM; Ivan Campagnoli, Diretor da Claro S.A.; e Marcos Augusto Mesquita Coelho, Diretor de Relações Institucionais da Oi S.A.

Foram aprovados os seguintes requerimentos: 71 e 72.

71 /2013	Solicita informações ao Senhor Diretor Geral da Agência Brasileira de Inteligência sobre a denúncia publicada pela imprensa sobre a possível remessa ilegal de informações pelo agente brasileiro a membros da agência norteamericana de informações a CIA.	Sen. Vanessa Grazziotin
72 /2013	Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre as outorgas de serviços limitados privados de telecomunicações concedidas às embaixadas e aos consulados do Brasil estabelecidos no exterior, discriminadas por país e por local, com especificação da quantidade de estações e antenas implantadas, se houver.	Sen. Vanessa Grazziotin



**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Está aberta a reunião da Comissão de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, destinada a investigar denúncias relativas a espionagem. Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a presença dos seguintes convidados:

Sr. Ari Sergio Perri Falarini, que é Diretor de Operação e Manutenção da Rede Viva. Eu o convido já para que componha a Mesa conosco.

Sr. Ivan Campagnoli, Diretor de Redes e Engenharia da Claro.

Sr. Marcos Augusto Mesquita Coelho, Diretor de Relações Institucionais da Oi.

Estivemos, semana passada, em outra audiência pública discutindo a comunicação na Amazônia.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** (*Fora do microfone.*) – Na Região Norte.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente.

Convido para compor a Mesa, também, o Sr. Nelson de Sá, que é Diretor de Segurança e Informação da TIM.

De acordo com o Regimento, a gente dispõe de um tempo de até 20 minutos para os nossos convidados.

Só peço encarecidamente que não seja ultrapassado o tempo por conta de que às 16h começaremos a Ordem do Dia.

Vamos passar a palavra aos senhores que aqui representam as empresas de telecomunicações que operam no Brasil. Nós os convidamos, foi um convite que encaminhamos a todos, porque, de todos os fatos que estão sendo divulgados não só no Brasil, mas no mundo inteiro, muitos deles dão conta de que poderia haver uma participação direta das empresas de telecomunicações nessas ações ilegais promovidas pela NSA no sentido de coletar conteúdos, não só metadados, mas também conteúdos que atingem não só lideranças mundiais, mas, de forma até genérica, todo o mundo. Então, nós convidamos as empresas para que, perante a CPI, pudessem se expressar e falar suas versões.

O Relator... Nós não marcamos audiência com as empresas de internet porque tivemos uma audiência pública com todas na Comissão de Relações Exteriores, mas se V. Exª achar que é necessário que ouçamos também as empresas no âmbito da CPI, poderemos marcar sem nenhum problema.

Mas antes de passar a palavra aos nossos convidados eu quero passar a palavra...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Podemos ouvi-los. Vamos ouvi-los.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Podemos, não é? Então, vamos marcar a audiência pública, os requerimentos já estão todos aprovados, basta apenas que marquemos a audiência pública.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, quero apenas informar que temos, depois, alguns requerimentos a serem apreciados, assim como nós recebemos também respostas de alguns requerimentos que apresentamos, entre eles respostas da Anatel em relação a um tema que tem sido alvo de uma polêmica nesses últimos dias pela imprensa. Solicitamos da Anatel informações acerca das embaixadas que têm estações de comunicação de rádio, no Brasil, quais embaixadas teriam e a quantidade de cada uma.

E hoje nós recebemos o complemento das informações, o que fecha o quadro. E a informação é de que, no Brasil, são quatro embaixadas – essa é uma informação da Anatel, repito –, são quatro embaixadas que solicitaram e têm autorização de antenas: a Embaixada do Chile, que dispõe de duas estações portáteis; a Embaixada da França, que dispõe de cinco estações; a Embaixada da Romênia, que tem 20; e a Embaixada dos Estados Unidos, que tem 841 estações, algumas fixas, não só em Brasília, mas em outras capitais brasileiras, e várias móveis. Essas são as informações de que nós dispomos, com mais detalhes, obviamente, que não carecem, aqui, serem informados.

Mas, antes de passar a palavra aos convidados, eu passo a palavra ao nosso Relator, que acaba de chegar de uma importante missão, a que foi como representante do Senado e Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Foi uma importante viagem para tratar de assuntos de defesa nacional.

Com a palavra V. Exª, Senador Ferraço, antes dos nossos convidados.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Srª Presidente, por economia processual, eu sugiro que nós possamos ouvir de imediato os nossos convidados para que, em seguida, nós possamos fazer os nossos questionamentos.

Ou V. Exª prefere que vamos direto aos questionamentos?

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não. Eu nem sei se eles usarão os 20 minutos, cada um, mas V. Exª que sabe. Eu tenho prioridade para fazer os questionamentos.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu penso que nós deveríamos ouvir os nossos convidados, as suas observações preliminares e, em seguida, nós dirigiríamos os nossos questionamentos.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não.

Eu passo a palavra, então – pode ser aqui pela ordem? –, ao representante da TIM? Pode ser assim?

Então, vamos lá.

Dr. Nelson de Sá.

Terá apresentação?

Está tudo no ponto aí já? (*Pausa.*)

Só falta aparecer.

Pronto.

**O SR. NELSON DE SÁ** – Boa tarde, Ex<sup>ma</sup> Senadora Presidente desta Comissão, Vanessa Grazziotin; Ex<sup>mo</sup> Relator, Ricardo Ferraço, e colegas da Mesa.

Trago os cumprimentos do Presidente da TIM, Rodrigo Abreu, a esta Comissão.

Para a empresa, que tem em seu DNA a transparência e a segurança tecnológica, é uma grande oportunidade vir mostrar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela companhia para garantir aos usuários a segurança dos seus dados.

Tenho uma apresentação enxuta, dado que muito já foi explicado e dito por todos que por aqui já passaram.

Começo a minha apresentação, citando a Constituição Federal:

Art. 5º .....

.....

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. Na Lei da Interceptação, “Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo de Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.”

Portanto, para a TIM, à Constituição Federal e à Lei da Interceptação não cabem interpretações e devem ser seguidas à risca.

Inviolabilidade da informação.

Citando o Ministro Paulo Bernardo, “o que está na Constituição deve ser cumprido também na internet. Um *e-mail* tem de ser inviolável como uma carta é inviolável”.

Resumindo, espionagem é crime, pois ela é uma interceptação sem autorização, e nenhum criminoso vai cometer um crime, deixando nome e telefone para contato. Portanto, a TIM investe em ativos e produtos para se antecipar a estas ações ilícitas.

Falando sobre provedores e segurança, para classificar a atuação da TIM, as teles são provedoras de

acesso à internet, responsáveis pela construção das vias para tráfego de dados e voz na rede.

Os provedores de aplicação são empresas que oferecem seus serviços, utilizando as vias construídas pelos provedores de acesso.

Diante disso, a TIM age estritamente de acordo com a lei e não mantém nenhum tipo de parceria com órgãos estrangeiros para a realização de escuta telefônica e acesso a dados privados dos seus clientes.

A TIM preserva integralmente as informações e os sigilos dos seus usuários, salvo mediante ordem judicial, na forma da lei brasileira.

Diferentemente dos provedores internacionais de aplicação, a TIM, como todo o mercado de telecom, está sujeita exclusivamente às leis brasileiras. A companhia armazena todas as informações dos usuários no Brasil, em seus *data centers*, sob os rígidos controles de segurança. Exemplo de como a TIM observa esses preceitos é o acordo fechado com esta Casa para a CPI da Pedofilia, na qual a TIM foi a primeira a assinar o termo de compromisso que tem ajudado o País a combater esse crime.

A TIM investe em *data centers* para segurança, estabilidade e garantia da disponibilidade dos dados. Os *data centers* da companhia estão entre o maiores da América Latina, resultantes de grandes investimentos em infraestrutura, planejados para se tornarem grandes polos tecnológicos.

De 2012 para 2013, o incremento de investimento em segurança tecnológica foi da ordem de 80% para suportar as novas tecnologias 4G, que são basicamente uma rede de dados. Os sistemas de operação e suporte possuem acessos restritos, protegidos e rastreáveis. Os sistemas de gestão de dados pessoais, assim como a interceptação legal, são passíveis de auditoria e fiscalização pela Anatel.

Nós, empresa TIM, somos uma referência no mercado e mantemos a vanguarda tecnológica usando produtos de última geração de segurança. A TIM dispõe de uma arquitetura de um SOC (Security Operation Center), localizado em São Paulo, instalado neste polo tecnológico, que é referência em segurança tecnológica para o mercado e é reconhecido em seu meio como o melhor. Temos um time de funcionários próprios que trabalha 24/7 garantindo a segurança dos nossos sistemas e consequentemente da internet brasileira. Somos homologados, reconhecidos como CSIRT (Computer Security Incident Response Team) para o tratamento de incidentes de internet da TIM e do Brasil. Temos os melhores produtos do mercado mundial para detecção e combate a ataques. Temos um segundo time, que efetua constantes *pen tests*, testes de invasão, e analisa todos os aplicativos que são

colocados em funcionamento na empresa, buscando preventivamente fragilidades.

Voltando à figura anterior, por favor, a tecnologia que implementamos trabalha esquematicamente nesta figura, onde temos todo o mundo externo para entrar na nossa rede protegido por algumas camadas de produtos e serviços que fazem a segurança da empresa. A diferença entre esse desenho conceitual e o segundo é que o segundo é um clássico, e eu vou tentar explicar a vocês como é feita essa tecnologia de segurança da empresa.

Por favor, o próximo.

Nós temos uma plataforma, num primeiro nível, que fica ligada à rede, onde há os melhores equipamentos mundiais instalados. Ela é a base de uma infraestrutura de controle de acessos e proteções primárias. Num segundo nível, nós temos uma plataforma de monitoração, que faz a leitura de todos os incidentes que podem ocorrer de um acesso indevido, de uma tentativa indevida à nossa rede. E, numa plataforma evolutiva, nós temos um correlacionador de eventos, que nada mais é do que ficar lendo manualmente todos os *logs* da empresa e correlacionando para algum incidente. E, se constatado algum incidente, esse incidente é acionado para sua correção e automaticamente, por sermos um CSIRT, isso é comunicado em nível de incidente.

Basicamente a minha apresentação é essa e fica aqui o convite a esta CPI e a V. Ex<sup>as</sup> para uma visita às nossas instalações, no Centro Tecnológico, que é o nosso SOC, que é essa referência, para ver um CSIRT funcionando para a empresa e para o País.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada pela participação, Dr. Nelson.

Imediatamente passo a palavra ao representante da Claro, Dr. Ivan Campagnolli.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. IVAN CAMPAGNOLLI** – Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos. Como muitos conhecem, a Claro é uma operadora nacional móvel, que se utiliza muito, por ser do mesmo grupo, da infraestrutura de *backbone* nacional da Embratel. Procurei trazer aqui um pouco da diversidade de infraestruturas que estão envolvidas quando a gente trata de garantir sigilo e todo o tema que está em discussão.

Obviamente, desde o início, não há discussão sobre o que regula o assunto no Brasil. Existe uma legislação clara, aplicável, e somos absolutamente rigorosos na aplicação de tudo o que diz respeito à lei, no sentido de garantir privacidade de tudo o que regula. Mas é importante a gente entender os atores

envolvidos e se a gente pode garantir que todos os componentes tenham a mesma segurança.

Pode passar a próxima, por favor.

Aqui, para dar um exemplo para vocês da infraestrutura de fibra ótica da Embratel, que tem cobertura nacional, vai até Manaus, de Manaus tem uma conexão com uma fibra da Oi, temos cabos terrestres nacionalmente que cobrem todo o País e temos cabos que vão para a Europa e cabos que vão para os Estados Unidos. No caso do cabo de que a Embratel tem 50% de propriedade, um cabo chamado Americas II, é um consórcio que opera o cabo submarino e é responsável pela sua manutenção. A Embratel detém mais ou menos 50% desse consórcio.

Também existe um cabo chamado AMX1, que está sendo construído neste momento, cuja propriedade é 100% da Claro e deverá estar operacional a partir do primeiro trimestre do ano que vem.

Também é importante, dentro da estratégia de diversidade, não está representado aqui, mas também temos capacidades compradas em cabos comprados de outras operadoras. Então, o tráfego de dados e voz que vai para a Europa, principalmente o que vai para os Estados Unidos, tem mais duas operadoras da qual a gente compra capacidade.

Então, essa é a estrutura de *backbone* que suporta transporte de dados, voz e imagem.

Pode passar a próxima, por favor.

O nosso cuidado na área de dados significa que nós pegamos todo o tráfego interno, que roda dentro do *backbone* da Embratel. No caso de saída, são 59 *sites* no Brasil. Entregamos esse tráfego em duas cidades, Nova York e Miami, onde temos dois roteadores próprios. A partir desses roteadores, o tráfego é entregue a diversas operadoras nos Estados Unidos.

É importante a gente ressaltar, por exemplo, para quem a gente entrega essas capacidades, os fornecedores com os quais a gente tem contrato. Esse contrato, naturalmente, tem regras de confidencialidade quanto às informações que estão sendo entregues.

Pode passar a próxima, por favor.

No caso de voz, é uma estrutura muito parecida. O tráfego de voz que circula na nossa rede é de cliente Claro que vai para cliente Claro. Obviamente, ele passa 100% por nossa rede, mas se ele tiver o destino de outra operadora, seja nacional, seja internacional, fazemos uma conexão, que chamamos rotas de interconexão, tanto para a parte internacional quanto para a parte nacional. Na parte nacional, temos conexão com todas as operadoras legalmente estabelecidas no País e também, no caso de longa distância, principalmente Estados Unidos, que é o que está se discutindo, temos conexão com todas essas operadoras, em 33 países.



Temos 60 *carriers* em 33 países, obviamente, alguns países têm mais de uma *carrier*.

Do ponto de vista de *roaming* internacional, tanto para voz quanto para dado, são 172 países com os quais temos acordo, com um total de 296 operadoras dentro desses países. Alguns países, muitos, com mais de uma operadora. A gente nunca faz interconexão de *roaming* com uma operadora única por questões de cobertura, qualidade e até mesmo oferta de negociação comercial.

Pode passar a próxima, por favor.

Como o colega da TIM comentou, existe toda uma estrutura de segurança da nossa rede de dados, que é operada e mantida pela estrutura Claro-Embratel. Então, ela cobre o controle físico: quem acessa essa rede, com que perfil e o que ele está autorizado a fazer, quem executa as cópias de segurança que precisam ser feitas, quais atualizações contínuas de *hardware* e *software* têm que ser feitas no caso de proteção, proteção contra ataques externos, resposta a incidentes de segurança, utilização de antivírus, estações e servidores. Essa estrutura toda roda para garantir que, dentro da estrutura Claro-Embratel, todos os dados dos clientes sejam invioláveis, seguros e que não sejam transferidos a terceiros.

Pode passar a próxima, por favor.

Satélite, que é uma questão... Nós temos uma frota que cobre todo o País. A Star One possui seis satélites de comunicação que abrangem, obviamente, todo o Brasil, e também um pedaço da América do Sul, nos diversos tipos de banda, e provê acesso a segmento espacial, seja para TV, que é uma operação muito conhecida, seja para dados, seja para voz, seja para qualquer aplicação que precise de cobertura nacional.

Pode passar a próxima.

A operação do satélite é feita aqui no Brasil. Há uma estação nossa no Rio de Janeiro, chamada Guaratiba. Então, todo o controle do posicionamento espacial do satélite e a permanência na posição orbital é feito aqui no Brasil. E o segmento espacial funciona como se fosse um tubo virtual que é entregue para o cliente, que recebe esse material em um ponto e sobe o conteúdo em outro ponto, onde ele quiser, através da sua antena. Aqui sim ele tem toda a informação que ele quer trafegar, nesse – entre aspas – “tubo virtual”, e todas as proteções, tudo que ele quer proteger do seu dado. Ele é absolutamente transparente. Esse segmento não é monitorado. O que é monitorado é a posição do satélite e se todas as frequências das portadoras estão o.k. e com a potência adequada. Esse é o controle que a gente faz do satélite. Então, a gente procura sempre mostrar aqui o que é o segmento restrito a tráfego interno da rede. Nós temos absoluta

e total segurança em afirmar que os nossos clientes estão protegidos. O que nós temos que ter certeza – e nós somos diligentes – é que todas as conexões que nós temos com outras operadoras sejam com operadoras legalmente estabelecidas e, nesses contratos, as condições de sigilo e confidencialidade estão estabelecidas.

Pode passar a próxima.

Então, era isso que eu queria comentar a respeito de como é que a gente protege e o que trafega, e em que redes.

Obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada ao representante da Claro.

Eu passo agora a palavra ao Dr. Ari Falarini, que representa a Telefônica Vivo. Pois não. Com a palavra, V. Sª.

**O SR. ARI SERGIO PERRI FALARINI** – Boa tarde a todos. Em nome do Presidente Antonio Carlos Valente, gostaria de agradecer a esta Comissão a oportunidade de apresentarmos detalhes sobre a rede da Telefônica Vivo.

Para contextualizar, o grupo Telefônica está presente em 25 países, ou seja, tem uma abrangência em caráter mundial. Tem 300 milhões de clientes, dos quais 40 milhões são de linhas fixas, 19 milhões são de linhas de dados e internet, 238 milhões são de acessos móveis e 5 milhões são de TV por assinatura. É importante contextualizar porque, fazendo minhas as palavras dos colegas que falaram anteriormente, os contratos e os acordos que nós temos de conexão e de interconexão respeitam todos os caracteres de sigilo, proteção de dados, ou seja, toda a legislação vigente, não só no Brasil como também nos países onde nós estamos presentes.

Em termos de capacidade de gerenciamento e de segurança de rede, nós temos, então, uma abrangência nacional, falando aqui primeiramente da rede móvel. Nós temos três centros de operação de rede, *network operation centers*: um aqui em Brasília, um em São Paulo, na Berrini, e outro em Belo Horizonte, onde nós fazemos um gerenciamento e toda a parte de configuração e proteção de dados da nossa rede. A nossa rede também é 100% auditável, ou seja, qualquer acesso a essa rede tem os seus logs, tem os seus registros, e é perfeitamente auditável por nós e por qualquer entidade que assim necessite.

Temos hoje, em termos de terminais móveis, 76 milhões aqui no Brasil, 14 mil *sites*, 29 mil estações móveis, cobrimos uma área que representaria 194 milhões de habitantes, e temos rede 3G em mais de 3.100 localidades e rede 4G já implantada em 69 localidades.

Quando falamos de Telefônica Vivo no aspecto de telefonia fixa, nós somos concessionários no Estado de São Paulo, onde cobrimos 622 Municípios, cerca de 42 milhões de habitantes, temos 1.800 centros telefônicos, 11 milhões de terminais, e aqui eu falo de terminais residenciais, terminais comerciais e telefones públicos, e 3,8 milhões de acessos em banda larga.

E também, para o gerenciamento dessa rede, nós temos um centro de gerência localizado em Santana, na cidade de São Paulo, um outro centro de gerenciamento de plataformas e serviços também na cidade de São Paulo, mas na rua Brigadeiro Galvão, e o centro de configuração de rede de voz na Vila Mariana e um *data center* específico para rede fixa em Alphaville.

E aqui se aplica tudo o que falei para rede móvel. Ou seja, todos esses centros cuidam da gerência, proteção; todos os acessos são logados e auditados.

Em números, falamos, na rede fixa, em termos de 3 bilhões de minutos por mês; de 19 bilhões de minutos por mês na rede móvel; de 7 bilhões de SMS, aproximadamente, por mês, circulam por nossa rede; temos 12 mil terabytes de tráfego na banda larga móvel, 76 mil terabytes de tráfego na banda larga fixa, uma rede de cobertura com *backbone* com cerca de 78 mil quilômetros de fibra ótica e mais 235 mil quilômetros de rede de cabo de cobre no Estado de São Paulo.

Eu acho que esses são os números que representam o tamanho da operação que nós temos aqui no Brasil.

Para garantir a operação dessa rede, a continuidade dessa rede e o desenvolvimento e o crescimento dessa rede, a empresa investe consistentemente. Ou seja, nós tínhamos um plano quadrianual de 2007 a 2010 que envolvia investimento da ordem de 16 bi. Ele foi cumprido integralmente, e nós temos agora, no período de 2011 a 2014, investimento de 24 bilhões sendo aplicado para melhoria e para desenvolvimento dessa rede.

E quando dizemos melhoria e desenvolvimento, nós estamos construindo, como as empresas aqui presentes na mesa também já fizeram em parte ou continuam construindo, um *backbone* próprio e um *backbone* onde podemos fazer *swap* de capacidade com os outros operadores.

Então, nós temos hoje uma rede que já cobre 20 das 27 capitais estaduais, isso com fibra própria. Estamos cobrindo já 10 das 12 cidades que vão sediar a Copa do Mundo. A nossa rede 3G está sofrendo, em dois anos, uma expansão que seria um múltiplo de quatro; já temos 69 Municípios cobertos pela tecnologia 4G e estamos agora fazendo a ampliação do nosso *backbone* nacional, fechando aquele elo lá por cima, no Amazonas, onde nós conseguimos uma fibra

OPGW, com energia elétrica, chegando até Manaus, e contingenciado com outros operadores pelo centro do Brasil, fazer praticamente cobertura nacional com misto de rede própria e rede “swapada” com outras operadoras.

Em termos de capacidade internacional, temos, a partir do Estado de São Paulo, saída de 800 gigabites; a partir do Rio de Janeiro, 40 gigas, da Bahia, 20 gigas e, do Ceará, 20 gigas, e essa rede é coberta, como expliquei no eslaide anterior, por todo esse *backbone* nacional que nos permite fazer direcionamento de tráfego e distribuição do tráfego de acordo com as necessidades.

Em termos de interconexões internacionais, nós fazemos interconexão com Europa e Estados Unidos. Temos, aqui pelo diagrama, fibras que cobrem não só a América Latina como também chegam até o contato nos Estados Unidos e chegam também em contato na Espanha e outros países da Europa. O tráfego cursado hoje por essa rede está em torno de 380 gigabites, dos quais 229 têm como destino os Estados Unidos. É natural, como interconexão, que a gente tenha acordos com operadoras internacionais, tanto nos Estados Unidos como na Europa, mas sempre seguindo a legislação, cobrindo aspectos comerciais e aspectos de proteção de tráfego.

Em termos de complemento de segurança, a Telefônica Vivo inaugurou, recentemente, um *data center*, que fica em Tamboré, ali na grande São Paulo. É um investimento de R\$400 milhões. Criou 2.200 empregos diretos. É um *data center* de altíssima disponibilidade e com todos os requisitos de segurança estado da arte. Ou seja, de novo, faço minhas as palavras dos colegas que falaram anteriormente: o padrão na indústria, ou seja, o conceito da indústria é, realmente, criar ambientes que permitam a proteção e o zelo pelos dados que estão sendo cursados na rede. Esse *data center* já, de cara, no seu lançamento, teve três certificações e reconhecimento como o *data center* que seguiu absolutamente os parâmetros de projeto e segue os mais rígidos padrões e requisitos de disponibilidade de segurança. Ele também foi considerado pelo conceito construtivo um *data center* que respeita as condições ecológicas, e a sua construção seguiu, rigidamente, tudo o que foi especificado. Então, temos o orgulho de ter um *data center* que é um diferencial na América Latina. Para nós, é importantíssimo que esse ambiente guarde as informações dos nossos clientes aqui no Brasil.

É isso.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, vou passar a

palavra para o último expositor, que é o representante da Oi, Dr. Marcos Mesquita.

Com a palavra V. S<sup>a</sup>.

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COE-**

**LHO** – Consigo comandar daqui? Não, né? Senadora, a senhora permite que eu troque de lugar? Ali fico mais próximo.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Fique à vontade.

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COE-**

**LHO** – Boa tarde a todos, à Sr<sup>a</sup> Presidente desta CPI, Senadora Vanessa Grazziotin, ao Sr. Relator, Senador Ricardo Ferraço. Inicialmente, queria dizer a vocês que o nosso Presidente, o engenheiro Zeinal Bava, não pôde estar presente, pedindo-me para representar a Oi. Desejo a todos nós uma apresentação profícua, efetivamente esclarecedora para os senhores membros desta CPI. Queria também agradecer e parabenizar os meus colegas que me antecederam pelas apresentações. Eu espero que a apresentação da Oi também esteja em bom nível e que possa ser também instrutiva e esclarecedora.

A Oi é a pioneira na prestação de serviços convergentes no País. Oferece, como as nossas concorrentes, serviços de transmissão de voz local e de longa distância, telefonia móvel, banda larga e TV por assinatura.

Apenas para dar uma dimensão dos nossos negócios, desde a sua fundação, em 1998, a Oi já conta um investimento direto em seus negócios da ordem de R\$102 bilhões. São R\$120 bilhões recolhidos em tributos diretos e indiretos. Atendemos os 5.565 Municípios do Brasil com telefonia fixa, móvel e outros serviços de banda larga.

Temos, hoje, 74 milhões, quase 75 milhões de Unidades Geradoras de Receita. É assim como nós nos referimos internamente aos clientes, porque, obviamente, nós desejamos que cada um dos nossos clientes tenha o máximo possível de produtos e serviços da Oi.

São 160 mil empregos diretos – somos 15 mil colegas empregados diretamente pela Oi – e outros 145 mil empregos indiretos, mas que são praticamente *full time* prestadores de serviços para a Oi.

Essa é a caracterização também da rede de fibras da Oi, que é certamente a maior rede de fibras do Brasil. São 178 mil quilômetros de extensão de fibra.

Nós temos a presença de telefonia móvel em 4.854 Municípios. A maior rede de fibra ótica do País é a maior rede pública de *wi-fi*. *Wi-fi* é uma experiência que os senhores conhecem e que melhora muito a *performance* e a experiência do cliente, porque assim se consegue fazer com que um celular, por exemplo, um terminal móvel aproveite a estrutura da telefonia fixa para chegar à internet.

Como revelaram os dados dos colegas, vocês viram a diferença de geração de tráfego hoje entre a telefonia móvel e a telefonia fixa. Hoje, já são coisas extremamente desproporcionais, mas essa estrutura da rede fixa está enraizada no País inteiro. Então, o serviço em *wi-fi* aproveita essa estrutura e melhora a qualidade desses serviços.

Por favor.

Sendo agora mais objetivo em relação ao tema que nos trouxe aqui, é importante entendermos que, efetivamente, a cada dia, a necessidade de segurança das redes é cada vez mais crescente, primeiro, pelo aumento das ameaças: a cada segundo, cria-se um vírus novo; a cada momento, alguém faz um aprendizado para ser um jovem *hacker*; há interesses, obviamente, por fraude, pela espionagem; e há um grande aumento das expectativas dos nossos clientes.

Hoje, um dos problemas que enfrentamos, como falamos aqui na semana passada para a Senadora Vanessa, é efetivamente a expectativa que os nossos clientes têm de que basta ligar um equipamento como esse para estarem em contato com o mundo todo, a qualquer hora, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias no ano. Esse aumento de expectativa faz com que todo e qualquer investimento em qualquer uma das nossas companhias seja feito sempre pensando na preocupação com segurança.

Há também um aumento da exposição dos nossos serviços a essas necessidades. Cada vez mais, cada um de nós é um pouco mais dependente de tecnologia. Então, tudo isso faz com que haja esses vetores de segurança da rede, ou seja, eles são os grandes indutores da necessidade de desenvolvimento da rede e de aumento da sua segurança.

Esse quadro sinóptico tenta sistematizar, rapidamente, essas preocupações. Então, aqueles três grandes vetores geram as causas de investimento e de desenvolvimento das redes de serviços e sugerem impactos, como vamos ver logo em seguida.

Toda a pressão que existe da sociedade gera para nós algumas ameaças: as ameaças de tentativa de interrupção de serviço, tentativa de obter dados, etc.

Agora, é fundamental – e vocês viram nas apresentações anteriores e também isso ocorre na Oi –, constantemente é preciso estar atento para aspectos de vulnerabilidade. Eles sempre existirão, mas eles são sempre monitorados. E a cada instante você está colocando mais um terminal na rede, a cada instante você está tendo que fazer alteração de tecnologia. Então, é necessário você ter um corpo técnico, como temos na Oi, que monitora a rede constantemente com um único objetivo: procurar vulnerabilidades e trabalhar sobre essas vulnerabilidades, de maneira que a rede



se torne sempre cada vez mais segura. E você faz isso com trabalhos de prevenção e com trabalhos de defesa.

É fundamental, e aqui com grande interesse para esta Casa, que a legislação também acompanhe essas alterações de tecnologia. Então, é o chamado *enforcement*, o mercado demanda isso. E, certamente, ao final dos trabalhos desta CPI, haverá da parte dos Srs. Senadores uma busca por melhorias e aprimoramentos na legislação.

Por favor.

Quando eu disse de impactos, eu queria ressaltar os números da Oi em relação a investimentos para esses dois últimos anos, 2012 e 2013. Nós estamos fechando com R\$12,6 bilhões. É claro que isso não é um investimento apenas em segurança, é um investimento em rede, atendimento, faturamento, produtos, canais de venda. Mas eu quero lembrar-lhes que a função segurança está embutida em todo e qualquer um desses itens de investimento. Então, ela faz parte intrínseca, ela faz parte do planejamento, da topologia e da auditoria da rede.

Primeiro, é importante a gente refletir por que nós estamos aqui. Nós estamos aqui porque foram feitas denúncias. Se nós pudéssemos resumir essas denúncias, nós poderíamos resumí-las nessas três grandes linhas. A primeira denúncia é que as redes de telecom são vulneráveis. A segunda denúncia é que os contratos de interconexão possibilitam acesso a dados e comunicações com origem no Brasil por governos e instituições de segurança estrangeiras. E uma terceira é que há colaboracionismo de empresas de telecom brasileiras com representações de países estrangeiros.

A Oi afirma, como vi aqui também afirmado pelas nossas concorrentes, congêneres, que essas denúncias são infundadas e não são comprováveis. É fundamental que a gente afirme e passe para cada um dos senhores no Senado Federal esta mensagem: estas denúncias são infundadas.

Por favor.

Há um recado dos meus colegas técnicos, que pedem que eu assinale essas informações também para os senhores. A rede de transporte de dados da Oi processa pacotes IP e é completamente transparente às camadas superiores onde estão contidas as informações.

A rede de transporte de dados da Oi é um meio que encaminha solicitações de uma determinada origem a um determinado destino, sem que as mesmas sejam armazenadas.

Os equipamentos utilizados na rede de transporte possui um rígido sistema de controle de acesso. A Oi não armazena informações de correspondência entre os endereços IP e seus respectivos usuários.

A responsabilidade de responder ou não a uma determinada requisição de um usuário de origem e/ou criptografar os dados enviados é dos próprios usuários. Ou seja, a rede é um meio de transporte. Nada interfere nesse meio.

Por favor.

Isso em termos de dados.

Para efeitos da rede de voz – e eu acho que nós também temos que assinalar isso –, a proteção à inviolabilidade das comunicações dos nossos clientes é, certamente, o maior ativo da nossa empresa. Isso é cuidado por todos, porque nós sabemos que é a partir dessa confiança que conseguimos captar clientes e mantê-los. Sem essa confiança, o nosso negócio não existe. Portanto, é importante que todos saibam que isso é cuidado com todo o zelo pela nossa empresa, e eu sei que também pelas demais empresas que atuam no Brasil. Em função do quê? Em função de que nós cumprimos a lei, tanto a Constituição como as leis ordinárias que dela decorrem em relação à privacidade e inviolação de privacidade no Brasil.

Por favor.

Em relação aos contratos de interconexão, a Oi tem contratos de interconexão com praticamente todas as importantes empresas do mundo. E é importante também dizer que a Anatel, a pedido desta CPI, está finalizando o trabalho de auditoria desses contratos e deverá, certamente, informar os senhores sobre a estrutura desses contratos e quais são as principais cláusulas que regem essa relação, para poder também tranquilizar V. Ex<sup>as</sup>. Esses contratos têm cláusulas de proteção à privacidade e inviolabilidade de dados e comunicações com base em regras e padrões internacionais. Eu cito aí pelo menos uma delas, que é a que está mais presente na maioria dos contratos e que decorre de decisões e acordos internacionais na European Commission Decision. Esse caso é uma norma de 2001, ou seja, é algo tradicional no mercado de telecomunicações.

Por favor.

A rede é segura. Há uma política de segurança de dados que está implementada e é cobrada de todos sistematicamente. Todo acesso não autorizado é bloqueado. Todo e qualquer acesso é identificável, é identificado e rastreável. Isso é a política que está instalada, é a preocupação operacional cotidiana da Oi. Isso é suficiente para tranquilizar a todos nós? Claro que não. Então, agora, mesmo *a posteriori*, qualquer tentativa será identificada.

Por favor.

Em relação à questão de qual suporte já há em relação à legislação no Brasil tratando sobre a matéria...

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO** – Ah, perdão, desculpe-me interromper.

Por exemplo, no caso do Direito Civil, ficou uma certa sensação – e acho que os Srs. Senadores concordam comigo –, a partir do momento em que começamos a discutir a questão da espionagem etc., de que haveria um completo vazio legislativo ou legal nessa área. Então, uma pequena pesquisa já demonstra que não. Já há bastantes instrumentos na legislação brasileira que nos dariam um ferramental para lidar com esse assunto. Então, no caso do Direito Civil, há a questão, obviamente, da privacidade, a da inviolabilidade da privacidade das pessoas. Todo aquele que ferir a privacidade de alguém comete ato ilícito. Mais para frente, o próprio Código Civil expõe a necessidade, a obrigação de você ressarcir aqueles que tiverem alguma perda, do tipo econômica ou mesmo moral, em função de ato ilícito ligado à quebra de privacidade e de inviolabilidade das pessoas.

Por favor.

No caso da área penal, recentemente, nós, no Congresso Nacional, fizemos a chamada lei de crimes informáticos. Todos acompanharam. Ela acabou tendo a denominação de Lei Carolina Dieckmann. Esse era um projeto de lei oriundo do Senado e lá ficou caracterizado o crime informático, inclusive com a previsão de que, se a vítima é autoridade pública, como no caso da própria Presidente da República, isso constitui uma forma agravada do crime. A própria lei de interceptações telefônicas, aliás, também traz... Aliás, com uma pena bastante rigorosa: reclusão de dois a quatro anos e multa.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO** – Não, mas se o senhor comparar com uma lei nova como a dos crimes de informática, de informáticos, nós fomos muito mais brandos.

*(Soa a campanha.)*

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO** – Essa é, na verdade, a comparação que gostaria de fazer, porque a lei de interceptações telefônicas é bem mais antiga, e essa de 2012, se a gente for olhar, sua sanção, comparativamente com outras leis, ficou menor.

Na sequência, por favor.

Há, também, quando a gente pensa em espionagem com interesse econômico, há todo um arcabouço legal, que pega as grandes três áreas, tanto no direito autoral, tanto quanto propriedade industrial e naquilo que se pode chamar de proteção *sui generis*

a cultivares, etc. O direito brasileiro também já cuidou bastante disso.

Por favor.

No caso de espionagem com interesse político e de segurança de Estado, existe, no Brasil, e ainda vigora, a chamada lei de segurança nacional; essa, sim, com penas bastante rigorosas, porque fala em reclusão de três a quinze anos.

Por favor.

Agora, nós afirmamos aqui, e a rede assegura, os sistemas são auditados. Onde está, efetivamente, a fragilidade? Mas aí é a fragilidade de qualquer sistema. A maior fragilidade para a segurança de qualquer sistema está na atitude das pessoas que neles atuam. Esse acaba sendo o ponto de vulnerabilidade. Portanto, é necessário criar uma cultura da segurança. Nós não podemos entender que nós, que os sistemas resolverão tudo por nós. Nós temos que ter uma atitude voltada para a segurança. Isso é o que pode fechar todos os esforços que os sistemas venham fazer para gerar segurança para a sociedade e para o indivíduo.

Por favor.

Eu achei melhor passar para os senhores uma imagem para reflexão. Aquele ali é o prédio da NSA em Utah. Ele é imenso; a gente olha, ele reflete todo o poder dos Estados Unidos como país, como nação; reflete uma austeridade, além daquele símbolo da águia. Esse é o retrato da maior entidade, vamos dizer assim, de espionagem cibernética do mundo – do mundo. Agora, ela também foi espionada. Da forma mais antiga, por um jovem de terceiro escalão de uma empresa terceirizada que prestava serviços à NSA. As pessoas contam que Edward Snowden saía da NSA com papéis e com *pen drives*, e detém hoje informações que, para efeito da NSA, na verdade jogam todo esse sistema de segurança por água abaixo.

Então, é essa a mensagem que a gente tem, e seria importante que todos nós refletíssemos sobre ela para que, efetivamente, consigamos cada vez mais aprimorar os nossos métodos de trabalho e os serviços que temos à disposição da população do Brasil.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agradecemos ao Dr. Marcos, que representa a Oi. E, feitas as observações iniciais, eu passo a palavra ao relator para que possa fazer os seus questionamentos.

Senador Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Srª Presidente.

A expressão do Dr. Marcos é muito interessante, porque ele afirma que, se a mais poderosa, a mais robusta, a mais forte pode ser espionada, a cadeia,

como de resto, também pode ser espionada por meios lícitos ou por meios ilícitos em função das tecnologias que avançam dia após dia.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, o jornalista Glenn Greenwald, que é o porta-voz de todos esses elementos que foram denunciados pelo Snowden, esteve aqui nesta Comissão de investigação e fez algumas afirmações que eu gostaria de compartilhar, socializar com V.S<sup>as</sup>, ao mesmo tempo em que gostaria de obter as suas impressões a respeito dessas informações.

Ele afirma que o caminho para desvendarmos como a espionagem norte-americana se realiza seria mediante questionamento às empresas de telecomunicações. Essa afirmação voltou à tona no começo do mês com divulgação, de novo, pelo jornal *The Guardian* de documentos da NSA nos quais as companhias em telecomunicações figuram – na avaliação dele; na afirmação dele – como parceiros-chave para que se consiga acesso aos cabos de fibra ótica, etc. etc. e tal.

As empresas que os senhores representam possuem acordos de entrega de dados ou relatórios a qualquer governo nacional ou estrangeiro?

Como é feito o repasse de dados de usuários quando solicitado, evidentemente, por mecanismos legais? Quero crer que não haja outra forma de solicitação dessa informação que não pelos meios legais no marco da legislação.

Se houvesse a possibilidade de interceptação dos dados em suas redes, onde e como isso poderia ocorrer? Qual seria o elo de fragilidade da rede que poderia ser alvo de alguma interceptação para além da capacidade e da rede de proteção dos sistemas que as companhias de V.S<sup>as</sup> pudessem estabelecer? Poderiam ocorrer sem o auxílio e o conhecimento das empresas, ou, do ponto de vista tecnológico, é possível que ocorra sem o concurso das companhias, ou de alguém das companhias?

Se sim, em que momento a interceptação poderia ser percebida? E, se percebida, que tipo de providência as companhias que V.S<sup>as</sup> representam tomam a iniciativa?

Havendo vazamento de dados, quais os procedimentos adotados pelas empresas que V.S<sup>as</sup> representam?

Por ora, Sr<sup>a</sup> Presidente, são essas as perguntas que compartilho, em igual forma, com todos os nossos convidados que comparecem a esta sessão da nossa Comissão.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu pergunto ao Senador Suplicy se tem algum questionamento. Pode ser assim, Senador? Pois não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A minha pergunta básica, Presidenta Vanessa Grazziotin e prezado Relator, Ricardo Ferraço – eu quero cumprimentar aos Srs. Marcos Augusto Mesquita, Ivan Campagnolli, Nelson de Sá e Ari Sergio Falarini –, é na mesma direção do que perguntou Ricardo Ferraço, basicamente se as empresas de comunicação que os senhores representam porventura teriam algum mecanismo para prevenir, evitar que, digamos, qualquer cidadão, ao falar ao telefone... Se é possível, eventualmente, garantir que isso seja inteiramente privado, conforme procura assegurar a Constituição. E se também, nas formas de comunicação que temos pela internet hoje, há um sistema tecnológico tal que evite a possibilidade de, por mais sofisticadas que sejam as formas de averiguação, como as que foram assinaladas pelo Sr. Edward Snowden, se há formas de prevenir e evitar.

É essa a pergunta fundamental.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Um outro questionamento, aproveitando o momento: as empresas que V. S<sup>as</sup> representam são permanentemente, regularmente auditadas pela Agência Nacional de Telecomunicações, pela Anatel. Nesses processos regulares de auditoria, quais são os aspectos enfocados nessa auditoria? O aspecto segurança de rede, sigilo das informações é considerado nessas auditorias regulares que a agência faz nas empresas que V. S<sup>as</sup> representam?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu também, acho que fechando aqui a rodada de... Senador Taques? Não? Fechando a rodada de questionamentos, eu acho que este último questionamento do Senador Ferraço é muito importante: que tipo de auditoria a Embratel faz nas empresas. Eu acho que isso é fundamental.

O Dr. Nelson, eu acho que os demais também, mas prestei muita atenção no Dr. Nelson, representante da TIM, falou da existência de um *data center* instalado no Brasil. Creio que todas as empresas tenham os seus *data centers* instalados no Brasil. Que tipo de informações são armazenadas? São aqueles metadados, ou seja, quantidade, hora, de quem para onde, de onde para onde? E conteúdo? Não? É isso que fica armazenado ali? Então, é o questionamento que faço.

O que fica armazenado no Brasil são metadados, pelo que temos conhecimento, das empresas de telecomunicações. Já de *e-mail* e mensagens não temos *data centers* no Brasil, todos eles ficam nos Estados Unidos. Diferentemente das telecomunicações, os *data centers* das empresas de internet guardam conteúdo. Perfeito?



Eu queria ouvir a opinião dos senhores acerca da obrigatoriedade de essas empresas manterem *data centers* no Brasil, as empresas de internet. Em que isso contribuiria para uma maior segurança dos brasileiros?

Um outro questionamento que faço: a Presidenta Dilma, de acordo com o noticiário, e não houve nenhum desmentido, teve as suas comunicações interceptadas, inclusive de telefone. Que informações os senhores têm além daquilo que a imprensa divulgou? Porque o foi por telefone, eu não sei qual a operadora que ela utiliza, mas a imprensa publicou de forma muito clara, não só por *e-mail*, mas também por telefone. E se é tudo tão seguro, como os senhores colocaram aqui, como pode ter ocorrido aquela interceptação? E que garantia os senhores dão acerca da segurança das comunicações? Acho que todos foram muito explícitos em dizer: “Garantimos a segurança da comunicação.” Como é feita essa garantia?

Acho exemplar esse caso da Presidenta Dilma. Como, via telefone, se chegou a interceptar? Porque a informação que temos é que existe conteúdo, que o conteúdo não foi divulgado, mas se chegou ao conteúdo do que a Presidenta da República falava.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A outra pergunta, Sr<sup>a</sup> Presidente, é a seguinte.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sim.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – As nossas empresas aqui convidadas, as nossas teles nacionais, elas operam, como foi detalhadamente demonstrado, alianças e parcerias ao redor do mundo e vice-versa. Quando uma empresa de telecomunicação nacional, como as que aqui se apresentam, faz uma aliança, isso assegura que essas companhias que fazem aliança com as teles nacionais tenham acesso e possam, através da legislação local, nacional, evidentemente se demandadas, ter acesso a essas comunicações?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O nosso rol de questionamentos está aumentando.

Senador Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim. Sr<sup>a</sup> Presidente, quero ouvir dos ilustres convidados o conhecimento deles a respeito de processos, instrumentos e mecanismos de interceptação sobre o caso trazido pela ilustre Presidente das comunicações telefônicas da Presidente fora do sistema da rede de vocês. Isso é absolutamente possível. Eu queria ouvi-los sobre isso.

Isso nos faz lembrar que, como tudo na vida, tudo evolui. Se nós formos recordar aquele filme Operação

França 1, a interceptação era feita em frente ao alvo que era interceptado, através de uma linha no poste. Posteriormente, isso foi evoluindo através de outros instrumentos. Existe um equívoco que muitos têm de que existiria um gravador gigante nas empresas ou companhias telefônicas que fica gravando toda conversa de todo mundo. Não existe esse gravador gigante. São métodos invasivos no sistema ou fora do sistema, porque, quando ocorre uma interceptação telefônica e essa interceptação telefônica é legal, nos termos da Lei nº 9.296, de 1997, o magistrado determina a interceptação, envia um comunicado, via sistema, à agência policial; a agência policial comunica à companhia telefônica, que manda, antigamente era um par, hoje, um siga-me para a agência policial. Esse é o método convencional.

É possível – nós todos sabemos e eu gostaria de ouvi-los dizer se, no entendimento dos senhores, é possível – a interceptação fora da rede dos senhores, fora do sistema dos senhores, através de malas, apetrechos, *laptop*, *notebooks* que ficam no Brasil, que ficam fisicamente perto ou distante do alvo a ser interceptado. Os senhores têm conhecimento disso?

As companhias telefônicas, pelo sistema de segurança que os senhores mesmos desenvolvem – e este é o maior patrimônio de uma empresa telefônica: a segurança de dados, de voz, de vídeo, o patrimônio maior é esse –, nós sabemos disso, pela capacidade humana, a cada instrumento de segurança que se cria, cria-se também um sistema para desvirtuar essa segurança. Nesse caso da agência de segurança americana, que o senhor nos trouxe, foi uma espionagem física. A respeito de espionagem e interceptação tecnológica, sem a participação dos senhores, é possível.

Nós temos caso na literatura que dá conta da existência de malas e maletas, *notebook*, hoje, *tablet*, que fazem a interceptação, e isso, em determinados países, você compra, todos sabemos disso. No entendimento dos senhores, isso é possível no Brasil?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Para começar, alguém tem preferência? Se não, vamos começar na mesma ordem. Ou vamos começar na ordem inversa. Vamos lá, Dr. Marcos.

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO** – Trouxe aqui comigo dois colegas meus da OI, o Angelo Coelho e Leandro Henz. |Angelo é nosso gestor de segurança da informação; Leandro Henz é o nosso gestor de rede, justamente para questões de natureza mais técnica que eu não domino. Mas a algumas das questões estão aqui gostaria de já antecipar a resposta da OI.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Acho que, se não houver objeção dos meus colegas, eles podem complementar a sua informação. Não podem?

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO** – Perfeito. Não tenha dúvida. Essa era a nossa intenção.

Vamos começar aqui pelo Senador Ricardo Ferraço: acordos para repassar dados. Não existem, Senador. O que existem, obviamente, são questões, por exemplo, ligadas ao faturamento. Na medida em que um cliente da Oi utiliza uma rede externa, o titular dessa rede externa vai cobrar do cliente da Oi. A mesma coisa se faz aqui no Brasil. Quando alguns dos nossos clientes utilizam, por exemplo, o código de longa distância, utilizam uma outra operadora, essa outra operadora fará a cobrança. Então, é óbvio que essa empresa precisa saber quem foi que ligou, quando ligou, o tempo da ligação, para fazer a tarificação. Agora, em relação a conteúdo isso não existe.

Como V. Exª vê, a rede de dados, por exemplo, nada armazena. Então, fora da rede, existe a rede do cliente. Existem estruturas do cliente que tem uma rede doméstica etc. A Oi não gerencia isso. Portanto, você não consegue, vamos dizer assim, certificar que a rede do cliente não esteja...

Recentemente, ouvimos, por exemplo, o Senador Lobão falar sobre vazamentos e tal em relação a comunicações de funcionários do Ministério. Se nós fossemos chamados a colaborar com o Ministério para tentar encontrar, certamente, o primeiro ponto que nós iríamos olhar seria a rede interna do Ministério de Minas e Energia.

As oportunidades devem existir sim, viu, Senador? Nós vemos, não só na literatura, mas também em filmes, etc., que o sujeito abre a maleta dele e capta...

*(Fora do microfone.)*

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO** – Não, perfeito. Operação França 1. É lá atrás. Com Gene Hackman. Isso ninguém aqui nesta sala, mesmo os meus colegas, jamais responderia a V. Exª: não, isso não existe. Agora, tudo aquilo que precisar utilizar a rede é detectável, identificável e rastreável. Então, esse é o ponto de segurança contra, não uma vulnerabilidade, mas um ataque. É um ataque.

A Senadora Vanessa fez um comentário a respeito da interceptação de comunicação da Presidente da República. Até onde acompanhei, eu não tinha essa informação de que houve interceptação de conteúdo. O Senador Pedro Taques deu um exemplo importantíssimo. Poucas pessoas sabem como é que funciona a questão da interceptação legal no Brasil. Ou seja,

não há qualquer participação da empresa de telecomunicação na escuta dessa operação. Isso é transferido para a autoridade policial, que faz a escuta e, terminado aquele prazo, é cortado esse *link* e tudo se restabelece. Então, não há, por parte da empresa de telecomunicação, qualquer envolvimento em relação a conteúdo das comunicações. Isso é fundamental.

Em que ponto poderia haver? A gente diz: efetivamente, quanto aos pontos de fragilidade na comunicação ponto a ponto, o primeiro ponto a olhar é como está a estrutura interna do cliente. A rede é a última coisa que se vai olhar.

O senhor falou sobre vazamento de dados. Perdão. Qual é o procedimento em que frequentemente – frequentemente, não; de vez em quando – a gente é surpreendido, dizendo: olha, lá em São Paulo, na rua tal, há alguém vendendo um CD com dados de clientes de empresas de telecomunicações? Isso efetivamente já aconteceu. E toda a experiência interna que isso gerou, gerou mais capacidade para evitar. E qual foi a fragilidade em pelo menos um desses exemplos? Pessoas. Pessoas que têm acesso, pessoas que têm autorização para fazê-lo, têm conhecimento, têm formação técnica, que passaram por um processo seletivo dos mais rigorosos e infelizmente recebem um apelo externo. É o grande problema da maldita condição humana. Só que, como é ele que tem o acesso, deixou rastreado no seu equipamento, foi acusado, processado e preso. É tão simples assim. Ou seja, o fundamental é que o seu sistema, sempre que puder, evite esse tipo de interferência ou se previna disso. E, quando isso não é possível, que seja rastreável o ponto de fragilidade. Imediatamente, há todo um trabalho de revisão de procedimentos, aumento de capacidade de segurança, e tocamos a vida.

Auditagem pela Anatel. Eu não faço atendimento da fiscalização, não sei quais são os pontos de checagem. Eu presumo que a Anatel tenha programas de auditagem que cubram todo e qualquer aspecto da operação de telecomunicações, obviamente, incluindo-se segurança de sistemas.

Além disso, a Oi, como uma empresa cotada em bolsa internacional, obriga-se, em boa parte de seus processos, a obedecer a padrões internacionais. A Lei Sarbanes-Oxley é uma delas. E é fundamental que constantemente entidades externas auditem os nossos processos, de maneira que a gente possa continuar cotada nessas bolsas internacionais. Então, a Oi tem a obrigação de responder a padrões de gerenciamento, tanto em aspectos operacionais, quanto financeiros e de segurança.

Conteúdos de ligações não ficam armazenados. Isso é importante.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr<sup>a</sup> Presidente...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permite-me?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Claro. Eu também quero tirar uma dúvida depois.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – A senhora quer tirar antes?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, pode falar.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Na rede, no sistema, digamos que a agência americana esteja acessando o conteúdo de Sua Excelência a Presidente da República lá nos Estados Unidos. A rede dos senhores constataria essa invasão, esse procedimento invasivo? Esse é o primeiro ponto.

Existem protocolos internacionais que tratam disso? É o segundo ponto.

O terceiro ponto é o seguinte: é possível que um método de interceptação não invasivo na rede, no sistema dos senhores, mas através de ondas de rádio, que essa interceptação seja feita através de meio remoto aqui no Brasil?

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO** – Alguém dos meus colegas quer responder à questão?

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Se entenderam a pergunta, tudo bem.

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO** – É que eu não tenho conhecimento técnico para responder.

Angelo Coelho?

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Temos os técnicos...

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO** – Leandro, por favor. O Leandro Henz é o nosso gestor de rede. Por favor.

**O SR. LEANDRO HENZ** – Leandro Henz, responsável aqui... (*Falha na gravação.*) A questão dos... (*Falha na gravação.*) Por onde passam... (*Falha na gravação.*) Se lá fosse feita alguma interceptação...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Está com defeito. Está falhando o som.

**O SR. LEANDRO HENZ** – Agora eu acho que vai ficar funcionando.

Então, nos cabos de submarinos, várias empresas já se colocaram, é a forma como todos nós nos comunicamos, nos interconectamos com outras em-

presas, nesses cabos, por serem cabos extremamente pesados, com uma alta voltagem, para poder fazer a transferência dos dados, como eles são e pela bitola dos mesmos, seria inviável tecnicamente, do ponto de vista prático, se fazer uma derivação desse cabo e se obter os dados, até porque a gente está falando, cada empresa mostrou os seus números – no caso da OI, são 500 Gigabits por segundo de tráfego –, ou seja, para coletar cinco minutos de amostra de um tráfego desse em que você não consegue pinçar quem é a pessoa que está ali dentro daquele *e-mail*, você teria superservidores que encheriam os seus HDs em questão de poucas horas. Então, disparadamente, eu posso afirmar que o meio cabo submarino ou essa parte de transporte de grandes quantidades de dados que existem entre as operadoras aqui no País, ou mesmo fora do País, seria uma forma inviável de se detectar.

Já, claro, no meio que você falou, no meio aéreo, ou seja, numa comunicação via celular, onde se está utilizando uma tecnologia GSM, já existem algumas literaturas que dizem que existem equipamentos que, próximo ao usuário – mas o equipamento tem que estar muito próximo do usuário, fisicamente, que se tenha uma visada e se consiga também, depois desse período, criptografar os dados, porque a rede tem um padrão de criptografia –, já existem métodos que dizem que, com um certo tempo, se consegue quebrar essas informações, você até conseguiria pegar esses dados, digamos, móveis, não é?

E a outra forma também seria via o próprio dispositivo, porque o celular hoje nada mais é do que um computador. Então o próprio usuário pode estar aceitando a instalação de um aplicativo, ele pode estar dando um o.k. para uma atualização de um antivírus, ou de um *windows*, ou do que quer que seja e, nesse momento, na verdade, não é isso que ele está autorizando. Ele está autorizando um *spyware*, um *malware* que vai ficar hospedado dentro do celular e vai mandar toda a informação que estiver dentro do dispositivo para um determinado lugar que a pessoa vai definir.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Isso em tempo real?

**O SR. LEANDRO HENZ** – Em tempo real, sim. Depois de instalado o aplicativo, se você tiver com um vírus hospedado e um meio intrusivo, você consegue passar esses dados para outros lugares.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Pedro Taques, eu achei muito bom, porque as minhas dúvidas eram mais ou menos parecidas.

O Dr. Marcos disse que não tinha informação acerca de que teria sido interceptado conteúdo da Presidência. O noticiário foi farto, Dr. Marcos. O senhor,



que é da área, eu cria que teria até mais atenção do que a gente para ler. Mas eu estou aqui com a transcrição do Fantástico e, depois, do que foi publicado em todos os jornais, inclusive no O *Globo*, dizendo que a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos, a NSA, monitorou o conteúdo de telefonemas, *e-mails* e mensagens de celular da Presidenta Dilma Rousseff. E fala também do então candidato a Presidente do México Enrique Peña Nieto. Essa foi uma informação muito ampla no Brasil e em todo o mundo.

E aí eu creio que esses questionamentos do Senador Pedro Taques são importantes, porque aquilo, o crime aconteceu. Não há dúvida. O problema, o que estamos procurando é quem o cometeu, como e onde.

Então, acho que os questionamentos, pelo que percebemos, Senador Taques, existem formas e muitas formas...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muitas vezes, Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, ilustres convidados, nós ficamos buscando pelo em ovo na tecnologia, na inteligência, na forma de interceptação, através da própria rede ou do próprio sistema. Muitas vezes, o que foi utilizado, e foi utilizado, de acordo com as informações, é algo mais simples do que isso, é algo que pode estar próximo de nós e não lá, nesse prédio maravilhoso, de que o doutor mostrou a foto.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não. Agora eu lembrei a palavra: materialidade.

Eu devolvo a palavra ao Dr. Marcos.

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO** – Eu não vou cansá-los mais.

Em relação ao que a senhora disse, eu sinceramente não tinha mesmo a informação de que tivesse havido um monitoramento de conteúdo, porque os dados, as matérias são...

O Senador Ferraço fez esse comentário na última reunião da CPI e não deixou muito claro para nós que tipo de informação está sendo... Porque isso é fundamental para nós. A partir do tipo de informação que alguém obteve, você tem pistas para dizer: pode ser aqui, pode ser ali.

Eu ouvi também a informação de que fizeram até um quadro sinóptico de comunicações do Ministro Lobão, mas aquilo que eu vi na matéria é algo que alguém reproduziria vendo a conta telefônica do Ministro – ligação para Holanda, ligação para Bermudas. Isso está... E uma conta telefônica fica alguns dias na mesa de um ordenador de despesas do Ministério. Então, aquelas informações não eram informações de conteúdo, mas eram informações relevantes, privadas,

que não deveriam estar ali. Mas há outros meios, que não pela rede, muito singelos de você obtê-las.

A OI não é a provedora de serviços de voz da Presidência da República, o que não nos isenta, não nos orgulha, etc., porque isso é um problema que a gente vê que é uma resposta que o setor de telecomunicações precisa dar à população brasileira.

Eu acredito que tenha encerrado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O senhor gostaria de dar sua opinião a cerca da manutenção de *data center* das empresas de internet no Brasil?

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO** – Eu gostaria sim, porque, inclusive, nós estamos hoje discutindo a questão do projeto de lei do marco civil da internet e, apesar de ser uma discussão de dois anos já na Câmara dos Deputados, essa questão do *data center* no Brasil surgiu há pouco tempo em relação à questão da...

Nós julgamos o seguinte – nós somos até prestadores de serviço de *data center* –, então, eu poderia ter aqui uma resposta muito simples: sim, nós somos favoráveis, isso iria aumentar a nossa clientela. Sinceramente não sei, não tenho... Nós refletimos sobre isso, sobre a questão do por que, da necessidade...

Essa ideia surgiu de onde? Surgiu de que, se nós tivérmos o dado guardado no Brasil, nós teremos jurisdição sobre esse dado e, portanto, poderemos requisitá-lo para efeito de uma investigação, etc., para evitar situações conhecidas de empresa que, em função de ter uma nacionalidade diferente da brasileira, alega que não pode ceder esses dados, porque a legislação de seu país de origem não o permite.

Nós conhecemos um projeto de lei, que está na Câmara dos Deputados, que me parece eficiente para isso, porque o grande problema está nos termos de uso que o usuário assina e aceita com empresas do exterior que prestam serviços no Brasil.

Se você olhar o usuário, ele faz o quê? Ele aceita que qualquer demanda sobre aquele serviço deva ser feita num juízo ou num foro arbitral no exterior, o que certamente dificulta imensamente qualquer demanda que você tenha contra um grande provedor de aplicações.

Então, sob o aspecto de legislação, de jurisdição, a eficiência maior estaria em você tentar cobrir esse aspecto, e não propriamente uma questão da guarda de dados no Brasil. A guarda de dados no Brasil, por si só, não assegurará; ela manterá, por exemplo, o mesmo argumento que já foi usado: eu guardei aqui, mas eu estou submetido à jurisdição do meu país de origem, e essa legislação não me permite. Então, eu acho que permaneceríamos com essa discussão.

No entanto, se o dado tem de ser guardado – eu acho que este é o primeiro ponto: o dado precisa ser guardado –, seria importante a participação e a presença, por exemplo, amanhã, na Comissão geral, da Polícia Federal, porque sabemos que os senhores têm opiniões sobre isso e que seria importante que as pessoas que estão interessadas no marco civil da internet ouvissem opinião da Polícia Federal.

Sob esse aspecto, que consideramos também, parece-me importante.

Pelo lado de privacidade, pelo lado da confidencialidade dos dados, nós conhecemos esse mercado e sabemos que tanto faz. Se está aqui guardado, ou no exterior, ele vai estar submetido às mesmas regras internacionais de qualidade e de operacionalidade.

Então, sob o aspecto da empresa de telecomunicações, para nós, a guarda de dados aqui ou no exterior é irrelevante, não traz grandes distinções.

Mas eu levaria essa discussão mais para o aspecto da jurisdição, que você pudesse minorar ou reduzir essa possibilidade de empresas estrangeiras não precisarem cumprir a legislação brasileira, principalmente as de direito do consumidor, simplesmente porque, num contrato de adesão, esse cliente abriu mão do direito de ter a legislação brasileira protegendo-o.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Tenho vontade de falar, mas não me cabe qualquer tipo de observação neste momento.

**O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO** – Não, fique à vontade, Senadora.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Passo a palavra ao Dr. Ivan.

**O SR. IVAN CAMPAGNOLLI** – Obrigado, Presidente.

Eu procurei tomar nota, aqui, das perguntas e vou ver se, rapidamente, consigo endereçá-las.

O Senador Ricardo Ferraço nos fez algumas perguntas, e, se eu anotei todas, vou aqui, mais ou menos, pela sequência, Senador.

Ele nos perguntou se existe, no caso da nossa operação, algum acordo de coleta de informação, como esses dados seriam passados. Não, não existe acordo algum com nenhuma entidade nacional e internacional de transferência de dados sob qualquer circunstância. Os únicos dados que são repassados o são sob determinação judicial e da maneira como todos já descreveram.

Também nos questionam: se houvesse uma interceptação, onde seria o ponto fraco? O que a mim me chama a atenção, e creio que a todos nós, é que o assunto crime de interceptação não é um crime novo;

ele é um crime que existe, como bem comentou o Senador, vai mudando a tecnologia, mas de uma maneira individualizada que vai ser descoberta, eventualmente, em alguma atividade operativa, de manutenção, que se identifica e que tem alguma conexão que não deveria estar conectada daquela forma, naquele momento. Esse procedimento é normalmente abrir um boletim de ocorrência exatamente para tentar apurar se alguém, de posse de informações que são confidenciais, agiu de uma maneira criminosa e, como tal, é o que vamos buscar.

O caso em questão é que, além disso, como questiona a Presidente, a questão individual está posta, ou seja, há notícia declarada de conteúdo, etc., da Presidenta da República, mas a comoção que o assunto tem gerado é pelo volume de informações, que não são individuais, são massivas, um volume, como a gente lê na imprensa, impressionante pela quantidade. Esse sim, creio, é um tema relativamente novo e as respostas são por onde não foi. O que a gente procurou demonstrar aqui na apresentação é que temos todo um procedimento e um cuidado com a rede para garantir que, na nossa rede, não ocorra, pela responsabilidade que a gente tem na proteção dos ativos.

Somos diligentes também em que todo e qualquer acordo de conexão com uma operadora legalmente estabelecida seja regido por um contrato e que nesse contrato existam cláusulas que reflitam essa responsabilidade de preservação dos dados. Evidente que esses contratos são feitos e não há uma cláusula hoje citando que não se podem passar dados para a NSA, mas existem cláusulas de que a integridade dos dados deve ser preservada. É um contrato que tem validade jurídica.

Então, das interceptações que ocorram de maneira criminosa individualmente, eventualmente, se for pelo ar, por ondas de rádio, será muito difícil que tenhamos o mecanismo; se for pelo mecanismo de conexão de fio, etc., vai depender de uma informação sigilosa que, se entregue, é criminosa e pode ser descoberta por um processo normal de recuperação. No caso de fibras óticas, que é onde temos a maior quantidade de transporte, existem muitas dificuldades e eu desconheço tecnologia que permita que alguém colete uma informação a partir de uma intervenção numa fibra ótica, porque isso vai gerar uma notificação de alarme. Ou seja, temos mecanismos para saber que um determinado comportamento de uma determinada rota se alterou e a gente manda uma equipe em campo verificar qual é o problema.

Na minha experiência de 34 anos, nós nunca tivemos – eu nunca participei de um caso em que pudéssemos ter pegado alguma intervenção nesse tipo de...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas o senhor fala em território nacional ou inclusive...

**O SR. IVAN CAMPAGNOLLI** – Tanto em território nacional como em território estrangeiro, porque, no caso dos cabos submarinos, eles são de difícil manuseio. Eles são energizados com alta voltagem, são cabos pesados. Se superado todo esse obstáculo ainda houvesse uma intervenção, ela também seria reportada. Então, até onde a gente enxerga o nosso cabo submarino que vai até o destino final, a gente teria condição de perceber e não temos nenhum caso relatado.

Também nos foi perguntado sobre a auditoria da Anatel. A Anatel nos audita pelos mais diversos fatores. Eu não me lembro de nenhum caso, mesmo porque nem todos os casos passam pelo Comitê Executivo, há uma rotina. Não me lembro de nenhum caso de auditoria específica de segurança, mas me lembro sim de uma auditoria em que a Anatel entrou nos nossos equipamentos, havia um determinado objetivo de verificação e ela teve plena condição de verificar todos os comandos que foram dados naquele equipamento e se estavam de acordo com o que ela, em princípio, teria que encontrar. Então, a Anatel, obviamente, depois desse evento, certamente vai também ter algo mais específico. Eu desconheço que ela já o tenha feito no passado, mas tem todas as condições de fazer.

A aliança é segura e, se temos confiança na aliança, a aliança não é uma aliança, ela é uma relação comercial estabelecida por um contrato válido, juridicamente perfeito e que preserva por obrigação todos os dados dos nossos clientes. Então, não há a figura de entregarmos para uma operadora nenhum metadado – qualquer que seja o significado que se queira dar a metadado – e, dentro do marco legal, estamos convencidos de que as operadoras respeitam o acordo que têm conosco. Como elas se comportam e qual é a relação entre os órgãos de segurança de cada país, sinceramente, não me sinto preparado para dizer, porque a gente não vive lá. Mas posso garantir que aqui no Brasil nenhum organismo de segurança tem acesso a nenhuma informação de nossos clientes sem a devida e correspondente autorização judicial.

Também a Senadora perguntou sobre a questão do *data center*. Existe a questão: se deve ou se não deve. Nós somos favoráveis. Curto e grosso: sim.

E a questão da interceptação da Presidente Dilma, evidente que tomamos notícia, tomamos conhecimento, mas não tenho mais detalhes, apesar de sabermos que tanto existe preocupação com esse assunto que há equipamentos celulares criptografados. Se existe a tranca é porque existe a possibilidade de alguém tentar entrar.

O Senador nos pergunta se existe algum mecanismo para evitar que sejamos interceptados. Existe uma dezena de mecanismos, existe uma série de proteções codificadas de senha, quem tem acesso, com que perfil, para que atividade. Esse processo é auditado. Existem mecanismos que protegem a nossa rede contra ataques externos por 24 horas, sete dias por semana, com pessoas especializadas. Então, dentro da diligência que podemos fazer, nós temos plena convicção de que a nossa rede, sob esse ponto de vista, é segura. Agora, o crime é o crime. Nós somos do não crime. Sobre o crime, obviamente a gente tem algumas informações, mas nunca como aquele que o pratica, que tem muito mais detalhes.

O Senador Pedro Taques nos perguntou a respeito da interceptação, que já comentamos aqui. Pelo que a gente lê, se for por rádio, sim, é possível, se for em rede, em fibra, é muito difícil, nunca presenciei, porque provoca alteração.

E perguntou se existem protocolos internacionais. Existem protocolos de regras de relacionamento com os respectivos contratos com cláusulas de confidencialidade. Fora isso, há o crime, na nossa visão. Não sei se respondi.

Era isso, Senadora.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Obrigada.

Dr. Nelson, representante da TIM.

**O SR. NELSON DE SÁ** – Começando pelo Senador Ricardo Ferraço, Relator, que perguntou sobre caminho das empresas telecom, realmente, a gente tem uma relação com todas as outras grandes operadoras, todos os transportes. Isso é feito sob contratos com cláusulas, como todos já colocaram aqui.

Qual é o elo de fragilidade em todo esse problema? O elo de fragilidade é a pessoa, porque ela está cometendo um crime, basicamente é ilegal; não tem outra palavra para caracterizar isso.

Poderia não ser de conhecimento? Dentro da TIM, eu posso afirmar que, para haver uma interceptação de voz, a pessoa não consegue, porque a gente tem os mecanismos e faz uma auditoria de tempos em tempos, de hora em hora quase, que verifica tudo o que foi pedido legalmente, varre todas as nossas centrais, vendo as programações e, se houver uma programação que não esteja atrelada a um ofício, ela desfaz e abre um processo que vira depois, inclusive, uma investigação com boletim de ocorrência, fato esse que não ocorreu. Mas isso está dentro dos nossos sistemas e é isso que garante que não tenha interceptação ilegal dentro da nossa empresa, o que me faz dormir tranquilo.

Vazamento de dados. Se houvesse um vazamento, qual providência poderia ser tomada? O nosso SOX



trabalha 24 por 7 fazendo todas essas monitorações e não temos nenhum registro disso. Se houvesse algum registro, seguiria também os caminhos de implementação do CSIRT: seria comunicado oficialmente aos órgãos competentes.

Quais aspectos são auditados pela Anatel? A gente recebe fiscalizações da Anatel dos mais variados modelos e formas. Recentemente, inclusive, ela veio questionando todos os nossos controles, que padrão a gente segue, e foram testados. Mas são constantes e periódicas.

Sobre as alianças: a TIM mantém alianças comerciais. Não mantemos aliança nenhuma de troca de dados, não pactuamos e não temos nada de troca, seja *Metaframe* e conteúdo.

Espero ter respondido a todas as perguntas, Sr. Senador.

Senador Eduardo Suplicy: se temos mecanismos para garantir a comunicação privada. Os mecanismos são implementados pelo próprio protocolo do GSM, mas existem outros mecanismos que hoje já, como colocado aqui, usam aparelhos de criptografia.

Já respondendo um pouquinho também ao Senador Pedro Taques: sim, existem mecanismos de maletas, hoje, que capturam. Isso é notório. Na última feira de segurança que ocorreu aqui, em Brasília, havia estande expondo essas ferramentas. Então, elas são realidade.

O Senador perguntou se, por internet, há alguma forma de evitar. A internet é, por si só, uma rede aberta, e ela é passível, hoje, dos mais possíveis mecanismos de quebra do seu sigilo. Quando se coloca lá, por exemplo, que você quer atuar ou uma foto de alguns produtos, você está tirando esta foto numa localidade e ela está localizando. Quando você ativa um produto de mapa, você está ativando sua localização. Então, hoje, muito pela aplicação que se coloca no computador pessoal, seu celular virou um computador pessoal, muitas vezes, as pessoas, por desconhecimento ou, às vezes, por contrato de adesão – porque, se você não ativar aquilo, o produto não funciona como você deseja –, você está abrindo mão da sua liberdade. Então, isso é o mundo da internet hoje.

Creio que respondi a todos os Senadores.

Presidenta Vanessa: que tipo de auditoria da Anatel é feita? Já respondi. E reafirmo também que não só da Anatel; como somos uma empresa cotada, sofremos constantes auditorias de SOX, Sarbanes-Oxley, que também veem os nossos níveis de controle de segurança.

Que tipo de informações são armazenadas? Nós temos toda a informação do metadado de uma ligação ou de um início de uma comunicação de dados,

mas não o conteúdo. Não armazenamos conteúdo de nenhuma forma.

Da obrigatoriedade do *data center* no Brasil: essa aqui é uma pergunta e, às vezes, cabe aqui uma pequena reflexão. Obrigar a ter o *data center* com os dados no Brasil não necessariamente poderá resolver o problema, porque muitas empresas internacionais vão manter os seus dados aqui, mas dizendo novamente que não poderão fornecê-los dada a sua origem matriz. Eu acho que é salutar tê-lo aqui no País, sim, com investimentos, com incentivos para que esses dados, que cada vez mais vão ficar em nuvens e a gente nunca vai saber onde estão esses dados no mundo, tenham polos tecnológicos de armazenamento no País. Eu acho que isso é salutar, sim.

Sobre a interceptação da Presidenta Dilma, como pode ter ocorrido, pode ser de diversas formas. Eu acredito que ela deve ter sido feita muito mais próximo do que muita gente imagina lá fora. Fazendo uma interceptação hoje, como já colocado, por maletas, fazendo uma interceptação por um agente no telefone. Então, há várias formas como esse crime pode ter sido praticado. Novamente, isso é um crime.

Sobre que garantia tem a comunicação, a comunicação hoje é garantida por protocolos quando é para fazer um bem, mas, quando se quer praticar um crime, eu já participei de um curso, há alguns anos, em que disseram que não existe alvo, valor e tempo que você não consiga atingir. Basta saber qual é o valor do alvo. Infelizmente, a tecnologia hoje permite isso.

Senador Pedro Taques. Acho que já foi respondida a questão sobre ferramentas, maletas. Como citei, na última feira de segurança, aqui em Brasília, havia em exposição essas maletas.

Espero ter respondido todas as questões.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Nelson.

O nosso último a responder é o Dr. Ari Sérgio.

**O SR. ARI SERGIO PERRI FALARINI** – Bem, nós também, em termos de contrato, não temos, em nossos contratos comerciais, nenhuma cláusula que permita a abertura de informações de nossos clientes. Tampouco temos com qualquer governo ou qualquer entidade externa acordos desse tipo. Ou seja, nós temos contratos comerciais que prezam por um padrão de qualidade, de disponibilidade e de preservação do conteúdo da informação do cliente. Então, não temos nem com outras entidades nem com o Governo qualquer tipo de acordo que permita acesso às informações do cliente.

No que diz respeito à questão da vulnerabilidade, eu só gostaria de lembrar aqui que qualquer fre-

quência para uso no Brasil é liberada através de um controle feito pela Anatel e a própria Anatel faz a sua fiscalização.

Tentando pegar um resumo do que todos os meus colegas falaram, é claro que nós trabalhamos com essa preservação, com a manutenção, com a condição de prover segurança. Agora, existem artifícios, maletas, equipamentos que, se forem canalizados para um uso malicioso, vão ser usados, podem ser usados e são apresentados comercialmente, como citado pelo colega, nas diversas feiras e *workshops* de segurança existentes.

Em termos de vulnerabilidade da rede, principalmente das redes de alta capacidade, como já citado pelos colegas, os cabos submarinos são de difícil manuseio. Normalmente, para manusear um cabo submarino, você tem que alugar um barco, um negócio extremamente especializado, sofisticado, custoso e qualquer intervenção em um desses elementos, qualquer menor problema que acontece em um desses elementos os sistemas de alarme das operadoras sinalizam muito rapidamente. Ou seja, até por conta de contingenciamento nosso de tráfego, para não ter problema de perda de tráfego, de perda de receita, a gente toma ações muito rápidas. Então, qualquer intervenção desse tipo eu acho que seria muito rapidamente detectada e atuada por qualquer uma das operadoras.

Em termos de fibra ótica, estamos falando de sistemas de altíssima capacidade. Aí vem um pouco da impossibilidade, também como já citado, ou da dificuldade, também já citada, de colocar qualquer aparato que, em um curto espaço de tempo, conseguisse fazer o mapeamento do volume de informações como ele é colocado.

Quanto à questão do *data center*, nós entendemos que seria bastante saudável ter estruturas de *data center* local. Essa é uma posição que a empresa realmente defende e busca defender.

Auditagens da Anatel. Nós temos, com regularidade, auditorias da Anatel, tanto para SLAs técnicos operacionais como também para verificação dos dispositivos de segurança na rede. Então, via de regra, a Anatel, nas suas auditorias, pede para a gente a informação de todos os funcionários que tiveram acesso à rede, em que horário tiveram acesso à rede, que tipo de atuação fizeram na rede. E nós também temos sistema de auditoria interna que verifica se tudo aquilo que tem que estar programado na rede está correto. E, não estando correto, disparamos a auditoria interna para rapidamente identificar e corrigir.

Então, reforçando um pouco o que foi falado aqui pelos colegas, hoje, a gente tem principalmente na questão dos aplicativos e de ferramentas disponíveis

no mercado uma condição em que é muito importante a gente saber o que está fazendo. No momento em que eu dou um o.k. para um determinado aplicativo em qualquer um dos meus aparelhos, seja no meu celular, seja no *wi-fi* da minha casa, em qualquer coisa do meu uso, a gente tem que saber muito bem o que está fazendo, ter muita certeza de que está autorizando a coisa certa e tentar entender para quê aquilo vai ser usado.

E com relação à interceptação das comunicações da Presidenta Dilma, nós também temos a convicção de que isso pode ter acontecido de uma forma muito mais próxima do que efetivamente se imagina por dentro da rede.

Eu acho que aqui também consegui cobrir a maioria dos pontos. Não sei se há alguma pergunta adicional.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu agradeço também a participação do Dr. Ari. Creio que não há... Se o senhor quiser... Pois não.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Agradeço os esclarecimentos. Nós temos agora a Ordem do Dia, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente. Então, eu quero agradecer muito aos convidados de hoje. Só quero lembrar aqui que eles também já foram perante a Polícia Federal prestar depoimento diante do inquérito que está sendo levado a cabo e dizer que a CPI fará contato a cada informação que nós necessitarmos.

Então, está encerrada a presente reunião.

Temos dois requerimentos. Então, os senhores podem ficar à vontade.

Senador Suplicy, só gostaria que o senhor pudesse ficar para que a gente possa votar aqui os requerimentos.

#### REQUERIMENTO Nº 71

**Com fundamento no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero, no prazo de (5) cinco dias úteis, que sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Diretor Geral da Agência Brasileira de Inteligência informações sobre a denúncia publicada pela imprensa sobre a possível remessa ilegal de informações por agente brasileiro a membros da agência norte-americana de Informações a CIA:**

As razões da não instalação de inquérito administrativo relativo à atuação de servidor deste órgão que teria disponibilizado dados sensíveis do país a representante de governo estrangeiro.

Envios à CPI de todos os documentos que envolvem o caso, inclusive os que foram possivelmente repassados à agência norte-americana.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

(Pausa.)

Aprovado.

#### REQUERIMENTO Nº 72

**Requeiro, nos termos do art. 58, inciso III, da Constituição Federal, e dos arts. 148 e 149 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre as outorgas de serviços limitados privados de telecomunicações concedidas às embaixadas e consulados do Brasil estabelecidos no exterior, discriminadas por país e por local, com especificação de quantidade de estações e antenas implantadas, se houver.**

Requerimento nº 73. É um requerimento que solicita a realização de uma diligência em lugar e data a serem definidos posteriormente. Não há como fazer a leitura na íntegra, neste momento, do requerimento. O requerimento é de conteúdo não aberto por enquanto.

Os Senadores já tomaram conhecimento.

Portanto, votação aprovada.

Obrigada.

Senador Suplicy, obrigada. O senhor está sempre muito atento.

Então, nada mais havendo a tratar, nossa presente reunião está encerrada.

*(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 44 minutos).*

Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 811, DE 2013, DESTINADA A INVESTIGAR A DENÚNCIA DE EXISTÊNCIA DE UM SISTEMA DE ESPIONAGEM ESTRUTURADO PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS COM O OBJETIVO DE MONITORAR EMAILS, LIGAÇÕES TELEFÔNICAS, DADOS DIGITAIS, ALÉM DE OUTRAS FORMAS DE CAPTAR INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS OU PROTEGIDAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

#### ATA DA 12ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião, realizada em 12 de novembro de 2013, às 14 horas e 45 minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa. Ocorrida sob a Presidência da Senadora **Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)** e com a presença dos Senadores **Eduar-**

**do Suplicy (PT/SP), Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) Eunício Oliveira (PMDB/CE) e Roberto Requião (PMDB/PR).** Deixaram de comparecer os Senadores: **Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Benedito de Lira (PP/AL), Sérgio Petecão (PSD/AC), Pedro Taques (PDT/MT), e Lídice da Mata (PSB/BA). Walter Pinheiro (PT/BA), Aníbal Diniz (PT/AC), Eduardo Amorim (PSC/SE), e.** Na ocasião, ocorreu audiência pública com os seguintes convidados: Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, Diretor Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO; e Victor Guimarães Vieira, Diretor do PRODASEN.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Declaro aberta 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, destinada a investigar a denúncia da existência de um esquema de espionagem promovida, sobretudo, pela NSA contra o Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, Diretor-Presidente do Serpro, e Sr. Victor Guimarães Vieira, Diretor do Prodasen.

Lembro a quem vai nos assistir que o Serpro trabalha com o Governo Federal e que o Prodasen é o serviço de informática do Senado Federal.

Informo que os convidados, na sequência, terão o tempo regimental para fazer suas apresentações.

Mas, antes de iniciar nossa audiência pública, quero aqui registrar que os trabalhos da presente Comissão têm sido apoiados por diversas entidades e órgãos de governo, todos empenhados na construção de um diagnóstico preciso das vulnerabilidades que o Brasil tem em sua segurança cibernética, os quais têm sido fundamentais para que também possamos construir e apontar saídas para superá-las.

Vou fazer uma pausa só para dizer que o Senador Suplicy veio aqui, mas todos os membros desta CPI, por incrível que pareça, estão na reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

O Senador poderia sentar-se à mesa um pouquinho conosco.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É que se iniciou a leitura do parecer do Senador Ricardo Ferraço sobre a questão da...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Maioridade penal.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estão querendo diminuir a maioria penal, mas não sou a favor disso. Preciso estar lá neste instante.



**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito bem! V. Exª nos represente lá. Mas, assim que houver um espaço lá, V. Exª corra para cá, para ouvir nossos convidados, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem. Peço licença!

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Na semana passada, fui convidada, assim como outros Senadores, a conhecer as instalações do Serpro. Nós fomos muito bem recebidos lá, eu e outros Parlamentares. Nesta semana, também fiz uma visita ao Prodasen, onde também, da mesma forma, fomos muito bem recebidos. Esses são os serviços de processamento de dados do Governo Federal e do nosso Senado. Nessas duas visitas, pudemos constatar que o Brasil produz, mesmo com as dificuldades existentes pela falta de investimento e pelas amarras da nossa atual legislação, soluções tecnológicas de alta complexidade.

Os dois expositores que aqui estão trazem ao nosso conhecimento um pouco das soluções e das preocupações de órgãos referenciados como algumas das melhores empresas de processamento do País.

Por fim, quero registrar também o recebimento, por meio da assessoria, de uma correspondência enviada pelo Sr. André Molina, que aqui está presente e que é do Prodasen, em que constam acórdãos e diagnósticos que já foram realizados pelo Tribunal de Contas da União sobre a segurança cibernética nos órgãos federais. A correspondência está à disposição não só dos membros desta Casa e da Comissão, mas também de quem quiser.

Eu, aqui, quero registrar que não tinha conhecimento desse estudo desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União, que é também uma peça importante para os nossos trabalhos.

Então, imediatamente, convido para compor a Mesa conosco o Dr. Victor Guimarães, que é servidor do Senado e Diretor do Prodasen, e o Dr. Marcos Vinícius, que preside com muita competência o Serpro, para que façam parte da Mesa.

De acordo com o Regimento, concederemos em torno de 20 minutos para cada expositor e, na sequência, para os Parlamentares.

Os senhores fiquem à vontade!

Já há um acerto de quem pode falar primeiro? *(Pausa.)*

Então, o Dr. Marcos Vinícius, nosso convidado, está com a palavra.

Mas, aqui, acho que o critério é um pouco diferente. Os convidados gostariam de falar por último. Não, imagine!

Com a palavra, o Dr. Marcos Vinícius.

**O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI** – Está ótimo!

Muito obrigado, Senadora, pela oportunidade de falar no Senado, nesta Comissão, em nome do Serviço Federal de Processamento de Dados.

Quero fazer só algumas preliminares. Uma delas é que, realmente, é uma satisfação fazer este debate junto com o Prodasen, que é uma entidade muito respeitada na área.

Por que eu faço esta referência? Porque existe, no nosso País, um conceito muito pouco trabalhado, que é o dos serviços estratégicos e dos serviços que colocam o País em xeque nos seus ambientes de operação. Nós somos responsáveis por segurança da informação. Existem órgãos, dentro da gestão pública, que são responsáveis pela segurança cibernética tanto do Governo quanto do País. Não é nossa responsabilidade a segurança cibernética, mas, em função de atuarmos em serviços estratégicos para o funcionamento do País, nosso entendimento, meu entendimento particular é que se deveria ter uma visão muito mais focada na segurança do que hoje essas organizações têm.

Quero citar um exemplo. Se nós, no Serpro, tivéssemos um apagão, nenhum serviço de importação e exportação acontecerá no nosso País, nenhum carro produzido receberá o registro de certificado, as pessoas não poderão tirar carteira de habilitação, não poderão fazer transferências, nós também não poderemos fazer transferência para Estados e Municípios, para hospitais, ou seja, nós não faremos arrecadação, nós não controlaremos a despesa do País através do Siafem ou do Siafi, que é o nosso sistema, nós não administraremos os recursos humanos da União e assim por diante. Portanto, um apagão numa organização como essa significa um apagão de Estado.

É por isso que nós avançamos na questão da segurança da informação para além das nossas atribuições, vamos dizer assim, institucionais no que diz respeito a esse tema segurança cibernética, porque um serviço nosso em interrupção causa um prejuízo muito elevado para o País. Nenhum navio atraca em porto e assim sucessivamente. Então, é por isso que temos uma preocupação grande e temos sempre feito investimentos no sentido de aumentar nossa segurança.

O que nós entendemos como possíveis vulnerabilidades e o que temos apontado como soluções? Eu vou falar de algumas que estamos executando. Nós separamos aqui, para este nosso papo, as vulnerabilidades na rede mundial de computadores, as vulnerabilidades dentro da rede de governo, da nuvem de governo ou das nuvens possíveis de governo, dos

centros de dados de governo – e aqui nós estamos tratando dos centros de dados de governo, não estamos tratando de todos os centros de dados que operam no País –, aplicações de governo e, por último, de correio eletrônico. Foram, inclusive, determinantes esses últimos quatro itens para um decreto da Presidenta na semana passada, que fez alguns encaminhamentos.

Começando, então, pela rede mundial de computadores, as vulnerabilidades que nós temos hoje na rede mundial são a concentração da governança da internet. Quer dizer, hoje, a governança da internet é concentrada nos Estados Unidos. Nós temos um modelo brasileiro, que é o modelo de gestão de governança da internet, que deveria servir como um modelo internacional, em que existe participação da sociedade, existem órgãos de atuação tanto do mundo privado quanto do mundo de governo, mas essa governança não existe assim. Esse foi, inclusive, um dos temas da fala da Presidenta da abertura na reunião na ONU, onde nós reivindicamos uma democratização nessa governança da internet.

As redes físicas, cabos e satélites não são, na sua grande maioria, controlados pelo Brasil, especialmente das ligações entre o Brasil e os outros países. São cabos, muitos deles, privados e existe agora uma fragilidade muito grande desses cabos, inclusive submarinos. Já existem até submarinos específicos para a espionagem, submarinos que coletam informações diretamente nos cabos submarinos no mundo todo.

As redes lógicas. Nós hoje temos rotas e os servidores centrais da internet, inclusive os DNSs que fazem esse encaminhamento, é que permitem que, ao mandar um *e-mail*, se leia de trás para frente e se identifique a quem se quer chegar. Esses grandes centros de roteamento estão fora do nosso País também e com equipamentos passíveis de serem atacados ou até mesmo passam informações de forma natural para a legislação de seu país de origem, na sua grande e esmagadora maioria, norte-americanos.

Predominância de armazenamento de dados sobre legislação estrangeira. O que queremos dizer com isso? Que nós temos vários centros de dados hoje, ou porque têm *softwares* que são norte-americanos, e a legislação obriga que eles tenham algum espaço para o departamento de defesa norte-americano fazer a verificação das informações que ali estão, ou alguns que são centros de dados de legislação norte-americana mesmo que, ao se colocar – existem fornecedores de nuvem por exemplo que nós autorizamos, nós demos aceite como pessoa física –, um órgão público se utiliza disso, nós damos aceite à verificação das informações que ali estão, respeitando a legislação norte-americana. Quem tem pessoalmente um Gmail

aceitou a espionagem norte-americana. Eles não estão fazendo nada que não tivessem avisado antes que assim fariam. Todos os que deram o.k. o fizeram para isso. Não há nenhuma novidade nisso.

O que nós estamos apresentando, então, de soluções, para isso? Um maior protagonismo do Brasil na governança de internet – nós estamos falando do Brasil porque esse era um termo debatido internamente no Governo, mas é claro que queremos a governança muito mais democratizada no mundo todo na internet. Uma distribuição geográfica de políticas inclusive de servidores de internet além daqueles treze servidores principais, e hoje todos estão em território norte-americano. Que comece a haver troca de tráfego fora dos EUA também, instalações de mais cabos de conexão de redes no nosso continente internamente. Existem vários projetos que também estão traçados, mas ainda não operantes e que nos permitem um controle maior dessa ligação física. Desenvolvimento de satélites. Infelizmente nós tivemos até mesmo a nossa política aeroespacial prejudicada com incidentes que algumas pessoas acham que não são incidentes, são acidentes, foram provocados mesmo, mas nossa política retrocedeu, quer dizer, nós precisamos avançar e resgatar aquela posição, pois nós já estávamos muito mais adiantados há dois anos. E o fortalecimento do CGTI, que é esse modelo de governança. Quer dizer, o modelo de governança do Brasil hoje já é um modelo de participação que inclui outros atores além daqueles que operam as redes.

Na rede governo, tentando descer um pouco mais para nós aqui, hoje nós operamos essa infovia que atende Brasília e todos os ministérios. Então, toda a infraestrutura física é operada pelo Serpro, mas isso não nos reserva a condição de ficar completamente protegidos. Existem predominâncias de redes de operadoras, telecomunicações. Se nós pensarmos, por exemplo, no tráfego da telefonia móvel entre operadoras, toda a troca de tráfego é feita na própria operadora do Brasil, mas entre operadoras elas têm o direito, pela própria legislação, de fazer a troca de tráfego no menor custo. Essa troca de tráfego entre operadoras de telecomunicações normalmente acontece em Miami, que é o lugar de menor custo.

Trabalhamos com dados não criptografados, e aí há todo um debate sobre criptografia, podemos pincelar um pouquinho nisso, mas nós costumamos trabalhar com dados não criptografados. Por quê? Há uma questão cultural inclusive do uso dessas ferramentas que fortalecem, que dão robustez à informação.

Fragilidade na segurança dos *softwares*. Existem *softwares* que têm esses *backdoors* por obrigação legal. Nós fizemos uma análise de vários produtos de

*softwares* e, em quase sua grande maioria, está dito que, obedecendo à legislação norte-americana, se reservam o direito de dar acesso ao departamento de segurança norte-americano para que, em caso de risco para os cidadãos norte-americanos, eles os possam acessar. E isso está nos produtos de *software* que nós colocamos nas nossas instalações hoje.

Existem alguns produtos de *softwares* conhecidos que, quando ligados na rede, trocam 500k de informação, em princípio, para atualização do produto, mas não necessariamente para isso, porque são caixas pretas e a gente não sabe o que eles estão trocando efetivamente de tráfego.

Exposições de roteadores de bordo. Mesmo que se faça todo controle dessa rede, como a infovia nos permite, é uma rede controlada por nós, ela só sairá, a internet, nos certificados do Serpro tanto daqui de Brasília quanto de São Paulo, mas nós temos essa rede se comunicando com roteadores de bordo que vão permitir um acesso diferenciado à internet. Então nós temos que reforçar toda essa rede virtual, virtualizar cada vez mais os túneis de comunicação.

Aqui todo o nosso ambiente é criptografado, mas, quando navegamos com o ambiente externo, nós passamos por situações não criptografadas, porque se não criptografarmos a mensagem, não adianta só o túnel estar criptografado. Então, nesse momento em que estou passando fora dos nossos túneis, a mensagem está aberta. É por isso que falamos que precisamos atuar muito mais em criptografia, inclusive de conteúdo.

Domínio da infraestrutura e das aplicações usadas por empresas privadas. Nós temos equipamentos, roteadores, *switches* que são de empresas norte-americanas, mais especificamente, o mais conhecido aí é o da Cisco. E nós temos sistemas operacionais tipo Microsoft, bancos de dados Oracle e uma série de componentes, no nosso ambiente, mesmo que esse ambiente seja gerido por nós, seja gestado por nós, nós estamos lidando com todo esse ambiente não controlado por nós.

Que sugestões nós estamos apresentando aqui? O uso da infraestrutura pública de comunicação. E percebam que só estou falando da rede de governo. Então, cada vez mais, devemos usar infraestrutura pública de comunicação. Nós estamos passando fibras óticas em várias capitais do nosso País, nós estamos expandindo a infovia aqui em Brasília. Isso nos garante, por exemplo, que nós possamos ter um controle do tráfego sainte muito maior do que teríamos se usássemos simplesmente uma operadora.

Então, se o Serpro tem, hoje, toda uma preocupação com o tráfego entrante... Toda vez que vim falar aqui no Senado eu falei do tráfego entrante, todas as

vezes que estávamos discutindo inclusive marco civil, as tentativas de invasão, tudo o que seguramos. Nos nossos ambientes, temos uma rede bastante capacitada para administrar e reconhecer diretamente todos os endereços IPs de toda tentativa de entrada no nosso ambiente. O problema dos *backdoors*, o problema desses equipamentos, é o tráfego sainte, é o quanto eles estão se comunicando com os seus fabricantes sem que controlemos esse tráfego sainte. Então, a idéia é ter cada vez mais uma gestão do nosso ambiente, que a gente vá diminuindo essa quantidade de tráfego sainte, mesmo que continuemos em gestão, monitoração e auditoria, pelo Governo, de todos esses equipamentos.

Muito se discutiu se é possível, se nós temos capacidade de fazer auditoria. Eu digo para vocês que absolutamente temos. O ITI já contrata hoje o Centro de Pesquisa da USP, em São Paulo, para fazer auditoria de todos os equipamentos que vão dentro do ICP-Brasil.

Se vocês fizerem uma rápida análise de todas as questões que passaram aqui por nós, verão que nós não temos notícia, Senadora, de invasão no nosso sistema bancário. Todos os equipamentos que vão no sistema bancário brasileiro são auditados pelo Instituto de Pesquisa da USP, em São Paulo, em convênio com o ITI. Ali é feita uma verificação completa de se aqueles equipamentos, mesmo os estrangeiros, respeitam essa preocupação de não passar informações para fora do ambiente bancário.

Eu tenho um amigo na USP que diz que é possível saber muito da nossa vida, menos do sistema bancário. E isso tem uma razão. Não é que o sistema bancário está inatacável. É que atacar significa usar processamento. Usar processamento pesado significa energia elétrica. Para vocês terem uma idéia, a agência norte-americana envolvida em todas essas condições consome uma capacidade energética, hoje, de 150 megawatts. Isso é dez vezes o que a USP consome no Brasil. Então, quanto mais capacidade de processamento é preciso para derrubar uma chave, mais energia se consome, e mais caro fica. Aí eles fazem algumas opções de onde é que eles vão entrar. Certamente, no mais fraco, assim como ocorre em qualquer sistema de segurança mundial.

Por isso, deve-se investir em protocolos de segurança de informação seguros e livres. Nós já temos o ambiente da Presidência da República em IPv6. Nós usamos na nossa rede SSL protocolos de segurança que são livres, que são auditáveis e que podemos ir alterando.

Quando falamos em *software* livre, normalmente vem a idéia de que se é livre, é menos seguro. Pelo contrário, aquilo que é mais exposto, é mais atacado e



tenho mais elementos de contorno do que aquilo que desconheço, do que aquilo que é uma caixa fechada.

Investir em *hardware* nacional e de rede. Hoje nós já temos, no nosso mundo universitário, capacidade de ter roteadores de *throughput* da mesma proporção dos internacionais. Basta seguirmos no investimento desses projetos. Nós temos vários projetos, no Brasil, nesse sentido. Já existem equipamentos, inclusive, comerciais brasileiros que chegam a uma capacidade próxima, e aí, realmente, os equipamentos produzidos no Brasil ainda não atendem, mas nós já temos inteligência no País para construir esse *hardware* nacional. E nós queremos, Senador, até julho do ano que vem, estar com o Infovia Brasil, com *hardware* nacional fazendo toda essa criptografia, inclusive em *hardware*, do nosso ambiente.

Nós, hoje, também já produzimos toda a parte de *OpenFlow* no mundo universitário. O que seria o *OpenFlow*? É a nossa capacidade de, ao comprar um equipamento norte-americano, por exemplo, tirar a inteligência de roteamento de dentro desse equipamento e passar a inteligência de roteamento, a chamada Camada 3, para o mundo do *software*. Esse mundo do *software* se faz em *OpenFlow*, que é um *software* livre para roteamento. Então, já estamos desenvolvendo, em conjunto com as universidades, essa tecnologia de *OpenFlow*, já bastante debatida e consagrada no mundo acadêmico. Precisa agora ir para dentro dos equipamentos nacionais.

Evidentemente devemos usar criptografia. Nós temos um acordo, na verdade, um contrato com a Universidade Federal de Santa Catarina, que fez o desenvolvimento da criptografia para o ITI. Então, hoje, todo o nosso ambiente da ICP-Brasil é *hardware* e criptografia nacional. Alguns poderão me dizer: “São *softwares* comprados”? Não, não são *softwares* comprados. São padrões de cálculos matemáticos, da Matemática Quântica, que evidentemente são compartilhados mundialmente. Com isso, não há um problema, porque o fato de ser conhecido mundialmente o cálculo matemático não afeta em nada. Pelo contrário. Agora, se eu colocar um *hardware* fraco, esse cálculo vai permitir ser quebrado. Então, nós temos que associar ao conhecimento criptográfico Matemática Quântica com o desenvolvimento de *hardware*, para que possamos ter uma robustez maior nos nossos ambientes.

Hoje, a nossa criptografia, do ICP-Brasil e do Serpro, já é totalmente desenvolvida com as universidades brasileiras, e o nosso *hardware*, assim como do ITI, somos a única autoridade certificadora do Brasil – diga-se de passagem, o Prodasen usa a nossa certificação digital –, usamos *hardware* nacional desenvolvido com a Universidade Federal de Santa Catarina, com a

Unicamp, e hoje feito por uma empresa brasileira no Centro de Tecnologia da Unicamp. Então, já estamos bastante avançados nesse sentido. É claro que essa é uma guerra de gato e rato. Nós temos sempre que estar avançando mais, porque a tentativa sempre é quebrar o que há de mais fraco no momento.

Ampliação do investimento em *cyber* defesa. Precisamos usar recursos hoje para incentivar a indústria nacional para que, com toda essa inteligência que nós temos hoje, possa avançar e competir com esses equipamentos internacionais ou criar algum processo de proteção, como fizemos também no decreto que a Presidenta assinou, considerando de segurança nacional esses elementos. Portanto, o Exército Brasileiro e o Ministério da Defesa farão investimentos no desenvolvimento desses equipamentos, em conjunto com o Serpro na questão mais de conhecimento, para que tenhamos *software* nacional com *OpenFlow* e criptografia nacional. Esse é o nosso objetivo para 2014.

Bom, da criptografia já falei um pouco. Pouco uso de criptografia.

(Soa a campanha.)

#### O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI

– Senadora, a senhora me corte quando for o caso.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pode continuar.

#### O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI

– Para vocês terem uma ideia, nós criptografamos os caminhos, e não estávamos criptografando o conteúdo da mensagem. Então, agora, essa implementação que estamos fazendo do Expresso V3 já faz a criptografia de mensagem também.

Essa lógica precisa passar para todos os sistemas que desenvolvemos.

Algoritmos de criptografia criados por países estrangeiros. Vimos que o maior problema é o seguro, que é o *hardware* criptográfico, controlado pelos países. Eles têm permitido inclusive que avancemos no conhecimento matemático, mas é claro que, depois, é a fragilidade do *hardware* que permite a entrada. Então, nós temos que lidar com esses dois ambientes aqui, sabendo que temos conhecimento, hoje, para resolver essas duas questões.

Uso de chaves criptográficas fracas devido a esses algoritmos utilizados. E, na mobilidade, não temos chaves hoje. Nós precisamos investir nas chaves em mobilidade.

Que soluções nós estamos apresentando? Investimentos em projetos de formação e pesquisa em criptografia. Com essas duas universidades que tenho citado – a USP e a Universidade Federal de Santa Catarina –, estamos desenvolvendo um projeto de forma-

ção de pesquisadores e, na verdade, no nosso caso, de técnicos em criptografia.

O Brasil, inclusive, será sede do maior encontro de criptografia mundial no ano que vem, em Santa Catarina. E, neste ano, em dezembro, Senador, nós temos o encontro mundial de criptografia em Manaus.

Criação de grupos de especialistas em criptografia é uma atividade que estamos fazendo com essas duas universidades.

Ampla adoção de criptografia no Governo. Então, cada vez mais, precisamos usar os nossos ambientes em criptografia. Toda a nossa rede hoje... A assinatura da Presidente da República em um documento é totalmente criptografada. O Senado também faz a criptografia dos documentos do Presidente do Senado.

Uso do ICP-Brasil. Essa também é outra questão importante. Nós temos algumas chaves públicas que são frágeis, que são abertas. Se temos o ICP-Brasil, se temos todo esse conhecimento alocado das universidades, do Serpro e do ITI sobre o ICP-Brasil, por que não fortalecer a questão do ICP-Brasil, que são as chaves públicas brasileiras?

Parcerias com outros países. Toda a discussão que temos feito é de não isolamento do Brasil. Pelo contrário, é de compartilhamento, é de cooperação para que possamos avançar numa rede cada vez mais segura, mas com todo mundo sendo protagonista, não sendo somente usuário, porque essa relação de meros usuários nos leva às fragilidades e às vulnerabilidades.

Auditoria das soluções em uso. Nós temos institutos, hoje, muito fortes. Esse instituto na USP, por exemplo, quando faz as auditorias de soluções, tem sido automaticamente contratado até pelas empresas estrangeiras, Senador, porque, além de descobrir vulnerabilidades, descobre falhas nos produtos que chegam ao Brasil. Então, eles conseguem dar consultoria para melhorar os produtos que não são brasileiros.

Nuvem do Governo. Nós desenvolvemos um projeto de nuvem, já desde o ano passado, em função de acharmos que seria de extremo risco o Governo brasileiro contratar uma nuvem privada. Por isso, o Serpro desenvolveu isso, nossa equipe de Curitiba. Nós temos uma equipe especializada em cada um dos nossos 11 polos de desenvolvimento. Em cada polo de desenvolvimento, temos um tipo de tecnologia, que é mais avançada em cada uma delas, através dos nossos comitês de implementação do *software* livre. Nós temos pessoas que ficam só estudando desenvolvimento de tecnologia. Temos, em Salvador, um grupo montando toda a rede social em *software* livre, dominado completamente por nós. Vocês já devem ter ouvido falar do participatório na Presidência da República. Ou seja, ele fala com as outras redes, mas não baseia os

dados nem em Facebook nem em Twitter, apesar de o Twitter ter sido o único órgão que não repassou os dados para a agência norte-americana. Nós achamos que era importante termos contato com essas outras redes, porque, se as pessoas estão nessas redes, não podemos isolar nem obrigar que elas venham para uma rede do Governo. Montamos toda uma estratégia de ter uma rede social desenvolvida através de uma tecnologia chamada Noosfero, que já é conhecida no Brasil, já participa de vários usos. Nós montamos isso no Serpro – é uma rede social em operação no Serpro – e, agora, na Presidência da República.

Da mesma maneira, nós temos, em Curitiba, toda uma discussão e toda uma montagem, já está no ar, já está em produção, da nuvem do Serpro. Quando fizemos isso, no ano passado, muitos acharam que estávamos investindo em algo que já existia, mas resolvemos fazer a nossa nuvem, achando que o Governo não poderia usar nuvens que não fossem controladas por nós. Fizemos toda ela baseada em *software* livre. O principal produto disso é chamado de OpenStack, que é o orquestrador da nossa nuvem, toda com Linux, toda com bancos de dados abertos. Essa nuvem está em produção. Nós estamos, hoje, já, inclusive com compartilhamento de arquivos. O Expresso está indo para a nuvem. Essa é uma das preocupações que tínhamos, e montamos esse projeto.

Assistimos a vários governos, inclusive, usando essas nuvens de empresas privadas. Essas nuvens muitas vezes são com *software* proprietário ou *software* fechado. A grande maioria das nuvens hoje usa *software* livre. Das dez maiores nuvens do mundo, só uma, a nona colocada, usa um *software* proprietário. Essa nuvem que usa *software* proprietário é da própria Microsoft, que usa o *software* da Microsoft. Todas as outras usam ou o Linux ou o FreeBSD. Mesmo assim, eles encapsulam de uma maneira que nós não temos acesso. Então, não resolve o nosso problema e, além disso, respeita a legislação norte-americana, como é o caso do Gmail.

E falta gestão de integração das nuvens. Também não adianta ter uma nuvem totalmente do governo e, ao se comunicar, ao se relacionar com as nuvens, essas nuvens híbridas, não ter capacidade de fazer uma gestão do tráfego que vai entre uma nuvem e outra. Por isso nós investimos pesadamente numa ferramenta de orquestração da nuvem. A nuvem, quem conhece sabe disso, é uma pilha de nove *softwares*. E nós queríamos um *software* de orquestração que fosse aberto, para que nós pudéssemos fazer essa gestão. E isso está tudo funcionando, está tudo no ar.

Então, a solução é criar as nuvens de governo e, aí sim, obrigatoriamente em Território nacional. Acha-

mos que se deve ser um pouco mais radical do que isso, quer dizer, a nuvem tem que ser do governo. Por isso o Serpro o fez e está em operação hoje.

Coordenação e gestão da nuvem para obter qualidade similar entre as diferentes nuvens. Nós não podemos ter uma nuvem que limite os serviços. Por isso deve haver a maturação de todo esse projeto. Já estamos com isso há um ano e meio. Colocamos em produção faz um mês e meio, porque tínhamos que ter a solução para todas as coisas que as nuvens privadas apresentam hoje.

Uso de *software* livre para os sistemas de nuvem. No nosso entendimento, isso é estratégico para que possamos manter a segurança. Não adianta fazer toda uma nuvem, todo esse ambiente de nuvem e as fragilidades, as vulnerabilidades não serem geridas por nós. Então, nós apostamos no OpenStack.

Os centros de dados do governo são acessos indevidos a dados e aplicações, as vulnerabilidades, porque usam, são dependentes de sistemas operacionais fechados.

Uso de *data centers* privados, até fora do País, alguns até dentro do País, mas privados. Muitas vezes chegam a chantagear o governo na questão de um contrato, de uma renovação contratual, como se os dados fossem deles. Temos exemplo disso. E todos eles aprisionados. É quase impossível sair desses centros de dados sem uma radicalidade na tomada de decisão.

Por isso, então, as nossas ações são de gestão e classificação de documentos e dados, ou seja, nem todos os dados que nós administramos são sigilosos. Pelo contrário. Noventa por cento dos dados que nós administramos devem ser de conhecimento público, portanto, devemos classificar e dizer isso, porque muitas vezes somos amedrontados, embora não devêssemos ser. Nos períodos de imposto de renda, normalmente a comunidade *cracker* que tenta derrubar os nossos ambientes costuma divulgar o meio *e-mail*, dizendo que entraram no Serpro porque viram meu *e-mail*. Gente, meu *e-mail* está na página do Serpro! Não é preciso fazer nenhum esforço para saber o meu *e-mail*. Então, nós temos que classificar também para sair da paranóia de que todos os dados que a gente administra são sigilosos.

No caso específico do Serpro, os dados sigilosos são dados de pessoas, são dados de empresas, então, pessoas físicas e pessoas jurídicas, são dados em elaboração. Esses são os dados sigilosos. Os demais dados, como os dados do Orçamento da União, são livres, são dados que devem ser acessados. Digo isso para que a gente não ache que tudo depende de uma rigidez muito grande de acesso. Pelo contrário. Devemos promover mais acesso, transformar muitos

dados em dados abertos e, portanto, diminuir a necessidade de investimento naquilo que efetivamente tem que ser fechado.

Fizemos gerenciamento de identidade em todos os nossos ambientes, porque também uma fragilidade que temos nas nossas redes é a fragilidade interna. Nós trabalhamos, por exemplo, na construção do imposto de renda, com mais de 400 profissionais todo ano fazendo essa elaboração, com São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, todos os nossos técnicos em vários ambientes. Gerimos a identidade de todos eles, ou seja, nós gerimos o que cada um está fazendo, que acesso e que tipo de construção fez.

A mesma coisa vale para os nossos ambientes externos. Gerimos todos os acessos dos nossos ambientes externos. Portanto, quando houve alguma situação de acesso indevido às nossas informações, não representou, em nenhum desses momentos da história, uma invasão aos dados da Receita Federal. Pelo contrário, uso indevido de senhas, todos eles identificados e as pessoas punidas – no caso, algumas pessoas presas, algumas pessoas demitidas e processadas.

Uso de protocolo de segurança aberto e livre. Nós temos que entender que isso também é um conjunto de *softwares*, também é um conjunto de inteligência. Então, se nós fazemos esses acessos somente com *software* de código fechado, esses *softwares* podem estar passando informações para os seus fabricantes e assim por diante. Então, achamos que é importante nós usarmos protocolos de segurança abertos, livres e nós poderemos gerir esses protocolos.

Análise de licenciamento de *softwares*. Esses produtos têm essas licenças que permitem o acesso, e nós devemos fazer uma análise disso e obrigar que eles respeitem a legislação nacional, a legislação brasileira. Na semana passada, até em função disso, eu me reuni com um dos fornecedores. Eles diziam que respeitam a legislação norte-americana. Eu disse que para nós do Governo Federal isso não interessa; têm que respeitar a legislação brasileira, que não permite esse tipo de *backdoor*.

Evidentemente que no *software* livre nós não temos *backdoor*. Então, nós usamos cada vez mais intensamente *software* livre dentro do Governo Federal. Nossos ambientes do Serpro já estão, mais de 70% deles, em *software* livre nos sistemas operacionais e criamos, inclusive, uma ferramenta de desenvolvimento que é *software* livre.

O imposto de renda que vocês receberam este ano já foi desenvolvido todo em *software* livre. Atende a duas questões importantes. Uma é a portabilidade. Quer dizer, nós não podemos ter uma solução, como havia no passado, para se fazer imposto de renda que



só rodasse em Microsoft; tem que rodar em qualquer ambiente, quer dizer, o cidadão tem que ser livre para sua escolha. Então, quando nós usamos *software* livre não significa que nós estamos limitando a indústria. Pelo contrário, estamos liberando que o cidadão decida. E nós também temos a produtividade muito maior e controle desses códigos. Por isso, hoje, 70% do desenvolvimento de código do Serpro – Porto sem Papel – está desenvolvido em uma ferramenta de *software* livre chamada Demoiselle.

Auditoria das soluções de *hardware* e *software* em uso. Estamos, neste momento, fazendo auditoria dos *hardwares* e *softwares* junto com essas universidades. Evidentemente que o uso intensivo de bancos de dados abertos, de ambiente – ali, no caso, o exemplo é o PostgreSQL –, o ambiente de sistemas operacionais, que é o Linux, e todo o nosso ambiente de gestão de pessoas e de endereços no Open Data.

Aqui é só para mostrar um pouco para vocês a complexidade do nosso ambiente. Essa é a nossa planta do Serpro. Aqui estão integrados... Os nossos três centros de dados estão desenhados aí. Nós temos desde servidores físicos, servidores virtuais... Este ano, o imposto de renda foi todo já virtualizado e balanceado geograficamente, de São Paulo e Brasília. Nós temos todo um ambiente de armazenamento físico, virtual, que atende hoje, inclusive, a todo o ambiente de nuvem.

De tudo isso, nós só temos três saídas de internet – estão lá em azulzinho no canto – que são: São Paulo, Rio e Brasília. Nós não permitimos aos nossos ambientes regionais fazerem acesso à internet, porque isso aumentaria muito a nossa vulnerabilidade. Nós controlamos tráfego entrante e saindo nessas três redes de dados, onde nós temos salas de controle com 24 horas de atenção e, evidentemente, muitos *softwares*, inclusive, na sua grande maioria *software* livre, para que fazer gestão dessas soluções.

Agora nós vamos passar um pouquinho mais rápido. Aqui são os nossos ambientes de centro de dados do Serpro. Nós temos, hoje, tanto aqui em Brasília, quanto em São Paulo, ambiente de altíssima disponibilidade. Nós temos, inclusive, *mainframes* prontos aqui para se fazer o levantamento da operação em minutos. Mas temos redundância para que não haja nem parada, que seja imperceptível entre Brasília e São Paulo. E toda parte de controle da economia é feita no centro de dados do Rio de Janeiro. Aí é plataforma baixa, basicamente em *software* livre.

Vamos passando.

Aqui temos algumas fotos do nosso ambiente, do nosso centro de dados.

Aqui mostramos para vocês que, em termos de capacidade tecnológica, nós não devemos nada e não temos nenhuma necessidade de contratação de produtos fora do próprio Governo – no caso do Governo.

Vamos passar aqui mais adiante. Mais um pouquinho.

Bom, aplicações de Governo. Onde é que estão nossas maiores vulnerabilidades? *Software* sem possibilidade de auditoria, esses *softwares* fechados, *softwares* com *backdoor*, licenças sujeitas à legislação estrangeira, mais especificamente à norte-americana, predominância de *software* sujeito à lei norte-americana e despreparo do tema de segurança dos gestores públicos nas contratações. Muitos juristas dizem que nós já poderíamos aplicar a obrigação de atender à nossa legislação nos nossos editais de contratação, o que, muitas vezes, passa ao largo. Passa ao largo por não se considerar esse tema tão delicado, como na verdade é, ou porque também, nós, do mundo *software* livre especialmente, éramos considerados paranoicos até um tempo atrás, e, depois do Snowden, nós ficamos infantis.

Que soluções damos para isso? Uso de *software* livre, é o que a gente vem procurando dentro do Serpro desde 2007 – o Senador Requião esteve aqui e sabe que eu fiz isso de 2003 a 2006 como Presidente da Celepar, no Paraná; fizemos isso no governo do Rio Grande do Sul de 1999 a 2002 –; quer dizer, é usando *softwares* de códigos abertos, usando *softwares* cujos produtores conhecemos, sabemos o que eles fazem e podemos fazer alterações nas nossas instalações sem depender de ninguém. Assim é que nós vamos aumentar o nosso padrão de segurança.

Uso de *softwares* públicos. São aqueles replicáveis. Se eu tenho boas experiências que vão lá para o portal do *software* público, eu replico uma boa experiência, eu não vou fazer... Porque mais difícil do que fazer a roda de novo é fazer com que ela sai redonda. Portanto, com isso, a gente consegue replicar as soluções.

Fazer análises das licenças das aquisições, então, não só fazer o que já existe, mas obrigar, nos editais de licitação, que essas licenças obedeçam à legislação brasileira; fazer a capacitação em normas de segurança; aumentar o número de profissionais com formação sólida e criação de centros de excelência. Para isso nós temos hoje conhecimento suficiente; o que nós precisamos é expandir esse conhecimento.

Nós colocamos ali como exemplo o uso de ferramentas como o Apache, que é o provedor de páginas. Dos dez provedores mundiais, mais uma vez, nove usam o Apache, só quem não usa é o provedor da Microsoft; ferramentas para gerenciamento de banco de dados como o J-boss e o Demoiselle. Aqui, se a

Senadora me permitir, eu vou fazer uma pequena propaganda do Demoiselle.

O Demoiselle é uma ferramenta desenvolvida pelos técnicos do Serpro para geração de código Java em produtividade. E por que esse nome Demoiselle? Algumas pessoas diziam que o nome Demoiselle é porque eu sou gaúcho, é um negócio meio delicado, mas não; o Demoiselle é uma homenagem ao Santos Dumont.

Os irmãos Wright voaram três anos antes do Santos Dumont, mas eles queriam vender uma patente. Então, para vender uma patente, eles teriam que ter uma coisa inusitada. E uma coisa inusitada que havia na época era como dirigir algo mais pesado do que o ar, e eles utilizaram uma coisa com torção de asas. As asas dos *flies* se torciam para poder fazer curva; voavam muito bem, chegaram a voar com quatro pessoas – vocês imaginem um *Boeing* hoje ou qualquer tipo de aeronave voando com 300 pessoas e torcendo as asas para fazer curvas; isso não funcionaria.

O Santos Dumont foi convidado depois, três anos depois, porque o governo francês não queria pagar a licença para o governo norte-americano da Aviação, na época, a Avionica veio depois, e convidou o Santos Dumont, porque o negócio dele era o mais leve do que o ar, não era o mais pesado do que o ar, a fazer um mais pesado do que o ar. O negócio do Santos Dumont eram os balões, ele não estava nem aí, ele usava tudo o que existia de aberto na época, disponível. Quando ele fez aquela volta na Torre Eiffel ele ganhou uma pequena fortuna. Pegou 40% da fortuna e deu para os seus operários e, com os outros 60%, ele foi às casas de penhora de Paris, comprou as ferramentas individuais e devolveu para as pessoas. Esse era o Santos Dumont.

Quando ele foi convidado a fazer o mais pesado do que o ar, ele não teve essa preocupação de ter uma patente. Então, os irmãos Wright levaram dez anos para produzir os *flies*. O Santos Dumont, usando o conhecimento agregado disponível na época, fez o 14 Bis em um ano. Depois, ele evoluiu o 14 Bis, que chegou aos nºs 18, 19 e 20 e ganhou o apelido da população parisiense de Demoiselle, porque parecia uma libélula, era um avião pequeno que pousava onde ele queria, e tudo o mais. Chamado pelo governo francês a fazer a patente do avião em nome do governo francês, o Santos Dumont pegou a revista técnica da época – que era vizinho dele ali, ele morava na Champs Elysées, e, do lado, ali, até hoje, há o Clube de Aviação de Paris –, então, ele pegou a revista técnica e colocou todas as especificações do avião, do nº 20, conhecido como Demoiselle, e escreveu embaixo: “É possível copiar; é possível alterar; não é possível patentear; esse é um bem que eu deixo à humanidade”.

Então, em homenagem a esse cidadão brasileiro, nós demos o nome da ferramenta de desenvolvimento do Serpro de Demoiselle, que é uma ferramenta aberta, está hoje disponível nos ambientes de *software* livre, especialmente nos ambientes Java, onde nós produzimos 75% dos códigos do Governo brasileiro, que hoje são feitos em Demoiselle, ferramenta aberta.

Conhecemos, auditamos, temos a certeza do que os códigos fazem, por isso aumenta a nossa segurança.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permite-me?

**O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI** – Sim, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente, quero cumprimentar o Marcos Vinícius Ferreira por contar de maneira tão bonita a história de Santos Dumont, que era um exemplo para nós brasileiros na sua postura, nas suas decisões. Ao dizer tudo aquilo, fez um bem para a humanidade, mostrou muito do seu caráter, da sua formação. Que bom que na nossa história nós tenhamos uma pessoa como Santos Dumont! Meus parabéns. Quis fazer o registro aqui, porque foi muito bem relatado pelo senhor.

Muito obrigado.

**O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI** – Obrigado, Senador.

Tenho só mais duas lâminas.

Correio eletrônico. Uso de *software* sujeito à legislação estrangeira. Quem usa Gmail está dando autorização ao governo norte-americano, isso está escrito, não é uma coisa que eles fizeram depois. Fazem interceptações de mensagens tanto nos servidores que estão fora dos Estados Unidos como, no caso mais especificamente, no Canadá e dentro dos Estados Unidos.

Monitoração estrangeira de comunicações. Quando uma operadora de telecomunicações e telefonia móvel fala entre si, trafega em Miami e passa informações do tráfego – eu venho do mundo de Telecom, fui do sistema Telebras e sei como funciona essa coisa –, em geral, não existe preocupação com o tema.

Uso de *e-mail* particular. Nós temos intensamente o uso de *e-mails* particulares, muita gente usa Gmail dentro das estruturas.

Há *backdoors* já detectados no Outlook e no BlackBerry, onde é possível passar informações pelo ambiente de segurança desses produtos para o governo norte-americano.

O que fizemos e estamos fazendo? Temos um projeto chamado Expresso, que é o desenvolvimento de um correio – o Senador Requião sempre reclama que não estamos falando disso –, que começou lá no

Paraná. Fizemos todo o desenvolvimento do correio lá quando fui Presidente da Celepar e, desde 2007, nós o estamos usando intensamente dentro do Serpro e desenvolvendo agora, inclusive, uma versão muito mais segura, que estamos chamando de *e-mail* seguro.

Dados todos hospedados nacionalmente. No caso do Expresso, todos os dados são hospedados dentro do Serpro. Tínhamos algumas instalações, como, por exemplo, a da Presidência da República; estavam hospedados na Presidência. Nós estamos levando tudo para dentro do Serpro, todo ambiente será nosso.

Conferência de segurança. Estamos fazendo testes de segurança com cinco universidades brasileiras. O catálogo é do Governo. Toda gestão de arquivos é segura, todo ambiente é seguro. Nós criptografamos o caminho e, a partir de agora, estamos criptografando as mensagens.

Então, o Expresso é a nossa resposta para a questão do correio. O Expresso é desenvolvido em *software* livre, não é um projeto isolado, veio a partir da comunidade alemã, de um projeto chamado Tiny. Está desenvolvido em cima de Linux, PostgreSQL. Ele é linguagem PHP. Então, todo conhecimento... Temos hoje em termos em torno de 30 profissionais do Serpro que conhecem o Expresso profundamente, fomos avaliados agora internacionalmente como melhor projeto de Tiny no mundo. É uma ferramenta extremamente robusta, não só de correio, mas é agenda, tem todo catálogo, inclui *workflow* externo, é uma ferramenta de videoconferência e videochamada. A Presidenta gostou inclusive dessa parte de videoconferência, porque deve economizar em viagem.

Então, nós estamos fazendo a implantação do Expresso por determinação da Presidenta agora para a gestão pública federal. Começamos com o Ministério das Comunicações, já migramos todo o Ministério das Comunicações. Estamos fazendo o processo de migração do Ministério do Planejamento, que já usava a versão 2, que era baseada no eGroupWare e esse é baseado no Tiny, todo já desenvolvido para nuvem. Ele é acessado por qualquer *advice*, *tablet*, telefones celulares, assim por diante. Até o dia 10 de dezembro, migramos toda Presidência da República para o Expresso V3.

Era isso que eu queria mencionar. Isso tudo vai estar portado na nossa nuvem. Portanto, o Governo Federal tem agora, através do Serpro, a sua nuvem própria – não dependemos de nenhuma nuvem privada –, com garantia total de que os dados estão dentro do Território brasileiro, nos servidores do Governo Federal.

Então, é um pouco disso que a gente tem tratado, Senadora, sobre todos os temas de vulnerabilidade.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Eu quero cumprimentar V. Sª pela bela exposição e dizer que as palavras do Senador Suplicy são as minhas também. Como aquela prática de Santos Dumont contrasta com o tema que nós estamos debatendo aqui, em que o monopólio ou o oligopólio é o que domina todo o segmento, e com as dificuldades que nós e outros países temos para avançar na tecnologia e procurar desenvolver! Porque o nível de dependência é algo que chega a ser assustador, não é?

**O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI**

– Senadora, se V. Exª me permite, eu só quero dizer que o Santos Dumont enfrentou a mesma coisa. Santos Dumont, recebido no governo norte-americano como Pai da Aviação, deixou de sê-lo em função da influência do departamento de comércio norte-americano.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Já pensou as empresas dizerem que podem usar, que não é patenteado nem nada, Google, Microsoft, as empresas de marca mais valiosas do Planeta? Enfim, eu passo a palavra, antes de iniciar os debates...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Posso fazer uma...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pode. É porque falta o Dr. Victor falar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tudo bem, mas eu fico pensando nas pessoas que não têm tanta familiaridade com alguns dos temas usados pelo Sr. Marcos Vinícius Ferreira. Então, eu pediria que pudesse fazer um breve glossário de três palavras: nuvem, qual é o sentido de nuvem aqui, como o senhor usou? A segunda: o que significa o *e-mail* seguro, a palavra “seguro” que está ali ao lado do Expresso; o que exatamente significa o seguro, essa segurança? E duas palavras que já são tão corriqueiras, mas nem sempre todos sabem – acredito que agora eu sei um pouco melhor –: o que é *hardware* e *software*, que foram diversas vezes citadas? Nem sempre todos os brasileiros sabem. Salvo engano, *hardware* é autorização para o instrumento, a máquina, e *software* é para o programa. Se puder fazer um breve glossário dessas quatro palavras, ajudará muito quem está nos assistindo. Seria um breve esclarecimento, porque talvez o Sr. Victor Guimarães vá usar as mesmas palavras.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Vai usar, e acho que ele teria condições de fazer essa breve explicação introdutória.



**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está ótimo. Então, quando usar, por favor, traduza para o grande público os temas.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu acho, Senador Supply, que nós temos que adotar isso aqui como um procedimento quase que obrigatório, porque não somos apenas nós os leigos. A própria TV divulga essas audiências e quem está ouvindo tem muita dificuldade de entender, porque são muitas palavras em idioma inglês. Então, há certa dificuldade. Eu fico aqui só perguntando; quando um fala, eu pergunto ao outro.

Dr. Victor Guimarães, Diretor do Prodasen.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A nuvem eu próprio ainda não descobri o que é no sentido ali colocado.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu demorei, mas descobri.

Dr. Victor.

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Boa tarde.

Eu quero agradecer à Senadora Vanessa Grazziotin a oportunidade de apresentar o PRODASEN e quero saudar o colega do Serpro, o Mazoni, e o Senador.

Pode passar, por favor.

Atribuições do Prodasen: gerir informação do Senado Federal, implementar a estratégia de tecnologia da informação, prover, por meio de recursos próprios ou de terceiros, serviço, soluções, suporte, infraestrutura tecnológica da informação. No tocante ao assunto em questão, gerir a segurança da informação do Senado no âmbito da tecnologia da informação, gerir os riscos operacionais do Senado com origem em tecnologia da informação e outras atividades correlatas.

O Prodasen tem um legado de mais de 40 anos com os processos finalísticos voltados aos Senadores, ao Legislativo e ao Orçamento. E, dentro dessa estrutura toda, a gente também cuida da questão administrativa, financeira e de recursos humanos do Senado Federal.

Nós estamos também trabalhando na padronização dos sistemas desenvolvidos pelo Prodasen em código aberto. Ainda há muita coisa de *software* proprietário – a gente reconhece isso –, mas a ideia é caminhar no sentido do código aberto.

Há uma definição, Senador, sobre a segurança da informação, o que acho que é bom para quem está entrando no assunto agora ou que tem curiosidade em saber do que se trata: caracteriza-se pela aplicação adequada de controles de segurança sobre o ativo ou um conjunto de ativos, com o objetivo de preservar o valor que este possui para as organizações, buscando assegurar a confidencialidade, a integridade e a

disponibilidade para as informações armazenadas ou veiculadas.

É difícil falar depois do Mazoni. Ele fez uma apresentação tão completa, com tanto cuidado ao informar a respeito da política de segurança, que, talvez, eu repita o que ele já falou. Vou procurar ser o mais breve possível.

Há a questão dos dados. A gente fica generalizando a questão do cuidado com os dados, quando, na maioria das vezes, os dados são abertos, são públicos. A gente precisa se preocupar com uma quantidade bem menor do que aquela que se apresenta.

Então, contextualizando aquilo que falei há pouco, o Senado produz, processa, armazena e transmite informações nas duas vias: o Senado manda e recebe muita informação. A sociedade interage com o Senado o tempo todo, com os Parlamentares, com a Administração Pública.

Aquelas cores diferentes dentro do quadrado maior dizem respeito à questão da criticidade das informações. Há informações extremamente sigilosas, informações públicas e informações do dia a dia, com as quais não se tem tanto cuidado.

O Prodasen segue essa linha de controle na segurança. Há a linha legal, com políticas e normas de segurança no âmbito do Senado Federal. Há a fiscalização do TCU. A gestão é fundamental. Há a gestão corporativa de segurança da informação, com análises e avaliação de riscos. O setor administrativo envolve a Polícia do Senado, a telefonia, as auditorias, os processos de trabalho. E há os técnicos, o Prodasen em si, com os *firewalls* de rede, com o IPS, com o Proxy, com *antispam*, com toda a parafernália de produtos que se completam para dar a segurança que a gente imagina como essencial para o funcionamento e a preservação do nosso Datacenter.

Essa é uma pequena amostragem dos números gerais do Prodasen. A gente tem uma rede controlada, bem diferente da do Serpro. O Serpro tem uma dimensão que não dá para a gente querer comparar. O Serpro atua no Brasil inteiro em instituições distintas, e o Senado é um órgão único, controlado, que está praticamente no mesmo lugar. Então, a gente tem uma rede toda fechada. Há uma quantidade de mais ou menos 13 mil caixas postais.

Esses são os números que acho relevantes para este fórum.

No Portal do Senado, neste ano, já houve mais de 31 milhões de acessos à página do Senado. Na nossa Intranet, nosso meio de comunicação interno, nosso veículo de comunicação, quase três milhões de acesso.

Quanto ao correio eletrônico, o total de mensagens transitadas está em 109 milhões, um número

significativo, e de mensagens enviadas, 26 milhões de mensagens. Há um gráfico que mostra que em julho cai um pouco, em junho também caiu bastante, mas tem mais ou menos uma média constante.

Quanto às mensagens recebidas, chama a atenção os meses de fevereiro, abril e julho, que estão um pouco mais alto. Fevereiro foi o início das atividades legislativas, com uma Mesa Diretora nova, com um novo Presidente do Congresso, o que talvez justifique aquele aumento significativo do número de *e-mails* recebidos pelo Senado Federal.

Aí são as mensagens que nós consideramos maliciosas. Mensagens que são bloqueadas pelo nosso sistema de segurança. É um número extremamente significativo: 35 milhões de mensagens. De um total de 100 milhões, mais de 30% de mensagens são bloqueadas em função de riscos que poderiam ocasionar à nossa rede aqui no Senado ou à própria caixa postal de um Parlamentar ou de um servidor.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Você poderia dar um exemplo do que seria uma mensagem maliciosa para ser bloqueada, só para termos uma ideia?

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Aquelas mensagens que a gente recebe “olha, o senhor tem uma dívida em algum lugar. Clique aqui.”

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ou um crédito.

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Às vezes elas passam, mas na maioria das vezes a gente bloqueia. Mensagens com vírus, todo tipo de propaganda, *spam*, a gente, identificando, já evita ser mais uma mensagem inconveniente na caixa postal.

Aí é o nível de severidade que a gente adota para essas...

Bom, aqui eu já estou falando em ataques à página do Senado Federal. É o número de ataques à nossa página. Estou correto, Molina?

**O SR. ANDRÉ LUIZ BANDEIRA MOLINA** (*Fora do microfone.*) – Da rede como um todo.

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Da rede como um todo. Então, me desculpe. É o número de ataques da nossa rede, de tentativas de invasão à nossa rede. É um número alto. A gente sofre com essas tentativas diariamente.

Quando vocês percebem que a rede está um pouco mais lenta ou está tendo alguma dificuldade de acesso à internet, possivelmente, é um conjunto de tentativas que... Em função de medidas que precisam ser tomadas para bloquear essas invasões, a rede acaba sofrendo um pouco com essas intervenções.

Nós colocamos as principais medidas que nos balizam para melhores práticas em segurança da in-

formação. Nós atendemos as recomendações do TCU. Adotamos as orientações do COBIT, ITIL, e os indicadores de segurança que a gente considera são a análise de segurança, relatórios de segurança, comunicados de usuários e comunidade. Ou seja, é um trabalho contínuo, diário, de atualização da nossa plataforma de infraestrutura tecnológica e também de pessoal para manter o nível de qualidade a contento.

É importante deixar grifado que o investimento é essencial para que a gente possa manter esse nível de qualidade. Estamos sempre trabalhando em cima de novas soluções, de aumento da nossa capacidade de armazenamento, de processamento, porque o volume de informação é muito grande e a gente tem que se adequar a cada momento para poder continuar oferecendo o serviço da melhor maneira possível.

É isso. Essas são as políticas e atos administrativos que nos balizam; a gente segue todas essas orientações para prestar esse serviço ao Senado Federal.

Basicamente é isso. Eu já falei que a gente está trabalhando em cima de uma padronização de desenvolvimento de *software* em código aberto, que já está no forno para o Prodasen apresentar à Mesa Diretora. É um projeto em que se normatiza o desenvolvimento de aplicações dentro do Prodasen baseado em código aberto; em breve a gente vai anunciar a nossa central de serviços para oferecer ao Senado Federal, aos servidores, aos Parlamentares, em código aberto.

Basicamente é isso. Acho que fui bastante econômico, mas eu não tenho mais nada a declarar.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Victor. Inclusive, estivemos fazendo uma visita ao Prodasen e sugiro que os Senadores que puderem que o façam. V. Exª que já está há muitos anos aqui, quantas visitas já fez ao Prodasen?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Conheço, mas faz tempo que eu não vou.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É muito interessante que a gente vá conhecer. Eu aqui justifico isso. É claro que não dá para comparar o nível de dados sensíveis, sigilosos do Senado Federal com os do Governo, não dá para comparar o nível e o grau não de importância, mas de abrangência.

Eu acho que, na fala inicial do Dr. Marcos, fica muito claro; propositadamente, o Dr. Marcos se propôs iniciar dizendo que, havendo qualquer apagão, qualquer problema no Serpro, em uma única unidade, nós teremos problema de comércio interno, de comércio exterior, de nota fiscal, de funcionamento do sistema bancário, Polícia Federal, ministérios; tudo para. Não se tira mais carteira de habilitação. Ou seja, hoje, a

internet, essa comunicação digital está presente em tudo, desde a questão econômica até a bélica.

Hoje o homem não é... É claro que o homem é a principal inteligência porque ele inventa a máquina. Mas o homem inventa a máquina que faz a guerra; não é mais o outro homem que faz a guerra. Então, é complicado. E você saber que pode sofrer uma invasão nessas invenções é difícil.

Hoje mesmo, há uma matéria interessante no *The New York Times* mostrando como para os Estados Unidos, com todo esse arcabouço que é a NSA, mais de 35 mil servidores, mais de US\$10 bilhões de orçamento, essa questão da espionagem ficou banalizada – banalizada. Então, é amigo, é inimigo, é tudo. O próprio Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas, que esteve com o presidente norte-americano este ano, para preparar a reunião com o presidente, buscou um relatório da NSA, fruto de informações de interceptação. Para o que mesmo? Eu não sei, mas, enfim, são notícias da imprensa.

Senador Suplicy, eu teria alguns questionamentos, mas passo a palavra V. Ex<sup>a</sup> antes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Fiquei com uma curiosidade que talvez o Sr. Victor Guimarães Vieira possa me esclarecer. E cumprimento ambos pela exposição tão interessante e valiosa para nós.

Com respeito à questão da segurança, então, nós podemos estar conscientes de que as nossas comunicações são muito seguras, seja no que diz respeito ao Prodasen ou ao Serpro, as comunicações que realizamos com... Hoje até fiquei curioso; quem sabe o senhor tenha um levantamento para os 81 Senadores, aproximadamente, de quantos *e-mails* cada um recebe e quantos cada um envia. É fácil obter esse levantamento? Porque seria até interessante.

Há dias, por exemplo, que eu... Eu normalmente recebo centenas diariamente. É uma evolução muito interessante, porque, por exemplo, quando eu era Deputado Federal, nos anos 80, de 1983 a 1986, só havia as cartas, os telefonemas, os Correios, portanto, e a comunicação ao encontrar com as pessoas. Quando eu cheguei, em 1991, para o meu primeiro mandato, estávamos começando a utilizar computadores. E eu fui um dos primeiros que passaram a acessar o Siafi. Não sei se o senhor sabe disso. Comecei a acessar os gastos do Palácio do Planalto – era o governo Fernando Collor –, os gastos da LBA, por exemplo, lá em Alagoas. No segundo semestre, uma hora, eu acessei os gastos daquilo que é, hoje, o Ministério da Segurança... Tinha um nome diferente.

### **O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI**

(*Fora do microfone.*) – Gabinete de Segurança Institucional.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É, o equivalente na época. Quando acessei aquilo, divulguei os gastos e os comentei criticamente, suspenderam por cem dias. Era o equivalente à Abin. Eu, a cada dois, três dias, por cem dias, reclamei que tinha que ter de volta o acesso para nós Senadores, até que um dia, de tanto que eu falava, o Presidente Mauro Benevides falou: “Então, vem cá, Eduardo.” Fomos ao gabinete da Presidência e ligamos para o então Ministro da Fazenda. O Presidente telefonou para o Ministro da Fazenda. “Eu estou aqui, no Japão, acabando de acordar.” Eram seis e meia da tarde aqui e seis e meia da manhã lá. Então ele disse: “Ah, o Senador Suplicy quer saber quando vai voltar o acesso ao Siafi.” E, no dia seguinte, voltou. Isso só para dizer de como nós, mais e mais, podemos ter acesso a dados pela internet.

Mas, comparando agora, pelas redes sociais e por *e-mails*, eu recebo centenas de *e-mails* todos os dias. Às vezes, recebo, dependendo dos fatos que estão ocorrendo no Senado, mais de mil *e-mails* por dia. Há dias em que chegam mais de mil *e-mails*.

Seria até interessante saber... Quem sabe o senhor, um dia, possa nos mostrar quanto cada um dos 81 Senadores estão recebendo. Quando o senhor mostrou aquele dado do conjunto dos Senadores, quem sabe seja interessante para cada um de nós saber qual é o grau de comunicação, hoje, com a população brasileira, porque os *e-mails* vêm de todo o Brasil.

Então, é a sugestão que formulo. Gostaria de saber se isso é possível.

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Senador, é possível, sim. Eu vou pedir para o pessoal fazer o levantamento e encaminhar para o seu gabinete.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Já, Senador Suplicy? (*Pausa.*)

Eu vou fazer aqui alguns questionamentos. O nosso Relator ainda está lá na reunião, mas temos aqui algumas perguntas deixadas por ele. Não vou fazer todas, porque são muitas. Os senhores poderiam anotar e, depois, responder no final.

Se o Serpro teria capacidade e condições de promover auditoria, porque, obviamente, o Serpro gerencia dados dos Ministérios, da Administração Direta e Indireta do Governo Federal. Agora, isso tudo vem de máquinas que estão nos locais, nos bancos, espalhados pelo Brasil inteiro, nos Ministérios, nos



órgãos federais. Se a auditoria que é feita pelo Serpro alcança toda essa teia, toda essa teia, porque as máquinas que estão lá todas elas são ligadas a uma central. São duas aqui e no Rio de Janeiro. Há essa capacidade?

Outro questionamento é se o Serpro e, no caso, o Prodasen, terceirizam serviços. Em caso afirmativo, quais serviços seriam terceirizados? Quem faz a manutenção das redes e do equipamento no Serpro e no Prodasen? Quem são as pessoas que fazem? Quais medidas de proteção são tomadas pelos dois órgãos quando esse trabalho é desenvolvido? Medidas de proteção. Se há terceirização de serviços, ou quem faz a manutenção, e se há, como se dão as medidas de proteção em relação às informações que estão contidas?

Pergunto ao Dr. Marcos sobre o percentual de tecnologia nacional presente nos equipamentos e *softwares* de segurança que são utilizados pelo Serpro – no caso, o Prodasen pode responder também – e se têm conhecimento da existência de alguma iniciativa no sentido de se alcançar a autonomia brasileira nessa tecnologia.

Já seguindo esse questionamento, se há algum comitê de desenvolvimento de tecnologia, um comitê público brasileiro de desenvolvimento de tecnologia da informação ou de segurança da informação. Público por quê? Nós sabemos que todos os órgãos – só aqui na Mesa, temos dois, o que trata do serviço público federal e o que trata do Senado; a Câmara dos Deputados tem também –, vários órgãos têm os seus sistemas. Quanto aos Estados brasileiros, não sei como trabalham. Se há esse comitê, se existe, ou seja, um esforço, porque, como se faz a pesquisa? Não necessariamente se faz pesquisa e se desenvolvem novos produtos a partir de plataformas de pesquisas, mas no dia a dia do trabalho muitas coisas são desenvolvidas. Se há essa busca de juntar esforços por parte do Poder Público em relação a isso.

Eu perguntei ao Dr. Marcos, e faço questão de tornar pública a minha pergunta para que ele possa dar a resposta. Expresso V3, que é o *e-mail* público utilizado pelo Governo Federal, será utilizado apenas pelo Governo Federal. Há possibilidade, no Brasil, de ser desenvolvido um *e-mail* similar a esse – claro que não esse – para as pessoas que queiram utilizar um *e-mail* nacional, de maior segurança? Há essa possibilidade? E se há, a quem caberia desenvolver? E se é um projeto muito oneroso, e, sendo, se compensaria. Porque, na internet, ninguém cobra nada do *e-mail*, não é, Senador Suplicy? O povo que utiliza *e-mail* não tem cobrança, entre aspas, porque a quantidade de propagandas, que chamam de *spam*, é uma coisa impressionante, que é o que paga isso tudo.

Outro questionamento. Se os senhores são simpáticos à ideia de criamos no Brasil uma agência de segurança da informação, porque temos ouvido como propostas de muitos convidados que estão vindo à CPI. Os *data centers*. Na próxima semana, deverá ser votado, na Câmara dos Deputados, o projeto do marco civil da internet. Uma das grandes polêmicas, além da neutralidade da rede, que eu demorei a compreender e entender – muito importante isso –, outra grande polêmica é a obrigatoriedade possível de todas as empresas de internet manter *data center* no Brasil. Se os senhores veem essa medida como importante. Isso me preocupa, porque já ouvi que se poderia abrir mão desse dispositivo caso essas empresas concordassem em ter no Brasil o foro para qualquer problema judicial. Ora, isso já acontece na Europa há muito tempo; são as mesmas empresas que não respondem à justiça brasileira, mas respondem à justiça europeia. Então, eu não vejo necessidade de trocar uma coisa por outra. Eu acho que as duas são muito importantes, e eu queria ouvir a opinião dos senhores.

O *backdoor*. Os senhores mesmos disseram, Dr. Marcos e Dr. Victor, a mesma coisa: que raros são os equipamentos, inclusive os nossos telefones, que vêm com um tal de *bug*, não é isso, como é que chama? Os nossos telefones, esses...

#### O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI

– Eles têm *backdoor*. (Fora do microfone.)

A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Há em todos, todos têm *backdoor*. E os aparelhos também. Então, o que garante a segurança no tráfego das informações, ou no armazenamento das informações, visto que isso se dá com aparelhos importados, a maior parte deles equipamentos americanos? Como é que a gente pode garantir, ter a certeza de que está havendo segurança ali?

E aí eu entro com outra dúvida, talvez uma dúvida de leiga. O senhor mostrou, Dr. Marcos, a rede de fibra ótica do Governo em Brasília. Mas o Banco do Brasil não está só em Brasília; a Polícia Federal não está só em Brasília, estão no Brasil inteiro. E quando sai da nossa rede e entra em uma rede que é privada? Porque uma vulnerabilidade muito forte é esta: o Estado brasileiro não dispõe de cabeamento; o Estado brasileiro sequer dispõe de satélite. E é um retrocesso, porque o Brasil já teve um satélite. Venderam a Embratel e junto com ela foi o satélite. E o pior, quem deu a consultoria; quem forneceu a consultoria para o Governo brasileiro, na época da privatização das comunicações, foi formalmente, foi a empresa Booz Allen. Booz Allen é uma das empresas que trabalha e presta serviços diretamente à NSA. E aí, a formatação dada para a privatização das telecomunicações

no Brasil deu nisso. O Brasil saiu de uma situação de mando absoluto para uma situação de não estar em absolutamente nada, não ter nenhum instrumento.

Então, como o senhor vê a possibilidade de o Brasil... Nós estamos falando muito, e o Governo brasileiro já anunciou, da agilidade no projeto de satélites, e o senhor colocou cabeamento também, não é? Quando o senhor coloca a necessidade de expandir o cabeamento, é o cabeamento público que deveríamos ter?

E a capacidade tecnológica, porque o senhor disse que nós avançamos muito na capacidade tecnológica, tanto o Prodasen aqui, quanto o Serpro, como se dá esse avanço, como é que os senhores têm alcançado? Com pessoal próprio, ou com o pessoal próprio mais universidades, convênios? E aí cabe aquela questão do centro, de fazer tipo um comitê de desenvolvimento de tecnologia da informação, que é o que nós temos em relação a mudanças climáticas. Hoje nós temos uma rede brasileira de mudanças climáticas, ou seja, pesquisadores de várias instituições atuam nessa rede. Seria importante, ou se já há, talvez eu desconheça e já haja essa rede, do ponto de vista da tecnologia da informação?

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Existe, no Governo Federal, a TI Controle, que são órgãos do Governo que se mobilizam mensalmente para explicitar as melhores práticas e trocar informações; as próprias contratações. São reuniões mensais para discutir as melhores práticas no Governo Federal.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, mas eu falo mesmo é em desenvolvimento, em tecnologia e desenvolvimento entre as universidades e pesquisadores.

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Não, não há.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É isso, em desenvolvimento de conhecimento; não é do conhecimento da tecnologia, é nesse sentido que eu falo.

Bom, o senhor quer continuar, Dr. Victor?

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Não, eu peguei o gancho, já está bom. A questão das primeiras, que trata dos terceirizados, nós temos vários contratos de manutenção com terceirizados. A minha área de infraestrutura é que poderia responder melhor essa questão, mas também fica difícil enumerar todos eles, porque são muitos contratos. Mas eu acho que dá para vocês explicarem melhor quais são as medidas que vocês adotam internamente lá na área de infraestrutura com relação a essa proteção com o fornecedor que entra para fazer a manutenção. Seria essa a pergunta.

**O SR. ANDRE LUIZ BANDEIRA MOLINA** (*Fora do Microfone.*) – Boa tarde.

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Aperte o botão.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Só se identifique antes, para a gente poder...

**O SR. ANDRE LUIZ BANDEIRA MOLINA** – Sou Andre Molina, sou coordenador da área de Infraestrutura de TI lá do Prodasen. Boa tarde, Senador, boa tarde, Senadora, boa tarde, Sr. Marcos.

Nós temos vários contratos e, durante a elaboração desses contratos, na fase de contratação, nós colocamos requisitos de segurança específicos desses contratos, como termos de confidencialidade. Durante a prestação de serviço, nós acompanhamos possíveis manutenções e intervenções nesses sistemas ou equipamentos que nós possuímos. Temos também a central de atendimento, que é um contrato terceirizado, mas é uma questão de monitoramento e atendimento de chamados. Em síntese, seriam contratos mais operacionais. A gestão desses equipamentos e *softwares*, sistemas, nós fazemos. São intervenções específicas que são realizadas pelos terceirizados. Seria isso.

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Eu perdi aqui. O percentual de tecnologia seria o percentual de...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Aparelhos, equipamentos, *softwares*, tudo.

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Não consegui entender a pergunta.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Seria o percentual de tecnologia nacional utilizada.

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Eu não sei a proporção exata no âmbito do Prodasen, mas é um índice bem alto de importação em toda a nossa tecnologia. Bem alto.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – De 99%?

**O SR. ANDRE LUIZ BANDEIRA MOLINA** – Como nós desenvolvemos os nossos sistemas, a grande parte deles, então, se isso for contabilizado como tecnologia, a proporção fica mais favorável para nós. Sistemas do tipo de RH...

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Eu entendi na questão de *hardware*. Em *software* não. Porque, na área finalística do Senado, parlamentar, legislativa e orçamentária, tudo é desenvolvido internamente. Então, nessa área finalística, seria quase que 100% de produtos nacionais.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas os programas?

**O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA** – Os *softwares* são desenvolvidos internamente, todos com mão

de obra nossa, do próprio Prodasen. A gente não tem nem contratação de desenvolvimento externo.

A questão do comitê de TI, eu falei, mas o nosso comitê é um fórum para apenas discussão e procurar alinhar as melhores práticas.

A questão do *e-mail* ser feito no Brasil, criar um expresso... Eu imagino que vai... É difícil, em função da própria concorrência. É um investimento altíssimo. O Serpro deve estar mais próximo do custo de se criar uma infraestrutura toda de desenvolvimento para um correio, para colocar no mercado para atender à população brasileira e concorrer com aquilo tudo que já existe no mercado por nenhum preço, vamos dizer assim. Porque você pega um Gmail, um Hotmail, e usa, e não paga nada. Para se tomar uma iniciativa de produzir um *e-mail* nacional, só com um incentivo muito grande, para valer a pena trabalhar dentro dessa linha. Eu vejo dessa forma.

Quanto ao *data center* hospedado dentro do Brasil, eu vou pedir para o André Molina responder para mim.

Por favor.

**O SR. ANDRÉ LUIZ BANDEIRA MOLINA** – Com relação a essa questão do *data center* nacional, tem que ser pensado também que isso vai agregar um custo na prestação do serviço. E até que ponto é interessante a gente ter um custo maior para ter uma informação nesse *data center*? Então, vai daquela questão da avaliação da informação, se ela é crítica ou não. Eu entendo que sim. É interessante partir neste caminho de ter *data centers* nacionais com os dados aqui. Agora, além disso, ter a representação das empresas aqui é um ponto crucial, porque você vai demandá-las obedecendo à legislação nacional. Aí vai ter marco civil... Então, seria interessante, sim.

**O SR. VÍCTOR GUIMARÃES VIEIRA** – A outra questão que eu anotei aqui diz respeito ao *backdoor*. Eu enxergo que o grau de confiabilidade na segurança que se possa ter entre as partes interessadas é através da criptografia. Não tem como fugir dessa linha. Se você não tiver as pontas combinadas e criptografadas, não tem como garantir essa segurança, e, de preferência, produzindo internamente, tendo toda essa parte de desenvolvimento em casa.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Dr. Marcos.

**O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI** – Primeiro, eu queria fazer um comentário aqui sobre as perguntas do Senador sobre...

Senador, *hardware* e *software*, de uma forma bastante popular, quando incomoda, *hardware* é aquele que a gente chuta, *software* é aquele que a gente xinga. Ou seja, o *hardware* é físico, o *software* é a agregação

de valor de inteligência que a gente faz desenvolvendo códigos. Então, ele é o programa que aparece na frente da gente e o *hardware* é essa máquina, são essas coisas aqui que a gente pode chutar. Eu sei que o senhor sabe disso, mas é para fazer uma figura...

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito relevante o esclarecimento.

**O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI** – ... de qual a diferença entre o *hardware* e o *software*.

Existe dependência tecnológica nos dois, porque o *hardware*, por exemplo, tem todo o trabalho de inteligência de processamento. Ele executa as linguagens binárias que o *software* vai mandar ele executar. Então, a maior dependência, no meu ponto de vista, fica no *software*, mas o *hardware* também é importante. A gente não pode menosprezar a indústria de *hardware* nesse mundo, inclusive, da criptografia. Quer dizer, criptografia de *software*, fazer a criptografia no mundo da inteligência, ela vai ter a fragilidade no mundo do *hardware*. Então, nós precisamos investir nas duas coisas. É por isso que eu procurei situar ali a questão criptográfica nos dois ambientes.

Nuvem é um conceito novo e abstrato na sua grande maioria, porque as pessoas confundem nuvem com internet, porque a gente acessa a nuvem pela internet. Nuvem é um conceito que vai um pouco além disso. Ele mexe com outras coisas.

Toda evolução dessa tecnologia da informação são centros de prestação de serviços, que a gente chamava antigamente de *bureau*... Antigamente, eu me relacionava com esse único centro através de uma listagem – eu fazia pedidos – e aquele centro me devolvia através de uma lista. Isso foi substituído pela internet nos anos 80 e nos anos 90. No final de 2010, surge uma nova lógica de que eu não vou buscar essa informação num único centro... Então, eu perco a dependência desse único centro, eu começo a armazenar em múltiplos ambientes e, mais do que isso, há disponibilidade, porque, no mundo da internet, quando esse centro cai, fica indisponível. Independentemente de a minha relação agora ser pela internet, não mais pela listagem, os dois têm a mesma característica. Quando esse centro caiu, eu fiquei sem.

Nesse período, surgiu toda aquela discussão de sala-cofre... Então, qual era o tempo que eu levava para recuperar? E aí surgiu a grande indústria de sala-cofre, que eu levava menos tempo... Ou seja, levava 7 dias, 12 dias para recuperar, para voltar a funcionar. A lógica, hoje, no mundo das nuvens, como eu faço múltiplos processamentos, múltiplos armazenamentos, se cai um aqui, para o usuário final não caiu, porque está levantado do outro lado. Isso é múltiplo, isso é distribuído em vários.



Então, tenho toda uma tecnologia nova de armazenamento de dados. É bem diferente do que há no mundo da internet. Por exemplo, o Facebook sequer tem área de armazenamento, ele armazena dos próprios computadores que ele tem nos cinco centros espalhados no mundo. Tenho um *software* que administra; conforme vai necessitando naquele centro pequeno mais computação, ele vai disponibilizando mais computação. Isso são os virtualizadores que vêm nesse mundo.

Então, há uma lógica que chamamos de resiliência zero, ou seja, tenho que estar pronto para levantar no segundo exato que cai. Tem que ser imperceptível que cai. E para nós, e por isso que o Serpro investiu nisso, isso é fundamental. O País não pode ficar sete dias fora do ar. Quando a gente fica um dia fora do ar, acumula pilhas de pedidos de requisição do comércio exterior, os nossos passaportes ficam com problema, os DETRANs param no Brasil inteiro. Então, nós temos que ter a capacidade de estar no ar a todo instante, mesmo que o nosso centro importante caia. Então, a nuvem vem para atender inclusive esses requisitos. Ela é um pouco diferente da internet em si. Ela tem uma capacidade maior de responder. Necessita um espalhamento da capacidade de computação e da capacidade de armazenamento, portanto também dos aplicativos e tudo o mais.

Isso é um conceito difícil ainda. Muita gente que é da área, não é o mundo leigo, muita gente que é da área ainda tem dificuldade de entender a diferença entre um e outro. Muita gente fala que é a mesma coisa. Tem gente comprando sala-cofre, que é do mundo antigo. Esse mundo novo é completamente diferente, é um mundo bem mais preocupado com não cair nunca. Quem vem do mundo de telecom – fui companheiro do Senador Walter Pinheiro na primeira federação dos telefônicos, da Fitel –, isso era o mundo de telecom. Mundo de telecom a gente não houve falar desse negócio de ficar três dias fora do ar. Imagina três dias fora do ar no sistema de comunicação de qualquer empresa, imagina do País. Então isso agora está agregando no mundo da tecnologia da informação. Isso é a nuvem.

*E-mail* seguro. Por que estamos chamando o Expresso de *e-mail* seguro? Porque ele é controlado absolutamente por nós, dentro dos nossos ambientes. Ele é desenvolvido em uma plataforma de *software* livre, totalmente aberto, nós sabemos o que faz cada elemento desses e nós temos no nosso ambiente uma proteção. O Expresso, se tivéssemos que fazer uma figura de linguagem, é um castelo medieval. Só tem uma porta de acesso a todos os seus componentes, que posso levantar e proteger na medida da minha necessidade. Não tenho outros caminhos que o aces-

sam. Ele está totalmente por dentro da nossa rede, ele também tem virtualização, ele também tem todos esses elementos, por isso que estamos chamando a atenção do Expresso V3, porque o V2 não era assim, para que a gente tenha uma garantia de segurança muito maior. Ele é todo gerido pelos nossos técnicos.

O Serpro tem hoje 8.500 trabalhadores espalhados no Brasil em 11 unidades regionais de desenvolvimento, mas em todos os Estados brasileiros estamos colocados lá e esse é um produto que nos orgulhamos de ser um produto feito... Venho, Senador, há muitos anos, perseguindo isso, desde o governo Olívio Dutra, pois eu era presidente da Proservice, no Rio Grande do Sul. A gente chegou, depois de 14 anos, a uma solução tecnológica robusta e controlada por nós. E os técnicos do Serpro dominam completamente essa solução.

O Expresso tem todos esses elementos de saber fazer os *antispam*, todos esses elementos temos condições de executar. É uma solução que nós procuramos, sim, copiar o que tinha de melhor oferecido em Gmail, em melhor oferecido em Exchange, em melhor oferecido em Lotus Notes. Nossa perseguição era essa, sempre foi essa. E chegamos a uma ferramenta que, neste momento, é claro que isso é um processo evolutivo, vence os demais de mercado porque integra todos eles. Ainda tem caixa de tarefa e coisas do tipo.

A Senadora pergunta... E também, Senador, como o Siafi é administrado por nós hoje, felizmente no nosso Governo não existe esse problema de bloquearmos um Senador ou um Deputado que pede alguma coisa que o Governo não quer. Então, nós não temos nenhuma restrição, o Siafi está no ar o tempo todo, é um sistema estratégico para nós, importantíssimo. E fizemos uma nova versão agora com interface gráfica para modernizá-lo cada vez mais. Pelo contrário, nós estamos cada vez mais implantando sistemas de controle, inclusive, do próprio Estado, como é o caso do Portal de Convênios, o SICONV, que é um sistema de controle. Os convênios já são previamente auditados pela Controladoria-Geral da União.

**O SR. EDUARDO SUPLEY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O Ministro da Fazenda na época era Marcílio Marques Moreira, mas ele abriu de novo o Serpro.

**O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI** – Ele abriu de novo. Mas eu lhe garanto que o Ministro Guido Mantega nem pediria para fechar. Bom, transmita isso para ele, que é o meu chefe.

Auditação, Senadora, a rede bancária, por exemplo, se comunica hoje com o Siafi já de forma exclusiva. Toda a comunicação hoje rede bancária com o Siafi é feita por um sistema desenvolvido pelo Serpro chamado SOTN, que nós botamos no ar em 2009. Portanto,

nós sequer passamos do compartilhamento da rede bancária administrada pelo Banco Central. Então, hoje nós tempo zero, D Zero no Tesouro Nacional, porque todos os pagamentos, tanto feitos pela União quanto feitos para a União, o nosso sistema de mensageria é direto, é controlado por nós. Está copiado, tanto na Polícia Federal quanto no Banco Central, mas ele é todo administrado por nós, tecnologia desenvolvida por nós, portanto, completamente auditável.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Passa por onde?

**O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI** – Passa pelos nossos ambientes de rede. Eu vou falar dos nossos ambientes de rede na sequência.

Nós temos, sim, produtos como o Portal de Convênios, em que nós temos auditabilidade até a ponta, por exemplo, da prefeitura ou até a ponta da ONG ou até a ponta do hospital. Então, existe um pacote de serviços que eles precisam usar de virtualização de ambientes e que nos dá uma garantia maior. Existem fragilidades, vulnerabilidades? Sim, existem, porque nós nos comunicamos com outras redes nesse ambiente. Eles precisam entrar com uma série de informações, e tudo mais e é uma preocupação. Mas essa é a forma normal que a gente trabalha.

Os DETRANS, por exemplo, nós nos comunicamos com os 27 DETRANS do País através de redes que vão passar pelo nosso ambiente de rede aqui. Eu vou mencionar isso.

Nosso *software* de gestão de segurança é um *software* de gestão de segurança aberto, um *software* livre internacional, chamado Zabbix, mas que é completamente controlado por nós. Então, nós podemos considerar a tecnologia nacional, porque é um *software* aberto, um *software* livre. Então, nós temos toda a auditabilidade dele.

Existem, sim, espaços na nossa rede em que existem produtos comerciais que atuam na gestão dos ativos e na gestão da prestação de serviços. A senhora conheceu nossa sala de controle. Lá há vários tipos de *softwares* diferentes, mas 80% do ambiente é controlado por *software* livre, pelo Zabbix.

Nós contratamos serviços de suporte chamado nível 2, ou seja, toda ocorrência que acontece ela é feita pelos técnicos do Serpro. O Serpro não terceiriza nem no seu desenvolvimento nem na operação das suas redes. Nós chamamos fornecedores quando nós não conseguimos resolver no primeiro nível um problema. Mas aí ele vai entrar junto do nosso suporte. Ele não vai entrar na operação da nossa rede, a não ser que a operação da rede chame-o para dizer: vamos juntos lá para resolver o problema de uma pilha de *softwares*, de uma suíte de *softwares*, e assim por diante.

A complexidade da nossa planta é bastante grande. Então, nós temos situações em que a gente vai, sim, envolver o fornecedor até o nível da aplicação. Mas o normal não é esse. O normal, o nosso dia a dia é nós resolvermos, vermos o problema, nível 3. Nós temos um suporte – às vezes até nem está no Brasil – para a gente resolver algumas dessas situações.

A senhora pergunta se eu conheço projetos brasileiros sobre essa área de segurança. Sim, a Universidade de São Paulo, a USP, tem um centro, um laboratório de pesquisa em alta tecnologia, que tem projetos que passam por até mesmo do *hardware*, até mesmo do *hardware* brasileiro, com o que a gente chama de *throughput*, ou seja, a capacidade e pegar um dado aqui e jogá-lo para a frente, com um padrão de velocidade superior aos maiores equipamentos Cisco em disposição hoje. O que é preciso é a gente focar alguns investimentos nesse grupo de pesquisa. São um conjunto de 20 PHDs que há hoje nesse projeto e são mais de 200 PHDs na USP que têm essa condição. Eu estive com eles na sexta-feira. O projeto é realmente muito robusto. Eles já prestam consultoria hoje, não só para o ITI, como para várias empresas no mundo todo. E nós pretendemos, como Serpro, já começar com eles para até julho do ano que vem para nós termos um *hardware* nacional robusto, com criptografia nacional, *hardware* criptográfico, para que a gente coloque no *corner* da nossa rede. Então, existe, sim, conhecimento, e existe, eu conheço, na Universidade de Santa Catarina, na Universidade de Pernambuco, são várias possibilidades de trabalhar em forma conjunta.

Não existe um comitê público de segurança. Existe, no Governo Federal, o Gabinete de Segurança Institucional, que congrega os atores do Governo Federal, mas nós não temos, existe esse esforço que é quase que dos gestores, um esforço dos gestores, de troca de informação, e existe, das empresas estaduais, troca de informação através da Associação Brasileira de Entidades Públicas de Tecnologia da Informação, que eu já fui Presidente por muitos anos, existem, nas empresas municipais, que é a ASBEMI, também, grupos disso, eu também já presidi a ASBEMI, mas é muito mais na troca de experiência de melhores práticas do que focado em segurança. Não há um grupo nem...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – De desenvolvimento tecnológico.

**O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI** – A gente compartilha, nesses ambientes, mas, digamos, cada um faz o seu. Não há uma experiência de compartilhamento nesse nível.

Quando eu saí da Celepar para o Serpro, nós tentamos trazer a equipe da Celepar para desenvolver

em conjunto com a gente a ferramenta e sequer isso conseguimos. Eu tinha sido presidente da empresa lá e sequer isso conseguimos.

Então, eu acho que é muito importante, cada vez mais, a gente ter comitês e trocas de experiência, até porque isso vai na lógica do *software* livre. Ou seja, compartilhar o que já tem disponível e a gente avançar juntos. A gente costuma dizer que isso é se apoiar sobre os ombros dos outros, essa é a lógica do *software* livre. A gente já larga do top de tecnologia e desenvolve mais. Então, eu acho que é muito bom a gente ter esse tipo de comitê. A gente não tem isso no Brasil.

Quanto à agência de segurança, eu até acho, Senadora, que é importante a agência de segurança, eu compartilho a tese dos franceses de que nós precisamos ter uma entidade de TI neste País responsável por toda a TI, porque a gente está falando aqui do Serpro, mas existe a Dataprev, o DataSUS, existe o MEC, com dois centros de dados.

Não necessariamente nós temos as mesmas regras e lógicas e investimento na área de TI, mas, sem dúvida nenhuma, ter uma agência que discuta segurança... Apesar de que o Exército brasileiro é responsável pela segurança cibernética do País e eles têm feito um belíssimo trabalho, só que o foco deles é uma segurança muito mais do patrimônio físico do País do que do patrimônio cibernético. E nós estamos num mundo diferenciado, hoje, em que o patrimônio cibernético, talvez, venha a ser mais importante do que o patrimônio físico, vide Alcântara, quantos milhões e quantos anos o Brasil perdeu com o retrocesso em Alcântara, que muitos dizem que não foi um mero acidente.

*Data center* e neutralidade da rede. Bom, eu acho que neutralidade da rede é fundamental. Se nós não tivermos neutralidade da rede, nós teremos uma internet vigiada, porque, às vezes, as operadoras de telecomunicações confundem um pouco neutralidade da rede com direito a fazer pacote de serviço. Eles continuam tendo direito a fazer pacotes de serviço, agora, se eu contrato uma velocidade x, eu quero navegar o pacote de dados que eu quiser dentro daquela velocidade. Se eu contrato, de uma TV a cabo, 60 canais, eu tenho que ter direito a ver, se eu quiser ver um canal, eu vejo um canal, se eu quiser ver os 60, eu vejo 60, e não pode ela me dizer que eu não posso trafegar um pacote que leva voz, porque isso concorre com outro negócio dela. Então, neutralidade da rede significa o não direito das operadoras de abrir o meu pacote. A velocidade eu vou contratar – o.k. –, mas o pacote, a informação que está dentro do pacote não pode ser vista.

Então, neutralidade da rede eu considero fundamental, acho que o Deputado Molon tem feito um

enorme esforço nesse sentido, de mostrar que nós não estamos discutindo os negócios das operadoras. Nós estamos discutindo a liberdade de o usuário de internet trafegar o conteúdo do seu pacote a seu bel-prazer. Acho que isso é fundamental.

Centros de dados no Brasil. Eu acho que isso deve fazer parte de uma política de desenvolvimento do Brasil. Não considero isso solução para segurança. Acho que solução para segurança tem a ver com respeitar a legislação brasileira. Não considero que o cidadão chileno está mais protegido que o cidadão brasileiro, porque o Google tem um centro de dados no Chile. Não considero. Com certeza, os dados do cidadão chileno foram parar lá igualmente.

Acho que nós precisamos ter, e tenho medo de que as grandes tenham capacidade de fazer essas entidades e os pequeninhos fornecedores não. Acho que o cidadão tem que ser respeitado no sentido de “eu quero privacidade” ou “eu não quero privacidade”.

Agora, isso é diferente do Estado brasileiro. Na minha opinião, o Estado brasileiro – não é nem interessante – é obrigado a colocar os dados em centros de dados do Governo no País. Também não pode uma empresa como o Serpro contratar serviços de um centro de dados externo; tem que ser de uma empresa do Estado no País. Então, aí eu vou para uma radicalidade maior. Não acho que o cidadão não possa resolver ter um Gmail. Ele pode resolver, ele sabe que vai ser observado. Essa é uma decisão de cada um.

Quanto à questão de *backdoor*, nós estamos trabalhando na auditabilidade. A gente acha que é importante se fazer auditabilidade. É importante se trabalhar com criptografia e é importante se trabalhar com *software* livre. Eu acho que, pelo menos, para as políticas públicas, nós temos de trabalhar com a ideia de que nós precisamos controlar esses códigos, que sistemas estratégicos importantes do País estão em cima deles. Imaginem, eu falei aqui da complexidade do Serpro, que seria o colapso uma parada do Serpro. Vamos supor que não quisessem investigar as informações; quisessem derrubar a nossa operação.

Então, nós temos de ter controle sobre tudo isso. Nós estamos ali com toda importação e exportação do País passando pelos nossos ambientes computacionais. Talvez sejamos o único país do mundo que tem, inclusive, um sistema que faz a organização dos serviços de importação e exportação. Nós temos o controle de todo acesso de navio. Os sistemas da Marinha Mercante passam por nós, os sistemas da Anvisa passam por nós, os da Receita Federal e os da Polícia Federal. O Porto sem Papel é desenvolvido por nós e desenvolvido, diga-se passagem, todo em *software* livre, com Demoiselle. Se alguém controla



esse tipo de situação, está controlando todo o ataque de navios, toda uma relação da economia brasileira. Portanto, eu acho que nós temos de investir, além de em criptografia, em *hardware* nacional, em *software* livre, porque nós temos de controlar esses ambientes. O risco é maior do que a espionagem.

As nossas redes. O que nós fazemos para amenizar a situação? Nós usamos redes, sim, fora dos nossos ambientes. Os nossos grandes *backbones* são contratados de operadoras. Nós não temos hoje a capacidade de atender, via Telebras, a nossa necessidade. Nós estamos nos 27 Estados brasileiros e em todas as fronteiras; nós estamos no Chui, nós estamos na ponta do Acre. Já é difícil rede privada, que dirá rede pública nesses lugares!

O que a gente faz? Nós contratamos circuitos no nível 2. O que é isso? Nós não contratamos das operadoras capacidade de roteamento. Nós não contratamos o nível 3, que é a inteligência, que é a que pega o tráfego e encaminha. O que nós contratamos são circuitos nível 2, que chegam aos nossos centros de dados e aí esses *switches* são nossos. Nós é que administramos esses *switches*. É uma diminuição da vulnerabilidade; não é a eliminação, até porque nesses *switches* nós temos equipamentos importados. Nós temos de fazer, evidentemente, controle do tráfego saindo deles, mas tudo é... Como o Serpro já faz, nos seus 50 anos, é especialista em segurança, a gente aumenta muito a segurança, mas há fragilidades, vulnerabilidades como se chama, sem dúvida nenhuma.

A Senadora disse que quando venderam a Embratel foi vendido o satélite, quando venderam a Telebras foi vendido o CPQD. O CPQD fazia essa lógica. A gente desenvolvia... Por exemplo, emenda de fibra ótica o Brasil dominava. Central telefônica digital o Brasil dominava. Eu implantei... São Paulo era a maior planta de Trópicos e eu, no Rio Grande do Sul, tinha a segunda maior planta de Trópicos. Isso tudo foi arrastado. Nós não temos mais essa tecnologia de central telefônica digital que nós tínhamos na década de 90. Por isso que quando dizem que a gente não tem conhecimento me assusta, porque nós tínhamos, em 90 nós já sabíamos telecomunicações com abundância; hoje não temos. Fazíamos emendas de fibra ótica. O único País que fazia emenda de fibra ótica abaixo da linha do Equador era o Brasil, na década de 90. Telefone público com cartão só nós, porque a moeda não tinha valor, não é? Então, telefone público com cartão, uma tecnologia brasileira. A gente sempre se sai bem nessas discussões tecnológicas.

Infelizmente, não temos mais o CPQD. Qual era a principal lógica do CPQD? Era o Estado fazendo o desenvolvimento de tecnologia e colocando para

a indústria, se comprometendo com a demanda. As centrais Trópico foram desenvolvidas no Brasil. Chegamos a ter centrais de 16 mil terminais. A Telebras se comprometia com o quanto ia comprar. Então, a indústria fabricava. Então, nós tínhamos uma relação de desenvolvimento muito interessante.

A capacidade tecnológica de próprio ou nas universidades. Sim, nós temos grupos de pesquisa dentro do Serpro, nós investimos em tecnologia dentro do Serpro. Toda ferramenta de desenvolvimento é nossa, pessoal, a nuvem é nossa, o Expresso é nosso. Então, nós investimos sim, em vários projetos. A rede social hoje é nossa também. Essa que estamos colocando na Presidência da República é uma rede social desenvolvida pelos técnicos do Serpro. Atuamos muito com universidades. Temos vários projetos com a USP, com a Universidade do Rio Grande do Sul, com a Universidade de Santa Catarina, com a Universidade do Paraná – que é fortíssima em *softwares* livres –, Universidade de Pernambuco, de Minas Gerais, de mineração de dados.

Então, nós temos sim projetos de pesquisa, Senador, com todas essas, com várias universidades do Brasil, com a grande maioria das universidades, pelo menos as de grande porte, nós estamos investindo. Estamos fazendo também um trabalho com a Universidade do Amazonas. Diga-se de passagem, poucas pessoas sabem, mas foi a primeira universidade do Brasil, as outras todas foram faculdades, lá foi a primeira universidade do Brasil. Estamos trabalhando lá também com esta ideia de transferir tecnologia desenvolvida por nós para um polo de tecnologia.

E, por último – pelo menos pelo que eu anotei aqui – a questão de o *e-mail* ser possível de ser colocado para a sociedade em geral. A Antel, do Uruguai, está nos contratando para fazermos esse serviço. A Antel, que é uma empresa pública de telecomunicações, que atende todo o Uruguai, vai colocar o Expresso para o cidadão uruguaio. Claro, estamos falando de 3 milhões de cidadãos, que é mais ou menos a folha... (*Risos*)... é o que temos que colocar para a União do Expresso.

O Expresso já é uma tecnologia de nuvem, pode prestar todos os serviços que hoje há nessas outras soluções. Então, a infraestrutura evidentemente seria muito mais robusta no Brasil. No meu ponto de vista, dentro do Estado brasileiro, a Telebras seria a responsável por esse projeto, mas tenho insistido nisso até com as operadoras de telecomunicações, eu acho que elas têm que oferecer um valor agregado ao seu cliente. Por que não as operadoras – e a mais importante em São Paulo é a que está mais avançada nisso – oferecerem aos seus clientes a possibilidade de ter um *e-mail* hospedado no Brasil sem *backdoor*? Ela

vai hospedar no seu centro de dados e oferecer como serviço de valor agregado aos seus clientes.

Então, o esforço tem sido este de universalizar também o Expresso, mas é claro que o foco do Serpro é atender à Administração Pública Federal, especialmente a Direta, conforme o decreto que a Presidenta determinou.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidente...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... cumprimento os Srs. Victor Guimarães Vieira e Marcos Vinícius Ferreira. Já estamos sendo chamados para a Ordem do Dia. Srª Presidente. Vou pedir licença.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Também já estamos encerrando a nossa reunião presente.

Quero agradecer muitíssimo a presença do Dr. Marcos Vinícius e do Dr. Victor Guimarães. Muitas foram as contribuições dadas na presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente audiência pública.

Obrigada.

*(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 32 minutos.)*

Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

**COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 514 DE 2011, DESTINADA A ACOMPANHAR TODOS OS ATOS, FATOS RELEVANTE, NORMAS E PROCEDIMENTOS REFERENTES ÀS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL, POPULARMENTE CONHECIDA COMO “TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO”, BEM COMO O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**

**ATA DA 7ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião da Comissão, realizada em 12 de junho de 2013, às quinze horas e treze minutos, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB/PB)** e com a presença dos(as) Senadores(as): **Humberto Costa (PT/PE)**, **Paulo Davim (PV/RN)** e **Inácio Arruda (PCdoB/CE)**. Deixaram de comparecer os Senadores(as): **Lídice da Mata (PSB/BA)**, **Cícero Lucena (PSDB/PB)**, **Antonio Carlos Valadares (PSB/**

**SE)**, **Benedito de Lira (PP/AL)**, **Ciro Nogueira (PP/PI)** e **Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)**. Na ocasião foi aprovado o requerimento do Senador Humberto Costa, solicitando a realização de Audiência Pública na cidade Serra Talhada/PE, com a finalidade de discutir o andamento da obra da Transposição do Rio São Francisco, bem como as obras de segurança hídrica, tal como da Adutora do Agreste.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Boa tarde a todos!

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 514, de 2011, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como “Transposição do Rio São Francisco”, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Conforme a convocação, a presente reunião destina-se à apreciação dos requerimentos.

Coloco em votação as Atas da 4ª e da 5ª reuniões, solicitando a dispensa da leitura das mesmas.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Com a palavra o nosso Relator.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, na verdade eu havia feito essa solicitação a V. Exª de que convocasse essa reunião administrativa, para que nós pudéssemos traçar os próximos passos da Comissão.

Nesse primeiro momento, nós tivemos aqui as audiências públicas, em que representantes do Governo, dos órgãos de controle, as empresas aqui estiveram fazendo um balanço das dificuldades e também das ações feitas para superação dessas dificuldades. Também, posteriormente, realizamos duas visitas, uma ao eixo norte e outra ao eixo leste, e também uma pequena audiência pública feita no Município de Monteiro, na Paraíba, como parte dessa nossa atividade.

Acho que seria importante agora nós traçarmos os próximos passos. É do conhecimento de todos nós, porque o Ministro da Integração Nacional nos disse repetidamente, que até o final do mês de julho nós teríamos todos os lotes funcionando a todo vapor.

Nós tivemos oportunidade de constatar que havia lotes que ainda não estavam com suas obras em andamento, mas também constatamos que algumas das proposições que aqui foram apresentadas pelo Ministério da Integração foram cumpridas no sentido de que já identificamos obras em outros lugares. Eu creio que seria o momento mais adequado para nós

fazermos nova visita àquele que o Ministério realmente informasse que todos os canteiros estariam implantados e as obras sendo realizadas.

Então, por meio da assessoria da Comissão, nós poderíamos confirmar com o Ministério da Integração Nacional quando isso vai ser possível, quando vai acontecer, para podermos marcar a ida da Comissão.

Por outro lado, também há a informação de que, nesse período do final de julho, a própria Presidenta da República faria uma vistoria a essas obras, pois seria, como eu disse, o momento em que todos os lotes estariam em funcionamento. Precisariamos ver se faríamos um acompanhamento dessa visita ou se faríamos a nossa inspeção posteriormente.

Outra questão é que ficamos de organizar algumas audiências públicas nos Estados. Em princípio, pensamos em fazer nas Assembleias Legislativas, e, da minha parte, estou apresentando um requerimento em que eu gostaria de promover essa audiência pública no interior do Estado, com a participação dos prefeitos da região, do sertão, do agreste de Pernambuco, e gostaria de ter, junto conosco, a presença dos Senadores aqui da Comissão. A ideia seria falar um pouco sobre as repercussões do processo de transposição, em todas as regiões do Estado, o andamento de algumas obras complementares à transposição – no nosso caso, a Adutora do Agreste –, e de, no início do mês de julho, podermos fazer isso.

Então, a minha proposição seria essa e eu gostaria de ouvir V. Exª no sentido de tecer considerações sobre essas proposições.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sr. Relator, entendo por demais necessária uma próxima visita de avaliação com relação ao cumprimento das metas que foram definidas como fundamentais na expedição dos editais que o Ministério da Integração tinha como expectativa neste mês de maio, início de junho.

A Presidência já fez, junto ao Ministério da Integração, gestões para receber esse relatório. No entanto, diante da iniciativa de V. Exª, essa iniciativa deverá ser oficialmente posta, em termos de ofício – e eu determino à secretaria para expedir um ofício, atendendo a requerimento verbal de V. Exª, com o apoio dos nossos pares –, para que tenhamos, efetivamente, o resultado do balanço entre a visita do Ministro à Comissão, as duas visitas que foram feitas, em caráter externo, nos dois eixos do projeto, e agora o resultado final do processo licitatório.

A Comissão deverá receber, imediatamente, ou em um prazo muito curto, esse resultado, e eu determino que o nosso secretário possa tomar essas

providências com relação a essa iniciativa, conforme deliberação desta Comissão.

Como temos uma outra visita, não poderemos deixar marcado já o dia da outra visita, em virtude de não termos recebido, ainda, o relatório confirmando que toda a remodelagem do projeto esteja em execução. Devo entender que V. Exª dispõe, como a Comissão, de um tempo mínimo necessário para concluir o seu trabalho, e uma terceira visita seria fundamental para que pudéssemos ter o conjunto dessa obra e acompanhar as suas repercussões.

No que diz respeito às nossas audiências públicas, comungo com o interesse de V. Exª de torná-las mais próximas das cidades que participam do processo, do envolvimento com a obra, em vez do centro do Poder Legislativo estadual, que é a Assembleia Legislativa.

Inicialmente, pensávamos que a Assembleia Legislativa pudesse convergir como centro dessa conversão de todos os interessados, mas, talvez, pela pequena experiência de Monteiro, no Estado da Paraíba, quando V. Exª viveu o entusiasmo das pessoas com relação à obra, a expectativa com a execução e a não mais solução de continuidade que essa obra pudesse ter, entendo que a Comissão deva se deslocar. E o requerimento de V. Exª será realmente consagrado pelos nossos pares. Acho que no dia 10 temos um prazo mínimo para organizarmos toda essa discussão no Estado de Pernambuco.

Coloco em votação o requerimento do Senador Humberto Costa.

Requeiro, nos termos do art. 74, II, combinado com o art. 90, II e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública desta Comissão na cidade de Serra Talhada – PE, com a finalidade de discutir o andamento da obra da Transposição do Rio São Francisco, bem como as obras de segurança hídrica, tal como da Adutora do Agreste.

Estão aqui elencados todos os prefeitos, são 167 prefeitos e autoridades que serão convidadas.

Foi um esforço de V. Exª e de sua competente assessoria para ampliar o máximo de convites. Não sei se V. Exª quer que todos realmente possam exercer, mas vamos ver se, através de várias representações, possamos ouvi-los dentro dessa expectativa.

Em discussão, o requerimento do Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Em votação.

Aprovado o requerimento.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me esclarecesse uma questão: a proposição de V. Exª seria de que antes da próxima visita eu pudesse apresentar esse relatório preliminar?



**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco/PT – PE) – Ou o ideal seria após a próxima visita?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Após a próxima visita.

Não marquei a próxima visita, em virtude de não ter conhecimento oficial. Já tenho um conhecimento informal ou extraoficial da parte do Ministério de que todas as metas foram atingidas, os editais foram lançados, mas não há, ainda, oficialmente; e esta Comissão vai receber, para transmitir aos senhores, a notícia de que o exercício dessas metas foi cumprido.

Após a informação, vamos marcar uma terceira visita à obra, como bem colocou o Ministro da Integração, já com 100% de sua remodelagem em funcionamento, e V. Ex<sup>a</sup> terá todas as condições para apresentar o seu relatório; e, após esse relatório, vamos continuar no processo de acompanhamento, porque é essa a nossa missão.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco/PT – PE) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A V. Ex<sup>a</sup> continua facultada a palavra para considerações finais.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco/PT – PE) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Humberto Costa também é Relator do subfinanciamento da saúde. Ele é de mil e uma utilidades como Senador da República.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os nossos trabalhos, convidando V. Ex<sup>as</sup> para a próxima reunião ordinária.

Tenham todos um bom dia. Fiquem com Deus.

*(Iniciada às 15 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 24 minutos.)*

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

**“COMISSÃO ESPECIAL PARA ATUALIZAR E MODERNIZAR A LEI Nº 8.666. DE 21 DE JUNHO, DE 1993, QUE “REGULAMENTA O ART. 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião, realizada em 02 de setembro de 2013, às dezoito horas e quinze minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB/PB)** e com a presença dos Senhores Senadores **Wal-**

**demir Moka (PMDB/MS); Eduardo Suplicy (PT/SP); Armando Monteiro (PTB/PE) e Kátia Abreu (PSD/TO).** Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senhores Senadores **Francisco Dornelles (PP/RJ), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), e Wilder Moraes (DEM/GO).** Na oportunidade foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: **Carlos Lago Bouza**, Especialista Sênior de Aquisições do Banco Interamericano de Desenvolvimento; **Frederico Rabello**, Especialista Sênior de Aquisições do Banco Mundial; **Gileno Gurjão Barreto**, Sócio da Price Waterhouse Coopers; **Luís Roberto Ponte**, Ex-Deputado Federal, autor do Projeto de Lei nº 1.491/91 que deu origem à Lei 8.666; **Juliana dos Santos Loiola**, representando o senhor Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; **Mauro Ricardo Machado Costa**, Secretário Municipal de Fazenda de Salvador; **Ricardo Leite Ribeiro**, Chefe de Gabinete da Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e **Edmundo Oliveira**, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito boa noite a todos!

Sejam muito bem-vindos a esta Comissão!

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Especial criada pelo Ato da Mesa do Senado nº 19, de 3 de junho de 2013, com a finalidade de atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Iniciamos esta 6ª Reunião para atualizar a Lei nº 8.666 com a realização de audiência pública convocada com o objetivo de instruir a matéria. A prática de convocação de audiências públicas preserva a finalidade precípua de prospectar a vontade geral da Nação e vai ao encontro dos procedimentos democráticos que balizam o processo na elaboração de leis no Senado.

Quando se discutem os obstáculos para que o País trilhe com sucesso a difícil caminhada do desenvolvimento econômico sustentável, torna-se lugar comum a referência do custo Brasil, a denominação conferida aos efeitos negativos das dificuldades estruturais, burocráticas, legais e econômicas sobre os investimentos e a produção no País.

Nesse sentido, ouviremos com atenção as contribuições de todos os convidados, pois são exatamente os que, cotidianamente, lidam com os gargalos que impedem o desenvolvimento nacional em sua plenitude.

Assim, aproveito o ensejo para agradecer a participação de todos os presentes.

Para o perfeito andamento dos trabalhos, nós vamos convidar a ocupar assento à mesa o Dr. Carlos Lago Bouza, Especialista Sênior de Aquisições do

Banco Interamericano de Desenvolvimento; o Dr. Frederico Rabello, Especialista Sênior de Aquisições do Banco Mundial; o Dr. Gileno Gurjão Barreto, sócio da Price Waterhouse Coopers; o Dr. Luis Roberto Ponte, nosso queridíssimo companheiro e ex-Deputado Federal, autor do Projeto de Lei nº 1.491, de 1991, que deu origem à Lei nº 8.666. Sejam bem-vindos!

Peço aos demais convidados a gentileza de permanecer nas bancadas, porque, quando se tomarem as respectivas explanações, serão convidados para compor a Mesa: a Srª Juliana dos Santos Loiola, representando o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; o Dr. Mauro Ricardo de Machado Costa, Secretário Municipal de Fazenda de Salvador; o Dr. Ricardo Leite Ribeiro, Chefe de Gabinete da Presidência do Cade; o Dr. Edmundo Oliveira, Diretor de Relações Institucionais da BRASSCOM.

Registro também a presença do Sr. Antonio Gil, Presidente da BRASSCOM.

Ao meu lado, está a Srª Relatora, a Senadora Kátia Abreu, a quem, preliminarmente, passo a palavra.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria também de cumprimentar todos os nossos convidados.

A exemplo das outras audiências públicas, Sr. Presidente – não sei se o senhor concorda comigo –, já que são nove convidados que aqui vão falar, a gente gostaria de pedir a todos que pudessem pular a parte que descreve a instituição que representam. Todos nós, aqui, conhecemos todas as instituições, e, às vezes, perde-se longo tempo explicando o que a entidade faz ou não faz. Nós gostaríamos que fossem diretamente ao assunto, para que a reunião pudesse ser mais bem aproveitada. É claro que todas as instituições são importantes e, por isso, estão aqui. Então, a gente gostaria que fossem diretos.

Outro ponto importante que temos discutido é que, aqui, neste telão, nesta Comissão, não seria o momento para detalhar parágrafo, inciso, vírgula. Nós estamos tratando dos problemas macro, nós estamos tratando dos problemas crônicos da lei. Quanto a esses detalhes, vocês poderão passar para o Presidente e para mim, Relatora, as sugestões de texto. Então, é muito importante colocar o que está errado, o que pode ser melhorado, o que incomoda mais cada setor. As sugestões, tenho certeza, serão extraordinárias, tanto as do Banco Mundial quanto as do BID, que têm uma experiência larga.

Então, tenho a certeza de que, a exemplo das demais, esta será também uma grande audiência pública, que colaborará muito com nosso trabalho.

Mais uma vez, muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Feitas as sugestões da Srª Relatora, passo a palavra ao Sr. Carlos Lago Bouza, Especialista Sênior de Aquisições do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

**O SR. CARLOS LAGO BOUZA** – (*Tradução livre.*) Boa tarde a todos.

Na verdade, não tenho uma apresentação totalmente formal. Apenas trouxe um documento do banco com as grandes divergências que temos em relação à Lei nº 8.666 durante a aplicação, que depois posso deixar com vocês para compartilhar. Depois entrego, vou usar agora.

Temos vários, digamos, chamamos conflitos, mas é mais em relação à parte interna, porém, não são conflitos, são diferenças principais.

Uma delas, a principal, eu diria que é no tema da consultoria, que, para nós, sempre é qualidade e preço, onde a qualidade é entre 70% e 80% e, em alguns casos, onde simplesmente se considera a qualidade. E nós achamos que isso nos ajuda a que sempre se contratem melhores serviços de consultoria de uma melhor qualidade e fomenta a participação dos melhores consultores nessas seleções.

Isso nos tem gerado bastantes problemas. Eu diria que a grande diferença que temos é essa separação entre o que chamamos consultoria de seleção e não licitação, e manejamos de forma completamente diferente uma da outra. Eu diria que, se tivesse que definir qual é a principal divergência que temos com a Lei nº 8.666, é essa. Tanto é assim que nós, no caso de bens, aceitamos o tema do pregão e o utilizamos em nossas políticas o tempo todo.

Em caso de obras, eu diria que nossa maior dificuldade é o tema dos tetos. Para o banco, preferimos que seja o orçamento estimado, e não o teto. Então, se, por exemplo, num processo, a empreiteira ganhadora sobrepassa esse limite estimado por uma percentagem relativamente menor, é muito mais eficiente adjudicá-la que refazer todo o processo para depois voltar a terminar talvez com um preço ainda maior do que originalmente tivemos.

Então, seguindo o pedido de V. Exª, Senadora, tentaria definir basicamente que esses seriam os dois principais problemas que eu queria apresentar hoje aqui a vocês.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – O senhor poderia explicar um pouco sobre o estimado, poderia dar um exemplo?

**O SR. CARLOS LAGO BOUZA** – (*Tradução livre.*) Sim. Uma das coisas por que nós investimos muito tempo em consultoria e mesmo em obras é porque, em que pesem as especificações técnicas ou os ter-

mos diferentes de consultorias, investe-se muito tempo nos orçamentos.

Um orçamento bem feito sempre nos vai ajudar a poder chegar a esse orçamento estimado. Eu estimo o que vai ser, mas não fica o teto nem acima, nem abaixo. Uma vez abertas todas as propostas, vamos supor que todas venham em uma porcentagem que geralmente não passa a 20% acima desse estimado, o banco automaticamente não elimina, ele analisa e vê se é exequível esse preço, se está bem e se é certo, adjudica, em vez de cancelar e voltar a fazer tudo de novo.

Basicamente, esse seria o procedimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Dr. Carlos Lago a imprescindível contribuição do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Peço à sua assessoria que distribua o documento à Relatora, à Presidência, ao Senador Waldemir Moka, que é o Relator revisor do nosso trabalho.

Passo a palavra ao Sr. Frederico Rabello.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Boa noite a todos!

Eu trouxe uma apresentação, para facilitar a nossa conversa, sobre reflexões a respeito da Lei nº 8.666.

Primeiramente, eu gostaria de abordar os aspectos positivos da lei, porque há vários. Esperamos que eles sejam mantidos numa revisão, num aperfeiçoamento.

Pode passar.

O primeiro deles, e muito importante, é a transparência dos processos licitatórios. É sem dúvida um ponto muito forte da lei nacional, e é uma carência em outros países em que o banco trabalha. E essa transparência, levada tão a sério, dá legitimidade aos processos, garante conhecimento geral do que se faz em licitações no País.

Outro ponto importante é a igualdade em termos de participação. Então, independentemente do licitante, todos são tratados de forma igualitária.

A inversão das fases, que se iniciou no pregão: algumas leis estaduais já a praticam e também é parte do RDC. É um ponto positivo aos olhos do Banco Mundial, e isso inclusive e especialmente em obras – a inversão de fases é muito positiva.

Dito isso, o que pode ser melhorado, aos olhos do Banco Mundial, na atual Lei de Licitações do País?

Vamos, primeiro, tratar da priorização de resultados.

Pode avançar.

No entendimento do banco, existe uma excessiva ênfase na formalística, o que distrai o gestor público, faz com que formalidades sejam suficientes para a

desclassificação de propostas. Isso pode ser aperfeiçoado numa revisão sem dúvida.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Um exemplo?

**O SR. FREDERICO RABELLO** – O exemplo é que a falta de um documento, a falta de uma certidão numa fase de habilitação, quando não há inversão de fase, é suficiente para uma desclassificação.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador, eu gostaria de chamar atenção para esse ponto exatamente em função do espírito que tem que mover esta Comissão. Essa coisa do formalismo... E insisto naquilo: “É, mas se não colocar isso, pode alguém vir a burlar isso, burlar...” Ora, o cara que burlar tem que ser punido. Nós não podemos mais conviver com essa burocracia, com esse excesso de formalismo. Isso acaba dificultando a vida daquele que, de boa fé, pode fazer uma coisa muito mais simples, mais objetiva – desde que seja transparente.

Peço desculpas pela interrupção, mas é que acho que esta observação é muito importante: desclassifica porque ficou faltando um atestado não sei do quê. É um mero formalismo e, assim, às vezes acaba-se tirando alguém que podia concorrer em grandes condições. Eu acho isso correto.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Todos os sistemas de compra mundiais estão em constante busca por aperfeiçoamento, por melhora de desempenho, assim como trabalha esta Comissão no aperfeiçoamento da lei nacional.

O que guia essas estratégias é maximizar o valor da compra, e aí, novamente, eu me refiro ao ponto de que o excesso de formalismo pode não levar à melhor compra.

Quando se olha a pirâmide evolutiva das licitações, percebemos que o Brasil já cumpriu vários desses aspectos: existe um arcabouço legal normativo, instituições fortes – há necessidade, sem dúvida, de constante investimento em capacidade. Mas a busca do desempenho só é possível com toda essa pirâmide bem formada, e isso depende de uma estrutura orientada por resultados, e não pela burocracia, por formalismos.

Como facilitar as compras estratégicas? E o nome “compras estratégicas” é uma decisão estratégica, porque são as pequenas compras, as compras principalmente feitas por dispensa. Nós chamamos de compras estratégicas porque, ao observar o volume dessas compras, vemos que elas deixam de ter pouca significância.

Então, olhando rapidamente números do Governo Federal nos anos de 2009, 2010 e 2011, vemos que o valor ultrapassa US\$50 bilhões de compras anuais.



Observa-se que o percentual de dispensa em valores absolutos, em bilhões de reais, não é muito grande: 10%, 14%, 15% ao longo dos anos. Mas, quando se observa o número de processos envolvidos nesses valores, vemos que, de quase 300 mil licitações em 2009, 80% foram pelo método de dispensa. Então, em volume, elas são muito grandes e sobrecarregam a máquina governamental.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – A dispensa?

**O SR. FREDERICO RABELLO** – A dispensa.

Como o banco trabalhou por vários anos de forma muito próxima com o Estado de Minas Gerais, nós fizemos uma pesquisa e descobrimos que uma licitação no Estado custava, em 2009, R\$5.500 se fosse convencional ou R\$3.600 para uma licitação eletrônica. Então, é só fazer uma conta simples de pensar todas aquelas dispensas multiplicadas por R\$5.500. Qual é o custo dessas licitações?

Tomando alguns exemplos de países com que o banco trabalha, o Chile, para quase R\$2 bilhões de reais, fez apenas 650 mil ordens de compra. E a Coreia, para US\$5,3 bilhões, emitiu 21 mil ordens de compras apenas.

Nós estamos falando dessas compras estratégicas e observem que, no Chile, apenas 52 licitações geraram 650 mil compras.

Então, existem soluções modernas para essas compras estratégicas. Os instrumentos mais modernos são o contrato marco e os catálogos eletrônicos.

Por exemplo, o Governo dos Estados Unidos gasta 40% do seu orçamento, cerca de US\$400 bilhões através de contratos marcos, através de catálogos eletrônicos. No Chile, como nós tínhamos visto, os números representam 31,5% dos seus gastos totais.

Existem diferentes modelos de implementação, como, por exemplo, o Brasil tem o registro de preço, que seria um tipo de contrato marco. Mas existem essas diferenças, e levam a resultados diferentes. Por exemplo, no Brasil, somente o fornecedor de menor preço é que tem o registro de preço, que assina a ata de registro de preço, enquanto que, olhando países como na Comunidade Europeia, como a União Europeia, os Estados Unidos e o Chile, todos os qualificados assinam contrato, todos passam. E, dependendo do valor da compra que vai ser feita, o sistema dispara automaticamente uma pequena competição entre aqueles qualificados que fazem parte, então, desse grande contrato marco.

Eles podem ser obrigatórios ou voluntários. No Brasil, cabe ao comprador escolher se quer aderir a uma ata, mas, novamente, nos Estados Unidos, União Europeia e Chile, eles são obrigatórios, se existem.

Se o gestor não quiser comprar de um contrato marco ou de um catálogo, ele tem que justificar por que não.

Então, como maximizar o retorno dessas ferramentas? O primeiro é que existe uma estratégia, todo um trabalho que dura cerca de nove meses para decidir o que é que vai fazer parte de contratos marcos ou de catálogos. Não é algo que o gestor isoladamente decida, como hoje acontece no Brasil, e daí se fazem as atas de registro de preço.

É preciso fazer um estudo de volume, de preços, de demandas, de especificações, porque isso vai ter um impacto no mercado. Decidir fazer um contrato marco com vários fornecedores tem um impacto na economia do País.

Então, tem que se passar por todo aquele ciclo até que eu realmente decida qual vai ser, quais serão os itens que farão parte desses catálogos e dispare o edital para licitações. Depois disso, os contratos, no mundo, em média, duram de um a três anos.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Houve uma sugestão aqui que eu acho interessante comentar nesse item, que seria o registro de preço, a ata, aderir a uma ata só pode ir até cinco vezes o valor contratado inicial. A ideia de alguns palestrantes aqui convidados é de que o segundo colocado e o terceiro, desde que igualasse o preço ao primeiro, também poderia abrir ata para o mesmo valor que foi, que saiu pelo primeiro colocado, no primeiro colocado. Então, o segundo e o terceiro não ficariam limitados só a cinco, seriam cinco, mais cinco, mais cinco. Já seriam quinze com valor máximo da vitória.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – O exemplo que eu acabei de dar é de que, em outros países, não só isso é verdade, como são tantos fornecedores quantos os que se qualificarem e também atingirem aquele preço...

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Qualquer um.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – ... mas, além disso, para evitar que eu tenha um preço para, digamos, 5 mil unidades e eu acabe vendendo 50 mil unidades, que teria um preço diferente, o sistema dispara uma competição, um pequeno pregão entre esses fornecedores qualificados, dependendo da quantidade de bens que eu vou adquirir.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Entendi.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Eu gostaria de observar que isso não é visualizado pelo comprador. Ele dispara um pedido de compra, e o sistema cuida de toda essa competição e do melhor preço.

Então, existe toda uma estrutura de compras, cuidando de garantir a melhor compra, mas o comprador efetivamente não precisa se envolver nisso.

É o que eu dizia, exatamente, então, de haver um órgão regulador para compras.

Então, Chile, Indonésia, Panamá, Estados Unidos, Coreia e Filipinas são exemplos de países que têm esses órgãos centralizadores de compra.

O uso é obrigatório de itens que estão em contratos marcos ou em catálogos, senão é preciso justificar por que não aderir.

A evolução do contrato marco, a evolução natural, são os catálogos eletrônicos de contas. Eles são um verdadeiro *marketplace*, onde quem compra simplesmente acessa uma página desse órgão central de compras, escolhe as características do bem que precisa comprar, e, como eu disse, o próprio sistema cuida da competição ou de garantir o melhor preço, como é necessário.

O uso é obrigatório em alguns países, como, por exemplo, no Chile, em que se chama ChileCompra Express. Esse é o nome do catálogo eletrônico. Nos Estados Unidos, é o GSA e-Library; na Coreia, é o e-Shopping Mall; nas Filipinas, é o Virtual Store; e na Indonésia, o LKPP Catalogue.

A avaliação, no Chile, do uso do catálogo é 76% positiva – 6 a 7 são as notas dadas pelos usuários.

Falando das consultorias – inclusive o colega do BID tocou no assunto –, é uma preocupação do Banco Mundial também.

Pode passar.

Porque, de forma geral, nós podemos dividir os tipos de contratação em quatro grandes campos. E o estratégico, o nº 3, que seriam as mais complexas e as de maior custo, é exatamente onde enquadramos as consultorias. O objetivo das consultorias é contratar profissionais altamente especializados.

Pode passar.

O problema é que, como se faz hoje no País, há um incentivo a tornar o preço baixo, exatamente porque, também como o colega do BID tocou no assunto, os preços são limites, eles são o teto; eles não são uma referência.

Então, a maior qualidade acaba sendo restringida por isso, em função de não haver liberdade de se ultrapassar um preço estimado, em função de uma qualidade superior. Isso frustra o objetivo de se alcançar alta qualidade.

O único caminho, hoje, para contratações de alta qualidade no País é a inexigibilidade. Fizemos estudos em alguns Estados, e elas chegam a 90% das contratações de consultoria. Então, abre-se mão de um processo competitivo que uma legislação adequada

poderia propiciar. Eu teria um processo competitivo baseado em qualidade, mas onde o preço também seria levado em consideração.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – E concurso público para projetos? O que você acha?

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Concurso, sem dúvida, vai primar pela qualidade, mas, no concurso, já não tenho tanta ênfase em preço, que se compara a um dos métodos que o Banco Mundial e o BID utilizam, que é só baseado em qualidade.

Ele é um método que pode ser usado, mas ele é muito pouco utilizado, porque é sempre benéfico ter um componente de preço, para que eu tenha na mente dos competidores, dos licitantes, que preço é um fator de avaliação.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dr. Frederico, o senhor está dizendo que a única forma de se conseguir uma melhor consultoria é quando o governo ou uma prefeitura consegue tirar a exigência da concorrência? Quando a pessoa é contratada por notória especialidade ou alguma coisa desse tipo? É isso?

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Na prática, com quase todos os Estados que o Banco Mundial trabalha no País – e são quase todos –, o que vemos quando se aplica não as regras do banco, mas sim à Lei nº 8.666, é que as contratações de consultoria de qualidade são por inexigibilidade.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aí o senhor faz uma crítica de que o importante era garantir exatamente essa concorrência, não limitando preço, e sim optando por qualidade técnica mesmo de quem vai prestar o seu serviço.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – O padrão do Banco Mundial para consultoria é de 80% do peso para qualidade e de 20% para o preço. Isso faz com que eu esteja disposto a pagar mais caro por uma melhor qualidade, mas não deixo de considerar preço na avaliação, para que isso não se perca.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – O último ponto que eu gostaria de abordar é sobre gestão contratual, problema existente não só no Brasil, mas em muitos países.

A integração das compras públicas na cadeia de suprimentos do Governo é o que se busca em termos de compras públicas. Dentro dessa estrutura de planejamento – orçamento, licitação, contrato e pagamento –, a gestão de contratos é uma fraqueza de muitos governos.

Observando o País, 85% dos contratos de obras tiveram aditivo de prazo em 2010, e 58% desses mesmos contratos tiveram também aditivos de preços em 2010. Em média, um cronograma mais do que dobra durante a execução da obra.

Olhando os gráficos de 2010 e 2011, os prazos, em 2010, multiplicaram-se em 181%, enquanto que, em 2011, eles se multiplicaram em 112%; e 22% e 14% nos preços.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Espere aí. Eu entendi...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aditivo de prazo e aditivo de preço.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Os aditivos de prazo foram de 181% em 2010. Então, há muito aditivo de prazo, mas há também aditivos de preço. Em 2010, eles foram de 22%.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Eles foram de 14% em 2011.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Isso.  
(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Custa mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – De um ano para o outro melhorou, não é?

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Melhorou.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tornou-se menos ruim.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Diminuiu. Se você comparar, diminuiu o prazo e diminuiu o acréscimo de...

**O SR. FREDERICO RABELLO** – É.  
Pode avançar.

A extensão média de contratos em 2010 foi de 372 dias, mais de um ano.

Algumas soluções ao redor do mundo para isso: o México usa um sistema chamado Enobra, um sistema eletrônico que qualquer um pode acessar e ver exatamente o andamento *on-line* de todas as obras, em que pontos estão, aditivos, tudo isso.

As Filipinas usam um sistema chamado de Geo-tagging, que também qualquer usuário com internet pode acessar. Ao clicar em qualquer um dos pontos da obra ou de um fornecimento de bens, por exemplo, ele consegue ver fotos da execução ou do fornecimento. Ainda sobre as Filipinas, por exemplo, há a construção de uma rodovia no mapa e há fotos. Então, ao clicar naquelas fotos, são fotos recentes do andamento da construção.

Pode avançar.

Uma das fotos, por exemplo, mostraria, então, o andamento do canteiro com a terraplanagem.

O investimento é muito baixo nas Filipinas para esse tipo. Só precisou do sistema Android e de acesso a GPS para que qualquer usuário possa acompanhar em tempo real a execução das obras.

Era só isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradecemos ao Sr. Frederico Rabello.

Passo a palavra ao Dr. Gileno Gurjão Barreto.

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Boa tarde a todos!

Ex<sup>ma</sup> Senadora Kátia Abreu, Senador Vital do Rêgo, Senadores Waldemir Moka e Armando Monteiro, aqui presentes, Secretário da Fazenda da Bahia, Dr. Carlos Lago, Dr. Frederico Rabello, Deputado Luis Alberto Ponte, gostaria de agradecer em meu nome e dos meus sócios a oportunidade de vir contribuir com o debate para a modernização da Lei nº 8.666.

Inicialmente, gostaria de dizer que, em todas as discussões de que tenho participado sobre isso, tudo o que foi dito pelo Dr. Carlos Lago, especificamente sobre contratações de consultorias, e pelo Dr. Frederico Rabello alinha-se perfeitamente àquilo que entendemos como sendo de importância para a modernização da lei.

Quero passar aqui a nossa experiência em relação às leis internacionais e, ao final, faço algumas anotações e sugestões, só que mais voltadas especificamente ao aprimoramento da lei, em pontos específicos que podem ser modificados na lei e que fariam com que a lei aderisse a algo que o Dr. Frederico Rabello acabou de nos dizer.

Então, por favor, mais um.

Inicialmente, queria apontar aqui para o sistema norte-americano, que, como o Dr. Frederico falou, tem uma espécie de agência reguladora que coordena a aplicação de todas aquelas diretrizes. Tenho a Federal Acquisition Regulation (FAR), que é a lei principal dos Estados Unidos; eu tenho a General Services Administration (GSA), que funciona como uma espécie de agência reguladora e que zela pela aplicação dessas diretrizes, para os órgãos da administração federal, mas também é importante mencionar que essa lei federal é uma lei de princípios, porque os Estados Unidos, como sendo uma federação pura, digamos assim, respeitam as legislações estaduais e dos *counties*. Mais importante é esse papel do General Services Administration e de coordenação do Office of Federal Procurement Policy. Há um órgão especificamente para o gerenciamento das políticas de aquisições lá nos Estados Unidos.

Agora, vocês podem ver que as modalidades de contratação e os critérios de seleção são similares aos nossos, aos que estão na nossa lei. Ou seja, a nos-



sa lei é moderna, se comparada a outros países do mundo, em especial, neste caso, aos Estados Unidos.

O que eu apontaria como diferenças ou distinções que poderiam surgir ou serem avaliadas aqui no Brasil é o que eles chamam de *performance bond*, que é a garantia de indenização pela não conclusão da obra, uma modalidade específica de contratação, onde aquele licitante que tem credibilidade adquire o seguro e pode, inclusive, baixar o seu preço, ou aquela licitação pode ser feita exclusivamente nessa modalidade, o que garante ao governo que, em caso de continuidade, ele receberá certamente uma indenização em valores não como tratamos aqui, aqueles valores de garantia de 5 ou 10% do valor da obra, mas a integralidade do valor da obra.

Poucos mais sérios licitantes teriam acesso a esse tipo de obra, a esse tipo de licitação, que seria interessante, que poderia ser utilizado para grandes obras, em que, por exemplo, pequenos construtores não teriam acesso de forma alguma.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Qual o custo do seguro lá, o senhor sabe?

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – O seguro varia de empresa para empresa. Aquelas empresas com bastante credibilidade no mercado têm um custo baixíssimo de seguro, 0,5% a 1%; nas empresas que não têm tanta credibilidade, esse custo sobe até o ponto de tornar proibitivo que aquela empresa participe dessa modalidade de licitação. Isso depende da empresa.

No caso do Brasil...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Essa avaliação também é dada de acordo com a credibilidade.

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Também. Na verdade, é como se a avaliação da credibilidade ou dos atestados, ou da técnica daquela empresa para a conclusão da obra passasse a ser feita não por uma comissão de licitação, mas pela seguradora.

A seguradora é que vai fazer toda aquela análise e dizer: “Eu garanto que aquela obra efetivamente vai ser concluída”.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Isso é condição para ele entrar na licitação, essa análise da seguradora...

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Duas modalidades... Sim, sempre. Senão ele não tem o seguro-garantia.

Agora, é importante perceber que a aplicabilidade disso na realidade brasileira depende também de haver, aqui no Brasil, um mercado de resseguros, ou, na verdade, uma ampliação do mercado de ressegu-

ros, que hoje ainda é muito restrito. Nós ainda estamos com o IRB, etc.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu ia dizer isso. Nós temos um problema, por exemplo, na agricultura, que é exatamente este: não há seguradoras, às vezes, que topem bancar seguro nesse nível.

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Seria necessário, Senador, que o mercado de resseguros fosse mais aberto a resseguradoras internacionais. Essa é uma condição que obviamente tem de ser analisada e pode ou não ser conveniente.

Outro ponto importante, no caso dos Estados Unidos, é aquela diferença entre preço e custo. Nas licitações, elas não são necessariamente balizadas pelo preço, que é valor de mercado, etc. Lá pode também entrar na avaliação o custo, mas ele seria quanto custaria para a administração pública ou fazer aquela obra ou adquirir aquele bem, ou produzir aquele bem.

Isso aqui, o custo, é muito utilizado quando falamos de concessões, mas é um critério de seleção um pouco diferente, não previsto na lei nacional: avaliar quanto custaria aquele serviço ou aquele bem se produzido pelo governo fosse.

Então, não necessariamente o melhor preço, o custo de oportunidade de eu, governo, até eventualmente, se eu tiver aquele serviço, se eu puder prestar aquele serviço, pensando especificamente... Tentando dar um exemplo: educação. Isso é muito discutido nos Estados Unidos: a questão da educação pública ou educação privada. E analisa-se, na questão da educação privada, o custo de prestar aquele serviço de educação que, por algumas empresas privadas, é menor do que se feito pelo governo, por mais produtivo que o governo seja, por mais eficiente que o governo seja, por melhor gestão que o governo tenha, a custos inerentes da própria administração governamental, que tornam aquilo mais oneroso para o contribuinte. Essa é uma lógica bem norte-americana, que nós conhecemos muito bem.

Prosseguindo...

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Se uma obra, para o Estado fazer, custasse um milhão, aí eles colocam o preço mais baixo, se for para o privado.

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Exatamente, ele coloca o preço privado. Não há nenhum parâmetro nesse sentido, aí é uma avaliação de viabilidade econômico-financeira. Quer dizer, se para o governo custa um milhão, mas para a empresa privada custa 500, e o governo contratar por 750, não seria um mau negócio. Não seria um mau negócio, é uma forma distinta de se avaliar um processo licitatório.

Do ponto da União Europeia, os procedimentos, quer dizer, as diretivas são muito similares, a nossa legislação é muito similar àquela que hoje vige na União Europeia. Claro que isso, falamos em diretivas, não estamos falando dos Estados nacionais, na Europa, os países têm, cada um, a sua legislação específica, que adere àquelas diretivas. As diretivas são também principiológicas.

As modalidades de contratação são bem similares às nossas modalidades, procedimentos abertos ou limitados ou negociados, que é a nossa carta-convite, digamos assim, e os critérios também: preço, lá também se leva em consideração eventualmente o custo; a qualidade do produto; a aquisição negociada não competitiva, quando tenho fornecedor único, também na dispensa ou carta-convite ou, às vezes, inexigibilidade. E, quando a gente fala em exclusão de fontes de oferta, são aqueles serviços de prestação continuada, então, por exemplo, o serviço de tecnologia da informação, aqueles serviços, normalmente, têm prestadores de longo prazo, cujos contratos são renovados periodicamente.

Aqui essa avaliação é feita de uma forma diferente porque não necessariamente é interessante para a administração pública mudar aquele contrato ao longo do tempo, mas há um critério específico para se avaliar esse tipo de contratação, não é simplesmente o melhor preço ou técnica e preço, é preço, técnica e viabilidade econômica ao longo do tempo, quanto vai custar para a administração pública manter ou se vantajoso será mudar.

Então, por exemplo, em tecnologia da informação, normalmente acontece uma mudança quando há uma quebra de paradigma, uma nova tecnologia que, efetivamente, rompe com o paradigma que é adotado pela administração pública, e, claro, a mudança de fornecedor se faz necessária. A exclusão e fontes de oferta ou soluções de continuidade são nesse sentido.

Por favor.

A OMC. Eu trouxe a questão da OMC porque ela é muito controversa. O Brasil não aderiu ao acordo de compras governamentais por uma razão econômica. Nós sabemos que, principalmente quando falamos de obras públicas – falando um pouco de economia –, o fator multiplicador na economia da construção civil, da construção pesada é muito grande, ela gera empregos e gera muita renda naqueles países. Então, poucos países do mundo abrem para estrangeiros licitarem, principalmente quando falamos em construção. Mas o GPA, o Brasil... Como é um acordo multilateral, permite a adesão com reservas.

Eventualmente, por exemplo, por que eu tenho que comprar uma determinada caneta x que não existe

aqui no Brasil, nós não fabricamos aquela caneta, mas eu preciso daquela caneta por algum motivo, e exijo que haja uma empresa chinesa instalada no Brasil, uma controlada de uma empresa chinesa instalada no Brasil para que essa empresa no Brasil venha licitar? Eu poderia abrir, nesse caso, para licitações internacionais de determinados bens, eu diria, de consumo não duráveis. Bens de consumo não duráveis poderiam ser contratados de uma forma mais eficiente se houvesse uma adesão, ainda que seletiva, ao GPA.

Faço sempre a ressalva de que isso é uma questão de Governo, mais do que uma questão do Legislativo; na verdade, é a União quem tem que aderir ou não.

Prosseguindo, até para manter a celeridade e a brevidade pedida pela Senadora Kátia Abreu, acho que, como apontamentos – isso já foi falado pelo Dr. Rabello –, temos um excesso de formalismo muito grande; eu perco muito tempo com documentos absolutamente desnecessários, consularização e notariação de documentos, quando tenho licitações internacionais, etc. Nós poderíamos mudar um pouco a lógica do sistema.

É claro que há algo que é nosso, é cultural. No Brasil, temos a percepção ainda de que, do outro lado, há sempre problemas. Então, teríamos de subverter um pouco a nossa lógica cultural e buscar a utilização de declarações, ou seja, o licitante presta declarações. Mas, para isso, tenho que ter um *enforcement* muito forte do outro lado para punir aquele que fizer declarações inidôneas ou incorretas. Mas isso pode, efetivamente... Hoje, isso não é permitido, em uma interpretação singela da lei, e poderiam ser criados mecanismos nesse sentido.

Questão de prazos; prazos específicos para os membros de comissões de licitação. Nós temos prazos fixados na lei, mas esses prazos não são conclusivos, por vezes, não são tão bem observados e fazem com que um determinado processo licitatório possa se arrastar ao longo de meses e até anos.

Além disso, tenho em contraposição também a questão da possibilidade de inversão das fases de licitação, conforme também já foi dito aqui. Essa inversão permite que a fase recursal, pelo menos aquela mais importante, ocorra em uma fase apenas.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Apenas recorrer uma vez?

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Uma vez. Hoje, se há uma licitação no processo licitatório tradicional, os recursos podem ocorrer em cada fase: habilitação é um recurso; técnica é outro recurso; preço, outro recurso. Então, isso vai fazendo com que o processo licitatório se torne absolutamente demorado.

E aí eu passo – vou deixar esse material com todos – por uma série de sugestões. Vou só elencá-las até para, se for necessário, discutirmos alguma coisa mais aprofundadamente.

Por favor.

Prazos de publicação: podemos reduzir os prazos de publicação, que hoje são, eu diria, excessivos; posso inverter as fases de licitação, possibilitar a inversão para uma única fase inicial de preço, por exemplo – isso aí temos de fazer de acordo com a lei, mas eu posso fazer a primeira fase de preço, a depender da licitação, e depois passar para a fase técnica, o que já é previsto no RDC, mas não é ainda permitido claramente na Lei nº 8.666 –; posso aumentar, posso criar procedimentos de manifestação de interesse, não apenas para o caso das PPPs, mas para outros tipos de contratação; a negociação que já existe no pregão poderia ser estendida para outras modalidades de contratação – é claro, dentro de parâmetros pré-determinados, porque o processo de negociação é crítico: quando é só preço, ele funciona bem, mas, com técnica, preciso ter parâmetros pré-determinados, que é o caso da legislação inglesa, que eles chamam de Best and Final Offer.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – O item nº 1, prazo de publicação?

**A SRª PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Isso. O senhor fala do prazo do edital, menos de 30 dias?

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Não, não. São os prazos de publicação... Por exemplo, eu tenho um processo licitatório que prevê habilitação tradicional – habilitação, técnica e preço, por exemplo. Os prazos de publicação de cada fase poderiam ser reduzidos para um ou dois dias ou essa publicação poderia ser por meio eletrônico.

Aí, passamos para o que vem na sequência, que é a ampliação do alcance do ComprasNet. Ele poderia ser estendido às esferas estaduais e municipais obrigatoriamente. Temos de ver a questão da autonomia dos entes federados, se isso seria possível ou não, mas poderíamos tentar uma forma de incentivar essa ampliação do alcance do ComprasNet. Também o que o Dr. Frederico Rabello falou, do cadastro positivo. Poderia haver uma central de acervos técnicos, um pouco essa centralização de informações para determinadas aquisições, para determinados tipos de aquisição que poderiam ser utilizadas para toda a administração pública de uma forma mais ampla, e não apenas com o cadastro só daquele que tem o melhor preço.

Prosseguindo.

Já falamos sobre o acordo de compras. Eu diria que seria interessante melhor definir o tempo proposta mais vantajosa para a Administração. Na verdade, culturalmente, para nós, proposta mais vantajosa é o menor preço. Mas isso pela leitura da lei; é claro que ela restringe, a lei tem todo um contexto histórico no qual ela surgiu. Mas não necessariamente a proposta mais vantajosa é a de menor preço. Claro que temos a técnica, mas outras formas de avaliação poderiam ser consideradas, por exemplo, metodologia, etc.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Gileno, é nesse sentido que eu quero falar. Na verdade, quando você vai fazer o texto... Porque eu também concordo com o que você está dizendo, o que é mais vantajoso para a Administração? Se não é só preço... Mas também você esbarra em como vai ser esse critério? Isso também fica subjetivo. Qualquer texto que se fizer, ele cai numa subjetividade. E essa é a dificuldade.

Eu gostaria, nesse sentido, e acho que essa seria uma grande contribuição, que sobretudo as pessoas que têm experiência na licitação, pudessem elencar uma série de critérios que, claro, ainda vão cair num certo subjetivismo, mas pelo menos teríamos uma graduação. Porque o problema desses textos é: qual o critério que você vai adotar para fugir da subjetividade? Se não for a questão do preço, quais os outros critérios?

Porque sempre a administração pública será acusada por alguém de que está favorecendo A, B, ou C, se os critérios não forem...

Não cair na subjetividade.

Não sei se estou sendo claro, mas é nesse aspecto que estou ponderando.

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Eu concordo plenamente. Como somos, juridicamente falando, civilistas, nós sempre temos essa questão do apego à lei e sempre temos que ver qual o texto e buscar a melhor interpretação, etc.

Em Direito Tributário, temos aquela discussão sobre a interpretação extensiva ou restritiva ou literal da lei tributária no que diz respeito a incentivos fiscais. Então sempre há margem, mas podemos dizer na legislação, por exemplo, que a interpretação deve ser ou restritiva ou extensiva ou ela deve buscar, talvez, inserir um dispositivo interpretativo para nortear a interpretação da administração pública. Isso poderia ser feito dentro da lei.

E concordo com o senhor quando o senhor fala nisso, de excesso de formalismo. Porque temos um excesso de formalismo, é óbvio, mas a administração pública, aquele que está do lado de lá, que está na comissão de licitação, tem que ser o mais restritivo. Ele tem um incentivo a ser o mais restritivo possível



porque, de outra sorte, quem vai responder o processo depois é ele. Ele é quem vai ser processado, etc. Então, temos que, na minha percepção, dar um norte interpretativo na lei estabelecer alguns critérios de interpretação na legislação.

Prosseguindo.

A questão da qualificação técnica. A utilização daquele acervo técnico.

Aqui é algo interessante, de que o Dr. Carlos Lago falou um pouco: a contratação de serviços técnicos por profissionais de natureza intelectual. Quando licitada por menor preço – entendemos inadequado, mas isso existe muito no Brasil –, pelo menos nós deveríamos precedê-la de uma pré-qualificação, de um procedimento pré-qualificatório, para que seja possível comparar empresas em mesma situação e não perdermos a competição. Porque, de outra sorte, o que está havendo é a exacerbação do uso da inexigibilidade, só que à guisa da competição. Então a administração pública fica sem ter empresas competitivas para serviços que não são prestados, necessariamente, por uma ou por duas empresas, mas por várias. O objetivo é aumentar a competição.

A questão da ampliação da possibilidade de convite também para processos de alta complexidade é um pouco o que o Banco Mundial faz, é um pouco do que o BID faz nos seus procedimentos. Quer dizer, eu já participei de licitações de serviços de consultoria em que é feita, eventualmente, uma manifestação de interesses, mas, primeiro, uma habilitação técnica, e essa habilitação técnica fica, me corrijam se eu estiver errado, numa espécie de banco de informações e serviços similares ou serviços que exijam aquelas mesmas capacitações, depois, são objeto de convites específicos.

Aqueles que já estão lá, que fizeram o serviço x e que têm capacidade para fazer o serviço y poderão ser chamados diretamente, por meio dessa modalidade.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Dispensa de licitação – talvez, incluir a obrigatoriedade de que haja um percentual mínimo. Este ponto, aqui, é muito legal, no sentido jurídico. A gente tem visto a jurisprudência do TRT e do TST ainda no sentido de que seria impossível, não deveria existir a terceirização de atividade fim e, nesse caso, quando a gente vê muitas licitações de serviços intelectuais, muitas vezes, há empresas que terceirizam boa parte do seu pessoal.

Então, nisso, acho que a lei está entrando em contradição, um pouco, com a tendência da jurisprudência dos Tribunais Superiores do Trabalho.

Para concluir, prometo, eu acho que a equalização dos riscos assumidos pela administração pública e pelo particular seria importante também.

Poderia surgir uma forma distinta de oferta de garantias, quer dizer, quanto maior o desconto ofertado num processo de negociação, eu poderia exigir uma garantia maior do contratado. Isso poderia contrapor o processo de negociação.

Eventualmente, em conta vinculada, o licitante não tem a certeza de receber, mas ele dá a garantia. Então, eu poderia ter a garantia numa conta vinculada, ou numa conta garantida junto com o pagamento, para que isso ficasse indisponível.

Finalmente, melhor *enforcement* e *accountability*, são palavras da moda.

Punições mais adequadas e céleres para aqueles que infringirem as normas, acho que isso é importante.

Arbitragem, eventualmente... Isso existe lá nos Estados Unidos, mas poderíamos criar um fórum específico, talvez no âmbito do Tribunal de Contas, que fosse paritário, em que nós pudéssemos ter uma definição de litígios anteriormente a uma fase litigiosa e judicial.

Ninguém pode ser impedido de recorrer ao Judiciário, é claro, mas a gente pode criar mecanismos para evitar, para fazer com que as contendas sejam resolvidas antes da judicialização, que atrapalha não só a empresa, como atrapalha a administração pública.

Só isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradecemos ao Dr. Gileno Gurjão Barreto e passamos a palavra ao Deputado Luis Roberto Ponte.

Ele é autor do projeto de lei que deu origem à Lei 8.666.

Com a palavra.

É nossa a honra de recebê-lo aqui, Sr. Deputado.

**O SR. LUIS ROBERTO PONTE** – Eu queria agradecer ao comando desta Comissão a honra desse convite e saudar todos os companheiros que aqui fomos em alguma época da vida.

A despeito da objetividade que é buscada nesta Comissão, principalmente pelo que ouço falar da Sr<sup>a</sup> Relatora, eu me permitiria tomar um pouquinho de tempo para historiar – e não é blá-blá-blá – a origem da 8.666, de que estamos cuidando aqui. Saber como ela surgiu e o que foi discutido na época.

Na verdade, se antecede... Na Constituição brasileira, se colocou um dispositivo – o art. 37, inciso XXI –, com três princípios fundamentais que têm que ser obedecidos por toda compra, fornecimento de bens, etc., no Brasil.

É um comando constitucional. Esses princípios, nós não temos como negá-los, e são todos, pelo que

vi, inclusive, das entidades representativas aqui, das pessoas que representam entidades internacionais, coincidentes com esse desejo.

Quando chegou o ano de 1992, a lei de licitação da época era o Decreto-Lei 2.300, feito por gente competente, bem-intencionada, juristas que queriam o bem do País, queriam a decência e a probidade. E havia dispositivos vários, não tantos quanto o RDC, mas vários dispositivos que permitiam a condução da concorrência para quem você quisesse. Eu vou dar um exemplo que se alastrou em 1992. A lei permitia que se estabelecesse uma faixa de confiabilidade, um preço mínimo e um preço máximo, e permitia que o orçamento não fosse publicado. Só esse mecanismo, só esse comando. Você dava para quem queria. O que faziam? Eu era presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, trabalho em construção a minha vida quase inteira, de forma que esse setor conhece todas as nuances de que se utilizam para a condução das concorrências para quem se queira. É aí a semente de tudo. Quando você pode fazer isso você pode estabelecer os processos corruptores mais graves. Estabelecia esse mínimo, não dizia qual era e, no dia da abertura das propostas, era lacrado com aqueles lacres de rei, abria-se ali como se o Espírito Santo tivesse colocado ali, ninguém mais sabia daquilo. Quem tivesse um pouquinho acima ou igual ganhava. Cansou de ter concorrência em que metade dos concorrentes estava 30% abaixo daquele preço. O cara botava o preço lá em cima, informava para o seu amigo, ele entrava pertinho... Eu participei de concorrência em que o cara acertou no centavo – burrice –, mas ficou com medo de que entre a proposta dele e o mínimo pudesse entrar alguém ali e ganhar dele. Só um pequeno mecanismo. O processo subjetivo de julgamento. Isso é tudo. Você monta uma comissão das suas amizades, das pessoas probas. Você abordou bem essa questão da subjetividade, que é vedada. O princípio constitucional é o contrário, porque é o princípio da isonomia.

Eu quero dizer que essa lei só saiu na época porque essas deformações, que foram denunciadas pela câmara numa chamada carta de Belo Horizonte, galvanizaram o Congresso Nacional e a opinião pública. E todas as entidades que trabalham em obras, sindicatos e tudo ajudaram a analisar. “Qual é o ponto que utilizam? Usam esse aqui, vamos botar um tampão nisso aqui. E esse aqui? Vamos botar um tampão.” E assim foi feita a lei, com esse objetivo, atendendo aos três princípios.

Com isso, eu quero dizer, mais até que relatar o histórico, que ela foi amplamente discutida, dois anos aqui no Congresso Nacional. Passou na Câmara dos

Deputados por várias fases e depois veio ao Senado; teve como Relator o Senador Pedro Simon, que introduziu os dispositivos de penalização que nós não tínhamos porque o Código Penal e o Código Civil já preveem as penalizações. Mas o Senador Simon fez questão de colocar também um capítulo delas de penalizações.

Ressalto, portanto, que a lei foi amplamente discutida, para valer, com todos os agentes, os agentes que sabem os processos corruptores que são praticados no Brasil contra a Lei de Licitações. Não é que se generalize. É que nós temos cinco mil Municípios e alguma coisa e temos 27 Estados e o Distrito Federal e, ao longo do tempo, os administradores mudam. Você tem que fazer uma lei que previna os critérios subjetivos porque, abrindo as portas, não é que as pessoas queiram fazer isso como regra, é que não é possível que, ao longo dos anos, não vão surgir pessoas nesses cinco mil Municípios que não queiram se aproveitar das brechas da lei. Essa talvez seja a coisa mais relevante que eu tenha dito: as brechas da lei.

Eu queria dizer quais são os princípios que estão na Constituição. Os princípios que estão na Constituição lá no art. 37 são três.

Primeiro, isto que foi elogiado aqui pelo setor internacional de licitação: contratação mediante licitação pública. Essa democratização.

Segundo: direito isonômico de participação de todos os que demonstrem ter real capacidade. Há uma tentação imensa do administrador público em ter a liberdade de escolher. Ele conhece as empresas boas. Ele acha aquele cara formidável, não vai dar problema, não vai dar dor de cabeça: “Ah, se pudesse ir para aquele lado. Não é só o preço.” É impossível, a não ser que se contrarie a Constituição. Está escrito textualmente, tem que dar tratamento isonômico a todo mundo que tiver capacidade. Aí você remete à discussão maior, que é a mais difícil, que é o problema da demonstração da capacidade a que nós podemos chegar.

E o terceiro princípio, porque a lei não é só a lei de escolha do licitante vencedor, é a lei de administração dos contratos públicos, é a defesa do Estado contra o mau construtor, o mau fornecedor e é a defesa do fornecedor contra o mau administrador público que não lhe paga a obra, etc. e tal. É uma lei que estabeleceu, talvez pela primeira vez, um equilíbrio de penalizações recíprocas para todos aqueles que contrariam os seus dispositivos, seja do órgão público, seja do particular que está cumprindo a sua obrigação de executar uma obra ou fornecer um bem.

Esse comando é obrigação de pagamento e manutenção das condições efetivas da proposta. Tudo isso está lá no art. 37. Porque você contratava obra sem

ter dinheiro, você contratava e não pagava. Eu cansei, quando presidente da Câmara Brasileira, de chegar para o Presidente Fernando Henrique: “Presidente, isso aqui não é um Estado de direito? V. Ex<sup>a</sup> vive dizendo que respeita o Estado de direito. Não respeita, porque a Lei de Licitações” – já existia – “determina que os pagamentos têm que ser feitos em 30 dias. É uma lei que diz isso. Determina que não se pode contratar sem dinheiro, está escrito na lei, e, entretanto, atraso de seis meses, atraso de sete meses com o processo inflacionário.” Não se tinha direito nem de correção monetária dos preços que estavam...

Então, isso era um mecanismo que o mau administrador usava: “Eu lhe pago se você me ajudar nisso ou naquilo ou naquilo outro.” Isso era a coisa mais disseminada que havia. A lei veio para impedir tudo isso. Você vai olhar lá e eu vou dizer agora os princípios que ela colocou, Senadora, que são fundamentais, na minha humilde opinião, que sejam preservados, os princípios. Esses três fundamentos e doze princípios que eu, aqui, relembro. Há de ter outros, eu botei isso de última hora.

Primeiro, a existência prévia de projeto e orçamento corretos, que permitam a clara definição do objeto da licitação. Como é que o Governo vai comprar uma coisa sem saber, sem dizer o que é que vai comprar? Isso é crucial. Qualquer pessoa, qualquer empresa – o senhor é empresário – não vai comprar uma coisa... Define o que é que eu quero. Aí, você vai comparar aquilo que estão oferecendo. E é isso que permite à sociedade... E divulgado, de conhecimento público, dos sindicatos, dos partidos políticos. Vou fazer uma obra, custa tanto, porque eu tenho um projeto e tenho um orçamento feito com confiabilidade.

Então, a sociedade fica sabendo o que é que é, fica sabendo o que vai custar, porque tem um orçamento confiável e até decide. “Isso não é prioridade. Eu não quero esse estádio aqui, vai me custar R\$2 milhões. Se tiver o orçamento, eu prefiro outra coisa.” E se movimenta para não ser feita, até nessa fase.

Mas o mais importante é que só há uma forma de, na fase da licitação, você saber se está pagando mais do que razoável por uma obra, por um serviço, por um fornecimento. É você estabelecer um teto.

Aqui, foi bombardeado o negócio do teto e, ao mesmo tempo, foi defendido, porque, obviamente, que ninguém, nem Banco Mundial, nem BID, nem ninguém vai dizer que qualquer preço é aceitável. Tem um limite. Não é o limite, talvez o número, se é 20%, quem sabe, se é 15%. Tem um limite. O limite deve existir, tem que existir, é a proteção do Governo.

Eu vou dizer uma coisa para vocês: a lei determina que haja um limite máximo, um preço máximo. Não

é o preço do orçamento. O Estado pode botar o que quiser, como o BID. O BID põe implicitamente. “Olha, se for 20%, talvez, é possível aceitar.” Pois, bote que seja 20%, mas tem um teto.

Eu vou lhe dizer uma coisa: quando uma obra tem um projeto, tem a definição do orçamento, feita por engenheiros, conferido pelos sindicatos, pelos partidos políticos, todo mundo pode... Está à luz do sol, todo mundo sabe... Aí, você abre com o teto. Podem os empresários se reunir todos em cartel. Nenhum problema. Nenhum problema. O problema no Brasil hoje são os preços inexecutáveis.

Diferentemente do que analisa a sociedade, não são os preços exagerados – quando respeitam a lei. Agora, se você não tem progresso, você faz um arremedo, o cara chega lá, propõe um negócio e começa a consertar durante o contrato, elevando os prazos da maneira como estão aí. Quando tem um preço, um teto, deixa que se reúnam. Nenhum problema. Os produtores de arroz, para ficar na tese da Senadora aqui, quando o povo está pagando arroz muito barato – quando o povo está pagando arroz muito barato –, os produtores se reúnem, à luz do sol, as suas entidades de classe, à luz do sol, veem qual é o preço de custo, chegam para o Governo e dizem assim: “Trate de gastar um dinheiro público para impedir que o povo compre muito barato, porque, senão, você vai acabar, lá adiante, a produção.” E estabelece o quê? O preço mínimo. Em toda parte do mundo tem isso. Tem vergonha nisso? Não é feito à luz do sol? Alguém diz: “Os produtores estão aí fazendo uma configuração para determinar um preço aí, cartelizado, e eu tenho que dar dinheiro ainda para impedir que o povo compre barato.”

Mas, no Brasil, as obras e os fornecimentos ficam uma loucura, e dizem o seguinte: quanto mais baixo, melhor. Se for para o cara se acabar, ótimo. Estão economizando tanto. Não economiza coisa alguma. Porque, por trás, quando o preço é muito baixo, que é o grande problema, começa a haver as pressões dos empresários nas bases dos órgãos públicos, para saírem do problema e não morrerem. Para saírem, e não morrerem. E a lei dá o comando: não pode ser aceita proposta com preço inexecutável. E isso casa com o que vocês dizem, que não é um preço mínimo. Aqui é um preço mínimo sim! O preço mínimo tem que ser até para evitar o subjetivismo, “o que é esse preço mínimo, o preço melhor”. Não é o mínimo... É o mínimo, sim, dentro de um intervalo confiável em que os preços não estão abaixo do custo e não vão levar a uma despesa inútil do Governo. Determinar esse preço mínimo, Senadora... Eu vou trazer uma sugestão. Há várias. A lei prevê, só que foi feita uma emenda depois. Por que não se colocou o preço mínimo textualmente,



“tantos por cento abaixo”? Porque era o mecanismo que o Collor usava: dez por cento abaixo; colocava o preço escondido; e aí o preferido ficava sabendo do preço antes e entrava ali. Entende? Então, ficou um... e não se colocou isso.

Mais adiante – até era o José Carlos Aleluia o Relator –, colou-se um dispositivo aí que diz que 70% abaixo do órgão ou da média das propostas do preço, para entrar o mercado um pouco também do julgamento do que é o preço inexequível.

Como V. Ex<sup>a</sup> pediu para não dar detalhes – o que eu até achei que era muito pertinente, tanto que nem os preparei aqui –, vou preparar uma coletânea de sugestões para que possam ser analisadas e cada um dos pontos que são necessários para se aprimorar na lei, na minha visão.

Desculpe.

Em relação à existência prévia do orçamento, portanto, eu espero ter feito a explicação.

Segundo princípio, publicidade da licitação e das suas exigências, garantido o prazo suficiente para o seu cumprimento.

Veja, Senadora; vejam, meus prezados Senadores, se eu abro uma concorrência de uma complexidade de preparação da proposta e boto, divulgo, faço a licitação e divulgo, dizendo: você tem três dias para apresentar a proposta. Acabou. Se eu aviso ao meu amigo, ele é o único que fica sabendo, eliminei todo mundo. Só num prazo você liquida. A RDC, por exemplo, permite você contratar uma ligação de Belém a Manaus, em 30 dias, dizendo só o seguinte: “olha, é para contratar uma estrada que vai passar nos Municípios tais, tais e tais.” Você faz um projeto de uma estrada desse tamanho em 30 dias e faz um orçamento confiável para propor a construção sem possibilidade de aditivo, para dar esse cunho de “que decência!”, “agora, sim, não há mais aditivo”. Primeiro, como se aditivo fosse um crime, e não é. Toda obra privada – privada! – passa por uma modificação de projeto, ou duas, se surgir um fato. Uma dona de casa que manda construir a sua casa, ela chega, e daqui a pouco o marido fala: “Ah, eu queria que o meu quarto fosse com esse banheiro.” Você mudou o projeto e faz o aditivo para mudar especificamente aquilo que estava definido e que teve que adaptar. Isso aí não é crime algum. Agora, se aproveitam para fazer jogo de planilha, isso é outra coisa, contra a qual há instrumentos para proibir na lei. Se respeitassem o que está escrito na lei, nada disso aconteceria. Ela tem de aprimorar, sim, para deixar mais claro e para impor punição no que estava.

Então, como é que você pode imaginar que você abre uma concorrência sem dizer o objeto. Sabe o que diz a RDC? O comando é o seguinte: você tem de for-

necer elementos que permitam perceber no que consiste a obra. É porque eu não estou achando a palavra aqui... Isso é uma brincadeira!

Mas vamos aqui porque o tempo é curto.

Utilização de critérios objetivos no julgamento das propostas. Isso é um acaso difícil, sobretudo para qualificação técnica.

Mas por quê? Porque o Presidente Itamar – não vou dizer as razões, um homem de bem, e todos sabemos – vetou o dispositivo que limitava as exigências. Você não pode exigir mais do que 50% da obra licitada. E ele vetou para acabar com a impossibilidade de se exigir atestado da empresa. Ele queria que fosse atestado só do engenheiro. E havia um presidente do Confea, que era do Ministério dos Transportes, muito amigo dele, e que botou na cabeça que não precisava ser o empresário, que tem que ser o engenheiro, porque o engenheiro é que faz a obra. É o engenheiro que faz a obra, o atestado é só dele. Ele pode estar com 90 anos, caindo, de bengala, enquanto ele tiver vivo o atestado dele é que vale para fazer obra, a empresa não. Essa era uma tese. Houve um grande conflito, chegou-se a uma solução e o Presidente Itamar vetou, esse veto – espero que volte agora – acho que não foi apreciado. Fizemos outra lei, reintroduzimos e aí, prudentemente, disseram que não se pode votar uma lei igual a um veto sem antes apreciar o veto – corretamente.

Então é uma lacuna que é simples de consertar. E aí, a grande brecha, Senadora, quando se quer tirar se diz assim: prova de ter executado uma obra em que o teto tenha um rebaixamento com uma lâmpada fluorescente. Isso é de um cara que faz o desenho de uma empresa que ele conhece, de uma coisa absolutamente dispensável. Só quem sabe dessas coisas é quem trabalha nisso, Senadora. Por isso é que estou contando, para dar importância a ouvir quem sabe os caminhos das distorções que são feitas na lei.

Na especificação técnica, a gente tem uma sugestão que vou dar de novo: vedação de exigência de capacidade técnica desnecessária para o objeto licitado. Não se pode exigir que o cara que fez a barragem de Itaipu para fazer uma barragemzinha de coisa lá porque... Isso tudo a lei limita e deve limitar.

Quinto item: estabelecimento de preço teto para que uma proposta possa ser aceita. Isso existe e certamente em toda parte do mundo. Eu duvido que haja um país que aceite qualquer preço; quando não aceita qualquer preço tem um teto. O teto é definido. Como é definido? Nós também temos uma sugestão para dar nisso aí. Eu acho que o teto estabelecido... Quando o orçamento é confiável, o projeto é bem feito e as coisas são distribuídas para a sociedade, colocadas à luz do

sol, publicadas no edital, todo mundo sabe, eu acho que se pode estabelecer um teto, valor numérico. Não quer dizer que se aceita 20% a mais, coloque os 20% em cima. Agora, o mínimo, sim, porque se você vai dar por um centavo mais baixo que o mínimo o administrador público é logo acusado: “Mas, como? Como vai dar por menos?” Esse mínimo é que tem que ser estudado no detalhe, Senadora, para tirar aquilo que a lei proíbe, os cartéis inclusive. O cara se carteliza, entra com uma proposta baixa sabendo que tem como se compor, ganha a obra e depois, sabe-se Deus o que é que faz. Preço baixo, abaixo dos custos, é proibido o cartel. Você sabe que uma empresa não pode vender abaixo do custo porque faz um cartel? Agora, no setor público, se puder dar, pode dar. É de graça, é bom.

Desclassificação de propostas com preço inexecutável é outro item que está aqui, estou só citando.

Punições severas por descumprimento contratual de contratado e contratante. Se vocês lerem os arts. 77 a 80 da lei...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LUIS ROBERTO PONTE** – ... vocês vão ficar estarecidos. Esse negócio de o camarada atrasar a obra, o Governo pode chegar e dizer: “Saia da frente, saia da frente!” Você fica dois anos e... É só exigir aquilo! Leiam com paciência isso aí. Está toda a proteção do Estado ali! Como está a proteção por outro lado: atrasou 90 dias o pagamento, eu posso paralisar a obra, posso rescindir o contrato. Agora, atrasou mais de 30 dias, tem um comando que dá a impressão que você pode também pedir prorrogação de prazo, mas não está claro que você pode parar até para instituir a moralidade. Felizmente, mudou muito essa questão de pagamento de obra, inclusive em Estados e Municípios.

Agora estamos indo mais próximo do cumprimento do Estado de direito porque antigamente, quando era uma dívida de banco, não atrasava um minuto. Quando era dívida de empreiteiro, seis meses, oito meses, isso era normal, tudo certo, está tudo bem. Isso é a mais absoluta verdade.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LUIS ROBERTO PONTE** – Eu vou ficar ouvindo muito tempo porque eu sou insistente.

Punições severas – deixe-me ver – direito do contratante de rescindir o contrato e assumir a obra quando o contratado descumpri-la.

Estabelecimento de prazo de mais de 30 dias para pagamento.

Direito do contratado de rescindir o contrato por atraso de pagamento superior a 90 dias.

Obrigação de os pagamentos serem efetuados na ordem cronológica da sua exigibilidade. Isso tem o

comando na lei, mas começa a distorcer. O cara criou que é por grupo de orçamento.

Então, o cara cria mil itens dentro do orçamento, coloca os amigos nos itens que não tenham perigo de... Então, isso aí para retocar, Senadora, é um toquezinho adicional com que se pode consertar isso. Isso é importante. Era o dispositivo mais utilizado para corrupção quando não tinha essa lei. O camarada chegava e dizia assim: “Eu não lhe pago. Eu só pago se você molhar a minha mão.” Pronto. O que se ia fazer para a sobrevivência?

Vedação de exigência de financiamento pela empresa contratada para execução do trabalho. Financiamento é financiamento. Houve uma fase em que aqui se trazia o pacote na época da resolução. Vinha a empresa com o pacote de financiamento do BID e tal, e só ele que tinha aquele dinheiro... Colocaram um veneno na lei atual. Não vou ler agora, vou deixar esse papel aqui. Porque dá uma interpretação que pode exigir que o proponente forneça também um financiamento a preço subsidiado. Eu não vou abordar isso não.

Eu queria, Senadora, dizer o seguinte: disto que foi referido, a complicação da lei, a simplificação, todo mundo fala nisso, e é por isso que todo mundo quer mudá-la. Eu vou só – me desculpe aqui – ler o que é que a lei exige para ver se ela é complicada. O que é que a lei exige? “Para habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a: I – habilitação jurídica [...]”. É o CNPJ. Pode-se dispensar isso? Ou, conforme o caso, cédula de identidade quando é pessoa física, ou o CNPJ. Depois, “IV – regularidade fiscal e trabalhista”. Você pode atender um contratante que não prove estar em dia com os seus impostos? Coloque isso aqui para ver o que é que dar, se não vai todo mundo para a rua dizer... E ainda encheram aqui mais coisas, é prova de que está bem com a Justiça trabalhista, que não tinha na lei, que é só um complicador que eu acho desnecessário. O cara é obrigado a cumprir as suas obrigações trabalhistas. E se ao longo do contrato ele pode se atrasar ou não. Não é naquele momento o problema do cumprimento da... Inexistência de débito na empresa.

Depois a documentação relativa à qualificação técnica; registro na entidade profissional, que é o CREA; “comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente”, que é isso que eu falo, e pronto, e acabou. E na financeira – para encerrar, Senadora, na exigência de capacidade financeira... Veja como é lamentável, só colocar os índices... Cansei de participar de concorrência que o cara... Você pode pegar as empresas e converter os índices de liquidez em valores altíssimos. A firma é pequena e você pode ter um índice de liquidez altíssimo. O cara colocava na con-

corrência um índice de liquidez totalmente fora dos quadros normais, das empresas normais que têm financiamento. E aí caía tudo fora, só aquele cara que atendia. É só estabelecer os valores desses índices exemplificativamente.

Eu quero me desculpar por ter tomado mais tempo. Espero que tenham perguntas. Estou à disposição dos Srs. Senadores e da Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço em meu nome e em nome das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, ao Deputado Luis Roberto Pontes, as extraordinárias manifestações atualizando o projeto, inclusive a lei que teve a sua autoria.

Nós vamos modificar a Mesa.

Peço a colaboração dos senhores para que agora se dirijam às bancadas porque agora vamos chamar os novos expositores.

Convido a Dr<sup>a</sup> Juliana dos Santos Loiola, representando o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; o Dr. Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário Municipal da Fazenda da capital de Salvador; o Dr. Ricardo Leite Ribeiro, Chefe de Gabinete da Presidência do Cadê, e o Dr. Edmundo Oliveira, Diretor de Relações Institucionais da BRASSCOM.

Pela ordem de convite, passo a palavra a Dr<sup>a</sup> Juliana dos Santos Loiola.

**A SR<sup>a</sup> JULIANA DOS SANTOS LOIOLA** – Boa noite a todos. Quero agradecer o convite, em nome do Presidente Paulo Ziulkoski que não pôde estar presente devido a compromissos assumidos anteriormente, mas traz a estima a todos.

É muito interessante a CNM ter sido convidada para poder se manifestar nesse projeto.

Hoje nós somos uma entidade que representa aproximadamente 4.500 Municípios, é a maior entidade representativa de Municípios do Brasil e sabemos que é no Município, no pequeno Município que a coisa acontece. É lá que o gestor tem as dificuldades de estrutura, é lá que o gestor tem dificuldades de conhecimento, de pessoas capacitadas. Então, é para a gente que chega a primeira dificuldade, quer seja do Município pequenininho de 2 mil habitantes até um Município grande como São Paulo. Então, a gente agradece fortemente o convite.

Nós trouxemos algumas sugestões que são apontadas para nós diariamente e que seria muito interessante que fossem observadas nessa modernização da lei. A Lei de Licitações, assim como foi falado na outra audiência que houve... Achei muito interessante quando a Senadora Kátia Abreu disse que não se faz lei para alterar o caráter das pessoas, e realmente é isso. A lei

vai trazer mecanismos para se punir, para se resguardar, mas caráter ninguém vai conseguir mudar nunca. Então, nós trouxemos aquele ponto que os Municípios mais apontam, com as dificuldades dos gestores.

Uma sugestão que foi criada, e nós achamos muito interessante, é a criação do cadastro nacional de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública. Seria interessante por quê? Porque quando chega a empresa para licitar, o Município não tem aquele conhecimento se que aquela empresa é idônea ou inidônea. E com o cadastro nacional desses fornecedores, o prefeito se resguardaria mais com aquelas empresas que estão ali apenas para burlar o sistema, ou que já foram penalizadas de alguma forma. Então, seria bem interessante a criação desse cadastro.

Outro ponto que eu gostaria de ressaltar é o seguinte: alguns Municípios têm uma dificuldade muito grande com a estrutura. Só a título de conhecimento, certa vez nós ligamos num Município para tentar falar na prefeitura, e atendeu num orelhão da praça, porque a prefeitura não tinha telefone. Então, é muito complicado exigir que esses Municípios tenham acesso a tantas informações das empresas. E com um cadastro de acesso a todos, seria mais fácil o próprio gestor identificar que aquela empresa não pode participar de uma licitação.

Outro ponto, em escala gritante, que os prefeitos reclamam, é a revisão dos valores para cada modalidade. A gente sabe que essa revisão foi feita no ano de 1998, e hoje esses valores estão defasados. O que você comprava com os valores antigos, você não compra mais hoje. Então, aquela facilidade, aquela desburocratização do sistema para comprar coisas pequenas, fazer pequenas contratações, os prefeitos não conseguem fazer mais. Eles têm que criar um processo licitatório para comprar coisas mínimas. E como foi falado, isso gera um custo, gera um gasto. E a maioria dessas prefeituras está enfrentando uma crise muito grande hoje, uma crise financeira muito grande. Então, o que a gente puder fazer para alterar, para modernizar, de forma que contratações que eram feitas antigamente ainda sejam feitas hoje, seria muito interessante. A própria lei prevê, no art. 120, que se faça essa revisão anualmente, usando os índices de mercado.

Um ponto muito interessante que o Prof. Luis Ponte disse é que a lei... Eu acho a lei brilhante, particularmente. Eu só acho que ela tem que ser cumprida. Para se ter ideia, há essa previsão, e ela não é feita. Então, esses valores acabaram ficando defasados. Então, que seja feita uma progressão dos valores, para se tornarem valores atuais.



A inversão da fase de abertura do processo licitatório já foi mencionada também. Eu acho que não há como contestar que no pregão deu certo abrir-se primeiro o preço e, de quem ganhar, se abre a habilitação. Acho interessante essa consideração. Tornaria o procedimento mais ágil.

Outro ponto também seria a alteração do §2º do art. 109, que trata sobre os recursos. A gente sabe que hoje há muito recurso na lei, e as empresas não se eximem de usá-los. Acaba atrapalhando e atrasando muito os procedimentos licitatórios, especialmente empresas maiores, que conhecem as nuances mesmo da lei, as lacunas. Então, que a alteração seja no sentido de que os recursos não tenham efeitos suspensivos, a não ser as decisões que declarem inabilitado ou que desclassifiquem alguma proposta, porque vocês não de convir que afetaria diretamente o licitante, mas, caso contrário, que não tenha efeito suspensivo.

Bom, essas são as nossas considerações. A Confederação Nacional dos Municípios se coloca à disposição da Relatora, do Presidente e de quem mais precisar de alguma orientação sobre essa questão. Ficamos imensamente felizes com o convite e agradecemos.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) –Agradecemos à Drª Juliana dos Santos, representando a Confederação Nacional dos Municípios, pelas sugestões trazidas à reunião.

Com a palavra, o Dr. Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário Municipal da Fazenda do Município de Salvador.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Primeiramente, eu queria saudar o Senador Vital do Rêgo, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Monteiro, o Senador Waldemir Moka e o Senador Eduardo Suplicy e dizer da grande satisfação de estarmos aqui tratando de um assunto extremamente importante para todos.

O que pretende o administrador público ao fazer um processo de licitação? Ele pretende adquirir bens e serviços com o menor custo possível e com a qualidade necessária do bem ou serviço a ser adquirido. É um processo em que ele procura minimizar o custo e maximizar a qualidade do bem a ser adquirido, e, do outro lado, há a iniciativa privada, os empresários, que querem maximizar o lucro na operação. Então, por muitas vezes, isso vira um gato e rato. Às vezes, o rato também está do lado do Poder Público; não está apenas do outro lado. Conciliar esses interesses é a dificuldade que precisa ser estruturada dentro de uma lei de licitação.

Eu queria parabenizar o Deputado Ponte pelo trabalho que teve na construção da Lei de Licitações, que todos nós sabemos que precisa ser atualizada. É

uma lei de 1993, que passou por poucas alterações até agora. Há necessidade, logicamente, da sua modernização e da sua atualização.

O Governo Federal, em 2007, encaminhou um projeto de lei ao Congresso Nacional, que já passou por enorme discussão na Câmara e, posteriormente, no Senado, onde passou por três comissões: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Assuntos Econômicos. Enfim, é um projeto de lei que passou por um debate muito grande e colheu inúmeras sugestões de aperfeiçoamento.

A minha sugestão é que esse seja o projeto, talvez, básico desta Comissão; em cima dele, logicamente, sempre podem ser feitos novos aperfeiçoamentos. Acredito que, se nós buscarmos tratar esse projeto como projeto básico desta Comissão, certamente minimizaremos inúmeras resistências, em especial quando ele retornar à Câmara dos Deputados.

Os problemas que vemos na licitação são, primeiro, a deficiência do administrador público, por muitas vezes, em poder especificar qual o bem ou serviço a ser adquirido. Isso leva a questionamentos enormes no processo licitatório, leva, logicamente, a aditivos após a contratação e leva ao encarecimento significativo do valor inicialmente estabelecido por conta de deficiências que, hoje, o administrador público tem na definição clara do bem ou serviço a ser adquirido.

No que se refere a obras de engenharia, é mais complexo ainda, porque, por vezes, você faz uma licitação apenas com um projeto básico e transfere ao contratado a responsabilidade em relação ao projeto executivo, o que leva, logicamente, a aditivos contratuais significativos em termos de preço e prazo para a consecução dessas obras.

O processo, hoje, de licitação é demorado, porque há possibilidade de inúmeros recursos, muitos deles, inclusive, que suspendem o processo de licitação até a sua conclusão, e ele permite, inclusive, que haja conluio entre as partes para poder, exatamente, maximizar o lucro do privado em relação ao Poder Público. E permite, logicamente, com esse conluio, que as contratações sejam feitas por preços superiores do que efetivamente poderiam ser se houvesse um processo de concorrência entre os licitantes. Isso aumenta o custo Brasil. Se nós vamos pagar mais do que poderíamos pagar, logicamente, está-se aumentando o custo Brasil.

Nós tivemos uma experiência extremamente bem-sucedida, aqui no Brasil, na instituição, primeiro, do pregão, que é o pregão presencial, e, posteriormente, em 2002, a instituição do pregão eletrônico, o que levou a administração pública, segundo estudos efetuados,

a uma redução de 50% do tempo para contratação e de 20% no valor do bem a ser contratado.

Então, no tocante a essa experiência, que já está há vários anos em vigor – há 11 anos que praticamos o pregão público –, acho que já está na hora de entendermos isso para as outras contratações. Alguns Estados e Municípios já o fizeram. Eu me lembro bem, se não me falha a memória, que o primeiro foi o Governo do Estado da Bahia, acho que em 2002 ou em 2003. Quando eu estava na Prefeitura de São Paulo, em 2005, lendo o jornal, verifiquei que o Estado da Bahia havia lançado essa ideia de inversão de fases no processo de licitação, e copiamos, logicamente fazendo a customização para o Município de São Paulo. Preparamos um projeto de lei, encaminhamos à Câmara, e foi aprovado. Posteriormente, no Governo do Estado de São Paulo, fizemos isso, também em 2007. Tivemos algumas discussões judiciais, pois alguns licitantes questionaram juridicamente se o Estado ou o Município tinham competência legal para inversão de fases. E defendíamos, naquele momento, que tínhamos a competência, porque não estávamos mudando procedimentos, e não a forma da lei ali estabelecida. Essa tese foi aceita pelos tribunais em São Paulo e também foi aceita quando foi instituído na Bahia, onde também houve muitos questionamentos, à época, nos tribunais de Justiça da Bahia.

Logicamente, a melhor coisa é a mudança na lei federal, o que dá mais segurança aos Estados e Municípios para que possam praticar o que muitos já praticam, de forma exitosa. Vários Estados, vários Municípios já adotam a inversão de fases, que nada mais é do que se abrir a proposta de preço de todos os licitantes e abrir a proposta de qualificação apenas daquele que ofertar o menor preço. Com isso, se ganha velocidade no processo de licitação, evitam-se recursos desnecessários em relação ao processo de licitação. Você compra pelo menor preço, mantendo a qualidade, porque você especifica... A qualidade está na especificação correta do bem ou do serviço a ser adquirido. Não é porque você contratou, está licitando com as fases normais ou com inversão de fases que você vai comprar um produto de maior ou de menor qualidade. O produto de qualidade está na especificação do material ou do serviço a ser adquirido, que precisa ser bem feita.

Logicamente, precisamos tomar cuidado com aventureiros que eventualmente coloquem propostas que impeçam que a obra ou o serviço seja entregue na forma contratada. Para isso, existem mecanismos que podem ser instituídos na legislação que garantam isso, como garantias adicionais para a execução da obra;

se houver uma inexecução parcial ou total da obra, há possibilidade de execução dessas garantias, que eventualmente venham a ser instituídas; há possibilidade de se estabelecerem multas a esses licitantes, a esses contratados que não executam adequadamente a obra; há possibilidade de se suspender esse contratado em novas licitações; há possibilidade de você instituir diversos mecanismos que inibam que ele proceda dessa forma em outros contratos. E esses mecanismos podem ser instituídos na legislação nova de licitação, de tal forma que garanta que nós vamos comprar mais rápido, com menor preço, com a qualidade especificada e vamos punir aquelas pessoas que não cumprirem adequadamente com o que foi contratado.

É importante também que se dê publicidade. A publicidade tem que ser um fator fundamental nessa lei de tal forma que permita que haja um processo melhor de concorrência. Então, a publicidade em *sites*, em jornais é algo importante e deve ser instituído de maneira obrigatória.

Conforme a Srª Juliana aqui colocou, a criação de um sistema unificado de fornecedores também é algo importante, talvez administrado pelo Governo Federal e alimentado não só pelos órgãos do Governo Federal, mas também pelos Estados e Municípios de tal forma que permita também uma contratação mais célere. Em vez de ter milhões de cadastros, uma empresa que quer, que fornece para cinco mil Municípios, ou quatro mil Municípios, ou cem, ou duzentos Municípios... Imagine ter que manter cadastros atualizados em todos esses órgãos ou que forneça para o Governo Federal... Quantos cadastros não existem no Governo Federal, nos Governos municipais e nos Governos estaduais? E por vezes em cada Secretaria tem um cadastro diferente de fornecedores. Olhem que coisa doida é uma pessoa que quer de fato fornecer serviço para inúmeros órgãos!

Então, se nós tivéssemos um cadastro unificado em que pudéssemos registrar as informações básicas dessas empresas e eventualmente até a administração pública pudesse estabelecer uma penalização em relação a essas empresas, e que registrasse também nesse cadastro, para evitar que outras pessoas venham contratar com essas empresas consideradas inidôneas por parte de órgãos federais.

É importante também, nesse projeto que foi aprovado na CAE, o Cadastro Nacional de Registro de Preços; importante para que a gente possa saber quais os preços que estão sendo contratados pela administração pública e, a partir daí, ter informações importantes para a definição de preços num processo de licitação.

A administração pública tem uma dificuldade enorme no estabelecimento de preço, não faz uma

pesquisa adequada de preço. Os preços normalmente informados como preços máximos são preços que têm gorduras enormes estabelecidas. Por isso que, por vezes, se encontram descontos de 20%, de 30% em relação aos processos de licitação, porque os preços são mal pesquisados por parte dos administradores na fixação desses preços.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– A ideia em relação à instituição, ou à extensão da PMI, do Procedimento de Manifestação de Interesse, manifestada aqui pelo Dr. Gileno, acho que é algo extremamente interessante. Hoje é utilizado muito em PPPs e é possível estender isso também aos processos de licitação previstos na Lei nº 8.666.

Nós lá, no Estado de São Paulo, há muitos anos, desde a época do Governador Covas, instituiu lá o chamado Banco Eletrônico de Compras, porque você tem a permissibilidade, hoje, de fazer a dispensa de licitação por reduzido valor e comprar de quem você achar que deva comprar. Lá ele instituiu um banco eletrônico de compras, que é um pregão eletrônico automático, inicialmente estabelecido...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– ... para as dispensas de licitação e posteriormente estendido também à carta-convite e hoje se estende a todas as aquisições efetuadas baseadas na Lei nº 8.666.

Por que convidar a, b ou c? Por que não ter um banco eletrônico de compras e, toda vez que você quiser comprar alguma coisa, registra-se nesse banco eletrônico de compras e os seus fornecedores informam os preços com que estão dispostos a fornecer aquele bem ou serviço ali estabelecido, não importando se é de reduzido valor, que permite a dispensa de licitação, ou se é uma carta-convite, uma tomada de preço ou mesmo uma concorrência pública.

Outra coisa que precisa ser aperfeiçoada dentro da Lei nº 8.666 é o que se refere à alienação de bens públicos, que hoje só é permitida por intermédio de concorrência pública. Melhor seria se fosse um leilão. Por que não um leilão? Em um leilão, você pode permitir que as pessoas interessadas naquele bem possam fazer propostas e aumentar significativamente o valor. Não é melhor do que um envelope com uma concorrência pública, como hoje é estabelecido na legislação, que só tem um preço? Não é melhor que eles possam ofertar preços maiores àquele bem imóvel que está sendo ofertado em uma alienação? Hoje, o Tribunal de Justiça já faz isso em relação aos imóveis. Infelizmente, quando há a necessidade de se fazer a

alienação de algum bem público imóvel, só se pode fazer por intermédio de leilão. Logicamente, precisa-se da autorização específica do Legislativo, mas pode ser feito, acreditamos nós, pela modalidade de leilão.

Enfim, são essas as sugestões que temos a aperfeiçoar. Queria ressaltar o trabalho do Senador Eduardo Suplicy, quando relatou esse projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. Nós, inclusive, tivemos oportunidade de fazer algumas sugestões em relação à tramitação do projeto lá na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu espero que a gente possa, rapidamente, ter uma posição da Comissão e aperfeiçoar esse projeto tão importante para todos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Dr. Mauro Ricardo pelas contribuições trazidas à Comissão.

Passo a palavra ao Dr. Ricardo Leite Ribeiro, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

**O SR. RICARDO LEITE RIBEIRO** – Muito boa noite!

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer o convite ao Dr. Vinicius Marques de Carvalho, Presidente do Cade, a quem hoje venho representar aqui; e agradecer ao Senador Vital do Rêgo, Presidente desta Comissão, e à Senadora Kátia Abreu, Relatora. Para o Cadê, é sempre uma oportunidade muito importante vir aqui ao Congresso Nacional debater os temas, sobretudo um tema tão relevante para o País como este. Então, sem maiores delongas, vou já adentrar o tema, para ser o mais breve possível na exposição.

Há apenas uma questão prévia que eu acho importante esclarecer, para inclusive deixar clara a nossa perspectiva, a perspectiva do Conselho Administrativo neste debate. Muito recentemente, como é sabido, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência passou por uma reestruturação, com o advento da Lei nº 12.529. Então, o Cade passou a somar as competências da extinta Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, e algumas competências da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Particularmente, a questão da advocacia da concorrência foi uma competência que ficou legada à Seae, e o Cade virou órgão judicante no sistema brasileiro de defesa da concorrência.

Então, a nossa perspectiva, adotada nesta exposição, muito mais do que uma análise teórica sobre efeitos maiores, competitivos ou não, de caráter regulatório ou mesmo legislativo, é trazer um pouco da experiência que o Cade tem enfrentado, sobretudo no combate a cartéis em licitações, nos casos práticos que temos vivenciado, e quais são as principais ques-



tões que identificamos que podem ter um reflexo na legislação brasileira de licitações e que podem induzir a essas perspectivas. É claro que a reforma da Lei de Licitações envolve inúmeras perspectivas: a perspectiva do controle, a perspectiva da eficiência. Mas a nossa opção – entendemos que até por isso nos foi feito esse convite – é abordar essa questão de como isso pode desincentivar a prática de cartéis e infrações à ordem econômica provenientes disso.

Pode passar.

Nessa reestruturação – vou só passar rapidamente –, temos uma coordenação específica na Superintendência Geral do Cade, que é voltada para cartéis em licitações. Isso teve um grande avanço com o programa de leniência, que foi previsto no art. 87 da nossa nova lei, e que permitiu que leniências fossem feitas também abordando outros crimes, não só a prática de cartel. Isso deu uma impulsão muito grande ao programa de leniência. Atualmente, a gente possui investigação de cerca de vinte e oito casos em andamento, e os principais setores envolvidos são os serviços terceirizados e obras públicas.

Pode passar.

Cartel. Cartel é um acordo para fixar preço, ou para restringir oferta, ou para dividir mercados e clientes, ou para definir vencedores em licitações.

Pode passar.

Por que é importante a gente se preocupar com o cartel? Estudos da OCDE divulgam que a gente tem uma média de aumentos de 10 a 20% no preço competitivo pela realização de cartéis. Alguns acadêmicos vão até dizer que essa média é superior, chegando a 30% no aumento de preço. Na redução de oferta, segundo a OCDE também, a média é em torno de 20%. E isso gera uma alocação ineficiente dos recursos públicos, além do aumento dos gastos de recursos públicos. Hoje, no Brasil, a gente estima que o gasto anual com compras públicas atinja algo em torno de R\$600 bilhões e isso, em resumo, é redução de bem-estar do consumidor, transferência de renda do consumidor para o cartelista.

Pode passar, por favor.

Cartéis em licitações têm especificidades do setor público. Uma primeira especificidade é a dificuldade de reação do comprador pela necessidade de contratar e a dificuldade de identificar condutas. Primeiro que identificar condutas de cartelização pelo setor público é difícil por si só. Além disso, a própria natureza da licitação faz com que qualquer processo de compra por parte do Poder Público exija uma maior transparência e uma série de outros requisitos legais, que envolvem a publicidade, que é diferente da capacidade de reação que um agente privado tem diante de uma suspeita

de cartelização ou de preço abusivo sendo colocado. Cartéis podem ocorrer com outros crimes, que vão desde corrupção ativa à passiva, e há muita dificuldade de investigação, sobretudo na hora de cruzamento de dados e de obtenção de provas do conluio de fato.

Pode passar mais uma.

Das principais estratégias identificadas nesse caso concreto, uma é a cobertura, que é a apresentação de propostas que, sabidamente, não vão ser aceitas, ou por erros banais ou por altos valores, ou por vícios. Há supressão de propostas, então, é apresentada uma proposta e depois há uma desistência; ou um rodízio que, ao longo do tempo, se monitorado, percebe-se entre competidores que estão sempre alternando sua participação nos certames; ou pela própria divisão regionalizada dos mercados. Então, os cartelistas dividem, e o objetivo sempre é direcionar a licitação para um licitante específico.

Pode passar.

Bom, aqui são as penalidades. Não vou me adentrar mais já para identificar um pouco na nossa contribuição eventual para esse debate de modernização da Lei nº 8.666.

Pode passar.

Paul Milgrom, se não me engano, é professor de Economia em Stanford e tem essa frase que diz que mais do que desenhos inteligentes, boas formas de se combater a cartelização, em leilões principalmente, são incentivar a participação, reduzir custo para a participação nesses leilões, incentivar a participação dos licitantes apropriados, garantir a integridade do processo e cuidar para que o licitante vencedor seja alguém capaz de entregar o prometido.

Pode passar.

Com essa premissa e tentando abordar isso, há alguns *trade-offs* que existem no processo de licitação. A previsibilidade de contratações é uma primeira questão que facilita a estratégia comum das empresas. Então, esse é um fator adicional. Naturalmente, o Poder Público vai ter que licitar. Logo, o mercado tem uma expectativa já sobre essa licitação, tem uma maior capacidade de se organizar para isso.

Outro *trade-off* difícil é a publicidade nas contratações públicas. Ao mesmo tempo que ela evita o direcionamento e permite um maior controle social, uma **accountability**, muitas vezes ela facilita o monitoramento por parte dos cartelistas. Interação frequente entre empresas também facilita a criação de uma estratégia comum e dificulta condições para punição, porque, se eles são naturalmente levados a conversar e ter muitas interações, é difícil caracterizar o que é uma interação ilícita de uma interação lícita.

Mercados oligopolizados, com número restrito de empresas que atuam, têm uma redução competitiva, têm uma pressão de redução competitiva e também facilitam a coordenação de condutas e a própria feitura de acordos.

Pode passar, por favor.

Às vezes, a característica do produto ou do serviço também facilita uma estratégia de custos semelhantes e monitoramento dos preços que vão ser ofertados.

Barreira à entrada. Ou seja, todo tipo de barreira que dificulta a entrada de um novo licitante no processo restringe, coloca uma pressão competitiva e evita a entrada de novos *players* nessa licitação, o que diminui a concorrência.

E a rigidez das licitações, que, apesar de ser algo inerente a qualquer processo licitatório, diminui a capacidade de o agente público reagir às sensações de cartelização e, ao mesmo tempo, gera menos incentivos, porque, muitas vezes, ele tem menos incentivos para interromper um processo que possivelmente possa estar viciado devido à dificuldade de refazer a licitação, que vai levar à capacidade de cartelização ser maior também.

Pode passar, por favor.

Então, identificando alguns princípios orientadores e falando de uma perspectiva mesmo de aumento de competitividade e de concorrência, a gente elenca três linhas para se pensar sobre essa perspectiva de uma modernização da Lei 8.666.

Redução das barreiras à entrada. Então, exigências desnecessárias que diminuam o universo de fornecedores impedem novas empresas e facilitam, muitas vezes, o conluio. Temos experiências próprias, recentes na história brasileira que demonstram que, por exemplo, a adoção de instrumentos de Tecnologia da Informação, o próprio advento do pregão eletrônico são fatores redutores de custo e que facilitam as empresas, fazem com que elas não tenham que ter uma estrutura muito grande para poderem participar dos processos, e isso gera uma pressão competitiva nos preços, pela redução das barreiras à entrada.

Nesse sentido também, a redução dos custos para participação. Então, procedimentos muito caros, exigências muito grandes também diminuem o universo de fornecedores, e, toda vez em que se tem um universo reduzido, há maior capacidade de conluio.

E uma questão que também identificamos é a redução do grau de publicidade durante o procedimento. Muitas vezes, num processo licitatório típico, na própria fase de habilitação, quando as propostas são evidenciadas anteriormente mesmo ao julgamento delas, aqueles que estão participando do processo têm acesso às propostas dos seus competidores, e, muitas

vezes, conluio se derivam dessa capacidade de acesso. Então, é preciso que se consiga evoluir – e esse é um desafio muito grande colocado. Numa capacidade de um *accountability* muito preciso, é necessário que se tenha controle dos processos de licitação e das atividades de todos os gestores públicos, mas também é preciso restringir o acesso à informação privilegiada para aqueles que estão participando do processo competitivo durante o processo, porque, muitas vezes, a capacidade de saber qual a proposta do seu concorrente, qual o valor que vai ser estabelecido leva à capacidade de fazer *markups* de preços mais elevados do que ele apresentaria numa situação de desconhecimento, no qual ele tem de dar sua melhor proposta.

Pode passar.

Algumas inovações recentes. Eu já abordei um pouco isso, a utilização de instrumentos de Tecnologia da Informação são muito bem-vistas.

A inversão entre as fases de habilitação e julgamento também a gente acredita que seja um advento positivo.

E aí eu queria chamar atenção para o cadastramento prévio. Embora, muitas vezes, ele seja positivo para a garantia da execução das obras, há que se ter cuidado com a capacidade. Por exemplo, no pregão, que a gente tem possibilidade de cadastramento prévio, mas, em setores oligopolizados, há que se ter a preocupação para que esse cadastramento não leve a uma fácil identificação de todos os *players* que atuem naquele mercado e para que o cadastramento não facilite o próprio contato entre eles, e, eventualmente, haja um falseamento da concorrência nesses setores.

A garantia contratual mínima é algo que tem que ser sopesada e mitigada, mas muitas vezes a exigência de uma garantia contratual mínima muito elevada pode significar uma barreira à entrada que reduza o número de competidores e que, portanto, acabe por reduzir a concorrência também. Então, são questões difíceis, mas, enfim...

Pode passar.

É o que a gente queria trazer para contribuição. O debate é muito extenso, mas, mais uma vez, queria agradecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como último expositor, Dr. Edmundo Oliveira, Diretor de Relações Institucionais da Brasscom.

**O SR. EDMUNDO MACHADO DE OLIVEIRA** – Eu trouxe uma pequena apresentação.

Queria, em primeiro lugar, agradecer à Senadora Kátia Abreu por ter tolerado a nossa falha de não ter confirmado a presença na outra audiência, mas o

tempo nos deu a possibilidade de trabalhar melhor a apresentação e trazer algumas reflexões.

Nós somos de Tecnologia da Informação, somos uma associação com 40 empresas, são as maiores empresas, portanto, não temos a pretensão extensiva de representar o setor.

Sem delongas, nós achamos que a Senadora Kátia Abreu, Senadores e o Congresso Nacional – por favor, volte um minuto – têm nessa discussão uma questão de fundo que é a competitividade do País, porque não é possível que a competitividade do País aumente sem que a boa contratação do setor público aconteça. E aqui vamos fazer algumas reflexões sobre isso.

Por favor.

Uma primeira pergunta que se poderia fazer é se as obras e serviços são realizados no prazo e a preço justo no Brasil. Gostaria de ter uma resposta positiva a isso, mas não acho que temos na sociedade um consenso quanto a isso.

A segunda pergunta: se a qualidade das obras e serviços é de classe mundial e satisfaz o público. Acho que também não teríamos... Quer dizer, se eu tivesse que defender aqui respostas positivas a isso, não colheria o consenso na sociedade, certo?

Por favor.

Se 20 anos depois a Lei nº 8.666 não atingiu completamente seu objetivo principal, a pergunta é: por que isso ocorreu? Nós tivemos uma brilhante exposição que contextualizou, do Deputado Luís Roberto Ponte, com a qual aprendi muito, mas gostaria de fazer inclusive algumas indagações que estão na minha apresentação, que talvez pudesse nos esclarecer.

Por favor.

A lei não atingiu o alvo por que não somos capazes de planejar e executar bem no Brasil? Será que temos alguma coisa imanente ao nosso caráter que não consegue? Ou por que a regra não é clara e depende de muitos comandos ou ao longo do tempo foi... Bom, vamos pesquisar um pouco essa pergunta.

Por favor.

Bom, primeiro, se a gente vai à doutrina, existe uma discussão sobre isso, mas a melhor definição que vi foi a do Prof. Modesto Carvalhosa, que acabou de republicar o clássico dele sobre Direito Econômico, que diz que a licitação brasileira é essencialmente baseada no sistema de preços. Vamos ver o que é isso.

Bom, eu acho que a Constituição, no art. 37, representou uma evolução – aqui é uma brincadeira, vocês não de entender –, ela representou uma evolução muito grande na afirmação de princípios no art. 37, evidentemente, isso não é o inciso XXI. Mas o art. 37 diz que a Administração Pública deve se pautar por cinco coisas: pela legalidade, os processos têm que ser

legais; têm que ser impessoais, porque não podem servir para beneficiar o amigo do rei; têm que ser morais, porque não podem servir para, enfim, enriquecimento do agente público; têm que ter publicidade e têm que ter eficiência. A Constituição brasileira colocou esses cinco princípios orientadores da Administração Pública e o inciso XXI pede que isso se expresse na forma...

Por favor.

Aí, veio o art. 3º, da Lei de Licitações, que no seu *caput* define os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo. Estamos de acordo com isso. É bom, ninguém está em desacordo, eu não estou em desacordo.

Por favor, siga.

E, para atingir um objetivo expresso no *caput* desse artigo, que a licitação destina-se a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Muito justo, legítimo, ninguém quer que a viúva seja passada para trás.

Muito bem.

Por favor.

Mas eu quero perguntar uma coisa. Por que na transição do art. 37 da Constituição para o art. 3º da Lei nº 8.666 a palavra eficiência desapareceu? Não existe. Se a gente voltar – volta, por favor, volta mais um –: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação. A palavra eficiência desapareceu, e eu acho que as palavras têm um sentido. Não acho que exista má-fé nem nada, mas é um problema de compreensão diante de um comando que a Constituição mandou ter.

Por favor, siga.

Nesse sentido, um eminente jurista, Marçal Justen Filho, explica que o dever da Administração deve ser adotar a escolha mais eficiente para exploração dos recursos econômicos de sua titularidade, um primeiro conceito bom.

Por favor, siga.

Mas, como regra, o que acabou? O Deputado fez uma excelente – para mim muito esclarecedora – contextualização de época de por que a lei foi feita dessa forma e foi muito justamente feita. Agora, o que aconteceu ao longo do tempo? Aconteceu que na prática aquele princípio de a proposta mais vantajosa acabou se identificando com uma proposta de menor preço. Mas isso torna o sistema eficiente?

Por favor, siga.

Não necessariamente, pois o menor preço pode se tornar o maior custo para o contribuinte e o Governo. De que forma? Quando as especificações são vagas e dão lugar ao aumento de escopo, com a caracterização



de situação emergencial, que está no art. 26, a inexecução do contrato por incapacidade do contratado, a obra ou serviço aquém da qualidade ou inadequada aos fins, em resumo, aditivos impertinentes e custos de execução inadequada.

Por favor, siga.

Houve uma evolução. A utilização de Tecnologia da Informação ajudou muito. O ComprasNet, e o Pregão Eletrônico foram aperfeiçoamentos positivos, mas nós estamos diante de um desafio, qual seja – por favor –, comprar soluções, sobretudo em tecnologia, onde o ambiente muda rapidamente – por favor, volte; siga, então – o desafio é comprar soluções e para isso é preciso qualificar o Estado, aperfeiçoar o sistema de compras objetivando máxima eficiência.

Deixe-me relatar aqui o que ouvi da Secretária Adjunta de Secretaria de Logística e Informação do Ministério do Planejamento no evento que a Brasscom fez com a Sociedade Brasileira de Computação, alguns meses atrás, ainda neste ano. Só nas compras de TI estão distribuídos por 300 órgãos diferentes – é o problema da dispersão apontada pelos colegas do Banco Mundial – 300 órgãos diferentes fazendo seus comandos de compra, orientados por DAS-4 dentro da estrutura governamental, que não dialogam com o Secretário Executivo nem com o Ministro e nem obedecem a um sistema de prioridades de compras. Essa é a realidade do dia a dia do Governo Federal, que é mais bem organizado.

Então, a afirmação feita por Frederico Rabelo de que a gestão de contratos é um ponto crítico – e muito crítico – que alguns países resolveram, no caso, sobretudo com a ideia de você ter uma câmara dentro do Governo que organize essas compras, que gerem as melhores práticas – você olha e não há isso no Brasil – parece-me uma coisa muito interessante do ponto de vista de qualificar o Estado. Porque quando a gente diz que não tem capacidade de fazer uma boa definição... Por quê? Eu acho que há raízes na própria forma com que a legislação foi construída.

Por favor, vamos em frente.

Talvez seja um pouco forte demais – perdoem-me porque não era essa a intenção, boa intenção no passado –, mas como a lei acabou desqualificando a ação do Estado?

Por favor.

Vejam como começa o §1º do art. 3º da Lei: “É vedado aos agentes públicos (...)”

E aí os incisos I e II falam de coisas muito justas que são vedadas, mas a primeira frase do art. 3º, que é o artigo crítico, estabelece qual é a vedação e não qual é a autorização; qual é a missão daquele administrador público que tem que cumprir a eficiência na compra.

Por favor, siga.

O que aconteceu ao longo do tempo? Se alguém veda – alguém terá o poder de vedar –, onde está esse poder de vedar ao longo do tempo em que se fez isso aqui? Pelo menos, o que eu ouço e o que todos nós ouvimos é que é melhor não fazer nada do que responder a um processo depois, do ponto de vista do administrador público, que leve inclusive os seus bens. Por quê? Porque há uma ameaça permanente dos órgãos de controle que paralisa o administrador público.

Então, eu acho que, de certa forma, a lei também namora o princípio, ela traz o princípio da desconfiança entre os agentes. O empresário, de certa forma, é encarado como alguém que quer tirar proveito do Estado legitimamente, e o administrador público, em algum momento, vai entregar a rapadura nesse processo. Então, esse medo constante existe como uma espada de Dâmocles sobre ambas as partes, especialmente sobre o administrador público, que pode receber processos muito incômodos ao longo da vida.

Por favor.

Em que eu acho que está a natureza desse foco? De certa forma, o foco senão da legislação, mas do que aconteceu ao longo do tempo, está nos controles. É por isso que a gente vê os tribunais, assim como a CGU, que é um órgão dentro do Executivo – não é um órgão de controle; de fora –, preocupadíssimos com a formalidade da lei. E as pessoas se preocupam porque o foco não está no resultado; ele está nos controles, de certa forma. Então, quando isso acontece, o resultado perde a importância, o planejamento e a execução enfraquecem.

Por favor, siga.

No entanto, há bons exemplos no Brasil, e a gente necessita de que esses bons exemplos passem da exceção à vasta maioria. Como fazer isso?

Por favor.

Três propostas para a Senadora e para os Senadores.

A gente precisa de uma lei com comandos mais simples e claros em busca de eficiência. Acho que esse princípio da eficiência na Constituição – podem chamá-lo subjetivo – nós precisamos de, alguma forma, resgatar isso.

Precisa haver maior equilíbrio entre os controles e os resultados, com autonomia relativa – isto aqui eu estou me arriscando a dizer – para o gestor público planejar e executar a compra, especialmente quando há trabalho intelectual envolvido.

E aqui há uma quimera do nosso setor que a gente gostaria de ver sob proposta – vocês vão ver aqui – de emenda à Constituição, não especificamente sobre a Lei nº 8.666.

Por favor.

Proposta I: afirmar o termo eficiência como norte das licitações e rephrasear o “conceito de proposta mais vantajosa para a Administração”.

Essa coisa é imprecisa. Melhor preço não é... Enfim, a ideia é a de que se colha um resultado eficiente no final.

Por que não limitar as exceções a três? Nós temos 33 exceções desde uma exceção de guerra, calamidade e distúrbio até uma exceção de contratação de hortifrutigranjeiros para a Administração Pública ou para... Acho que há um desequilíbrio nessas... Bom...

Atribuir ao administrador público o papel de condutor e guardião do interesse público nos processos licitatórios. Nós temos que dar essa função de Estado a ele. Criar essa confiança que hoje ele não tem.

De que forma faremos isso? É uma discussão aguda que temos que fazer.

Proposta II.

Por favor. Estou terminando.

A compra de *softwares* e serviços – entrando diretamente na minha área – não é trivial, porque é nessa área que a tecnologia mais avança. Então, é preciso haver, pelo menos, três subdivisões em que haja compras de bens e serviços de baixa e média complexidade, bens e serviços de alta complexidade, e risco tecnológico futuro.

Senadora, a Embrapa não pode contratar o futuro... Já não pôde contratar o presente na forma de aplicação do art. 5º da Lei de Inovação, que dá a possibilidade de fazer sociedade de propósito específico com outro ente; já não pôde fazer isso. Aliás, o art. 5º da Lei de Inovação está morto à luz da Lei nº 8.666. Mas o mundo é das inovações. O País precisa olhar o futuro, precisa dar formas de contratação no futuro. Como vamos trabalhar com a genômica, por exemplo, que vai modificar a forma como produzimos gado, bens agropecuários, computadores, etc.? Então, há uma limitação muito séria nessas três áreas.

Os pregões do segmento de Tecnologia da Informação e Comunicação devem ser precedidos de pré-seleção técnica para que não se caia na vala comum do preço, simplesmente. Isso mudou ao longo do tempo, porque antes claramente se contratava mão de obra por hora/homem em tecnologia. Hoje, houve uma evolução com critérios chamados pontos de função, etc. Mas, essencialmente, uma empresa não olha o teto; nas licitações, ela fura o piso, o que é um problema gravíssimo, porque depois ela não entrega.

A lei deve trazer mecanismos alternativos de solução de conflitos. O próprio STJ tem incentivado isso com as câmaras de conciliação e os tribunais de arbitragem em composição mista e pública. Exemplos

existem no Estado brasileiro – no CARF da Receita Federal, nos tribunais de impostos –, e eles evitam a judicialização. Nós temos 80 milhões de processos na Justiça no Brasil.

Finalizando, a proposta quimérica, conforme disse, é que eu acho que nós chegamos a um momento na sociedade em que precisamos colocar como princípio da Constituição e não simplesmente restrito ao Código Civil brasileiro a boa-fé e a livre contratação entre os cidadãos, porque, hoje, na área trabalhista, o tribunal pode anular toda uma convenção coletiva livremente contratada entre um sindicato patronal e o sindicato de trabalhadores por considerar que aquilo não está em conformidade com algum dispositivo da CLT. Então, haja vista a tendência de judicialização e de desconfiança mútua que existe no Brasil, nós achamos que seria recomendável que houvesse uma PEC do bem que afirmasse a boa-fé e a livre contratação entre os cidadãos.

Terminei.

Por favor, a última.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço.

**O SR. EDMUNDO MACHADO DE OLIVEIRA** – Então, uma nova lei de compras públicas reformulada em busca de eficiência e resultados. Acho que esse é o desafio desta Casa e de todos nós brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradecemos a exposição de V. Sª, Dr. Edmundo Oliveira.

De pronto, passo a palavra à Relatora, Senadora Kátia Abreu, que vai manifestar o seu entendimento a respeito das exposições e questionar, se necessário for, os expositores.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Muito obrigada, Presidente.

Agradeço também a todos os nossos convidados pela contribuição extraordinária que aqui cada um pôde dar.

Antes de fazer os meus questionamentos, eu gostaria de, primeiro, ouvir os colegas, o que já vai economizando as minhas perguntas.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Estamos mais interessados em ouvi-la.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Está bem. Então, vamos lá. Algumas perguntas apenas...

Senador Suplicy, gostaria de fazer a primeira pergunta?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu apenas quero agradecer a V. Exª e cumprimentá-la pela qualidade dos expositores, porque

todos deram contribuições de enorme relevo a começar do Deputado Luis Roberto Ponte, que nos trouxe uma bagagem de experiência, de conhecimento extremamente interessante, mas todos foram de excepcional qualidade e vão contribuir muito para nós. Apenas gostaria de informar que eu aqui registrei e entreguei a V. Ex<sup>a</sup> e ao Presidente o parecer mencionado pelo Sr. Mauro Ricardo Machado Costa, aprovado pela CAE.

E há um requerimento que tramita presentemente no plenário para que aquele parecer que aqui já foi entregue possa ser encaminhado formalmente a esta Comissão, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e minha própria – está em tramitação nesta semana no Senado. Apenas para dar essa informação.

Muito obrigado. Confio nas suas perguntas.

**A SR<sup>a</sup> KÁBIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Obrigada, Senador.

Vou tentar direcionar as perguntas para que possamos economizar, fazendo as perguntas de acordo com a expertise de cada um.

Eu gostaria de saber do Secretário Mauro Ricardo e também da Price Waterhouse e Banco Mundial: existe uma ideia de dividir a lei em capítulos. Muitos aqui disseram que a única lei no mundo que é idêntica do clipe ao helicóptero, tudo igual. O que achariam da divisão, por exemplo, em quatro ou cinco capítulos? Construção pesada; construção leve; serviços, onde entrariam Tecnologia da Informação, inovação e questão de material de pesquisa; e os serviços propriamente ditos. E há uma dúvida: inserimos um quinto capítulo: projetos, ou se em serviços, entrariam os projetos: básico, executivo ou outro nome que poderia ser. E as compras governamentais.

Construção pesada, construção leve, serviços, compras governamentais e projetos, sendo que em serviços entraria um subcapítulo para Tecnologia da Informação, para inovação/pesquisa e os serviços propriamente ditos.

Com relação ao seguro garantia, eu queria opinião do Deputado Luis Roberto Ponte.

Gosto muito da palavra isonomia, dar a oportunidade para todos com relação a poder participar ou não. Mas, acho que essa isonomia tem de ter um teto e um piso porque, para ser governador de Estado, basta ter 21 anos, Senador, 35. Então, já não são isonômicos os tratamentos.

O seguro garantia me dá muita tranquilidade. Nos Estados Unidos são quase 100% do seguro das obras.

“Ah, mas isso vai excluir aquelas que são menores”. Não, obra grande é para empresa grande. O que faz ser grande ou não? É exatamente o que o representante da Price disse: o grau e o nível de custo que a seguradora vai cobrar dele. Então, é a coisa

mais simples do mundo: eu e o Armando Monteiro entrarmos em uma concorrência e a seguradora dizer o grau e o nível que estou de insegurança, porque isso vai me tirar do jogo. Caso aconteça alguma coisa, não estou preparada com a minha empresa para terminar e finalizar e operar uma obra de tamanha magnitude.

Então, o seguro, para mim, é muito importante e é o que tenho ouvido de vários setores. Mas, para não radicalizar talvez, nós poderíamos começar um seguro para as obras pesadas, acima de 50 milhões, de 100 milhões?

Então, eu gostaria que o Deputado Luis Roberto pudesse responder, e também o BID, sobre essa questão dos seguros. Nós assim iniciariamos. E para as outras obras, o que seria feito? Porque eu acho que uma obra do meu Município, que custa R\$700 mil, também é importante. Quer dizer, estou vendo várias creches no meu Tocantins que estão inacabadas, abandonadas. Não sei o que houve. E o dinheiro não faltou, mas parece que foi um milagre negativo e que ninguém terminou a creche. É preciso fazer um estudo sobre isso. E é obra de R\$1.700 milhão, R\$700 mil, mas que é essencial para o meu Município, para as mães que querem colocar os filhos na creche.

Eu queria muito a opinião do Mauro Ricardo e também do Banco Mundial sobre RDC. O que vocês acham do RDC? Tem gente que idolatra, tem gente que detesta o RDC.

Outro ponto importante: eu queria entender do Banco Mundial e queria que fosse explicado aos colegas como se procede a manifestação de interesse pelo Banco Mundial. Achei muito interessante esse processo de manifestação de interesse, que também poderia ser limitado a um grupo, a valores, a patamares, mas eu gosto bastante dessa situação e dessa possibilidade.

O que poderia dizer o Cade e também a Confederação dos Municípios sobre o tribunal de arbitragem para decidir e ser aplicado nessa questão das leis e contratos?

Essa questão da inversão de fases – Mauro Ricardo, principalmente. Tenho uma dúvida enorme sobre isso, porque imagine eu, que sou uma Price Waterhouse. Todos nós conhecemos o nível e a exigência da Price. Quem já contratou a Price sabe lidar com ela, sabe o quanto é meticulosa com impostos e com tudo; e, realmente, técnicos da maior qualidade. Estou citando a Price, mas há outras boas também; não estou fazendo apologia à Price.

Quer dizer, um preço da Price numa inversão e uma empresa que não tem tanto gabarito, como seria essa diferença de preços? Eu acredito que seria uma diferença enorme, e eu já poderia tirar a Price do jogo de cara, porque a confiabilidade de um parecer da



Price, como outras na praça, é infinitamente maior, e a chancela da Price, o carimbo. Eu sempre falo que o carimbo da Embrapa vale muito. Às vezes, você contrata uma pesquisa e sabe que há outros mais desconhecidos que são mais valorosos, mais especialistas, mas há pesquisa que se não houver aquela chancela ninguém acredita – não precisa nem falar que empresa é, e a gente sabe como essas coisas funcionam.

Então, isso tudo tem preço, vale, e essa inversão me preocupa demais.

A outra questão da intelectualidade. Um prefeito me disse: “Eu posso contratar um advogado para defender uma causa específica sem licitação, mas se eu quiser que ele seja o advogado da prefeitura durante todo meu mandato ou durante um ano eu não posso”. Então, o advogado, que é um dos melhores do Tocantins, disse: “Eu estou concorrendo com recém-formado de que mal tirou a OAB!” Então, como vai ser isso? Quer dizer, essa questão é muito difícil de ser estabelecida. Essa coisa de falar que a técnica tem que vir na frente do preço e, de repente, não mais, que a inversão é que é boa: primeiro o preço, depois a técnica; objetivamente, eu queria saber como isso pode funcionar.

Com relação à robotização do pregão. Como a gente poderia encarar isso? É um tratamento, um negócio complicadíssimo. Quem tem condições de usar? Eu queria que o Cade e a representante dos prefeitos falassem.

Existe a possibilidade de o Governo colocar à disposição. O Ministério do Planejamento já pensou em ceder esses robôs para que todos pudessem participar e dar realmente uma isonomia.

Por fim, a fiscalização. Existe uma tendência do tribunal em efiscalar por valor unitário, mesmo que a obra seja no valor global. Eles têm seus argumentos, que eu até respeito, mas é uma coisa complexa, porque se eu estou pegando um valor global e consegui ser mais eficiente em determinada fase e sobrou dinheiro, o dinheiro é meu, é do empresário; mas o Tribunal de Contas só aceita para mais, para menos ele não quer indenizar ninguém, não aceita essa situação. Precisamos otimizar o que é a empreitada global e o que é fiscalização por preço unitário.

Começo aqui pela representante da Confederação dos Prefeitos, Dr<sup>a</sup> Juliana dos Santos. Terá três minutos, por favor.

**A SR<sup>a</sup> JULIANA DOS SANTOS LOIOLA** – O.k. Quanto à primeira dúvida, referente ao tribunal de arbitragem, eu acho que toda e qualquer forma de diminuir conflitos, de agilizar a solução dos conflitos é bem-vinda, mas, ao mesmo tempo, a gente tem que levar em consideração como vão ser criados esses tribunais, porque, se ficar a cargo dos Municípios a

criação desses tribunais, isso pode acabar gerando um ônus muito grande e não sair da forma como se gostaria. Então, acredito que é uma forma de dirimir conflito mais rápida, mas têm que verificar a forma como serão criados esses tribunais. Acho que é viável.

Na questão da robotização, é muito complicada essa forma de distribuir – a meu ver –, por algumas licitações de que já participei, porque você vai criar um tipo de robô e, daqui a seis meses, criarão outros mais rápidos. Então, a gente vai acabar concorrendo com essa agilidade da informatização. Talvez seja o caso de se investir em sistemas que coíbam esse tipo de robotização, em vez de criarem outros robôs para distribuir para as empresas, digamos assim, para os Municípios. Então, seria o caso de se investir para coibir, e não para incentivar, a meu ver.

Muito obrigada.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Eu queria passar a palavra ao Secretário Mauro Ricardo e aproveitar para, complementando, perguntar: o que fazer com os governos maus pagadores? O que fazer para que o pagamento saia a tempo e a hora de cumprir com seus compromissos, com as suas certidões, que muitas vezes são cobradas em outra licitação? Muitas vezes, por não ter recebido do próprio Estado a certidão, ele é impedido de entrar em uma outra licitação por não ter a certidão negativa? O que fazer? Qual seria a trava eficiente para os governos pagarem seus contratados em dia?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– Bom, primeiramente, em relação à divisão da lei em capítulos, acredito que não haja necessidade da criação de capítulos, com constituição pesada, com constituição leve, compras governamentais e projetos, porque, nessas licitações, o que vai diferenciar uma da outra é a qualificação dos licitantes. Logicamente, para uma construção pesada, você tem uma necessidade de que esses licitantes sejam mais bem qualificados do que numa constituição leve ou numa compra governamental ou na elaboração de projetos. Acho que se distingue aí pela qualificação necessária, que tem que ser devidamente explicitada no processo de licitação.

No que se refere à questão da garantia de execução de obra, acho que deve ser extensiva a todas as licitações. Acho que todos os contratados devem fazer uma garantia para que, no caso de inexecução total ou parcial da obra, o Poder Público possa executá-la.

No caso do RDC, acho que ele foi criado por conta do projeto de lei de licitação, que infelizmente não andou aqui no Congresso Nacional. Desde 2007, esse projeto de lei está, de certa forma, paralisado aqui no Senado. Apesar de haver sido votado na Comissão de Assuntos Econômicos, o Governo Federal queria agi-

lizar os processos de licitação, em especial dentro do PAC, e editou uma lei paralela à Lei de Licitação que, acho, não é boa. O ideal é que nós tenhamos uma lei de licitação que seja aplicável a todos os processos de compra de bens e serviços. Não acho adequada a forma como está ali estabelecido.

No que se refere ao tribunal de arbitragem, sou favorável a ele, mas como uma possibilidade, e não como uma obrigação. Se as partes quiserem estabelecer um tribunal de arbitragem, que possam estabelecê-lo, evitando que eventuais desavenças sejam decididas no Judiciário, desde que as partes aceitem as decisões das comissões de arbitragem. Por vezes não aceitam e recorrem ainda ao Judiciário.

No que se refere...

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Espere só um minutinho. De que o senhor não gostou no RDC? Por que não gosta mesmo?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– Porque não é um processo de concorrência entre as empresas...

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone*) –... o RDC pôde consagrar que devessem estar numa lei ou nesse marco novo do processo de licitação.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– Eu acho que essas mudanças...

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB – PE) – Não é a existência de dois regimes, mas o que se poderia aproveitar.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– Essas mudanças que nós estamos propondo aqui no processo de licitação e, em especial, a inversão de fases nos processos, eu acho que é mais transparente, mas adequada do que o sistema RDC. A gente ter uma lei que possa ser aplicada a todos e não aplicada apenas a um ente, como é o caso do RDC, que só pode ser aplicado a Estado e Município se a União fizer autorização específica para esse tipo de contratação, acho que o mais adequado é uma modernização da Lei nº 8.666, que é o que nós estamos aqui efetivamente discutindo.

No que se refere à penalização do ente que não paga adequadamente seus tributos, a melhor forma de penalização é a pecuniária. Se o ente não paga adequadamente pelo serviço prestado, eu acho que deve haver uma correção do valor, deve ser estabelecida uma multa e juros pelo pagamento em atraso. Logicamente, esse ente, que paga juros, multa e correção, será penalizado pelos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios no pagamento desses encargos adicionais por pagamento em atraso sem a devida justificativa para isso. Acho que a melhor pena-

lidade é a pecuniária e a penalidade subsequente será estabelecida provavelmente pelo Tribunal de Contas dos Estados e Municípios e eventualmente até pelo Ministério Público.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Mas há também outra possibilidade. O que o senhor acha, como Secretário da Fazenda que foi do maior Estado, da maior capital, da ordem de preferência e também de evitar que novos contratos sejam assinados se os contratos da mesma fonte não forem pagos?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– A ordem cronológica já está estabelecida na própria Lei nº 8.666. Há alguns que não cumprem a ordem cronológica ou estabelecem que a ordem cronológica é uma ordem por secretaria ou por fonte de recurso. A educação tem uma ordem cronológica em seus contratos; a saúde tem uma ordem cronológica de seus contratos. Ou começam a tratar ordens cronológicas por fonte de recursos: fonte SUS, uma ordem cronológica; fonte Fundeb, uma outra ordem cronológica. O que pode ser estabelecido é, de fato, uma ordem cronológica em relação à apresentação das faturas, independente de qual secretaria está efetivamente efetuando o pagamento. O problema de fazer isso é sistema, porque, por vezes, os sistemas de execução são separados por órgão e dificultam esse processo de acompanhamento dessa ordem cronológica no que se refere ao pagamento.

Agora, para quem atrasar o pagamento sem a devida justificativa acho que cabe multa e também correção e juros em cima desse atraso. Da mesma forma, se o contratado atrasar também em relação à execução da obra e serviço, também cabe multa a esse contratado.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– O que é um prazo razoável de penalização?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– Acho que, se atrasou o pagamento, a lei hoje estabelece 30 dias para efetuar o pagamento após a apresentação da fatura e a liquidação. Atrasou o prazo estabelecido em contrato, eu diria que é melhor estabelecer no contrato, deve haver cláusula obrigatória. A lei de licitação estabelece que o contrato deve prever multa pelo atraso de pagamento. E o atraso de pagamento deve ser estabelecido em contrato. Qual a data de pagamento? Cada contrato vai estabelecer a sua data de pagamento, e a lei vai estabelecer a penalidade pelo atraso na data desse pagamento estabelecido contratualmente.

Outra questão em relação à inversão de fase. Isto eu considero fundamental: a inversão de fase, porque quando não há inversão de fase há possibilidade de os licitantes buscarem formas de se articular para poder

ofertar um preço superior àquele que, de fato, poderia ser ofertado, impedindo que, de fato, haja a disputa entre os licitantes.

Vejam bem, hoje já se fazem processos de licitação de concessão de serviço público com inversão de fase. Hoje já se faz PPP de bilhões de reais com inversão de fase. Hoje já se fazem milhares de processos de licitação por pregão com inversão de fase.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Nesse caso, na inversão de fases, o que vale mais 80% é o preço?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** –

Não; então, é preço... Não, aí depois eu discuto, porque você pode fazer inversão de fase em técnica e preço também. Se a técnica for relevante no processo de licitação, você pode fazer também inversão de fase de técnica e preço. Você faz a técnica, faz a pontuação técnica, e, posteriormente, você faz o leilão do preço e oferta...

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Então, não é inversão.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– Não, porque a qualificação você vai olhar depois, eventualmente jurídica...

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB

– MS) – Dr. Mauro...

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– Pois não.

Há possibilidade de fazer inversão de técnica e preço também dentro desse processo de inversão de fase.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB

– MS) – Eu fico preocupado com essa questão do leilão. É claro que, do ponto de vista... O leilão, ele evita um monte de coisa. Vai o menor preço, vai inversão de fase, aí não tem...

O que me preocupa... Eu ouvi antes aqui, em outra apresentação, essa coisa realmente da qualidade das coisas, porque, às vezes, você acaba optando pelo menor preço, tudo bem, mas você não vê a qualidade da obra. Às vezes uma coisa foi licitada por um preço menor, mas a duração daquilo vai ser por quanto tempo?

Quer dizer, eu sei que você defendeu, eu prestei muita atenção ao que você falou, na verdade está na questão da especificação do produto. Mas, Dr. Mauro, os Municípios, como São Paulo, Salvador, são exceção deste País. Sou do Estado do Mato Grosso do Sul em que a maioria dos Municípios é pequena. A Juliana colocou isso. Temos Municípios, e a grande maioria é de pequenos Municípios.

Então, eu dizia para a Senadora: não sei se essa lei não tinha que ter a questão geral, os princípios, e

deixar, talvez, que algumas realidades diferentes pudessem ser... Sei que isso é difícil, mas me angustia quando a gente começa a discutir levando em consideração as grandes prefeituras, que têm estrutura, que têm gente qualificada capaz de fazer isso, sendo que a realidade do País é, na maioria, de pequenos Municípios.

Isso não é provocação. Eu queria aproveitar a experiência que você tem como grande Secretário que foi de São Paulo, do Governo do Estado de São Paulo, e agora de Salvador, e se você acha que essa experiência pode ser reproduzida mesmo nos pequenos Municípios?

Isso eu queria que você pudesse...

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Só para complementar o que o Senador Moka disse: com essa falta de experiência dos prefeitos, essa falta de qualificação do seu quadro, até mesmo de advogados, de ter condições de pagar um bom advogado, ele vive em cima do terror. Então, depois que sai o menor preço, meu amigo, ele não tem coragem de ver técnica mais não. Ele tem medo e é coagido a aceitar e ir pelo menor preço. Ele não tem condições, de forma alguma, de reagir à diferença de menor preço com técnica.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– Hoje ele faz isso no pregão. Hoje ele já faz isso no pregão. Se ganha alguém que tem o menor preço e não tem a qualificação necessária, ele desclassifica. Isso já é uma coisa rotineira hoje no pregão.

Nós estamos propondo... Não que isso seja um instituto obrigatório. Não é que a inversão de fase seja instituto obrigatório. Não. Estão pedindo que seja incluído na lei como algo facultativo. Aqueles prefeitos que quiserem fazer, aqueles governadores que quiserem fazer inversão de fase, que o façam. Logicamente conseguirão comprar de forma mais célere e mais barata. Aqueles que se sentirem inseguros ainda e quiserem continuar com o mesmo procedimento ou ir introduzindo aos poucos essa nova metodologia de compras na Administração Pública, que o façam.

Mas acho que é importante que esse instituto seja incluído na Lei nº 8.666 como uma faculdade do administrador, mesmo porque ela já é praticada, volto a dizer, nas concessões patrocinadas, comuns ou nas outras – há mais uma, é porque esqueci o nome, patrocinada, comum e outro tipo de concessão. Por que não aplicar dentro do processo de licitação? Eu acho que deve ser uma faculdade que o administrador decide de acordo com suas características e com sua situação.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB

– MS) – E você acha que isso poderia, por exemplo, deixar que a característica... Porque o leilão evita – não tenho a menor dúvida – evita... Embora o Dr. Ricardo



tenha questionado essa questão do leilão, porque, de repente, se for um número pequeno, as pessoas que vão entrar no leilão também, se quiserem, podem combinar. Não tem nada que impeça isso. Mas vou tentar ser bem objetivo: de qualquer forma, quando a gente está falando da realidade dos pequenos Municípios, a questão do pregão, a Senadora colocou, o menor preço é sempre... Mas você disse uma coisa que me pareceu interessante: tudo bem, mas aí teria que se colocar também a questão da técnica, quer dizer, não é só o preço, o preço é uma coisa, mas isso teria que estar, necessariamente, também aliado a essa questão da técnica do que vai ser feito. Claro que isso varia do bem que se está tentando licitar e das questões.

Eu ouvi aqui do pessoal da Embrapa, por exemplo, que eles tinham uma dificuldade muito grande em reagentes químicos. Eles não conseguem, em leilão fazer isso, quer dizer, eles têm... Porque existem algumas coisas... Claro que estamos já falando, aí, de exceções, de algumas coisas em que eles têm dificuldades. E há as grandes obras, os projetos em si, porque uma coisa...

Eu presidi a Comissão de Orçamento aqui, Dr. Mauro. E as obras regulares, invariavelmente, são consequência de maus projetos, projetos malfeitos, aquela história de só projeto básico, e não projeto executivo, aquele... E o Deputado Luis Ponte colocou aqui, seguramente, quer dizer, o início disso é: como é que você pode pagar, como você pode orçar uma coisa se você não tem um orçamento executivo que possa realmente definir quanto vale aquilo, qual é a segurança e até a qualidade mesmo do projeto?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– Mas aí é ter o projeto executivo, só permitir que seja licitado com o projeto executivo. É simples. E dar um prazo para que isso possa ocorrer. Também não se pode implantar imediatamente. É importante que se dê um prazo para que possa ocorrer.

**A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO)**

– É, existe uma ideia...

**O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB**

– MS) – Mesmo com o leilão.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– Mesmo com o leilão?

**A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO)**

– Ah, sim. Até para...

**O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB**

– MS) – No leilão há exigência do projeto executivo...

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– Claro.

**O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB**

– MS) – ... da qualificação técnica, de tudo.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA**

– Claro, de tudo.

**A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO)**

– Porque eu não consigo nem dar um lance...

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA –**

Aí se estabeleça que o leilão seja facultativo. “Ah, eu tenho dúvida, o que aplicar no Município x, y, z?” Não tem problema nenhum, coloque como uma faculdade, e, aos poucos... Como é hoje o pregão eletrônico, é uma faculdade, você pode fazer, eventualmente, pregão presencial ou nem fazer pregão; você pode usar as modalidades tradicionais da Lei nº 8.666. É uma faculdade que você tem de fazer pregão. Então, permita que essa faculdade seja extensiva também àquelas modalidades que hoje só podem ser feitas por tomada de preço e concorrência. É só isso.

**O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB**

– MS) – Aí realmente é o bom senso e a melhor alternativa.

**A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO)**

– Eu queria ouvir o Sr. Frederico, do Banco Mundial, começando pela manifestação de interesse.

**O SR. FREDERICO RABELLO –**

Pois não, Senadora. O Banco utiliza a figura da manifestação de interesse apenas para contratações de consultoria.

Ao longo dos anos, com suas experiências, o Banco entendeu que uma preparação de uma proposta de consultoria tem um custo envolvido, e que essa competição, se fosse aberta para qualquer um que pudesse participar, desencorajaria a participação daqueles que podem entrar com maior qualidade. Então, ele utiliza essa figura para fazer uma pré-seleção de quem tem mais experiência em fazer aquele tipo de consultoria para que apenas seis empresas, as mais experientes, recebam o edital e preparem suas propostas.

**A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO)**

– E quando é obra? Vocês usam a lei do País?

**O SR. FREDERICO RABELLO –**

Não. O Banco tem regras próprias para obras. E a grande diferença – vejo a preocupação da senhora com relação à inversão de fases, à perda de qualidade em função disso – é que o Banco trabalha com diretrizes, e não uma lei, que dão um norte, um caminho a ser seguido, mas a efetiva regra da licitação está no edital, e o Banco tem editais-padrão para vários tipos de contratação. Então, o edital-padrão de obras do Banco inverte fases e ele tem critérios rígidos para assegurar que, mesmo conhecidos os preços, eu só posso contratar quem atinja os requisitos mínimos de qualidade. O licitante que tenha o menor preço, mas que não atinja os critérios de qualidade, não pode ser contratado.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – O.k. Só para consultoria, então, manifestação de interesse.

Acho que eu fiz mais uma pergunta. Por favor.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – A senhora perguntou o que achávamos da divisão da lei em capítulos.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Isso.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – O que nós vemos nas regras do Banco e em leis de diversos países é que não há um fracionamento tão grande; há, simplesmente, uma divisão entre aquilo que é contratado por uma classificação da melhor proposta, levando inclusive em consideração o preço, e outra regra ou outra parte da lei para tratar as consultorias, que não podem ser contratadas por menor preço.

A senhora fazia, por exemplo, uma análise do caso da Price, de como ela ficaria vulnerável no caso da não inversão de fases. Mas, nitidamente, o Banco financia várias consultorias em que os mutuários do Banco contratam a Price e outras empresas semelhantes. Ao dar o tratamento de consultoria, eu privilegio a qualidade e analiso, dou uma nota técnica à proposta das empresas mesmo antes de conhecer seu preço. Aí o tratamento é completamente diferente. Depois, aí, sim, eu faço uma composição de qualidade e custo com percentuais, normalmente, de 80% para qualidade e 20% para o preço.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Está bem, mas quanto a essa divisão de capítulos, claro que muitas coisas serão coincidentes, mas para obras pesadas, por exemplo, nós poderíamos colocar um seguro mais forte, um seguro mais alto para a execução das obras; as obras leves, de tantos milhões abaixo, não teriam 30%, mas 5% a 10%. A diferença não é na essência, nos princípios, mas em alguns detalhes. Como o exemplo que o Senador Moka acabou de dar, da Embrapa, dos reagentes químicos, genética, como você licita isso no mesmo capítulo? Então, algumas coisas precisam ser mais específicas na dispensa de licitação, porque, no Brasil, a dispensa de licitação é tão complexa quanto uma licitação, ou pior. Então, essa flexibilidade é na divisão das atividades.

Por exemplo, no caso de consultoria, de execução de projetos, consultoria e projetos, talvez a manifestação de interesse, nesse capítulo, caberia manifestação de interesse em consultoria e projetos.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Sem dúvida, até porque o Banco entende que os grandes problemas dos projetos executivos hoje estão no fato de que eles são contratados por menor preço, e não por maior qualidade.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – É.

No Banco Mundial e no Bird existe um percentual padrão do valor da obra ou do valor da consultoria, da consultoria nem tanto, dos serviços que seriam para projeto?

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Não.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Não existe padrão?

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Não existe. O Banco procura, inclusive, evitar que se contrate uma obra, uma consultoria para fazer o projeto como um percentual da obra, porque haveria um incentivo aí para que a obra custasse mais caro.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Mais caro.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Outro ponto que a senhora me perguntou foi com relação à opinião do Banco sobre o RDC. O Banco vem estudando o RDC. Ainda não tem uma opinião formada, mas tem algumas preocupações, como, por exemplo, o fato de ainda se poder desclassificar por preço sem que haja um projeto executivo pronto e também o uso de lances, de uma fase de lances, como se fosse um pregão, para contratação da obra. Então, temos algumas preocupações com isso, mas não ainda uma opinião formada.

Queria só insistir em um ponto de que falei rapidamente, ainda voltando com relação à divisão da lei em capítulos.

Nosso entendimento é de que, em um mesmo capítulo, poderíamos abordar, sim, obras grandes e pequenas. Lembro-me que foi dito que pequenas prefeituras têm grandes dificuldades. Se a instituição do Banco, posso chamar assim, tiver editais-padrão para todos os tipos de obra que utiliza, leva esse tipo de preocupação e a solução para dentro dos editais, porque eu seria capaz de fornecer às Prefeituras um modelo de documento em que está assegurado que o mínimo necessário para que eu, por exemplo, garanta a qualidade, vai estar lá. Vai restar ainda a incapacidade de escrever boas especificações técnicas e bons termos de referência. Com isso, entramos na parte da pirâmide que apresentei: a necessidade de qualificação.

O que o País fez qualificando os pregoeiros para trabalhar foi um avanço tremendo. Qualificar também quem escreve as especificações técnicas e os termos de referência seria um passo para garantir grandes contratações, já que o edital asseguraria que só poderia ser contratado quem atingisse as qualificações mínimas definidas nesses documentos.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – O.k. Price; Sr. Gileno Gurjão.

Estou deixando o Deputado, embora tivesse preferência por ser o mais velho, mas gostaria que o senhor ficasse por último. *(Pausa.)*

Fui criada assim. Os mais velhos têm preferência. Como o senhor criou a lei, eu gostaria de ver a sua opinião depois que todos falassem. É de propósito.

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Senadora, eu queria começar um pouco a minha exposição, antes de responder as suas questões, falando sobre a minha surpresa ao saber que existem robôs para participar de pregões.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Pensei que sua primeira palavra fosse para agradecer a deferência que fiz à Price.

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Mas isso não precisa...

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Que coisa, hein? Político não pode nem elogiar que fica malvisto. *(Risos.)*

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Pelo contrário. A gente agradece sempre, e muito.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Também soube disso há pouco tempo.

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Tinha ouvido falar em robôs para aplicações em bolsas de valores. São ferramentas, são sistemas que executam rotinas muito rápidas e permitem a confecção de lances absolutamente rápidos.

Quero, rapidamente, contar uma experiência minha em uma licitação em que houve essa inversão. Foi um pregão, há 4 ou 5 anos, em que os preços iniciais foram R\$5 milhões. Participei desse pregão. Dei os lances, mas sai dos lances, obviamente, porque o preço ficou, para mim, inexequível, mas houve uma definição x no objeto desse pregão em que aquela experiência se tornava importante para outras empresas para ter o atestado, o qual permitiria que elas tivessem futuras licitações em uma posição concorrencial melhor.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Portfólio.

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – A nossa surpresa foi que, ao início daquele procedimento rápido do leilão, o preço chegou a R\$19 mil. Esse tipo de situação é que consideramos que não pode ocorrer, em prejuízo da Administração Pública. Depois, soubemos que houve uma série de aditivos, porque os trabalhos não estariam condizentes com o que fora objeto da licitação, etc. Esse tipo de situação a gente acha que não deve e não pode ocorrer. Por isso, achamos que inversão de fases pode e deve existir, mas deve ser contraposta a um procedimento de pré-qualificação como falou o Secretário.

O procedimento de pré-qualificação é absolutamente fundamental quando estamos tratando de serviços. Não quero aqui dizer que o pregão não pode ser utilizado, até pode, mas, para serviços dessa natureza, precisa ser sempre precedido por uma pré-qualificação. O nosso grande ponto é a definição dos objetos.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Nessa pré-qualificação, para vocês três, o que é principal? O portfólio da empresa ou o técnico?

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Fundamentalmente o técnico.

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Na opinião do Banco, nesse primeiro momento em que vou escolher as empresas que têm condições técnicas de fazer isso, devo me basear só na experiência. Estou me referindo ao que a senhora chamou de portfólio. Em seguida, as pré-selecionadas vão preparar suas propostas técnicas. Em consultoria, uma das coisas que devo sempre apreciar é a metodologia e a equipe, que são as duas coisas mais importantes nessa consultoria.

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Isso na manifestação de interesse, não é?

**O SR. FREDERICO RABELLO** – Isso eu meço antes. Na manifestação de interesse, só experiência, só portfólio; nas propostas, metodologia e equipe.

**O SR. GILENO GURJÃO BARRETO** – Perfeito, na linha em que pensamos.

Em sequência ao que falamos, concluindo, o importante é a definição do objeto. Se a definição do objeto não for bem-feita, se eu não tiver parâmetros mínimos para a definição desse objeto, tenho dificuldades em participar de determinadas licitações.

Quanto à divisão da lei em capítulos? Concorro com isso, só que não da forma que temos na tradição civilista de redação. Tentaria estruturar algo matricial. Manteria a lei da forma como ela está em relação aos procedimentos, às modalidades de licitação, mas entrelaçaria, por exemplo, com relação ao valor. Vou dar um exemplo de convite. Se eu não quiser mudar os valores para convites, eu entrelaçaria, por exemplo, obras de determinados tipos ou serviços de determinadas naturezas em que poderia aumentar esses valores. Seria uma estrutura um pouco mais matricial e não redigida em capítulos, como normalmente redigimos, para torná-la mais ampla. Eu não ficaria adstrito a cinco capítulos: obras grandes, construção pesada, serviços, etc. Eu permitiria uma série de combinações de princípios, o que daria maior liberdade ao gestor para, por meio de edital, escolher formas diferentes, mas mais apropriadas à sua realidade, à realidade do Estado, à realidade daquele Município no interior, que tem aquelas dificuldades todas em contratar.



**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– De todas as audiências públicas até agora, é a primeira que coloca algumas diferenças com relação aos capítulos. Todos os outros palestrantes, em todas as outras audiências públicas – e não tirei da minha cabeça, tirei das audiências públicas –, foram unânimes com relação à divisão de capítulos, mesmo que não especificamente, detalhadamente. Sabem que muitas regras serão iguais, mas gostam muito da ideia, pedem que seja em capítulos, principalmente TI, Tecnologia da Informação, ciência, tecnologia, serviços. Por exemplo, serviços que são intensivos de mão de obra e que estão com dificuldade terrível de trabalhar e de continuar nos contratos Estaduais e Municipais gostariam de um tratamento diferenciado em termos de pagamentos pelo Poder Público.

Enfim, é assim mesmo. Cada um tem uma opinião. BID.

**O SR. CARLOS LAGO BOUZA** – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Na verdade, a sugestão com relação a seguro não diz respeito ao seguro financeiro, mas ao seguro de *performance*. Seria a possibilidade de a seguradora ter a autonomia de passar a obra adiante, em situação de abandono ou de falta de eficiência.

**O SR. CARLOS LAGO BOUZA** – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – O.k.

Muito obrigada.

Ouç o Dr. Ricardo, do Cade.

**O SR. RICARDO LEITE RIBEIRO** – Obrigado, Senadora.

Rapidamente, quanto à questão da arbitragem e da robotização, primeiro quero colocar que o Cade não tem nenhum estudo propriamente sobre esses temas. E essa questão da advocacia da concorrência, mesmo no sistema brasileiro, cabe à Secretaria de Acompanhamento Econômico.

Aqui, na exposição, fazendo uma explanação na linha do que foi a nossa apresentação, quero dizer que acredito que qualquer estabelecimento de concorrência seria muito dinâmico em qualquer processo licitatório. O que a gente precisa garantir de alguma forma é o empoderamento dos gestores públicos, para se perseguir o interesse público nesses processos, em busca das melhores propostas.

Então, no caso, por exemplo, do tribunal de arbitragem, se isso significar a possibilidade de redução dos custos de transação, para que se chegue a acor-

dos que sejam mais eficientes e evitem a morosidade, eventualmente essa poderá ser uma faculdade a ser utilizada pelo Poder Público no sentido de reduzir custos. De outra forma, se há a necessidade ou a possibilidade de protelar processos licitatórios, fazendo com que haja um aumento de custo e um desestímulo ao gestor de brigar pela melhor proposta, em razão do tempo que isso vai gerar e do aumento de custo, aí, talvez, essa não seja a melhor saída.

Por isso, acredito que na exposição do Dr. Mauro, em que ele colocou a hipótese de se tratarem essas questões e essas inovações a Lei nº 8.666, criando faculdades mais do que, talvez, delimitações muito rígidas, essa pode ser uma linha de avanço positiva.

Quanto à questão da robotização, eu também agradeço a manifestação do colega da Price, porque também fiquei surpreso com o tema. Eu também não estava inteirado...

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Você achava que só você não sabia.

**O SR. RICARDO LEITE RIBEIRO** – É... Eu achava que só eu não estava inteirado quanto à questão da robotização. Mas acredito que a premissa também vale para esse tema. Ou seja, a gente precisa, de alguma forma, compreender que as inovações tecnológicas vão ocorrer, que as empresas e o mercado estarão sempre se dotando delas e que a gente tem de garantir que o gestor tenha a capacidade de não ser obrigado a optar por uma proposta pior do que a que ele poderia ter, por algum mecanismo tecnológico ou por algum viés da lei que faça com que ele seja obrigado a contratar.

Então, se uma empresa é capaz de ganhar uma concorrência ou uma licitação com uma proposta pior porque ela tem uma tecnologia que a permite fazê-lo, essa situação, certamente, está equivocada. A gente tem de garantir que o gestor público tenha empoderamento para perseguir o interesse público.

Acho que esse é um desafio que não é simples, mas, certamente, esse tem de ser um norte para a Administração Pública, que se deve voltar para a eficiência, que se deve voltar para o resultado e que deve pretender trazer maior bem-estar para os consumidores, para a população, para os cidadãos.

Obrigado.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Muito obrigada.

Agora, ouço o Dr. Edmundo Oliveira, da Brasscom.

**O SR. EDMUNDO MACHADO DE OLIVEIRA** – Senadora, acho que temos, sobretudo, um problema de tecnologia de pré-qualificação. A gente fala dos Municípios, mas o problema é o seguinte: estão repletos de casos de contratações de Caixa Econômica Federal e do Poder Executivo em que se vai, utilizando robô

até, às vezes, a um menor preço e em que, depois, se liquida aquele contrato, porque ele não entrega aquela coisa, o bem a ser contratado ou o serviço a ser contratado – isso acontece mais em serviços.

Então, acredito que temos dois grandes problemas aqui que me levam a deixar em segundo plano a questão da divisão em capítulos da lei. Eu vi essa defesa. Eu estava...

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Ele assistiu à última.

**O SR. EDMUNDO MACHADO DE OLIVEIRA** –

Eu assisti à última.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Estava todo mundo a favor.

**O SR. EDMUNDO MACHADO DE OLIVEIRA** –

Nós não temos uma opinião exatamente fechada sobre isso, mas acredito que temos dois grandes problemas hoje na compra pública. Há o problema de como se trata a qualidade, sobretudo em tecnologia, porque esta muda muito rapidamente, sem evidentemente se dar brecha para que se forme uma cartelização. Também você rapidamente pode dizer que uma empresa de Tecnologia da Informação, só ela, tem aqueles *softwares* ou aquela habilidade, o que também não é verdade, porque há inovação. Mas, de toda forma, o que de fato ocorre é que, como não há essa pré-qualificação com alguma solidez, a coisa vai para o menor preço.

Foi a Tecnologia da Informação que possibilitou o advento do robô. E acho que, nisso aí, a lei não deveria entrar, porque tem de haver a qualidade, a qualificação do setor público. O Ministério do Planejamento fez uma instrução normativa explícita quanto à proibição de robôs. O fato é que a tecnologia avança tão rapidamente, que novos mecanismos vão aparecer. Se você quiser cercar tudo isso em lei, você não vai conseguir. Pode exatamente obter o efeito contrário, que é enrijecer. Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é essa questão que estou muito... Nessas duas últimas semanas, em que não pude falar naquela audiência e nesta, eu dormi com a Constituição, dormi com a lei e tentei entender, mas o que me parece, nos processos brasileiros, essa questão do empoderamento do administrador público é uma coisa crítica hoje no Brasil. E o empoderamento não significa deixá-lo de mãos livres – não é isso! –, mas dar a qualificação para ele fazer a especificação do objeto a ser contratado.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Como seria isso na prática no mundo real?

**O SR. EDMUNDO MACHADO DE OLIVEIRA** –

No mundo real, ele tem de ser capaz de especificar como será feita a contratação de alguma coisa abstrata, como é a computação em nuvem. Por exemplo,

a tecnologia muda de forma muito rápida, e, hoje, há uma mudança que se chama *big data*, que é a explosão de dados no mundo. Há a interpretação desses dados. A tecnologia os vê de diversas formas: há os dados quantitativos; depois, vem a interpretação; depois, você vai fazer com que a tecnologia seja preditiva, antecipando-se, e seja depois prescritiva. Tudo isso são ferramentas extremamente complexas, com base em algoritmos etc., que precisam de um novo modelo de contratação. Eu diria que não se deve mudar a natureza, mas, sim, reconhecer a complexidade das coisas.

Acho que boa parte da solução reside em o administrador, hoje, de fato... Vou usar uma frase dita por um executivo da Infraero para um diretor de Tecnologia da Informação de uma grande empresa. Ele falou o seguinte: “Olha, eu posso ficar por quatro anos à frente da Infraero e nada fazer na área de compras etc., e o máximo que me vai acontecer é que vou sair como incompetente frente aos meus pares. Agora, se eu quiser fazer um processo bem-estruturado de contratação, tenho grandes ricos, frente aos órgãos de controle, de sair com minha casa penhorada, com meus bens penhorados e com um processo para o resto da vida”.

Eu, pessoalmente, por participação no Governo aqui, tenho um processo do TCDF que é a coisa mais kafkiana possível, eu e centenas de pessoas.

Então, eu olho para o TCDF e falo assim: “Bom, o dinheiro do contribuinte está servindo para uma coisa completamente inútil dessa natureza?”

Então, acho que há uma marra do lado do administrador público. Não sei se foi uma interpretação que se construiu ao longo do tempo – o Deputado Ponte poderá nos explicar – ou se a criatura que o Congresso Nacional formou para ser o seu órgão assessor, que é o Tribunal de Contas da União, transformou-se em uma coisa maior, até porque, hoje, no Brasil, há a tendência de os tribunais passarem a legislar também.

Então, acho que há esses dois pontos críticos. Senadora, nós vamos fazer um esforço para apresentar esses conceitos que eu disse aqui, de buscar a eficiência etc., etc. Hoje, eu faria uma proposição concreta para se reescrever o *caput* do art. 3º, se é que nós vamos manter essa estrutura. Eu faria uma formulação para não começar o § 1º do art. 3º pela negativa dizendo “você está proibido de fazer isto, isto e isto, mas, em compensação, eu lhe dou 33 exceções e vou ficar de olho nos controles desse negócio”.

Então, acho que há um terreno de reanálise do que está escrito. E nós pretendemos contribuir com isso.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Muito obrigada.

Ouçõ o Deputado Luis Roberto Ponte.

**O SR. LUIS ROBERTO PONTE** – Eu até nem sei como devo abordar tudo isso, porque são tantos os temas! Eu me sinto um pouco como quem viveu preso, como quem viveu por um período na prisão e vai para um ambiente em que se está discutindo como é a vida lá dentro, sendo que nenhum deles tenha estado lá. E ele sabe de todas as peculiaridades, que não são parentes nem de quinto grau do que está lá. Estão pintando uma caricatura. Estou um pouco assim... Quero me oferecer, sem limite de tempo, para, pontualmente, como gosta V. Ex<sup>a</sup>, abordar cada um dos temas que foram aqui apontados com outra visão.

Eu começo, por exemplo, falando sobre o que disse o Edmundo: “Por que, na lei, não se respeitou aquela palavra?”

Desculpe-me a franqueza! Você está magoado por uma coisa que é pertinente, que é a questão do Tribunal de Contas. Você tem absoluta razão nisso aí. Mas botar uma palavra na lei não vai mudar nada! E você sabe por que ela não está lá? Porque a Constituição não tinha isso. Foi a Emenda à Constituição nº 19 que introduziu essa palavra no art. 37. Sabe para quê? Para retirar a Petrobras do processo de licitação, para fazer o que a Petrobras faz. Você pode abrir o Google, que verá lá que isso é de 1998, e a lei é de 1993.

Em segundo lugar, vou responder à pergunta mais importante que você fez.

**O SR. EDMUNDO MACHADO DE OLIVEIRA** – Não quero fazer um debate sobre isso, mas o senhor tem de observar uma coisa: não aparece na referência da Constituição que essa fórmula da Administração Pública – pelo menos a mim isso escapou – tenha sido feita por um comando posterior à PEC nº 19.

**O SR. LUIS ROBERTO PONTE** – Eu estou lhe dizendo, estou lhe informando, não estou fazendo ilação. Se o senhor quer, eu leio aqui o que diz a Emenda à Constituição nº 19. O texto do art. 37, vou lê-lo, para tirar a dúvida aqui. Como era o texto? Nós estamos perdendo tempo com bobagem, mas, em todo caso, diz aqui:

Art. 37. A Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e também ao seguinte: [...]

Isso foi retirado, e foi colocado, em 1998, pela Emenda à Constituição nº 19, o seguinte:

Art. 37. A Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]

Eu sei que isso foi colocado para isto: para retirar do processo de licitação a Petrobras.

Por isso, se nós não entrarmos no detalhe, que é onde mora satanás ou Deus, nós não vamos fazer o caminho mais adequado. E quero me colocar à disposição para isso.

Começo, por exemplo, Senador, por uma coisa que a apaixona – e não havia exceção até aqui –, que é a divisão em capítulos e em trechos. Nada contra a organização que seja mais amigável! Agora, a lei já está dividida. Só vou ler aqui o que é que diz a lei, que começa no capítulo “Das Obras e Serviços”. Depois, há o capítulo “Dos Serviços Técnicos Profissionais e Especializados”. Depois, vem o capítulo “Das Compras” e, depois, o capítulo “Das Alienações”. Pode-se subdividir isso, porque cada uma tem uma característica, mas há uma coisa nuclear, que é o comando constitucional. Tudo tem que ser com licitação pública, com as exceções previstas na lei, que são devidas e que alguns criticam. O Edmundo criticou ali! Ele acha que é ruim, porque dizem que é proibido fazer isso. Edmundo, se eu colocar na Constituição que é proibido matar, eu não estou pressupondo que todo mundo vai matar, não. Eu estou só dizendo que é proibido.

O art. 3º, que está aqui na lei, se não houver isso, é um escárnio. O Conselho diz que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional. E não são palavras que resolvem. Nós temos que ir ao ponto que evite as interpretações subjetivas que corroem a lei.

Vou responder à sua pergunta principal. Por que a lei, que tem 20 anos, não deu certo? A lei não deu certo porque não a cumprem. Estou lhe dizendo isso. Eu nunca disse uma coisa tão verdadeira na minha vida! A lei só não tem eficácia porque não a cumprem. Todas essas protelações, você pensa que é por causa de complicação? Eu participo de dez concorrências por mês. Eu não levo meia hora para preparar uma concorrência. Nem eu e nem ninguém. São três papeizinhos.

E eu acho que pode ainda simplificar. Então, a declaração de uma pessoa nem precisa disso. Você vai à internet. A maioria do que se pede aqui, você acessa a internet, e está lá a negativa. Claro que são perfunctórios, e isso não é nada.

Agora, o Poder Judiciário. Vou lhes dar um exemplo. O Poder Judiciário, que ninguém bate em cima, tinha que julgar os contenciosos em tempo hábil. O aeroporto de Porto Alegre, Senadora, levou três anos, porque, naquela época, o órgão que abriu a licitação tinha a relação de quantitativos e preços. Cada concorrente botava os seus preços. Só os quantitativos.



Quem eles queriam que ganhasse ficou em segundo. Eles olharam, e o primeiro, se tirasse um item daqueles... “Vou tirar esse item. Vou dizer que esse item vai ser feito pela própria Infraero”. Aí inverte a posição. Ela fez isso, a comissão de licitação, e ganhou o segundo. E o primeiro entrou na Justiça.

Precisa mais de meia hora para um tribunal dizer que está errado? Levou três anos! E a lei é que é culpada. O Governador Britto me olhava assim... Não é a lei. Vamos cobrar do Judiciário rapidez para os julgamentos.

Por isso que, em relação à inversão de fase – estou falando um pouco desconstituidamente –, a sua preocupação é mais do que pertinente. É preciso uma reflexão muito grande. A economia que dá de tempo é nada.

Senadora, o DNIT hoje é que está mais usando agilidade máxima, a RDC, inclusive com a contratação integrada, que é o maior satanás que vi na minha vida. Estou lhes dizendo isso aqui com toda a sinceridade. Está aqui o mapa do DNIT de ontem. Tudo isso era para fazer agilidade, não era? Meu Deus do céu, eu não quero tomar tempo, mas estou aqui com o mapa que diz a quantidade de licitação! Não há uma andando. De cento e quarenta e tantas licitações, há 40 contratadas, e não estão andando. Sabem por quê? Porque a contratação integrada tem um dispositivo que diz que não se pode iniciar a obra sem haver o projeto de engenharia definitivo, executivo. Então, você ganha 30 dias para fazer a proposta. Veja bem, Senadora! Trinta dias para fazer o custo de um Maracanã novo, sem ter nada de sondagem. Trinta dias. Aí depois eu tenho que fazer o projeto. Eu só posso começar a obra depois do projeto. O projeto tem que ser feito seja depois ou antes! Não é muito mais lógico se fazer o projeto antes, para o Governo saber o que quer, para poder a gente saber o preço de verdade, para saber até se o preço está alto? Como é que eu vou saber se o preço da obra está alto se eu não tenho o projeto nem o orçamento? Tem como, Senadora? Como é que vou impedir que as grandes empresas do mundo se reúnam? Não vou impedir nunca! Agora, se eu tenho um preço controlado, se eu sei qual é o valor, pode-se reunir. Não se reúnem os arroteiros para não haver um preço estúpido, que acaba terminando com o setor lá pra frente?

Aqui foi pintado, pelo Ricardo, como um demônio! “Tem que se evitar que se reúnam!” Não se pode divulgar a concorrência para não facilitar para eles conversarem. Vejam a que ponto chegamos! Não se deve publicizar a licitação para evitar que os construtores saibam e que se reúnam para isso. Meu Deus do céu!

Eu quero tentar entrar aqui no caminho. Não quero fazer polêmica, mas quero dizer o seguinte: tribunal de arbitragem? Acho uma boa coisa.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Deputado, eu só gostaria de aproveitar esse item para dizer que concordo em gênero, número e grau. Como você nunca ouviu “robotização”, eu também nunca tinha ouvido também não se pode publicar licitação para as pessoas não se encontrarem. Isso é o fim do mundo!

Só pode falar, gente, depois de pedir a palavra. Por favor!

**O SR. LUIS ROBERTO PONTE** – Agora, isso de que a lei é uma coisa só para tudo, a senhora usou esta expressão, Senadora, “do clipe ao avião”. Para o clipe é dispensada a licitação. E o avião pode usar técnica e preço. Tudo o que foi dito aqui pelo Banco Mundial está dentro da lei. Os projetos são julgados por técnica e preço, e não está estabelecido se é 80 e 20 ou 70 e 30. Acho até que a lei poderia definir isso aí.

Mas é assim que é. Está na lei, Senadora. As pessoas não se dão conta. Todos os mecanismos foram colocados. O preço mínimo não é o preço mínimo. É o preço mínimo exequível.

Agora, eu lhe pergunto: se eu tenho um objeto definido? Acho que há consenso que é bom que o objeto esteja bem-definido. Ou não? É bom ou não é? Para tudo, não há um malefício ter um objeto definido, o orçamento correto. Seleciono corretamente quem pode participar. Por que não vou dar para o menor preço? Como é que vou me justificar perante a sociedade? O cara provou que tem capacidade. Primeiro que eu contrario a Constituição. Vou botar um contencioso judicial imenso?!

Agora, quando a senhora fala da preocupação com a inversão de fase, é a minha mesmo. E a senhora foi a fundo. Hoje, no Brasil, quando todo mudo é julgado pelos Tribunais de Contas, há gente para fiscalizar adoidado, para fazer poucos. Isso é uma tragédia! Então, a senhora imagina. Primeira fase: abrir as propostas. Há um preço aqui que está 20% abaixo do outro. O camarada não vale nada. Vai na classificação. Ou há 10%, ou há 5%. O administrador público se anima a cancelar a coisa? Vai vir acusação em cima dele, que fez isso, que estava mancomunado com o segundo, etc. Ao passo que não. Primeiro que não leva tempo para julgar. Essa questão da protelação é tudo dito, como diziam para a senhora que clipe é a mesma coisa que avião. Diziam isso! Todo mundo diz isso, porque querem um derivativo para mudar a lei, para botar veneno. Eu leio aqui o que introduziram de veneno depois. Graças a Deus, são coisas que não chegam a prejudicar imensamente!

Então, sobre esses detalhes, Senadora, é que eu queria colocar-me à sua disposição.

A qualidade da obra, que tanto falam, era uma preocupação do seu colega, o Vice-Relator. A qualidade é obrigada a ser igual – estou falando em obra agora. Se for bem a comprar, você olhe bem lá. Estou comprando cimento? Olho a saca de cimento. São iguais.

A obra, Senadora, tem especificação. O fiscal só paga um metro quadrado da obra depois de feita, conferida, se está com a qualidade correta e se pode ser pago. Se ele pagar sem isso, ele está sujeito a penalizações enormes.

O Governo não perde nada se uma obra paralisar. Vou lhe dizer isso também. “A obra vai paralisar, que tragédia, tem que fazer um seguro-garantia!” Seguro-garantia, *performance bond*, ótimo, mas quem vai pagar isso? Quanto a senhora pensa que vai custar isso? Faça a lei direitinho e veja se há alguém que não conclui as obras! Tire os preços inexecutáveis, determine uma capacidade de análise correta disso aí. Veja se alguém vai parar a obra, fazendo uma seleção! Agora, todo mundo vai ter que fazer seguro-garantia? Paga à Nação! Eu não faço seguro dos meus veículos na minha empresa, porque sai mais barato sem o seguro do que eu ser obrigado. É evidente! Se eu estou acima da média de risco, por que vou segurar os meus carros na empresa, se posso bancar?

Mas essas são discussões que vão surgindo. Agora, acho que o *performance bond* é importante ser analisado. Nesse conceito de preço inexecutável, se não chegarem a um preço inquestionável, mas, sim, a uma faixa, que se ponha o seguinte: a proposta que estiver abaixo desse preço tem que dar um seguro do tamanho da obra. Pronto. Isso vai anulando os aventureiros que entram pensando em composição. E sobre leilão, para obra de entrega futura, a senhora não sabe por que está no seu escritório, no computador na sua frente, participando de um leilão de construção de uma obra que vai ser feita anos adiante.

Entraram uns lances mais baixos e você, precisando da obra naquele momento. E vamos admitir que o dono dessa empresa tenha um sanguezinho de jogador. Aí ele vem, e baixa e baixa e baixa. Isso é uma loucura, uma jogatina! O camarada, quando faz a proposta dele, é uma proposta pensada. Isso não é uma brincadeira. O cara tem que ter meditado. Dá um lance, baixa mais; depois de ganhar, eu chamo os outros para baixar, para um cara que está pedalando com dificuldade de se manter, porque não tem obra! Saia da frente e vai ficar assim de obras paralisadas!

Agora, é verdade que paralisar obra, eu quero dizer isto: olhem os arts. 79 e 80! Não há Poder Judiciário que impeça. O Poder Executivo tira o concorrente de lá

por decisão administrativa! Está escrito na lei. Não há tribunal que diga isso. O tribunal pode dizer: “Você foi injustiçado e você vai receber uma indenização.” Isso é outro departamento.

Vale à pena tomar conhecimento deste art. 80, porque os administradores públicos não tiram as empresas ruins, não aplica penalização, não aplica no seguro-garantia. O senhor não disse isso? Acaba não aplicando. Por quê?

Maus construtores, maus empreiteiros, saiam da frente! E que fiquem dois impossibilitados de concorrer. Isso é tirar com a mão. É porque as pessoas não entram no detalhe. Olhem aqui o que está dizendo:

*Da inexecução dos Contratos. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.*

Constituem motivo para rescisão do contrato – olhem só, motivos para rescisão!

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. LUÍS ROBERTO PONTE** – Não, não. Motivos para rescisão do contrato. Estou falando da primeira fase, da rescisão do contrato, ou seja, libertou o órgão público, ele não gastou nada que não tenha sido feito, o fiscal não pode ter pagado um metro quadrado a mais, a obra vai continuar; saiu aquele, entrou outro.

Constituem motivo para rescisão do contrato:

I – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

E por aí vai. E quando chega ao art. 80, olha o que diz:

Art. 80. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:

I – assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

Pronto! Acabou! Mas punam quem não cumprir. Punam quem tiver preço alto. Melhor ainda: impeçam que um possa dar alto, botando o seu teto de limite de preço. Essa é maneira eficaz! Não precisa Cade. Porque o que o Cade pode fazer é rebolar... Botar um milhão de pessoas e não vai impedir que as pessoas conversem, nem sendo o Obama, com esse instrumento que atinge a Dilma, vai impedir que as pessoas conversem.

Como não se deve impedir que os agricultores conversem para saber qual o preço que não pode baixar.

Perdoem-me! Deixe-me dizer três coisinhas mais. O problema das pequenas prefeituras não é a Lei de Licitação, é o projeto. Não há quem faça projeto! Não há assistência, que é básico.

Minha querida Senadora, não se levam duas horas para preparar uma documentação de uma concorrência: é o CNPJ, ou pode-se admitir uma empresa que não tenha CNPJ? Prova de quitação fiscal, pode-se admitir? Aí o único complicador como quitação fiscal é a qualificação técnica! Porque a econômico-financeira está bem disposto, é 10% do valor da obra que tem que ter de patrimônio, o que já contempla as obras maiores. Mas há um detalhe: aqueles índices de que falei, corrija aquilo, Senadora. É um textozinho de nada. Limite! Como vai haver índice de liquidez 4?! Só para tirar as empresas!

Então, pequenas prefeituras... E aqui foi oferecido... Aqui temos a Confederação, o Ziulkoski é uma pessoa fantástica, que tem dado assistência. E as federações dos Municípios. Hoje, eles prestam assistência. Os próprios Tribunais de Conta, alguns são conscientes, ensinam às prefeituras. Agora, o projeto, sim! Não existem engenheiros, como não existem médicos, às vezes. Nada de querer trazer engenheiro de Cuba!

Mas eu digo o seguinte: no fim, o projeto executivo, os lances eu senti, se eu interpretei mal, ali do Banco Mundial, um pouco de preocupação com esses lances. Tomara que seja isso! Nem quero ouvir agora, porque pode não ser, e eu vou sair triste.

A pré-qualificação eu acho que é uma coisa boa, mas temos que atentar porque quem tem uma febre, quem entra em *sursis* quando os empresários se reúnem realmente tem que pensar nisso, não é? Na fase de pré-qualificação, já se sabe quem pode entrar. Como eu não tenho nenhum problema com isso aí... E não é porque sou empreiteiro não, não tenho não por causa disso não, mas por razão que podemos aprofundar depois.

Com relação ao Tribunal de Contas, eu quero lhe dar toda razão. Se eu lhe disser o que o Tribunal de Contas está fazendo! Manda parar obra, Senadora, que fica dois, três anos parada. Terminam os dois, três anos, a obra recomeça, sem ter mudado nada. E a lei não é culpada disso. Felizmente, eles estão admitindo uma porção de técnicos. Eu vou lhe falar de casos de agora. Eles também estão mudando agora de ponto de vista.

Imagine a senhora um contrato assinado. A Constituição é textual: ato jurídico perfeito tem que ser respeitado. Não há lei que mude ato jurídico perfeito. É direito adquirido. Pois bem. O contrato em andamento,

chega o Tribunal de Contas e diz: “Este preço está acima do preço de um tal de ciclo”. Foi calculado no gabinete por quem não sabe o que é a realidade do campo. É a mesma coisa de eu dar palpite nas plantações da senhora. Faz com a melhor das intenções. “Este preço está acima do ciclo. Você tem que baixar o preço.” O contrato em andamento. Aí eu chego e digo: “Escute, e os preços que estão abaixo do ciclo? Você deixa que subam?” “Não! Só os que estão acima que baixam.” Eles acham que fazem isso assim, com orgulho, com orgulho, achando que estão certos. Totalmente ilegal, inconstitucional, etc., etc.

Isso está mudando. O Tribunal está se apetrechando. Já há técnicos que começam... Ainda teoricamente, não é? E nunca vão conhecer na prática, no amassar o barro, em ficar 30 dias com as máquinas e o pessoal parados porque choveu e a umidade está alta. Não vão saber nunca quanto custa isso. Não vão saber nunca. E propõem à Câmara dos Deputados: “Olha, fizemos uma inspeção e o preço está alto. A nossa recomendação é que não haja verba para o ano que vem”. Eles não mandam parar a obra. Eles recomendam dizer que não há verba. Aí a Câmara dos Deputados aprova, para que não haja verba. Não há verba, acabou.

Quanto à verba, só para não me esquecer, a senhora perguntou como é que se faz, eficazmente, para que os governos respeitem o Estado de direito, isto é, paguem conforme está na lei. A lei determina 30 dias não é da data de apresentação da fatura, é da data do adimplemento da prestação. Porque senão – é por isso que nós colocamos –, sabem o que acontece? Termina a medição no fim do mês e o órgão não mede. Sem medição, eu não posso emitir fatura. Não mede. Um mês, dois meses, três meses... “Ah, não, porque tal, você tem que fazer isso...” E aí, começa a contar da data em que ele mede? Não, da data... Isso está bem claro na lei, incontestável.

Agora, a lei até mandou dizer que tem de haver penalizações. Só não disse de quanto é. A minha sugestão: a multa máxima permitida, que é de 2% no Brasil, e juros. Juros e multa. Sabe por que isso acaba com o problema? Porque ele vai ter que prestar contas para o Tribunal de Contas e para a sociedade da multa que está pagando. O administrador vai ter que prestar contas. Nem é pelo valor envolvido. E isso certamente vai inibi-lo.

Agora, temos que deixar claro que a preocupação, com o devido respeito, é melhorar a clareza dos dispositivos. Porque eles começaram a dar interpretações forçadas, quase todas forçadas, o que leva o Poder Judiciário a judicializar a licitação. Não é a lei que judicializa a licitação, é o descumprimento dela,



Senadora. Permita-me mostrar isso e trazer exemplos em algum momento.

Por fim – eu me alonguei mais do que devia –, inversão de fase, eu já mencionei, e qualidade da obra, é o fiscal cumprir o seu dever e só medir o que está bom, o que está bem-feito, o que está certo e o que foi feito.

Muito obrigado.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PSD – TO) – Muito obrigada, Deputado.

Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a todos. Esta é a última audiência pública e, claro, eu gostaria de poder contar com todos na hora de escrever o texto, de tirar algumas dúvidas. Se vocês puderem colaborar, assim como todos os outros, nós agradeceríamos muito.

Outro ponto – depois, quem quiser e achar que deve se manifestar mande por escrito, já que ninguém aqui teve oportunidade de comentar – é a respeito das disputas entre médias e grandes empresas com os benefícios que têm as micro e pequenas empresas. É unanimidade em relação à desigualdade na disputa, de acordo com os impostos que as pequenas empresas ganharam. Eu gostaria que me enviassem algum material, se possível, alguma ideia a respeito do assunto.

Esta Comissão tem como prazo final o dia 10 de outubro. Portanto, eu pretendo agora uniformizar todas as audiências públicas, estabelecer pontos em comum, discutir com os colegas, que são apenas seis Senadores, para que possamos unir as nossas ideias e trazer para a Comissão um texto bem harmonizado para plenário. Somos um de cada partido, e cada um vai se encarregar de discutir o texto com seus colegas.

Eu estou bastante otimista com relação ao resultado desta Comissão, sem tirar todos os méritos da lei, outras que foram criadas à parte, como o RDC, para tentar fazer correções, e vamos analisar todas as sugestões e aproveitar o máximo possível da participação de todos.

Mais uma vez, muitíssimo obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu quero muito agradecer as contribuições do Sr. Carlos Lago Bouza, do Banco Interamericano de Desenvolvimento; do Sr. Frederico Rabello, do Banco Mundial; do Sr. Gileno Gurjão Barreto, da Price Waterhouse Coopers; do nosso querido Deputado Federal Luis Roberto Ponte, que, com toda sua experiência na área e também por ter sido autor do primeiro projeto, o Projeto de Lei nº 1.491, que deu origem à Lei nº 8.666, deu uma contribuição histórica especial; da Srª Juliana dos Santos Loiola, que aqui representou a Confederação Nacional dos Municípios; do Sr. Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário Mu-

nicipal da Fazenda de Salvador; do Sr. Ricardo Leite Ribeiro, Chefe de Gabinete da Presidência do Cade; do Sr. Edmundo Oliveira, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom).

Cumprimento a Senadora Kátia Abreu, que, como responsável pelo relatório desta Comissão, tem se empenhado com uma disciplina e energia de trabalho que merecem os cumprimentos de todos nós Senadores desta Comissão e de todos os senhores e senhoras que têm colaborado muito. Como podem observar, ela foi extremamente atenta às exposições de cada um e formulou perguntas que me deixaram satisfeito, assim como os demais Senadores.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 3ª, 4ª e 5ª Reuniões da Comissão.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

*(Iniciada às 18 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 52 minutos.)*

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

**“COMISSÃO ESPECIAL PARA ATUALIZAR E MODERNIZAR A LEI Nº 8.666. DE 21 DE JUNHO, DE 1993, QUE “REGULAMENTA O ART. 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**ATA DA 7ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião, realizada em 05 de dezembro de 2013, às nove e cinquenta e cinco, na Sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB/PB)** e com a presença dos Senhores Senadores **Waldemir Moka (PMDB/MS)**, **Eduardo Suplicy (PT/SP)**, **Francisco Dornelles (PP/RJ)**, e **Kátia Abreu (PSD/TO)**. Deixaram de comparecer, os Senhores Senadores **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)**, **Wilder Moraes (DEM/GO)**, e **Armando Monteiro (PTB/PE)**. Na oportunidade, foi apresentada a minuta do Relatório Final de autoria da Senadora Kátia Abreu, relatora da Comissão. Após a apresentação, foi dada vista coletiva no prazo de 5 (cinco) dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Especial, criada por Ato da Mesa nº 19, em 03 de junho de 2013, com a finalidade de atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Conforme convocação, esta reunião destina-se à apresentação do relatório final, elaborado pela Srª Relatora Senadora Kátia Abreu.

Antes de passar a palavra à Senadora Kátia Abreu, solicitando de V. Ex<sup>as</sup> a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 6ª Reunião. *(Pausa.)*

Ata aprovada.

Com a palavra S. Ex<sup>a</sup> a Senadora Kátia Abreu.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a todos os colegas Senadores.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade de, nesta Subcomissão, eu ser a Relatora e o Senador Waldemir Moka o Relator revisor.

Na verdade, com a concordância do Presidente da CCJ, o Senador Vital do Rêgo, para que desmembrássemos esta Subcomissão da CCJ foi da maior importância e grandeza, porque, com todas as ocupações daquela Comissão, permitiu que, aqui, estivéssemos tratando de matéria tão importante.

Quero agradecer ao Senador Renan Calheiros que, a nosso pedido, instalou esta Subcomissão, fazendo com que ela se viabilizasse.

Também quero agradecer a todas as assessorias dos Senadores, as do meu gabinete e as do Relator revisor pela assessoria especial junto a essa matéria.

O projeto será distribuído a cada um, oportunidade em que pretendo ler a justificativa dos principais pontos, já que ouvimos inúmeras associações, federações e sindicatos de todas as categorias. Fizemos questão absoluta de que todas as empresas ou empresários que procuraram o nosso gabinete fora da audiência pública que a associação e o representante viessem junto com aquele empresário, sempre formalizando as solicitações em papel oficiado da entidade representante. Portanto, não deixamos de ouvir ninguém. Ainda hoje terei duas audiências de dois grupos que ainda querem falar comigo: Sinduscon, do Estado de Goiás e também do Parque Gráfico, e eu os atenderei com o maior prazer.

Ontem recebi também colaboração de dois gabinetes de Senadores, portanto, está praticamente quase tudo contemplado nessas mudanças.

O interessante é que nós, a partir desta Subcomissão, teremos a oportunidade de, em outras comissões, fazer emendas, além de contribuímos, até que a matéria chegue ao Plenário do Senado.

Por se tratar de matéria complexa, pode gerar muitas dúvidas, pois sempre há os prós e os contras, e não deixa de haver o corporativismo de alguns setores, que estão trabalhando legitimamente a favor do seu setor, mas, nós Senadores, temos que ver o Brasil como um todo e no que vai melhorar a situação geral do País e não apenas na melhora de determinado segmentos.

Na medida possível, nós tentamos contemplar quase que 100% das solicitações, mesmo porque não foi difícil, já que há muitas, muitas coincidentes; foi fácil poder contemplar quase todos os segmentos.

Então, vou começar a ler este texto, que não é curto, é um texto longo, mas é necessário dar e registrar as explicações.

Vamos lá.

A publicação da Lei nº 8.666, de 1993 – onde houver apenas citações, eu serei rápida –, representou um claro divisor de águas para os processos de aquisições efetuados pelo Estado brasileiro e nos contratos deste com o setor privado, antes redigidos pelo Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986.

Tem cópias para todos.

O contexto para sua propositura foi dado pela avaliação de que os dispositivos do decreto-lei facilitavam sistematicamente o cometimento de fraudes, mas, além disso, era a própria Constituição de 1988, em seu art. 37, que exigia novo regramento da sistemática de aquisições públicas.

As tratativas para confecção de nova lei tiveram duração de quase dois anos e quando de sua publicação, em 1993, já havia passado mais de cinco anos de promulgação da Carta Magna.

A vigência da lei nos últimos 20 anos significou avanços que, embora emblemáticos pela ruptura com o passado que representam, não permitiram a adequada equalização entre as necessidades da administração e as complexidades do mercado.

O seu conteúdo tem-se mostrado com frequência pouco prático ou mesmo inexecutável. Por um lado, cria insegurança para os administradores públicos, responsáveis pelos procedimentos a que se refere – independentemente da capacidade a eles oferecida –, e, de outro modo, deixa margens excessivas para as práticas desleais de quem vende para administração.

Sr. Presidente, em determinados pontos, eu vou citar o artigo e o inciso, caso o Senador queira anotar ao lado do que se trata e quiser tirar dúvida depois.

Mas as reformas não se limitaram ao arcabouço infralegal. Ainda que nenhuma macrorreforma tenha sido realizada, é marcante que, desde 1993, ano da publicação da Lei nº 8.666, a legislação voltada para compras públicas no Brasil tenha sofrido inovações por meio de 80 normas, das quais 61 medidas provisórias, média de três por ano, e 19 leis, média de uma por ano.

Trabalho realizado pela Consultoria do Senado aponta que o conjunto de reformas já executado sobre o tema optou ora por mudanças pontuais, ora pela edição de legislação inovadora.

Entre estas, são dignas de registro a Lei nº 10.520, de 2000, que instituiu o pregão; a Lei Complementar nº 123, de 2006, que conferiu tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte; a Lei nº 12.232, de 2010, que trata de licitação e contratação de serviços de publicidade, específica para ela; a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado (RDC), e as que dela decorreram com o fim de expandir seu alcance [vários decretos que vieram depois do RDC]; e a Lei nº 12.598, de 2012, que estabeleceu normas especiais para compras e contratações de produtos e de sistemas de defesa.

Entre as mudanças pontuais, limitada a análise às que foram promovidas mais recentemente, sobressaem em número as que ampliaram as possibilidades de dispensa de licitação. Desde 2007, foram acrescentadas ao rol de dispensas previstas no art. 24 da Lei nº 8.666 objetos tão distintos quanto bens e serviços das Forças Armadas em operações de paz, a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, as aquisições com transferências de tecnologia para o SUS e a implementação de cisternas. Inicialmente em número de 15, hoje as dispensas de licitação somam 33, como bem relaciona o estudo acima citado.

Ainda na esteira das mudanças promovidas no próprio texto da Lei nº 8.666, de 1993, não se pode deixar de mencionar a realizada pela Lei nº 12.349, de 2010, que instituiu margens de preferências para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras.

Em primeira análise, tal mudança foi significativa porque reorientou o princípio, antes consagrado na lei, de vedação a cláusulas ou condições que pudessem comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo de certames, por indicação de preferências ou distinções quaisquer. Esta mudança é importante para um grupo de fornecedores nacionais, mas não

pode representar redução da competitividade para quem compra. Ainda deverão ser avaliados os resultados das medidas impostas pela Lei nº 12.349 sobre a economia brasileira.

O interesse que a matéria das compras públicas desperta é ainda traduzido pelos mais de 500 projetos em tramitação a seu respeito no Congresso Nacional.

Não obstante a falta de competência regimental para exame deliberativo de projetos em tramitação, foram remetidas para análise dessa relatoria as seguintes proposições: PLC nº 32, de autoria da Presidente da República, e que contou, em sua última movimentação no Senado Federal, com a relatoria do Senador Eduardo Suplicy; PLS nº 262, de 2012, Relator Roberto Requião; PLS nº 450, Relator Paulo Paim; PLS nº 56, do Senador Pedro Taques. Esses projetos, ressalte-se, deverão retomar o seguimento original de suas tramitações, considerando não haver, como já realçado, competência por parte da Comissão Especial, instituída pelo Ato do Presidente nº 19, para sobre eles formalmente deliberar.

Então, vai seguir o nosso projeto e os demais aqui lidos.

Em relação ao anteprojeto ora oferecido, é importante salientar que o seu exame forçou considerações que ultrapassaram os limites da Lei nº 8.666.

Nesse sentido, o projeto pretende substituir não apenas a Lei nº 8.666, mas também a Lei nº 12.520, que institui o pregão, e a Lei nº 12.462, que institui o RDC.

Então, as três leis foram condensadas neste anteprojeto. As demais seguem normalmente.

Pelas suas características muito específicas, não pretendeu, entretanto, adentrar no mérito das questões atinentes às Concessões, moldadas pela Lei nº 8.987, de 1995, às Parcerias Público-Privadas, ditada pela Lei nº 11.079 [então, essas duas ficaram de fora – as Leis das Concessões e as de PPPs], e nem mesmo as leis de licitações de publicidade e de produtos de defesa [também não incorporamos neste anteprojeto. Apenas a 8.666, pregão e RDC.]

Reconhecidos os êxitos da legislação vigente, não faria sentido a simples substituição de suas cláusulas por regramento inteiramente novo.

Por isso, em grande medida, o anteprojeto pode ser entendido como uma proposta de compilação dos diplomas legais citados, acrescida de inovações.

Na busca e identificação dessas inovações, realizou-se um esforço na direção de propor o fim de formalismos em excesso, de conferir maior celeridade aos procedimentos, de conciliar com maior ênfase



o respeito e a obediência aos contratos e de permitir maior qualidade nas compras.

O anteprojeto está apresentado em 14 capítulos, o que revela a amplitude do tema. Mas a preocupação com a simplificação dos procedimentos levou à disposição desses capítulos e das seções em ordem mais lógica e de fácil e de fácil identificação.

Assim, o Capítulo I trata das disposições gerais, entendidas como o que a lei abrange, os objetivos que regula (alienação, compras, serviços, obras, concessões e permissões, [só que essas concessões aqui não são daquela Lei de que eu falei anteriormente, a nº 8.987; são apenas aquelas concessões de prédio público, de espaço público a ser cedido a alguma empresa, coisas mais simples que estão em outra lei, não as outras concessões], não regidas pelo art. 175 da Constituição Federal), [porque lá, sim está o regulamento sobre as concessões gerais], os agentes públicos, os licitantes e os princípios e conceitos. [É o que está no Capítulo I].

No que se refere aos objetos regulados, optou-se por um detalhamento mais especificado do que o disposto pela Lei nº 8.666, de 1993, dadas as particularidades setoriais. Por isso, convém antecipar que há capítulo próprio para as especificidades relativas às compras em geral, às obras e serviços de engenharia, aos serviços em geral, aos serviços técnicos especializados, aos serviços de tecnologia da informação.

Na primeira seção, relativa às pessoas e órgãos abrangidos, ainda no primeiro capítulo, também houve maior especificação do que na lei vigente. São realçadas, por exemplo, a subordinação à lei das empresas públicas e sociedades de economia mista não abrangidas pelo art. 173, § 1º, III, da Constituição Federal.

Isso se resume em: empresas que estão em regime de competição não são obrigadas a estarem submetidas à lei de licitações, como a Petrobras. Mas as empresas públicas que não estão no regime de competição são obrigadas a participarem de lei de licitações, como a Embrapa e a Eletronorte. Isso não estava muito claro na lei. Havia uma confusão de terminologia.

Retomando a leitura.

Por outro lado, fica facultado a Organizações Sociais e Interesse Públicos (Ósseas) e Organizações Sociais (OS), que recebem recursos públicos, a adoção de regulamentos próprios, desde que obedecidos os princípios da lei.

Então, não dá mais para as Oscips ficarem dispensadas de licitação e não estarem submetidas a um regimento do princípio da lei.

O mesmo ocorre com as contratações que envolvam recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro de que o Brasil seja parte. [O Banco Mundial, por exemplo, tem as suas regras próprias de licitação, e quem não se enquadrar fica sem o dinheiro.] Nestes casos, está delimitado que condições peculiares de contratação serão aceitas desde que declarada à incompatibilidade pela autoridade superior da administração do financiamento e feita à aceitação pela autoridade brasileira. [Então, o de lá tem que dizer que precisa; e o de cá tem que dizer que aceita.]

Adicionalmente, na documentação que é encaminhada ao Senado Federal para autorização do referido financiamento, será exigida menção às condições de licitação a serem adotadas [coisa que hoje não acontece. Então, vem para cá sem nós sabermos de que forma está sendo licitado esse recurso.]

Na proposta, ficam ampliados os princípios a serem seguidos, com especial menção à celeridade, eficiência, economicidade e razoabilidade.

Porque até agora o princípio fundamental que tem regido as fiscalizações e, portanto, dirigido às licitações é o menor preço. O gestor, por temor dos órgãos de controle, tem levado tudo para o menor preço, trazendo prejuízos ao Erário de serviços de preços, porque a durabilidade é curta.

Também são enumerados objetivos da licitação, à semelhança do que prevê a Lei nº 12.462, que instituiu o RDC. O elenco de objetivos que deverá necessariamente nortear as novas licitações é o seguinte:

a) assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e o tratamento isonômico entre os licitantes.

Por exemplo, eu posso ter duas empresas com o mesmo valor, mas posso valorar e escolher uma empresa que me dá uma qualidade de liga de ferro com a durabilidade maior do que a ofertada pela outra empresa. Assim como carros, caminhões principalmente. Às vezes, o gestor é obrigado a comprar uma determinada marca que não vou aqui citar, mas sabedor de que aquela dura menos do que a outra que custa um pouco mais caro. Ele é obrigado a comprar o caminhão mais barato, porque ele teme os órgãos de controle. Assim como lâmpada. Existe hoje uma infinidade de ISOs que determinam por marcas, empresas e indústrias a durabilidade de lâmpadas. Então, eu estou indo do maior para o menor exemplo, e isso não está sendo observado. Uma lâmpada que dura um mês e, outra que dura seis meses. Compra-se a que dura um mês,

porque é a mais barata. Então, está claro que isso pode ser levado e deve ser levado em conta: o ciclo de vida do produto;

b) ampliar a eficiência nas contratações públicas e assegurar a justa competição entre os licitantes;

c) promover a troca de experiências e tecnologias em busca da menor relação entre custo e benefício com o setor público.

Isso ficou muito claro com as empresas e também com o Tribunal de Contas esse novo conceito de que a inovação tem que ser valorizada. Hoje nós assistimos determinadas fiscalizações que porque um empresário usou um material diferente ou uma forma diferente, porque aplicou uma inovação que a outra empresa não tinha, ele ser penalizado pela devolução de recurso porque conseguiu fazer mais barato. Agora, se ele conseguir e fizer mais caro, ninguém quer pagar esse empresário. Então, ele é punido por usar inovação. E nós temos uma infinidade de exemplos para caracterizar;

d) incentivar a inovação tecnológica e a promoção do desenvolvimento sustentável no território nacional.

Para efeito de clareza do que se pretende, resalte-se, por exemplo, a menção ao “ciclo de vida de objeto”. Tantos são os problemas enfrentados atualmente por gestores quando da análise do que vem a ser a melhor escolha para a Administração – e muito frequentemente a Administração adquire produtos que se mostram de baixa qualidade no curso do tempo, em razão do preço pago, que se fez necessário inserir a perspectiva da durabilidade na valoração da “vantajosidade”. A adoção dessa prática permitirá que os processos licitatórios sejam avaliados não só pela sua economicidade e isonomia, mas também pelo princípio da eficiência.

Então, o Tribunal de Contas sempre avaliava pela economicidade e isonomia. Assim nós incluímos, a pedido do Tribunal, também na lei, o princípio da eficiência que está na Constituição, os três princípios, mas só eram vistos dois.

O art. 5º deste Capítulo oferece as definições terminológicas usadas pelo anteprojeto, em sua maior parte reprodução de diplomas legais existentes. Não caberia a reinvenção de conceitos já consagrados e amplamente utilizados, sob o claro risco de confusão na interpretação da futura lei. [Então, nós copiamos praticamente todos os conceitos já usados, com uma exceção.] Há, contudo, uma exceção importante: a substituição do termo “projeto básico” pelo termo “projeto completo”. [Mas na definição nada mudou. É uma ques-

tão apenas de semântica. Alguns se utilizam da questão “projeto básico”, para fazer uma coisa superficial.]

O entendimento mais comum que se tem da palavra “básico” não corresponde ao que está legalmente definido. No limite – e curiosamente – essa desconexão é com frequência apontada como a razão pelas quais licitantes entregam à Administração projetos com características inferiores ao exigível.

Então, na verdade, esse projeto, esse nome vai ser importante para definir completamente que o projeto básico não significa ser superficial, mas completo, de acordo com o conteúdo da lei anterior.

Nas sessões relativas aos agentes públicos, merecem comentários dois dispositivos. O primeiro diz respeito à atuação do órgão de controle, que, agora, deverão buscar relacionamento mais cooperativo com os gestores – isso não é só conversa; arts. 11 e 12 colocam, com precisão, o que significa esse relacionamento mais cooperativo, tratado em detalhes com o Tribunal de Contas, em sucessivas reuniões, com mais de seis, oito técnicos dentro do gabinete e eu própria, no TCU, acertando essas terminologias, mas que o Tribunal precisa dar uma sinalização para aqueles gestores de boa-fé, que são a maioria. Então, nos arts. 11 e 12, quem quiser anotar ao lado, está escrito, está definido o que é esse relacionamento cooperativo.

Quanto aos licitantes, menção deve ser feita à proibição para participar de licitação à pessoa física ou jurídica suspensa para a contratação com a Administração ou que esteja declarada inidônea. Tal medida visa a impedir prática corrente de particulares, sob a fachada de nova constituição jurídica, de contornar penalidades impostas pela Administração Pública. Foi o que fez a Delta, mudou o nome da empresa, fez outra empresa e entrou nas licitações. Então, nós estamos desconstituindo a pessoa jurídica e que aquela pessoa que praticou, que foi inidôneo num contrato, ela vai ter a penalidade, mesmo se ela montar a outra empresa. Não é impedido de montar empresa, só é impedido de participar, de fugir da penalidade.

O Capítulo II – isso está no art. 9º, como é que vai ser essa mudança e essa situação – trata especificamente das licitações, no que toca aos procedimentos, às modalidades e aos seus tipos. Para além do esforço do planejamento como aspecto central da licitação e da preocupação de se afastar o apego às formalidades – na Lei nº 8.666, há referências à necessidade de rubricas, por exemplo, em folha a folha – é neste capítulo que consta a ordem das fases da licitação, em que a habilitação, ao contrário do previsto

na atual lei geral, sucede as fases de apresentação de propostas e julgamento.

É a tal inversão de fases, que foi pedida por 100% das entidades empresariais do País, e o próprio Tribunal de Contas acha muito interessante, porque dá economia de tempo e evita algumas coisas que eu vou ler aqui.

A chamada inversão de fases, com o julgamento das propostas antes da fase de habilitação, apresenta algumas importantes vantagens. Em primeiro lugar, gera economia, sobretudo de tempo, porque é examinada a habilitação apenas do vencedor, o que evita o custoso recurso sobre formalidades da habilitação com clara motivação procrastinatória.

Em segundo, porque a sistemática da inversão dificulta a ação dos cartéis, seja porque impede a ação conjunta de grupos de licitantes sobre concorrente não participante do conluio [então, o que é que eles fazem? Àquela empresa que não está participando de algum tipo de conluio, eles entram com uma guerra em cima dela para desclassificá-la, por conta de documentação, e sendo uma empresa que pode ter uma ótima proposta], seja porque, na abertura das propostas, o preço artificialmente produzido pelo cartel pode ser revelado ante a apresentação de propostas de outros concorrentes.

Avalia-se que a previsão de sigilo – já é outro tema – de preços, objeto do art. 23 [que hoje é prática no atual RDC], possa ter efeitos igualmente impactantes.

Quero deixar claro que esse sigilo de preço não é obrigatório para todas as licitações. É uma opção, como no RDC tem essa opção do preço escondido, que a gente fala, o sigilo, e têm situações em que o preço não é sigilo. Então, são opções, agora, colocadas como legais, para todas as circunstâncias. Antes, era só para o RDC.

Não parece haver dúvida de que é o mercado o principal agente formador de preço. Por isso, contar com a Administração para a sua definição é lidar com um grande risco. O exercício de consulta do Poder Público ao mercado para aferir preços é tarefa penosa e ineficiente. E, claro, ao revelar os preços que admite como razoáveis para as suas aquisições, a Administração pode, em verdade, estar inflacionando tais preços e nivelando-os acima do que fornecedores estariam, naturalmente, dispostos a praticar.

Mas fica claro que o preço sigiloso existe. Existe um preço, por isso, ele é sigiloso. E, se as empresas foram todas acima do preço sigiloso, abre-se, nesse momento, a fase de lances, ao contrário, para ajustar ao preço base do Governo.

Então, imagine que o preço base do Governo é R\$1 milhão e todas deram R\$1,5 milhão, R\$2 milhões. Está todo mundo fora do jogo, e abre-se, então, a chance de aquelas empresas retroagirem para aproximarem do preço. E já ocorre isso no RDC, onde conseguem, inclusive, vir para trás do preço estabelecido, quando gera a concorrência. Mas, normalmente, quando deixa aberto, segundo o DNIT me apresentou situações concretas, em todas às vezes, praticamente, deu a menos do que tinha proposto o preço escondido. Isso aqui está no art. 27, § 4º, do Projeto de Lei, essa situação de abrir para a fase de lance depois, se alguém não ganhou.

O anteprojeto também incentiva o uso de recursos eletrônicos. Entretanto, com o objetivo de conferir atenção a mercados locais, está explícita a admissão das licitações eletrônicas presenciais nos casos de obras e serviços de engenharia, cujo valor estimado for inferior a R\$1,5 milhão, e de compras e de outros serviços, cujo valor estimado seja inferior a R\$150 mil.

Esses valores foram acordados, inclusive, com o Tribunal e com vários Sindicatos. Às vezes, a pessoa faz uma licitação no Tocantins, ganha uma empresa do Rio Grande do Sul e o mercado local perde a competitividade. Então, em valores pequenos é exigida a presença, para justamente dificultar e favorecer o mercado local. Então, obras, R\$1,5 milhão; outros serviços e compras, R\$150 mil. Tem que ser presencial para beneficiar o mercado local. Mas isso não impede que o cidadão pegue um avião lá em São Paulo e vá bater lá no Tocantins para participar, não, mas tem que ir.

Uma simples, mas significativa modificação foi também realizada na definição de proposta inexequível. Importou-se da Lei nº 8.666 a sistemática, mas os percentuais foram alterados.

Os percentuais de inexecutabilidade da Lei nº 8.666 eram muito baixos. Então, se uma obra era pautada e orçada em R\$1 milhão, pelos percentuais antigos, até se fizesse uma proposta de R\$500 mil ganhava a licitação. Então, nós suspendemos os percentuais.

Com o intuito de afastar os chamados “mergulhos” em excesso na cotação de preços, passam a ser inexecutáveis as propostas, cujos valores sejam inferiores a 80% – era 70% – do menor entre o valor orçado pela Administração e aquele obtido pela média aritmética dos valores das propostas superiores a 70% – que, antes, era 50%.

Então, de 70% nós passamos para 80% e de 50% nós passamos para 70%. Então, se a obra foi licitada em R\$1 milhão, você não vai mais poder ficar com o valor muito baixo da inexecutabilidade para ter



menos riscos. Setenta por cento do valor orçado pela Administração.

Adicionalmente, quando houver classificação de proposta inferior a 90% do menor deste valor, será exigida garantia adicional, sem prejuízo das demais garantias exigíveis.

Então, se o cidadão for muito ao mar, além do seguro – nós vamos chegar à parte do seguro –, se quiser mergulhar, vai ter de dar garantia real. Todas as empresas concordam com isso, para evitar os excessos que andam por aí, para depois vender obras, desistir e fazer os negócios a parte.

Para melhor operacionalização da legislação foram previstas minutas padronizadas de edital e de contratos com cláusulas uniformes, bem como o comando para que a Administração mantenha registros cadastrais para efeitos de habilitação e para atesto de cumprimento de obrigações. Isso está escrito no art. 24, § 1º.

Fiquei muitas vezes pensando, na maioria das vezes, no interior do Brasil. Não me fixei nas grandes obras, que é quase a tendência do Tribunal de Contas, quando vai discutir, das representações das empresas... Eu me preocupei com as Prefeituras do meu Estado, Tocantins, e as de todo o Brasil, que não têm técnico em assessoria nem para montar um edital, não sabem montar um edital, não sabem formatar um contrato, tendo em vista a dificuldade de recursos financeiros para ter essa assessoria à altura. Então, a Administração estadual, no caso, e a Administração federal terão toda essa obrigatoriedade de fornecer – claro – editais para objetos que são plausíveis. Há objetos em que não dá para fazer o padrão, como, por exemplo, uma ponte sobre um grande rio. Mas há situações em que dá para fazer projeto edital padrão e contrato padrão, como as creches, as quadras, enfim, há várias obras que são padronizadas pelo próprio Governo Federal.

Trata-se de sugestão de aperfeiçoamento do já existente Sicaf, que funcionará também como cadastro de *performance*.

Esse foi solicitado por todas as empresas, um cadastro de *performance*: quais são as boas empresas, aquelas que cumprem prazo, aquelas que não foram multadas, aquelas que não abandonaram obras.

Concluído determinado contrato, o órgão ou a entidade contratante emitirá documento comprobatório de avaliação sobre a execução contratual, o que poderá ser utilizado em futuras avaliações.

Em verdade, há previsão, inclusive, para que tal avaliação seja usada como critério de desempate e em fase de habilitação em futuras licitações. Isso deverá

contar ponto em caso de empate para aquelas empresas maiores, cumpridoras de seus contratos contra aquela que já foi multada em alguma oportunidade.

Na mesma linha de oferecer ao gestor ferramentas operacionais, o anteprojeto prevê a criação de instrumentos que permitam a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços, de catálogo eletrônico de padronização e de sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem.

Então, essa centralização do Poder Público, principalmente federal e estadual, é para gerar economicidade. O Tribunal de Contas pediu muito que nós aperitássemos nesse ponto e colocamos no art. 33, incisos I, II e III. Comprar mil copos é melhor do que comprar 100 copos, o preço sai mais em conta.

Especial consideração merece o art. 35, que trata do licenciamento ambiental. A Lei nº 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, é a legislação que exige licenciamento ambiental de construções, instalações, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais.

Ocorre que a Resolução nº 237, de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, ao regulamentar a Lei nº 6.938, de 1981, previu que o licenciamento será feito pelo Ibama, após considerar exame técnico de outros órgãos técnicos, pelo que ficaram compreendidos órgãos e entidades como a Funai, a Fundação Palmares, o IPHAN, o Ministério da Saúde. Mais adiante, com o advento da Lei nº 11.516, de 2007, a interveniência desses outros órgãos saiu do campo infralegal e passou a constituir obrigação legal, exigindo, nas análises de licenciamento ambiental, oitivas muitas vezes nem marginalmente relacionadas com o tema ambiental. Trata-se de claro desvirtuamento do espírito da lei, que previu o necessário licenciamento ambiental. Com esse entendimento, o anteprojeto determina que, para a execução dos contratos ensejados pela lei, a licença ambiental será limitada aos aspectos exclusivamente relacionados aos recursos ambientais. Nada disso – registre-se – obsta que as autoridades responsáveis pelos bens de patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados se manifestem em suas áreas de competência, como, aliás, está previsto no art. 73 do anteprojeto.

Em resumo, licenciamento ambiental é ambiental mesmo. Nós não podemos transformar licenciamento ambiental em também resolução de problemas socio-

econômicos, que são importantes, mas que têm de ser tratados no fórum adequado.

Nós queremos que o Ibama ou os órgãos de meio ambiente – estadual e federal – se atenham exclusivamente àquilo em que são competentes: licença ambiental pura e simples. Não sei se o Ibama tem informação e gente para tratar de questão fundiária, para tratar de questão de saúde, para tratar de questões outras, de questões sociais, que são importantíssimas – repito –, mas em outro fórum de atuação. Isso é para que possamos tirar do Ibama o acúmulo de exigências, que faz com que o órgão não emita licença ambiental não por ele próprio, mas por conta de outros problemas que estão impostos nessa portaria. E temos apoio do Governo para isso.

Entre as modalidades de licitação, profunda modificação é proposta, com a extinção das figuras – este é um ponto muito importante – da carta-convite e de tomada de preço.

Essa solicitação foi generalizada. Sabemos muito bem como são feitas essas carta-convites e essas tomadas de preço.

E também a associação antes feita das modalidades existentes com valores específicos – não há o que justifique a subsistência dessas duas modalidades, válidas quando o recurso da tecnologia da informação ainda era pouco difundido – ou da preservação dos valores. Assim, além das modalidades de concurso e de leilão, que permanecem, como hoje existem, o anteprojeto confere aspecto central às modalidades pregão e concorrência, sendo que nesse também serão previstas sessões de lance.

Nós queremos tirar a preocupação da retirada da carta-convite e da tomada de preço, porque pegamos os valores atuais delas e passamos para a dispensa de licitação. Então, a dispensa de licitação, para obras, ficou com 150 e, para compras, com 80. Era oito e passou para 80; e, no caso de obras, era 15 e passou para 150, que é o mesmo valor da carta-convite e da tomada de preço. Então, ninguém fica no prejuízo. Os prefeitos vão poder trabalhar com mais tranquilidade, sem ter de ficar procurando três empresas para dar a carta, porque é isso que acontece.

Em síntese – passando agora para o pregão e concorrência –, como descrito no art. 5º, dos conceitos, pregão é a “modalidade de licitação para aquisição de bens, serviços e obras comuns entre quaisquer interessados ou pré-qualificados, conforme dispuser o edital, na qual a disputa é feita por meio de propostas e lances em sessão pública, em que o critério de julgamento seja o de menor preço ou maior desconto”.

Então, o que significa o pregão? Se for um objeto tabelado pelo Poder Público, como, por exemplo, uma creche... A creche deverá custar R\$1,9 milhão. Quem vai vencer é quem der desconto? Não, não damos desconto em preço montado por Governo; só se dá desconto em preço de mercado. Então, quando for obra governamental, quando for produto especificado por governo, será o menor preço. Então, a creche é R\$1,9 milhão? Meu lance será de R\$1,85 milhão. E, quando for produto tabelado para o mercado, como remédios, aí a empresa poderá dar um maior desconto. São essas as duas diferenças fundamentais. Isso é o pregão.

E a concorrência, como será? Por seu turno, a concorrência, claro, sempre terá a técnica, preço, pregão. Mas a concorrência sempre terá a técnica. Concorrência, por seu turno – o Senador Moka sabe disso, foi 100% solicitado aqui a prioridade na técnica –, apresenta procedimentos comuns ao pregão, mas “a disputa é feita por meio de propostas ou propostas e lances em sessão pública, e em que o critério de julgamento seja o de melhor técnica, de técnica e preço ou de maior retorno econômico”.

O que significa? Eu abro as propostas de técnica, e vai ter valor de ponto de 70% a técnica, no caso da concorrência. Eu abro o envelope: venceram a Kátia e o Moka. Os dois foram selecionados. Agora, com relação ao preço, aí nós vamos disputar no lance o preço daquele produto ou daquele contrato. Mas a técnica é técnica e tem um valor. Há gente contra? Há. Há alguns setores empresariais que não gostam do pregão principalmente.

Trata-se, assim, de simplificação das modalidades e da ampliação do uso da sistemática de lances, tudo público. E não há perigo nenhum, antes que alguém diga: “Ah! mas vai haver gente irresponsável, que vai jogar lá para baixo”. Não, nós temos seguro. Se o cidadão exorbitar, vai ter que dar garantia própria. Então, não é com essa facilidade. Há todos os requisitos para evitar que isso aconteça.

Outrossim, força a exigência nos procedimentos da necessária observância da qualidade ou da técnica, nos casos em que essa for essencial ou puder constituir diferencial.

O art. 30 do anteprojeto também faz interessante procedimento muito utilizado por países como Inglaterra, Itália, Canadá, África do Sul, Austrália e também pelo Banco Mundial, por meio do qual a Administração consulta intenções no mercado para levar adiante determinado projeto, a partir de estudos de viabilidade, informações técnicas, projetos ou pareceres. A ser regulamentado, o chamado Procedimento de Manifesta-

ção de Interesse deve constituir ferramenta relevante de planejamento.

Como é o Projeto de Manifestação de Interesse? O Banco Mundial coloca um termo de referência na rua; as empresas que leem o Termo de Referência se candidatam; eu consigo participar; eu me interesso por esse Termo de Referência; selecionadas as empresas, vamos imaginar que dez empresas tenham se enquadrado no Termo de Referência; em seguida a isso vem o edital; e aí o Banco Mundial seleciona no mínimo três, no máximo seis; então, dessas dez, quatro serão retiradas. Isso aqui é feito para projetos, projetos de obras públicas ou o Banco Mundial. Então, o cidadão vem e vem com ele toda a sua habilitação, todo o portfólio dos seus técnicos, da sua empresa. E aí são selecionadas para depois do edital no mínimo três, no máximo seis; e aí vem a questão do preço. É muito usado para projetos. E esse aqui está estabelecido para isso.

Ainda de acordo com o propósito de reduzir formalismos, as descrições de procedimentos foram reduzidas ao limite mínimo, preservadas apenas aquelas julgadas como imprescindíveis para o entendimento dos comandos legais.

A Lei nº 8.666 parece mais um manual de procedimento. É igual à bula de indicação de remédios: tome um, três vezes por semana; ou meia xícara, meia colher. Então, detalhes mínimos que a 8.666 coloca, nós tiramos os procedimentos e deixamos aqueles essenciais, como, por exemplo, o julgamento de técnica e preço, que são 70% e 30%, porque esse não havia como, porque o Tribunal de Contas pediu que colocássemos os percentuais. As empresas também pediram que isso fosse colocado. Quanto ao restante, nós não fomos ao critério dos detalhes.

Semelhante tratamento foi dado à seção referente à habilitação, a começar pela inversão das fases, já comentada anteriormente. Não se descuidou, entretanto, da habilitação como pilar para a boa contratação, do que é prova a previsão de exigências de habilitação técnica e operacional em separado. A primeira diz respeito à aptidão dos profissionais vinculados à atividade a ser desenvolvida. Já a habilitação operacional diz respeito à capacidade do próprio licitante para realizar o objeto da licitação.

Porque existe aquela polêmica de que o que vale são os técnicos, outros dizem que o que vale são as empresas. Aí alguém questiona: mas imagine que uma empresa com capacidade operacional pequena em termos de maquinários contrata uma equipe de excelência, mas não vai conseguir fazer uma grande obra.

As duas coisas precisam casar, a equipe técnica e a capacidade operacional, para dar conta de terminar uma Belo Monte, por exemplo. Nem sei quais são as empresas que estão lá, pelo amor de Deus.

Pela sua importância, releva percorrer especificamente acerca do que prevê o projeto para a habilitação operacional. Em primeiro plano, para a comprovação de contratos já realizados, ressalte-se a importância da exigência dos atestados atualmente previstos, mas para além deles, a possibilidade de exigência de documento comprobatório já comentado, por meio do qual órgãos e entidades da Administração avaliam o desempenho do contratado. Interessará saber, por exemplo, que eventual interessado em contrato com a Administração desempenhou seu papel no passado, mas o fez com ressalvas, com a aplicação de advertências ou multas pela contratante.

Então, todo esse portfólio é exigência, esses detalhes vão demonstrar, fazer o mesmo papel do cadastro de *performance*.

As exigências, entretanto, precisam ser corretamente mensuradas – e aí vêm, às vezes, as espertezas dos editais – sob o risco de comprometimento da justa competição entre licitantes. Então, você faz uma exigência exorbitante para tirar 90% do povo do ramo. Vou dar um exemplo que aconteceu em Tocantins. Nesse sentido, as exigências de experiência anterior serão limitadas ao equivalente a 50% do quantitativo licitado, salvo quando justificado de outra maneira.

O que quer dizer isso? Vou licitar 1.000m de construção civil. Essa empresa não precisa ter feito 1.000m de construção civil, basta que ela tenha feito 500m de construção civil. Levei uma emenda de Bancada para um hospital na cidade de Gurupi. Nunca mais vou esquecer isso. Depois de dois anos e meio para licitar o hospital, com dinheiro na conta, empenhado, lançaram o edital, de tanta pressão que eu fiz, e chantagem, e briga e guerra. O edital pedia não sei quantos mil metros de cano por que passava o gás do hospital. Era uma quilometragem que ninguém em Tocantins conseguiu ganhar. Fizemos de propósito para derrubar o edital. Era um detalhe, porque, se tiver naquele hospital 1.000m de cano, basta que se tenha sido feito, no passado, 500m de cano. Então, num detalhe desse tamanho da licitação derrubou todo mundo – de propósito, para derrubar o edital mesmo. Então, estamos colocando os quantitativos em apenas 50%, para não usar essa artimanha a fim de tirar gente do jogo.

O edital poderá, por outro lado, indicar as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo... Então, vamos imaginar, no exemplo do hospital, por-



que não tenho muita prática para dar exemplo, mas, no caso da construção de uma UTI do hospital, poderá ser exigida uma experiência maior, superior, até 70%, mas tem que estar muito bem embasado, tem que ser uma coisa muito especial, para exigir uma *performance* maior do que 50%. Ou seja, o edital poderá indicar as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, para o que fica vedada a exigência de comprovação de quantidades superiores a 70%. Então, o normal é 50%; quando for superespecial aquela situação, contrato ou obra, também não pode passar de 70%, não pode pedir 80% do item, já feito anteriormente.

Como mecanismo de preservação da competição, ficam ainda vedadas exigências de comprovação de “itens de obras ou serviços com especificidade irrelevante” [como cano de gás. É importante? Precisa? Precisa, mas não é o principal do hospital], ou cujos valores previstos no objeto da licitação, isolados ou somados, não ultrapassem 4% do valor estimado do contrato a ser firmado, e de itens caracteristicamente fornecidos por determinados profissionais ou empresas.”

De onde se tiraram os 4%? Eu ouvi as empresas de construção, os dois maiores sindicatos do País. Achrom que 4% para... Mesmo objetivo, às vezes pegam uma coisa simplista e colocam um percentual valorado, maior nesse item.

O Capítulo III trata das exceções à obrigatoriedade da realização da licitação, seja por inexigibilidade, seja por dispensa [que deverá ser uma exceção e o que está acontecendo é quase que a regra.] Para ambas está previsto que respondem solidariamente pelo dano causado do Erário o contratado e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Hoje é apenas o gestor que recebe a penalização. Nós estamos incluindo solidariamente também as empresas que aceitam participar de uma licitação que não requer inexigibilidade e por dispensa, porque ela ficará prejudicada solidariamente de participar de outras. Então, é uma maneira de... O gestor corajoso não vai ter a empresa corajosa porque ele vive daquilo. Hoje muito gestor está acostumado a se candidatar, depois fica cassado e põe a esposa, o filho e não está nem aí. O empresário é diferente, tem que zelar para que continue trabalhando. Estamos falando de gente de má-fé, que é a minoria, graças a Deus!

Adicionalmente, é atribuído às autoridades máximas de órgãos e entidades contratantes e aos Tribunais de Contas o dever de avaliar periodicamente o desempenho dos agentes, que por ação ou omissão motivem ou autorizem a contratação direta indevida –

que é a inexigibilidade ou dispensa. Trata-se de dispositivo de suma importância que visa a impedir abuso de procedimento, que é exceção à exigência imposta pela Constituição.

Como é hoje? Só se houver denúncias, só se houver um escândalo para que a dispensa e a inexigibilidade sejam fiscalizadas. Então, ela está aumentando exorbitantemente esse procedimento que foi criado para exceções. Isso está escrito no art. 55, parágrafo único do projeto.

Na seção referente às dispensas, ainda que reconhecida a ampliação das possibilidades de dispensa, as alterações promovidas em relação ao que já dispõe a legislação vigente se limitaram à supressão das possibilidades antes previstas pelos incisos XIII, XV, XX, XXIV, XXVII, XXX, XXXIII da Lei nº 8.666 (em geral, relativas à contratação de entidades diversas sem fins lucrativos para fins variados), e à revisão dos valores que disse há pouco previstos para contratação direta, estabelecido em até R\$150 mil – eram R\$15 e eram R\$150 para carta-convite – para a contratação de obras e serviços de engenharia, e até R\$80 mil, que antes eram R\$8 mil. Há anos não sofre reajuste, em que pese a lei diga que é para fazer reajuste.

Ressalte-se, ainda a respeito da supressão dos incisos acima mencionados, que esse mesmo anteprojeto traz proposta para regular o estabelecimento de convênios com entidades como as que até o momento vêm sendo beneficiadas pela dispensa.

Então, nós queremos regulamentar, fizemos um capítulo que não existia especificamente para convênios para que não possa haver concorrência desleal. Às vezes determinadas entidades são excluídas de participar de licitações, de normas e de regras como algumas ONGs, e isso vimos que aconteceu no passado, tanto que foram proibidos investimentos – hoje só pode custeio – por conta dos escândalos com as ONGs, o excesso de repasse de recursos. Tanto que prejudicou os bons – como as APAEs, muitas delas, a maioria, são ótimas – prejudicamos o repasse de recursos para construção das APAEs, por exemplo – há outras que eu poderia citar – por conta dessa proibição, apenas dinheiro de custeio é possível passar, justamente por essa falta de regulação. Quem sabe dessa forma agora todo mundo vai poder participar de tudo isso.

Alguma coisa? O quê? De lá não dá para ouvir.

No campo do que é inexigível, foram incluídos fornecimentos de bens ou prestação de serviços que só... Deixe-me ver só uma coisa, Moka, na sua cópia, se está diferente da minha, só nesse parágrafo.

No item de vocês, os Senadores que estão apenas com essa justificativa, não é isso?

Então, onde começa aí, Senador, não foi corrigido, não foi substituído.

No parágrafo que inicia: Ressalte-se ainda a respeito da supressão... Mostre ali para ele, Rodrigo, por favor para o Senador Suplicy. Daqui adiante se elimina, vai até a palavra “dispensa”. De “interessante inovação” até o fim está retirado. Foi uma solicitação que não achei justa. Depois de ler atentamente, não achei justa com as empresas médias, porque as micros e pequenas empresas já têm um tratamento diferenciado e ainda impor apenas a elas a participação na dispensa de licitação seria mais um privilégio em detrimento das médias empresas e um estímulo para a continuidade como micro e pequenas empresas, como passamos no Pronaf hoje. Há tanto estímulo para ser pronafiano, mas na hora em que se sai do Pronaf está acabado, que ele fica sempre se encolhendo para não sair do Pronaf tipo A, B para não perder os juros. Então, isso está mudando. Foi até feito no Pronaf o Pronamp para beneficiar a média empresa. Isso foi, inclusive, a Presidente Dilma que fez pessoalmente a nosso pedido, para incluir o Pronamp na área rural, justamente para estimular deixar de ser pequenininho para crescer na vida. Então, esse texto foi retirado e precisa-se trocar essa folha urgentemente com os demais que estiveram aqui.

No campo do que é inexigível, foram incluídos fornecimento de bens ou prestação de serviços que só possam ser demandados de um único fornecedor. Isso foi o próprio Tribunal que pediu. Vamos supor que no interior há três postos de gasolina, a prefeitura vai fazer licitação e dois postos dizem que não vendem para governo. Aí, só um posto vende para governo. Então, para que fazer licitação? Não há necessidade de fazer. Então, você chama, as duas vão dizer que não trabalham para governo e aí você pode contratar esse posto único de gasolina para fornecer para prefeitura.

Inexigível, então, a prestação de serviços ou fornecimento de bens que possam ser demandados de um único fornecedor, ou serviços públicos em regime de monopólio, onde só uma pessoa vende. Isso já está atualmente na previsão de dispensa, quando é caso de monopólio.

Contratação de profissional de setor artístico e dos serviços técnicos realizados por pessoa de notória especialização, objetos para os quais devam ou possam ser contratados todos os potenciais interessados e aquisição ou locação de imóvel cuja característica de instalação e localização tornem necessária sua

escolha, um posto de saúde, por exemplo. Eu quero alugar um posto de saúde e quero fazê-lo naquele bairro. Então, sou obrigada a alugar talvez a única casa que está naquele bairro e que vai servir para um posto de saúde. Ou a notória especialização. Há um caso interessante. A prefeitura contrata sem licitação um advogado apenas para um caso específico trabalhista, por exemplo. Às vezes sai o preço de contratar um advogado para o ano inteiro. Mas contratá-lo para o ano inteiro ele não pode. Então, o que está acontecendo? Ele tem que licitar advogado. Eu conversei com um dos melhores advogados de Tocantins e ele me disse o seguinte: “Kátia, não há possibilidade de eu ir para uma licitação com um recém-formado”. É óbvio que nós temos diferenças de cabelo branco, de experiência e de causas inúmeras. Um dia ele vai chegar aonde eu cheguei. Mas não pode ser igualado apenas pelo menor preço. Advogado é igual a médico, gente. Se a gente puder escolher, é tão bom! Então, esses casos específicos.

No caso de setor artístico, tem que fazer uma justificativa muito pesada, colocar preço, quanto custou o contrato, tudo transparente, no caso de contratar uma grande celebridade, por exemplo, como o Caetano Veloso, pois ninguém vai licitar um Caetano Veloso. Hoje, nós apertamos muito nessa contratação no sentido da transparência desses contratos. Não é só dispensar e ficar lá guardado. A população tem que saber quanto é que se está pagando pelos *shows*.

O Capítulo IV dispõe sobre os instrumentos auxiliares da licitação, quais sejam, o credenciamento, a pré-qualificação e o sistema de registro de preço.

O credenciamento, tal como disposto no art. 58, é o processo administrativo de chamamento público destinado à contratação de serviços junto a todos os que satisfaçam os requisitos definidos pela Administração [a prefeitura, o governo do Estado fazem o chamamento para a venda de remédios, qualificam todo mundo e deixam lá guardado. Eles podem fazer uma licitação rápida com esses pré-qualificados. Fazem o chamamento público, óbvio] entre os que se podem citar profissionais médicos, jurídicos e de treinamento – deixam tudo pronto e, quando precisar, fazem o chamamento.

Algumas legislações estaduais já dispõem desse instrumento, e o que caracteriza seu uso é o interesse público no maior número possível de particulares que possam realizar determinada prestação de serviço, quando a contratação de apenas um não atende à demanda.

Nós, no Sistema S, estamos com uma dificuldade de imensa, pelo menos no setor rural, de contratação de técnicos para dar aula. Nós não estamos encontrando. Então, nós estamos fazendo editais antecipados para guardar reserva, porque os recursos estão sendo ampliados e nós não estamos tendo professor para dar aula.

A pré-qualificação, por seu turno, é instrumento que pode e deve ter seu uso ampliado, na medida em que auxilia o esforço de planejamento da Administração, força o planejamento daqueles que pretendem prestar serviços ou vender à Administração e ainda permite reduzir o tempo necessário para a própria licitação.

Convém realçar que a restrição à participação em licitação aos que estiverem pré-qualificados decorre justamente da ideia de incentivar a prévia preparação de licitantes para contratar com a Administração Pública. Muitos são os exemplos de interessados que não cumprem os requisitos exigidos em edital e, quando da publicação deste, procuram rapidamente se adaptar ao que pretende a Administração, com claro prejuízo da qualidade do que é oferecido e à justa competição entre licitantes com autêntica atuação no mercado.

No que concerne ao Sistema de Registro de Preço [refiro-me àquelas atas de adesão. Por exemplo, uma ata de copos lá em Mato Grosso do Sul e a Prefeitura de Palmas vai poder aderir a esta ata para comprar mais rapidamente] já amplamente conhecido, algumas inovações são propostas, embora seus artigos retratem, em grande medida, em boa medida, o previsto no Decreto nº 7.892, de 2013, que regulamentou o Sistema de Registro de Preço.

Exemplo disso é a determinação, na lei, para que o órgão gerenciador – responsável pela condução dos procedimentos para registro de preço e para o gerenciamento da ata dele decorrente – realize procedimento público de intenção de registro de preços, com o objetivo de possibilitar a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de contratação.

O que é que isso quer dizer? Que hoje o Ministério da Educação, que inovou nessa área, o Ministro Mercadante, está fazendo adesão à ata para obra física, e o Tribunal de Contas gostou muito porque é menor preço, é obra básica. Então, ele licitou creche em todas as regiões do País. Em vez de cada prefeito fazer uma licitação, ele editou em cada região as creches para que os prefeitos possam fazer a adesão à creche, que já tem o valor de R\$1,9 milhão. Então, essa adesão nunca tinha ocorrido com obras, obra padrão, óbvio, não dá para fazer isso com ponte. Re-

capeamento também dá, porque recapeamento, há 50 anos, todo mundo sabe que é o mesmo jeito de fazer. Então, nós estamos permitindo que essa obra “padrãozona” – creche, escola, quadra coberta, CRAS, os centros de idosos, as feiras cobertas, enfim as políticas públicas – os Ministérios possam fazer, e nada impede que os governadores também façam essa ata de adesão para uma coisa específica do Estado – imagino que o governador faça uma política pública do seu Estado para os Municípios e, ao invés de eles fazerem licitação, eles podem aderir a uma ata feita pelo Governo para esse fim. Isso tudo para ajudar as prefeituras do Brasil.

Trata-se de medida de grande relevância, porque incentiva o planejamento interno de cada órgão ou entidade – porque, às vezes, demora de seis meses até um ano para fazer a licitação – para a definição da participação ou não no processo, e em que grau, mas também porque representa um modo de aquisição centralizada, o que gera benefícios de escala. A chamada “carona”, controversa medida de adesão à ata *a posteriori*, não fica vetada, mas deve ser feita mediante justificativa. Art. 66, § 1º, eu coloquei para não ficar uma coisa sem explicação.

Duas outras previsões dignas de nota são a possibilidade de o licitante cotar fornecimento parcial – também uma inovação. Vamos supor que eu faço uma licitação de carteiras escolares, num total de 10 mil carteiras. Eu não posso entrar em 10 mil carteiras, mas eu posso ofertar mil, porque o meu estoque tem mil e eu posso fazer um bom preço. Então, essa possibilidade de você participar com a cota parcial é para ajudar as micros, pequenas e médias empresas para que elas não fiquem de fora das grandes licitações.

Duas outras previsões dignas de nota são a possibilidade – inclusive foi apresentada aqui em audiência pública, e os Senadores presentes quase todos gostaram muito – de o licitante cotar fornecimento parcial e a possibilidade de se registrar mais de um fornecedor ou prestador de serviço, até o limite de cinco, desde que aceitem cotar o objeto com preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a ordem de classificação.

O que significa isso? Então, cinco concorrem para uma ata para fazer um registro de preço. Então, eu entrei no registro de preço e ganhei para fornecer as carteiras escolares. Eu fiquei em primeiro lugar. Cada carteira custou R\$100,00. Essa aqui pôs 110, 120, 130, 140. Então, ao invés de aproveitar só essa primeira que pode se multiplicar em mais cinco licitações, nós vamos permitir que essas também sejam aproveitadas, desde que igualem o preço a essas aqui. Então, mais



licitações ficam feitas, para evitar burocracia. Um coisa importante, muito importante: se essa ata falou de mil carteiras e eu quero comprar 10 mil carteiras, eu não posso aderir a essa ata, porque quem compra 10 mil pode ter um preço melhor do que mil. Então, eu posso aderir a mil, mas eu tenho que fazer licitação e outro registro de preço, se eu quiser, para as outras 9 mil, porque senão vai virar uma farra.

No primeiro caso se permite maior participação de pequenos fornecedores e, no segundo, faculta-se o aproveitamento, em um mesmo processo, de mais de um fornecedor interessado, o que contribui para economia processual na administração.

O Capítulo V trata das disposições setoriais, por meio do que se pretende construir quadro legal aplicável a especificidades dos setores da economia que mais são demandados a fornecer ao setor público. Nas cinco Seções estão contemplados as compras em geral; as obras e serviços de engenharia; os serviços em geral, em que estão incluídos serviços como de limpeza e de segurança, por exemplo; os serviços técnicos especializados; e os bens e serviços de tecnologia de informação e comunicação.

Foi um pedido dos especializados, como a Embrapa, por exemplo, o Ministério de Ciência e Tecnologia, Serpro com os serviços de tecnologias e bens de informações, porque eles estavam muito engessados com relação a forma anterior (art. 68)

Para as compras em geral, o modelo proposto segue a preocupação com a necessidade de se planejar as aquisições e está, ademais, orientado para o clareamento das condições práticas em que se realizam as compras públicas no País, tais como as condições de padronização, de parcelamento, a indicação de marca e a checagem da qualidade do que é adquirido como, por exemplo, o oferecimento de protótipo e a exigência de amostras.

Por exemplo, a Embrapa, às vezes o Serpro, precisam comprar de específicos vendedores e precisam da marca específica naquele caso. Então, no art. 68, *caput*, parágrafo único, diz como isso está regulamentado. É permitido, mas está bem regulamentado a escolha da marca, a checagem da qualidade e a padronização de um objeto interessado pelo gestor.

Constituem ainda inovações a previsão de fornecimento contínuo de bens e as compras sob encomenda. Também o Tribunal de Contas deu um exemplo. “Lá nós compramos, Kátia, pouca água para o Tribunal” – água ou café que eles comprem pouco. Então, isso precisa ultrapassar um, dois, três anos desde que uma pesquisa de mercado constate que o preço continua o

mesmo, principalmente porque a tendência é o preço aumentar. Então, se aquela empresa quer continuar fornecendo com o mesmo preço por mais um ano, por que não fazer e continuar com essa mesma empresa e a obrigatoriedade de eu fazer nova licitação? Nova licitação, todo mundo sabe, um novo contrato é sempre um preço minimamente maior.

Repito: constituem ainda inovações a previsão de fornecimento contínuo de bens e as compras sob encomenda, em que fica admitido o pagamento antecipado... O pagamento antecipado é apenas marginalmente citado na Lei nº 8.666, de 1993. É quase impossível fazer isso, ou seja, a compra sob encomenda. Ninguém quer vender uma encomenda normalmente, principalmente as pequenas e médias empresas, sem um adiantamento. Então, elas precisam disso. A gente está acostumado a comprar por encomenda e sabemos que precisamos dar pelo menos 30% do valor adianta, há lugares que exigem 50%. Então, o que não estava bem autorizado e todo mundo tinha medo de fazer, agora vai poder fazer nessas comprar sob encomenda. Um armário específico para a sala tal do Ministério da Saúde.

Então, ao explicitá-lo no texto é feita contribuição a necessidades da Administração que requerem desenvolvimentos específicos para o desempenho de suas atividades, como por exemplo as Forças Armadas e os serviços de saúde, que precisa de coisas específicas, que é o caso aqui, em que fizemos pensando nessas duas áreas.

Tratados na Seção II, as obras e serviços de engenharia estão cobertos no projeto por disposição legal, em sua maior parte, já prevista na Lei nº 12.462, de 2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações (RDC).

Trata-se de diploma legal ainda alvo de críticas, mas que é, em verdade, pouco conhecido.

Entre os diversos setores que mantêm vínculos comerciais com a Administração Pública, talvez seja o de obras e serviços de engenharia o que mais atrai atenção, seja pela dimensão dos empreendimentos, seja pelo alcance social que apresentam obras inacabadas ou objeto de suspeitas quaisquer. Com efeito, aliás, o desenvolvimento dos trabalhos que resultam na apresentação deste projeto permitiu a compreensão de que é comum a todos os setores muito do que é apontado como razão para os problemas enfrentados em licitações e em gestão de contratos de obras. Como exemplo, ressaltem-se a figura do seguro, a ineficácia na eliminação de contratados incapazes, a necessidade de aditar contratos, a detalhada distribuição de

responsabilidades entre contratado e contratante e o foco exclusivo no preço quando da seleção.

Recorrente entre os problemas encontrados contratação de obras é o erro em projetos. O Fiscobras de 2012, relatório de fiscalização de obras elaborado pelo TCU, indicou que 45% das obras investigadas apontaram projetos deficientes ou desatualizados e em 41,5% houve apontamento de sobrepreço ou superfaturamento.

Uma coisa curiosa: às vezes a gente pensa que o projeto é perfeito para uma obra, mas ocorre que você leva dois anos para fazer o projeto para e só depois começa a obra, então, ele fica desatualizado. Por isso que muitos projetos executivos são feitos no decorrer da obra. Então, uma estrada no meio de uma mata, por exemplo, dois anos depois que se fez a picada já temos outro lugar, tendo em vista a chuva e outras diferenças. Então, essas deficiências, às vezes, não foram de má-fé, mas na hora de fazer a obra e de fiscalizá-la, o projeto não condiz com a realidade.

Mas em verdade, muito do que se aponta como sobrepreço ou superfaturamento pode ser atribuído a erros cometidos nesse projetos, o que justamente revela falta de planejamento. Portanto, tratar corretamente a conduta para a confecção de projetos é tratar os procedimentos com melhor planejamento e buscar a aquisição do projeto tecnicamente mais bem elaborado. Por isso, 70%-30%.

Deve contribuir nesse sentido a simples mudança do conceito de “projeto básico” para “projeto completo”, como acima assinalado.

Para a contratação de projetos, o anteprojeto prevê que a escolha deve se dar por meio de concurso ou licitado pelo critério de julgamento de técnica e preço, na proporção de 70%-30%.

O concurso público é muito usado no exterior para grandes monumentos ou uma entidade que quer fazer uma obra especial, como aqui na Esplanada, as obras públicas, então, faz-se concurso para dar vazão e receber mais opiniões. Então, o concurso é usado nesses casos. Não sendo concurso – foi um pedido muito forte dos arquitetos, engenheiros e projetistas –, o critério será 70%-30% (70% técnica e 30% valor financeiro).

Trata-se de exigência, na realidade, que terá especial efeito sobre a contratação de projetos, mas que abará o conjunto de contratações técnicas especializadas, em que o componente intelectual é o objeto contratado. Interessante solução, ante a carência para o desenvolvimento de projetos hoje percebida, foi a encontrada pelo Regime Diferenciado de Contratações (RDC), por meio do regime de contratação integrada.

Faz-se o contrato com toda encomenda dentro: de fio a pavio; do contrato à obra.

A contratação integrada – porque o RDC, hoje, tem várias formatações – compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico, agora nomeado “completo” – se aprovado –, e executivo, juntamente com a execução das obras, sendo a licitação realizada com anteprojeto.

Então, existe um anteprojeto, um projeto básico que se pretende chamar de “completo” e um executivo. “Então, Kátia, esse RDC está só piorando! Tem só um ano de projeto.” Mas, na verdade, nessa modalidade é proibido aditivo. Você não tem direito ao aditivo, porque foi você que fez o projeto.

O que acontece? Quando eu coloco o projeto básico, eu já tenho direito ao aditivo. Então, se algum erro houver é compensado pelos 15% que aumenta no custo pela aditivação. Então, se risco houver pelo projeto básico de 15%, porque vai diminuindo... Quando é anteprojeto, há um risco de 15% de diferença; quando há o projeto básico, vai diminuindo o risco; quando há o projeto executivo, o risco é menor ainda. Mas no executivo e no básico têm aditivo, e no anteprojeto não tem aditivo. Então, uma coisa compensa a outra em termos de valores de risco e esse número eu peguei na cartilha da escola do Tribunal de Contas – depois eles foram rir de mim; duvidaram do número. “Não, mas isso aí é assim?” “Não”. Aí eu abri a cartilha e era deles. Aí eles ficaram rindo.

Se em primeira análise, tal conformação poderia ir de encontro ao que acima é relatado, as recentes experiências e relatos, inclusive de órgãos de controle, dão conta de êxitos já alcançados. Não tem problemas nas obras de RDC, a não ser de meio ambiente e PPAs, que ninguém consegue cumprir com relação às questões indígenas, IPHAN e tudo o mais.

Ademais, depõe a favor da permanência de tal modelo a vedação, quando de seu uso, à alteração do preço contratual, em contraposição aos aditivos – eu acabei de dizer – de até 25% atualmente existentes em contratos de obras.

Quando não adotada a contratação integrada – que é esse modelo de anteprojeto, depois, quem ganhar tem que fazer o básico, o executivo e a obra juntos –, a proposta é de que a licitação se dê sobre projeto completo, que hoje se chama básico – aí vão ter direito ao aditivo –, como atualmente é exigido – hoje já é assim, não em novidade –, considerando a modificação na nomenclatura, de básico para completo. Ao contrário do que pode sugerir o senso comum, não é a exigência de projeto executivo que trará a segurança

desejada, se este também não for bem elaborado. Tal como legalmente exigido, se cumprida a legislação e atendidos pressupostos técnicos para sua elaboração, como dispõe este anteprojeto, há consenso de que o projeto completo oferece a segurança necessária.

Claro que os projetistas defendem que não é bom. Mas as empresas e o Tribunal de Contas não têm nenhum reparo a fazer de que o projeto executivo seja feito durante a obra, porque muitas coisas mudam no meio do caminho. Então, para que esse projeto? Ele, na verdade, transforma-se em um histórico da obra para em casos de reforma ou em caso de paralisação da obra por algum problema.

Por fim, não há o que justifique a vedação a que o pregão seja utilizado para licitação de obras e serviços de engenharia comuns – serviços básicos, como as creches –, como, de resto, a tudo que possa ser contratado de maneira objetiva – eu quero mil canetas azuis esferográficas –, garantida a qualidade do objeto. Nada impede que tudo isso seja comprado por pregão. É o menor preço, gente, porque o edital estabelece o que eu quero. É simples.

Na Seção II do mesmo capítulo, que trata dos serviços em geral, ressalte-se em especial o regramento dado à terceirização – que, aliás está aqui mas é proibido –, à duração dos contratos, à possibilidade de contratação de mais de uma empresa para execução do mesmo serviço e, ainda, como talvez a mais ousada das medidas, a exigência, na qualificação econômica, de patrimônio líquido do licitante igual ou superior a 10% do valor total de seus contratos firmados.

Trata-se de medida de fundamental importância, porquanto resguarda contratos que são intensivos em mão de obra. Exemplo: contrata-se e ganha uma empresa que não tem, no jargão popular, cacife para aguentar um, dois meses da folha, que é o que atrasa as prefeituras hoje pagar quem presta serviço de limpeza, de vigilância. Então, não só as empresas de serviços e vigilância pediram, o sindicato, a associação nacional, como o tribunal de contas. Essa questão de mão de obra é muito sensível. Se ficar um período muito longo dá problema. Então, a exigência de 10% ou superior do valor total dos seus contratos do patrimônio líquido é uma salvaguarda de que a empresa tem cacife para aguentar uma bordoadada. O certo é pagar em dia. Mas a gente tem de contar com tudo isso. Porque, às vezes, monta-se um escritório mínimo, apenas com um computador e uma pessoa e contrata-se duas mil pessoas. Hoje é assim. Pode fazer.

Por necessário, inclui-se, também nesta Seção, artigo que trata da locação de imóveis pela administra-

ção. Trata-se apenas de conferir tratamento específico a uma transação comum à Administração, exigindo-se – estou acabando, juro – avaliação prévia do bem e de eventuais custos de adaptações, bem como a certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objetivo do órgão ou entidade.

No tocante aos serviços técnicos profissionais especializados, os principais focos são a exigência de licitação pelo critério de julgamento de técnica e preço, como acima relatado, e dispositivos referentes a direitos patrimoniais.

Quanto aos bens e serviços de tecnologia da informação e de comunicação, paralelo pode ser traçado com o exposto sobre obras e serviços de engenharia no que se refere ao caráter horizontal de suas disposições. No caráter horizontal, as regras são as mesmas, por exemplo, os prazos, a publicidade. Mas convém registrar que tais bens e serviços são hoje largamente contratados pela administração pública, e a importância da boa contratação pela administração é incontestável.

Segue-se, por isso, aqui também, a lógica de que em casos de bens e serviços, quando especiais, de mais complexa identificação no mercado, o preço por si não deve ser central para a contratação, sob risco de comprometimento da execução contratual.

O Capítulo VI, por sua vez, trata dos convênios – é o que eu disse aquela hora. Pareceu adequado enfocá-los em capítulo específico, tendo em vista os numerosos exemplos de descaminhos encontrados em tais instrumentos celebrados entre a administração e entidades diversas. Em síntese, para a celebração desses convênios, bem como de acordos e de outros instrumentos congêneres, o que o anteprojeto propõe é a exigência de plano de trabalho com a indicação de informações como de metas a serem atingidas, do modo de aplicação dos recursos e do cronograma de desembolsos, baseado em fases programadas.

Hoje, a quantidade de recurso passado para ONGs – por exemplo – que se dizem assessoras dos índios é incalculável, ninguém sabe o que foi feito e qual é o resultado da aplicação desses recursos. O Tribunal de Contas tem pedido muito os contratos, as prestações de contas, que são todos amplos, diversos, e ninguém sabe direito o que fazer; preto no branco, o que é. Escrito num papel branco não tem nada.

O principal eixo desse capítulo é o de delimitar a aplicação dos recursos com previsões de retenção e de sua devolução quando encontrados saldos financeiros remanescentes. Naturalmente, além dos comandos deste capítulo específico, aplicam-se à execução des-



tes instrumentos todos os demais dispositivos deste anteprojeto.

No capítulo referente às alienações, não havendo julgamentos contrários à sua subsistência, o anteprojeto praticamente replica a redação conferida ao tema pela Lei 8.666, de 1993. Confere, entretanto, preferência, nas licitações, aos ocupantes de imóveis, desde que os mesmos comprovem a efetiva ocupação e que se subordinem às demais regras editalícias.

O Capítulo seguinte, de número VIII, que objetiva regular a anulação, a revogação e a suspensão da licitação repercute de maneira especial problema que é atualmente enfrentado com frequência. A Constituição Federal, em seu art. 71, § 1º, deixa claro que em casos de contrato, o ato de sustação deve ser adotado diretamente pelo Congresso Nacional. O Tribunal de Contas não pode parar a obra. Quem para a obra é o Congresso Nacional.

Ocorre que a ordem de suspensão cautelar, de licitação ou de execução de contrato tem gerado nível considerável de polêmica, mormente quando obras são paralisadas e, não raramente, abandonadas.

Reconhece-se a delicadeza da questão. Conquanto seja o bom termo de contratos a expectativa da sociedade, não se pode fechar os olhos a falhas, menos ainda quando não motivadas por interesses republicanos. Por isso, o que se pretende com os dispositivos presentes neste capítulo é possibilitar – está no art. 93 – o necessário encontro entre o poder-dever de controle dos atos administrativos e o interesse público, materializado no objeto licitado entregue.

Nesse sentido é que se procura determinar que ordens de suspensão de obras sejam acompanhadas de análise de impacto e que sejam “...ponderadas alternativas consideradas viáveis, com a avaliação de custo benefício de cada uma, de modo a indicar que a paralisação é a que melhor atende ao interesse público”. Com o mesmo fito, em seu §3º, do art. 93, o anteprojeto propõe que “os editais que forem disponibilizados, previamente à abertura da sessão, por período superior a noventa dias, após notificação expressa ao órgão de controle, não poderão ter as respectivas licitações suspensas por inconformidade do edital.”

Essa é uma outra correção que eu não sei se foi feita. Foi, Moka? Substituir irregularidade ou ilegalidade de cláusula do edital?

*(Intervenção fora do microfone.)*

Então, risca irregularidade ou ilegalidade da cláusula e substitui por inconformidade do edital, porque isso é inconstitucional. Isso eles podem fazer, enten-

deu? Acusar irregularidade pode. Inconformidade do edital não pode mais. Isso aí é permitido. Entendeu?

O de vocês está certo, já. Inconformidade do edital. Está certo! Isso está certo, Senador Suplicy. Está correto. Não precisa corrigir, já foi corrigido. Então, vou repetir: não poderão ter as respectivas licitações suspensas por inconformidade do edital.

No que diz respeito aos contratos regulados pelo Capítulo IX, a exemplo de outros dispositivos do anteprojeto há virtual reprodução da Lei 8.666, de 1993. Conclui-se, da análise da legislação vigente, que há interessante cobertura dos instrumentos necessários e que, em muitos casos, é o seu desrespeito que compromete a boa execução dos contratos. Não obstante, avaliamos como fundamental que inovações fossem agregadas ao texto trasladado, a começar pela exigência de que todos os contratos tenham seus resumos e aditamentos publicados, independentemente do valor. Está nos arts. 94 e 95.

São as seguintes as demais mudanças tentadas na legislação a respeito dos contratos:

1) Ainda sobre a publicidade, convém realçar os §§ 2º e 3º do art. 101, que preveem regras específicas para a contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, caso em que deverão ser identificados, por exemplo, os custos do cachê individual do artista.

Para a contratação de obras, caso em que a Administração deverá disponibilizar em seu sítio eletrônico oficial os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar, até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato e, na conclusão deste, em até 60 (sessenta) dias, os quantitativos executados e os preços praticados. São medidas essenciais a favor da transparência em contratos com objetos muitas vezes controversos.

2) São estabelecidos dispositivos que delimitam as responsabilidades de cada parte nos contratos. Antes, só tinha responsabilidade para um, para outro não tinha.

Primeiro, pela previsão de matriz de risco (§ 1º do art. 95), que é do contratante.

Quais são os problemas, por exemplo, que poderão encontrar no meio do caminho? Porque às vezes existe um projeto técnico, existe um projeto completo, e no meio do caminho pode haver controvérsias inesperadas. Então, é normal no RDC já colocar o valor de risco esperando essa controvérsia.

Tem gente que vem dizendo: “Ah, teve esse risco! Agora quero meu dinheiro a mais”. Não! Já estava prevista no edital essa complementação antecipada que é a matriz de risco.

Segundo, pela explicitação de maior equilíbrio na relação contratual, quando a administração contratante deixar de cumprir com suas obrigações previstas.

Então, eu não tenho direito hoje... Se sou a empresa e deixarem de me pagar, não posso rescindir contrato. Quem pode rescindir contrato é só a administração pública ou um acordo entre as partes. Agora, se eu ficar oito meses sem receber, não posso rescindir contrato.

Por exemplo, continuam válidos os motivos suficientes para a rescisão do contrato ou sua suspensão pela administração, em prazo superior a 120 dias, ou o atraso de pagamento em prazo superior a 90 dias. Mas está agora incluída a opção do contratado de apenas suspender a execução do contrato quando dessas ocorrências. Porque tem de ir para um lado e para o outro.

3) Há significativa mudança nos dispositivos referentes ao seguro. Hoje o seguro-garantia (de execução de objeto) é limitado a 5%, e para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer técnico, o seguro pode alcançar 10%. A proposta é a de que o seguro seja majorado para: i) 30%, para grandes obras (acima de R\$ 100 milhões) – o próprio sindicato das obras acima de cem milhões concorda com os 30%; ii) De 10 a 30% para outras obras, admitidas outras formas de garantia na mesma proporção.

Então, antes que alguém fique preocupado com que esses valores sejam altos, eu trouxe aqui um exemplo. Em uma obra de cem milhões 30% significa um seguro em cima de 30 milhões. Quanto vai custar para fazer um seguro de 30 milhões? R\$350 mil. Se for uma obra miudinha, de R\$500 mil, qual será o valor assegurado? Será 10%, que seria como segurar R\$50 mil. Quanto custa para segurar R\$50 mil? R\$2,5 mil. É um exemplo de mercado que hoje nós cotamos.

Então, quando fala-se que tem de segurar 30% da obra, acha-se que em uma obra de um bilhão nós estamos falando de segurar 300 milhões! Não. O custo disso não são os 300 milhões. Eu estou segurando parte do valor da obra.

Nos Estados Unidos é 100%, mas aqui as nossas empresas ainda não suportam.

Ressalte-se que não deve ser a primeira intenção da administração o recebimento de recursos pecuniários em casos de abandono de obras. Quer dizer, a gente não quer o dinheiro. A administração pública não deve querer o dinheiro, quer a obra pronta. Então, o seguro é para chamar outra empresa ou a própria seguradora se interessar e fazer a obra diretamente

com a empresa escolhida que ela quiser, desde que pelo mesmo valor.

A função do seguro será primeiramente a de obrigar o respeito ao contrato, seja por meio da empresa originalmente contratada, seja por meio de terceiros, sob as mesmas cláusulas contratuais (*step-in*). A obrigação da contratada com a manutenção do seguro deve ser reduzida na medida em que a obra ou serviço evoluir.

4) Mudança já muito solicitada por quem opera sistemas de compras públicas no Brasil, o art. 107 prevê que o gestor do contrato possa ser acompanhado de três fiscais. Isso na prática já acontece, porque se deixam um fiscal só, ele quase fica louco cuidando da área requisitante, do contrato inteiro e da questão financeira. Então, esse do requisitante, se tiver produto de informática o fiscal tem que ser da área, para ver se está nas especificações corretas. Então, cada qual com a sua função específica.

Trata-se de recurso já existente na prática e que não apenas contribui para a mais efetiva gestão dos contratos, mas também para a sua lisura, na medida em que há responsabilidades diluídas.

5) No art. 111, que trata das responsabilidades do contratado quanto aos encargos resultantes da execução do contrato, ficou permitida a retenção relativa aos tributos e às contribuições de seguridade social e trabalhistas, ficando sua forma para regulamentação.

6) No tocante à fiscalização dos contratos, o papel reservado aos tribunais de contas é mantido, mas vedação é feita à ingerência de órgão de controle de outra esfera da federação, salvo quando o contrato envolver recursos objeto de transferências orçamentárias voluntárias.

No Capítulo X, que trata dos pagamentos, a principal contribuição do anteprojeto é reforçar a obediência à estrita ordem cronológica de sua realização para cada fonte diferenciada de recursos, com previsão de sanções administrativas e criminais impostas ao ordenador de despesa que der causa à eventual violação dessa ordem. É aquela situação de pagar o amigo e não pagar o inimigo. Então, paga quem o prefeito quiser, quem o governador quiser, quem o ministério quiser. Tem uma ordem de preferência de contratos e de faturamento.

Está também previsto o pagamento em conta vinculada, instrumento por meio do qual é garantida ao contratado maior tranquilidade quanto à existência dos recursos a que fizer jus. Porque às vezes não tem o recurso, está contando com o FPM que ainda virá.

Não são raros os casos de inadimplência não motivada, com claros prejuízos imediatos aos contratados

e efeitos inflacionários sobre os contratos futuros com a administração pública de modo geral.

Quanto à publicidade, regida majoritariamente pelo Capítulo XI, tendo em vista seu caráter horizontal por todo o texto proposto, houve revisões quanto aos prazos para apresentação de propostas a partir da publicação dos instrumentos convocatórios. Na Lei 8.666, de 1993, tais prazos eram fixados de acordo com a modalidade de licitação e agora passam a ser fixados pelo objeto a ser adquirido e pelo critério de julgamento a ser adotado. Por exemplo, para aquisição de bens com julgamento pelo menor preço, o prazo será de 5 dias úteis; já para licitações em que se adote o critério de julgamento pela melhor combinação de técnica e preço, pela melhor técnica ou em razão do conteúdo artístico, esse prazo nunca deverá ser inferior a 30 dias úteis. Pela não exigibilidade do projeto completo quando do procedimento licitatório, nas licitações em que houver regime de contratação integrada, esse prazo não deverá ser inferior a 60 dias.

Outra mudança que deverá agilizar o processo e resultar em economias é a exigência de publicidade apenas em sítio eletrônico oficial e nos diários oficiais, seja da União, seja de Estados e Municípios, a depender da localidade da licitação.

Quanto ao que dispõe o Capítulo XII, os pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos, a principal proposta é a de apreciação em fase única dos recursos impetrados em face do julgamento e de habilitação das licitações, grande foco de manobras protelatórias por parte de licitantes. Isso foi pedido por quase todo mundo.

Já no Capítulo XIII, há ampla disposição sobre as sanções a todos que participem dos procedimentos licitatórios, inclusive aos que atuam como agentes dos órgãos de controle. Ao particular estão previstas sanções, associadas às seguintes eventuais infrações:

1) tendo declarado que preenche as condições de habilitação, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

2) sendo vencedor de processo de seleção, se recusar injustificadamente a assinar, aceitar ou retirar o contrato ou o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, hipóteses em que se caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

Esse é aquele que ganha... não dá conta de fazer e ganha só para vender a obra.

3) não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

4) quando contratado, deixar de cumprir obrigações impostas no contrato ou cumpri-las irregularmente;

5) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Uma chuva, por exemplo; um terremoto.

6) fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

7) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

8) der causa à inexecução total ou parcial do contrato;

9) deixar de cumprir com os deveres definidos nesta Lei; e

10) agir de má-fé, violando deveres impostos em regulamento, edital ou contrato, ou abusando dos direitos.

Então, nós colocamos questões para o Tribunal de Contas, para os gestores, que deverão cooperar. Nós colocamos penalidades para os gestores que não pagam, que trocam de empresas. Não pagam essa e contratam outra com a mesma finalidade, como lixo, por exemplo, com dispensa de licitação; e o outro está lá com dois mil funcionários naquela confusão toda. Então, nós optamos por apertar em todas as áreas.

Registre-se como de importância relevante, pelos fins a que se presta, mas também por esclarecer o que hoje é dúbio na legislação, que a penalidade da suspensão tem validade para contratos com a Administração, ou seja, com o órgão ou entidade contratante. Já a declaração de inidoneidade, tem validade para licitar e contratar com toda a

Administração Pública.

Terá papel fundamental nesse controle o Cadastro Nacional de Inadimplentes e Punidos, criado pelo projeto e a ser mantido pelo Tribunal de Contas da União, em coordenação com os demais tribunais de contas do País.

Nos arts. 141 a 148 estão dispostas as infrações penais relativas aos atos e contratos regulados por esta legislação, com a identificação das respectivas penas.

Por fim, no Capítulo XIV, que dispõe sobre as disposições finais e transitórias, é reforçado mecanismo que atribui o controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos pela lei ao Tribunal de Contas competente. A ressalva feita é quanto à permissão para solicitação de investigação, uma vez verificado o já mencionado disposto pelo § 3º, art. 93, segundo o qual editais disponibilizados a esses órgãos previamente à abertura da sessão não poderão ter as respectivas licitações suspensas por inconformidades do edital. É, ademais, acrescido dis-



positivo que assinala que a representação aos órgãos de controle observarão, sempre, o interesse público, não se conhecendo daquela que vise o atendimento de interesses particulares.

O Capítulo também trata, observados limites, da permissão para edição de regulamento próprio por empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividades econômicas ou serviços públicos em regime de competição, enquanto não aprovado o estatuto jurídico a que se refere o art. 173, § 1º, da Constituição Federal.

Prevê, ainda, que valores fixados pela lei poderão ser anualmente revistos pelo Poder Executivo Federal, observando como limite superior a variação geral dos preços do mercado, no período.

Ao fim, propõe modificar o conjunto de leis que de alguma maneira é alterado por esta proposta, em sua maior parte por mera referência à legislação existente, além de revogar as já mencionadas Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; e os arts. 1º a 47 da Lei nº 12.462, que é do pregão, de 4 de agosto de 2011. A previsão é de que possa a nova lei entrar em vigor noventa dias após a data de sua publicação, não sendo aplicável às licitações instauradas e aos contratos assinados anteriormente a sua vigência.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero agradecer à Senadora Kátia Abreu, justificar a leitura, até porque é uma lei extremamente complexa, de importância fundamental.

É claro que, a meu juízo, vou ouvir o Senador Eduardo Suplicy, mas temos que dar vista coletiva, porque foi pedido, e abrir um prazo. Pelo que a assessoria me informa, só cabe, Senadora Kátia Abreu, um voto em separado. Quem não concordar pode declarar. Claro que, se houver maioria para rejeitar, o relatório será rejeitado. No entanto, em não sendo rejeitado, não cabe emenda, só cabe um voto em separado.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO. *Fora do microfone.*) – Mas eu ainda posso mudar.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, pode mudar, ouvindo os companheiros.

Evidentemente, quando abrimos prazo para vista coletiva, imagino que a Relatora vá conversar com os Senadores que têm interesse especial em alguma mudança, podendo fazê-la.

O que quero pedir à assessoria da Secretaria é que, como existem diferenças, Senadora Kátia Abreu, entre o que foi distribuído e aquilo que leu V. Exª, reco-

lhesse os que foram distribuídos para, urgentemente, passar aos Senadores desta Comissão um relatório que fosse exatamente aquele lido pela Senadora Kátia Abreu. A Senadora, aliás, leu na íntegra. Então, isso é para que não haja amanhã ou depois dúvidas em relação a isso. Embora sejam pequenas as modificações – reconheço – há modificações. Então, vamos recolher o foi distribuído, e a assessoria de V. Exª ou a Secretaria desta Comissão enviará aos Senadores que compõem a Comissão aquilo que foi lido, exatamente, por V. Exª.

Quero conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, mas minha sugestão... E eu, particularmente, como Relator adjunto, já peço, de antemão, vista do relatório da Senadora Kátia Abreu.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, em primeiro lugar, quero cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, que, como Relatora, fez um trabalho de excepcional qualidade.

Quero aqui dizer que, inclusive em relação ao parecer que eu havia apresentado e que resultou de inúmeras audiências, e também pareceres antes aprovados nas Comissões anteriores, de Constituição e Justiça, de Ciência e Tecnologia, nós tivemos a oportunidade de ouvir os Ministros do Tribunal de Contas, entidades empresariais da construção civil, as mais diversas entidades empresariais representativas do Brasil. Mas também quero elogiar o trabalho desta Comissão, que desde sua formação aqui realizou audiências públicas da melhor qualidade, abrindo a possibilidade para os mais diversos segmentos encaminharem sugestões à Relatora, Senadora Kátia Abreu, que, pelo que percebo, considerou-as todas muito interessantes e positivas para melhorar.

Também tenho a intenção, conforme V. Exª, de pedir vista, para, no prazo mais adequado possível, apresentar sugestões à Relatora.

Nesses próximos dias, vou fazer um estudo ainda mais aprofundado, mas quero dizer que minha primeira impressão é de que a qualidade de seu trabalho, Senadora Kátia Abreu, vai nos ajudar, porque V. Exª abrangeu praticamente todos os temas, preocupações, sugestões. Então, tenho certeza de que esta Comissão, sobretudo pelo seu esforço de energia e de sua assessoria, fez um trabalho bem feito. Poderei ter sugestões aqui e acolá, que estarei apresentando nos próximos dias.

Veio-me à mente, quando V. Exª falava das questões, por exemplo, dos cuidados com o sigilo dos preços, das regras de licitação e tudo, um episódio recente

que vou comentar aqui. Quando houve a licitação de Libra, pouco antes, acho que dois meses antes, houve aquela revelação... E ainda ontem se soube, pelo Sr. Snowden, que são milhões de pessoas no mundo que têm seus telefones, suas formas de comunicação acessadas. Bem, naquele momento que precedia o leilão de Libra, foi informado que a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos teria acessado as comunicações dos dirigentes da Petrobras, por exemplo. Então, houve uma preocupação natural, e aqui até comentamos, sobre em que medida isso poderia eventualmente estar prejudicando aquele leilão.

Notei que, na hora do leilão de Libra, empresas norte-americanas se abstiveram de participar. Portanto, acho que nem foi preciso uma preocupação, “será que essas pessoas estavam sabendo mais do que as outras”, mas tenho a impressão de que a Presidenta da República, a Presidenta da Petrobras tiveram todo o cuidado, mas me veio à mente a seguinte indagação, Senadora Kátia Abreu, se os cuidados que teve aqui V. Ex<sup>a</sup> com respeito a esse capítulo em especial dos cuidados que deve ter seja um governo municipal, estadual ou federal, o Ministério dos Transportes ou o da Agricultura, ou o que seja, com respeito a essa preocupação de... Aqui há elementos ou considerações sobre a preocupação com o sigilo de informações para aqueles que irão eventualmente participar de um processo licitatório. Se surgir alguma situação tal como essa de alguém ter conseguido obter informações sigilosas por forma ilegal de estar acessando informações, haveria aqui alguma preocupação com respeito a como prevenir? E se constatado o problema, de então como proceder? Veio-me à mente essa curiosidade. Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que aqui respondesse.

Então, fica pedida vista e o cumprimento à Comissão e à nossa Relatora, Senadora Kátia Abreu.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Kátia.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Obrigada.

Senador Suplicy, agradeço suas palavras e considerações, mas é difícil! O senhor tem razão, é difícil cercar o abuso, o excesso e a fraude. Acredito que um ponto importante – não é nenhum preconceito – é o servidor público de carreira. As estatísticas demonstram que o servidor público de carreira tem muito mais compromisso com o seu concurso, com a sua estabilidade. Então, essa é uma reivindicação bastante antiga de que os gestores usem, nas Comissões de Licitações, essas pessoas.

O segundo ponto é também fazer uma checagem muito forte com relação a essas pessoas escolhidas. O gestor não pode entregar totalmente na mão dessas pessoas. O duro é quando o próprio gestor quer direcionar e apontar alguma amizade.

Na verdade, é muito difícil, quase impossível sabermos se realmente alguém sabe o valor real. E já me questionaram isso: “Kátia, enquanto eu estiver como prefeito, governador, ministro e a empresa fracassar, falhar, se não fui eu que a escolhi, por que eu que tenho de pagar o pato? Então, se sou eu que vou responder e ficar prejudicado se a empresa não proceder bem, por que eu não posso escolhê-la à minha vontade?”

Então, é uma discussão. Não estou defendendo essa tese. Tem algumas versões. A resposta é porque aí eu também estaria deixando de dar oportunidade para a participação democrática de outras empresas. Uma vez que o dinheiro é público, eu não posso escolher a meu bel prazer. Mas tem um certo sentido. Eu não escolho, mas sou penalizado por aquilo.

A gente não tem noção do que acontece por trás dos bastidores. Por isso o pregão, que alguns gostariam de abolir, eu sou totalmente contrária que seja abolido.

Art. 142. São crimes contra a competitividade do processo licitatório:

I – frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

II – impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

III – devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;

IV – elevar arbitrariamente os preços que habitualmente pratica, sem justificativa;

Quer dizer, isso são crimes. Isso é imputado como crime.

Tem uma seção, a Seção IV, das infrações penais, onde se encontra toda uma situação de penalização caso haja uma denúncia, caso seja pego, enfim.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então muito bem. Só um brevíssimo comentário. De fato, aqui, devassar o sigilo de proposta apresentada...

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – É crime.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É crime. Então, está previsto.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Está previsto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª considerou.

Só queria dizer que esta reunião e a leitura cuidadosa do parecer da Senadora Kátia Abreu abrem a possibilidade, porque são transmitidas pela TV Senado e pela Rádio Senado, para todos os potenciais interessados estarem aqui formulando sugestões a nós e especialmente à Senadora Kátia Abreu, antes da decisão final de votação do projeto. Então, acho que o procedimento está muito adequado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Presidência vai dar o seguinte encaminhamento ao pedido de vista: vou fixar, Senadora Kátia Abreu, para a próxima quinta-feira, a observação do mesmo horário da convocação anterior...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Às nove horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – À partir das nove horas. Aí, V. Exª estará aqui à disposição dos Srs. Senadores. Até lá, V. Exª tem prazo e tempo suficientes para conversar com os integrantes desta Comissão.

Eu quero dizer que particularmente participei de todas as audiências públicas. Em todas elas ouvi com atenção todos os expositores. Agora, eu tenho uma preocupação, acho que não podemos fazer leis sempre achando que vamos pegar aquele que quer fraudar, aquele que quer... Não pode ser assim! Aqueles que fraudarem têm de ser punidos. É só isso! Senão você fica criando uma série de coisas, na legislação, aumentando uma burocracia porque tem que impedir que haja um sujeito mau-caráter, desonesto, que quer fraudar. Ora, fraudou, tem que ser punido exemplarmente. É só isso! A legislação tem que ser feita para as pessoas de boa fé. E aqueles que não cumprirem devem ser penalizados. Eu acho que isso é fundamental.

Quero parabenizar a Senadora Kátia Abreu. É um trabalho de fôlego. Eu acompanhei isso. Não é fácil. São tantos os detalhes! Mas de qualquer forma o trabalho foi concluído. Parabenizo a Senadora pelo brilhante trabalho.

E convoco, com pedido de vista, para quinta-feira, às 9h, nova reunião, aí para deliberação do relatório da Senadora Kátia Abreu.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

*(Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)*

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

**“COMISSÃO ESPECIAL PARA ATUALIZAR E MODERNIZAR A LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO, DE 1993, QUE “REGULAMENTA O ART. 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**ATA DA 8ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, realizada em 12 de dezembro de 2013, às nove horas e vinte e um minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **Waldemir Moka (PMDB/MS)** e com a presença dos Senhores Senadores **Vital do Rêgo (PMDB/PB)**, **Eduardo Suplicy (PT/SP)**, **Kátia Abreu (PSD/TO)**, **Wilder Moraes (DEM/GO)** e **Francisco Dornelles (PP/RJ)**. Deixaram de comparecer, os Senhores Senadores, **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)**, e **Armando Monteiro (PTB/PE)**. Na oportunidade, foi aprovado o Relatório Final de autoria da Senadora Kátia Abreu, relatora da Comissão.

*(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 05 minutos.)*

Senador **Waldemir Moka**, Presidente eventual.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Especial criada pelo ATS nº 19, de 3/6/2013, com a finalidade de atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Conforme convocação, essa reunião destina-se à continuação da discussão e à votação do relatório final, elaborado pela Relatora, Senadora Kátia Abreu.

Passo a palavra à Senadora Kátia Abreu, para que ela possa complementar, uma vez que, na sessão anterior, eram várias modificações.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Início apenas por algumas substituições na redação e algumas modificações em prazos.

No art. 42, “a licitação com critério de julgamento de técnica e preço deverá ser utilizada quando a Administração pretender a melhor qualidade técnica associada ao menor preço possível”. Isso foi aprovado na sessão anterior até aqui, e nós acrescentamos: “nas contratações dos seguintes objetos”, para ficar mais claro. No inciso IV do mesmo artigo, em vez de “bens e serviços de informática especiais”, nós substituímos por “bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação especiais”. No inciso V, no início, nós só acrescentamos “outros que admitam soluções”, apenas essa a expressão, substituindo “objeto que admita soluções”.



No art. 113, ele foi lido, “executado o contrato, o seu objeto será recebido:”, substituído por “executado o contrato, o seu objeto ou as etapas do mesmo, conforme previsão editalícia, será recebido”. É a questão da exigência dos pagamentos dos contratos não só ao final do contrato, mas das parcelas, porque muitos atrasos acontecem justamente durante o contrato e nas parcelas a serem pagas.

Ainda no art. 113, no §3º, “o prazo a que se refere a alínea “b” do inciso I deste artigo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital”. Todos os sindicatos empresariais pediram que esse prazo fosse encurtado para 30 dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital.

No artigo ainda 113, ao final do §4º, foi apenas incluído ao final dele, que termina com “dias anteriores à exaustão dos mesmos, [acrescentamos] e a obrigação pecuniária decorrente será incluída na devida ordem cronológica para pagamento.”. É a situação em que, em um contrato, pela vontade do gestor, ele não pode pagar os seus amigos ou os seus preferidos, existe uma ordem cronológica de pagamento por área de contrato, como educação, saúde, então tem que haver uma ordem cronológica de pagamentos.

No art. 119, no §2º, é apenas a troca de um artigo que ficou equivocado.

Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII e XVII do art. 118 [nós tínhamos lido 119 – na verdade, é o 118], sem que haja culpa do contratado, fica vedada [acrescentamos] à Administração contrair nova obrigação contratual com o mesmo objeto até que o contratado seja ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, em especial quanto a.

Não há modificação. Apenas para aquela situação em que se rompe um contrato de limpeza e vigilância de um Município, e o gestor contrata outra empresa sem pagar à empresa que foi retirada do contrato. Em muitos casos, são empresas que podem estar até com dispensa de licitação, então o prefeito ou o governo têm a maior facilidade de romper esses contratos, e essas empresas com mão de obra intensiva ficam sem receber os seus recursos.

No art. 123, §3º, apenas um acréscimo no final do artigo: “a ordem de pagamento será liberada apenas pelo gestor do contrato ou ordenador de despesa [foi aprovado até aí] imediatamente após o recebimento do objeto, observado o disposto no art. 113” – apenas fazendo referência ao caput para não haver equívocos.

Essas são as pequenas modificações que foram feitas para a análise dos Srs. Senadores e Senadoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu coloco em discussão o pre-

sente relatório, agora oficialmente, com as modificações já lidas pela Senadora Kátia Abreu e colocadas à disposição dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Waldemir Moka, Srª Senadora Kátia Abreu, relatora deste anteprojeto tão importante sobre a Lei de Licitações e Contratos para termos a atualização/substituição da Lei nº 8.666.

Tendo em conta este relatório final de tamanha substância, eu solicitei à Assessoria Legislativa, à Consultoria do Senado, que fizesse um exame e, no prazo exíguo que tiveram, dado o tamanho deste relatório, conseguiram fazer um estudo que considero bem feito – vou encaminhá-lo às mãos de V. Exª. Achei por bem, então, transformar em sugestões as conclusões desse estudo, que ainda é preliminar, conforme foi combinado. Aqui eu gostaria, portanto, de apresentar oito sugestões ao trabalho de V. Exª – depois encaminharei o relatório completo, que também é longo, mas aqui vou me ater às sugestões.

A primeira é que se dê ao §2º do art. 43 do anteprojeto...

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Parágrafo? Artigo?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Trata-se de dar ao §2º do art. 43 do anteprojeto a seguinte redação: “No julgamento pelo critério de técnica e preço, o total de pontos obteníveis pela proposta técnica deverá corresponder a, no mínimo, 60% do total de pontos obteníveis pelo somatório das propostas técnicas e de preço do licitante”. Por que razão?

Justificativa.

O anteprojeto estabelece que pelo menos 70% do total de pontos obteníveis pelas propostas nas licitações julgadas pelo critério de técnica e preço correspondam à proposta técnica do licitante. Somente 30% corresponderão à proposta de preço. É certo que o aspecto técnico deve ter importância na definição da melhor proposta nesse tipo de julgamento, entretanto atribuir o percentual mínimo de 70% a todos os casos e certames julgados pelo critério de técnica e preço nos parece demasiado.

As situações no mundo fático são muito variadas. Em alguns casos pode-se justificar que até mesmo 90% do total de pontos devam corresponder à proposta técnica; noutros, porém, exigir que pelo menos 70% dos pontos correspondam à proposta técnica será exagerado.

Em vista disso é que sugerimos a redução do percentual de 70% para 60%. Não se deve perder de vista que o julgamento da proposta técnica sempre envolve um juízo mais subjetivo e fixar um percentual

tão elevado para a proposta técnica na determinação do total de pontos de cada licitante reduzirá, inclusive, a margem do administrador público para, diante da necessidade do caso concreto, atribuir ao edital um pouco menos de peso às propostas técnicas na determinação do total de pontos dos licitantes.

Na forma como se encontra redigido, o texto só admite os extremos opostos: ou se faz a licitação pelo critério do menor preço ou se parte para um critério que envolve a pontuação das propostas técnicas, mas representando no mínimo 70% do total da nota de cada licitante.

Entendemos que o meio-termo é mais aconselhável. A redução do percentual mínimo de participação da nota técnica no total não impedirá que diante do caso concreto o administrador eleve esse percentual.

Agora, a sugestão nº 2.

Dê-se ao inciso...

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Senador...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pois não.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – O senhor acabou de ler o primeiro ponto. Posso fazer um comentário?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Certo, claro.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Se aprovado nesta Comissão, nós teremos o encaminhamento desse projeto para a Mesa Diretora...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pois não.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – ... que reencaminhará para várias Comissões.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Certo.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Por isso a concordância dos demais Senadores que aqui não estão de que nós aprovássemos o substitutivo, esse anteprojeto, apenas para aproveitarmos todo o trabalho feito no semestre...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pois não.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – ... as audiências públicas, todos que participaram, todos os Senadores, inclusive o senhor, que se dedicou, para que não perdêssemos todo esse trabalho por conta do final da Legislatura. Se V. Exª concordar – tenho certeza de que todas as contribuições são interessantes para que possamos debater, porque durante todo o trabalho essas questões foram amplamente debatidas –, isso não vai perder a oportunidade de, inclusive, eu própria, aparecendo novas sugestões e modificações que me convençam – e isso é feito com facilidade, desde que me apresentem

os motivos e a motivação prática – fazer mudanças no meu próprio anteprojeto lá na frente. Especificamente, para não ficar sem resposta apenas esse item, o Banco Mundial, na verdade, que é uma referência mundial em licitações, prevê 80/20, 80 técnica e 20 preço, tamanha a importância que se dá hoje à técnica.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – E nós resolvemos colocar 70 e 30 por uma solicitação daqueles que participaram da audiência pública e que nos visitaram. Mas essa questão da técnica o próprio Tribunal de Contas tem vontade de mudar um pouco, de mudar a sua avaliação e não ficar só baseado no preço, porque isso o Erário tem perdido, tem deixado de avaliar, tem deixado de considerar uma técnica que pode ser mais eficiente e que tenha maior durabilidade em favor de um projeto que às vezes não tão bom tecnicamente do que o outro, mas que teve o menor preço.

Por outro lado, os gestores do País, preocupados – e com razão – com as aplicações do TCU têm opinado quase que 100% pelo menor preço e isso tem desvirtuado enormemente a questão de avaliação, como fazemos com os nossos recursos quando vamos comprar alguma coisa. Quando vamos comprar um armário para nossa casa, mandar fazer um armário para nossa casa, nem sempre para nós o que vale é o menor preço, nós observamos a melhor madeira, a melhor mão de obra, a referência. Então, o que queremos dar à obra pública também é essa mesma condição de que principalmente a sua durabilidade possa ser mais longa.

Entendo a preocupação de V. Exª. Nós tivemos que incluir a pedido do Banco Mundial, porque a Constituição diz que as licitações têm que se basear – a Constituição – na democratização das propostas para que todos possam participar com a transparência, o menor preço e a eficiência. E o Tribunal tem usado só esses dois pontos, tanto que o grupo do Tribunal que trabalhou comigo em todo esse processo pediu que eu incluísse a palavra eficiência no nosso projeto...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Certo.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – ... para que eles pudessem ficar mais tranquilos com a questão de técnica e preço.

Mas, ainda fica minha solicitação, sem querer desmerecer o seu trabalho, mas que ele pudesse ser utilizado – gostaria de receber esse trabalho – em outras Comissões posteriores.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu havia compreendido que uma vez encaminhado seu trabalho para o nosso conhecimento poderíamos – e até foi expresso, não na forma de

emendas – enviar sugestões para serem consideradas juntamente com seu trabalho. Não tenho objeção a aprovar o seu relatório, mas acho que poderiam até as sugestões ser encaminhadas junto com o trabalho. Sou favorável à aprovação de toda a sua contribuição, mas acredito que possam ser consideradas as sugestões para o diálogo que vamos ter no âmbito, se se considerar esse o procedimento.

Se quiser posso assinalar as emendas, sem falar toda a justificação, mas só assinalá-las.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Deixar registrada a sua participação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se o Presidente assim...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Regimentalmente, nós temos que aprovar o relatório ou não.

Agora, se nós formos enviar como contribuição, eu imagino que... Até porque, como a Senadora disse, esse projeto, não tenha dúvida, Senador Eduardo Suplicy, vai passar por pelo menos umas, duas ou três comissões e ele vai ser... Porque é muito complexo. Por mais que a gente... Toda vez que você lê e com cada entidade com que você conversa sempre você tem duas ou três visões de uma determinada situação.

Acho que V. Exª tem que continuar a leitura até para que a gente tome conhecimento dessas contribuições que V. Exª está colocando.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Já expressei que sou favorável à aprovação do projeto e agradeço se puder ser considerado com as sugestões.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Será considerado.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Com certeza.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sugestão nº 2.

Dê-se ao inciso XXXIV do art. 5º do anteprojeto a seguinte redação:

Art. 5º.....

.....

.....

XXIV – projeto completo – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos

e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

**a)** desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;

**b)** soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;

**c)** identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

**d)** informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

**e)** subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

**f)** orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

O anteprojeto substitui a definição de projeto básico, constante do art. 6º, IX, da Lei nº 8.666, pela de projeto completo. Mas vale-se de parte da redação do dispositivo legal. Entretanto, omite alguns dos elementos que consideramos essenciais na definição desse projeto. Com isso, a despeito do nome, o projeto completo finda por ser mais vago do que o projeto básico. Nos termos da Lei nº 8.666, o projeto básico deve conter os seguintes elementos, que não figuram na definição do projeto completo.

Então, cito os elementos, e daí é uma questão de estar melhor definido o projeto.

A sugestão nº 3 é para se dar ao art. 57, I e II, do anteprojeto a seguinte redação:

Para contratação de obras e serviços de engenharia em valor de até R\$60 mil, desde que não se retirem parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local, que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

Para contratação de outros serviços e compras em valor de até R\$35 mil desde que não se refira a



parcelas de um mesmo serviço ou compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Art. 175. Os limites previstos no art. 57, I e II, desta lei, serão automaticamente atualizados no primeiro dia de cada ano, com base na variação do Índice Geral de Preços. A disponibilidade interna deve servir no exercício anterior.

Ou seja, o anteprojeto atualiza os valores limites para contratação direta sem licitação. Atualmente, podem ser contratadas sem licitação as obras e serviços de engenharia com valor estimado em até R\$15 mil. No caso de compras e outros serviços, esse valor é de R\$8 mil. Esses limites foram definidos pela Lei nº 9.648, de 1998, e desde então não foram atualizados. Não discutimos a necessidade de sua atualização, mas acreditamos que os novos patamares fixados pelo anteprojeto são excessivos, permitem a contratação direta de obras e serviços de engenharia com valor de até R\$150 mil e aquisição de bens e contratação de serviços sem licitação com valor de até R\$80 mil. Os limites estão sendo decuplicados.

Então, aqui apresento algumas razões a mais, mas esse é o sentido principal.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Esses valores, Senador, eu fiz questão absoluta de deixar o Tribunal definir o que achava razoável, porque há anos e anos que não são reatualizados.

Então, eu coloquei exatamente os valores que o Tribunal de Contas propôs.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Eu, na verdade, queria até colocar mais alto, mas o Tribunal pediu esse valor e eu concordei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem. Mas fica aqui a sugestão para melhor exame.

Sugestão nº 4.

Dê-se ao §2º do art. 60 a seguinte redação:

Art. 60 .....

.....

.....

§ 2º A licitação que se seguir ao procedimento da pré-qualificação pode ser restrita aos licitantes ou aos objetos pré-qualificados, admitidos novos licitantes, desde que apresentem a documentação exigida para a pré-qualificação até três dias antes da data prevista para apresentação das propostas, hipótese em que o exame de documentação apresentada deverá ser feito antes do julgamento das propostas.

Ora, o anteprojeto prevê a possibilidade de restringir a participação num dado certame aos licitantes pré-qualificados. O grande problema é que a pré-qualificação envolve o de facilitar a ação concertada de licitantes e estratégias antes concorrenciais dos cartéis. Quando se sabe previamente quem pode participar da disputa, o conluio se torna mais fácil.

O §2º do art. 60 dispõe que a licitação que se seguir ao procedimento da pré-qualificação pode ser restrito aos licitantes ou aos objetos pré-qualificados, admitidos novos licitantes desde que comprovem as condições de habilitação exigidas adquiridas num prazo superior a 12 meses.

Há, nessa previsão, o intento de permitir a participação de licitantes não cadastrados desde que não se trate de aventureiros e de pessoas jurídicas constituídas às vésperas do certame. Entretanto, a exigência de preenchimento dos requisitos de habilitação, menos de 12 meses antes da licitação, é desarrazoada e inconstitucional. Por quê? O dispositivo é inconstitucional porque discrimina empresas que podem ter preenchido os requisitos de habilitação mesmo antes de outras pré-qualificadas. Basta imaginar a situação de uma empresa que não se submeteu à pré-qualificação e atendeu a um dos requisitos de habilitação, por exemplo, a realização de obras de engenharia similares ao objeto da licitação 11 meses antes do certame. Tal empresa seria impedida de participar do processo; já uma que preencheu o requisito nove meses antes da realização do certame, mas participou da pré-qualificação ocorrida três meses antes da abertura do processo licitatório, poderia dele participar.

Essa definição de tratamento não encontra amparo na Constituição. Ademais, a exigência de comprovação de que a empresa tenha preenchido os requisitos de habilitação pelo menos 12 meses antes do certame será, em alguns casos, inatendível, pois demandará do licitante capacidades premonitórias. Basta citar o requisito do art. 50, II, do anteprojeto, contrato ou certificado que comprove que o licitante está apto a fornecer bens ou serviços próprios ou de terceiros quando os mesmos representarem a parcela de maior relevância do projeto.

Como se pode se exigir do interessado que celebre um ano antes da licitação contrato que comprove estar ele apto a fornecer bens de terceiros se nem mesmo a ocorrência da licitação por característica e objeto é definida um ano antes de ela ocorrer?

Por essas razões, consideramos inconstitucional o §2º do art. 60. Para sanar o vício identificado, propomos a mudança do art. 60, de modo a possibilitar a participação no processo licitatório de quem não tenha se submetido ao processo de pré-qualificação, desde que apresente a documentação exigida para a pré-qualificação até três dias antes da data prevista

da apresentação das propostas, hipótese em que o exame daquela documentação deverá ser feito antes do julgamento das propostas.

Sugestão nº 5.

Dê-se a seguinte redação aos arts. 42 e 83 do anteprojeto.

Art. 42. A licitação como critério de julgamento de técnica e preço deverá ser utilizada quando a administração pretender a melhor qualidade técnica associada ao menor preço possível do objeto, em especial para:

Parágrafo Único. Será admitido o pregão para contratação de serviço de que trata o inciso LX do art. 5º quando, em razão da natureza padronizada ou da ausência de complexidade do serviço objeto do contrato, variações na qualidade de prestação, além do mínimo exigido no edital, forem irrelevantes para escolha do contratado.

Art. 83. Ressalvados os casos de inelegibilidade de licitação e o disposto no parágrafo único do art. 42, os contratos para prestação de serviços técnicos, profissionais e especializados deverão ser escolhidos mediante a realização de consulta ou licitados pelo critério de julgamento de técnica e preço.

Ora, o anteprojeto prevê que o critério de técnica e preço será necessariamente utilizado para serviço de natureza predominantemente intelectual. Estabelece que, ressalvados os casos de inelegibilidade, os serviços técnicos, profissionais e especializados deverão ser escolhidos por meio de concursos ou licitados pelo critério de técnica e preço. Acontece que nem todo serviço dessa natureza demanda do prestador esforços ou conhecimentos que ultrapassem aqueles esperados de qualquer profissional do ramo, mesmo recém-formado. Nem sempre a necessidade da administração exigirá para sua satisfação que a prestação de serviço se dê com uma qualidade acima do mínimo esperado de qualquer profissional habilitado.

O próprio anteprojeto, em seu art. 42, reconhece que o próprio critério de julgamento de técnica e de preço se destina aos casos em que a administração pretende obter a melhor qualidade técnica associada ao menor preço possível do objeto.

Solicito que seja considerada depois a justificativa completa para não exceder o meu tempo.

Sugestão nº 6.

Dê-se aos arts. 1º e 151 do anteprojeto, no inciso IV, a seguinte redação:

As empresas públicas e as sociedades de economia mista prestadoras de serviço público (art. 151), até que entre em vigor o estatuto a que se refere o §1º do art. 173 da Constituição, essa lei se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou

comercialização de bens ou de prestação de serviços, assim como as suas subsidiárias.

Ao tempo em que o art. 176 do anteprojeto revoga a Lei nº 866, deixam fora do âmbito da aplicação da norma geral de licitações empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica ou serviços públicos em regime de competição, prevendo apenas que, enquanto não for aprovado o estatuto jurídico a que se refere o §1º do art. 173 da Constituição, essas empresas poderão editar regulamentos próprios, nos quais lhes será facultado dispor com ampla liberdade sobre modalidades licitatórias, dispensas, inexigibilidades, regras editalícias, disposições contratuais obrigatórias, entre outras matérias, devendo apenas seguir alguns princípios delineados no próprio art. 151. Esta opção, não temos dúvida, está desalinhada com ordenamento jurídico pátrio.

O constituinte estabeleceu uma divisão conceitual entre as empresas estatais, reunindo-as em dois grandes grupos, e à qual evidenciou ao conferir tratamento diferenciado a eles. Trata-se da alteração trazida ao Texto Magno pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que diferencia as estatais exploradoras de atividade econômica das suas congêneres prestadoras de serviço público.

O constituinte derivado modificou o art. 173 da Constituição, para que houvesse um regramento legal específico para as estatais que exploram qualquer atividade econômica. Ao que especialmente nos afeta, há diferenças no que tange a licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações (inciso III do §1º). Para as estatais prestadoras de serviço público remanesceu tratamento equivalente ao dispensado ao resto da máquina administrativa.

Imperioso destacar que a simples revogação do atual Estatuto das Licitações e Contratos, na forma como está no anteprojeto, colocaria as entidades do braço empresarial do Estado exploradoras de atividade econômica e as prestadoras de serviço público em regime de competição em um vácuo legislativo. Para elas, não haveria uma norma legal de regência constitucionalmente válida.

Até o momento, não foi editado o estatuto das estatais exploradoras de atividade econômica, preconizado no §1º do art. 173 da Lei Maior. É imperioso lembrar que a Carta Magna exige lei para dispor sobre a matéria. A lei deve tratar exaustiva e minuciosamente sobre a questão, cabendo a eventuais regulamentos próprios das estatais, tão somente, seguir o que diz a lei. Não lhes é dado inovar no mundo jurídico, criando regras não preconizadas expressamente em lei em temas como os já citados nesta justificação: modalidades licitatórias, dispensas, inexigibilidades, regras editalícias e disposições contratuais obrigatórias.

Há alguns parágrafos adicionais, mas a essência está aí colocada.

Sugestão nº 7:

Suprima-se o §3º do art. 1º e o Capítulo VI – Dos Convênios, excluindo-se o art. 88 do anteprojeto.

A Lei nº 8.666, de 1993, contém dispositivo que busca regular os convênios, mas é por demais sintética e lacunosa na matéria. O anteprojeto da Senadora Kátia Abreu é mais detalhista, no Capítulo VI e na referência que faz ao tema no §3º do art. 1º. Contudo, não o esgota.

Ocorre, ademais, que se está ignorando a tramitação nesta Casa do PLS nº 649, de 2011, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público. Consideramos ser problema para o qual deve ser garantida redobrada atenção, até possível de correção no curso do eventual trâmite legislativo, mas que o mais conveniente seria ajustar desde o nascedouro da potencial proposição.

O PLS nº 649, de 2011, tramitou pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, onde foi aprovado com emendas, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, na qual o parecer concluiu também pela sua aprovação, mas na forma de um substitutivo, que veio também a ser aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. O substitutivo tem aproximadamente 90 artigos, sendo muito mais detalhado e exauriente do que os dispositivos do projeto ora em elaboração. Ademais, o substitutivo resultou de ampla consulta a diversos atores da sociedade e do Governo envolvidos com a questão.

Foram feitas audiências públicas e seminários, além de consideradas contribuições recebidas do Grupo de Trabalho instituído no âmbito do Poder Executivo Federal, que há bastante tempo se debruçava sobre o tema.

A proposição está muito adiantada no fluxo legislativo, tendo sido aprovada em caráter terminativo, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Aliás, está na primeira página do *Jornal do Senado* de hoje o destaque e prestes a ser remetida para a apreciação pela Câmara dos Deputados.

Aqui está: “Regras para contratar ONGs seguem para a Câmara”, com a foto dos Senadores Eduardo Braga e Aloysio Nunes.

O Relator da matéria na CMA, CAE e CCJ foi o Senador Rodrigo Rollemberg, que conseguiu aglutinar interesses e apoios para a aprovação do projeto. Houve incomum esforço conjunto de várias forças políticas, antagônicas em alguns momentos, para a aprovação da proposição.

Se não houver o cuidado quanto ao controle fino sobre a manutenção do art. 88 do anteprojeto, pode ser que todo o trabalho desenvolvido, no bojo do PLS nº 649, acabe sendo jogado por terra – e daí porque propusemos essa sugestão.

E, finalmente, a última, a nº 8.

V. Exª há de convir que o seu trabalho foi tão exaustivo completo que merece diversas sugestões.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Não, Senador, não se preocupe. Pode ler calmamente, porque temos todo o tempo aqui.

Muito obrigada.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas essa é a última.

Suprima-se o § 3º do art. 93 e o inciso XI do art. 143 do anteprojeto apresentado nas conclusões do Relatório Final da Senadora Kátia Abreu, renumerando-se os demais, e dê-se ao § 2º do art. 150 do mesmo anteprojeto a seguinte redação:

Art. 50

§2º Os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia de edital da licitação já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.

Os dispositivos que se sugere suprimir do anteprojeto estabelecem limitações ao exercício do poder cautelar pelos tribunais de contas e pelo Poder Judiciário, que lhes é conferido pela Constituição, quando lhes dá a competência para julgar. Quem detém o poder judicante, igualmente detém o poder de resguardar a efetividade e a utilidade das suas deliberações, assim como para evitar lesão ao interesse público e ao Erário. Este é o poder de decretar medidas cautelares, como suspensões da produção de atos e procedimentos ou da execução de contratos.

Temos a convicção da inviabilidade da lei atender ao desiderato de limitar ou impedir o exercício de competências definidas pelos constituintes.

Art. 93.

A adequação do §2º do art. 150 é corolário da supressão do §3º do art. 93.

E daí porque sugerimos essa apreciação para a nobre Relatora.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, e Senadora Kátia Abreu, aqui, de agradecer o trabalho de profundidade, feito em três dias, pelos Consultores Legislativos Francisco Eduardo Carrilho Chaves e Renato Monteiro de Rezende, que me entregaram, há



dois dias, esse estudo, que tem limitações pelo pouco tempo que se desenvolveu, mas contém 71 páginas.

Eu encaminho a V. Ex<sup>a</sup> juntamente com as sugestões.

E quero também agradecer especialmente o trabalho que a Edwiges de Oliveira Cardoso, minha Chefe de Gabinete, teve, porque eu solicitei ontem, já no meio da tarde, para que ela pudesse consubstanciar nas sugestões aqui formuladas e no pouco tempo que tivemos todo esse trabalho.

Então, quero dizer que foram pessoas dedicadas, pessoas concursadas do Senado.

Quero aqui dizer o quão importante é que nós tenhamos, nós Senadores, servidores do Senado que há anos aqui trabalham e que, em situações como esta... Inclusive, nesta semana, nós três Senadores – o Senador Waldemir Moka, a Senadora Kátia Abreu e eu próprio –, nestas duas, três últimas semanas, estamos trabalhando em um ritmo que pouco tempo de sono temos para realizar bem o nosso trabalho e, mesmo assim, estamos num ritmo, eu sou testemunha, V. Ex<sup>as</sup>, como eu, têm que participar de três, quatro comissões a cada manhã, votações e debates no plenário até tarde e à noite, e realizar com responsabilidade esse trabalho. Por isso, fiz questão aqui de cumprimentar todos que conosco colaboraram.

Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

Aqui estão, portanto, as sugestões que peço serem consideradas juntamente com o seu trabalho, que exigiu tanto de V. Ex<sup>a</sup> e do nosso Presidente.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Muito obrigada, Senador. Já estou de posse de todo o material.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy, para que fique regimentalmente muito claro, nós vamos submeter à votação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Temos a concordância dos outros Senadores, que previamente já assinaram pela aprovação do relatório da Senadora Kátia Abreu. Regimentalmente, é o art. 132, no §6º:

Os membros da comissão que não concordarem com o relatório poderão:

I – dar voto em separado [o que não é o caso];

II – assiná-lo, uma vez constituído parecer, com restrições, pelas conclusões, ou declarando-se vencidos.

Eu penso que V. Ex<sup>a</sup> não está fazendo restrição, mas que V. Ex<sup>a</sup> está, na verdade, dando uma contribuição e encaminhando à Relatora uma série de suges-

tões, que V. Ex<sup>a</sup> espera, ainda durante o debate desse relatório, que não será mais nesta Comissão, mas nas outras, poder acompanhar.

Então, vou registrar e quero ouvir de V. Ex<sup>a</sup> se concorda com o encaminhamento que a Presidência está dando.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pelo que entendi, Sr. Presidente, acho que V. Ex<sup>a</sup> e a Senadora Kátia Abreu concordam que eu aprove o relatório encaminhando sugestões de aperfeiçoamento, para serem consideradas pelos demais passos, ou pela Mesa Diretora, pelas comissões que serão consideradas.

Então, na medida em que as sugestões formuladas... É possível que o Senador Dornelles, que acompanha tanto esse tema, desde os tempos em que dialogamos lá na Comissão de Assuntos Econômicos e junto ao Ministro do Planejamento, possa também examinar as sugestões, quem saiba ele tenha outras. Acho importante que os demais órgãos que prosseguirão no exame dessa matéria possam considerar as sugestões que eu formulei.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como não.

Senador Dornelles.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, Senadora Kátia Abreu, quero cumprimentar a Relatora pelo brilhante trabalho que ela realizou, foi um trabalho de pesquisa, um trabalho que ouviu todas as partes. Eu também apresentei sugestões.

Quero dar meu voto de aprovação ao relatório. Estou certo de que as sugestões – é uma matéria de grande complexidade, talvez a mais complexa que existe hoje no Senado, e que será examinada em outros fóruns. De qualquer maneira, meu apoio integral e meus cumprimentos pelo seu relatório apresentado.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Muito obrigada, Senador Dornelles. É com alegria que ouço suas palavras. Com certeza até eu própria posso mudar de opinião, em alguma circunstância, em outra comissão, e fazermos alterações que sejam importantes para a lei. O importante é que seja uma lei do Congresso Nacional que facilite, sem permitir que sejamos displicentes com o Erário.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, vou passar à votação do presente relatório.

Os Srs. Parlamentares que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

O relatório está aprovado.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas nºs 7 e 8 das reuniões da Comissão, porque não vamos ter mais nenhuma outra reunião, uma vez que se encerra aqui.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

### **COMISSÃO ESPECIAL INTERNA DO SENADO FEDERAL DESTINADA A EXAMINAR O PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 236, DE 2012, QUE REFORMA O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.**

#### **ATA DA 15ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião da Comissão realizada em 05 de novembro de 2013, às 11 horas e 18 minutos, na Sala nº 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **Pedro Taques (PDT-MT)** e com a presença dos Senadores (as): **Lídice da Mata (PSB-BA)**, **Cícero Lucena (PSDB/PB)**, **Armando Monteiro (PTB-PE)**, **Ana Rita (PT-ES)** e **Sérgio Souza (PMDB-PR)**. Deixaram de comparecer os Senadores (as): **Jorge Viana (PT-AC)**, **Eunício de Oliveira (PMDB-CE)**, **Ricardo Ferraço (PMDB-ES)**, **Benedito de Lira (PP-AL)**, **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)** e **Magno Malta (PR-ES)**. Na oportunidade foi aprovado o requerimento 20/13, que requer a participação da Comissão Temporária de Reforma do Código Penal em evento a ser realizado no dia 7 de novembro de 2013, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Acre, na cidade de Rio Branco.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Especial Interna destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal brasileiro.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação a Ata da 14ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura. Os senhores membros que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata.

Existe um requerimento do Senador Jorge Viana. Passo à leitura deste requerimento.

#### **REQUERIMENTO Nº 20, DE 2013**

**Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como conforme entendimento com o Presidente desta Comissão, Senador Eunício Oliveira, e com o Relator, a participação da Comissão**

**Temporária de Reforma do Código Penal em evento a ser realizado no dia 7 de novembro de 2013, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Acre, na cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, com a finalidade de debater e colher subsídios, sugestões e críticas sobre o PLS nº 236, de 2012, que é a reforma do Código Penal.**

Coloco em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira debater o requerimento... A presente reunião foi agendada apenas para este Requerimento nº 20, do qual já fiz a leitura. Não havendo... – pergunto ao Senador Sérgio se ele deseja se manifestar.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu queria fazer um pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pois não, Senador Sérgio.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, há um requerimento que é do conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>, também é do conhecimento do Presidente desta Comissão, o Senador Eunício Oliveira, conversamos sobre isso já há algum tempo, e também é do conhecimento do Presidente desta Casa.

Trata-se do Projeto de Lei nº 62, que está nesta Comissão, já vem da Câmara dos Deputados. É um projeto de lei importante para o meu Estado e para todos os Estados que fazem fronteira neste País, porque ele busca majorar as penas para o descaminho e para o contrabando. E nós sabemos que há uma conexão muito grande dos crimes cometidos no interior deste País por tráfico de drogas, homicídios e uma série de outros crimes que são derivados dessas relações nas fronteiras brasileiras, e nós sabemos que os quase 17 mil quilômetros de fronteiras secas ou por águas pluviais são facilitadores de contrabando e descaminho.

Desse projeto de lei já chegou a ser aprovado o requerimento de urgência, está, inclusive, em regime de urgência. No entanto, por força de um debate no plenário, de que V. Ex<sup>a</sup> inclusive participou, e da necessidade de voltar e para que fosse debatido na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, ele foi devolvido naquele dia pela Mesa à Comissão do Código Penal.

A respeito do requerimento, já há um entendimento com o Presidente desta Comissão, Senador Eunício Oliveira, inclusive sugerido pela Secretária-Geral da Mesa, Sr<sup>a</sup> Cláudia, a formalização para que seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, para que esta possa apreciá-lo, e voltar ao plenário para ser votado, porque entendemos... É importante o Código Penal, é muito importante a reforma do Código Penal, mas nós sabemos que a reforma do Código Penal vai demandar talvez anos, no âmbito do Congresso Na-

cional, não aqui, no Senado. Acho que nós temos o comprometimento de aprovar neste ano, no mais tardar no início do ano que vem, a reforma do Código Penal.

Mas, na Câmara dos Deputados, os projetos que nós encaminhamos para lá demoram anos, ainda mais projetos de códigos. E esse projeto, que já foi, inclusive, aprovado na Câmara dos Deputados, ao ser aprovado no Senado, já vai virar lei. Isso dá a nós, brasileiros, certa segurança do ponto de vista da diminuição da criminalidade.

Sabemos que há outros tantos pontos que precisamos discutir, mas, neste caso específico, havendo uma modificação nas penas do contrabando e do descaminho, nós já teremos uma forma de diminuir não só os crimes dessa natureza, mas também a evasão fiscal deste País, porque sabemos que o País perde, e muito, com o contrabando, em especial de produtos trazidos do continente asiático e aqueles produzidos no Paraguai, como, por exemplo, os cigarros. Sabemos que o Brasil tem hoje um consumo, e quase que um terço de todo o cigarro consumido no Brasil é contrabandeado do Paraguai, falsificados ou produzidos lá – a qualidade não é fiscalizada pela Anvisa. Sabemos que o cigarro faz mal à saúde, mas, pelo menos, o fabricado no Brasil é fiscalizado pela Anvisa e, talvez, faça menos mal do que aquele que vem do Paraguai.

Mas o cigarro no Brasil paga um imposto que chega a quase 80% de seu custo, que financia a saúde, pelos malefícios causados pelo próprio cigarro e outros também. E os que vêm do Paraguai, ou de outras regiões ou de outros países da América Latina como é que ficam?

Faço um pedido a V. Ex<sup>a</sup> para que, mesmo não constando na pauta – já falei com o Secretário desta Comissão, Dirceu – pudéssemos colocar esse requerimento e deliberar. Já faz quase 30 dias que foi protocolado, para que possamos agilizar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senador Sérgio, conheço o projeto, que diferencia contrabando de descaminho, retira do art. 334, separa isso, aumenta a pena. E também eu tenho uma dúvida em relação ao projeto, que trata do reconhecimento do que pode ser contrabandeado e o que pode ser objeto de descaminho só por lei – e isso pode trazer um prejuízo à Receita Federal, uma vez que nós sabemos que a Receita tem algumas funções extrafiscais ou parafiscais. E a Receita pode, através de um instrumento normativo, não lei, estabelecer o que pode ou não ser objeto de entrada no território nacional, por isso a dúvida que foi suscitada em plenário depois de uma conversa com V. Ex<sup>a</sup>.

Esta reunião foi convocada para este requerimento. Eu, como Relator, comprometo-me com V. Ex<sup>a</sup> a conversar com o Presidente da Comissão, para que

nós possamos, antes da entrega do relatório – entregarei o relatório final até o dia 2 de dezembro, portanto estamos a menos de 20 dias –, possamos fazer outra reunião para que a Comissão possa decidir sobre a retirada do Projeto nº 236, uma vez que, regimentalmente, ali ele foi entranhado. Então, eu me comprometo com V. Ex<sup>a</sup> a conversar com o Presidente, para que possamos marcar, antes do dia 2 de dezembro, outra reunião, para deliberarmos, com quórum mais elevado, a respeito desse projeto que V. Ex<sup>a</sup> bem tem tratado.

V. Ex<sup>a</sup> concorda com isso?

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco Maioria/PMDB – PR)

– Sr. Presidente, conversei com V. Ex<sup>a</sup>, conversei com o Presidente desta Comissão, é meramente um formalismo, a não ser que haja necessidade realmente de uma reunião específica para isso. Vejo até dificuldade de promovermos as reuniões aqui, para marcarmos as reuniões. Estamos tendo ali CMA, CCT, CAE, CDH; haverá, daqui a pouco, também a CMMC, de que também sou membro.

Há uma dificuldade para marcarmos essas reuniões. Não vejo nenhum prejuízo se pudermos incluir isso extrapauta e votar hoje, porque ele vai à Comissão de Constituição e Justiça. Concorde com V. Ex<sup>a</sup> do ponto de vista de que temos que preservar a autonomia da Receita Federal; inclusive, já conversei com eles. Mas nós podemos aqui, nesta Comissão – V. Ex<sup>a</sup> provavelmente será o Relator –, promover as mudanças necessárias e adiantar, mesmo que tenha de voltar para a Câmara, mas que volte para a Câmara dizer se mantém o texto do Senado ou se o modifica, meramente para isso.

Podemos, ainda assim, agilizar. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que possamos votar hoje – isso é muito importante, porque uma nova reunião em 20 dias, não sei... Inclusive, estarei fora do País, na segunda quinzena de novembro, por conta da COP, em Varsóvia; saio no dia 15 e retorno no dia 24. Então, fico naquela semana fora, e pode acontecer, justamente nesse período, e não estarei aqui – como sou autor do requerimento – para defendê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim, mas eu me comprometo com V. Ex<sup>a</sup> a conversar com os outros Senadores a respeito disso. É que esta reunião pode ter outro requerimento extrapauta, mas foi convocada com este objetivo. Então, eu peço escusas a V. Ex<sup>a</sup>. Vou solicitar ao Presidente titular da Comissão, porque sou Relator, para que possamos marcar outra reunião até o dia 2 de dezembro.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, que será agendada e os Senadores serão informados.

*(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)*

Senador **Pedro Taques**, Presidente Eventual.



**COMISSÃO ESPECIAL INTERNA DO SENADO  
FEDERAL DESTINADA A EXAMINAR  
O PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL  
Nº 236, DE 2012, QUE REFORMA  
O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**

**ATA DA 16ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 16ª Reunião da Comissão realizada em 10 de dezembro de 2013, às 10 horas e 20 minutos, na Sala nº 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **Eunício de Oliveira (PMDB-CE)**, com a presença dos Senadores (as): **Pedro Taques (PDT-MT)**, **José Pimentel (PT-CE)**, **Ricardo Ferraço (PMDB-ES)**, **Sérgio Souza (PMDB-PR)**, **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** e **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)**. Na oportunidade foi apresentado pelo Relator, Senador Pedro Taques, o Relatório Final.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Especial Interna destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal brasileiro.

Antes de iniciar nossos trabalhos, coloco em votação a Ata da 15ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam permanecem com estão. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata da 15ª Reunião.

Esta reunião foi agendada para que o nosso Senador Pedro Taques, Relator desta Comissão, possa apresentar o seu relatório final.

Antes desta apresentação, queria dizer que o Senador Pedro Taques fez um esforço imenso para concluir exitosamente mais uma importante etapa do trabalho aqui nesta Casa, no Senado Federal.

Como disse, já acontecerem 15 reuniões; estamos fazendo a 16ª Reunião de trabalho. Cerca de 776 emendas foram apresentadas ao PLS nº 236, que repercutem também em milhares e milhares de sugestões enviadas por cidadãos e cidadãs de todo o País, encaminhadas a esta Presidência, que as encaminhou ao Senador Pedro Taques, Relator dessa importante matéria.

Cabe salientar, Senador Aloysio Nunes, Senador Valdir Raupp: justamente num ano que o Brasil foi discutido nas ruas por milhares de manifestações e protestos populares, nós avançamos também graças a audiências públicas, aos resultados de pesquisas realizadas pelo instituto do Senado e, claro, graças às manifestações sociais feitas através dos instrumentos de comunicação desta Casa, assim como várias audiências públicas feitas Brasil afora.

Sem dúvida, vamos ver um relatório, com a forma de um Código concebido a partir de usos e costumes há 70 anos, duas vezes mais velho do que o Senador Pedro Taques, que relata temas polêmicos, mesmo remendado ao longo de tantos anos.

Para não me estender, deixo a tarefa para nosso querido Relator, Senador Pedro Taques.

Desde já, agradeço a todos os membros desta Comissão e também à assessoria técnica, que deu aqui apoio competente para que chegássemos até aqui.

O espírito deste Código tem que ser o espírito do sentimento médio dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão, obviamente alertados por todos esses sentimentos que vêm, como eu disse, através dos meios de comunicação e das várias reuniões e ponderações feitas pela sociedade civil organizada ou até, de certa forma, por pessoas individualmente nos procurando para tratar esse assunto.

Como sempre faço, quero agradecer aqui também a confiança do meu Partido, o PMDB, por ter me dado a oportunidade de presidir esta importante Comissão.

Agradeço ao Senador Pedro Taques pelo trabalho exaustivo, como disse o Senador Aloysio. Aqui há dois volumes de matérias, todas elas foram analisadas por noites e noites para que chegássemos até aqui.

Eu, como coordenador deste Colegiado, procurei apenas facilitar o nosso trabalho, confiando plenamente no Senador Pedro Taques, muitas vezes discutindo algumas questões com ele. Não sou especialista na área, mas trouxe sugestões, informações e disse para o Pedro que não ia apresentar nenhum tipo de emenda formal porque eu queira participar de outra forma; queria participar desse processo de construção do novo Código Penal de uma maneira bem harmoniosa com o Relator, porque, ao escolher o nome do Senador Pedro Taques e submetê-lo a esta Comissão, eu tinha plena convicção do que estava fazendo e de que resultado nós teríamos para apresentar ao final dessa luta, que não foi fácil.

Portanto, quero dizer essas poucas palavras, mais uma vez, aos membros da Comissão, ao Reinelson, a todos que compõem esta Comissão Especial e ao Senador Pedro Taques, de agradecimento desta Presidência do Senado Federal e por que não dizer do Brasil, pela contribuição que V. Exª está tendo a oportunidade de dar, como jurista que é, a essa importante modificação para que tenhamos um novo Código Penal brasileiro.

Dessas discussões nasceram algumas sugestões importantes, embora não possam ser incluídas no Código Penal, como, por exemplo, a alteração do art. 228 da Constituição Federal, proposta feita por uma emenda à Constituição de autoria do Senador Aloysio Nunes

Ferreira que tive a honra de também subscrever, para encontramos uma posição, uma condução, um caminho intermediário nessa discussão que hoje é importante da questão da maioria penal. A alteração que propõe o Senador Aloysio Nunes, no meu entendimento, é extremamente importante e valiosa, cuidadosa. Não cria problema de um lado, não cria problema de outro, mas encontra uma solução no meio do caminho.

Portanto, um agradecimento também pelas sugestões recebidas do Senador Aloysio Nunes, que contará com inteiro apoio deste Presidente e da Liderança do PMDB, que tenho a honra de exercer, para que essa importante emenda constitucional – esta, sim, importante emenda constitucional, de autoria de V. Ex<sup>a</sup> – possa ser aprovada o mais rapidamente possível.

Portanto, conte com o nosso apoio não apenas formal, mas do ponto de vista prático, para que isso possa acontecer e tenhamos uma resposta que o Senador Pedro Taques procurou encontrar para dar neste novo Código Penal. E a resposta mais plausível, pelo menos essa também deve ser a posição, pelo que conversei com o Senador Pedro Taques, é no sentido de que todos nós concordamos com a proposta apresentada e discutida na Comissão pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senador Pedro Taques, mais uma vez, muito obrigado. Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Vamos fazer o seguinte procedimento, se V. Ex<sup>a</sup> concordar. V. Ex<sup>a</sup> faz um resumo, porque não dá para ler isso aqui, e vamos distribuir essa matéria. Como Presidente, eu gostaria de encerrar esses trabalhos hoje, para a gente encaminhar diretamente ao plenário do Senado; mas é uma matéria tão importante, tão complexa, com tantos itens... Assim, depois, os que não compareceram, os que não vieram debater, que foram convidados e aqui não estiveram, não terão o direito de dizer: “Ah, não tive a oportunidade sequer de conhecer o relatório”.

Então, a Presidência vai ouvir V. Ex<sup>a</sup>. Na sequência, vai colocar a matéria em discussão. E, para não entrar em discussão, vai conceder vista de ofício, para, na próxima terça-feira, neste mesmo horário, com quórum de presença ou não, encerrar esse relatório da Comissão e encaminhá-lo à Mesa do Senado Federal.

Desse modo, faremos gestões para que o Senado cumpra o seu papel de aprovar essa importante matéria e encaminhá-la à Câmara dos Deputados, na esperança de que a Câmara não faça com esse projeto o mesmo que fez com a questão do Código de Processo Penal, das medidas provisórias, do comércio eletrônico e de tantas outras que ali estão, infelizmente, paralisadas.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pelos vários meios de comunicação do Senado, amigos das redes sociais. Senador Eunício, inicialmente, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> e aos membros da Comissão, em especial o Senador Aloysio Nunes, pela confiança depositada neste Senador, Senador de primeiro mandato. Nunca fui nem síndico de prédio. Sou Senador, e já tive o privilégio de relatar esta importante matéria – como V. Ex<sup>a</sup> bem disse – para a sociedade brasileira.

Também gostaria de agradecer aos técnicos que nos ajudaram na construção deste substitutivo ao projeto; ao Dr. Tiago, Consultor do Senado; ao núcleo jurídico do gabinete, Dr. Victor e Dr. Everaldo; aos membros do Ministério Público, que ajudaram também na construção desse substitutivo, Dr. Douglas Fischer, Dr. Luiz Carlos dos Santos; e aos muitos brasileiros que contribuíram na construção deste projeto.

Uma primeira certeza que temos é da não existência de certezas sobre este projeto, este substitutivo. Por que isso? Quando se trata de Direito Penal, quando se trata da proteção a determinados bens jurídicos que possuem o que se denomina de dignidade penal, existem posições religiosas, culturais, filosóficas, políticas, ideológicas, que são trazidas para o debate. E um relator do Código deve ter a maior humildade possível de ouvir essas pessoas, mas temos de buscar um consenso a respeito dessas posições. Nós fizemos isso, ouvimos muitas associações. Temos tudo isso cadastrado, regulado, regrado. Ouvimos muitas associações e muitas pessoas. Na fila do supermercado, o cidadão chega e diz: “Olha, isso não está certo assim” – na fila do embarque, aqui nos corredores do Senado, em várias oportunidades.

Um código tem de fazer parte da anatomia de um Estado. Quem disse isso foi Foucault. O que significa um código fazer parte da anatomia de um Estado? O código tem de refletir a realidade de um Estado. Um Estado autoritário só pode ter um código autoritário. Um Estado constitucional, de direito, social, democrático, precisa ter um código que tenha essa verticalidade com a Lei Fundamental da República. Assim, uma primeira construção foi fazer com que esse substitutivo tivesse a adequação, a compatibilidade com a Constituição da República. Buscamos fazer o que se denomina de filtragem dos dispositivos da legislação subconstitucional. Fizemos uma contaminação virótica constitucional do Código, como diz o Prof. Lênio Luiz Streck, fazendo com que a Constituição da República pudesse trazer sua força à norma subconstitucional. Esse é o primeiro norte do nosso trabalho.

Estabelecendo a existência de dois espaços na Constituição, o art. 98, Inciso I, da Constituição fala de crimes de menor potencial ofensivo. Portanto, a Constituição entende, no art. 98, Inciso I, que o Direito Penal, nesse espaço, é a *ultima ratio*, deve ser a *ultima ratio*. No entanto, lembro que lá no art. 5º, Inciso XLIII, a Constituição exige que o Direito Penal seja a *prima ratio*, o primeiro instrumento do Estado a fazer frente àqueles que ofendem determinados bens que sejam importantes para que possamos viver em sociedade. Portanto, o primeiro norte deste Relator foi buscar essa compatibilidade com a Constituição.

Um segundo objetivo, Senador Aloysio, foi adequar o Código à realidade histórica que vivemos. Não é possível que tenhamos um código de 1940, na parte geral – desculpe, a parte especial de 1940 – e a parte especial, de 1984, quando a República Federativa do Brasil vivia sob outro momento histórico.

Isso significa dizer que, a cada Constituição, estamos a precisar de um novo Código? Não. Existe um fenômeno do Direito Constitucional, a intertemporal, que recebe o nome de recepção ou não recepção, que faz essa compatibilidade inclusive histórica, mas não é possível que a parte especial do Código, de 1940, fale em quadrilha ou bando pensando no bando de Lampião quando já vivemos sob o comando de convenções internacionais, como a Convenção de Palermo, Tratado das Nações Unidas, que têm por objetivo a prevenção e repressão às organizações criminosas e crimes transnacionais, Senador Aloysio. Essa adequação histórica se faz necessária.

Um terceiro objetivo, aqui, Senador Eunício, Presidente desta Comissão: trazer a segurança jurídica. Essa segurança jurídica é buscada, penso, pelo princípio da razoabilidade ou princípio da proporcionalidade, fazendo com que o Estado não proíba em excesso e também de forma insuficiente. A razoabilidade tem que encontrar o meio. A virtude está no meio, e nós buscamos isso.

Essa insegurança jurídica é revelada ainda hoje pela existência de 115 leis especiais tratando de matéria penal, que trazem 1750 tipos penais; 1750 crimes. No Brasil quase tudo é crime, quase tudo é crime, e isso não é possível. Buscamos fazer uma chamada lipoaspiração, Senador Aloysio, Senador Eunício, nessa legislação. Há no substitutivo, para que tenhamos uma ideia, 355 figuras típicas, crimes, sem contar causas de aumento ou diminuição ou tipos privilegiados, ou qualificados integrantes do mesmo artigo. Portanto, houve aqui um enxugamento, uma lipoaspiração mesmo dos vários dispositivos que estão em várias leis especiais.

Apenas a título de exemplo, o Código Penal fala do velho e bom estelionato, art. 171, tipo de fraude,

digamos, genérica, e lá, na Lei nº 8137 há um tipo de estelionato, no Código Eleitoral outro tipo de estelionato, e isso causa insegurança jurídica.

Muito bem, passo, Senador Eunício, mais uma vez agradecendo a confiança, a fazer um relatório, uma apertada síntese desse relatório para que possamos ter um prazo de uma semana para nos manifestar neste Código.

Antes de começar a leitura, digo que, como Relator, estou pronto ainda para ouvir os membros da Comissão. Ninguém tem a verdade absoluta a respeito disso, e tenho certeza de que muitos equívocos podem ter sido praticados aqui, Senador Eunício, Senador Aloysio, mas temos tempo ainda para corrigir isso e eu, com a humildade legislativa, com a honestidade parlamentar, estou pronto para acatar as sugestões para que nós possamos buscar um consenso. Mas uma coisa é certa: precisamos votar esse projeto no Senado para que vá à Câmara. Nós temos que orar ao Divino Espírito Santo para que não fique guardado em uma gaveta escura da Câmara dos Deputados, como sói acontecer, a Câmara é useira e vezeira em fazer isso. Um exemplo disso é o projeto do Código de Processo Penal, que está lá deitado em berço esplêndido e como é caso da Proposta de Emenda à Constituição que trata das medidas provisórias e outros casos que poderiam ser aqui citados.

Após mais de um ano de trabalho, chegamos ao esperado momento de apresentação do relatório final do PLS nº 236, de 2012, em que se propõe um novo Código Penal para a sociedade brasileira. Foram oferecidas mais de 800 emendas de Senadores e Senadoras para a matéria e apensados mais de 140 projetos de lei que tramitam nesta Casa. Além disso, recebemos milhares de sugestões pelo Alô Senado, pelo *e-mail* institucional e por entidades com quem conversamos, Senador Aloysio.

Eu quero ressaltar aqui a significativa contribuição das redes sociais: Twitter, Facebook, por onde recebemos contribuições.

Como sabemos, nosso atual Código Penal de 1940 está em descompasso com a construção de um Estado social e democrático de direito que priorize a proteção da sociedade, em especial no que se refere à salvaguarda dos direitos difusos e coletivos. Do mesmo modo, com base no princípio de vedação da proteção insuficiente e do princípio da proibição de excesso, mais do que nunca se faz necessário que a legislação penal seja organizada e sistematizada, possibilitando que seja atribuída a devida proporcionalidade aos inúmeros tipos penais e suas penas, evitando contradições e injustiças.



Foram vários os avanços trazidos no projeto original, o anteprojeto, ao PLS 236, construído pela douta Comissão de Juristas presidida pelo Ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, e determinada pelo Presidente Sarney. Dentre eles podemos destacar a sistematização de toda a legislação penal extravagante. A previsão da responsabilidade penal de pessoas jurídicas; regras mais claras para progressão de regime; aumento do rigor penal no combate aos crimes contra os animais; a tipificação do crime de terrorismo; entre outros.

Após apresentar meu relatório preliminar, recebi, Senador Aloysio, diversas contribuições para o seu aperfeiçoamento. Agradeço a todas as pessoas que participaram desse processo e que tornam o presente trabalho uma verdadeira obra de autoria coletiva.

Neste momento, pretendo expor as contribuições que preparei em meu relatório final sem descuidar dos direitos e garantias dos condenados. Tenham certeza de que, com o novo Código Penal, traremos mais segurança aos cidadãos, necessidade tão premente na sociedade brasileira, mas é bom que se diga que este Código não é uma panaceia. Ele não resolve todos os problemas de segurança do Brasil. Aliás, o Código Penal, a legislação penal, material, é um instrumento no que se denomina de Política de Segurança Pública. Ele não vai resolver os problemas de segurança pública do Brasil. Não podemos enganar o cidadão brasileiro. Ele é um veículo, um instrumento para que tenhamos essa sociedade mais justa, mais livre, mais solidária, que é o objetivo da República, no seu art. 3º, como todos sabemos.

Inicialmente, exponho alguns dados gerais sobre o Substitutivo ora proposto:

- a) Há, no Substitutivo, 355 figuras típicas, sem contar causas de aumento ou diminuição ou tipos privilegiados ou qualificados integrantes do mesmo artigo;
- b) Desse total, existem 81 tipos penais cuja pena não excede dois anos, sendo, portanto, de menor potencial ofensivo, nos termos do art. 98, inciso I da Constituição, como fiz referência. Em sete deles há dispositivos de aumento ou qualificação que elevam a pena para a faixa seguinte;
- c) São 185 crimes os que, na figura básica, admitem o regime inicial aberto e a substituição por pena restritiva de direitos. Hoje, nos termos dos arts. 44 e 77, do Código Penal. Sendo que 24 deles trazem dispositivos de qualificação ou de causa de aumento impedidos desses benefícios;

d) Há 126 crimes cuja pena máxima excede quatro anos, obstando o regime inicial aberto e a substituição por pena restritiva de direitos. Em 26 crimes desse grupo, há causas de aumento ou dispositivos de qualificação que elevam a pena para a faixa seguinte (igual ou maior do que oito anos); e

e) Há 45 figuras típicas cuja pena excede oito anos, naquele espaço de confronto, previsto no art. 5º, inciso 43 da Constituição; sem contar tipos dos grupos anteriores que, em razão de causa de aumento ou qualificação, podem alcançar esse patamar.

Eu fiz um quadro comparativo das principais modificações. Acréscimo da pena para pessoas jurídicas de publicidade do fato em órgãos de comunicação. É uma nova pena que não se encontrava no projeto anterior. Nós trouxemos essa nova pena, mais ou menos em uma analogia com o Código de Defesa do Consumidor, que traz princípios dessa natureza.

Aqui um ponto de relevo, Senadores: maior rigor no prazo e necessidade de reparação da vítima para progressão de regime. Nós todos sabemos que não é a quantidade de pena que faz com que o cidadão não cometa crime. Aliás, isso vem de mais de 200 anos. Desde Beccaria, no *Dos Delitos e das Penas*, em que ele dizia isto: não é a quantidade de pena, mas a certeza de que existirá uma punição, a certeza da punição.

Muito bem. No Brasil, o cidadão tem a progressão de regime em cumprindo um sexto da pena, conforme art. 33, do atual Código Penal.

Vou trazer um exemplo simples: o cidadão é condenado por homicídio simples, como se pudesse ser simples retirar a vida de um semelhante, a seis anos...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Hediondo! Ele recebe a pena de seis anos pelo homicídio tipo básico. Em razão da progressão de regime, seis anos, art. 33, ele fica no semiaberto. De quatro a oito, semiaberto.

No semiaberto, ele vai ficar um ano, que é um sexto e já vai para o regime aberto, que não existe na realidade. Não existe regime aberto no Brasil, só na legislação. Portanto, não se apresenta, não se afigura como razoável que aquele que retira a vida de um semelhante fique um ano no regime semiaberto.

Isso foi mudado. De que maneira, Senador Aloysio? A pena de prisão será executada em forma progressiva com a transferência para um regime menos rigoroso a ser determinado pelo juiz quando o preso ostentar bom comportamento carcerário e aptidão para o bom convívio social e tiver cumprido, no regime ante-

rior – o primeiro ponto –: um quarto da penam, senão reincidente em crime doloso. De um sexto, passamos para um quarto, senão reincidente em crime doloso. Um terço da pena, se reincidente em crime doloso, ou se for o crime cometido com violência ou grave ameaça – um terço! Ou se o crime for contra a administração pública, a ordem econômica financeira ou tiver causado grave lesão à sociedade, nos chamados crimes com vítimas difusas.

Metade da pena, se o condenado for reincidente em crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa ou em crime que tiver causado grave lesão à sociedade. Ou metade se condenado por crime hediondo.

Dois terços da pena, se reincidente e condenado por crime hediondo.

E o parágrafo 1º: “Para progressão subsequente, a fração de cumprimento de penas será calculada sobre o tempo restante.”

Muito bem. Aqui uma outra contribuição, penso, significativa. As condições subjetivas para a progressão serão objeto de exame criminológico e de parecer do Conselho Penitenciário, com prazo máximo de 60 dias, contados da data do recebimento da determinação judicial. Após o que, com ou sem eles, a questão será decidida pelo juiz.

Aqui o exame criminológico se faz necessário, obrigatório, mas nesse prazo razoável para que nós possamos obedecer ao princípio da razoabilidade trazido pela Emenda Constitucional nº 45 ao art. 5º da Constituição.

Esse é um tema que merecerá debates, Senadores aqui presentes.

Continuo neste resumo.

Crimes de corrupção como crime hediondo em harmonia ao PLS 204, já aprovado por esta Casa, para que nós possamos manter a liberdade de conformação legislativa já aprovada aqui nesta Casa e já numa gaveta, começando a ficar escura, na Câmara dos Deputados.

Fim da prescrição retroativa com base na pena *in concreto*. Essa é uma criação da década de 60 e depois com construções jurisprudenciais.

Manutenção da eutanásia como crime de homicídio e manutenção da ortotanásia como conduta atípica.

Exclusão da possibilidade de abortamento nas 12 primeiras semanas de gravidez, em razão da incapacidade de a gestante arcar com a gravidez. Entendo, como Relator, que a Constituição da República protege a vida. Nós estaríamos aqui violando o art. 5º da Constituição, a proteção do valor vida, ao estabelecermos a possibilidade do abortamento até a 12ª semana. Nós afastamos essa possibilidade que se encontrava no anteprojeto trazido pela Comissão de Juristas.

Aumento do rigor penal no combate aos furtos de veículos.

Reintrodução do crime de violação de domicílio.

Exclusão de padrão rígido de cinco dias para determinar se o agente é usuário de drogas. Nós retiramos isso porque entendemos que nós não podemos, por mimetismo com países onde existe esta previsão, como Portugal, recentemente Uruguai, aliás aprovado no Senado uruguaio me parece ontem, porque aqui nós temos que levar em conta várias questões. Dentre elas, até a geografia, o espaço territorial da República Federativa do Brasil.

Portugal, como todos nós sabemos desde a aula da sétima série, só faz fronteira seca com a Espanha. A República Federativa do Brasil faz fronteira seca com os maiores produtores de drogas do mundo. Só o Estado de Mato Grosso, Estado que tenho orgulho de representar, tem 750km de fronteira seca com a Bolívia. Nós não podemos confundir o espaço territorial, o componente espacial do Estado, o território uruguaio com a República Federativa do Brasil. Essas questões foram levadas em conta.

Maior rigor no combate ao enriquecimento ilícito. Aliás, nós não temos essa figura típica no Brasil. No entanto, em razão da Convenção de Mérida, tratado internacional firmado pela República Federativa do Brasil, nós já estamos atrasados na tipificação desta figura criminosa.

Criminalização da doação eleitoral ilegal. Nós sabemos que o Código Eleitoral estabelece a não prestação de contas como falsidade ideológica lá no Código Eleitoral, e existe dissídio na jurisprudência para saber se esse crime só existe até – me parece que é o art. 204 do Código Eleitoral – o fim do processo eleitoral, até a diplomação. Nós trouxemos essa previsão para o Código Penal.

Combate aos desvios de recursos públicos mediante tipificação do crime de saque regular de conta pública. Isso aqui existe muito na destinação de verbas da União para os Municípios e para os Estados através do mecanismo que se denomina convênios.

Imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade é um tópico que precisa ser ressaltado.

Revisão das penas para os crimes contra a fauna. A Lei 9.605, de 1998, estabelece o preceito secundário às penas acanhadas. A Comissão Especial de Juristas elevou essas penas dos crimes contra a fauna, animais silvestres, animais exóticos e animais domésticos, aqui junto a fauna ictiológica, mas nós aqui ficamos na mediação entre a previsão da Lei 9.605, de 1998, a chamada Lei Ambiental, e o estabelecimento do que a Comissão Especial de Juristas trouxe.

A exclusão do crime de racismo ou discriminação no caso de livre manifestação de pensamento crítico, especialmente no caso de opinião religiosa. Esse tema está na página 454 do relatório.

Aqui nós fizemos uma mediação entre vários princípios constitucionais. Dentre eles, a liberdade de manifestação, que é a liberdade primeira, a liberdade primária do cidadão, e também estabelecemos aqui uma exclusão em razão do art. 5º, inciso VI, da Constituição, que fala da liberdade de consciência, da liberdade de crença e da liberdade de culto, uma vez que entendemos que na liberdade de culto se encontra prevista a manifestação litúrgica, a exteriorização de uma crença, inclusive os dogmas, as verdades dessa crença, isso sem ofensa à liberdade de manifestação de pensamento e também sem ofensa à integridade física e à honra de quem quer que seja. Nós buscamos fazer uma mediação, mas queremos ainda contribuições do cidadão e dos Senadores.

Revitalização dos crimes bióticos previstos na Lei 11.105, de 2005. Havia um erro material da retirada desses crimes com revogação desses crimes previstos nessa lei pela Comissão Especial de Juristas, mas confessadamente foi um erro, um equívoco que aqui resolvemos.

Exclusão dos crimes de guerra do novo Código Penal. Isso foi mantido em conversas com a Justiça Militar, com o Ministério Público Militar, com as associações. Melhor estaria – em razão da diferença de tratamento, em razão da hierarquia, disciplina, que é aqui objetivo e bússola do sistema militar – a manutenção do Decreto-Lei 1.002, de 1969, que é o Código de Processo Penal Militar e do Decreto-Lei 1.001, de 1969, que é o Código Penal Militar. Sempre ressaltando que necessário se faz fazermos a adequação deste Código Penal Militar, que é o Decreto-Lei 1.001, de 1969, com a estrutura constitucional que nós vivemos hoje.

Portanto, Sr. Presidente, é com muita honra que entrego o relatório.

Encerro dizendo que este projeto ainda precisa ser aprimorado. Parece um contrassenso o próprio Relator, que se debruçou no Código por mais de ano dizendo que ainda precisa de avanços. Não é isso. Este projeto não pode ser obra de um homem só. Este Código precisa ser obra do conjunto de Senadores que aqui representam os Estados e a sociedade brasileira.

Portanto, quero ressaltar: eu, como Relator, estou aberto a que possamos fazer modificações, sempre ressaltando também que tenho as minhas convicções, tenho meus compromissos políticos, tenho meus compromissos com o povo do Estado de Mato Grosso e vou argumentar em cada ponto cujas emendas restaram afastadas.

Encerro, Sr. Presidente, agora, dizendo que este projeto não pode ser um código de amigos e também não pode ser um código de inimigos, de acordo com a teoria do direito penal alemão, de Günther Jakobs, do chamado direito penal do inimigo. Esse código não pode ser de amigos nem de inimigos, tem que ser um código cidadão, um código da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Pede a palavra pela ordem o Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu acho que se faz necessário – não sei se V. Exª já encaminhou dessa forma – um pedido de vista. Como é que V. Exª...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – A Mesa – V. Exª não tinha ainda chegado, estava na Comissão de Constituição e Justiça – definiu por ouvir o Senador Pedro Taques...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – ... combinado com os demais Senadores que aqui estavam, no sentido de que ao invés de colocarmos em votação – embora o Senador Pedro Taques já tenha antes de fazer este relatório dado conhecimento aos membros da Comissão do seu relatório que iria apresentar aqui e cabe a esta Comissão Especial debater e aprovar o Código – por cautela, por precaução, para que até os que aqui não puderam comparecer por motivos outros, por estarem em outra Comissão, por estarem em outras audiências, sabemos da nossa agenda aqui terça, quarta e quinta, a Presidência achou por bem não adiar, mas dar vistas coletivas desse relatório, já convocando de antemão para a próxima terça-feira, no mesmo horário, 9h30, para aprovação do parecer do Senador Pedro Taques. Como ele disse ainda, e eu conversei muito com o Senador Pedro Taques, eu disse aqui no início da reunião que não havia apresentado emendas formais porque preferi confiar no discernimento e no conhecimento que tem o Senador Pedro Taques, quando tive o privilégio de indicá-lo para que o Plenário o aprovasse e ele foi aprovado por unanimidade. É um privilégio nosso tê-lo como Relator.

Portanto, a Mesa vai dar, de ofício, vista coletiva para que, já convocando reunião, na próxima terça-feira, às 9h30 da manhã, aprovemos, emendemos até lá, por entendimentos com o Senador Pedro Taques.



Quem quiser apresentar voto em separado, o Regimento permite que o faça, mas eu faria um apelo aos Srs. Senadores e deixaria aqui, nas notas taquigráficas, para dar conhecimento aos demais membros da Comissão que aqui não estão, que a gente faça... O Senador Pedro Taques está muito aberto a essa discussão, para que a gente não tenha aqui que debater novamente um outro relatório paralelo ou um voto em separado, e, além disso, teremos ainda condição de emendá-lo no plenário do Senado, que a gente faça aqui um entendimento com o Senador Pedro Taques.

O Senador Pedro Taques se prontificou desde o início, dizendo que não pode ser o relatório de um homem só nem de apenas da vontade de alguns, até porque, como ele disse, mais de 800 emendas foram apresentadas, mais de 16 reuniões, debates e tantas outras informações que recebemos pelos meios de comunicação de que o Senado dispõe e de outros meios que chegaram até nós. E, estando o Senador Pedro Taques aberto a essa proposta, fica, de antemão, dada vista coletiva a todos os Srs. Senadores dentro desta Comissão.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por esta decisão, que me parece prudente, e não apenas prudente. A decisão de V. Ex<sup>a</sup>, na prática, também abre campo para que nós possamos, ao longo desses dias, trabalhar com mais precisão, de maneira cirúrgica, o excepcional trabalho que foi conduzido pelo Senador Pedro Taques. Não quero emitir valor de juízo nesta oportunidade em relação ao mérito, mas quero cumprimentar o Senador Pedro Taques, porque, ao longo desses meses todos em que, na condição de Relator, conduziu os trabalhos, ele se colocou de maneira aberta, democrática; conversou com quem quis, conversou com todo mundo, ouvimos muitas entidades, houve muitas emendas, estabeleceu método para que esse processo pudesse se dar. E V. Ex<sup>a</sup> está chegando ao final desse relatório da maneira que entrou, pela porta da frente. De maneira republicana, V. Ex<sup>a</sup> conduziu esse debate ao longo deste ano.

De modo que acho que, ao final, Sr. Presidente, o compromisso que nós deveríamos fazer, que acho que é de V. Ex<sup>a</sup> também, o Senador Aloysio, é que nós não encerrássemos 2013 sem fechar o relatório. Que nós encerrássemos este ano e que nós fizéssemos um esforço de debate, o que tivérmos de debater, no nível que tivérmos de debater, no esgarçamento e no esgotamento, mas o compromisso, que tenho certeza

é de V. Ex<sup>a</sup>, pela forma dedicada com que V. Ex<sup>a</sup> conduz o mandato, que nós pudéssemos ao final, quem sabe na terça-feira, votar esse parecer e o entregarmos ao Presidente Renan Calheiros, para que ele possa pautar – não sei se há tempo de pautá-lo em plenário, esse é um outro debate. Mas, de maneira coletiva, esta Comissão cumpriria o seu papel de encerrar 2013 com um trabalho excepcional, conduzido por V. Ex<sup>a</sup>, na condição de Presidente, e também pelo Senador Pedro Taques, que, não apenas pelo conhecimento pessoal que tem da matéria... Só faço aqui os protestos quando ele afirma que este não é um relatório meu ou seu, não poderia ser e não o é, porque V. Ex<sup>a</sup> se conduziu com absoluto espírito democrático e republicano ao longo desse período todo.

Quero dar esse testemunho de quanto o debate foi esgotado e a janela que a sociedade teve, as suas instituições, para participarmos deste que é o primeiro debate que nós estamos fazendo aqui, no Senado. Após os anos 40, ele sofreu uma reforma, mas essa é uma reforma, vamos dizer assim, estruturante do Código Penal.

Parabéns ao Senador Eunício Oliveira por ter designado V. Ex<sup>a</sup> para relatar a matéria. Meus cumprimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Antes de encerrar, o Senador Aloysio pede a palavra.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu quero também, na sequência do Senador Ferraço, cumprimentar o Relator da nossa Comissão, Senador Pedro Taques, pelo trabalho excepcional que realizou ao longo desse tempo em que esteve incumbido por V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, da relatoria deste novo projeto do Código Penal.

Quero cumprimentar também V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eunício Oliveira, pela maneira como V. Ex<sup>a</sup> conduziu o trabalho, pela abertura que deu para que chegassem a esta Comissão contribuições dos mais variados setores, não só do pensamento jurídico, mas também da opinião pública.

Creio que nós chegamos a um trabalho que tem condições de receber um amplo apoio do Plenário do Senado, não apenas desta Comissão.

Claro, haverá ainda uma etapa decisiva, que é a etapa do Plenário. Por isso é que eu acho importante que nós possamos concluir agora, como disse o Senador Ferraço e como é o propósito do Presidente e do Relator, a etapa da tramitação nesta Comissão Especial. A partir daí, nós teremos a publicação, teremos um prazo maior ainda para que novas manifestações

ocorram, de tal maneira que nós possamos chegar à votação em plenário com pleno conhecimento de todos os Senadores e, também, já com a delimitação dos pontos em trono dos quais se darão os embates na votação do texto.

Eu acho que a condução que V. Ex<sup>a</sup> propõe, Presidente, é muito adequada. Na semana que vem, discutiremos e deliberaremos sobre o relatório do Senador Pedro Taques. E aqueles que tiverem como eu, discordância sobre um ou outro ponto, ao se manifestarem, farão já as suas ressalvas para que, no plenário, se possa, depois, enfrentá-las no voto, se for o caso.

Então eu quero, mais uma vez, cumprimentar tanto o Senador Pedro Taques quanto o Senador Eunício Oliveira pela condução deste trabalho à frente da nossa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio. Exatamente na ideia de que possamos, na próxima terça-feira, aprovar esse relatório nesta Comissão e, na sequência, entregar ao Presidente o resultado do nosso trabalho, durante tanto tempo, e pela dedicação do Senador Pedro Taques e demais membros desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 4 minutos.)*

Senador **Eunício Oliveira**, Presidente.

**COMISSÃO ESPECIAL INTERNA  
DO SENADO FEDERAL DESTINADA  
A EXAMINAR O PROJETO DE LEI DO SENADO  
FEDERAL Nº 236, DE 2012, QUE REFORMA  
O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**

**ATA DA 17ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 17ª Reunião da Comissão realizada em 17 de dezembro de 2013, às 10 horas e 45 minutos, na Sala nº 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **Eunício de Oliveira (PMDB-CE)**, com a presença dos Senadores (as): **Jorge Viana (PT-AC)**, **Pedro Taques (PDT-MT)**, **Lídice da Mata (PSB-BA)**, **Eduardo Suplicy (PT-SP)**, **José Pimentel (PT-CE)**, **Ana Rita (PT-ES)**, **Ricardo Ferraço (PMDB-ES)**, **Benedito de Lira (PP-AL)**, **Sérgio Souza (PMDB-PR)**, **Vital do Rêgo (PMDB-PB)**, **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)**, **Cícero Lucena (PSDB-PB)** e **Magno Malta (PR-ES)**. Deixou de comparecer o Senador **Armando Monteiro (PTB-PE)**. Na oportunidade foi aprovado parecer do Relator, Senador Pedro Taques, favorável nos termos do substitutivo que apresenta.

Senador **Eunício Oliveira**, Presidente.

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Especial interna, destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal brasileiro.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloço em votação a ata da 16ª Reunião – a 17ª Reunião vamos votá-la no final –, solicitando a dispensa da respectiva leitura, tendo em vista já haver sido distribuída a V. Ex<sup>as</sup>.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da 16ª Reunião.

Conforme convocação, a presente reunião foi agendada para aprovarmos o relatório final da reforma do Código Penal brasileiro.

Antes de passar a palavra ao Relator, o Senador Pedro Taques, como Presidente desta Comissão, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos sobre temas que foram aqui, ao final, abordados pelos membros da Comissão e por algumas entidades. Informa-me o Relator que esses temas estão pacificados na Comissão e, obviamente pacificados pelo menos pela maioria, se não digo à unanimidade, das entidades que representam esses interesses. Inclusive algumas questões que eu próprio, como Presidente, cheguei a levantar juntamente com o Relator alguns temas, questões que todos nós temos conhecimento, como a do art. 409, ainda pendente, que há um compromisso do Relator, Relator em quem confio plenamente, tanto que submeti o nome do Senador Pedro Taques a esta Comissão por compreender que além de jurista, além de conhecimento técnico, além de paciência para ouvir a todos para fazer a discussão aberta, tranquila, serena, como tem feito o Senador Pedro Taques, não apenas com esta Comissão, mas com todos aqueles que me procuraram e àqueles que também procuraram o Senador – os que me procuraram eu sempre encaminei ao Senador Pedro Taques – para fazer o debate e obviamente trazer essa condição ao seu relatório.

Há outra questão – também há um compromisso, eu quero deixar bem claro aqui, e eu confio, repito mais uma vez, no Relator, no bom senso, no equilíbrio e nos compromissos assumidos – é a respeito do abuso de autoridade que já está definido. Questões como o aborto e outras questões mais profundas já houve, segundo o Relator, entendimento nessa questão, aliás, ele conhece a minha posição clara em relação a isso. Desde o primeiro momento, eu defendi que devíamos

nos limitar à posição já definida no Código pelo Supremo, na decisão do Supremo, amparada na decisão do Supremo em relação a essa questão, fundamentalmente a do aborto e outras questões.

Então, me limitei, durante toda essa discussão, a não apresentar, Senador Aloysio, emendas a esse projeto. Eu me limitei, sempre, a buscar o entendimento com o Relator, o Senador Pedro Taques, sem fazer um documento. Acho que fiz um ou dois ou três documentos formais do ponto de vista de emenda, sempre procurando conversar com ele e buscar também o entendimento em questões que, como Presidente da Comissão, eu tinha também a obrigação de ouvir a chamada sociedade organizada, e, por que não dizer, até buscar pessoas que não representavam o setor, mas que nos encaminhavam questionamentos sobre vários artigos, vários temas, numa matéria dessa natureza – aproveito para cumprimentar ali o nosso Conselheiro do CNMP, Leonardo Carvalho, que está aqui conosco – para dizer que tema como esse, um Código Penal que tem 70 anos de existência, que foi feito ainda quando a sociedade brasileira era rural, e hoje, no mundo da tecnologia, obviamente que, além deste Código ter mais de 100 leis, são 115 leis, e incorporar tudo em um único material, em um único processo, não é tarefa fácil.

Portanto, quero deixar bem claro aqui que o Senador Pedro Taques, faço esse registrar como Presidente desta Comissão Especial, foi extremamente diligente, teve paciência para ouvir a todos, debatemos várias vezes a ampliação; quebramos aqui, às vezes com a contrariedade do nosso secretário Renilson – a quem agradeço e a todos que participaram desta Comissão Especial –, quebramos várias vezes o Regimento para ampliarmos prazos, claro, de comum acordo com os membros desta Comissão e com o Relator. Então, quebramos, aqui, o Regimento, coisa que não me é muito pacificada, porque fui Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e estou aqui ao lado do meu Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de instância final nesta Casa do ponto de vista jurídico, então, fez com que eu tivesse a compreensão de que o Senador Pedro Taques pedia sempre esse prazo, sempre adiávamos esse prazo, sempre quebrávamos o Regimento para uma única coisa: buscar o entendimento e o consenso possível.

Não dá para imaginar que, aqui, nós vamos fazer um novo Código Penal incorporando 115 leis, atualizando um Código de 70 anos atrás em um mundo moderno de hoje sem a gente contrariar algumas pessoas ou até algumas entidades. Então, para aqueles que não se sentirem contemplados, nós ainda temos a instância do Plenário do Senado Federal para debatermos e

discutirmos essa matéria, que depois ainda será encaminhada à Câmara dos Deputados, onde também terá um espaço para o debatei. Mas, precisamos cumprir o nosso papel e encerrar essa nossa missão no dia de hoje, pedindo a compreensão de todos que estão contemplados e também aos que não estão contemplados, porque ainda temos espaço – quero deixar bem claro isso – para discussões.

Senador Pedro Taques, mesmo após V. Ex<sup>a</sup> ter entregado o relatório, mesmo após termos fechado e aprovado o relatório obviamente que vou continuar necessitando do seu conhecimento, de suas informações, para que a gente possa seguir na finalização desse Código, não apenas nesta Comissão, mas no Congresso Nacional, para entregar um novo instrumento para a sociedade brasileira, esse Código não pode ser uma panaceia em achar que nós vamos resolver a questão de segurança pública no Brasil. Mas acho que é uma contribuição no momento em que a gente percebe uma sociedade aflita, uma sociedade incomodada pela questão da insegurança que grassa em todo o País, inclusive na questão de drogas e vários outros temas.

Portanto, eu queria fazer essas considerações.

E, na sequência, Senador Pedro Taques, passar a palavra para V. Ex<sup>a</sup>, parabenizando os membros desta Comissão que se reunirão agora de manhã para dirimir algumas dúvidas ainda existentes.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu peço a palavra, Sr. Presidente, antes do Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu vou dar a palavra a V. Ex<sup>a</sup>. Deixe-me só concluir.

Eu quero deixar bem claro que até, de certa forma, compreendo as dificuldades de cada um, compreendo a agenda de cada um – Senador Jorge Viana, por favor, para depois... Já vou concluir –, mas quero dizer o seguinte: eu compreendo as angústias, as dificuldades, as finalizações desse processo, mas quero deixar bem claro que todas as vezes que nós convocamos esta Comissão alguns membros foram frequentes sem uma única ausência. Eu compreendo as nossas agendas, pois somos todos muito ocupados. Mas eu quero também dizer ao Senador Pedro Taques, que eu já tenho uma certa experiência de tempo, não de qualificação, mas tempo neste Congresso Nacional...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pouco tempo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu tenho um pouco mais de experiência, já tive três mandatos de Deputados e cheguei aqui ao Senado e o Senador Pedro Taques



militava em outra instância, em outra área, com muita competência, mas chegou aqui agora e vai compreender exatamente isso.

É sempre assim, as ausências são sempre notadas, mas essas ausências são sempre preenchidas no final do fechamento de todos os relatórios, não só deste, mas de todos os relatórios. Portanto... Eu vou dar a palavra a V. Ex<sup>a</sup>. Peço a V. Ex<sup>a</sup> um pouco de paciência.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estou tranquilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Essas ausências são sempre notadas por quem preside ou por quem relata, e, no final, essas ausências são sempre preenchidas no final de cada relatório. Então, estou dizendo...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Essas presenças são festejadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Estou dizendo isso ao Senador Pedro Taques, não apenas para criticar ninguém, mas para confortar o Senador Pedro Taques, que leva, nesse primeiro momento, um papel fundamental, que é o de fazer essas modificações.

Portanto, essas são as minhas considerações, deixando bem claro, Senador, Pedro Taques, que há, por parte – e eu confio em V. Ex<sup>a</sup> –, quando eu disse que não fiz emendas é porque conversei muito e tudo o que concordava com V. Ex<sup>a</sup> já estava dentro do texto, então, não havia necessidade de fazer emendas. Mas, nessas duas questões do 409 e na questão do abuso de autoridade, porque os outros temas que conversei com V. Ex<sup>a</sup> estão pacificados, V. Ex<sup>a</sup> sabe que eu tinha divergência em relação ao texto final em algumas questões, a questão específica fundamental do aborto e outros temas, que terminou evoluindo para um texto que, agora, me parece pacificado e me contempla do ponto de vista de ter a nossa opinião ajudado a contribuir para o debate e para a finalização.

Portanto, eu queria passar a palavra para o Relator, mas me pedem a palavra, pela ordem, o Senador Vital do Rêgo e o Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, somente para, neste momento...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ele é mais velho que eu, Sr. Presidente.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup>, em rápidas palavras, vão traduzir o momento especial que o Congresso Nacional, o seu Senado, vive, quando o Senador Taques entrega o seu relatório após dois anos de trabalho.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eunício, relatou com uma propriedade muito aguçada o que envolveu a Comissão ao longo destes dois anos. E eu queria, na condição

de membro, deixar de forma muito clara e repetindo V. Ex<sup>a</sup> do extraordinário trabalho do Senador Pedro Taques na condução dessa tarefa. Não foi fácil, ao longo destes dois anos, mais de 200 reuniões que o Senador relatou, mais de 600 pessoas envolvidas diretamente, através das suas representatividades, e construímos, agora, um relatório que deverá ser o retrato do momento que o País vive, mas, acima de tudo, preenchendo conceitos, princípios, Senador Ricardo Ferraço, muito próprios de quem representa a Federação brasileira.

Permito-me, Sr. Presidente, agradecer, neste momento, ao Senador Pedro Taques, que, semana passada, discutiu comigo, e, hoje, eu discutia de forma acordada com o Senador Ricardo Ferraço, sobre três emendas que apresentei e que o Senador Pedro Taques foi extremamente sensível...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Que apresentamos.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Que apresentei e que V. Ex<sup>a</sup> já houvera apresentado.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Que apresentamos, e que tinha sido rejeitado pelo Relator inicialmente sob os meus protestos.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exato. E que ficamos com uma posição análoga e, certamente, uma posição que tem a maioria dos membros desta Casa.

A primeira exclui qualquer expressão de gênero, identidade de gênero e identidade sexual, opção sexual e orientação sexual. Isso estamos construindo de forma consensualizada no Senado a partir da votação da minha emenda substitutiva que deverá acontecer hoje, no Plano Nacional de Educação.

A segunda é que devolvem à questão do infanticídio o texto do *caput* do art. 123 do Código Penal atual, tornando clara a redação em que matar, sob influência do estado puerperal, o próprio filho durante o parto ou logo após o parto. Qualquer alteração disso, entendemos que é absolutamente subjetiva e que o Senador Pedro Taques comungou com essa posição, devolvendo para o *caput* do art. 123 do Código Penal o mesmo texto no seu relatório.

A terceira e última questão falada agora pelo Sr. Presidente, é a manutenção do texto originário, do texto atual, retomando o Código Penal dos dois primeiros incisos do artigo para que exista uma maior objetividade na questão do aborto. Temos princípios claros em defesa desta questão, colocamos de forma muito objetiva ao Senador Pedro Taques, que atendeu através do seu relatório, em que já constam essas questões do aborto, do infanticídio e da linguagem de gênero.

Eu queria agradecer penhoradamente a V. Ex<sup>a</sup>.

Nós temos outras etapas a percorrer com o Código Penal, mas já tenho a plena convicção de que, resguardadas outras questões técnicas que vão ser abordadas aqui e resguardado o direito daqueles que têm a consciência da importância desse projeto, nós estamos saindo muito bem com o relatório de V. Ex<sup>a</sup>.

Parabéns, Senador Pedro Taques!

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Antes de passar a palavra para o Relator, não é praxe, mas eu vou dar a palavra também ao Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Ex<sup>a</sup> e, naturalmente, cumprimentando o nosso Relator, com a mesma máxima vênua com que se pronunciou aqui o Senador Vital do Rêgo, eu também o faço rendendo homenagens ao Senador Relator Pedro Taques, que foi incansável nos debates que se sucederam ao longo dos últimos meses em que estivemos debruçados na construção de um Código Penal adequado à realidade conjuntural social do nosso País.

Foi um trabalho efetivamente laborioso. Foram mais de 800, quase 900 emendas. É um projeto, um Código com mais de 300 artigos, que tem enorme capacidade de influenciar o dia a dia dos nossos costumes e dos nossos hábitos. São temas complexos, temas polêmicos.

Fizemos, agora, pela manhã, um ajuste em que foi possível nós tratarmos de temas que estão relacionados à técnica legislativa, tratarmos de melhor definição e conceituação do crime culposos. Tratamos também da disciplina da eutanásia e da ortotanásia, inclusive da questão da falta, a meu juízo, de razoabilidade na pena da eutanásia, que V. Ex<sup>a</sup> estará abrindo para debate, mas tratamos também de temas que são absolutamente imprescindíveis e fundamentais à minha formação, que estão relacionados a temas como aborto, e V. Ex<sup>a</sup> vai se pronunciar a esse respeito na direção de manter o texto como está, cristalizando, de certa forma, um compromisso nosso pela promoção da vida, que foi um tema inegociável sob todos os aspectos, até porque precisamos ser escravos das nossas convicções. Tratamos também da descriminalização da droga, que V. Ex<sup>a</sup> vai abordar, mantendo as coisas como estão, ou seja, como estão consagradas em nosso Código Penal.

Portanto, fizemos uma revisão e fizemos um sobrevoo sobre esses temas, que são fundamentais, e V. Ex<sup>a</sup> estará falando sobre isso. E na medida em que esses temas forem, efetivamente, abraçados por V. Ex<sup>a</sup> na condição de Relator, nós estaremos acompanhando V. Ex<sup>a</sup>. Caso contrário, nós não estaremos acompanhando V. Ex<sup>a</sup>, mas quero crer que V. Ex<sup>a</sup> terá

oportunidade de, detalhadamente, falar sobre cada um deles para, ao final, nós nos pronunciarmos.

Sr. Presidente, lembro-me de que – me parece – há um despacho da Presidência da Casa de que, além do Plenário desta Casa e além da Câmara, este texto será submetido à Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, abre-se outra instância de debate para que esses temas que são complexos possam ser enfrentados. Parece-me ser este o entendimento da Casa, de que, além do Plenário do Senado, a Comissão de Constituição e Justiça, no mérito, estará enfrentando esse debate. O Senador Vital do Rêgo é membro desta Comissão e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

É esse o entendimento que estamos firmando em relação à tramitação desta proposta. É isso, Sr. Presidente?

V. Ex<sup>a</sup> fez menção às demais instâncias em que a sociedade poderá participar desse debate. Além do Plenário da Casa, antes do Plenário da Casa, a Comissão de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não. Eu me referi, Senador Ricardo Ferraço, ao fato de que essa sociedade pode apresentar aos Parlamentares, a quem cabe aqui fazer emendas inclusive de plenário, assim como na Câmara dos Deputados, até a votação final do relatório.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não. Só faço o registro porque me parece que há uma decisão da Mesa de que, além do plenário, esse projeto tramitará pela Comissão de Constituição e Justiça, antes de ir a plenário.

Portanto, também na Comissão de Constituição e Justiça estará sendo aberto prazo para que debates possam ser feitos, emendas possam ser apresentadas. É essa a contribuição que estou dando.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu recebo a informação de V. Ex<sup>a</sup>, mas havia o entendimento desta Comissão, inclusive entendimento ainda de quando eu era Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, de que, já que todos os membros desta Comissão eram membros da Comissão de Constituição e Justiça, não faria sentido ela ser encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça.

Foi esse o entendimento ainda quando eu era Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e depois passei essa informação ao Senador Vital do Rêgo.

Mas isso é uma outra questão, que não compete aqui neste momento, embora eu respeite o alerta de V. Ex<sup>a</sup>. Quando eu quis dizer, eu não quis me referir especificamente à Comissão de Constituição e Justiça,

sem nenhum óbice de que ela possa ir para a Comissão de Constituição e Justiça.

Mas havia o entendimento desta Comissão, porque os membros todos faziam parte da Comissão de Constituição e Justiça... Ali, membro da Comissão de Constituição e Justiça; presidente da Comissão de Constituição e Justiça; ex-presidente e membro; presidente da Comissão de Constituição e Justiça, membro da Comissão de Constituição e Justiça, membro da Comissão de Constituição e Justiça e membro da Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, houve entendimento, não hoje, mas lá atrás, sobre essa questão. Não óbice. Não cabe agora essa discussão. Acho que cabe discussão agora do teor da matéria, que foi debatida por esta Comissão. Esta Comissão é uma comissão especial e não pode entrar em mérito de comissões temáticas da Casa.

Mas, para deixar bem claro, nós temos nota taquigráfica para depois o Presidente não ser cobrado diferentemente do que está afirmando, nós temos ainda um caminho a percorrer. Mesmo que ela vá direto para o plenário do Senado, o plenário do Senado tem prazo, tem emendas a serem apresentadas, tem destaques, tem... V. Ex<sup>a</sup> conhece mais do que eu o Regimento desta Casa.

Então, além disso, depois ela ainda vai tramitar na Câmara dos Deputados. Essa matéria ainda vai tramitar na Câmara dos Deputados. O que eu preciso é que finalizemos, aqui nesta Comissão, com entendimento já óbvio, claro, daquilo que nós acertamos: entregar à sociedade brasileira, por esta Comissão Especial, composta por todos os senhores, presidida por mim e tendo a relatoria do Senador Pedro Taques. Que concluamos o nosso trabalho e entreguemos para outra instância, para que essas outras instâncias cuidem do restante do trabalho a ser feito nas duas Casas do Congresso Nacional.

Então, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup>, eu passo a palavra ao nosso Relator, Senador Pedro Taques.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>es</sup>. Senadores, cidadãos que nos acompanham pelos meios de comunicação, penso que o símbolo, que o signo mais importante que a Constituição Cidadã trouxe a partir de 1988 seja a tolerância, o dever fundamental de respeitar aquele que é diferente, o sentido de enxergar o outro com os olhos dos outros. Isso significa dignidade da pessoa humana. Não há nada mais importante na Constituição do que a tolerância com o que é diferente.

Senhores, em razão deste código aqui, durante um tempo eu fui chamado de filho da puta, monstro... Eu estou citando isso, porque está no dicionário, eu

posso dizer isso. E não quero que sejam retiradas da ata desta reunião.

Eu fui ameaçado de vários... Não, de pedófilo não, de várias maldades. Por exemplo, aqueles que protegem, que defendem a proteção mais firme dos animais diziam que vão colocar um cachorro para morder a minha bolsa escrotal. É nesse sentido. Eu fui ameaçado, ameaçado em razão de fazer um relatório, exercer a minha atribuição constitucional. A esses fascistas intolerantes, eu quero dizer que já passei oito anos da minha vida com escolta policial em razão de ameaças. Eu não tenho tempo para ter medo, seja de quem for, seja de quem for. Eu apresento o relatório com fundamento nas minhas convicções e tendo em conta o compromisso que fiz com o povo do meu Estado nas eleições de 2010.

Existem pontos neste Código que precisam ser modificados. Eu, como Relator, quero reconhecer isso, que podem ser modificados ainda, podem ser modificados. Existe um caminho próprio para essas alterações desse projeto. Eu entendo que este Código ainda não se apresenta como um Código perfeito, até porque não existe a perfeição em um código. Nós temos aqui posições filosóficas, religiosas, políticas, ideológicas, que devem ser respeitadas, e eu as respeito a todas.

Agora, no Brasil nós vivemos tempos escuros da intolerância daquele que é diferente. Aquele que tem uma posição diversa da sua se torna inimigo, e alguns entendem que ele tem que ser eliminado, eliminado. Eu entendo que aquele que pensa de forma diferente não possa ser eliminado, ele tem que ser convencido, convencido. Mas infelizmente, senhores, o Brasil vive momentos escuros nesse sentido.

Eu acatei, por convicção, algumas modificações ainda no relatório, e vou acatar outras, se perdurar como Relator, porque eu não tenho o dom da verdade. Essa verdade, ao menos a nós, como absoluta, ela não existe. Nós precisamos, sim, de algumas modificações no Código. E o Congresso Nacional, diferente do Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional não é contramajoritário. O Supremo, o Poder Judiciário é contramajoritário. O Congresso não é contramajoritário.

Muito bem, alguns pontos restaram modificados, já estão incorporados ao texto. Por exemplo, a questão do infanticídio: “matar o próprio filho durante ou logo após o parto sob influência perturbadora”. “Influência perturbadora”, eu restei convencido, Senador Pimentel, de que é uma expressão muito aberta, essa expressão poderia trazer dúvidas na sua aplicação. É uma questão de técnica legislativa. Eu fui Defensor Público durante três anos e Procurador da República durante quinze, eu nunca participei de um caso de infanticídio. Se nós procurarmos na literatura, na jurisprudência,



são pouquíssimos, são raros os casos de infanticídio. Portanto, nós mantivemos o famoso “sob a influência do estado puerperal”, de 1940, acatando uma emenda do Senador Vital do Rêgo, e o Senador Magno Malta também trouxe contribuições nesse sentido.

No tocante ao abortamento, no art. 127 – “Não há crime de aborto praticado por médico se houver risco à vida ou” – aqui existe uma conjunção alternativa – “ou à saúde da gestante” – esse termo “à saúde” pode trazer dúvidas na sua aplicação, em razão da Convenção do Cairo, de que a República Federativa do Brasil é signatária, que dá extensão à saúde a algo mais abrangente, como saúde física e saúde mental. Aqui o Senador Magno Malta, o Senador Vital do Rêgo e o Senador Ferraço trouxeram contribuições valiosas, argumentos valiosos, que nós aqui vamos manter o texto no relatório. Existe quem tenha posição contrária a isso, e vão debater isso em Plenário. Mantenho o texto de 1940 – “se não há outro meio de salvar a vida da gestante” – no 127, com a mesma redação.

A questão de gênero e orientação sexual. O Senador Vital do Rêgo trabalhou isso no Plano Nacional de Educação. Houve um acordo dos Líderes do Senado, Senador Aloysio, houve uma discussão sobre isso.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sim. Se me permite, no Plano Nacional de Educação. Aqui, nós estamos tratando da lei penal.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O.k. No Plano Nacional de Educação.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – São sedes diferentes.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É diferente.

Aliás, nós temos que garantir que as pessoas sejam diferentes; garantir que as pessoas sejam diferentes, inclusive nas suas posições.

Nós, aqui, acatamos a emenda do Senador Vital do Rêgo e a do Senador Magno Malta, no tocante a esta expressão “gênero e orientação sexual” no código, no projeto de código.

O Senador Aloysio Nunes...

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, na forma como V. Ex<sup>a</sup> acatou, V. Ex<sup>a</sup> suprimiu todas as linguagens referentes a essas opções, dentro dos diversos artigos que nós enumeramos.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Manteve como está. Como é o Código vigente.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, não manteve como está, Senador

Ferraço, porque o texto é diferente, o texto é diferente, porque traz outros adjetivos, outros substantivos.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas nesse particular, sim.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Nesse particular, sim.

Nos vários artigos, o Senador Magno Malta apresentou várias emendas nesse sentido. Eu quero reconhecer as emendas dele e do Senador Vital do Rêgo, com a fundamentação trazida, colacionada no PNE, com as divergências do Senador Aloysio.

Eu e o Senador Aloysio Nunes fazemos também parte da Comissão Mista que está tratando da regulamentação da Constituição. E lá, na regulamentação da Constituição, nós estamos trabalhando um texto que obedeça ao art. 5º, inciso XLIII da Constituição, no tocante a terrorismo.

O Senador Aloysio já apresentou uma emenda nesse sentido da excludente do terrorismo. Restou acatada para que nós tenhamos a mesma relação entre os dois textos, para que esses textos não possam ser diferentes.

Nós estamos aqui debatendo também, senhores, a nova Lei de Drogas, cujo Relator aqui nesta Casa é o Senador Valadares. Aliás, será debatida amanhã na Comissão de Constituição e Justiça.

Nós vamos trazer esse texto, manter o texto da atual legislação, da Lei de Drogas, a manutenção, e esperar esse texto, que será aprovado no Senado, porque nós teremos prazo ainda para modificar no código, no projeto do código, para que tenhamos a conversa, ligação, liame entre esses dois textos.

Deixe-me só buscar aqui.

O Senador Ricardo Ferraço traz uma importante contribuição, aliás, várias contribuições, a respeito da técnica legislativa, a respeito do conceito de culpabilidade, do conceito de culpa, do conceito de extraterritorialidade penal.

Essas questões técnicas... Nós temos um compromisso, porque, no Estado de Mato Grosso, Senador Ferraço, a palavra dada é a palavra cumprida. Eu tenho certeza de que no Espírito Santo também é assim.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – O que é combinado não é caro.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O que é combinado não é caro? Muito bem. E também guerra avisada não mata quem está despercebido.

Então, nós temos o compromisso de que nós possamos fazer uma análise desses conceitos, se nós vamos manter ou não o conceito de culpa, tendo em conta a imprudência, a negligência, à imperícia, ou um

conceito mais largo como se encontra hoje no projeto, discutindo com V. Ex<sup>a</sup> esse ponto.

E V. Ex<sup>a</sup> também traz um argumento importante sobre a pena em relação à eutanásia, que permanece sendo crime. V. Ex<sup>a</sup> está fazendo referência à pena que seria desarrazoada, que vamos analisar, para que possamos trazer aqui essa proporcionalidade na pena.

Existiram também algumas críticas a respeito da Lei das Contravenções Penais. Um exemplo disso. A Lei das Contravenções Penais fala na venda proibida de remédio abortivo. Nós revogamos a Lei das Contravenções Penais, mas isso não significa que nós não tenhamos uma pena, um tipo penal para a venda de remédios proibidos, que é crime. Contravenção penal, de acordo com os italianos, é um crime anão, um crime cuja pena é bem menor. Por isso, a pena é maior, porque é crime, não é contravenção penal. É crime. Crime, na divisão dicotômica do Direito Penal, as infrações penais se dividem em delitos ou crimes e contravenções penais. Nós resolvemos isso como crime. É muito mais grave este ponto.

Estas são todas as modificações trazidas pelo Senador Ferraço, pelo Senador Aloysio, e nós vamos analisar na CCJ, se para lá for, e em Plenário a questão da responsabilidade das pessoas jurídicas, responsabilidade criminal. Se a Constituição nos traz um piso da responsabilidade, em se tratando de crimes ambientais e crimes contra o Sistema Financeiro, ou a Constituição traz um teto. Se nós poderíamos acrescentar, Senador Pimentel, crimes contra a Administração Pública. Aqui não existe um consenso na Comissão.

Um outro ponto que não existe o consenso é no tocante à responsabilidade dos gerentes e responsáveis pela pessoa jurídica, este ponto nós também estamos conversando com o Senador Aloysio, da responsabilidade das pessoas jurídicas.

Portanto, o Senador Eunício Oliveira trouxe preocupações importantes sobre o abuso de autoridade, que está lá no art. 281, e, também, a respeito de maus-tratos a animais, do art. 409, do projeto. Estes temas nós vamos fazer ainda, temos tempo, essa mediação.

O importante aqui, senhores, é que nós possamos avançar, porque o Código tem 529 artigos, Senador Benedito de Lira: 529 artigos.

Há pontos em que não existe consenso? Dez, quinze, dos 529 pontos.

Portanto, a questão da droga, antes da chegada de V. Ex<sup>a</sup>, nós já conversamos aqui sobre ela, a manutenção do texto atual, para que possamos caminhar em plenário. A questão do abortamento...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ou seja, a droga continua sendo criminalizada.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Hoje, existe a prática de crime, mas não existe pena privativa de liberdade. Existe advertência e apoio terapêutico.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não é lícito.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não é lícito, é ilícito, porque é crime. Não existe nenhuma excludente de antijuridicidade. Esse é o ponto.

Permitam-me, senhores, me permitam dizer, e já encerro, Sr. Presidente, já encerro, dizer que, mais uma vez, repetindo, nós podemos caminhar com este projeto – podemos caminhar com este projeto.

Alguns temas, alguns defendem que maus-tratos a animais a pena seja superior a maus-tratos a criança. Abandono de animal a pena seja maior que abandono a criança. Eu não concordo com isso. É uma posição minha, é uma posição minha.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nenhum de nós.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Então, eu quero agradecer ao Senador Eunício, a confiança, a confiança. Quero agradecer ao Senador Vital do Rêgo, ao Senador Ferraço, ao Senador Magno Malta, ao Senador Pimentel, ao Senador Jorge, Aloysio e Benedito de Lira pela compreensão de que este Código, sim, ainda precisa, esse projeto, de ajustes, e nós temos oportunidade de fazer esse ajuste.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... para um esclarecimento em relação ao art. 128:

Art. 128 Não há crime de aborto:

I – se houver risco à vida ou à saúde da gestante;

II – se a gravidez resulta de violação da dignidade sexual ou do emprego não consentido de técnica de reprodução assistida;

III – se comprovada a anencefalia [isso já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, e, aí, V. Ex<sup>a</sup> se estende] ou quando o feto padecer de graves e incuráveis anomalias que inviabilizem a vida extrauterina, em ambos os casos atestado por dois médicos.

Isso ficou excluído.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Só um minutinho. Hoje a redação do 127 é a seguinte: “Se não há outro meio de salvar a vida da gestante”. É o texto de 1940.

Aí continuou a Emenda do Senador Vital e Magno Malta:

II – Se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou quando incapaz de ser o representante legal.

É o texto de 1940. Igualzinho.

Nós temos uma Emenda do Senador Aloysio porque a Comissão Especial de Juristas trouxe a possibilidade do abortamento até a 12ª semana. No meu relatório eu excluí essa possibilidade; o Senador Aloysio está pedindo a reintrodução desse ponto, mas eu mantive a decisão do Supremo Tribunal Federal no tocante a feto anencéfalo, anencefálico.

Nesse ponto, nós precisamos fazer a adequação à decisão do Supremo Tribunal Federal.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse é o limite?

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Esse é o limite. A decisão do Supremo é o limite. Existem posições contrárias, e é bom que isso seja ressaltado, mas nesse tema nós precisamos fazer esse debate.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quem as tiver pode debater.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – O Senador Aloysio pede a palavra.

Tem a palavra V. Exª.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, antes de fazer a minha intervenção, eu indagaria ao Relator que destino deu aos destaques que foram apresentados por mim, pelo Senador Agripino e pelo Senador Armando Monteiro referentes ao tema da pessoa jurídica.

São vários destaques...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Aloysio, V. Exª conhece o Regimento desta Casa...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Nem tanto.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – ... mais do que todos nós, mas os destaques podem ser apresentados durante toda a discussão. No final da discussão, nós colocaremos os destaques de V. Exª para apreciação do Relator.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Perfeito.

Sr. Presidente, justifico a minha indagação, porque eu tinha a intenção de apresentar – aliás, apresentei – destaque sobre a questão do terrorismo...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sobre a mesa.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... e o Relator já me adiantou que se dispunha a acolhê-lo. Por isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Ao final, V. Exª pode usar a palavra, e, encerrada a discussão aqui, vou colocar a matéria principal, ressaltados os destaques, e aí votaremos os destaques em separado ou em bloco, como queiram V. Exªs.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Perfeito. Pois não.

Sr. Presidente, o Senador Pedro Taques teve um percurso profissional, antes de se tornar o excelente Senador que é hoje, que coincidiu com o meu em alguma medida.

Como ele, fui Procurador do Estado de São Paulo e, na Procuradoria do Estado, atuei em um setor que, à época, estava incluído nas competências da Procuradoria e que hoje é objeto da ação da Defensoria Pública. Fui Defensor Público, como Pedro Taques, na Procuradoria de Assistência Judiciária. E lá, além das várias experiências que tive e que influíram muito na minha formação, há uma que eu gostaria de lembrar agora e que lembrei já no início da minha campanha eleitoral para o Senado.

Certa vez, surgiu, na 28ª Vara Criminal, onde eu oficiava como Defensor Público, um caso de crime de aborto, e eu fui designado para defender a mulher acusada da interrupção criminosa da gravidez. Eu era Defensor Público, minha função era defender os réus pobres. Era o caso dessa moça. A ré – fui conhecê-la melhor antes da audiência de instrução e julgamento – era uma pessoa muito simples, muito pobre. Trabalhava como empregada doméstica em uma família composta por um casal de idosos e vários filhos, e, em determinado momento de sua vida, engravidou, como resultado não de um casamento, mas de um namoro.

Essa moça conviveu, durante algum tempo, com um drama terrível. Ela tinha receio de revelar a sua situação de gravidez. Na época, não havia ainda a proteção social para garantir a estabilidade durante a gravidez, e ela tinha o receio de enfrentar a censura de seus patrões pelo fato de ter engravidado sem ser casada. E o diálogo que tive com ela evidenciou para mim a completa imaturidade dessa pessoa para enfrentar uma situação tão adversa e tampouco para criar o seu filho sozinha, como acontece com muitas e muitas mulheres neste País.



Ela foi levada a abortar. Fez um aborto em condições precárias, em uma curiosa... Daí resultou uma infecção, e essa infecção quase causou a morte dela. Além disso, foi alvo de um inquérito policial e, depois, de um processo judicial que poderia sujeitá-la à pena de prisão.

Os fatos estavam absolutamente comprovados. Não havia dúvida quanto à materialidade, à autoria. Não havia dúvida alguma. E o juiz, um homem rigoroso, conservador e sábio, assim como o representante do Ministério Público, o Promotor de Justiça que atuava naquela vara criminal, antes do julgamento e depois, na instrução, em conversa comigo, todos nós concordamos: há crime, não há dúvida, a lei penal deveria ser aplicada, mas nós não podemos condenar essa mulher. Isso me marcou, e eu relatei essa minha experiência no começo dessa campanha eleitoral.

Eu mantenho a convicção que tenho desde aquele momento. O aborto já é por si mesmo um castigo terrível para as mulheres que são levadas a praticá-lo, inclusive, e, sobretudo, nas condições deploráveis em que a grande maioria das mulheres pobres deste País, quando chegam à conclusão de que não têm condições de arcar psicologicamente, materialmente, culturalmente, com a criação de um filho sob sua exclusiva responsabilidade, decidem pela interrupção da gravidez.

Eu sei que há posições religiosas respeitabilíssimas contra essa minha posição, mas eu acredito que a lei civil no Estado laico deve abrigar todas as opções possíveis. Creio que há também objeções de natureza constitucional, mas que não me parecem ser absolutamente intransponíveis, como mostrou o Supremo Tribunal Federal quando decidiu ainda recentemente no caso dos anencéfalos.

Por isso, Sr. Presidente, proponho a volta ao texto original da Comissão de Juristas nessa matéria, que isenta de pena, ou de crime, o abortamento praticado nas doze primeiras semanas.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Senador Aloysio, desculpe-me interrompê-lo. É só para entender: V. Ex<sup>a</sup> apresentou...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Dei destaque a essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Apresentou esse destaque?

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – O.k. No momento oportuno eu vou colocar o destaque de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Desde que sob a orientação de

médicos, de profissionais da saúde, em condições que até o meu querido companheiro Jorge Viana poderá depois explicitar.

Igualmente, a questão tormentosa da identidade de gênero, que me valeu, inclusive, a injúria de uma pessoa inteiramente descontrolada que foi ao meu gabinete dizer que a minha posição se assemelhava à pedofilia. Vejam a que delírio essa questão levou determinadas pessoas, extremistas, que gostariam de ter o Brasil regido pela lei da Sharia, dos fundamentalistas.

Existe identidade de gênero, homens que não se sentem homens, mulheres que não se sentem mulheres. Existe. É um fenômeno humano, é um fenômeno humano. Eu poderia citar casos conhecidos de transexuais, de transgêneros. Existem. E são objetos de discriminação, o que pode levar à violência contra eles. Essa é a realidade, infelizmente é a realidade dos fatos. Existe discriminação que leva à violência e que tem que ser, essa violência, criminalizada, sim, como qualquer tipo de violência motivada por discriminação.

Eu sou, portanto, favorável à manutenção do texto com a inclusão de identidade de gêneros. Existem homens que não se sentem bem em sua pele de homens, e mulheres que não se sentem bem em sua pele de mulheres. Essas pessoas adotam uma identidade que não é nem homem nem mulher, e isso não se confunde com a orientação sexual, porque há pessoas que se consideram homens e que têm prazer com mulheres, e há mulheres que se consideram, igualmente, de outro gênero e que não são homossexuais na sua vida sexual. Existe. Não fechemos os olhos a isso e não deixemos essas pessoas desprotegidas da lei penal.

*(Manifestação da galeria.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não é permitida a manifestação...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu não vou debater com a galeria, acho que...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Isso nem é permitido pelo Regimento. Eu peço...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu sempre atuei de acordo com as minhas convicções profundas...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Senador Aloysio, com todo respeito...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... e coloquei isso com toda clareza no início da minha campanha eleitoral. Não tenho medo de afrontar nada, rigorosamente nada.

Agora, só voltando ao tema da educação, quero dizer que, realmente, quando se tratava de orientação na escola pública, que é um ambiente coletivo, com aulas ministradas por professores despreparados para ensinar Aritmética ou Língua Portuguesa – infelizmente, essa é a regra –, não considerei adequado sobrecarregar os professores com complexidades do tipo identidade de gênero e identidade de comportamento sexual ou coisa dessa natureza. Infelizmente, nossos professores não têm esse tipo de formação. E mais, considero que isso deve ser algo a ser ministrado na esfera privada pelas famílias, pelas igrejas. Os pais têm a obrigação de cuidar da formação moral de seus filhos.

Por isso é que optei pela fórmula que, hoje, vamos votar no Plano Nacional de Educação, acolhida pelo Relator Alvaro Dias e coincidente com a posição de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Vital do Rêgo: em matéria de orientação educacional, é preciso colocarmos as fases genéricas, digamos, a linha contra qualquer tipo de discriminação, sem entrar em pormenores.

Mas, aqui, estamos cuidando da lei penal. A lei penal precisa efetivamente castigar quem comete crimes de ódio! Crimes praticados por aqueles que odeiam seus semelhantes, porque estes têm um tipo de comportamento que eles consideram aberrantes e que saem da chamada normalidade. Estamos diante da lei penal. Por isso, voto pelo texto que propus.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que apresentei um conjunto de emendas em relação à pessoa jurídica que serão relatadas depois pelo nosso Presidente Pedro Taques.

Concluo, fazendo um elogio rasgado e sincero ao nosso querido Relator e a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, pela maneira com que V. Ex<sup>a</sup> conduziu esse trabalho e pela forma democrática, ampla, competente, minuciosa e obstinada com que o Senador Pedro Taques levou adiante essa tarefa que lhe foi atribuída em boa hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio.

Pede a palavra o Senador Magno Malta? V. Ex<sup>a</sup> ainda quer falar ou está satisfeito?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Quero fazer um registro também. Minha fala até caberia dentro da fala do Senador Aloysio. Eu também tenho posições absolutamente conhecidas e definidas sobre esses temas que são colocados.

Defino a questão relacionada ao aborto com uma frase ou meia frase: “A vida, uma vez concebida, é vida, e só quem deu a vida é que pode tirá-la”.

Eu me lembro de que, na CPI da Pedofilia, comande uma investigação no Amazonas, Senador Pedro, e lá, o Prefeito de Coari era um bandido. Nessa investigação, nós estouramos uma clínica de aborto.

Essa coisa, o aborto, já me causa repugnância por ser uma afronta à natureza de Deus. E, quando entramos no laboratório, havia uma série de vidros pequenos e grandes em que estava marcada a idade do feto com o valor do aborto. Uma vida pronta já no oitavo mês estava dentro de um vidro; o crime deveria ser maior por assassinar esse. E o Prefeito de Coari... Hoje, o povo discute a qualidade dos políticos. Esse cidadão voltou a ser Prefeito de Coari. A Secretária de Ação Social dele chamava-se Lândia. Era essa cidadã que levava as crianças de 12 anos para fazerem aborto nessa clínica que estouramos em Manaus.

Aborto? Não há nada mais nocivo e mais afrontador à natureza de Deus do que isso. Sou plena e radicalmente contra o aborto. Tenho posição conhecida contra o aborto.

Com relação à questão de identidade de gênero, quero dizer que, para mim, gênero é o humano. Gênero é o humano; sexo é o masculino e o feminino. Se for um texto que contempla, aí, sim, nós não podemos permitir qualquer tipo de discriminação. E que ninguém seja agredido pela mera disposição de discriminar. O texto da Constituição é muito claro: é crime discriminar raça, cor, etnia e sexo. Está muito claro.

Agora, se é para melhorar o texto, e aí a concordância é geral com o Senador Aloysio, discriminar qualquer pessoa! Discriminar o estrábico, o religioso, discriminar o manco de uma perna, o nordestino, discriminar o negro, o velho, qualquer um. Qualquer tipo de discriminação é nociva, é criminosa, e nós já temos um texto na Constituição sobre isso.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – E nós podemos evoluir para isso, Magno.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me permite apenas um segundo?

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Senador Aloysio.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Um ponto que eu não gostaria de deixar de ferir é o seguinte: em relação a drogas. Eu sou a favor da manutenção da atual legislação brasileira sobre drogas. Mudei de ponto de vista. Eu já fui muito mais liberal nessa matéria. Hoje, diante da epidemia gravíssima de drogas, que está destruindo especialmente a juventude brasileira, sou pela manutenção da lei atual.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, só para colaborar ainda com esse

texto, porque eu participei. Fui o Relator dessa lei que existe hoje, aqui, numa comissão contra a violência. E as anomalias desse texto ocorreram lá na Câmara, e o Relator foi o então Deputado Federal chamado Biscaia, colega seu do Rio de Janeiro.

Veja bem, quando você compra um carro roubado, e quando o ladrão que roubou o carro é pego, e ele diz que foi você que comprou, você vai preso junto. Quem compra roubo é ladrão. O cara comprou uma carga roubada. É ladrão. Agora, o cara compra crime, e não é crime?! O cara compra droga e não é criminoso! “O cara fica fichado, o juiz orienta, faz serviço comunitário”. Se ele não fizer nada disso, o juiz não tem uma carta na manga para dizer ao sujeito: “Se você não cumprir isso aqui, eu posso puni-lo”.

E vou relembrar que há 35 anos tiro drogados das ruas. Conheço essa matéria. Não estou jogando conversa fora.

Então, é muito fácil! O sujeito é usuário, o sujeito atropela, o sujeito mata, o sujeito assalta, sequestra, mas só é usuário, e o juiz nada pode fazer em favor nem dele, nem da sociedade.

Naquela época, Senador Vital, quando o projeto foi concebido, havia um ano de pena para o usuário, que seria aplicada após as medidas socioeducativas.

Primeiro, o juiz manda prestar serviços comunitários. O sujeito não vai. Não há relatório. Ele não apareceu. Manda ele, então, para uma ONG, ser assistido, para poder, sei lá, ver vídeos, estudar sobre isso. Ele não vai. Está bem. E agora?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Fica o juiz desmoralizado, a Justiça desmoralizada, todo mundo desmoralizado.

Então, é um troço muito paradoxal. Se eu compro um carro roubado, eu sou ladrão, mas, se eu comprar drogas, que é crime, eu sou alguém que não merece punição. Só merece punição quem me vendeu. E nós sabemos que o que toca o terror na sociedade, o financiamento do terror na sociedade é o dinheiro do usuário.

Senador Pedro, V. Ex<sup>a</sup> e eu, na CPI do Narcotráfico, tivemos condição de atuar juntos com o Procurador Pedro Taques naquela área. Conheço essa matéria dos dois lados do balcão, tanto pelo fato de tirar da rua quanto pelo fato de ter investigado o País na CPI do Narcotráfico.

Senador Aloysio, sem dúvida alguma, essa é a maior balela. É uma tentativa de nos enganar.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Usuário sem penalidade é filho sem limite.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Próximo, Senador Suplicy. Último orador inscrito. Em seguida, vou botar matéria principal em votação.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente, Senador Eunício Oliveira, quero também cumprimentar o extraordinário trabalho do Senador Pedro Taques, que, com o seu conhecimento e experiência, tem contribuído tanto conosco aqui, no Senado Federal.

Quero também cumprimentá-lo por ter aceitado, ainda que parcialmente, as propostas que apresentei de emendas, tais como as referentes aos povos indígenas, que recorrem tradicionalmente para a repressão dos delitos, cometidos por seus membros, por formas que aqui estão reconhecidas.

No que diz respeito à aplicação das penas restritivas de direitos, também denominadas penas alternativas, nós aqui ouvimos inúmeros depoimentos a favor de como as pessoas que cumprem penas alternativas têm um grau de reincidência criminal muito menor do que as que são submetidas ao sistema carcerário. E eu até havia sugerido que, no art. 55, inciso I, pudesse ser aplicada a pena de prisão não superior a quatro anos, como está, mas tinha proposto de seis anos ou, se o crime for culposo, salvo se gravíssima culpa.

Eu até pergunto, Senador Pedro Taques, se poderíamos, eventualmente, considerar a ampliação de quatro para seis anos na análise que ouvimos aqui de diversos proponentes. Eu agradeço se puder ouvi-lo. Parabéns por sua extraordinária contribuição ao Senado Federal na reforma do Código Penal.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

Senador Eduardo Suplicy, eu quero agradecer suas valiosas contribuições. Como eu disse antes que V. Ex<sup>a</sup> aqui chegasse, porque estava em outra comissão, na CAE, em questões importantes, nós ainda precisamos de algumas alterações. E eu me comprometo com V. Ex<sup>a</sup>; vamos nos sentar. Nós já fizemos audiências, e existem alguns pontos nas penas alternativas que ainda precisam ser mediados. Eu tenho certeza de que a contribuição de V. Ex<sup>a</sup>, como foi até agora, continuará sendo útil. No Brasil, discute-se: prende-se muito ou prende-se mal? Muitos que ali estão, dos 550 mil presos, não precisariam estar, e muitos que estão fora lá deveriam estar.

No tocante às penas alternativas, nós acabamos com a prisão albergue – V. Ex<sup>a</sup> sabe disso –, porque é uma farsa, é uma falácia, e trouxemos penas alternativas como opção a essa prisão, inclusive utilizando-se de tornozeleira eletrônica, apetrechos eletrônicos. Esse ponto avança, mas, para que possamos chegar à



posição de V. Ex<sup>a</sup>, confesso que ainda temos de avançar mais um pouco.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Perfeito. Muito obrigado. Então, vamos continuar o nosso diálogo a respeito. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria, primeiro, agradecer a oportunidade de compor esta Comissão, que trata de um dos temas que mais têm atendido o clamor da sociedade brasileira. Sobre este tema, de norte a sul, em todos os Estados e regiões, somos cobrados. Óbvio, o Código Penal Brasileiro é da década de 40. Por mais que tenha sofrido algumas mudanças na década de 80, especialmente em 1984, ele está desencontrado do mundo em que vivemos, da sociedade em que vivemos, dos desafios que temos nos dias de hoje.

A tarefa de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eunício, não foi nada fácil, muito menos a do Relator, Senador Pedro Taques. Foram 804 emendas, 140 projetos de lei apensados, mais de mil sugestões que vieram de todos os cantos do País. Para nós também é muito delicado lidar com o tema. Envolve convicções, envolve opções, e, ao mesmo tempo, nós temos de dar uma resposta para a situação que o Brasil vive hoje. Basta ligar o rádio, ler o jornal, assistir à televisão, e nos deparamos com centenas de milhares de mortes, se quisermos fazer uma apreciação sobre a vida. No trânsito, mais de 40 mil; homicídios, mais de 50 mil. E esses números crescem. Há quase uma impotência dos Estados em lidar com esse tema. Eles sempre alegam que, com o aparato legal e as políticas públicas disponíveis, é praticamente impossível.

Temos um desafio terrível, que envolve nossa juventude, que é a questão do que fazer para livrá-la do abismo, do perigo que as drogas impõem. E é desse tema que nós estamos falando.

Então, uma preocupação, Senador Eunício, primeiro era: votado nesta Comissão, que encontrássemos uma maneira de fazer chegar este projeto ao plenário, porque ele vai à Câmara e, certamente, será modificado; e retornará ao Senado. Podemos fazer, então, uma sugestão para darmos uma satisfação à sociedade. Votada aqui com alguma imperfeição – certamente haverá várias –, que se possa fazer chegar ao plenário, o quanto antes, essa proposta, para chegar à Câmara e lá cumprir o rito constitucional.

Mas queria concluir, fazendo um agradecimento ao Relator Pedro Taques, pela maneira cortês, atenciosa, com que tratou a todos nós, ouvindo-nos. No meu caso, mais ainda; foi ao Acre, debateu. Foi um dos mais importantes eventos que nós tivemos. Graças à auto-

rização do Presidente Eunício, nós pudemos fazer um belo trabalho lá no Acre, e o Senado esteve presente.

Mas eu queria ressaltar duas questões que, para mim, são muito importantes na conquista do trabalho feito nesta Comissão conduzida pelo nosso Relator.

Eu tinha apresentado, desde o começo, um pleito, que era de tentar trabalhar a valorização da vida. Outros estão trabalhando essa questão do aborto, por exemplo, que está em pleno debate. Mas eu estou me referindo ao art. 121: no caso de se matar alguém, a pena de prisão era de seis anos, a mínima. Eu apresentei proposta que se encontrou com outras e com a posição do Relator, e passou a oito anos a pena mínima. Passa a ser igual à de Portugal e Argentina. Na Espanha, são dez. Isso nós temos que valorizar porque é um trabalho desta Comissão. Nós estamos dando uma resposta para a sociedade. Se o problema prisional hoje requer também igual atenção, vamos debater. É uma outra questão. Mas, neste momento, nós temos que fazer algo, dando um sinal concreto de que nós valorizamos a vida.

Vou fazer aqui uma brevíssima observação. No inciso VII – foi uma proposta também que me preocupou: “No exercício ou em razão da função pública contra servidor ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até o terceiro grau, passa a ser homicídio qualificado”. Parece pouco. Mas como é que nós vamos enfrentar a criminalidade se aquele servidor público que tem essa missão, essa tarefa, não tem um tratamento diferenciado? Está colocado um tratamento diferenciado, que impõe uma qualificação quando o crime é cometido contra essa pessoa que tem o papel de nos defender a todos, passar madrugadas em frente a boates tentando apartar brigas, lidando com drogados, marginais. Essas pessoas precisam ter um tratamento diferenciado dentro do novo Código Penal.

Parabenizo o Senador Pedro Taques por ter também acolhido essa proposta.

E a última observação, Sr. Presidente, é no §4º: se o homicídio é culposo, nós tínhamos uma pena de um a quatro anos. “Ah, mas é de um a quatro anos; já está aí a punição.” Não! Quando se coloca a pena mínima de um ano, ele pode ser enquadrado como um crime de menor potencial ofensivo. Ou seja, a pessoa pode matar e não ir presa, nem sofrer penalidades maiores. Isso desvaloriza a vida e, de alguma maneira, tem que ser resolvido.

A modificação parece pequena, mas ela é muito significativa. O mínimo passou para dois anos. Com dois anos, de dois a quatro, de dois a seis, já não cabe mais a qualificação de menor potencial ofensivo.

*(Intervenção fora do microfone.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Mas eu estou aqui valorizando, porque acho que é um avanço que nós já estamos tendo.

Antes, Senador – V. Ex<sup>a</sup> defende tanto, com tanta veemência, a vida –, nós tínhamos, no Código Penal, a pena para homicídio culposo de um a quatro anos. Quando se inclui um ano, cria-se a possibilidade de ser qualificado como um crime de menor potencial tirar a vida de alguém – menor potencial.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Presidente.

Este ponto que o Senador Jorge Viana está trazendo... Permite-me?

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Claro.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Este ponto é muito importante.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É por isso que eu estou ressaltando...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Esse ponto é muito importante. A emenda do Senador Jorge Viana ficou da seguinte maneira: homicídio culposo, de dois a seis anos de prisão. E nós vamos discutir a culpa nos argumentos trazidos pelo Senador Ricardo Ferraço. De dois a seis. Se é de dois a seis, e a pena mínima é dois, não é um crime de menor potencial ofensivo, nos termos do art. 98, I, da Constituição, combinado com a Lei nº 9.099, de 1995, em razão da suspensão condicional.

Segundo, homicídio, homicídio com culpa gravíssima, que é o caso de rachas. Para que nós possamos resolver o chamado dolo eventual, o Senador Ferraço também trouxe uma contribuição assim lá no Código de Trânsito.

Homicídio doloso, a que hoje se dá o nome de homicídio simples, como se fosse possível chamar de simples retirar a vida de um semelhante. Isso não é simples. A pena hoje é de seis anos, passou para oito anos. Isso tem repercussão na progressão de regime, porque a progressão de regime é um sexto hoje, seis anos de reclusão, um ano, do semiaberto para o aberto. Hoje, oito anos a pena mínima com a progressão em um quarto.

“Ah, sim, mas nós vamos abarrotar o sistema penitenciário.” Isso tem que ser discutido, sim, tem que ser discutido. Nós temos o exemplo do Estado de São Paulo, onde os índices de homicídio têm caído. É o exemplo do Estado de São Paulo. A questão do Direito Penal Penitenciário tem que ser debatido, mas não é possível que, ao retirar 50 mil vidas por ano, o cidadão fique um ano preso. Isso não é possível. Por isso, nós aumentamos. E homicídio doloso, qualificado,

12 a 30 anos, uma relevante contribuição do Senador Jorge Viana.

Muito bem, nós estamos arrochando aqui. Eu quero confessar que, sim, em se tratando de crimes dolosos contra a vida, eu defendo isso. Eu defendo isso, sim, e não tenho vergonha de defender isso.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Eu quero, com a vênica do Presidente, cumprimentá-lo e ressaltar que V. Ex<sup>a</sup> está presidindo uma comissão que é da maior importância. O Senador Pedro Taques talvez esteja fazendo o relatório mais difícil a ser feito nesta Casa. Lida com a vida, lida com conceitos milenares que temos de respeitar. Mas também temos que estabelecer que País nós queremos, que regras nós queremos no nosso Brasil. Agora, diretamente, são temas como esse... Eu gostaria... Quantas pessoas? Quantas são? São 50 mil viúvos e viúvas neste País? Quantos ficam órfãos anualmente? E seguimos sem implementar, por exemplo,... Eu não sei, Senador Pedro Taques, se V. Ex<sup>a</sup> – eu faço só uma observação... Estava colocado que nós deveríamos regular também, ajustar o cuidado com a vítima. Sobre isso, eu gostaria de um comentário de V. Ex<sup>a</sup> daqui a pouco, porque é um dos temas que me preocupa.

Concluo só fazendo a leitura e se possível ouvir... Homicídio culposo, de dois a seis anos; homicídio com culpa gravíssima, de quatro a oito; homicídio doloso, de oito a vinte anos; e homicídio doloso qualificado, de 12 a 30 anos.

Essa alteração nova é muito importante. Hoje há quase uma vulgarização do crime. A pessoa, para ficar presa dez anos, tem de matar quatro, no País, se tiver um advogado razoável, com as regras de hoje. Com essas novas tipificações, nós vamos ter alterações muito importantes, que certamente terão reflexo junto a esse medo que a sociedade tem das mortes. Como as mortes ocorrem nas periferias, a maior parte junto aos pobres, elas ganham menos importância. Mas nós estamos tentando mudar e dar importância a esta gravíssima situação do número de homicídios.

No Acre, esse número está-se reduzindo, porque tem um sistema prisional melhor e também uma ação investigativa maior das polícias civil e militar. Graças a Deus, o Acre, que era o mais violento da Amazônia, é o menos, do ponto de vista dos homicídios. Reduziu. Tínhamos 50 homicídios por ano; agora, a cada 100 mil, nós temos menos de 20, bem abaixo da média brasileira. Então, é com atitudes, com ações concretas e com uma lei melhor que vamos enfrentar essa situação.

O Senador Aloysio pediu para fazer um brevíssimo comentário. Eu agradeço a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>, Presidente.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Apenas um comentário sobre o clima que envolveu a elaboração desse projeto.

Foram apresentadas 900 emendas, abrangendo um sem-número de aspectos, muitas delas acolhidas pelo nosso Relator. Como resultado disso, nós temos um Código atual que abarca tipos penais que não existiam em 1940. Um Código rigoroso, é verdade! Foi elaborado sob a orientação de rigor para dotar a Justiça, a polícia e a sociedade brasileiras de um instrumento eficaz de combate ao crime.

Falamos sobre o agravamento de penas em relação a homicídios, tema da maior importância e da maior gravidade. No entanto, isso não despertou paixões; nenhuma! Discute-se identidade de gênero; agora, homicídio não!

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O texto do Relator Pedro Taques também é muito rigoroso com relação à corrupção, e nada disso foi destacado. É preciso destacar isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Quero deixar aqui bem claro que, logo na sequência, ao terminarmos esse trabalho, vou inverter a minha posição com o Senador Pedro Taques. Já combinei com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, meu querido Senador Vital do Rêgo.

O Senador Pedro Taques apresentou o Estatuto da Vida.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Estatuto da Vítima, aliás. Desculpe. Da vida e da vítima, não é? Compreende as duas coisas.

Já me intitulei relator e vou inverter o papel com ele. Vou deixar de ser Presidente para ser Relator desta importante matéria, que é o Estatuto da Vítima. Todos cuidam de muitas coisas, mas se esquecem de cuidar da vítima, de como fica a vítima.

Então, vou, Senadores Aloysio e Jorge Viana, passar a palavra para a última inscrita, que é a Senadora Ana Rita, e, em seguida, colocar a matéria principal em votação, para encerrarmos, ainda na manhã de hoje, este importante relatório do Senador Pedro Taques.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Rita, última oradora inscrita.

**A SR<sup>a</sup> ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, vou ser breve na minha fala, mas não poderia deixar de me manifestar aqui.

Primeiro, quero aqui parabenizar o Senador Pedro Taques. Como Relator, empenhou-se muito em uma matéria como o Código Penal, altamente complexo,

difícil, e que foi fruto de muitas reuniões, de muitas discussões. Acho que foi mais de um ano de trabalho, cerca de um ano e meio de trabalho.

Realmente, S. Ex<sup>a</sup> teve que conciliar várias opiniões. Quero fazer esse registro e parabenizar o Senador Pedro Taques pelo empenho na construção desse novo Código Penal.

A segunda coisa que quero destacar aqui e que acho muito importante, Senador Aloysio Nunes, é no sentido de manifestar minha opinião a respeito da fala que V. Ex<sup>a</sup> fez sobre a questão identidade de gênero. Particularmente, tenho plena concordância com a afirmação do senhor e vou citar um único exemplo para ilustrar a minha concordância. Existem vários outros debates já feitos, acumulados, mas um único exemplo.

Quando cheguei a Brasília conheci uma pessoa que trabalha em um salão de beleza. Por muito tempo, frequentei esse salão para fazer a minha unha sempre que estou em Brasília. Passados praticamente dois anos, essa mesma pessoa veio me relatar uma situação de constrangimento que ela viveu aqui em uma das unidades de saúde do DF. Qual foi o constrangimento por que ela passou? Solicitada a apresentar o seu documento, ela apresentou sua identidade para uma servidora da unidade de saúde. A servidora olhou o documento e disse: “Eu quero o seu documento. O documento que a senhora está me apresentando não é o seu.” E ela teve que dizer: “Mas esse é o meu documento.” Por quê? Ela era uma mulher com documento de homem. Qual foi o constrangimento? A servidora, despreparada, fez esse registro alto, e todas as demais pessoas que estavam na sala aguardando ficaram olhando para ela e começaram a cochichar. Inclusive a servidora foi-se certificar se ela poderia aceitar aquele documento com a chefia, fazendo comentários e rindo, trazendo um grande constrangimento para essa pessoa. É uma mulher, mas que nasceu com sexo de homem. A sua identidade é de homem, mas ela é uma mulher. E isso é identidade de gênero. Então, ao excluir do Código Penal essa questão, estaremos excluindo diversas pessoas como ela e tantas outras em situações muito diferentes.

Ela não fez a opção por ser homem. E nem fez a opção por ser mulher. Ela nasceu mulher com sexo de homem. E isso precisa ser contemplado. Qual é a luta dela para conseguir? Ela vai precisar alterar seus documentos e, para isso, ela vai ter que fazer uma cirurgia. Então, não é um caso isolado. São várias situações.

Senador Pedro Taques, eu quero, ao mesmo tempo, fazer um outro registro. O terceiro ponto da minha fala. Eu acho que houve um esforço muito grande. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> e os demais membros da Comissão pelos debates aqui colocados, mas eu penso que nós



falhamos, e eu falhei inclusive, porque também sou membro desta Comissão e por falta de tempo, não tive aqui a possibilidade de propor um debate com os principais atores. Nós estamos emitindo opinião a partir do nosso ponto de vista, e muitos que estão aqui acompanhando este debate têm uma opinião a partir do seu ponto de vista. E cada um quer ter razão sobre o seu próprio ponto de vista. Mas nós não escutamos as pessoas que são diretamente atingidas pelo preconceito, pela violência. Nós não escutamos essas pessoas. Eu imagino que não. Nós não chamamos aqui pessoas que são travestis, que têm uma orientação sexual diferente da nossa, da maioria dos que estão aqui. Nós não chamamos essas pessoas para escutar o que elas passam no seu dia a dia por terem uma orientação sexual diferente.

Então, nós estamos fazendo uma lei para determinados sociais sem que tenhamos a oportunidade de escutar esses grupos. Escutamos muitas pessoas aqui; escutamos juristas, escutamos especialistas, escutamos médicos, escutamos um monte de gente, mas não escutamos as principais pessoas que são diretamente ofendidas, violentadas, que sofrem preconceito.

É o que eu penso, entendeu, Senador Pedro Taques? Aí, eu me coloco também nesse rol de que, talvez, por mais esforço que tenhamos feito – e V. Ex<sup>a</sup> se empenhou muito –, não tenha sido suficiente, apesar de um ano e meio de trabalho.

Então, diante disso, quero, só para finalizar a minha fala, concordar com a fala do Senador Aloysio Nunes, fazer uma breve crítica à emenda do Senador Vital do Rêgo. Parte da emenda de V. Ex<sup>a</sup> é real, mas parte não cabe. Quando nós falamos em opção sexual, não existe opção sexual. Essa expressão não existe. Nós usamos por muitos anos indevidamente esse termo “opção sexual”. Do meu pouco conhecimento, e um conhecimento muito breve, sobre essas questões, em função da Comissão de Direitos Humanos, eu aprendi que opção sexual não existe. Existe, sim, orientação sexual. Então, parte da emenda de V. Ex<sup>a</sup> é real, mas de outra parte eu tenho discordância.

Só isso, Senador.

Queria omitir essa minha opinião.

E queria fazer uma pergunta – desculpe Senador Eunício. Uma pergunta ao Senador Vital do Rêgo. Eu não vi aqui no texto...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Vital do Rêgo não é o Relator, é o Senador Pedro Taques.

**A SR<sup>a</sup> ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Pedro Taques, o Relator da matéria.

Eu não vi se está contemplada no texto – desculpe-me, mas eu não tive como ler todo o texto – a

questão do feminicídio, que é o projeto da CPMI da violência contra a mulher. Nós fizemos aqui uma audiência pública a pedido da CCJ, que foi uma audiência muito rica. Solicitei aos nossos assessores que encaminhassem aos membros da CCJ, e consequentemente aos membros desta Comissão, as notas taquigráficas da audiência pública para orientar e informar melhor os nossos Senadores e Senadoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Senadora Ana Rita, V. Ex<sup>a</sup> é sempre uma Senadora dedicada, mas eu quero, só por uma questão de dever de ofício, deixar muito claro aqui que todos os requerimentos, todos, apresentados pelos Srs. Senadores e pelas Sr<sup>as</sup> Senadoras, para ouvir aqui quem fosse apresentado para ser ouvido, esta Presidência acatou. Todos os requerimentos. Se alguns setores por acaso não foram aqui ouvidos, quero deixar bem claro que não foi uma omissão nem do Relator nem da Presidência em relação a requerimentos.

**A SR<sup>a</sup> ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – O Regimento, se V. Ex<sup>a</sup> o conhece bem, determina que, para que ouçamos alguém numa audiência pública, é necessário que aproveemos um requerimento de autoria de um ou de mais Senadores. Eu quero deixar bem claro, para transparência dos nossos trabalhos e para compreensão de todos que estão nos ouvindo ou poderão nos ouvir ou nos ver amanhã ou depois, por dever de ofício, que todos os requerimentos de audiências e de pessoas ou de entidades eu fiz questão de aprovar aqui quase que de ofício, muitas vezes até dando um jeito no Regimento, quase de ofício.

Se alguma entidade não foi ouvida, é porque o requerimento não chegou a esta Mesa. Só para deixar...

**A SR<sup>a</sup> ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Inclusive, Senador, eu quero...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu vi que V. Ex<sup>a</sup> fez inclusive autocrítica do próprio...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não... É uma autocrítica. Eu disse que também foi falha minha, porque eu também sou membro desta Comissão do Código Penal. Então, nós não apresentamos... Eu não apresentei requerimento nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu não estou falando para V. Ex<sup>a</sup>; estou falando para toda...

**A SR<sup>a</sup> ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, é só reconhecer essa falha que é minha e de todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – O que estou falando aqui não é direcionado a V. Ex<sup>a</sup>, nem estou dando resposta a V. Ex<sup>a</sup>. Eu jamais faria isso; seria uma grosseria da minha parte.

Estou deixando claro aqui para a opinião pública, para os ouvintes, para as pessoas que vão nos interpellar que a Presidência não deixou de aprovar – não é nem colocar em votação – nenhum requerimento apresentado pelos Srs. Senadores e pelas Sr<sup>as</sup> Senadoras. Apenas para fazer esse registro.

Eu vou colocar a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam com o texto original, com os ajustes do Senador Pedro Taques, já incorporados ao texto, ressalvados os destaques que ainda temos sobre a mesa... Eu vou colocar o texto em votação, com duas ressalvas feitas pelo Senador Pedro Taques, porque ele iria encontrar, de comum acordo, a modificação de duas redações do 409 e na questão de abuso de autoridade, que eu não sei, de cabeça, de cor, qual é o artigo. Apenas com essas duas ressalvas. Ele já, inclusive, apresentou as ressalvas por escrito, que estão incorporadas ao texto dele. A mudança do texto original, para que amanhã ninguém diga que não houve o registro de que haveria essa modificação, que está aqui incorporada ao novo texto, que não foi distribuído a tempo, mas a incorporação foi aqui discutida, debatida e incorporada pelo Senador Pedro Taques como Relator.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que aprovam o texto permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado à unanimidade de todos os Senadores e todas as Senadoras presentes.

Bom, aprovado o texto original, antes de fazer aqui o de praxe, agradecimentos à Comissão e ao Senador Pedro Taques, nós temos quatro destaques sobre a mesa. Tendo em vista que há destaques...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Só um minutinho, para que, regimentalmente, a gente não falhe aqui.

Senadora Ana Rita, só um minutinho, só para atenção do... Eu vou esperar que os assessores me deem um tempinho aqui para atenção dos Senadores.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – O destaque... Não, a dúvida pode estar no destaque. É isso que eu quero deixar bem claro. O texto já foi aprovado. Os destaques existentes sobre a mesa eu poderia colocar aqui... Eu tenho de aprovar requerimento para que esses destaques possam ser ou não apreciados. É o Regimento, Senador Aloysio.

Se eu votar em globo, vou atrapalhar inclusive o entendimento. Eu poderia colocar em globo, mas quero colocar individualmente porque um desses destaques, parece-me... E o Senador Pedro Taques tem que dar parecer a um desses destaques, que é exatamente o que eu fiz com V. Ex<sup>a</sup>, no entendimento, que está aqui. Se votar em globo e for rejeitado, estarão rejeitados todos os destaques; não haverá mais destaques.

Por isso, quero colocar individualmente, com a anuência de V. Ex<sup>as</sup>, e sem a discussão, se V. Ex<sup>as</sup> me permitirem, de encaminhamento de cada destaque, porque senão nós vamos ficar aqui um tempo desnecessário. Aí, sim, eu vou colocar os destaques de requerimento; se não houver objeção do requerimento para os destaques, dos quatro destaques, aí eu posso colocar em globo, se não houver objeção; se houver objeção, será individualmente.

Consulto as Sr<sup>as</sup> Senadoras e aos Srs. Senadores se eu posso colocar em globo para aprovação de V. Ex<sup>as</sup>. Havendo divergência, vou colocar individualmente.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Refiro-me aos requerimentos ainda. Não é o texto. Ao texto ele vai dar parecer.

Não há objeção de se fazer em globo? *(Pausa.)*

**A SR<sup>a</sup> ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone.*) – Eu não conheço os destaques. Portanto, eu quero votar individualmente, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Havendo objeção da Senadora Ana Rita, eu vou colocar os requerimentos individualmente.

Proponho requerimento para destaque em separado da Emenda nº 585, apresentada ao PL nº 236. Em votação.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*  
Aprovado o requerimento para o destaque.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Só requerimento para destaque. V. Ex<sup>a</sup> discordou. Por isso, vou colocar individualmente cada um.

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 553 ao PLS nº 236. Em votação.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*  
Aprovado o requerimento.

Requerimento para votação em separado da Emenda nº 551 ao PLS nº 236. Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento para votação em separado da Emenda nº 69, inciso IV do art. 128, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Aprovados os quatro requerimentos.

Vou dar a palavra ao Senador Pedro Taques para oferecer parecer favorável ou contrário aos destaques.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup> Senador Pedro Taques para o primeiro destaque, da Emenda nº 553.

A emenda está anexada a cada um dos destaques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, a Emenda nº 553, da lavra dos Senadores Aloysio Nunes, José Agripino e também com o apoio do Senador Armando Monteiro, trata da responsabilidade penal da pessoas jurídica.

A discussão aqui se coloca em dois pontos. O primeiro ponto: se a Constituição da República estabelece um piso ou um teto para responsabilidade penal da pessoa jurídica. Se nós entendermos que é um piso, a Constituição traz crimes que podem ser praticados por pessoa jurídica: crimes ambientais, que foi regulamentado pela Lei nº 9.605, de 1998, e também crimes contra o sistema financeiro. Aí seria um piso. Só esses. Desculpe. Esses seriam os primeiros, mas poderiam outros. Se nós entendermos que é um teto, a Constituição traz só essas duas possibilidades.

No relatório, nós fizemos a opção do piso, conforme a Constituição. Outros crimes poderiam ser praticados por pessoas jurídicas, inclusive crimes contra a Administração Pública. Aqui fica muito aberto o tipo do 39. Nós ouvimos vários segmentos empresariais. Eu vou acatar esse destaque e estabelecer que a Constituição traz um teto: crimes contra o meio ambiente e crimes contra o sistema financeiro nacional. Nos crimes contra a Administração Pública, nós traríamos uma grande abrangência para crimes praticados por pessoa jurídica. Esse é o primeiro ponto.

E, um segundo ponto: as punições compatíveis com sua natureza. O Senador Aloysio, o Senador Armando Monteiro e o Senador Agripino argumentam no tocante a um tipo de pena: a pena estabelecida no Código de Defesa do Consumidor, que eu trouxe para cá. Essa pena seria a propaganda em meios de comunicação a respeito dessa pena, entendendo que isso ficaria desarrazoado. Acatamos esse ponto, Senador Aloysio.

Agora, gostaria de argumentar com V. Ex<sup>a</sup>... Crimes contra a Administração Pública.

Um outro ponto, Senador Aloysio.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – É o Destaque nº 553, Senador Aloysio, de autoria de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Dois pontos desse destaque já acatamos aqui. O senhor concorda? Não é isso? *(Pausa.)*

Está faltando um terceiro ponto a respeito disso, que é a responsabilidade dos gestores. Está num destaque em apartado, nº 552, Senador.

Estou com o nº 553.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É o art. 38.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – De qual destaque?

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Desse, acho que em relação...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Vê o destaque primeiro na frente, na capa.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É o 552.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu não estou com esse destaque aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não tem Destaque nº 552 aqui.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Tem, sim. Entreguei aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Só temos quatro destaques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É o 585.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – A numeração que recebi aqui é 585 e 581.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu não sei o que está fazendo este destaque aqui. Eu o entreguei aí: o meu e o do Agripino.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Está aqui, sobre a mesa.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – São três. Deixe-me consertar, aqui, Senador.

Estão aqui, Senador. O número dos destaques é que não está batendo.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O tema é a responsabilidade das pessoas... Estou dando a seguinte redação:

*A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas autoras, coautoras*



*ou partícipes do mesmo fato, e depende da identificação e da responsabilização dessas.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Que destaque é esse?

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O destaque que eu apresentei, meu Deus do céu.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Esse destaque eu não recebi. O destaque está registrado por quem?

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Como eu posso destacar no plenário se eu não tenho o destaque aqui. Apresentei o destaque aqui.

Estou preocupado, porque...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senador Aloysio, permita-me.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Gostaria de falar dos destaques que temos aqui.

Um primeiro destaque é o 585, que pede se altere o §3º do art. 39.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Esse aqui.

*Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes referidos neste artigo incide nas penas a esses cominadas na medida da sua culpabilidade.*

Esse é o destaque de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Esse é o destaque de V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Esse é o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Então, V. Ex<sup>a</sup> está com o número errado aí.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Então, o meu número está errado.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É o destaque à Emenda nº 585.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – É à Emenda nº 585.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – 585, O.K.?

Eu acato esse destaque, com essa redação trazida por V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Então, vamos colocar em votação.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu vou continuar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não, só esse.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, tem o pedido da suspensão da atividade.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Aí, e outro destaque.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Neste aqui, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – É outro destaque.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É outro destaque.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É outro destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Então, eu tenho que colocar um a um, porque a Senadora Ana Rita discordou, e colocamos os requerimentos um a um.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Um a um.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Esse relatório, esse destaque, Senador Pedro Taques...

Srs. Senadores,

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Srs. Senadores e Sr<sup>s</sup> Senadoras, esse destaque tem parecer favorável, do Senador Pedro Taques.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Votam com o Relator.

Aprovado o destaque, será incorporado ao texto, com parecer favorável do Senador Pedro Taques.

O segundo requerimento de destaque aprovado é a Emenda nº...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – 551.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – ...551, para parecer do Senador Pedro Taques, Relator.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra para relatar os destaques apresentados pelos Senadores Aloysio e José Agripino.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – E Armando Monteiro.

Esse destaque sugere seja suprimido o inciso V do *caput* e o §4º do art. 40.

O inciso V do art. 40 do substitutivo prevê a seguinte pena para a pessoa jurídica – como já fiz refe-

rência, está lá no Código de Defesa do Consumidor a publicidade, de fato, em órgão de grande circulação. Isso, aqui no Direito Penal, não se apresentaria como razoável, segundo argumento de V. Ex<sup>a</sup>. Já fiz a justificativa e concordo com esse destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – O segundo destaque, apresentado pelo Senador Aloysio, pelo Senador Armando, pelo Senador José Agripino e, obviamente, com anuência desta Presidência, coloco em votação.

Em votação. (*Pausa.*)

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o parecer favorável do Senador Pedro Taques permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, o destaque será incorporado ao texto. Terceiro destaque. Emenda nº 553.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Emenda nº 553.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Emenda nº 553, terceiro destaque. Senador Aloysio Nunes, Senador José Agripino e Armando Monteiro.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senadores Aloysio Nunes, José Agripino e Armando Monteiro.

Essa é a discussão que já argumentamos, sobre se é o piso ou o teto.

Vamos acatar o dispositivo constitucional, estabelecendo que aqui se afigura como um teto na criminalização da pessoa jurídica: crimes contra o sistema financeiro e crimes ambientais.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Parecer favorável do Relator  
Em votação. (*Pausa.*)

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado à unanimidade dos presentes.

O último destaque, para encerrarmos a votação. Destaque nº 69.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Da Senadora Maria do Carmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Da Senadora Maria do Carmo.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup> para relatar favorável ou contrariamente.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – A emenda é da Senadora Maria do Carmo, mas o requerimento de destaque é de S. Ex<sup>a</sup> o Senador Aloysio Nunes.

Aqui, Sr. Presidente, está-se a sugerir o aumento da pena para o abortamento provocado por terceiro com consentimento da gestante. Repetimos o tipo de

1940. A sugestão é pela excessividade; estaria a pena reduzida. Não acato esse destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Com o parecer contrário do Relator, mantendo o texto de 1940, do Código, que é uma tradição, coloco em votação.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o parecer favorável à alteração, do Senador Pedro Taques, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado à unanimidade dos presentes.

Encerrados os destaques.

O texto está aprovado com a incorporação dos destaques.

Antes de encerrar, pede a palavra o Relator Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apenas para responder à Senadora Ana Rita no tocante a crimes praticados contra mulheres, o crime de homicídio, feminicídio, sugerido pela CPI da Violência Doméstica. Incorporamos ao art. 121 uma qualificadora. Está no art. 121. Permita-me aqui:

§1º .....  
*I – Se o crime é cometido...[parte final] ... ou em contexto de violência doméstica ou familiar”.*

O nome jurídico não é o mesmo, mas aumentamos a pena em se tratando de crime de homicídio praticado em contexto de violência doméstica ou familiar.

Está aqui: pena de 12 – não são mais seis – a 30 anos.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Senador Aloysio.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero conferir com V. Ex<sup>a</sup>, porque tenho para mim que apresentei mais duas sugestões, a que me referi na minha intervenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Senador Aloysio, recebi quatro destaques aqui na mesa e coloquei em votação os quatro destaques apresentados.

Dos quatro, três destaque de V. Ex<sup>a</sup> foram acatados. V. Ex<sup>a</sup> tem a cópia desses destaques? Não chegaram à mesa os destaques.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Chegaram ou não chegaram à mesa? É isso o que quero saber.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Onde estão os destaques? *(Pausa.)*

Quais são os destaques que estão aqui? Se tiver mais um destaque sobre a mesa...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Está faltando o da...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Se tiver mais um destaque que esteja sobre a mesa...

Senador Aloysio, o destaque pode ser apresentado até o encerramento da discussão. Se foi apresentado à mesa, não tem problema, coloco em votação. *(Pausa.)*

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O Senador Aloysio Nunes apresentou um destaque para que pudéssemos reincorporar ao substitutivo o texto da Comissão de Juristas. Explico melhor isso. A Comissão de Juristas trouxe a possibilidade do abortamento até a décima segunda semana, no inciso IV. Eu, como Relator do substitutivo, afastei isso; não concordei com a possibilidade do abortamento até a décima segunda semana, porque entendo que isso é inconstitucional e viola o direito à vida. Afastei. O Senador Aloysio está trazendo o destaque do inciso IV do art. 128, para que o projeto incorpore o aborto até a décima segunda semana.

Como Relator, dou o parecer contrário a esse destaque, pois entendo que seria inconstitucional permitirmos o aborto até a décima segunda semana, conforme legislações estrangeiras. Entendo que, na Constituição da República, na proteção à vida de forma global, isso seria inconstitucional.

Qual é o argumento para que tenhamos outras espécies de aborto desde 1940? Em razão do princípio da ponderação, e até já trouxe esses argumentos. Portanto, não concordo com a possibilidade do aborto até a décima segunda semana, porque entendo que isso é inconstitucional. Ponto!

Senador, permita-me. Fiquei de responder ainda a questão da identidade de gênero. O PLC nº 122 não foi analisado pela Comissão do Código Penal. O PLC nº 122 se encontra na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Não faço parte da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa,...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Deverá haver um requerimento para trazer para...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – ...presidida pela Senadora Ana Rita. Não faço parte dessa comissão. Como Relator do projeto do Código Penal, não me manifestei sobre o PLC nº 122. No entanto, hoje à tarde, isso será debatido...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Votaremos o requerimento do Senador Eduardo Lopes que remete a proposta para o Código Penal.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Queria só deixar claro que essa matéria...

Calma! Não iniciamos ainda.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Gostaria de falar sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Essa matéria não está aqui na Comissão Especial, para não gerar dúvida. Não chegou aqui à mesa. Não está aqui. Está na Comissão de Direitos Humanos,....

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – E eu não faço parte dela.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – ...que é presidida pela Senadora Ana Rita. Nem o Presidente nem o Relator fazem parte dessa Comissão.

Portanto, quero aqui, Senador Pedro Taques, com a devida vênia a V. Ex<sup>a</sup>, nos restringir à aprovação daquilo que foi debatido, discutido com os Srs. Senadores, encaminhado e com o parecer de V. Ex<sup>a</sup>. Existe ainda um parecer contrário de V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> ainda quer fazer uso da palavra sobre o parecer?

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Quero. Gostaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup> sobre o parecer.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – A respeito do parecer, é interessante que seja dito... Agradeço a confiança dos Senadores que fazem parte desta Comissão, mas é importante ressaltar isto, se V. Ex<sup>a</sup> me permite. O PLC não foi analisado por este Relator, porque não estava aqui. No entanto, o projeto de Código Penal revoga a Lei nº 7.716. Na Comissão de Direitos Humanos, não me manifestei sobre isso. Hoje, à tarde, vai ser debatido no plenário. Existem, Senadores, como o Senador Magno Malta, como o Senador Eduardo Lopes, que defendem que o PLC venha para cá, para que possamos nos manifestar no projeto do Código Penal, mas não veio ainda. É importante que isso seja ressaltado. Aqui, não nos manifestamos sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, esta Comissão está encerrando, graças a Deus, com a aprovação do seu relatório, a nossa missão como comissão especial. Quero deixar bem claro que, sem juízo de valor, o PLC nº 122 não veio a esta Comissão.



Não houve requerimento aprovado e encaminhado a esta Comissão antes do encerramento dos trabalhos desta Comissão.

Portanto, eu vou botar em votação, com o parecer contrário do Senador Pedro Taques, a alteração nessa questão do aborto, das 12 semanas, mantendo “não” ao que veio da Comissão de Juristas, “não” às propostas que foram apresentadas, “não” ao destaque do Senador Aloysio Nunes Ferreira e “sim” à proposta que prevaleceu, inclusive com a participação e anuência do Relator, desta Presidência e de vários outros Senadores, respeitando, obviamente, a opinião pessoal de cada membro desta Comissão.

Então, eu vou colocar em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer contrário do Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário do Senador...

Quer registrar o voto, Senador Aloysio? Levantou o dedo só para isso?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – Registro o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Terminamos, felizmente, os nossos trabalhos nesta Comissão. Como Presidente, eu quero agradecer a todos os Senadores que compuseram esta Comissão, a todos os que debateram dentro e fora desta Comissão, nas audiências públicas, aos que nos deram a oportunidade do ensinamento através das informações, através dos questionamentos. O muito obrigado desta Presidência aos membros e, especialmente, ao Senador Pedro Taques.

Senador Pedro Taques, V. Ex<sup>a</sup> não sabe o quanto está feliz este Senador Presidente desta Comissão por ter indicado o nome de V. Ex<sup>a</sup> para ser o Relator de uma matéria tão difícil, tão polêmica – talvez o tema mais polêmico que V. Ex<sup>a</sup> já pegou.

V. Ex<sup>a</sup> já debateu muitos temas, já teve muitos problemas, já foi ameaçado, já esteve em várias funções diferentes, mas talvez nunca tenha passado pelo que passou aqui com tantas pressões. Perdoe aqueles que o xingaram pelas redes sociais. Perdoe aqueles que o xingaram pelos meios de comunicação dos mais diversos tipos.

A nossa vida é exatamente esta: é um julgamento a cada segundo daquilo que nós estamos fazendo. O importante é termos a convicção do dever cumprido. Hoje, eu quero registrar a minha alegria de ter escolhido V. Ex<sup>a</sup>, para que V. Ex<sup>a</sup> saia daqui hoje com a consciência do dever cumprido democraticamente.

Aqui, não há o relatório do Senador Pedro Taques; aqui, não há o relatório do Senador A ou do Senador B. Aqui, há o relatório de um conjunto da sociedade que participou desse debate e, obviamente, dos membros desta Comissão e da lavra competente do Senador Pedro Taques. Portanto, eu registro aqui, antes de finalizar, o meu agradecimento.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira pede a palavra.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria, antes de V. Ex<sup>a</sup> encerrar os trabalhos desta Comissão, se V. Ex<sup>a</sup> me permite...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... eu creio que esse é um sentimento unânime.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE. *Fazendo soar a campanha.*) – Há um Senador na tribuna, por favor.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Nós fazemos uma lembrança muito reconhecida ao Presidente José Sarney, que, atendendo uma sugestão do nosso Relator, Senador Pedro Taques, tomou a iniciativa de constituir uma comissão, que fez um belíssimo trabalho, que serviu de matéria-prima para a elaboração posterior da nossa Comissão.

Então, fica o nosso reconhecimento ao Senador José Sarney...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... e o desejo expresso – creio que por todos nós – de que tanto a Presidência do Senado quanto a Presidência da Câmara tomem a peito a tarefa de levar adiante a elaboração deste projeto de Código Penal, para que nós possamos ter uma lei penal à altura do desejo do nosso povo por mais segurança.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB – CE) – V. Ex<sup>a</sup> faz lembrar à Mesa também o agradecimento aos juristas brasileiros que, de uma forma importante, contribuíram para botar fogo nesse debate aqui, ao apresentar questões polêmicas, divergentes do que nós pensamos aqui ou do que nós conseguimos aprovar aqui, mas a eles também, que deram a contribuição gratuita extra-Senado, o nosso agradecimento, e ao Senador José Sarney, que teve a iniciativa.

E digo mais: hoje à noite, nós vamos votar uma matéria importante, que vai ser um debate importante do Plano Nacional de Educação. A Meta 21 foi uma proposta do Senador Sarney submetida à nossa Bancada. Não tem sentido aprovar um Plano Nacional de

Educação, em pleno século XXI, na virada de 2013 para 2014, sem a discussão da inovação e da tecnologia. Foi uma proposta do Senador Sarney, que, apesar dos seus mais de 70 anos, ainda está atual nas suas convicções e nos seus desejos de um Brasil melhor. Então, a ele também este registro de agradecimento pela iniciativa. Não só esta, mas outras iniciativas de buscar juristas, de buscar pessoas fora deste Senado Federal para contribuir com os nossos trabalhos.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos colo em votação a Ata da 17ª Reunião solicitando a dispensa da respectiva leitura.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos e a Deus por nos permitir aprovar esta matéria tão importante para a sociedade brasileira.

*(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)*

**COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO  
RQS Nº 145 DE 2012, DESTINADA A DEBATER  
E PROPOR SOLUÇÕES, NO PRAZO  
DE NOVENTA DIAS, PARA O FINANCIAMENTO  
DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL**

**ATA DA 9ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião realizada em 11 de setembro de 2013, às 15 horas e 20 minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB/PB)** e com a presença dos Senadores: **Humberto Costa (PT/PE)**, **Paulo Davim (PV/RN)** e **Wellington Dias (PT/PI)**. Esteve, também, presente o Senador não membro **Waldemir Moka (PMDB/MS)**. Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senadores **Antônio Carlos Valadares (PSB/SE)** e **Jayme Campos (DEM/MT)**. Na ocasião, foi discutida a agenda dos trabalhos da Comissão e adiada a leitura do Relatório Final.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a 9ª Reunião da comissão temporária criada pelo Requerimento nº 145, de 2012, destinada a propor soluções ao financiamento do Sistema de Saúde no Brasil.

Conforme a convocação, esta reunião destina-se à apresentação de ideias preliminares que irão compor o relatório final do Sr. Relator, Senador Humberto Costa, que desenvolveu um trabalho com a equipe econômica dos Ministérios da Fazenda e da Saúde e apresentou, ao tempo em que também recebeu, infor-

mações acerca da matéria que haverá de expressar na informação a esta Comissão.

A partir das palavras iniciais do Sr. Relator, nós abriremos, digamos, o primeiro ciclo de debate preliminar do relatório, que será consubstanciado rapidamente por imperiosa decisão da Casa.

Com a palavra o Sr. Senador.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, em verdade, hoje o meu compromisso é de apresentar o relatório do trabalho da comissão especial que tratou do tema do financiamento, bem como apresentar uma proposta que modifique a Lei Complementar nº 141 no sentido do incremento dos recursos para a saúde.

Tanto o relatório como uma proposta preliminar, eu compus, organizei. No entanto, fui procurado não somente por representantes...

Pois não.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu queria só, Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Wellington Dias.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Veja só, eu quero, primeiro, parabenizar aqui V. Exª pela brilhante condução desse trabalho, assim como o nosso Relator, Senador Humberto Costa. Sou testemunha aqui de todo o esforço que ele faz desde o início desses trabalhos. Aliás, ainda na Comissão de Assuntos Sociais, presidida tão bem pelo Senador Moka, estava inconformado com a solução dada em 2011. Nós tivemos que aprovar a Emenda 29, tratando das despesas sem, do outro lado, fixar a participação da União; fixamos ali, mantivemos 12% para os Estados e 15% para nos Municípios.

Também quero destacar aqui o trabalho do Senador Moka, que, muitas vezes, inclusive na sua própria residência, tem viabilizado diálogo com diferentes setores da sociedade, e aqui, pelas importantes audiências que tivemos, o Senador Paulo Davim também, que tanto aqui como no plenário tem nos ajudado a sustentar essas matérias.

Veja só, o que eu quero dizer é que isso tudo que aconteceu durante esse período surtiu efeito, e eu quero aqui dar um testemunho.

Tenho participado, antes como Vice-Líder do Governo, e, agora, mais recentemente, pela liderança do Partido da Presidenta da República e do Bloco de Apoio ao Governo, de reuniões sistemáticas, muitas vezes até, tenho que dizer aqui, forçando a barra para termos a definição de uma matéria como essa.

Então, eu creio que o trabalho realizado na Câmara e principalmente aqui no Senado levou a que um conjunto de Líderes estivéssemos, em duas agendas, dois momentos, este ano, com a Presidenta.

No primeiro, eu destaco aqui, uma reação, que é normal, dos governos, levados pela dificuldade que têm com sua receita. Eu já fui governador e sei como isso funciona. Então, o que aconteceu ali? O governo insistia na dificuldade que tinha de colocar essa proposta. O Relator vinha debatendo já com esta Comissão uma alternativa semelhante à que foi dada para um problema também semelhante na área de educação.

Ou seja, se todos nós compreendemos que não é possível a implementação de um volume de recursos imediatamente tão significativo, e se trabalharmos pensando num horizonte de médio ou de longo prazo?

Então, eu acho que esse caminho que o Relator vem defendendo, que nós sustentamos com ele, abriu a possibilidade de entendimento. Nós fizemos um relato, como Líderes da Base do Governo, de que, se tivéssemos uma situação onde só houvesse duas alternativas, ou é a proposta dos 10% brutos, que significam 18,5% da receita corrente líquida, ou você é a favor, ou você é contra. Manifestamos à Presidenta e à sua equipe que haveria uma tendência natural de ser aprovado na Câmara e no Senado, tanto os Líderes da Câmara quanto os Líderes do Senado.

A Presidente disse: “Olha, se de um lado no Governo tem as ciências exatas, que é o que trata da Fazenda, do Orçamento, tem também as ciências humanas”, onde ela, inclusive, disse que se colocava juntamente com o Vice-Presidente Michel Temer, ou seja, nós temos aqui a necessidade de encontrar uma solução.

Ela reconhece a gravidade da situação da saúde, reconhece a necessidade de melhorias e investimentos – está fazendo isso em diversas áreas voltadas para gestão, para formação, para mais profissionais, para mais ampliação de qualificação –, mas reconhece que há necessidade de mais recursos.

Pois bem, o que há de novidade?

Na reunião de ontem – é para isso que nós estamos aqui fazendo um apelo ao Relator e à Comissão – no Colégio dos Líderes, a Presidenta apresentou uma proposta, que foi apresentada a ela, de trabalhar as condições de o Governo garantir pela União compromisso semelhante ao dos Municípios, ou seja, se não é possível que a gente tenha um volume imediato no patamar mais elevado, mas é possível garantir a fixação de um patamar mínimo.

Qual é a novidade?

O Governo se abriu para o entendimento. Nesse instante o Senador Eduardo Braga, está participando

de um grupo de trabalho que foi solicitado pela Presidenta – Ministério da Fazenda, Planejamento –, fazendo as suas contas, onde o caminho é... Ela acabou de sancionar essa semana a Lei dos Royalties, que destina fatia por uma força desse trabalho dos Parlamentares da bancada da saúde – eu me incluo aí –, onde o Governo tinha proposto 100% para a educação e nós colocamos 25%. Isso gera uma receita que no curto prazo é baixa, mas no longo prazo será significativa, será elevada, de 2019 em diante. Ela começa com mais ou menos 500 milhões em 2014, mas terá um valor significativo, principalmente, a partir de 2019, quando entram as novas áreas do Pré-Sal.

O outro é uma disposição da Presidenta, já discutida com os Parlamentares que aprovaram na Câmara a proposta da chamada “emenda impositiva”, ou seja, o parlamentar apresenta suas emendas e o Governo é obrigado a cumpri-las... A Presidenta admitiu no encontro concordar se metade desse valor for destinado à saúde, exatamente pela prioridade que o Governo quer dar à área da saúde.

Então já existem duas fontes de receita. Como uma é fixada em 1% do orçamento da receita corrente líquida e a outra, dessa receita que não é de tributos, que não é nova, não é de impostos, enfim, é de uma riqueza própria do Brasil, que é o Pré-Sal, e com recursos próprios da União.

Então, nesse casamento, o Governo admite trabalhar as condições de 2014 terem evolução, 2015 terem evolução, que permitam fixar num patamar de 15% da receita corrente líquida os recursos destinados à saúde como patamar mínimo.

Sei que essa não é a proposta que vem sendo trabalhada, não é o que veio da iniciativa popular, mas acho que qualquer um de nós que a vida inteira nos dedicamos a esse tema temos de reconhecer que é um passo importantíssimo – está certo? –, primeiro a fixação de um valor que não existia. Hoje o Governo se quiser aplicar 8% é 8%; se quiser aplicar 10% é 10%; se quiser aplicar 11% é 11%; enfim, a outra é que há também uma situação que, pela regra que tem por conta da trava que é colocada, leva a uma perspectiva nessa década, inclusive, de redução em termos percentuais em relação ao que temos hoje; portanto, em prejuízo das necessidades da saúde.

Então, o apelo que faço aqui, em nome dos demais Líderes, inclusive conversamos hoje com o Senador Humberto Costa, na presença do Senador Eunício, Senador Alfredo Nascimento, Senador Eduardo Braga, Senador Moka, é para não apresentar o relatório definitivo hoje, para que possamos seguir nessa chance de negociação, colhendo frutos dos trabalhos desta Comissão, pela chance que temos de ter uma



coisa definitiva. Por quê? O meu receio, a exemplo da educação, era o que eu sempre levantava, e chegamos à solução, era de que tivéssemos, de um lado, uma posição pura e seca e, de outro lado, a ação do Executivo de vetar, o que seria uma vitória que não se concretizaria.

Assim, hoje, quero empenhar, em nome do Governo, a palavra que o Governo se dispõe a encontrar uma saída dentro dessa agenda financeira que está sendo debatida e que eu coloquei agora, em uma perspectiva, sim, de crescimento. A gente aprova até 2015. Isso, certamente, não vai encerrar o debate, mas é algo que significará um passo adiante em dois caminhos: primeiro, pela primeira vez na história do Brasil, ter a fixação de um mínimo de investimento para a saúde, independentemente de quem seja o governo, isso é uma conquista para o povo brasileiro; e, segundo, com o incremento de recurso novo, acima do que normalmente o Governo tinha apresentado, pois, pelas contas que fazemos, significaria chegar a 15%, em 2015, por exemplo, significaria um recurso novo em relação a este ano da ordem de R\$25 bilhões, o que é algo significativo.

Senador Humberto, quero aqui fazer este apelo a V. Ex<sup>a</sup>, fazer este apelo ao nosso Presidente, aos demais membros da Comissão e me colocar à disposição, com os demais Líderes, para a construção dessa proposta. A ideia é que tenhamos já uma agenda da Comissão, representada principalmente pelo Relator, com a equipe do Governo da Presidenta Dilma, no sentido de ter o fechamento dessa negociação, desse entendimento, claro, com o compromisso da Presidenta, como ela anunciava antes, de ir nessa direção, de abraçar, de promulgar a lei que aqui for regulamentada.

Era este o apelo. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> se pudermos ser atendidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu entendo as palavras e a manifestação do Líder do PT.

Vou passar a palavra aos dois Senadores, antes de devolver a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Só para explicar, os outros Líderes não estão aqui porque neste instante está havendo uma reunião do Colégio de Líderes com o Presidente da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fomos informados disso.

Vamos colher a manifestação do Senador Moka, Senador Paulo Davim, e talvez possamos ter, depois dessas manifestações, um calendário mínimo necessário para que o Relator, o Senador Humberto Costa, que vem desempenhando um papel, como V. Ex<sup>a</sup> colocou, extraordinário na obtenção de uma luz que

possa encandear esse desafio extraordinário que tem o Senado de propor uma solução clara no sentido de dar efeito ao subfinanciamento na área de saúde, já tenha elementos para propor. Mas as manifestações de V. Ex<sup>a</sup> são prudentes, são necessárias, devem ser ouvidas, até porque o outro lado do balcão nesse embate institucional, no caso, o Governo, se mostrou aberto a um entendimento em que possamos ter já duas fontes de recursos adicionais, que seriam as emendas impositivas para a área de saúde e a questão da parte que cabe à saúde no orçamento, nas receitas provenientes dos recursos do petróleo.

Há também uma definição muito clara – e isso V. Ex<sup>a</sup> traz e para nós é importante –, é a questão do mínimo de 15% da receita corrente líquida, o mesmo que hoje aporta municípios. Isso é um ponto de partida para a discussão da matéria.

Mas ouço o Presidente – com muito mais propriedade do que eu, até porque esse é o seu mister – da Comissão de Assuntos Sociais, para, em nome dela, expressar o sentimento e a ansiedade que a Comissão de Assuntos Sociais tem com essa matéria, para que nós possamos provê-la de um projeto para que possamos discuti-lo na Casa.

O Senador Moka tem a palavra.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Vital do Rêgo, nosso Presidente desta Subcomissão Especial, Senador Humberto Costa, nosso Relator e Líder Humberto, meu amigo e Senador Paulo Davim, quero dizer que é bom lembrar que esta subcomissão não começou em função da movimentação que aconteceu em junho ou julho, absolutamente. Logo que tomamos posse na Comissão de Assuntos Sociais, nós já tínhamos como compromisso discutir essa questão do financiamento da saúde. Porque sempre entendi e entendo que a questão do subfinanciamento acaba desorganizando a saúde como um todo.

Mas, para ser objetivo, hoje era o dia em que o Senador Humberto Costa ia apresentar aqui o relatório. Porque a ideia é: aprovamos na subcomissão, aprovamos na Comissão de Assuntos Sociais, e o relatório do Senador Humberto Costa passa a ser o relatório da Comissão de Assuntos Sociais, para chegar exatamente com força no Plenário.

Agora, nós sempre entendemos que essa discussão não poderia ser irresponsável nem leviana e que nós chegaríamos a propor questões que pudessem ter exatamente a preocupação com a fonte de financiamento, quais os recursos que comporiam isso.

Eu acho que o pedido dos Líderes e essa abertura que faz o Governo no sentido de conversar e termos a possibilidade de, se não chegarmos... Porque 10% da receita bruta é a mesma coisa de 18,5 da receita

corrente líquida. Se chegar a 15% da receita corrente líquida, é claro que nós vamos ter dificuldade. Mas eu sou um daqueles que acham que, se tivermos a garantia do Governo e dos Líderes, eu acho que nós teríamos que...

E aí eu pediria ao Senador Humberto Costa para, hoje, dispensarmos a leitura dessa proposta. V. Ex<sup>a</sup>, já em nome, conversaria e aí traria já uma proposta que seria o seu relatório, mas que teria o aval dos Líderes da Casa, da base de sustentação do Governo e do próprio Governo. Porque aí nós teríamos o seguinte argumento: não é o que se deseja, mas é o que o Governo sinaliza que é possível; e há um compromisso de que, se aprovado aqui no Senado, isso vai tramitar e será, se aprovado na Câmara, sancionado pela Presidenta.

Penso que poderemos ter dificuldade, mas eu acho, sou um daqueles que acham que é melhor você ter uma proposta exequível, viável, do que também ficar discutindo, embora... Sempre quando chega essa questão da saúde, Humberto, é impressionante: – Ah, fonte de financiamento. Só que, para os Municípios e os Estados, ninguém pergunta qual é a fonte de financiamento – ninguém pergunta. O prefeito tem que colocar no orçamento, o Governador tem que colocar no orçamento. Só no Governo Federal que ainda é: qual é a fonte?

Mas eu acho que nós estamos, realmente, numa Casa em que – e eu particularmente sou daqueles sempre tenta a convergência e o entendimento.

De forma que, se depender – aí não falo como Presidente da Comissão, porque não tenho essa autorização. Mas, sendo Senador, eu quero dizer, ao Senador Wellington Dias e ao Senador Humberto Costa, que acho que essa tentativa é válida e eu gostaria que o Senador Humberto pudesse voltar aqui com um relatório que tivesse o aval, até porque aí a Comissão vai discutir em termos de números concretos qual é a proposta que o Senador Humberto Costa teria para apresentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> está com a mesma pressa que todos nós temos para apresentar à sociedade uma posição do Senado, através do relatório. A parte do relator foi feita. O Líder do PT, expressando o sentimento de todos os Líderes da base do Governo, sugere um tempo a mais para que o Relator possa receber a proposta do Governo e avançar.

Estávamos aqui, na oportunidade em que V. Ex<sup>a</sup> falava, fazendo um comentário de que 10% da receita corrente bruta equivalem a 18,5% da corrente líquida. Hoje, numa regra de 3 inversa, quanto valeriam 15% da

receita corrente líquida em termos de percentuais da corrente bruta? Isso para que nós já possamos ter um parâmetro absoluto, mesmo em termos percentuais, do que conseguimos retirar do Governo nessa proposta. Já se conseguiu um avanço, graças a esse trabalho que o Senado está fazendo. Da parte do Governo tem uma palavra: vamos começar com 15%, saindo essas duas fontes de recursos que são já diagnosticadas – a primeira é a questão do orçamento impositivo, com as emendas da saúde; a segunda é a questão dos recursos provenientes da extração do petróleo.

Ouç o Senador Paulo Davim.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV – RN) – Senador Vital, Senador Humberto, Senadores aqui presentes, todos os que nos assistem e que nos ouvem, também concordo com o adiamento da leitura do relatório. Já que surgiram fatos novos, acredito que é mais prudente essa leitura ser feita no momento em que se possa trazer um relatório com indicadores concretos.

Apenas faço um comentário de que nós não podemos perder do nosso horizonte os 10%. Acho que não tem como deixar de reconhecer que o que está sendo oferecido foi um avanço, e é um avanço. É dinheiro novo. Lembro-me de que, em novembro de 2011, quando discutimos e votamos a regulamentação da Emenda nº 29, eu dizia que, concretamente, não estava chegando dinheiro novo. Nós estávamos garantindo o repasse, mas dinheiro novo não estava chegando. Agora não! É dinheiro novo que chega. É irrefutável isso.

Precisamos nos lembrar de que, se tivéssemos aprovado, em 2011, uma matéria semelhante a essa, não se falava mais em nada. Estaria tudo resolvido.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV – RN) – E era mais barato, inclusive. O barato saiu caro.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Lembro-me de que eu defendia 12%, igual ao do Estado.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV – RN) – Pois é, como não aprovamos, quem pediu agora, quem está solicitando é a sociedade, é uma iniciativa popular. Essa negociação não é mais Congresso e governo, a negociação é Congresso, governo e sociedade. Seguramente, a sociedade vai cobrar o que ela pediu. Afinal de contas, foram quase dois milhões de assinaturas. A sociedade se organizou e veio brigar por uma coisa muito nobre: pela saúde. É até uma postura altruística.

Pois bem, então, acho que houve avanços. É uma proposta razoável? É. Agora, precisamos amarrá-la. Sei que o PPA vai até 2015, mas precisamos sinalizar para a sociedade, que é autora disso... É a sociedade

civil a autora dessa solicitação. Nós vamos apreciar um pedido da sociedade, uma matéria de iniciativa popular. Então, é importante que a gente deixe apazado, digamos assim, quando é que nós vamos chegar ao limite para atender o pleito da sociedade, que também é o nosso pleito, de todos nós aqui, de todos nós. Não tem ninguém que pense diferente. É bom discutir uma coisa quando todos pensam igualmente.

Então, acho que o que está faltando é algo que, digamos assim, planifique, pavimente essa estrada. É exatamente isto: se nós conseguirmos. Daí a importância de suspendermos a leitura do relatório, Senador Humberto, para que a gente possa melhorar o que já foi apresentado no sentido de colocarmos um calendário. Assim, poderemos dar respostas à sociedade, que lutou, que se empenhou, que se envolveu nessa luta em defesa da saúde e que fez chegar até o Congresso Nacional o resultado desse envolvimento da sociedade. Então, a relação agora não é apenas com os interlocutores. Temos três partes envolvidas. Precisamos responder à sociedade; precisamos responder ao Governo.

Por isso, eu acho que é o caminho para que possamos amarrar, dar um prazo ou criar um calendário. Eu sei que o PPA vai até 2015 e aí podemos discutir isso. E não vou me precipitar aqui e dar a solução que eu também não sei qual é e que não tenho. Mas eu acho que é uma discussão, no sentido de burilar essa proposta e apontarmos com prazo. Eu acho que está planejado o problema do financiamento da saúde.

Será o ideal? É claro que não. Essa é uma tarefa inacabada. Eu acho até, Senador Humberto, que esse trabalho é incessante. Nós precisamos criar o hábito de criar fontes auxiliares de financiamento da saúde. Eu acho que na hora em que formos discutir, debater aqui o marco regulatório da mineração, precisamos abrir uma brecha. Da mesma forma que foi discutida, nos *royalties*, a saúde, precisamos abrir uma brecha para colocarmos também alguma coisa para a saúde. Precisamos colocar isso na cabeça como um alerta, um alarme, para, todas as vezes em que formos discutir algum tipo de marco regulatório nesta Casa, coloquemos a saúde. É assim que se constroi a prioridade em determinado setor: colocando a presença dela sempre nos debates que, por acaso, travamos nesta Casa.

Então, doravante, precisamos buscar mais fontes auxiliares de financiamento. Obrigada.

E quero parabenizar o belíssimo trabalho que o Senador Humberto Costa realizou.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Walter Pinheiro, antes de come-

çarmos, esteve aqui e dava a informação de que o Presidente Renan pretende, na quinta-feira próxima, não nesta quinta, fazer uma sessão temática, em que o assunto seria a saúde – o Senador Walter perguntava se seria na quinta-feira – é claro que devidamente organizada. O Senador Humberto também chegou a comentar isso comigo. Poderíamos, com esforço, mobilizando, fazer uma discussão, e, no final dessa discussão, se for o caso, tentarmos aprovar o relatório do Senador Humberto Costa, porque aí estaríamos dentro do calendário e dentro de uma discussão que agora, se não for possível, pelo menos, na quinta-feira, seria como um ponto, uma referência de um prazo, para que tivéssemos essa proposta já devidamente colocada no papel.

Uma informação, Senador Humberto: eu entro com o projeto, pretendendo que os recursos repatriados, fruto de desvio de dinheiro público – e não são poucos; pelos números que eu tenho, já chegam a 12 bilhões – enfim, estou destinando esses recursos, que são repatriados e entram no caixa do Tesouro – essa é a minha pretensão – sejam repassados também à saúde. É todo o recurso repatriado como uma fonte alternativa também de financiamento da saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Passo a palavra ao Senador Humberto, confirmando a informação do Senador Moka de que, na próxima quinta-feira, não nesta semana, mas na outra semana, no dia 19, se não estou enganado em termos de calendário, nós teremos a segunda reunião temática do Senado. A primeira foi tratando de matérias eleitorais e a próxima será da saúde. E fica um marco ou uma referência para o Senador Relator, nesta reunião, apresentar propostas do seu trabalho.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu serei muito breve na minha colocação.

Primeiro, naturalmente, eu não poderia deixar de atender um pedido dos Líderes, do Líder do meu Partido, inclusive, com o aval do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, bem como do Presidente da Comissão Especial, que trata deste tema do financiamento, Senador Paulo Davim, perdão. Portanto, da minha parte, não há nenhum problema. Eu vou encaminhar para que, na próxima semana, possivelmente, nós possamos fazer essa aprovação.

Eu só queria pedir uma coisa ao Senador Wellington Dias, porque eu venho há dois meses insistentemente procurando dialogar com o Governo sobre essas questões – levamos o movimento social, montamos uma comissão, mas a comissão só se reuniu uma vez, depois o Governo não foi mais. Não é possível esperar que vá acontecer essa conversa, porque, se a propos-



ta do governo for essa que V. Ex<sup>a</sup> relatou, ela é uma proposta perfeitamente conversável. A minha dúvida é sobre a leitura de qual é a receita corrente líquida. Se for como acontece nas prefeituras e nos governos de Estado, ou seja, o imposto entra e aquela parte, os 12% ou os 15% já vão para a área da saúde... Se for assim, é uma coisa bem tranquila.

Então, se o Governo esclarecer essa questão, eu acredito que nós teremos condição de, na próxima quarta-feira, apresentar e votar esse relatório. Faríamos um acordo para que ninguém pedisse vista. Na quinta de manhã V. Ex<sup>a</sup> poderia convocar uma reunião extraordinária da CAS para a aprovação da matéria, por volta do meio-dia começaríamos a sessão temática e, ao final da sessão temática, a partir de uma mobilização para que os Senadores estivessem aqui, nós votaríamos a lei complementar e alcançaríamos, sem dúvida, uma coisa muito importante para o Congresso.

Vamos tentar isso. Eu quero contar com o apoio de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – De minha parte, Sr. Presidente... Inclusive, o Senador Eduardo Braga, que é o Líder do Governo no Senado, já ficou de, hoje... Esse tema deve ser tratado provavelmente com a Ministra do Planejamento – ou Planejamento e Fazenda. A decisão política está tomada, agora é mais de observar o aspecto financeiro – é exatamente isto que coloca o Senador Humberto: o Governo apresenta as condições para atingir o objetivo que foi traçado pela Presidenta.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu penso que, em termos de quórum... Na semana que vem o Presidente anunciou que haverá um esforço concentrado e ele está reservando a quinta-feira para a discussão da saúde, mas já com uma pauta que seria a votação dessa lei complementar, se tiver, evidentemente...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Da parte da Presidência da Casa, há o interesse de que ultimemos os nossos trabalhos na Comissão para que, nesse esforço concentrado, essa matéria esteja pautada. Dependerá efetivamente, Senador Wellington – fica a responsabilidade com V. Ex<sup>a</sup> –, de abrir os canais de entendimento, de esclarecimento, para que o Relator possa ter segurança na defesa das suas propostas, até porque efetivamente ele precisa tê-la no encaminhamento de um relatório que não é o ideal que todos nós procuramos, ainda que seja um primeiro passo.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da 8ª Reunião.

Coloco a proposta em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e já os convido para a próxima reunião.

Tenham todos um bom dia.

*(Iniciada às 15 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)*

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

### **COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 145 DE 2012, DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES, NO PRAZO DE NOVENTA DIAS, PARA O FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL**

#### **ATA DA 10ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião realizada em 10 de dezembro de 2013, às 12 horas e 55 minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB/PB)** e com a presença dos Senadores: **Humberto Costa (PT/PE)** e **Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)**. Deixaram de comparecer os Senadores **Antônio Carlos Valadares (PSB/SE)**, **Paulo Davim (PV/RN)** e **Oswaldo Sobrinho (PTB/MT)**. Na ocasião, foi aprovado o Relatório Final da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 145, de 2012, destinada a propor soluções ao financiamento do sistema de saúde do Brasil. Conforme convocação, esta reunião de trabalho destina-se à apresentação e à votação do relatório final da Comissão. Esse relatório foi amplamente divulgado nos meios de comunicação do Senado. Espero que V. Ex<sup>as</sup> já tenham tido conhecimento do relatório. Passo a palavra ao Senador Humberto Costa, para fazer suas considerações finais.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como teve a oportunidade de dizer o Sr. Presidente, o relatório foi amplamente divulgado. Foram vários meses de trabalho. Rapidamente, vou ler as conclusões. Primeiro, há o reconhecimento de que o atual déficit do financiamento da saúde se encontra em torno de R\$45 bilhões por ano, o que vai ao encontro do projeto de lei de iniciativa popular que, atualmente, tramita na Câmara dos Deputados e que estabelece 10% das receitas correntes brutas da União como um bom indicativo para o financiamento da saúde. A segunda conclusão diz respeito à necessidade de aprofundamento do debate sobre a melhor forma de vinculação

de recursos da União para a saúde, se ela deve ser feita através de projeto de lei complementar ou constitucionalizando, como prevê a emenda do Orçamento impositivo já votada no Senado e na Câmara, estabelecendo a definição de a vinculação se dar ou não em relação à receita corrente bruta ou, por outro lado, dar-se ou não em relação à receita corrente líquida. É preciso entender a importância da elaboração de uma resolução legislativa para a criação de um selo a ser conferido anualmente pelo Senado Federal aos melhores gestores de Municípios, de Estados e da União que se destacarem na implantação do SUS. Propõem-se também medidas que facilitem o controle social e que ofereçam meios para o acompanhamento por parte dos Parlamentares da implantação do Sistema Único de Saúde: elaboração de indicação aos Poderes Executivos, nos três níveis de governo, para que provenham o DENASUS – Departamento Nacional de Auditoria do SUS – de capacidade para auditar os contratos organizativos de ação pública; elaboração de indicação aos Poderes Executivos, nos três níveis de governo, para que provenham os Conselhos de Saúde de maior capacidade deliberativa e fiscalizatória; criação de Comissão Temporária destinada a discutir a relação público-privada do sistema de saúde brasileiro, para aprofundar as interfaces entre o SUS e o Sistema Suplementar. Devem ser apoiadas as Comissões que aperfeiçoem e aprovelem as seguintes proposições: Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2007, e Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2011, que dispõem sobre a responsabilidade sanitária dos agentes públicos e sobre a aplicação de penalidades administrativas; Projeto de Lei do Senado nº 707, de 2007, que aumenta a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras para 18%; Projeto de Lei Complementar nº 48, de 2011, que tributa as grandes fortunas por meio de contribuição social e destina recursos para o setor da saúde, em tramitação na Câmara dos Deputados. Finalmente, propõe-se que haja a elaboração de estudos e de posicionamento sobre a renúncia fiscal na área da saúde e o impacto no financiamento público; sobre a taxação de grandes fortunas e outras taxações; sobre a proposta da Associação Nacional de Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil; sobre a proposta do especialista e técnico Afonso Teixeira Reis, no sentido do imposto progressivo com alíquotas proporcionais sobre rendimentos de aplicações financeiras e receita decorrente de um pequeno acréscimo no valor unitário das apostas de jogos; e sobre novas fontes de recursos destinados exclusivamente para o setor da saúde. É preciso apoiar quem aprovar que, da PEC do Orçamento Impositivo, 50% dos recursos sejam obrigatoriamente destinados

a financiar ações e serviços da saúde. São essas as conclusões, Srª Presidenta em exercício.

**SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Humberto. Quero dizer que, há pouco tempo, estava aqui o Presidente desta Comissão, o Senador Vital do Rêgo, que teve de atender a um chamado e que, em breve, retornará. Não sei se nós ainda estaremos aqui para recebê-lo de volta. Eu gostaria de cumprimentá-lo pelo belo trabalho realizado. Este é muito mais do que um relatório, pois temos aqui um diagnóstico atualizado da situação da saúde no Brasil, com sugestões, com propostas, para que possamos avançar. Com muita atenção, ouvi V. Exª, que falou sobre a emenda constitucional que a Casa acaba de votar e que a Câmara deverá votar, por derradeiro. A matéria passou, primeiramente, por aquela Casa e, agora, volta para lá. É a PEC que trata do Orçamento impositivo e que estabelece um vínculo com a saúde. Obviamente, ainda não atingimos os índices que gostaríamos de atingir. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que é um passo importantíssimo, para que, quem sabe, em prazo até mais curto do que nós mesmos imaginamos, possamos avançar ainda mais. Neste ano, no Brasil, um dos grandes projetos do Governo Federal, da Presidente Dilma, que ficará marcado, sem dúvida alguma, é o Programa Mais Médicos, que, além de garantir a universalização do atendimento à população e o acesso aos médicos por parte da população que vive, sobretudo, no interior, trará, não tenho dúvida, um novo momento para a atenção básica da saúde. O Brasil precisa muito disso, de um cuidado mais vigoroso na atenção básica da saúde, até para que se diminua a pressão sobre outros níveis do atendimento da saúde. Então, em nome de todos os companheiros, do Senador Davim, do Senador Valadares, do Senador Jayme Campos, do Senador Luiz Henrique, do Senador Ciro Nogueira, do Senador Wellington Dias, da Senadora Lúcia Vânia e, obviamente, do Presidente Vital, antes de fazer os procedimentos de encerramento desta reunião, quero cumprimentar V. Exª pelo trabalho que desenvolveu como Relator, o que, aliás, não é muito difícil, porque V. Exª traz uma enorme bagagem. Além de ter sido um militante da área a vida inteira, desde que era estudante, V. Exª foi um excelente Ministro da Saúde do Brasil. Então, parabéns pelo trabalho! Sem dúvida alguma, isso será de grande valia. Se V. Exª me permite, já quero mandar para todos os gestores do meu Estado, em primeira mão, o relatório apresentado por esta Comissão. Não havendo mais quem queira discutir, coloco o relatório em votação. Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) O relatório está aprovado. Senador, mais

uma vez, parabéns pelo brilhante trabalho realizado! Não tenho dúvida de que aquilo que conseguimos na PEC já é fruto dos trabalhos desta Comissão. Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da 9ª Reunião da Comissão e coloco em votação as atas da 9ª Reunião e da presente reunião, a 10ª Reunião. Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas as atas, portanto. Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos. Muito obrigada pela audiência. Esta reunião está encerrada.

*(Iniciada às 12 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.)*

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

**COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO  
ATS Nº37, DE 2013, COM A FINALIDADE  
DE ANALISAR OS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO  
NO SENADO FEDERAL QUE TRATAM  
DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL,  
BEM COMO DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES  
PARA O SEU FINANCIAMENTO**

**ATA DA 6ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião realizada em 6 de novembro de 2013, às quatorze horas e cinquenta e um minutos, no Plenário 15, Ala Senador Alexandre

Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador **Vital do Rêgo** e com a presença dos Senadores: **Pedro Taques, Lindbergh Farias, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Flexa Ribeiro**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Eduardo Braga, Lobão Filho, Eunício Oliveira, Sérgio Souza e João Capiberibe**. Esteve presente, ainda, o Senador não membro, **Eduardo Suplicy**. Na oportunidade, foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: **Wilson Salles Damásio**, Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco e Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública; **Fernando Grella Vieira**, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; **Edval de Oliveira Novaes Júnior**, Subsecretário de Tecnologia da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; **Felipe Daruich Neto**, Diretor da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MPOG; **Marivaldo de Castro Pereira**, Secretário de Assuntos Legislativos – Ministério da Justiça; **Coronel Carlos Helbingen Júnior**, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás – CBMGO e representante da Liga Nacional de Corpos Bombeiros Militares do Brasil – LIGABOM; e **Jamille Lavalle**, Advogada da Confederação Nacional dos Municípios – CNM. Foram aprovados, ainda, os seguintes requerimentos:

Número	Ementa	Autoria
014/2013	Requer a realização de audiência pública sobre o tema "Estrutura da Segurança Pública no Brasil" com os seguintes convidados: <b>Renato Sérgio de Lima</b> - membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; <b>Cláudio Beato</b> - professor titular de sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais; <b>Luiz Eduardo Soares</b> - foi secretário nacional de Segurança Pública; e <b>Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo</b> , professor de ciências criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.	Senador <b>Pedro Taques</b>
015/2013	Requer, em aditamento ao Plano de Trabalho aprovado por esta Comissão, que seja incluído no rol de convidados para debater, em audiência pública, o Eixo 3 "Estrutura da Polícia Brasileira", um representante do Ministério da Defesa.	Senador <b>Humberto Costa</b>



**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito boa tarde a todos.

Peço às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que tomem seus assentos.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Temporária criada por Ato da Mesa nº 37 com a finalidade de analisar projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de segurança pública do Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento.

Esta 6ª Reunião, como já repetimos em outras oportunidades, nas audiências públicas que esta Comissão vem promovendo, visam a colher subsídios, debater com especialistas, ouvir a população e instruir um canal de comunicação entre o Senado e a sociedade, com o objetivo de propor inovações necessárias ao combate à criminalidade.

De acordo com o plano de trabalho da Comissão, elaborado pelo Senador Pedro Taques, as matérias submetidas a esta Comissão foram classificadas e separadas em cinco eixos temáticos: Proteção ao Cidadão e à Vítima; Financiamento da Segurança Pública; Estrutura da Polícia Brasileira; Defesa Civil; Regulamentação de Atividades Potencialmente Nocivas à Segurança dos Cidadãos e outros temas.

O primeiro eixo temático: Proteção ao Cidadão e à Vítima foi abordado na 4ª Reunião.

A 5ª Reunião, havida na semana passada, foi dedicada ao Financiamento da Segurança Pública, assunto que, por sua importância, terá continuidade nesta 6ª Reunião, em que serão ouvidos os seguintes convidados: Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco e Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, Dr. Wilson Salles Damázio, que já se encontra à mesa; Dr. Fernando Grella Vieira, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Dr. Edval de Oliveira Novaes Júnior, Subsecretário de Tecnologia da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, que aqui representa o Secretário José Mariano Beltrame; Dr. Felipe Daruich Neto, Diretor da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Dr. Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, que representa a Dr<sup>a</sup> Regina Maria Filomena de Luca Miki; Coronel Carlos Helbingen Júnior, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás; Dr<sup>a</sup> Jámille Lavalle, Advogada da Confederação Nacional dos Municípios, que já esteve aqui em outras oportunidades e representa o Dr. Paulo Roberto Ziulkoski.

Sejam todos bem-vindos!

Composta a Mesa, passo à deliberação dos presentes requerimento do Senador Humberto Costa:

## REQUERIMENTO Nº , DE 2013

**Tendo em vista que o Exército Brasileiro mantém em sua estrutura administrativa a Inspetoria-Geral das Polícias Militares, requeiro, em aditamento ao Plano de Trabalho aprovado por esta Comissão, que seja incluído no rol de convidados para debater, em audiência pública, o Eixo 3 “Estrutura da Polícia Brasileira”, um representante do Ministério da Defesa.**

**Autor:** Senador Humberto Costa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do Senador Pedro Taques.

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a aprovação da realização de audiência pública da Comissão Temporária que trata das proposições a respeito da segurança pública no Brasil. Segue a audiência sugerida:

Audiência sobre “Estrutura da Segurança Pública no Brasil” – 13/11/2013.

Convidados:

Renato Sérgio de Lima – membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública;

Dr. Cláudio Beato – professor titular de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais; Luiz Eduardo Soares, foi Secretário Nacional de Segurança Pública; e

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – professor de Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Dando andamento aos nossos trabalhos.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Por ordem já em consenso com a Secretaria, nós oferecemos a palavra ao Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, Dr. Wilson Salles Damázio, pelo tempo de 15 minutos.

**O SR. WILSON SALLES DAMÁSIO** – Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar o Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo; saudar o Relator, Senador Pedro Taques, com quem tive a felicidade de trabalhar em Rondônia, ele como Procurador da República, eu como Delegado de Polícia Federal e Superintendente, um dos grandes nomes não somente na área jurídica,

mas também na área operacional no combate à criminalidade neste País e, em especial, naquela fronteira; saudar os demais companheiros da mesa, na pessoa do Secretário Grella, a quem quero parabenizar pelo excelente trabalho que vem fazendo à frente da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo; saudar o Senador Flexa Ribeiro, do Pará, onde já trabalhei como delegado em muitas missões; e uma saudação especial ao nosso Senador pernambucano, que já integrou inclusive o nosso governo como secretário, junto conosco: Parabéns, Senador Humberto Costa, pelo trabalho que vem fazendo em prol da saúde neste nosso País e em tantas outras áreas de atuação. Uma saudação também ao meu colega Delegado Federal, que agora está integrando esta Comissão, também auxiliando o Senador e os Senadores.

Senhores, como o tempo é muito exíguo para falarmos um pouco de segurança pública e, em especial, sobre o tema que nos foi dado, que é o financiamento da segurança pública, convém aqui a gente abrir esse debate com algumas premissas.

Hoje eu tenho 57 anos e, logo após a minha adolescência, já abracei a causa da segurança pública como agente de Polícia Civil no Estado de Pernambuco. Logo em seguida, fui agente de Polícia Civil, agente de Polícia Federal; depois, delegado, superintendente três vezes, vice-diretor da Polícia Federal; depois, fomos chamados aqui no Ministério da Justiça para trabalhar no Sistema Penitenciário Federal e tudo isso nos deu oportunidade de acompanhar um pouco a segurança pública no nosso País e também o sistema prisional, para o qual, diga-se de passagem, é muito importante um olhar diferenciado para que possamos ter uma segurança pública de qualidade, uma segurança pública cada vez melhor, já que a reincidência criminal é uma das piores mazelas que temos em termos de violência no nosso País.

Tive a oportunidade de dar alguns pitacos em planos nacionais de segurança pública e muitas vezes os planos eram feitos em gabinetes até de Ministros e o segmento mais interessado em tudo isso, que era o segmento de segurança pública, sequer era ouvido. Mas, como eu estava ali como vice-diretor da polícia, logo depois como coordenador-geral de defesa institucional, tive a oportunidade de participar de alguns deles.

O último foi o Pronasci, um programa no qual eu tinha uma esperança muito grande. Trabalhamos ali com o Ministro Tarso Genro, em 2008, eu como diretor do Sistema Penitenciário Federal e vice-diretor do Depen. E acreditava muito naquele programa nacional.

A verdade é a seguinte: no Brasil, em nível nacional, nós poucas vezes nos sentamos, como estamos fazendo aqui agora, para discutir a segurança pública

na sua essência, não somente estudando seus efeitos como também as suas causas, indo na raiz do problema.

E quero aqui, Senador Pedro Taques, Senador Vital do Rêgo, parabenizá-los por essa coragem, como também o Senador Renan, que criou esta Comissão, porque, no âmbito do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, do qual sou Presidente há quase um ano, a gente tem se preocupado muito com isto. E o financiamento da segurança pública talvez seja o assunto sobre o que a gente tenha que se debruçar mais detidamente. E não basta somente criar um fundo e depois não alimentá-lo, não criar as condições para que haja o financiamento efetivo da segurança pública e as fontes. Por outro lado ainda, é necessário evitar que haja contingenciamento nesses recursos que são destinados à segurança pública.

A gente tem observado que a saúde pública no nosso País melhorou sensivelmente, principalmente agora no governo Lula, Governo Dilma, mas também no governo Fernando Henrique, no qual trabalhei como vice-diretor. Melhorou bastante, mas a gente sabe que os recursos estão ali disponibilizados e, a cada dia, a gente cria novas fontes, como é o caso do pré-sal. Com a educação acontece a mesma coisa. Há fundos constitucionais que financiam essas atividades.

No caso da segurança pública, a gente depende muito, primeiramente, de um olhar diferenciado do governador do Estado, na hora de fazer a sua lei orçamentária, porque, fiquem todos sabendo – e aqui talvez eu junto com o Senador Flexa sejamos um dos mais antigos e que vivemos essa realidade –, dificilmente os governantes se preocupavam com segurança pública. Ali ficava a critério do secretário de segurança pública da época, dos chefes de polícia, do comandante geral da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros, e cada um que fizesse o seu planejamento e tocasse a sua pasta. Graças a Deus, agora, em abril de 2010, fui chamado a integrar a equipe do Governador Eduardo Campos e lá eu encontrei um verdadeiro plano estadual de segurança pública, que é o Pacto pela Vida.

O Pacto pela Vida, para aqueles que não o conhecem, é uma política pública de segurança que tem começo, meio e o norte definido e que se renova a cada dia.

Nós tivemos com o Ministro José Eduardo Cardozo, no início do ano passado, e ele ficou maravilhado com o que viu. Não quero aqui trazer a brasa para a minha sardinha, mesmo porque eu não idealizei esse plano, quando eu cheguei lá, ele já estava pronto, o Pacto pela Vida. Há três anos que estou como Secretário de Defesa Social e logicamente a gente trouxe algumas ideias da área de Segurança Pública Federal, do próprio sistema penitenciário, que a gente viven-

ciou por quatro anos; essa grande experiência que é o Sistema Penitenciário Federal, talvez a melhor ação do Governo Federal no combate ao crime organizado. E eu fico triste quando vejo a coisa ainda meio que patinando.

Temos quatro penitenciárias federais. A quinta penitenciária será aqui em Brasília. Há mais de quatro anos, nós temos recursos do fundo para construí-la. Parece-me que, graças a Deus, agora a licitação está sendo feita. Essas penitenciárias têm condições de realmente custodiar presos de alta periculosidade.

Então, voltando aqui para o Pacto pela Vida, é uma política que tem um planejamento operacional bem definido, um planejamento estratégico bem definido; e nesse planejamento estratégico o governo do Estado investiu recursos para que pudéssemos fazer aquilo que nós planejamos. Infelizmente, agora, já neste final de governo, em razão da seca, Senador – e o nosso Estado está com dificuldade de arrecadação –, os recursos não estão tão bons como eu os encontrei três anos atrás. Mas continuamos investindo, continuamos completando o nosso efetivo.

Esse Pacto pela Vida, em rápidas pinceladas, porque eu sei que o tempo aí já está muito adiantado, é uma política que eu gostaria de ver em nível nacional. E o próprio Ministro da Justiça disse isso quando esteve conosco. A Regina Miki, Secretária Nacional de Segurança, tem visto... É muito importante planejar e ter os recursos para trabalhar. E a gente fez esse planejamento estratégico, o planejamento operacional, criamos ações, mas essa gestão diferenciada do Pacto pela Vida nos possibilita executar aquilo que planejamos.

A grande dificuldade, Senador, é a gente fazer um planejamento, como nós fizemos o do Pronasci, e ali nós viramos noite, e era um planejamento para longo prazo, e hoje a gente vê o planejamento definindo. Era um programa que eu reputo de grande qualidade. Talvez o melhor que o Governo Federal tenha feito nesses últimos anos. Mas a gente já sente que o Pronasci não está com aquele gás de quando começou. E no nosso caso, os resultados estão vindo: um investimento forte no combate ao crime organizado, com as operações de repressão qualificadas e direcionadas às organizações criminosas, um investimento muito forte na inteligência policial.

Contratamos 13 mil policiais nesses últimos seis anos. Nós temos hoje algo em torno de 29 mil policiais e bombeiros. Isso não chega nem perto do que o nosso Secretário Grella tem lá em São Paulo. Mas estamos lutando com esses 29 mil homens e mulheres e saímos de um patamar de quatro mil a cinco mil homicídios/ano. Estamos trabalhando hoje, Senador, numa faixa de três mil homicídios. E vocês dizem: O Secretário

Damázio vem aqui comemorar três mil homicídios. Mas para quem tinha quase cinco mil, eu acho que é uma grande vitória.

Quando a gente compara os cases de segurança festejados em nível nacional e internacional, como é o caso de Bogotá e de Nova Iorque, e quando a gente compara com a capital Recife, que era a campeã de violência letal no Brasil – não era nem no Nordeste, era no Brasil –, disputando ali cabeça a cabeça com Vitória e com Maceió também –, graças a Deus a gente pode hoje dizer que nós conseguimos reduzir em 60% as mortes violentas na capital pernambucana; em 38% as mortes violentas em todo Estado. Agora, isso foi à custa de muito trabalho, de um planejamento bem feito e, acima de tudo, de um reconhecimento daqueles que trabalham na área de segurança pública.

Então, quando eu vejo essa PEC 300 aí há vários anos – quero crer que desde a Conferência Nacional de Segurança Pública, quando ela foi eleita como a prioridade, em 2008, salvo engano –, eu vejo isso como sendo uma coisa muito importante para que nós possamos motivar esses profissionais da área de segurança pública, que saem de suas casas vivos e não sabem se voltam, como tem ocorrido em tantos casos.

Então, em Pernambuco nós fizemos esse plano e tem dado certo. Houve um grande investimento. Mas a gente quer ver isso em nível nacional. Não estou aqui querendo dizer que nós resolvemos o problema da segurança pública em Pernambuco, não, de forma nenhuma. Há uma integração muito forte com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal. As polícias estaduais que antes eram concorrentes e até inimigas hoje trabalham de mãos dadas. O Senador Humberto Costa está aqui e é testemunha disso.

Hoje, a gente vê um policial militar e um policial civil na mesma operação de repressão qualificada. Ambos trabalhando na área de inteligência. A PM2 fazendo os levantamentos, a área de inteligência da Polícia Civil junto e compartilhando essas informações, que é o mais importante.

Nós temos um exemplo internacional, que foi o atentado de 11 de setembro de 2001. Eu era Vice-Diretor da Polícia, na época, e vi, através da televisão do meu gabinete, aqueles dois aviões se chocarem contra as torres gêmeas. Aquilo é fruto da falta de troca de informações entre as agências.

Então, mesmo que nós não consigamos no futuro integrar essas polícias – aliás, fundi-las, como é o grande desejo –, vamos fazer com que trabalhem juntas, não somente em nível estadual, mas também em nível federal.

Sobre o nosso financiamento, Senador, eu acho que essas duas PECs que tramitam nesta Casa são



de suma importância para que consigamos melhorar a segurança pública em nosso País. Trata-se da PEC nº 24, salvo engano, e da PEC nº 26, que cria fontes de receitas para a segurança pública.

Nós temos o Fundo Nacional de Segurança Pública, mas é um fundo que todo ano é contingenciado, cujas regras são ditadas pelo Governo Federal dizendo que o governo do Estado tem que fazer dentro daquilo... A Regina Miki não está mais aqui. O Governo Federal traça: eu quero isso.

Nós temos que disponibilizar os recursos para que os governadores, os secretários de defesa social, os comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros possam fazer aquilo de que o seu Estado precisa. Porque nem sempre o que é bom para São Paulo é bom para Pernambuco.

Era isso que eu queria dizer dentro do tempo que me foi ofertado. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, Secretário do Estado de Pernambuco, Dr. Wilson Salles Damázio, inclusive pela boa disciplina do tempo, como é próprio da área.

Quero registrar duas presenças, representando o Departamento de Polícia Federal. Atendendo ao nosso pedido, o Diretor-Geral, Dr. Leandro, recomendou assistência a esta Comissão dos Delegados Fernando Segóvia e Márcio Derenne. Sejam também muito bem-vindos.

Com a palavra o Dr. Fernando Grella Vieira, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo – com ares de cansado. Seja muito bem vindo.

**O SR. FERNANDO GRELLA VIEIRA** – Obrigado. Quero cumprimentar inicialmente o Senador Vital do Rêgo, Presidente desta Comissão; o Senador Pedro Taques, que é Relator da Comissão; os eminentes Senadores Flexa Ribeiro, Humberto Costa, Eduardo Suplicy. Quero saudar também o Dr. Wilson Salles Damázio, meu colega, Secretário de Defesa Social de Pernambuco e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Segurança, e, na sua pessoa, os demais integrantes da mesa.

Presidente, eu preparei alguns eslaides com alguns dados, porque para falar de financiamento nós precisamos trazer alguma contribuição em termos de estrutura, organização, números. E é este o nosso propósito: trazer alguns dados que possam auxiliar neste debate, na reflexão desse tema, que é tão importante em nível nacional.

Bom, vou destacar alguns dados relativos às características de São Paulo. São 645 cidades; quase

42 milhões de habitantes; e 23 milhões de veículos, uma frota que corresponde a 30% da frota nacional.

Com relação à segurança pública, ela está estruturada em três instituições distintas: Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Técnico-Científica. E aqui eu faço um esclarecimento. Integra a Polícia Militar, comunidade especializada, o Corpo de Bombeiros, coisa que não acontece em muitos Estados.

Eu também queria destacar que, no caso específico da Polícia Técnico-Científica, ela faz parte da carreira do policial civil. Porém, como gestão, como administração, ela tem autonomia.

Outro aspecto que eu queria destacar também é que a questão prisional dos presídios está fora da segurança pública em São Paulo. Existe uma Secretaria de Assuntos Penitenciários, que faz a gestão dos presídios, para presos condenados, e dos CDPs, para presos provisórios, também.

A estrutura da Polícia Militar, pelos dados. São cerca de 93 mil homens, 2.245 instalações físicas, cerca de 17 mil viaturas, 23 helicópteros, cinco aviões e 85 embarcações com presença em todos os Municípios. Alguns dados operacionais, os principais dados. Atendimento de 190 – são de 2012 esses dados – 38,468 milhões; abordagens, 14 milhões; atendimentos sociais, 2,571 milhões; 49 remoções aeromédicas; 575 resgates do agrupamento aéreo e 24 transportes de órgãos. Na Polícia Civil um efetivo aproximado de 28,4 mil policiais, uma frota de 8,5 mil viaturas, quatro helicópteros, uma embarcação e também presença nos 645 Municípios.

Alguns dados operacionais, isso de 2012: 430 mil inquéritos policiais instaurados; 183 mil denúncias que não se referem necessariamente a esses inquéritos, mas foram denúncias oferecidas pelo Ministério Público no ano de 2012; 75 mil sentenças condenatórias que não dizem respeito evidentemente a esses inquéritos e processos, a parte deles; 94 mil flagrantes, 186 mil termos circunstanciados; 3 milhões de boletins de ocorrência registrados; 920 mil de boletins de ocorrência eletrônico feitos pela delegacia eletrônica – isso está reservado para alguns tipos de crime –; e 182 mil atendimentos pelo 197 que é equivalente ao 190 da Polícia Militar.

Na Polícia Técnico-Científica nós temos hoje 3.500 policiais e peritos, esse quadro foi aumentado em 64% por lei agora de maio; nós criamos 1,8 mil cargos novos de peritos funcionários de apoio administrativos; tem uma frota de 700 viaturas aproximadamente e também cobertura em todos os Municípios.

Alguns dados operacionais de 2012: 1,162 milhão de perícias realizadas e 52 núcleos especializados, dentre eles os que estão ali mencionados: entorpecen-

te, balística, acidente de trânsito, documentoscopia, identificação criminal, etc.

Investimentos na área de segurança pública, alguns dados lá do nosso Estado. Entre 2011 e 2012, houve um aumento de 17,2% do dinheiro destinado pelo governo do Estado para segurança pública. De 12,2 bilhões em 2011, nós passamos para 14,3 bilhões em 2012. Isso significa, no caso de São Paulo, que em 2012 o Estado despendeu sozinho 23,4% do total gasto em todo Brasil para segurança pública; do montante de 61 bilhões destinado pela União, demais Estados e Distrito Federal para este fim, nada menos que 14,3 bilhões, em 2012, vieram dos cofres paulistas. São Paulo investe 10% de suas despesas totais em segurança. Em 2011 eram 7,7 e em 2012, 9,3.

Em termo de efetivo, aí é um quadro comparativo. Nós temos, em face da população, um policial para cada 331 habitantes. Comparando com o Exército, as polícias de São Paulo têm 125 mil policiais, aproximadamente. Nós só perdemos para o Exército brasileiro e não para as demais Forças Armadas.

Sistema prisional. Embora não esteja na nossa pasta, nós trouxemos alguns dados. São 157 unidades prisionais; cerca de 209 mil presos; 41 presídios em construção. Isso representa pelos dados estatísticos 42% do total de presos no Brasil. E não temos mais presos em cadeias públicas, só em CDP. Ainda temos algumas presas do sexo feminino, porque a última unidade vai ter a conclusão da construção em janeiro próximo.

Adolescentes infratores, Fundação Casa: 61 novos centros em funcionamento; 18 novos centros de semiliberdade e seis novos centros de atendimento inicial: totalizam 144 centros no Estado e a previsão este ano é de nós completarmos 11 novos centros de acolhimentos de menores infratores.

Aqui alguns indicadores. Nós separamos homicídio doloso. São Paulo, no final de 2012, encerrou o ano com uma taxa de 11,53% por 100 mil habitantes, de homicídio doloso. E na sequência nós temos esta taxa mostrando a evolução de 1999 até 2012. Nós tivemos, em 2012, uma elevação dessa taxa, um pico de violência. Em 2011, ela foi da ordem de 10,2%, 10,1%; e em 2012 nós tivemos, em razão do pico de violência, uma elevação no número de homicídios. Ali tem a média do Brasil, em 2011, e a média de São Paulo, em 2011: 10,1.

Aqui, a taxa de 2013 de homicídio doloso: saímos, em dezembro de 2012/janeiro de 2013, de 11,83, e estamos, agora, no acumulado com 10,41, ou seja, há uma tendência de queda dos homicídios dolosos nesse período acumulado de janeiro a setembro de 2013.

Roubos, que vêm na sequência, temos aí, também, uma relativa estabilidade. Roubos e furtos de veículos em números absolutos, aí a taxa é por 100 mil habitantes, em números absolutos, há uma pequena elevação, mas esse número relativizado, em função do número de habitantes, apresenta uma pequena queda.

Pode seguir.

Aí, ele está em números absolutos.

Latrocínios. Também há uma tendência de queda. E temos de janeiro de 2012, tivemos um pico, em 2013, e, agora, vamos aguardar a evolução desses indicadores.

Aí, também, latrocínio, comparando 2012 com 2013, espera-se que essa tendência de queda se confirme.

A redução da letalidade policial. Conseguimos uma redução, neste ano de janeiro a setembro, da ordem de 34% de letalidade policial, considerado esse período acumulado.

Pode seguir.

Esse quadro mostra bem 2012, 2013, o mesmo período, janeiro a setembro de 2012 e 2013.

Bom, esses seriam os indicadores.

Algumas ações nas quais estamos trabalhando, como referido aqui pelo Dr. Wilson, em Pernambuco, também institucionalizamos em São Paulo o Centro Integrado de Inteligência, que é formado por oficiais da Polícia Militar e delegados de polícia e agentes do sistema penitenciário. É um centro que visa valorizar o trabalho de inteligência e permitir que trabalhem conjuntamente as polícias civil e militar, inclusive com dados oriundos do sistema penitenciário. O objetivo principal é a análise e diagnóstico de dados, para fomentar, para amparar, evidentemente, o planejamento policial. Foi esse Centro de Inteligência que elaborou para nós, nesses últimos meses, uma ferramenta que chamamos de Ragisp, que nada mais é do que um *site*, que mostra para as polícias a cada mês em que fechamos os indicadores os pontos críticos de criminalidade, de roubos, de latrocínios, de homicídios, sem que se precise pesquisar, demonstra automaticamente a partir do Infocrim.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. FERNANDO GRELLA VIEIRA** – No mês, no final do mês, mostra os dias da semana, os horários e as ruas e bairros onde há uma maior incidência de ocorrência. Isso facilita o diagnóstico... O mapa de policiamento e o planejamento policial. Esta foi uma obra concebida pelos oficiais da Polícia Militar, delegados de polícia, que trabalham no CIISP.

Parcerias. Nós temos parcerias muito importantes com o Governo Federal e com os Municípios. Eu queria

destacar aqui a nossa compreensão, que acredito que é de todos, de política de segurança pública não é uma questão só de polícia, é mais abrangente, envolve, na verdade, uma ação integrada que vem de vários atores que têm algum papel a desempenhar nessa área.

Temos um convênio que permitiu a criação da Agência Integrada da Atuação, que tem, inclusive, instalação física na nossa Secretaria, com a participação permanente da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do sistema penitenciário, das Polícias Civil e Militar. E há reuniões semanais ou quinzenais para discutir ações. E dou como exemplo, inclusive, a participação de outros órgãos, esporadicamente, como é o caso do Exército, que tem a incumbência, a tarefa do controle de explosivos, em face da realidade que estávamos tendo da utilização de explosivos para cometimento de roubos e furtos a caixas eletrônicos. Então, essa é uma ação que está sendo desenvolvida por meio de parcerias e cujo instrumento principal está, evidentemente, alocado nesse Centro Integrado de Atuação lá na nossa Secretaria. E é muito importante a Agência de Atuação Integrada contra o Crime Organizado.

E é muito importante destacar que o Brasil é o primeiro país consumidor de *crack* e o segundo país consumidor de cocaína. A droga é um fator que, como sabemos, é fomentador de criminalidade violenta, de outros crimes.

O problema das armas também é outro bastante sensível. Nós temos uma realidade que está aí. Em São Paulo apreendemos, de janeiro a setembro agora, 125 fuzis. E no ano passado, 113 fuzis, no mesmo período.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. Fora do microfone.) – Nós fabricamos fuzis?

**O SR. FERNANDO GRELLA VIEIRA** – Não.

Então esse é um problema que confirma a necessidade de esse trabalho ser desenvolvido em parcerias. Nós precisamos da colaboração do Governo Federal nessa área de drogas e armas.

Do outro lado, noutra ponta, é indispensável também que se fomente a parceria com as prefeituras municipais. Todos conhecemos o papel que desempenham os Municípios em termos de prevenção primária, porque lhes compete, em grande parte, políticas públicas que têm uma interferência muito forte na esfera de segurança pública. A questão urbanística, a questão de iluminação pública e outros fatores, que são fundamentais para que a ação da polícia tenha um dimensionamento e um efeito, ela seja potencializada. Locais onde não há iluminação, locais onde não há presença mínima de serviços públicos ou urbanisticamente inadequados favorecem sobremaneira a desordem e a criminalidade.

Então, é importante que tenhamos essas parcerias, e isso nós temos perseguido também muito fortemente.

Pode virar, por favor.

Aí são alguns exemplos que nós temos. São Paulo, iluminação pública. Inclusive fizemos um convênio com a Prefeitura. A Polícia Militar possui um relatório que se chama Raia...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. FERNANDO GRELLA VIEIRA** –... que é Relatório de Averiguação de Infrações Administrativas, que tem a finalidade de detectar locais com problema de iluminação ou desordem e comunicar essas situações à Prefeitura.

Outra operação é a Operação Delegada, em que policiais, na hora de folga, podem trabalhar para as prefeituras, mediante convênio, o que aumenta a ostensividade, favorece a ação de polícia administrativa da prefeitura, e ganhamos em resultado.

Por favor. Eu vou encerrar já, Presidente.

Os Consegs, que todos conhecem, são algo que nós estamos também privilegiando bastante, porque a participação da comunidade é uma fonte privilegiada de informação, onde as reclamações, os dramas se colocam e que deve ter a participação dos segmentos policiais e dos Poderes Públicos, para nós acolhermos essas demandas e podermos planejar adequadamente a política de segurança.

Pode virar, por favor.

Parcerias com a sociedade civil, como há em todos os Estados, temos lá em São Paulo também. O Disque-Denúncia. No Rio de Janeiro também não é diferente o Disque-Denúncia. E estamos implantando agora, como já há em Pernambuco, em Minas Gerais e no Rio, o sistema de metas e bônus, visando à modernização da gestão, que é uma parceria também com a sociedade civil.

E investindo fortemente em tecnologia: um sistema de videomonitoramento com *software* inteligente. Nós queremos atingir, nos próximos meses, cerca de mil câmeras dotadas de sistema inteligente, ou seja, sistemas de alerta. Evidente que é impossível você monitorar mil câmeras, todos sabemos. Nova York tem 4 mil câmeras. Essas câmeras são monitoradas por cinco pessoas, devido ao sistema inteligente de alerta, que, na verdade, quando a situação acontece, o sinal de alarme é disparado e permite, então, a ação policial. O projeto de videomonitoramento é algo, portanto, que nós estamos investindo sensivelmente, porque aumenta, amplia a capacidade de vigilância, de acompanhamento e de atuação das polícias.

Pode virar, por favor.



Os indicadores que estamos agora divulgando mensalmente, e pretendemos, num futuro próximo, com a modernização do sistema de informatização, divulgá-los diariamente. Isso, quando conseguirmos a reestruturação do sistema de informatização, nós pretendemos alcançar essa finalidade, e mais do que isso, estamos agora num trabalho de integração da base de dados das Polícias Civil e Militar, o que reputamos é o primeiro passo para a gente ganhar em eficiência na gestão de informações, que é a grande ferramenta para o planejamento operacional policial.

Uma estratégia que montamos para assegurar e consolidar a parceria com os Municípios, o chamado Gamesp, que são escritórios não físicos, mas são fóruns permanentes de debate com os Municípios de regiões, chamando prefeitos, vereadores, comunidade e a Secretaria da Segurança, com as forças policiais, para discutir os problemas regionais e encaminhar soluções para aquela região que sejam peculiares.

Por fim, eu queria enfatizar a importância de alguns aspectos. O Dr. Wilson já mencionou aqui que nós reputamos, evidentemente, que segurança pública é uma questão de gestão, mas é basicamente de valorização da inteligência, da integração das polícias, que passa pela unificação das bases de dados e da transparência e abertura para a sociedade civil. A sociedade tem de ser ouvida e tem de participar para que a gente possa avançar e errar menos e acertar mais.

Então, é nessa linha que a gente tem desenvolvido.

Eu queria trazer esses dados e, mais, reforçar a necessidade não só de parceria com os Municípios, mas também de parceria com o Governo Federal, como a gente vem fazendo, porque dependemos dessa atuação conjunta para obter bons resultados, especialmente no combate ao tráfico de armas, no combate às drogas, porque essas armas e as drogas não começam nos Estados; nós sabemos que elas passam pelas fronteiras. Então, é indispensável que a gente tenha e fortaleça e dimensione essa parceria com a Polícia Federal.

Desculpem por ter extrapolado o tempo.

Agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pelo tamanho dessa tarefa, o senhor tem crédito para extrapolar um pouco.

Com a palavra o Dr. Edval de Oliveira Novaes Júnior, Subsecretário de Tecnologia da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. EDVAL DE OLIVEIRA NOVAES JÚNIOR** – Boa tarde, senhoras e senhores; Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Sr. Relator, Senador Pedro Taques; Dr. Damásio, Secretário de Defesa Social de

Pernambuco, Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança; Dr. Fernando Grella, Secretário de Segurança de São Paulo; Coronel Carlos; demais membros que falarão hoje nesta Comissão; Senadores presentes – Senador Lindbergh Farias, Senador Armando Monteiro, Senador Humberto Costa, Senador Flexa Ribeiro, Senador Eduardo Suplicy.

Antes de tudo, é um prazer para o Estado do Rio de Janeiro estar aqui nesta Comissão discutindo segurança pública e, mais do que isso, discutindo hoje, especificamente, a questão do financiamento da segurança pública no Brasil.

Essa é uma preocupação que o Estado do Rio de Janeiro tem há muito tempo. Isso remonta ao ano de 2009, quando houve um episódio muito ruim, que foi a queda de um helicóptero, com a morte de policiais depois de um tiro. Depois daquilo, nós tomamos uma série de medidas. Entre elas, fizemos uma série de propostas de alterações legislativas, propostas essas que foram encaminhadas ao Ministério da Justiça com sugestão de que viessem até o Congresso. Uma dessas medidas, sem dúvida nenhuma, passava pela questão do financiamento da segurança pública no Brasil.

Mais tarde, essas propostas foram também discutidas no Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública; grande parte delas foi referendada e também encaminhada ao Congresso e ao Ministério da Justiça, através do Colégio, e, mais uma vez, o financiamento da segurança pública estava presente, ou seja, para nós é de fundamental importância que a segurança pública tenha um recurso próprio para que ela possa se programar. Na prática, o que temos hoje são, às vezes, épocas de investimentos altos, mas muita dificuldade no custeio, muita dificuldade na manutenção do que já existe. Uma das coisas mais fáceis de notar na rua, em termos de segurança pública, eventualmente, é a questão do estado de manutenção das viaturas, o estado da frota. O Rio de Janeiro até o ano de 2007 tinha uma frota bastante deteriorada. Nós só conseguimos resolver isso depois da terceirização dessa frota, ou seja, quando passamos a modificar o sistema de compra, passamos a um esquema de locação com manutenção. Conseguimos, de certa forma, melhorar isso.

Mas esse dinheiro, que antes era um dinheiro de investimento – compra-se a viatura e depois se mantém –, passou a ser um dinheiro de custeio. Dinheiro de custeio ele, eventualmente, se tem num ano, não se tem no ano seguinte.

Então, há necessidade de esse financiamento ser previsível, não só maior, mas também previsível. Além disso, obviamente, não pode e não deve ser a única medida.

Por isso é que nós louvamos o Senado Federal que, através do Ato do Presidente nº 37, instituiu esta Comissão Especial para tratar não só do financiamento, mas também da segurança pública como um todo.

Uma das coisas que, há muito, se discutem e não caminham, e nós esperamos que sejam analisadas, também, no âmbito dessa Comissão, é a desconstitucionalização das polícias, de tal forma que cada Estado tenha a liberdade para implantar o modelo que desejar, dentro dos padrões mínimos a serem determinados pelo Governo Federal.

As polícias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná, sem dúvida nenhuma, não têm que, necessariamente, ter o mesmo modelo que as polícias de Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, e assim sucessivamente.

Tramita, também, nesta Casa, uma PEC – aliás mais de uma até – de modificação desse modelo, inclusive de autoria do Senador Lindbergh, que trata de maneira bastante esclarecedora do assunto, e, mais do que efetivamente fazer uma proposta, ela cria alternativas, cria uma série de alternativas de vários modelos que podem ser adotados.

Outro detalhe importante, de fundamental importância, como também já foi dito pelos que me sucederam aqui na fala, a não existência de contingenciamento. Ou seja, muitas das vezes, a segurança pública até tem o seu orçamento, só que, na prática, ela não consegue gastá-lo, porque esse orçamento está contingenciado.

Aí, indo para a prática, indo lá para o dia a dia, quando vai chegando o final do ano, a coisa vai se acertando, eventualmente o dinheiro vai sobrando, aí, já próximo ao fim do exercício fiscal, se libera dinheiro e a administração tem um tempo extremamente curto para executar esse dinheiro, ou seja, para gastar esse dinheiro. Na grande maioria das vezes, não consegue, e o administrador ainda passa por incompetente, porque teve o orçamento à sua disposição e não conseguiu executá-lo, quando, via de regra, isso não é culpa dele.

Isso passa, também, pela nossa Lei de Licitações, pela nossa Lei nº 8.666.

Outra sugestão legislativa que nós fizemos em 2009 e também está presente nas medidas sugeridas pelo Colégio Nacional dos Secretários em 2012 seria uma modificação da Lei nº 8.666. Em que sentido? No sentido de que a segurança pública fosse tratada da mesma maneira que a segurança nacional o é. A Lei nº 8.666 faz algum, ela trata de alguma maneira, faz algumas exceções no que diz respeito à segurança nacional.

Então, a nossa solicitação é que a segurança pública seja tratada da mesma maneira que a segurança

nacional. Isso, de certa forma, facilita o processo de aquisição para o material que a força policial precisa, da mesma forma que as Forças Armadas assim o fazem.

E, por fim, eu gostaria de dizer que, como o Dr. Fernando Grella acabou de dizer, é fundamental que todos nós, não só o Estado, mas também o Governo Federal e também o Município, estejam cada vez mais envolvidos na segurança pública, porque, hoje, na prática, quem carrega o maior peso dessa responsabilidade, sem dúvida nenhuma, são os Estados, com dificuldades orçamentárias e, também como já foi dito antes, com grande parte do problema passando ou começando pelo tráfico de drogas. O tráfico de drogas gera a questão da violência, não só o tráfico em si, mas também a questão dos homicídios.

Eu dizia, há pouco, que o Rio de Janeiro, hoje, é o campeão na quantidade de fuzis – havia, até bem pouco tempo, aquela ostensividade de fuzis como em nenhum outro local do País – em função dessa corrida armamentista causada pela existência de três facções criminosas e, mais recentemente, de uma quarta. Antes de quererem combater a polícia, na realidade, começaram a se armar na década de 80 para manter o seu território, para evitar que outra facção invadisse o seu território e, eventualmente, até para invadir o território de outra facção. Para quê? Para ganhar ou para manter o seu mercado de drogas. A questão do tráfico de armas gera o homicídio. Sem dúvida nenhuma, o fuzil era um dos grandes problemas na questão da letalidade violenta do Rio de Janeiro, porque os senhores sabem que um tiro de fuzil é infinitamente mais letal do que um tiro de uma arma curta. Então, onde um tiro de arma curta pega e fere, muito provavelmente, um tiro de fuzil, mesmo de maneira menos direta, causa um dano muito mais grave. Havia esse problema no Rio de Janeiro. Elegemos o fuzil como um dos nossos maiores inimigos e começamos o nosso projeto de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora justamente para retomar esse território dessas pessoas que lá se estabeleciam e faziam de lá o seu feudo.

O fundamental é que o tráfico de drogas, constitucionalmente, é atribuição federal, mas, na prática, grande parte do combate ao tráfico de drogas recai sobre as costas dos Estados, porque, hoje, da maneira com que se estabelece, a Polícia Federal, da qual inclusive sou oriundo, é responsável pelo combate ao tráfico internacional de drogas e, obviamente, pelo grande tráfico, digamos assim, mas as polícias locais são as responsáveis pelo combate ao varejo, ao pequeno tráfico, que é o que aparece. A boca de fumo é fácil de se descobrir onde existe, onde se consegue comprar drogas é fácil de se descobrir, toda a população sabe, todo mundo sabe, mas a questão do tráfi-

co internacional e o tráfico de grande volume, não. O que eu quero dizer com isso? Se o tráfico de grande volume, o tráfico internacional, aconteceu e a polícia não pegou, ninguém sabe que ele aconteceu, mas o tráfico de pequeno volume, mesmo que a polícia não pegue, todo mundo sabe que ele está acontecendo, porque ele está à mostra. Então, sem dúvida, as polícias estaduais são muito mais cobradas; têm de ser, mas lembro que essa responsabilidade é federal.

No nosso ponto de vista, o Governo Federal, necessariamente, tem de investir mais nos Estados no que diz respeito à questão de segurança pública. Então, esse financiamento também de ser feito, na sua maior parte, pelo Governo Federal, ou seja, o Governo Federal tem de investir mais do que vem investindo até então, até porque é dito comumente que, geralmente, as três grandes preocupações de todo brasileiro são educação, saúde e segurança pública. Educação e saúde já têm a sua destinação orçamentária garantida, inclusive conta cada uma delas com um Ministério específico, ou seja, imagina-se que a estrutura administrativa do Governo Federal ou do Estado como um todo seja feita em razão das suas prioridades e da importância que é dada aos seus assuntos.

Outra das coisas que têm de ser avaliadas é a existência ou não também de um órgão específico para cuidar da segurança pública. Por que não autônomo? Ou seja, por que a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem que estar vinculada ao Ministério da Justiça? Por que não podemos ter um Ministério da Justiça ou eventualmente até uma secretaria, mas vinculada direto ao gabinete da Presidência?

Via de regra é dessa maneira que se demonstra importância ao assunto. Então, o Governo Federal precisa investir mais na segurança pública dos Estados, e o Município, obviamente, tem que ser engajado e também tem que ser financiado para fazer o que lhe cabe. Muitas vezes são coisas simples, como iluminação pública. O Dr. Grella muito bem falou, um local mal iluminado, sem dúvida nenhuma, é foco de criminalidade. À noite alguém vai passar e vai ser furtado, vai ser assaltado. Às vezes são coisas simples que não são questões de segurança, mas que impactam direta ou indiretamente na segurança.

Os três níveis de governo têm que estar juntos, a segurança pública precisa de mais financiamento, e o Estado, como é a ponta mais visível e a linha de frente desse combate, tem que ser abastecido de dinheiro federal.

O Dr. Fernando Grella já colocou o efetivo da polícia de São Paulo, cerca de, só da PM, 95 mil homens, juntando as duas polícias são 125 mil. No Rio, hoje, temos aproximadamente 60 mil homens juntan-

do a Polícia Militar com Polícia Civil. E a Polícia Federal, no Brasil inteiro, me corrija se eu estiver errado, deve ter hoje na ativa talvez 12 ou 13 mil homens. Ou seja, é um efetivo bastante pequeno. Essa linha de frente, sem dúvida nenhuma, é feita pelos Estados.

Basicamente era isso então, senhores. Espero que eu tenha sido claro. O ponto fundamental é que precisamos do financiamento e ele tem que vir do Governo Federal, e com fonte, inclusive.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Dr. Edval de Oliveira Novaes Júnior.

Passo a palavra ao Coronel Carlos Helbingen Júnior, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás. Ele também é Presidente da Liga Nacional dos Bombeiros Militares do Brasil (Ligabom).

**O SR. CARLOS HELBINGEN JÚNIOR** – Boa tarde a todos. Só uma correção, Presidente. Eu sou representante da Ligabom, o representante do Centro-Oeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já lhe colocamos aqui na condição de Presidente da Liga.

**O SR. CARLOS HELBINGEN JÚNIOR** – Sim. É um pequeno equívoco.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É um presságio de bom agouro.

**O SR. CARLOS HELBINGEN JÚNIOR** – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo; o Relator, Senador Pedro Taques; os Senadores Humberto Costa, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Armando Monteiro, Senador Lindbergh Farias; quero cumprimentar o Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco, Dr. Wilson Salles Damásio, na pessoa de quem cumprimento todos os outros companheiros de Mesa; senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de os Corpos de Bombeiros se pronunciarem frente esta importante matéria, aceitando o requerimento para que possamos estar aqui fazendo essa ótica das organizações dos Bombeiros Militares do Brasil.

Só para ilustrar a introdução, temos nas redes sociais, segundo Abraham Harold Maslow, a Pirâmide de Maslow, que é conhecida como a pirâmide das necessidades do indivíduo. Dentro dessa pirâmide, podemos observar que a segurança está na base. Isso está mostrando que é uma necessidade social, uma necessidade do indivíduo. Para que isso possa acontecer, obviamente precisa haver investimentos. E onde seriam os investimentos na área de segurança? Primeiro bens intangíveis, onde temos a inovação, pessoal, a base de toda organização. Numa organi-



zação, hoje, na era do conhecimento, as pessoas são o mais importante. E por que as pessoas são o mais importante? Porque ali está o conhecimento, ali está o investimento, ali está o desenvolvimento.

Obviamente que depois vêm os bens tangíveis, como foi citado por diversos locutores anteriores, onde estão viaturas, equipamentos e outros aparatos, e pesquisa e desenvolvimento.

Por favor.

Quero fazer um breve panorama dos bombeiros militares do Brasil.

Em termos orçamentários e investimentos nos Corpos de Bombeiros do Brasil, esses valores são os que os Estados investiram nos Corpos de Bombeiros do Brasil em 2011. Há um grande investimento do Estado, e isso apenas nos bombeiros. E, aí, nós citamos a segurança de um modo geral, de forma que o Estado está realmente com grande investimento e encontra-se asfixiado na sua capacidade. Observamos que o maior investimento está em folha de pagamento e apenas algum investimento em custeio. Por isso há necessidade, como foi citado, de termos parcerias com Estados, Municípios e Governo Federal.

Essa é a razão entre população e efetivo dos Corpos de Bombeiros do Brasil hoje. Quero chamar atenção para o Estado de São Paulo. Enquanto a Polícia Militar tem uma razão de menos de 500 homens, o Corpo de Bombeiro está com 4.458. Por isso, solicitamos a nossa presença, porque o Corpo de Bombeiro faz parte do sistema de segurança e, principalmente, faz parte de uma grande importância. Qual? Preocupa-se com a vida, com sua estrutura de uma maneira geral.

Fontes de investimentos dos governos nas organizações. Observa-se que, praticamente, o Governo Federal e os municipais são pontuais nos investimentos. Por quê? Porque não existe um aporte de obrigação. Isso é uma situação de oportunidades, em que os governos se comprometem e o fazem. Mas não há um comprometimento como dos governos estaduais, que sustentam todo esse sistema.

Por favor. Pode passar para a próxima prancha.

Necessidade de ampliação dos Corpos de Bombeiros. Hoje, apenas 14% dos Municípios do Brasil têm Corpos de Bombeiros. Com isso, quero ressaltar que, apesar de termos 14%, são os principais Municípios, a exemplo de Goiás, onde 15% dos Municípios têm Corpos de Bombeiros, mas atendemos diretamente a 68% da população. Contudo, há uma necessidade social da ampliação dessas organizações.

Os efetivos dos Corpos de Bombeiros estão bem aquém das organizações militares, principalmente na área de segurança, sempre ficando em segundo plano em investimentos. Nós temos hoje 68 mil, 70 mil

bombeiros que atendem a todo o Brasil – bombeiros militares. E, lógico, há importantes parceiros na área de voluntários, importantes parceiros dos bombeiros do serviço de brigadas, de profissionais de maneira geral. Mas isso tem que ser tratado de uma forma contínua, como aspecto de segurança pública.

A estrutura dos Corpos de Bombeiros está elencada em nosso eslaide. São as organizações de que todo Brasil hoje dispõe. Quer dizer, a data é de 2011. Nós quisemos pegar uma fonte confiável, para fazer essa explanação. Lógico que há uma variação recente nisso. Mas a grande importância é ver a necessidade de investimento e ver as corporações de bombeiros militares como parte da segurança pública.

Dentro da criação de uma unidade de bombeiro militar, nós fizemos um apanhado de necessidade de investimento para se montar uma unidade de bombeiro militar ou uma unidade de bombeiro. Isso, lógico, varia conforme a oportunidade, varia conforme os parceiros, mas, de maneira geral, são esses os valores que nós temos feito dentro da nossa organização.

É importante: é um investimento perene, um investimento que, certamente, fica e traz um retorno não só sociopolítico, mas, principalmente, de uma prestação de serviço intensa nos Municípios onde entra.

O maior meio de propaganda do Corpo de Bombeiro é a própria prestação do serviço, pela sua credibilidade e, principalmente, pelo seu envolvimento.

Dentro do Estado de Goiás, nós temos, em 2013, um orçamento de R\$209 milhões e um custeio de R\$7 milhões. Em 2014, aumentamos para R\$210 milhões e um custeio de R\$6 milhões.

O investimento do Estado é substancial. Estou falando apenas no Corpo de Bombeiros. A Polícia Militar ultrapassa 700 milhões/ano. E, lógico, todo o aparato de segurança ultrapassa a casa dos bilhões. Contudo, o que acontece? Vamos fazer um comparativo.

Por favor, próxima.

Em 2012, investimento do Tesouro estadual: R\$135 milhões. Fundo Nacional de Segurança Pública, Pronasci. Esses fundos importantíssimos foram criados, mas – como anteciparam aqui alguns companheiros – sem o devido aporte financeiro, e ficaram contingenciados.

Fiz um pequeno apanhado do desempenho do Pronasci. Obviamente, temos essa ferramenta, que é fundamental, é importante, tem feito o desenvolvimento das organizações, mas, em razão dos contingenciamentos, tem perdido o seu potencial.

Desempenho do Pronasci, de 2008 a 2012, o autorizado, o empenhado e o liquidado: cada vez houve um contingenciamento menor; em 2012, praticamente incipiente. Lógico, isso, em razão de outras necessi-

dades da nossa Nação, como grandes operações que aconteceram, secretarias de eventos. Mas, de qualquer forma, demonstra que essa importante ferramenta ficou sem o seu principal aporte, que é a permanência dos recursos.

Aqui, vamos verificar o que foi o desempenho do Pronasci. Observamos, da mesma forma, que ele perdeu todo o seu percentual, vindo praticamente a ficar incipiente em termos de investimento em segurança pública.

Alguns aspectos constitucionais de segurança pública.

Por favor.

Obviamente, a fim de ilustrar, nós colocamos a segurança pública no art. 5º e no art. 6º, que falam em direitos fundamentais, em direitos sociais, e no art. 144, que estabelece qual é a segurança pública exercida. E ali constam os Corpos de Bombeiros Militares.

Por que fizemos questão de destacar Corpos de Bombeiros Militares? Geralmente, os Corpos de Bombeiros Militares gozam de boa credibilidade, gozam de boa aceitação; não causam distúrbio social, frente a cobranças nos seus Estados; e são lembrados quando há um grande distúrbio, quando há um grande incidente. Aí, as pessoas se voltam para a organização e perguntam: como está o bombeiro? E precisamos, sim, de investimentos permanentes, de planejamento contínuo e, lógico, dentro de uma fala sobre segurança pública, de lembrar que o Corpo de Bombeiros faz parte desse aparato. A tendência é matar o boi e dar o coxão duro para os bombeiros. Quer dizer, isso resolve o problema. Mas não; acho que quem cuida de vidas tem de ser tratado com a mesma seriedade do que os demais órgãos policiais.

Esta Casa de lei tem se preocupado, e muito, com esse tema. Vamos citar aqui apenas três PECs, que são objetos de estudo desta Casa, para que possamos dar continuidade à nossa abordagem: a PEC 008/2007, que “dá nova redação aos arts. 144 e 167 da CF para criar fundo de segurança pública e vincular os seus recursos”. A PEC 24/2012, que, da mesma forma, “cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento para viabilizar a melhoria das condições da segurança pública”. E a PEC 26/2012, que cria recursos.

Aqui, quero observar um pequeno detalhe: capacitação de servidores policiais de segurança pública. Quero lembrar que, na segurança pública, existem outros servidores que não são policiais. Eu substituiria esse termo “agentes de segurança pública” e abraçaria, inclusive, os bombeiros.

Obviamente, há um contingenciamento. Sempre há maior necessidade que disponibilidade, mas a segurança pública deve ser tratada em iguais condições.

Se é algo que é relevante para a nossa sociedade, está nas nossas bases da necessidade social, está citada em nossa Carta Magna como um dos direitos sociais, um direito do cidadão; quando se trata de uma estratégia, não se pode falar que tratamos segurança pública como estratégia, se não houver algo que, no meio empresarial, se chama Stratex, ou seja, investimentos estratégicos dentro dos planos. Se vamos tratar de segurança pública, temos que ter destinação orçamentária exclusiva para esses planos. No meio empresarial, não se fala em desenvolver um planejamento se não houver orçamento para aquele planejamento. Da mesma forma, não se pode deixar a segurança pública ou os seus dirigentes com a obrigação de buscar fundos, meios orçamentários para que possa dar continuidade ao seu trabalho e, em contrapartida, fazer com que as organizações talvez pequem por não estarem desenvolvendo aquilo que seria a sua grande finalidade, que é o potencial, o ensinamento, e buscar uma segurança que todos temos de excelência.

Bom, resultados esperados: garantir segurança à população, prestar serviço de excelência à nossa sociedade.

Da mesma forma, praticamente estou elencando o que os companheiros disseram anteriormente:

- aumento da participação da União e Municípios na segurança pública, de forma obrigatória, por diploma legal, não de forma facultativa;
- orçamento vinculado e permanente para a segurança pública, a exemplo da saúde e educação. Como foi dito, saúde, educação e segurança pública são as maiores reivindicações sociais. Então, vamos tratar a segurança pública de igual forma, dando essa atenção orçamentária para que possamos desenvolver as ações;
- transformar a Senasp em um Ministério de Segurança Pública, uma vez que o Ministério da Justiça e, em muitos Estados, a Secretaria de Justiça é que abraçam as outras casas como penitenciária, e não na Secretaria de Segurança Pública;
- aprovação de um fundo nacional de desenvolvimento com vinculação de receita de impostos;
- criação de programa de crescimento, logicamente, e lembrar-se dos bombeiros no Fundo Nacional de Segurança Pública, tendo em vista um programa próprio para as organizações.

Só queremos, com isso, dizer que os Corpos de Bombeiros Militares do Brasil fazem, com muita devoção, o seu trabalho, buscam desenvolver as suas organizações, mas também querem contar com a contribui-

ção daqueles que trazem às nossas oportunidades os dirigentes da nossa sociedade, que são componentes desta Casa e que vão trazer – lógico – os anseios sociais e materializar em soluções. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – Agradecemos ao Coronel Carlos.

Passamos a palavra à Dr<sup>a</sup> Jammille Lavalley, advogada representando a Confederação Nacional dos Municípios.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, agradeço se puder me inscrever.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – Certo.

**A SR<sup>a</sup> JAMILLE LAVALLEY** – Boa tarde! Eu gostaria de saudar os Senadores Pedro Taques, Vital do Rêgo e os demais Senadores aqui presentes, os colegas de Mesa, agradecer o convite, em nome do Presidente Paulo Ziulkoski, em poder de um debate tão importante.

Vamos falar um pouco de segurança pública no Brasil.

Pode passar, por favor.

Bom, para a gente falar de segurança pública, a primeira coisa de que a gente tem que tratar é do art. 144 da Constituição Federal.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

.....  
§ 8º. Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Como a gente pode perceber, as guardas municipais não estão dispostas no rol expresso do art. 144, o que demonstra, inclusive – o STF já tem esse entendimento –, que ele não é um órgão de segurança pública. E a CNM, analisando os projetos, as propostas que tramitam nesta Casa a respeito do tema, ficou um pouco preocupada com algumas propostas que visam alçar as guardas municipais a esse *status* de órgão de segurança pública. Só que os Municípios, hoje, não têm condições financeiras e estruturais para arcar

com mais essa obrigação. Para falar sobre condições financeiras, a primeira coisa que a gente gostaria de falar é sobre a repartição do bolo tributário nacional.

De toda a arrecadação tributária que a gente tem, 68% ficam para a União, 27%, para os Estados e 5%, para os Municípios. Após a repartição constitucional, os Municípios ficam apenas com 15%. Então nós vemos o pedaço pequeno do bolo que sobra para os Municípios arcarem com todas aquelas obrigações de saúde, educação e outras que conhecemos. Vincular mais uma parte da receita do Município para segurança pública seria dar a ele uma carga que, atualmente, não pode suportar.

Pode passar, por favor.

Comemoramos, no mês passado, os 25 anos da Constituição Federal. Nesses 25 anos, infelizmente, a gente só sofreu com deterioração do FPM, seja por mecanismos de desvinculação, como o fundo social de emergência e fundo de equalização fiscal, seja pela opção da União de ampliar a arrecadação não compartilhada em detrimento dos impostos repartidos.

No primeiro ano de aplicação da Constituição, em 1989, apesar de o FPM ser composto apenas por 20,5% do IPI e do IR, ele respondia a 15% da receita administrada pela União. Em 2012, mesmo com a ampliação para 23,5% do IPI e do IR, o FPM correspondeu a apenas 10% da receita administrada da União. O IPI e o IR, que, em 1989, responderam por 72,7% da receita administrada da União; em 2012, não chegaram a 44%. Então, pelos gráficos, a gente pode ver como deteriorou o FPM nesses 25 anos de Constituição.

Pode passar.

Se o FPM mantivesse a mesma proporção da receita administrada em 1989, estaria em R\$100 bilhões por ano. Então, as perdas acumuladas de 1995 – se contarmos só a partir de 1995 – a 2012 em razão da redução da participação, somam R\$276 bilhões. Se isso for corrigido pelo IPCA, ele vai a R\$402 bilhões. Então, são perdas imensuráveis para o Município. Para a gente arcar com segurança pública, saúde, educação, diante de tanta perda ao longo de 25 anos, é muito complicado. Infelizmente, nesses 25 anos de Constituição, os Municípios – apesar de, em 1988, terem sido alçados ao *status* de entes federados, eles, cada vez, foram perdendo mais receita e mais autonomia, como, por exemplo, autonomia na aprovação, aqui no Congresso, dos pisos nacionais.

Então, hoje, eles sofrem com a defasagem do financiamento de programas federais, desonerações fiscais com impacto do FPM e a não realização do tão importante encontro de contas da Previdência Social. Então, são todos esses valores que poderiam ser re-



vertidos por Municípios que auxiliariam, com certeza, na segurança pública, mas que hoje não há como fazer.

Incluir o Município entre os responsáveis pela segurança pública, sem a respectiva fonte de custeio é dar ao ente uma condição que ele não pode suportar hoje. Além dessa questão financeira claramente demonstrada nos eslaides com os gráficos referentes ao FPM, a gente tem que considerar, também, a complexidade que é atuar nessa área de segurança pública.

Hoje, nos Municípios, nossas guardas municipais não estão preparadas para isso. O Senador Aloysio Nunes, no relatório da PEC 25, de 2007, foi muito coerente ao dizer que é inconveniente alçar essas guardas municipais ao *status* de órgão de segurança pública, pois a inserção deles nesse sistema emaranhado causaria conflitos e animosidades. Então, hoje eles não têm nem preparo nem condição estrutural nem financeira para esse encargo.

Diante dessas razões, a CNM se preocupa com a tramitação de alguns projetos nesta Casa, como a PEC 008/2007, que prevê mais uma vinculação de receita no Município; a PEC 51/2013, que prevê a criação de polícia municipal; a PEC 10/2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil e a carreira do agente de defesa civil; o PLS 751/2011, que regulamenta as funções e atribuições e normas da organização básica das guardas municipais.

Quanto às brigadas de incêndio voluntárias, a CNM é a favor, desde que as organizações possuam o caráter complementar e que essa atividade continue sendo obrigação do Estado, que o Município não esteja em primeiro lugar, porque ele não tem condições de atuar dessa forma.

Em resumo, os Municípios, hoje, não podem suportar a carga de as guardas municipais virarem órgãos de segurança pública. Esse trabalho de cooperação é muito válido, sim. Acho que ele tem de ser feito. Os Municípios têm de participar, mas não com mais esse encargo financeiro que eles não podem suportar.

Esse é o entendimento da Confederação Nacional de Municípios, através de todas as nossas pesquisas relacionadas ao FPM, às receitas e às despesas do Município.

Nós estamos à disposição para fornecer dados e para trabalhar em conjunto com outras propostas.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço à Dr<sup>a</sup> Jammille.

O diagnóstico, numa linguagem médica, foi dado. Agora, vamos à terapêutica.

Antes, passo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Quero dizer exatamente isto, não numa

linguagem médica, mas numa linguagem popular: agora, nós vamos falar com quem tem a chave do cofre. Eles estão aqui e vão trazer todas as soluções para os problemas da segurança no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Talvez, o senhor tenha sido mais direto, Senador Pedro Taques.

Com a palavra, o Dr. Felipe Neto, Diretor da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**O SR. FELIPE DARUICH NETO** – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar os Senadores Vital do Rêgo e Pedro Taques.

Quero cumprimentar também os demais Senadores aqui presentes, o Senador Lindbergh – o Senador Flexa Ribeiro está ausente –, o Senador Suplicy e o Senador Armando Monteiro.

Quero cumprimentar ainda os Secretários Wilson Salles e Fernando Grella, em nome dos quais cumprimento os demais componentes da Mesa.

O Dr. Wilson Salles, talvez, não me conheça, mas nós tivemos alguns embates quando ele era Diretor do Depen.

**O SR. WILSON SALLES DAMÁSIO** – Eu o estou reconhecendo, sim! (*Risos.*)

**O SR. FELIPE DARUICH NETO** – Cumprimento também os demais presentes nesta sessão.

Quero parabenizar, sobretudo, a Comissão pela iniciativa de propor este debate importantíssimo com relação a financiamento das políticas de segurança pública.

Hoje, já existem recursos.

Ficou pequena a apresentação. Não há como fazer crescer a imagem, não é? Nem eu estou enxergando daqui, mas tudo bem! Há muitos recursos, mas a apresentação ficou pequena.

A iniciativa de propor este debate é muito importante para o Ministério do Planejamento, sobretudo, porque o Ministério do Planejamento é um órgão de planejamento e de articulação de políticas. Hoje, apesar de haver recursos destinados ao custeio da segurança pública, sobretudo, para os Estados e para a União, essa área ainda sofre alguns contratempos, como foi dito aqui. Falo, sobretudo, da questão do contingenciamento, que está sujeita a todas as políticas públicas.

Eu trouxe aquele quadro ali. Afinal de contas, eu trouxe dois quadros apenas. Eu vou ganhar tempo, Sr. Presidente, porque será breve a minha apresentação.

Ali está dividida a apresentação da seguinte forma: Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Penitenciárias, Fundo Nacional de Segurança Pública, Senasp e Grandes Eventos. Eu explico. Isso é o que existe hoje

na esfera do Governo Federal em termos de financiamento de segurança pública. A Polícia Rodoviária, a Polícia Federal e as penitenciárias se referem, sobretudo, a aplicações que o Governo Federal faz diretamente, sendo que o restante – o Fundo Nacional de Segurança Pública, a Senasp e os grandes eventos – é referente à aplicação e à transferência para Estados, sobretudo o Fundo Nacional de Segurança Pública, que foi criado especificamente para isso.

Do ponto de vista da ordem temporal, está ali o acumulado de 2000 a 2009, e, a partir daí, há a execução até 2012. A gente percebe ali que, até 2009, houve uma transferência para Estados e Municípios, ou melhor – desculpem-me! –, uma aplicação direta para todos aqueles componentes de R\$53 bilhões.

Só chamo a atenção para o fato de que esses valores estão corrigidos pelo IPCA.

Por exemplo, neste ano, há previsão para se aplicarem em segurança pública quase R\$8 bilhões, R\$7,967 bilhões.

Outra observação com relação à questão dos repasses e das transferências que são feitas para Estados e Municípios é que o Fundo Nacional de Segurança Pública é o principal provedor disso. Realmente, ele não conta com recursos protegidos, do ponto de vista da execução. A locação é feita – até que é uma locação satisfatória –, mas, na execução, ele compete com as demais políticas, sobretudo do Ministério da Justiça, que, na hora H, costuma fazer uma certa escolha de Sofia. É isso que é feito.

Em relação às penitenciárias, também, é uma aplicação feita nos Estados. O Secretário Wilson Salles, que está aqui, sabe disto, que é, sobretudo, tirando as penitenciárias federais, cujos recursos são muito pequenos, a aplicação toda desses recursos acontece nos Estados.

Portanto, do ponto de vista da aplicação dos recursos da União, o que é mesmo da União são as duas polícias. O restante, Fundo Nacional de Segurança Pública, Senasp e grandes eventos são aplicações, sobretudo, nos Estados. Se isso é pouco, está demonstrado ali. Por exemplo, no caso de penitenciária, se não conseguimos resolver até hoje o problema penitenciário, foram aplicados, de 2000 a 2009, quase R\$6 bilhões. Isso é efetivamente aplicado. São recursos que foram repassados para a melhoria e a construção de presídios, criação de novas vagas. É o caso também do Fundo Nacional de Segurança Pública. Desculpem-me, eu mudei. Estou sentindo dificuldade aqui. Penitenciárias são quase R\$3 bilhões – R\$2,9 bilhões –, e para o Fundo Nacional de Segurança Pública é que são quase R\$6 bilhões.

Então, se não conseguimos resolver o problema das penitenciárias com esse montante de recursos, acho que também, no caso da segurança pública, o Fundo Nacional de Segurança Pública também não conseguiu desatar o nó da segurança pública.

Porém, há uma pergunta que nós, do Ministério do Planejamento, gostamos muito de fazer: será que o problema da segurança pública é volume de recursos ou embute aí também uma certa competência que temos que ter, como em toda área de governo? Essa competência perpassa saúde, educação. Será que o que nós precisamos não é de melhorar nossas competências na gestão do serviço público?

Por exemplo – o Secretário Wilson sabe disto –, nós tínhamos um gargalo em relação aos repasses com a Caixa Econômica. Antes da Caixa Econômica era pior; depois contratamos a Caixa Econômica, mas até hoje não conseguimos desatar esse nó. Os recursos ainda ficam muito tempo retidos na Caixa Econômica, porque não se consegue aplicar em penitenciárias por razões outras que não é volume de recursos, não é quantidade de recursos. Há a questão com o Ministério Público, que não quer que se construa um presídio perto de uma escola ou próximo a uma cidade, ou o prefeito que não aceita que se construa aquele presídio ali na cidade dele. Então, há outras questões que também têm que ser avaliadas, e não só a questão do volume de recursos e sua vinculação e destinação específica para segurança pública.

Os números estão colocados aí. Do ponto de vista de volume de recursos para a segurança pública, por exemplo, em 2014, o projeto de lei orçamentário que está aqui, no Congresso, contempla R\$7,5 bilhões de recursos. Essa é uma quantidade representativa, que faz muita diferença do ponto de vista de aplicação e gestão desses recursos.

Então, volto a enfatizar a questão da capacidade de gestão, se é isso mesmo. Aqui temos dois Secretários de Segurança Pública que podem, inclusive, exprimir, afiançar ou comentar essa questão da capacidade, da competência de se gerir esses recursos.

Percebe-se isso aqui, na União, porque muitos dos recursos ficam empossados não por limite ou falta de volume de recursos. Não por isso, mas simplesmente porque não se consegue aplicar. É o caso específico das penitenciárias. Eu enfatizo a área penitenciária porque eu tenho uma testemunha aqui que vivenciou isso. Eu não posso citar os demais porque não vejo aqui nenhuma testemunha, e eu não vou fazer isso aqui. Mas, se eu precisar do testemunho do Dr. Wilson, ele pode me dar.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. FELIPE DARUICH NETO** – Exatamente.

Eu queria passar para o segundo quadro, segundo e último quadro, por favor.

Esse está melhor.

Esse quadro é o orçamento do Ministério da Justiça, enfatizando a segurança pública e os demais – os demais são Cade, índios e outras políticas. Mas há ali segurança pública.

Percebe-se que de um total, em 2006, de R\$6 bilhões, uma boa quantidade, ou seja, R\$5,5 bilhões eram para segurança pública. Essa relação persiste. Por exemplo, em 2014, pode-se perceber que, de R\$8,9 bilhões – quase R\$9 bilhões –, R\$7,5 bilhões são destinados para segurança pública. Quer dizer, do ponto de vista de prioridade de governo, de alocação de recursos, de destinação de recursos, o Ministério da Justiça e o Ministério do Planejamento têm dado ênfase à segurança pública. Então, são valores crescentes, e nós colocamos ali algumas iniciativas que fizeram com que esses recursos crescessem, a partir de um determinado período, sobretudo a partir de 2003, 2004. Ou seja, foi criado o Susp...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. FELIPE DARUICH NETO** – Grandes eventos estão aqui. Aí também há um componente que passou muito num período, que foi a Bolsa Formação. O secretário, o pessoal de Estado lembra disso. Chegamos a despendar aí cerca de R\$400 milhões a R\$500 milhões com recursos para formação de policiais.

Temos aí a Força Nacional de Segurança Pública, que é recurso também aplicado em prol dos Estados. A Força Nacional de Segurança Pública é requisitada para atuar nos Estados.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas) foi muitas vezes citado aqui e está ali. Chegou-se a aplicar, despendar R\$1,5 bilhão num período do ano. Hoje ele tem outra conotação, ele foi revisto – o representante aqui do Ministério da Justiça, Dr. Marivaldo, vai falar sobre isso.

Temos o Enafron, que foi criado recentemente, que é estratégia nacional de segurança pública de fronteiras. São recursos importantíssimos, e o Ministério da Justiça tem dado muita ênfase a esse programa. O programa Brasil Mais Seguro, que foi lançado, se não me engano, no final do ano passado; o programa do *crack*, voltado para segurança pública, que tem uma importância muito grande no Enafron, de tentar vedar, fechar nossas fronteiras, mas também tem uma participação muito forte da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. E só lembrando, mais uma vez, a falta aí também do Bolsa Formação e da segurança

dos grandes eventos, que, no quadro anterior, está colocado, mas aí eu não quis destacar.

Então, senhores, é isso. Agradeço a oportunidade. E, mais uma vez, em nome do Ministério do Planejamento, saúdo a iniciativa do Senado de discutir esta questão. É muito interessante, para nós do Ministério do Planejamento, discutir uma questão essencial de custeio de uma política pública importante.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós agradecemos ao representante do Ministério do Planejamento.

Por fim, advertindo os Srs. Senadores de que já estamos com a Ordem do Dia iniciada e que teremos que, lamentavelmente, encurtar este tão precioso debate, em virtude das nossas obrigações com a pauta; é a multiplicidade de tarefas dentro de um dia curto.

Dr. Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

**O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA** – Muito boa tarde a todos. Serei bastante rápido.

Quero cumprimentar o Senador Vital do Rêgo e o Senador Pedro Taques, dois grandes parceiros do Ministério da Justiça aqui no Senado Federal. Quero cumprimentar os demais componentes da Mesa, na pessoa do Dr. Grella, grande parceiro também do Ministério da Justiça, e parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo à frente da secretaria lá em São Paulo. Cumprimento também os demais Senadores presentes.

Indo na linha do que o Felipe colocou, eu gostaria só de detalhar, em relação às principais ações, o quanto vem sendo investido pelo Governo Federal, entre eles o Enafron. É importante a gente colocar aqui que, somente em 2012, só em aparelhamento de unidades de fronteira, foram investidos mais de R\$150 milhões; na implementação de um sistema de radiocomunicação, foi investido algo em torno de R\$128 milhões; em videomonitoramento, R\$29,5 milhões, mais investimento em capacitação, investido em 2012 e também previsto para 2013.

O Enafron tem sido uma das principais políticas desenvolvidas pela Senasp, em parceria, obviamente, com o Ministério da Defesa e outros órgãos do Governo Federal, como o próprio Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria da Receita Federal, e tem tido um resultado muito positivo na apreensão de armas que entram pelas nossas fronteiras, como também na apreensão de drogas. Têm sido apreendidas muitas drogas, o que tem tido impacto até na mudança do perfil da criminalidade dentro do nosso País.

Queria destacar também os investimentos feitos no programa “*Crack, é possível vencer*”, programa que foi lançado e tem investimento bastante forte na aqui-



sição de bases móveis para policiamento, na aquisição de *kits* com veículos e motocicletas, na aquisição de câmeras de videomonitoramento, que vem sendo implementado na perspectiva de até 47 *kits* até o final de 2014, mais a capacitação de 1.340 profissionais, também no programa do *crack*. É importante colocar que o programa do *crack* não tem apenas o eixo policial: tem também o eixo do cuidado, que é o principal eixo do programa do *crack*, que é criar leitos para o atendimento de pessoas que têm a dependência química. Hoje, o programa já tem adesão de 26 Estados, 118 Municípios do total de 136 previstos.

Também queria destacar o programa Brasil Mais Seguro, que vem sendo implementado e cujo objetivo é a redução da criminalidade violenta. Tem começado pelos Estados que apresentam os maiores índices de homicídio. Foi lançado em junho de 2012. Já atendeu a Alagoas, com mais de R\$158 milhões já investidos; Paraíba, previsão de mais de R\$97 milhões de investimento; Rio Grande do Norte, mais de R\$49 milhões, numa previsão inicial; e Sergipe, mais de R\$57 milhões.

Quero destacar igualmente o Sinesp, fruto de uma lei aprovada aqui nesta Casa, junto com a Câmara dos Deputados, cujo objetivo é a integração. É sobre integração que eu gostaria de falar, de fazer uma reflexão sobre o aumento de recursos para a segurança pública. É importante, neste momento em que o tema da segurança pública está em grande evidência na sociedade, que haja uma reflexão. Reflexão para que se construam soluções de modo moderado. Todos os que trabalham com segurança pública ou têm um mínimo de conhecimento sobre segurança pública sabem que é fundamental a presença da polícia na sociedade, é fundamental a polícia bem equipada, o policial bem treinado atuando na comunidade. Ou seja, o discurso de demonização das organizações policiais não atende ninguém, e ele não é bom para o trabalhador. Não atende ninguém, só contribui para o aumento da criminalidade.

Por outro lado, é fundamental que haja uma reflexão sobre o que investir, sobre o que precisamos fazer para que a atuação dos órgãos de polícia esteja atenta aos anseios da sociedade. Nesse ponto, acho que o debate proposto por esta Comissão é fundamental no sentido de, nesta oportunidade, podermos avançar na discussão de mecanismos que melhorem as condições de trabalho dos policiais, que garantam a segurança dos policiais, para que a gente tenha uma redução das mortes de policiais em serviço. E, ao mesmo tempo, que busque uma mudança de lógica para que a gente consolide já, a partir de experiências bem-sucedidas em diversos Estados, uma mudança na lógica do policiamento. Um policiamento que tenha uma perspectiva

mais comunitária, um policiamento que busque uma aproximação maior com a comunidade, de modo a que as comunidades, principalmente as comunidades das periferias das grandes cidades, possam ver no policial um aliado, e não um inimigo, como muitas vezes, infelizmente, ainda acontece, ainda que de forma residual.

É importante que, neste debate, discuta-se como aumentar a transparência do serviço público de segurança pública. Creio que esta é uma demanda da sociedade para todo o serviço público, e o País vem avançando substancialmente nesse sentido, e tem que avançar também no setor de segurança pública, que também é um serviço público custeado com recursos públicos e essencial para a sociedade.

Nesse sentido, há aqui uma discussão sobre o fortalecimento do controle interno, que é essencial e vem sendo efetivado com resultados bastantes positivos em diversos Estados, inclusive São Paulo é um bom exemplo, a partir da gestão do Dr. Grella.

Também é fundamental a criação de mecanismos de controle social. É essencial para qualquer órgão público que a gente tenha mecanismos de controle da sociedade, onde a sociedade possa dizer, possa criticar, porque é a partir da crítica que se consegue aperfeiçoar, que se consegue alcançar melhorias e se consegue priorizar as principais necessidades da sociedade. Nesse sentido, é fundamental um debate, que vem sendo travado no Congresso, sobre a mudança da sistemática dos autos de resistência, que, infelizmente, vêm sendo utilizado para esconder crimes praticados dentro das corporações policiais. Ou seja, eles têm sido utilizados para acobertar a ação de um número muito pequeno de policiais que, infelizmente, acabam cometendo crimes, e, infelizmente, pela ausência de apuração, essa prática acaba manchando toda a corporação. Isso é um problema muito grave porque reduz a legitimidade da autoridade policial perante toda a comunidade. Então, sem dúvida alguma, esse é um ponto que deve ser enfrentado.

Outro ponto cujo debate nesta Comissão eu acho oportuno é o do controle externo da atividade policial. Nós precisamos buscar mecanismos para que o Ministério Público e outros órgãos que atuam nesse sentido exerçam, efetivamente, esse controle, essa fiscalização, esse acompanhamento em todo o País. Então, é um ponto que vem sendo apontado como ainda muito deficiente, embora previsto na Constituição.

E um ponto central – e o Sinesp trabalha nesse sentido – é a questão da integração. É fundamental definir melhor na Constituição o papel de cada ente público na prestação do serviço de segurança pública e é fundamental que a gente sacramente a integração desses entes na prestação desse serviço de seguran-

ça pública. Não é possível permitir que não haja uma integração entre a União, os Estados e o próprio Município simplesmente por divergências políticas. Nós não podemos consentir nisso. Questão de segurança pública é questão de Estado e essa integração é dever de todo representante político, de todo governante que esteja no poder. Então, é fundamental que a gente faça esse debate sobre como podemos melhorar essa integração, seja no sentido de adotar políticas de gestão que aumentem a transparência, que aumentem a eficiência e melhorem as condições de trabalho do policial na rua, seja na integração de sistemas de informação, como é a proposta do Sinesp, que servirá para orientar no combate ao crime organizado e na própria melhoria da gestão dos órgãos de polícia.

Então, eram estes pontos que eu gostaria de colocar e quero ressaltar que esta Casa, junto com a Câmara dos Deputados, através de um trabalho intenso de parceria junto com o Ministério da Justiça, já contribuiu substancialmente para a ampliação dos mecanismos de combate ao crime organizado recentemente.

Só para citar algumas normas aprovadas recentemente, eu poderia colocar a Lei das Organizações Criminosas, que surgiu de um trabalho conjunto, de um debate conjunto tanto com a Câmara como com o Senado; a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro, que é um ponto central para afogar a atuação do crime organizado, porque é a partir da lavagem que se atribui aparência lícita aos recursos obtidos por meio do crime; o próprio Sinesp, que já foi mencionado aqui; a criação do Banco de Perfis Genéticos, que é ferramenta essencial, principalmente para o combate a crimes sexuais – recentemente, foi divulgada uma pesquisa que demonstrou um aumento desse crime; a lei, sancionada ontem, que facilita a prisão de criminosos estrangeiros procurados pela Interpol que estejam eventualmente em Território nacional...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA –** Exatamente.

E também o Projeto de Lei que prevê a criação do adicional de fronteiras. Um grande problema que temos hoje nas fronteiras do País é a fixação do profissional nas fronteiras, tendo em vista as duras condições de vida que muitas vezes são identificadas nas regiões de fronteira. Infelizmente, é um local onde a gente precisa ter um grande número de policiais, porque por ali passa grande parte do crime que vai ter impacto no dia a dia da população.

Por fim, eu gostaria de citar dois outros exemplos de normas aprovadas recentemente e que têm um impacto positivo para a segurança pública, uma

vez que buscam a melhoria do sistema penitenciário. Falo de uma lei que prevê a informatização do acompanhamento da execução penal, no sentido de dar uma transparência maior ao cumprimento da pena e evitar a omissão de informações que, muitas vezes, beneficiam a proliferação de organizações dentro dos próprios presídios ou até mesmo a ocorrência de rebeliões dentro dos presídios, e da lei que sacramentou, algo que já era adotado pela jurisprudência, a possibilidade de remissão da pena pelo estudo. Sem dúvida alguma, o estudo dentro dos presídios prepara aquele que cumpre pena para que retorne à sociedade e aumenta a probabilidade de que ele não venha a reincidir no mundo do crime, e sem dúvida alguma isso é essencial para a sociedade, uma vez que, hoje, o sistema penitenciário, em razão das precárias condições e das graves violações que muitas vezes ele proporciona a quem cumpre pena, acaba contribuindo... a sociedade acaba financiando que aquele que cumpre pena volte pior, muitas vezes, do que entrou, do que ingressou no sistema.

Eram essas as colocações que eu queria fazer, muito rapidamente, para não atrapalhar a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu gostaria de fazer duas observações, agradecendo a disciplina, o apoio, a solidariedade do Dr. Marivaldo, que certamente ainda voltará a esta Comissão para discutir, já que sua pasta na secretaria, no ministério, é da Secretaria de Assuntos Legislativos.

Estaremos permanentemente interagindo com sua secretaria, Dr. Marivaldo.

Dois comentários: primeiro, eu gostaria de pedir aos nossos debatedores, expositores, que deixem aqui suas respectivas avaliações sobre o quadro, as informações que trouxeram, se trouxeram de forma documental. Segundo, quero fazer um apelo ao Senador Suplicy e ao Senador Armando, e já o fiz ao nosso Relator: estamos em plena Ordem do Dia e acabou de abrir a primeira nominal de hoje, estamos votando o Orçamento impositivo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Trinta segundos, pode ser, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim, o apelo é para que as perguntas, se pudessem – o Relator já tem várias perguntas –, sejam encaminhadas para os senhores e certamente nós haveremos de ter...

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, feito o apelo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, meus cumprimentos a todos. De forma breve, quero, sobretudo, agradecer ao Secretário Fernando Grella Vieira pela providência

que solicitei, no sentido de que pudesse ter recebido, até por orientação do Governador Geraldo Alckmin, a quem também agradeço, o relatório da Corregedoria da PM de São Paulo sobre os episódios do Pinheirinho. Vou encaminhar, pelo Secretário de Assuntos Legislativos Marivaldo, uma correspondência ao Ministro da Justiça sobre a qual não falarei.

Se me permite, apenas lembro que os 81 Senadores encaminharam à Presidenta Dilma um apelo para que possa colocar em prática o quanto antes aquilo que Thomas More falou em 1516, que muito mais eficaz do que infligir esses castigos horríveis a quem não tem alternativa senão a de se tornar-se um ladrão para daí ser transformado em cadáver, comentando que a pena de morte não tinha contribuído para diminuir a criminalidade e a violência, é você assegurar a sobrevivência de todas as pessoas.

Fica a mensagem, que todos compreenderão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Agradeço a todos.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião, no dia 13 de novembro, às 14 horas. Tenham todos um bom dia e fiquem com Deus.

*(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 38 minutos.)*

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

**COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO  
ATS Nº37, DE 2013, COM A FINALIDADE  
DE ANALISAR OS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO  
NO SENADO FEDERAL QUE TRATAM  
DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL,  
BEM COMO DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES  
PARA O SEU FINANCIAMENTO**

**ATA DA 7ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião realizada em 13 de novembro de 2013, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário 13, Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador **Vital do Rêgo** e com a presença dos Senadores: **Pedro Taques, Lindbergh Farias, Armando Monteiro, Humberto Costa, Flexa Ribeiro, João Capiberibe e Sérgio Souza**. Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senadores: **Eduardo Braga, Lobão Filho, Eunício Oliveira e Randolfe Rodrigues**. Estiveram presentes, ainda, os Senadores não membros, **Aloysio Nunes Ferreira e Osvaldo Sobrinho**. Na oportunidade, foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: **Renato Sérgio de Lima** – membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; **Cláudio Beato** – professor titular de sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais; **Luiz Eduardo Soares** – ex-secretário nacional de Segurança Pública; e **Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**, professor de ciências criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Foram aprovados, ainda, os seguintes requerimentos:

Número	Ementa	Autoria
<b>016/2013</b>	Requer a realização de audiência pública com os seguintes convidados: Carlos Alberto David dos Santos - Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; Elias Miler da Silva - Representante da Federação Nacional de Entidades Militares Estaduais; Martha Mesquita da Rocha - Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia; Michel Misse - orientador do núcleo de estudos em cidadania e conflito urbano da UERJ; Representantes do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia; Representantes do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.	Senador Pedro Taques



<b>017/2013</b>	<p>Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a aprovação do seguinte ajuste ao cronograma de trabalho: Relator-Geral: Senador Pedro Taques; Sub-relatores:</p> <p>1) Proteção ao cidadão e à vítima - Relator Senador Armando Monteiro</p> <p>2) Financiamento da Segurança Pública - Relator: Senador Eduardo Braga</p> <p>3) Estrutura da Polícia Brasileira - Relator: Senador Humberto Costa</p> <p>4) Defesa Civil - Relator: Senador Eunício Oliveira</p> <p>5) Regulamentação de atividades potencialmente nocivas à segurança dos cidadãos e outros temas - Relator: Senador Sérgio Souza.</p> <p>Cronograma sugerido:</p> <p>Prazo para os sub-relatores entregarem os seus relatórios: 20/12/2013</p> <p>Prazo para o Relator-Geral apresentar seu relatório: 03/02/2014</p>	Senador Pedro Taques
-----------------	---	----------------------

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Temporária criada pelo Ato da Mesa nº 37, de 2013, com a finalidade de analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de segurança pública no Brasil bem como debater e propor soluções para o seu financiamento.

Conforme convocação, esta reunião se destina à audiência pública com a participação dos seguintes convidados, que chamo à mesa.

Sr. Renato Sérgio de Lima, membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Seja bem-vindo.

Sr. Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Seja bem-vindo.

Dr. Cláudio Beato Filho, professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

Seja bem-vindo.

Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande.

Passo a palavra, inicialmente, ao nosso Relator, Senador Pedro Taques, para suas considerações iniciais, e, a seguir, aos convidados.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo.

Quero, desde logo, agradecer, pelo pronto atendimento ao convite que foi feito por esta Comissão do Senado, aos ilustres professores que aqui se encontram. Estamos aqui buscando debater segurança pública como uma questão de Estado, não como uma questão de governo, e a participação dos senhores, com a honestidade intelectual de todos, tenho certeza, trará subsídios muito significativos para que possamos discutir a segurança pública no Brasil não só como sinônimo de polícia, mas como uma concretização de uma política pública gravada na Constituição da República.

Inicialmente, eram estas as considerações.

Sr. Presidente, nós todos estamos ávidos para ouvi-los e tenho algumas indagações que serão feitas após os pronunciamentos dos ilustres professores.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por ordem de convite à mesa, seguiremos a mesma ordem, a mesma sequência de explanações, de exposições. Cada expositor terá 15 minutos, com variações a seguir, por condução desta Presidência.

Com a palavra o Dr. Renato Sérgio de Lima.

**O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA** – Boa tarde a todos e todas.

Eu queria em primeiro lugar agradecer à Comissão, aos Senadores Vital do Rêgo e Pedro Taques pelo convite, pela oportunidade. Acho que isso é muito importante. É muito importante aproximarmos segmentos que lidam com segurança. Estou vendo aqui velhos amigos, como o Paulo, como o Gonzaga, como o Luiz Carlos, enfim, várias pessoas, cada um na sua inserção, alguns policiais militares, civis, agentes de Polícia Federal, todos pensando a questão da segurança já há algum tempo, o que de algum modo só reforça a ideia de que nós temos um grande problema, mas, ao mesmo tempo, muita energia para pensar como resolvê-lo. Acho que é isso.

E eu vou pedir ajuda da Comissão para colocar a projeção.

A minha fala vai basicamente reproduzir uma discussão sobre segurança pública em números, que foi divulgado semana passada, no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública é uma entidade criada desde 2006 como uma rede formada por policiais, pesquisadores, representantes da sociedade civil, também gestores públicos e representantes da mídia, que discutem segurança pública a partir da premissa do padrão democrático de policiamento.

Todo ano divulgamos o *Anuário*, e este ano trouxemos, além dos dados tradicionais, que são compilados de várias fontes, como, por exemplo, o sistema mantido pelo Ministério da Justiça, que é o Sinesp, também os dados do Depen e os dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Nós trouxemos os dados sobre Letalidade e Vitimização Policial, com base em ampla pesquisa que produzimos.

De algum modo, todos esses números, essas informações todos nós, no cotidiano, já sentimos, ou seja, que os homicídios no Brasil cresceram 7,8% de 2011 para 2012, com alguns destaques importantes em relação às taxas: o Ceará se destaca; Goiás se destaca. Houve alguns ganhos significativos de redução, como Rio de Janeiro e Pernambuco.

É importante destacar, quando chamamos a atenção desses Estados para além dessas questões, que estamos chamando a atenção aqui para o quê? E esse vai ser um pouco também o resumo da minha fala. O Brasil sempre vive uma disputa entre microrreformas e macrorreformas. E podemos lembrar de alguns temas mais gerais: reforma política, reforma tributária, reforma da previdência, e são reformas que nunca saem porque são reformas muito gerais. E em segurança pública a gente também tem esse problema. Mas o Brasil, ao longo dos últimos 20 anos, fez uma série de experimentações que deram resultados. E acho que podemos refletir sobre os melhores mecanismos, Senador,

mecanismos de financiamento, articulação e gestão dessas experiências e de que modo elas nos ensinam como mudar, como conciliar o que na área de política pública são chamadas de ações incrementais com reformas normativas. Isso porque a gente foca e gasta muito dinheiro com ações de natureza incremental.

Nós gastamos no ano passado R\$61 bilhões com segurança pública. Desses – um número que causa um impacto muito forte –, cerca de 37% a 39% são gastos com previdência social, que é um gasto fundamental, essencial, mas que podemos questionar se é um gasto com segurança mesmo. Então, há uma discussão sobre financiamento da segurança, como lidar com isso, como é que lidamos com essa questão, inclusive, como é que, de algum modo, isso nos coloca diante de um desafio que é reconhecer que as categorias policiais que reivindicam melhores salários têm total razão. Os gestores públicos que dizem que não há dinheiro também têm razão. Como é que a gente constrói uma alternativa para aplicar melhor o dinheiro disponível e aumentar a valorização dos policiais?

Então, acho que esse é um debate sensível, é um debate em que todos não deixam de ter razão quando usam argumentos técnicos. Há dados para todos os gostos. Então, aqui a questão é: como é que a gente constrói? Quando a gente pensa no financiamento, pensamos claramente que o Brasil gasta muito, já que R\$61 bilhões é o equivalente a mais ou menos 1,4% do nosso PIB, equivalente ao que França – a Alemanha gasta um pouquinho mais do que nós, proporcionalmente ao PIB –, mas com resultados extremamente perversos, como quase 50 mil homicídios por ano. Os estupros, pela primeira vez, numa série histórica, superaram os homicídios, ou seja, temos um quadro de estupros extremamente acentuado. E olha que todos esses dados ainda são estruturados em sistemas, para não dizer de péssima, de má qualidade da informação. Então, tudo é subnotificado, se a gente pensar, de alguma forma. Se chegamos, mesmo com dados que não são de boa qualidade, a mais de 50 mil casos de estupro, temos aqui um desafio considerável de como contemplar a violência contra a mulher ou, na verdade, violência sexual, porque, desde a alteração da lei, não é só contra a mulher, e também como contemplar na política de segurança.

Como é que pensamos a prevenção da violência como chave fundamental da questão da segurança pública para além do crime em si? Temos que pensar que política de segurança pública é mais do que polícia, por mais que polícia seja, digamos, o elo majoritário desse sistema. A gente tem que pensar um pouquinho.

Isso chama a atenção, por exemplo, para o papel de algumas outras instituições. Se a gente vai olhar para

o sistema penitenciário brasileiro, cerca de 38% dos presos estão em situação provisória, abrindo margem para uma série de problemas, que vão desde a superpopulação carcerária até a questão, muitas vezes, de as facções criminosas ocuparem o papel do Estado. Quando a gente pensa em relação a agravamento de pena, de um lado, a gente está só reforçando isso. De algum modo, como é que a gente vai avançar numa perspectiva de articular com o Poder Judiciário para que ele consiga dar uma resposta? Não se está dizendo que uma pessoa é culpada nem inocente.

Uma pesquisa antiga, feita em São Paulo, mostrou que o tempo médio para julgamento de homicídio era de 1,6 mil dias. Uma pessoa, muitas vezes, fica presa esperando esse julgamento e, de algum modo, num estabelecimento que nem sempre é o mais adequado para o seu perfil e para o seu ato. Essa é uma questão fundamental.

Tudo isso, de algum modo, pode ser sintetizado com os dados sobre letalidade e vitimização policial, que focam, basicamente, as Polícias Civil e Militar no País. As Polícias Civil e Militar no País matam muito, não tem por que não assumirmos isso, mas o dado mais revelador aqui é que morrem muito. O policial sai para trabalhar, no seu cotidiano, sem saber se vai voltar. Na dúvida, puxa o gatilho. Isso é um problema do policial? Não, isso é um problema das instituições. Isso é um problema institucional, que temos que ter aqui toda a tranquilidade do mundo de discutir. Isso não é falar contra as polícias brasileiras, muito pelo contrário, é assumir que o padrão operacional das polícias brasileiras está falido.

As polícias brasileiras matam mais e morrem mais do que em qualquer outro País, como a comparação aqui em relação a isso. As polícias, por exemplo, que têm melhor sistema de informação – para não punir a comparação, a polícia de Nova York, no ano 2010, 2011, matou nove pessoas. A polícia de São Paulo matou cerca de 250 pessoas no mesmo período. A polícia do Rio, quase 300 pessoas no mesmo período. Eram populações parecidas.

Lembro que os Estados Unidos têm uma quantidade de armas em circulação maior do que a nossa, já viveu situações de criminalidade muito agudas. Alguns vão dizer: “Ah, mania de comparar com os Estados Unidos”. Vamos comparar com o México, que é um país parecido com o nosso. O México, mesmo com situação aguda de conflito e de guerrilha, quase que de guerrilha, matou menos do que as polícias brasileiras. Ao contrário, os policiais lá morrem mais também. Uma coisa que chama a atenção e que provoca: este é um padrão geral? Não. Se calcularmos a taxa de mortalidade de policiais para cada cem mil policiais, vamos

ver que é de 17,8 policiais militares mortos para cada cem mil policiais brasileiros. Se a gente pegar o padrão fora do serviço, pularemos para 58,7. Quando a gente chama esse número, estamos discutindo uma questão básica: escala e bico. Policial fora de serviço corre um risco três vezes maior do que um policial – quase três vezes, na verdade – fora de serviço.

Isso, de novo, só nos traz uma grande questão, que é a questão da falência do nosso modelo. As polícias brasileiras não estão conseguindo dar conta de um quadro de crescimento da criminalidade. As polícias brasileiras não estão conseguindo controlar os seus padrões operacionais porque, sob qualquer métrica, o resultado não é satisfatório. Ou seja, o que a gente vê não é só que estão matando, mas que estão morrendo também. A gente não está protegendo os próprios policiais.

A gente sabe que a população carcerária do Brasil é uma das maiores do mundo, mesmo assim a gente não está conseguindo reduzir os crimes. Qual é o resultado final desse processo? Um grande distanciamento e um estranhamento entre instituições e população.

Por favor, ali a apresentação sumiu.

Segundo uma pesquisa que publicamos no anuário e que foi produzida pela Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, 70,1% da população dos Estados entrevistados declararam que não confiam no trabalho das polícias. Se compararmos com outros países que dispõem de pesquisas, nos Estados Unidos, por exemplo, 88% da população confiam no trabalho de suas instituições. Se pensarmos na Inglaterra, que tem tradição extremamente forte de respeito às leis, de respeito às normas, 82% da população britânica confiam no trabalho das polícias. Então, para além de pensar que estamos jogando contra uma política ou contra outra polícia, contra uma corporação ou outra corporação, o quadro apresentado do anuário mostra que nós temos de avançar tanto na adoção de medidas de caráter incremental.

E vou dar como exemplos a UPP, no Rio de Janeiro. É uma medida inovadora e extremamente importante. Nós fizemos uma avaliação, no ano passado, coordenada por Ignácio Cano, que muitos de vocês conhecem.

Senador, controle o meu horário, por favor.

As UPPs funcionam para a retomada de território, mas funcionam ainda mais para controlar os padrões operacionais das polícias. O que isso significa? Reduz letalidade policial e vitimização. Quando a gente acreditou que a UPP era a panaceia para todos os problemas, infelizmente, tivemos o caso do Amarildo. Ou seja, acabamos por jogar fora várias iniciativas que são bem-sucedidas para mudar culturas. Porém, quando



a gente não avança em uma reforma normativa, não conseguimos avançar na consolidação de alguns ganhos. Isso pode ser visto em Minas Gerais com o Fica Vivo. Nós podemos ver isso, também, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, com sistemas de metas como o Pacto pela Vida ou, na Bahia, em vários locais que, se não investimos em consolidar os ganhos que essas medidas incrementais nos colocam, com reformas normativas, não vamos conseguir dar conta.

Hoje, as polícias ficam brigando entre si, entre as várias categorias. Nós temos, por exemplo, uma reflexão sobre qual é o papel da polícia dentro do sistema de segurança pública, como é que o Judiciário, como é que o Ministério Público, podem atuar.

Já encerrando minha fala, uma questão importante: um exemplo de que todos devem se recordar. Não sei os outros Estados, mas no começo das manifestações, em junho, um pouco antes, um membro do Ministério Público de São Paulo, Senador, fez uma declaração dizendo por que um policial não matava os bugios que estavam se manifestando e protestando. Isso, por mais que seja infeliz e extremamente sem comentários, a frase desse promotor, chama a atenção para o papel de controle externo da atividade policial, que o Ministério Público constitucionalmente tem, mas que, de alguma forma, está ausente desse debate.

Segurança pública não é só polícia, mas, também, Ministério Público, também Poder Judiciário, e, também, um processo de reforma normativa que se alie aos ganhos dos últimos anos. Nós temos um legado muito intenso, e esse legado pode mostrar que temos que avançar em uma agenda de reformas, cujo sentido estamos aqui para debater: o que é mais fácil, o que é mais consensual, porque, acerca da necessidade de haver reformas, todos concordamos, mas, quando a gente começar a entrar nos conteúdos, já começam os conflitos.

Então, acho que temos que tentar superar esses antagonismos na ideia de um pacto em relação ao financiamento, não ficar “a União paga isso”, “o Estado paga isso”, “o Município paga isso”, mas como a gente cria? A partir de toda experiência acumulada, mecanismos de articulação e gestão com modernização legislativa.

Faço um apelo ao Congresso, ao Senado, porque, desde a Constituição de 1988, não regulamentamos nem o §7º da Constituição. Nós temos uma grande paralisia, que não é fruto só do Congresso; é, talvez, fruto dos nossos antagonismos nesta sala.

Então, o de que a gente precisa é avançar nessa agenda.

Agradeço a participação e o convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a prestimosa presença e fértil explanação do Dr. Renato Sérgio de Lima, em nome do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Convido o Sr. Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário da Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

**O SR. LUIZ EDUARDO SOARES** – Boa tarde, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer aos Senadores Vital do Rêgo e Pedro Taques pela amabilidade do convite, a generosidade do convite, não só a mim, mas a todos os colegas que estamos aqui. Esta é uma oportunidade preciosa de me dirigir aos Srs. Senadores aqui presentes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Líderes políticos, policiais, aos vários representantes das instituições da justiça criminal.

Nós vivemos um drama nesta área de segurança pública. Nós, que militamos como intelectuais pesquisadores, ou ativistas, defensores dos direitos humanos, atuamos como gestores, como interlocutores, somos cidadãos, há muitos anos nos defrontamos com esse tremendo desafio.

O Brasil se passou a limpo em 1988, com a promulgação da Carta Magna, nossa Constituição Federal, a Constituição Cidadã, mas não fomos capazes, como Nação, de estender a transição democrática a todas as áreas, particularmente à área da segurança pública. Ela permanece o retrato do nosso passado, mantendo mais do que resquícios e vestígios do autoritarismo, das práticas que são oriundas da ditadura, mas toda uma estrutura organizacional que é o seu retrato, uma estrutura organizacional voltada para o cumprimento de funções que eram aquelas conhecidas e correntes no período autoritário.

O que estava em questão era a defesa do Estado e não da cidadania. O que estava em questão era, basicamente, a luta contra os opositores, os inimigos internos e não a provisão de um serviço público de natureza universal, que se deveria pautar por princípios de equidade. Essa luta tão difícil já enfrentou momentos mais luminosos, momentos em que parecia que, no horizonte, se descortinavam mudanças profundas.

Sucessivamente essas esperanças foram sendo sepultadas; novas surgiam. E nós estamos agora em um momento – e esta comissão é o retrato disso – em que, talvez, associado à energia que se desprende, se precipita da sociedade com as mobilizações democráticas, as lideranças políticas sentem que chegou a hora. Chegou a hora de alguma coragem, com alguma ambição, com alguma ousadia, de nós passarmos a limpo a segurança pública em nosso País. Para que isso ocorra é necessário alterar a Carta Constitucional, particularmente o art. 144, que desenha uma arquitetura

tura institucional da segurança pública, modelo de polícia, e atribui aos entes federados responsabilidades supostamente complementares.

O Senador Lindbergh Farias apresentou uma proposta de emenda à Constituição, a PEC 51, para a qual eu tive o privilégio de contribuir, como contribuíram tantos e tantos policiais, profissionais das mais diversas instituições e profissionais de outras áreas da justiça criminal, ativistas, etc. Não se trata, certamente, de uma proposta capaz de conquistar o consenso – não há propostas consensuais, todas são polêmicas – mas, certamente, ela pode oferecer uma referência interessante para os diálogos que se sucederão com as instituições, com a sociedade, particularmente com as lideranças políticas. Passa pelo Congresso Nacional a mudança dessa área. .

Sabemos que violência e criminalidade não são matérias – Renato dizia isso – exclusivamente de instituições policiais, mas elas cumprem um papel decisivo. Tal como o quadro hoje se desenha, o que se obtém como resultado é a insatisfação generalizada: os profissionais não estão satisfeitos, a sociedade não está satisfeita. Cinquenta mil homicídios dolosos por ano, 8% de homicídios investigados, dados sempre precários, aproximados, 92% de impunidade relativamente ao crime mais grave. Dir-se-ia, a partir daí, como conclusão precipitada, e nas manchetes de jornal isso é o que se destacaria, que o Brasil é o país da impunidade. Mentira, equívoco! Temos a quarta população carcerária do mundo, 550 mil presos, quase sempre pobres e negros. Quantos homicidas, quantos criminosos violentos, responsáveis pelo crime letal, intencional mais grave? Doze por cento, cerca de 60 mil. Dois terços são de presos por crimes contra o patrimônio e tráfico de substâncias ilícitas. Quarenta por cento desses sem prisão provisória.

A taxa de crescimento do Brasil – isso não pode ser atestado mas, pelas comparações aproximadas e imprecisas – talvez seja a mais intensa, a mais veloz do mundo. Nós temos a quarta população carcerária, mas um salto extraordinariamente veloz na direção do incremento. Tínhamos 140 mil em meados dos anos 90. Prendemos mal e gastamos R\$1,5 mil por mês com as prisões daqueles que poderiam, muitos deles, se recuperar de outra maneira, utilizando, portanto, o Erário de modo mais benéfico. Os homicidas, aqueles que têm sido responsáveis pelos crimes mais graves, permanecem impunes.

Esse sistema não funciona ostensiva e preventivamente, muito menos investigativamente não porque não tenhamos profissionais de altíssima qualidade, mas porque eles estão submetidos a estruturas organiza-

cionais incompatíveis com a exponenciação de suas competências, de suas potencialidades.

Os policiais militares não oficiais estão submetidos também a regimes disciplinares muitas vezes inconstitucionais, são draconianos. São desrespeitados como cidadãos trabalhadores e como profissionais. Policiais civis vivem situações difíceis, indignidade salarial generalizada. Na Polícia Federal os agentes vivem situações que são insustentáveis (*Palmas.*). É preciso que compreendamos que esse quadro não pode ser movido por interesses partidários, ideológicos ou de corporações. A vibração das corporações não tem a ver com o sentimento corporativo, porque todos estamos transcendendo esse limite. Acho que, pela primeira vez, está se tornando possível pensar globalmente, de modo mais sistêmico, os nossos problemas.

Eu vou ser bastante sintético, relativamente aos pontos que me parecem decisivos. Acho que é decisiva a desmilitarização, decisivo o ciclo completo, decisiva a carreira única no interior de cada instituição que se venha a constituir. Eu creio... (*Palmas*).

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Os senhores são muito queridos, muito bem-vindos, mas peço a cada um e a todos para não se manifestarem mais, por favor.

**O SR. LUIZ EDUARDO SOARES** – Ciclo completo, carreira única do interior de cada instituição, desmilitarização.

Essa transição, certamente, se isso vier a ser aprovado, depois das discussões, das críticas, das interlocuções parlamentares indispensáveis, com a participação das categorias e com a correção das imperfeições, que são inexoráveis, tem de ser longa, prudente, maduro, negociado em cada Estado com muita flexibilidade. Vou me deter especificamente num ponto, porque o tempo é muito reduzido, e isso nos levaria a uma apreciação muito mais longa. Vou me deter muito especificamente à questão da Polícia Militar, porque me parece que há muitas dúvidas em relação ao sentido da desmilitarização.

Não vou ocupar o tempo precioso aqui dos colegas, dos senhores e das senhoras, com a leitura do nosso labirinto normativo, da “barafunda normativa”, que seria capaz, inclusive de gerar crises institucionais e até federativas, se as Forças Armadas, particularmente o Exército, utilizasse toda a autoridade que lhe é conferida por algumas normas ainda em vigor. E nós poderíamos ter de fato o embate entre executivos e representações do Exército em algumas circunstâncias específicas. Há muito trabalho a fazer. Mas basicamente eu lhes proponho um raciocínio bastante simples. Não há melhor formato organizacional *in abstracto*. Os

formatos organizacionais melhores são os mais adequados ao cumprimento das finalidades institucionais.

Portanto, só haveria uma razão pela qual a Polícia Militar deveria organizar-se à semelhança do Exército: se as finalidades fossem comuns, fossem compartilhadas. Constitucionalmente nós sabemos que não é o caso. O Exército tem como missão a defesa do território nacional e soberania nacional e deve preparar-se inclusive para o confronto bélico. E, por isso, a sua metodologia de funcionamento requer uma estrutura organizacional verticalizada, o pronto emprego. É preciso deslocar contingentes numerosos e equipamentos, recursos materiais com muita brevidade, de modo convergente, sem hesitação, com fluência comunicacional. As ordens devem ser cumpridas, e há necessidade, portanto, dessa verticalidade com concentração desse usuário de modo bastante centralizado. Isso se justifica pela finalidade e pelos arranjos metodológicos que transformam a organização em prática.

No entanto, a Polícia Militar tem como função preservar direitos, garantir direitos ou seja, impedir a violação da legalidade. Isso requer outra abordagem. E eu lhes diria que as experiências mais bem-sucedidas no Brasil e no exterior, nos países democráticos, das polícias ostensivas, preventivas, recomendam uma estrutura descentralizada, plástica, flexível, adaptável às circunstâncias, que são sempre locais e diferenciadas.

O policial na ponta, se for responsabilizado e dotado de mais autonomia, agirá como um gestor local da segurança pública, sendo capaz de diagnosticar a complexidade multissetorial dos problemas, com uma formação adequada, interdisciplinar. Será capaz de, em diálogo com a comunidade, identificar prioridades, conceber planos de ação, mobilizar a sua instituição com os seus supervisores, com os seus parceiros, para uma ação concertada. Além disso, convocar outras áreas governamentais sem substituí-las, sem ser o gerente dessas operações, mas suscitar a possibilidade de que haja uma convergência de ações, porque frequentemente os problemas que se verificam num bairro, numa rua, numa área são multissetoriais e requerem essa abordagem nesse sentido.

Os confrontos correspondem a menos de 1% das atividades policiais. Não haveria nenhuma necessidade de que organizássemos a instituição para que ela atendesse àqueles momentos em que é requerida de fato como uma instituição protobélica, ou criptobélica, como se queira. Seria perfeitamente possível conciliar uma organização capaz de conferir mais autonomia para ponta, mais responsabilidade, com a capacidade instalada para enfrentar momentos mais difíceis de confrontos armados e etc.

A organização militar, além disso, comporta a ideologia da guerra frequentemente, que pensa o problema do crime e da segurança não como um problema da cidadania para a redução da violência e da criminalidade, mas como um problema de luta interna e de guerra, definindo o antagonista, o suspeito como inimigo interno.

Então, a ideologia e a cultura encontram na estrutura organizacional e nessa tradição, infelizmente, a despeito de tantos policiais militares que fazem todo o trabalho democrático no sentido da conversão dessa orientação, a reprodução desse tipo de concepção. E, na prática, precisamos de autonomia na ponta, o que requer flexibilidade.

Alguém diria – e assim concluo –: “mas se nós temos 9,646 mil mortes, de 2003 a 2012, no Rio de Janeiro, provocadas por ações policiais; se temos a magnitude da corrupção hoje presente e temos a organização militar e o regime disciplinar draconiano, o senhor está sugerindo então a flexibilização para que então percamos inteiramente o controle?” Não, a minha tese é oposta a essa, com observação da realidade. O que obsta a corrupção e a violência é o sentido de responsabilidade, é a valorização do profissional, é a sua dignidade e o seu reconhecimento, que começa dentro da instituição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu só vou advertir mais uma vez e depois vou pedir para os senhores se retirarem se manifestarem de novo.

O Dr. Cláudio Beato Filho, professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

Com a palavra.

**O SR. CLÁUDIO BEATO FILHO** – Obrigado. É um enorme prazer estar aqui presente, debatendo um tema cuja urgência nos levou a gerar uma espécie de consenso mínimo em relação ao tema das reformas das polícias, porque é talvez das áreas da administração pública brasileira que menos tenha se transformado ao longo do processo de democratização dos anos recentes. Não só por isso, mas eu diria que, em todo o sistema de Justiça Criminal, temos ainda uma agenda de reforma do Código Penal, enfim, de uma série de aspectos ainda que têm que ser discutidos.

A questão da Polícia tem se colocado recentemente. Muita gente aqui discute justamente se elas são... (*Pausa.*)

Por que se colocar essa discussão? Na verdade, bem ou mal, será que as polícias não estão fazendo a sua parte, não estão cumprindo o seu papel, diante das limitações que temos? Onde estão as outras instituições do sistema de justiça criminal nessa discussão?



Vimos, por exemplo, como é essa questão dos outros projetos de natureza social, socioeconômica, os outros setores de justiça criminal. Onde estão presentes essas outras coisas?

Em parte, é porque temos uma organização meio caótica em termos de sistema de justiça criminal. Temos duas polícias que, em tese, deveriam ser complementares, cujas atividades seriam complementares ao Ministério Público, ao Judiciário. Mas, na prática, o que a gente vê é uma rivalidade muito grande. Enfim, o terreno de conflito é muito acentuado entre as organizações, entre as duas polícias, entre a polícia e o Ministério Público. O Judiciário, muitas vezes, fica completamente alienado. Uma enorme confusão.

E qual é o papel que a polícia tem, ao final das contas, diante desse quadro? Muitas vezes, escuto o argumento de que, na verdade, esse é um problema bem maior do que a polícia. Alguns autores inclusive chegam, como o David Bayley, a dizer que a Polícia não tem papel nenhum nisso; é como se fosse um Band-Aid para curar um câncer. Outros autores, pelo contrário. Se você pegar as pessoas que andaram trabalhando em Nova York, elas acreditam que, na verdade, a polícia é uma instituição central para o controle da criminalidade.

Eu gostaria de caminhar um pouco dentro dessa última perspectiva. Parece-me que hoje, sem dúvida nenhuma, temos problemas sociais e econômicos muito graves, temos problemas de legislação. Mas temos um problema institucional que diz respeito à natureza da organização das nossas Polícias. E aqui nós temos duas dimensões para serem discutidas.

Em primeiro lugar, é a questão do controle, que é uma questão que está colocada aí. O Luiz Eduardo e o Renato já colocaram essa questão do enorme grau de letalidade que as Polícias têm e também do baixo grau de efetividade. Quando a gente olha, vamos dizer, a taxa de solução de investigação, mesmo a capacidade de dissuasão do patrulhamento das ruas, ela tem sido muito baixa. Nós temos então aí um problema muito sério. Além do fato de que, pelo último anuário, mas também por uma pesquisa que vai ser divulgada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública sobre a imagem das Polícias no País, o que a gente observa é que elas têm uma imagem muito ruim. Em geral, é em torno de 20% a 30%, conforme falou. Se a gente pegar o Chile, aqui ao lado, tem uma imagem de 85% de aceitação. Isso para não falar em outros países, etc.

Mesmo no contexto latino-americano, em que, em geral, você tem aí o Panamá, a Polícia de Honduras, com um problema seriíssimo de aceitação, o Brasil, ainda assim, tem uma imagem muito complicada. E o que isso afeta?

De fato, nós temos aí esse conjunto de variáveis sociais e econômicas, esses aspectos de natureza da infraestrutura legislativa. Mas, hoje em dia, o grande problema que nós temos está nessa dimensão organizacional e policial.

Se a gente pegar, por exemplo, hoje, as percepções que as pessoas têm – isso é o resultado já da pesquisa – sobre a segurança nas cidades, há um dado extremamente importante. Mais de 50% da população brasileira acredita que vá ser vítima de homicídio nos próximos 12 meses. É um dado impressionante. Ou seja, a insegurança hoje passou a ser quase que o habitante mais importante das grandes cidades brasileiras.

Quando a gente começa a analisar qual é a relação que nós temos com o que está determinando essa insegurança, muito dela tem a ver com a relação que as pessoas mantêm com a Polícia. Não só em relação à percepção, mas também em relação à própria vitimização. Quando a gente tenta compreender por que as pessoas se tornam vítimas, a gente descobre um dado muito instigante, que é o fato de que as pessoas que são mais vítimas são também as pessoas que menos têm confiança nas polícias.

O que uma coisa tem a ver com a outra, na verdade? Isso tem a ver com todo o relacionamento que os brasileiros, hoje, têm com relação às organizações policiais. Ou seja, veja bem que, da discussão que temos hoje em relação à impunidade, a questão policial é o começo da discussão da impunidade, porque gera sentimento de insegurança, sentimento de medo, que hoje existe nas cidades.

Se pegarmos um quadro geral, fico muito preocupado, também, quando temos essas grandes soluções mágicas para todas as polícias, porque, na verdade, temos um quadro muito heterogêneo na Federação. Nós temos polícias, sim, que têm problemas muito complicados em relação à legitimidade, em relação aos índices elevadíssimos de corrupção. Temos outras polícias que, mesmo as melhores que temos na União, têm um índice de confiança de cerca de 30%. Ou seja, é muito baixo. As nossas melhores polícias têm um índice de aceitação muito mais baixo.

Agora, se você pega Estados como o Rio de Janeiro, por exemplo, o índice de aceitação é de quase 10%, muito baixo, além das taxas de vitimização por parte da polícia. Ou seja, temos aí, então, uma diversidade, um conjunto muito heterogêneo em relação às polícias.

O que podemos fazer em relação a esse tipo de problema? Eu gostaria de trazer aqui alguns exemplos de reformas que foram feitas em polícias, pelo mundo afora e pela América Latina. Esse é um tema interessante, porque o Brasil é o País, provavelmente

te, que menos andou, na América Latina, em termos de reforma do sistema de justiça, do sistema policial.

Todos os outros países estão se movimentando, por exemplo, o Uruguai. É interessante ir lá e ver que todos esses anseios que os pesquisadores têm em relação à polícia única, à carreira, existem lá no Uruguai. “Ah, é um país pequeno”. É verdade, mas eles se movimentaram. Se você pegar a Colômbia, que tinha problemas gravíssimos de corrupção, nos anos 80, também fez, como, aliás, a Polícia da Nova York, também, chegou a ter um problema gravíssimo de corrupção nos anos 80 e foi capaz de se reinventar e se reformar.

Como é que eles fizeram isso? Duas coisas: basicamente, depuração de suas polícias e, de outro lado, a parte do conquistat (*Ininteligível*), que tem a ver com gestão de informações, com o uso intensivo, com a profissionalização das organizações policiais, que é um tema central que a gente tem que discutir hoje.

No caso da Polícia de Los Angeles, mais recentemente, que também teve problemas seriíssimos depois daquela agressão ao Rodney King, também soube se reinventar através da formação, da qualificação profissional dos seus policiais, que passaram a gerir cada vez mais dados, mais informações, mais coisas.

Nós teríamos vários outros casos: Hong Kong, por exemplo, era o caso de uma polícia extremamente corrupta, que foi capaz de diminuir drasticamente a corrupção, basicamente inserindo isso no seio de uma reforma do serviço público em geral, e não combatendo apenas a polícia, já que é também um equívoco a gente achar que vamos ter uma polícia de anjos se você tiver servidores públicos envolvidos maciçamente com corrupção.

No caso da América Latina, é interessante você pegar a Nicarágua aqui, mais perto, que é um país que viveu um período de guerra. Eles adotaram um perfil comunitário de sua polícia, reinventaram, reconstruíram, na verdade, fundaram quase que uma nova polícia, em que o tema da violência juvenil passou a ser um aspecto central. Eles têm o problema das gangues, da mesma forma como tem Honduras, da mesma forma como tem El Salvador, estão apostando em uma abordagem no sentido mais comunitário, de tratar com as famílias o sistema de educação policial e planejamento.

A Colômbia foi capaz, também, de reinventar uma polícia que estava extremamente contaminada na época dos cartéis. Hoje, é uma das Polícias mais respeitadas, embora das mais militares que temos na América Latina. Ela foi capaz de se transformar através da ação da depuração, inclusive com aprovação de algumas leis que, acho, dificilmente passariam aqui no Brasil.

O Chile quase acabou a sua Polícia Civil e preferiu optar por depurar amplamente a Polícia Civil, além do fato de eles terem uma das organizações policiais militares, os carabineiros chilenos, mais bem avaliadas da América Latina.

Bom, temos os casos aqui, também, de reformas pontuais, como as UPPs. Nós temos o caso, aí, de Minas Gerais, em relação ao IGESP, que era um mecanismo de integração das polícias. Já que a gente tem essa limitação constitucional, como é que a gente poderia fazer? Qual é o grande problema que temos hoje no Brasil – e o Renato apontou muito bem? É o fato de que não conseguimos proliferar essas experiências, de elas serem multiplicadas. É porque nós temos uma rigidez institucional muito grande.

O nosso problema é a rigidez, que, em parte, é em virtude, vamos dizer, das nossas limitações constitucionais. Ou seja, é muito difícil você botar para trabalhar em conjunto, de forma integrada, duas polícias que têm uma estrutura completamente diferente, uma determinação completamente diferente, além de também termos uma cultura bastante distinta: uma cultura jurídica, de um lado, e uma cultura mais militarizada, nem tanto na ação, mas principalmente, como o Luiz Eduardo apontou, na administração. O grande problema, hoje, das instituições militares não é que elas são militares na sua finalidade – nem todas estão igualmente indo para a guerra, como no Rio de Janeiro; há casos de polícias que têm outro tipo de perspectiva –, mas elas têm ainda uma estrutura hierárquica verticalizada, que é mais ou menos o contrário do que se espera de gestão de poder.

Um baixíssimo de efetividade. Precisamos reconhecer que não vai adiantar nada reformarmos Código Penal, distribuir renda, fazer tudo se continuarmos com esse baixíssimo grau de efetividade que está presente, hoje, nas investigações, que está presente, hoje, na capacidade de dissuasão das polícias.

Fragmentação institucional e rivalidade, que é um tema central. Hoje, além do tema das duas polícias, precisamos discutir no interior de cada uma – a polícia dos altos escalões e a polícia que está nas ruas, que também é outro tema de tensão que existe muito –, além de uma dificuldade enorme que temos em relação a desenvolver mecanismos de controle de *accountability* nas polícias. Eu diria que esse é, talvez, um aspecto fundamental para pensarmos. E o que foi feito? O que podemos pensar em termos de medida? Rapidamente, eu vou esboçar algumas possibilidades, alguns cenários que teríamos em relação às medidas que podem ser adotadas. Algumas já são feitas. Por exemplo, a ideia de haver cursos de direitos humanos para os policiais, que é, vamos dizer, o grau de eficácia

em termos de controle de criminalidade da violência. É muito baixo, mas é muito importante para a criação de uma cultura, porque não é o curso. Mais que o curso, é, talvez, o controle externo.

Sistemas integrados de informação. Há 20 anos, pelo menos, ouço falar sobre esse tema, e se avançou muito pouco. Na verdade, o que temos aqui, hoje, é uma planilha estadual sobre informações criminais, que o Sinesp produziu. Fora isso, em dois ou três Estados, não sabemos sequer contar o que acontece em cada cidade de cada Estado. Ou seja, é um Estado muito difícil. O que dirá, então, para o planejamento das polícias?

Em relação ao policiamento comunitário, temos que reconhecer que isso é muito mais uma palavra de ordem que, propriamente, uma realização que ocorreu dentro das polícias; um incremento na capacidade investigativa, que barra muito, novamente, em primeiro lugar, na questão já amplamente discutida – provavelmente, o Rodrigo vai falar aqui –, que é a questão do inquérito policial. Essa é uma espécie de antiferramenta, na verdade, de investigação que temos.

A questão do aumento, que também seria importante. Foi feito, em maior ou menor grau, em alguns Estados, o aumento de entidades externas e centros participando junto com as polícias, como ocorre no mundo inteiro. A nossa cultura policial ainda é muito fechada, muito avessa à participação de outras entidades da sociedade civil e das universidades, por exemplo, no manejo de dados e informações. Eu não sou policial, mas tenho colegas que trabalham muito bem com banco de dados, com análise, com informação.

E algumas questões são mais complicadas, que é a desconstitucionalização completa. A PEC nº 51, que temos amplos adeptos, temos que reconhecer que é extremamente difícil, em primeiro lugar porque essas coisas não se fazem na canetada. Isso é resultado de um amplo processo de discussão, onde, talvez, se você não pensar em algum modelo de transição, mais uma vez vamos querer mudar tudo para não mudar nada. Eu acho que esse não é o destino que esperamos em relação à reforma das polícias, sendo que uma reforma incremental, mas com uma direção bem definida estrategicamente, do ponto de vista de uma ampla reforma de, de fato, caminhar para uma polícia única, talvez deixando intocadas as organizações policiais já existentes. Podemos pensar numa outra polícia que seja criada, que seja a transição, quase como uma URV na época da economia. Ou seja, pensamos em outro modelo que seja de transição durante um tempo. E avançamos na direção, realmente, aí sim, da polícia que gostaríamos: investigativa, com todas as ferra-

mentas científicas, com, vamos dizer, estrutura mais adequada para a gestão de um programa completo.

Enfim, esses aqui são apenas alguns cenários que podemos pensar para discutir esse tema que, hoje, é central para a democracia brasileira, que é a organização policial.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Passo a palavra ao Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, professor da Universidade Católica do Rio Grande.

**O SR. RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO**

– Boa tarde, Srs. Senadores. Boa tarde, público presente. Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite também para estar aqui nesta reunião.

Já foram destacados pelos que me antecederam a importância do tema e também o contexto em que esse debate acontece. E, por isso mesmo, eu vou aproveitar o meu tempo e o meu espaço com os senhores, centrando naquilo que o Cláudio já destacou, que é o tema do inquérito policial, da investigação criminal no Brasil, que é um tema sobre o qual eu tenho trabalhado. Temos uma pesquisa que foi publicada em 2010 sobre isso, coordenada pelo Prof. Michel Misse, da UFRJ, em que investigamos a investigação criminal em cinco capitais do Brasil – Porto Alegre, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife.

Por que eu vou destacar esse tema? Primeiro, eu acho importante reconhecermos que há um adensamento da pesquisa acadêmica, especialmente no âmbito das Ciências Sociais, sobre violência e segurança pública na última década. Se há alguma coisa que mudou nessa área é o fato de que as Ciências Sociais entraram nesse debate de uma forma mais decisiva, mais densa. E isso não significa que tenhamos respostas para os problemas colocados, mas significa que temos o diagnóstico. Ou seja, há hoje dados sobre como as polícias funcionam e qual é o resultado desse trabalho – e não só das polícias, mas de todo o sistema de justiça criminal. E, aí, nós temos que falar especificamente também no sistema prisional.

A segunda questão é que esse debate se torna cada vez mais importante, porque, na verdade, por trás desse debate, o que nós estamos discutindo hoje no Brasil é democracia. Se os crimes vão aumentar ou não vão aumentar... De fato, há polêmica sobre qual é o papel da polícia em relação a isso. No entanto, não há dúvida de que uma boa polícia é vital para a democracia, e nós não temos hoje no Brasil uma polícia satisfatória desse ponto de vista.

Por isso mesmo, o debate sobre a desmilitarização, que foi aqui pautado pelo Luiz Eduardo, é um debate fundamental. A relação da polícia com a socie-



dade brasileira é uma relação militarizada. Portanto, a questão não é a estrutura da polícia; a questão é como a polícia lida com o cidadão. E, aí, nós estamos falando em polícias militares, mas estamos falando também na polícia civil, porque a relação que as polícias estabelecem com a cidadania no Brasil é uma relação bastante complicada e que tem, nesse ponto, nesse conceito de militarização um elemento importante, mas que eu não vou poder abordar aqui – até pela questão de tempo.

Em relação à investigação criminal – e isso que apontamos nessa pesquisa que foi realizada alguns anos atrás –, eu vou rapidamente referir algumas das conclusões desses cinco pesquisadores. As pesquisas têm especificidades. Como já foi também aqui apontado, as polícias do Brasil são estaduais, são estadualizadas. Isso leva a diferenças regionais importantes. No entanto, há também pontos comuns. E essa pesquisa aponta alguns desses pontos.

Por exemplo, há um grande número de ocorrências policiais, um número absolutamente incompatível com a capacidade de investigação das nossas polícias, especificamente das polícias civis. Portanto, diante de uma situação como essa, o que faz o delegado? Ele escolhe, ele seleciona. E o nosso sistema é excessivamente seletivo. E essa seletividade não é controlada democraticamente, ela é algo que está absolutamente ao arbítrio do delegado de polícia.

Um segundo elemento é a desconexão entre as polícias militares, que fazem o policiamento ostensivo, e a polícia civil, que faz a investigação criminal. Já foi tocado, é um tema bastante conhecido e reconhecido pelas próprias polícias, e isso gera efeitos absolutamente deletérios do ponto de vista do esclarecimento de crimes. A polícia que tem contato com a ocorrência não tem responsabilidade nenhuma pela produção de dados que vão informar o processo penal. Isso é extremamente grave e, mais, isso é exclusivamente brasileiro – não há no mundo outra situação como essa, de uma polícia que não faz o ciclo completo de policiamento.

Um terceiro elemento, que é conectado com esse, é a importância do flagrante. As polícias brasileiras, a civil, especificamente, são excessivamente cartorária, excessivamente bacharelesca, no sentido de que ela está muito mais voltada para a produção de uma peça jurídica, que é o inquérito policial, do que para a realização de uma investigação criminal, que seria a sua tarefa enquanto polícia investigativa. Isso retira o foco dos fatos e coloca o fato na elaboração de uma peça que vai ser repetida pelo Ministério Público e que vai ser repetida pelo juiz, depois, na sentença.

Então, há um esforço que é duplicado, triplicado, e que não contribui para o esclarecimento dos casos. E,

portanto, as nossas polícias dependem do flagrante, e dependem, portanto, dessa conexão entre uma polícia que faz a metade do trabalho, e outra polícia, que faz a outra metade, sendo que há problemas entre elas para realizar a integração desse trabalho.

Ainda temos uma divisão interna nas polícias, o que se relaciona com o tema da dupla entrada, ou seja, nas polícias militares, uma entrada de soldados até sargentos; outra entrada, a dos oficiais, gerando uma desigualdade, no interior da polícia, que, na verdade, reproduz uma desigualdade social e acaba reforçando um padrão de atuação policial absolutamente também desconectado não apenas entre as instituições, mas no interior delas próprias.

E, na Polícia Civil, a mesma coisa. Agentes de polícia, escrivães entram por uma porta; delegados de polícia entram por outra. Não há uma carreira de polícia que valorize o trabalho da polícia, que é a investigação criminal.

O delegado faz concurso, é bacharel em Direito, é aprovado, vai para uma delegacia onde há um agente trabalhando há 20 anos, que sabe o que é investigar, que sabe como se faz esse trabalho. Mas, a partir daquele momento, ele é subordinado a um delegado de polícia que pouco sabe sobre isso. Essa também é uma situação que precisa e que merece atenção.

Tudo isso é o diagnóstico que foi produzido nessa pesquisa. Essas questões eu acho importantes porque, na verdade, se estamos aqui e fomos convidados para esta reunião, é porque, na verdade, há, por parte dos Srs. Senadores, me parece, reconhecimento da importância de que este debate e as deliberações que dele vão decorrer, do ponto de vista das decisões, em termos legislativos, precisa, de alguma forma, estar informado por aquilo que nós temos produzido há 15, 20, 30 anos, no Brasil, em pesquisas nessa área.

A partir da minha experiência, os três pontos que eu gostaria de, nesses três minutos que faltam, enfrentar, relacionados com esse diagnóstico, são: em primeiro lugar, a questão do ciclo completo. De fato, não vamos transformar isso com uma canetada. É preciso um processo de transição para que isso aconteça, mas nós já temos experiência, no Brasil, em relação a isso que é o termo circunstanciado. As polícias militares de vários Estados produzem o termo e encaminham diretamente ao Poder Judiciário.

No Brasil, isso acontece para crimes com pena até dois anos. Em outros países, onde não há essa divisão entre as polícias, em que uma faz uma parte e a outra faz outra do ciclo, existe também possibilidade como essa, de um procedimento abreviado. A Espanha tem o chamado procedimento abreviado, que é um procedimento simplificado de coleta de provas e

encaminhamento ao Poder Judiciário para crimes com pena até nove anos.

Então, por que, no Brasil, até dois anos? Por que não se amplia a competência das polícias militares para a produção dessa peça, desse conjunto probatório que vai informar, depois, o processo penal para crimes com pena até oito anos? Por que não? Por que o furto não está contemplado por essa possibilidade e exige que o policial militar leve alguém até a delegacia de polícia, fique lá uma, duas, três, quatro horas, saindo das suas funções para a produção de uma peça cartorária, que é a ocorrência policial?

Então, essa é uma questão importante, haveria outras questões envolvendo esse tema.

Relacionado com a ampliação das possibilidades de investigação por parte das polícias militares e dentro de um contexto de desmilitarização, que é, na minha opinião, o que está contido na PEC 51 – acho que é um bom início desse debate, porque propõe de fato alguns avanços nessa área – o outro tema importante é a formação. Quem vai fazer isso? Que policiais são esses, qual é a sua formação?

O fim da dupla entrada permitiria que estabelecêssemos como critérios para o ingresso na polícia, por exemplo, a exigência de curso superior. Curso superior em que área? O Rio Grande do Sul, por exemplo, meu Estado, aprovou uma lei, alguns anos atrás, em que os oficiais da Brigada Militar obrigatoriamente são bacharéis em Direito. Por quê? Por que a exclusividade da formação jurídica para o exercício das funções de polícia? Temos já no Brasil algumas experiências de cursos de graduação em segurança pública, por exemplo, que poderiam ser a porta de entrada para essas carreiras, mas precisamos pensar além disso. Nós avançamos na última década, parece-me que, desde a gestão do Luiz Eduardo, na Senasp; depois do Balestreri; atualmente da Regina Miki, muita coisa foi feita, mas, de fato, eu concordo com os colegas em que é preciso que agora pensem...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO** – ... numa mudança qualitativa. Isso passa, na minha opinião, em termos de formação, pela criação de uma escola nacional de polícia, ligada à Senasp, com caráter de especialização, onde todos os professores das academias e escolas de polícia nos Estados tivessem, obrigatoriamente, que passar por essa formação. Porque, com isso, poderíamos dar concretude ao currículo, concretude a uma idéia. Muitas vezes uma idéia é colocada no papel, mas, quando chega lá na ponta, nas academias de polícia, não funciona, porque os formadores, os professores das academias

não têm a formação necessária para se adequarem a essa matriz curricular.

Então, parece-me que já passou da hora de pensarmos em uma escola que poderia contemplar tanto essa questão da formação dos formadores, quanto a existência de um centro de pesquisa que pudesse, de alguma forma, fazer com que as pesquisas que têm sido feitas nessa área, muitas delas financiadas, inclusive, pela Senasp e pelo Ministério da Justiça, pudessem trazer resultados mais concretos do ponto de vista das reformas das polícias.

E, para concluir, um terceiro ponto que eu acho que é importante que se possa movimentar a partir desse debate é o tema da mediação de conflitos. Nós temos já no Congresso um projeto de lei que não tem tramitado, que está mais ou menos parado há algum tempo, que é o da justiça restaurativa, mas há experiências acontecendo nos Estados, algumas delas implementadas pelas Polícias Militares e pelas Polícias Civis, outras pelo Poder Judiciário. Portanto, parece-me que é necessário reconhecer a incompetência do Estado brasileiro para a administração de conflitos que acabam resultando em situações mais graves, em letalidade violenta; é preciso ampliar a capacidade do sistema de segurança e justiça criminal,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO** – ...administrar isso não apenas através do padrão tradicional, mas, também, a partir de um mecanismo de administração na linha do que seria uma justiça restaurativa.

Para concluir, eu queria apenas fazer referência ao fato de que ontem a ONU lançou um relatório a respeito da violência letal na América Latina, e esse relatório diz o seguinte: uma das principais lições apreendidas na região é que as chamadas políticas de mão de ferro não funcionam. A forte repressão policial e criminal muitas vezes coincidiu com altas taxas de criminalidade na América Latina.

Eu acho que esse é um bom ponto de partida, o reconhecimento da Organização das Nações Unidas do fracasso dessa ideia de endurecimento penal porque, na verdade, não é disso que se trata quando estamos discutindo reforma das polícias. Ao contrário, o que nós precisamos é de uma polícia cidadã, que respeite os direitos de cidadania. Nós precisamos, então, de alguma forma, implementar, seja na ponta, através de mudanças incrementais, seja a partir desse debate no Parlamento, através de uma reforma que me parece que somente aqui poderá ser feita e ter os resultados que nós esperamos que ela tenha.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo Azevedo. Passo a palavra agora ao nobre Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Duas certezas nós ouvimos aqui, Srs. Senadores, ilustres convidados. A primeira delas é de que algo precisa ser feito; essa é uma certeza. E a segunda certeza é de que não pode ser feito a canetada, como aqui foi utilizado; nós devemos respeitar os direitos dos profissionais da área de segurança, direito adquirido a regime jurídico; nós temos que pensar um pouco nisso inicialmente.

Eu, como relator desta Comissão, e os relatores das sub-relatorias, estamos analisando todas as proposições legislativas, sejam propostas de emenda à Constituição ou projetos de lei, e a sociedade brasileira pode ficar absolutamente tranquila. Nada será feito de afogadilho, porque temos responsabilidade, agora isso não significa, não é, Sr. Presidente, que ficaremos aqui deitados em berço esplêndido permitindo o que está a ocorrer na sociedade brasileira.

A questão da segurança deve ser tratada, como já fiz referência inicialmente, como uma questão de Estado, não uma questão deste Governo, para ultrapassar a existência temporal dos governos.

Feito esse preâmbulo, Sr. Presidente, tenho algumas indagações que vou dirigir a todos os convidados. Serei econômico nas perguntas para que possamos permitir que todos os Senadores possam participar do debate.

A primeira indagação: dados que foram divulgados aqui, notadamente, pelo Prof. Renato, dão conta de uma verdadeira guerra na República Federativa do Brasil, em razão do número de mortes pela violência, em razão do número de estupros, ofensa à dignidade, à liberdade sexual, que nós vimos nos dados que o senhor aqui nos trouxe.

A pergunta é: quais são os fatores que explicam essa situação absurda no Brasil? Dá-se a impressão de que apenas a estruturação das polícias brasileiras é parte dessa explicação, não é só a polícia, não é só o ciclo completo que vamos resolver isso. Gostaria de uma reflexão dos professores a respeito de denúncias criminais que não chegam ao bom termo, denúncias criminais mal elaboradas, não tratamos de eficiência em denúncias criminais, não tratamos de eficiência no processo, nas ações penais, o número de crimes praticados, que efetivamente chegam à autoridade policial, que são transformados, convolados em inquéritos policiais e, depois, transformados em denúncias, em ações penais e que, ao final da ação penal, não prescrevem ou que resultam em absolvição – porque aqui temos

uma possibilidade de absolvição que poderia ser uma condenação, por falta de eficiência. Eu gostaria que os professores, se pudessem, tratassem desse tema: a eficiência do inquérito policial, a eficiência da denúncia, a eficiência da ação penal, e a ineficiência como instrumento para que possamos perpetuar a violência e esse número estratosférico de crimes. Isso, sobre a baixa efetividade, o Prof. Beato já fez referência.

Outra indagação: em que aspecto a unificação das polícias diminuirá a corrupção policial? É realmente necessária essa unificação das polícias ou basta o compartilhamento de informações para o enfrentamento do crime? Não só com o compartilhamento de informações, mas uma academia única, um sistema de informações único, um sistema administrativo único, sem falar em unificação no sentido de desconstitucionalizar o sistema de segurança pública no Brasil.

Quanto ao resultado da unificação das polícias e a alteração do modelo de organização, em termos práticos, como seria a nova polícia surgida da unificação? Em termos práticos, seria interessante que pudéssemos falar sobre isso. Pode fazer uma análise a respeito de eventuais problemas dessa unificação? Uma adivinhação não seria possível, mas ao menos no conhecimento dos senhores, há alguns problemas que já poderíamos antever em cima disso.

Verificam-se, senhores, uma grande diferença entre a remuneração de agentes policiais nos diversos Estados brasileiros. Havendo Estados em que se nota uma diferença de remuneração inicial de quase três vezes, comparado com outros Estados.

O policial brasileiro ganha mal? Deve-se criar, como a proposta PEC nº 300, de 2008, que tramita na Câmara, um piso nacional de remuneração? Se ganha mal comparado com outros Estados, outros países parecidos com o nosso?

Quando o Prof. Luiz Eduardo Soares – é a última, Sr. Presidente – fez referência à desmilitarização da polícia, aqui não estamos falando só da Polícia Militar; nós estamos falando da pressão que existe sobre a polícia para ver o cidadão como seu inimigo, e o inimigo precisa ser eliminado, precisa ser dizimado, a militarização tem esse sentido. Porque uma parte da formação, por exemplo, da polícia de Nova York, leva-se em conta aspectos militares, e a polícia de Nova York mata bem menos que a polícia no Brasil. Quando se fala dessa militarização ou não, não estamos fazendo só referência à Polícia Militar, mas, sim, ao sentido que a polícia dá àquele que ela vê como inimigo, não como um cidadão. Daí essas pesquisas revelarem que o cidadão brasileiro não confia, tem medo da polícia.



São essas as primeiras indagações, Sr. Presidente. E eu me reservo voltar depois das respostas dos ilustres professores.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Vamos dar sequência.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu vou lhe dar a palavra.

Darei, aos Senadores presentes, a possibilidade de fazerem as suas indagações.

Senador João Capibaribe, digo, Capiberibe – Capibaribe é o nosso rio lá.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado.

Minha origem é da sua terra, Sr. Presidente. Meu sobrenome vem das lutas pela independência do Brasil quando o que havia de legítimo no País eram os indígenas. Então, a minha família trocou um nome de cristão novo por um nome indígena: Capiberibe.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Pedro Taques, senhores convidados, nós tivemos uma aula aqui com diagnósticos e com análises profundas sobre os problemas que nós enfrentamos com a segurança pública. Nós podemos afirmar que essa política fundamental para a sociedade brasileira está chegando com muito atraso. Pelo menos na reconstrução democrática, nós estamos chegando por último. Eu vejo os avanços nessa área com muita dificuldade.

Vejamos. A educação deu um passo decisivo quando se vincularam 25% das receitas dos Estados e dos Municípios e uma parcela importante do Orçamento da União. Então, houve a universalização da educação. Agora, nós estamos discutindo a qualidade.

Quanto à saúde, ontem, nós finalmente aprovamos a vinculação de receitas da União para a saúde. Aprovamos a vinculação de receitas dos Municípios, aprovamos vinculação de receita pública dos Estados e, apenas ontem, aprovamos a vinculação de receitas da União na área da saúde.

Como vamos fazer para financiar a segurança? Vejam que a educação é um serviço caríssimo, a saúde também, mas a segurança também. A segurança é muito cara.

Aqui, eu vou me estender um pouco na história. Vou tentar sintetizar o meu pensamento.

O Brasil republicano foi organizado por poucos e para poucos. Eu gostei muito quando o Prof. Rodrigo falou que o que estamos discutimos aqui hoje é democracia. Por quê? Porque nós vamos ver que, ao longo do século XX, a sociedade foi estabelecendo novas exigências. Como este País foi organizado por poucos e, claro, para poucos – e isso começa lá em 1891, com

a primeira Constituição republicana, que deixa de lado os analfabetos, proibindo o voto aos analfabetos –, a exclusão social que já vinha do Império aprofundou-se na República, porque quem não tem direitos políticos não tem como participar efetivamente e muito menos como reivindicar seus direitos na sociedade. Nós estamos duvidando das estatísticas de hoje, não é? Imaginem em 1891, quantos eram os analfabetos no Brasil? Seriam 97% ou 98%? Eles votavam no Império e que perderam os direitos políticos na República. Então, 2% ou 3% tinham direito a voto e tinham direito de constituir o poder político. Esses constituíram esse poder político que atravessou o século XX. Cada vez que a sociedade pressionava para ampliar sua participação, havia um fechamento político. O último de que nós temos memória é o de 1964. Quando o Brasil caminhava na direção das reformas, houve um golpe que durou até 1985 e que organizou a segurança pública que nós temos hoje. Daí, então, a militarização, porque o inimigo, para o golpe civil militar, era interno. Então, o aparelho de segurança que foi organizado era para combater o inimigo interno.

O Prof. Cláudio Beato disse que nós tivemos pouquíssimos avanços na área de segurança ao longo da reconstrução democrática. E isso é verdade. Mas não foi só nessa área. Também na memória do que nos aconteceu tivemos poucos avanços.

Estou discutindo isso porque presido uma subcomissão da Comissão de Direitos Humanos que trata da memória e tenho procurado o Ministro da Defesa e os nossos comandantes militares para debater sobre a memória, primeiro, internamente, porque não foram as nossas instituições que praticaram crimes, torturaram; foram indivíduos dessas instituições.

Então é necessário que as nossas Forças Armadas comecem a debater internamente o que de fato aconteceu lá atrás: 1964 não foi uma revolução, foi um golpe. Foi fechado o Congresso e quebrada a institucionalidade do País. Esse é o princípio que tem que ser debatido, tem que ser discutido.

Com base nessa construção de um Brasil para poucos, a educação era privilégio de poucos. A exigência foi crescendo e terminamos universalizando a educação. Com a saúde, a mesma coisa: está em expansão. O desejo, a pressão da sociedade faz com que o Estado apresente soluções. E agora é a hora da segurança pública.

Há várias propostas tramitando nesta Casa. É claro que falta um debate mais amplo. A instituição dessa comissão especial é fundamental, é muito importante.

Nós temos aqui a PEC nº 51, de autoria do Senador Lindbergh, que já sinaliza na direção de várias ideias que estão sendo propostas aqui por quem se

debruça sobre os problemas da segurança pública: desmilitarização, carreira única, uma polícia integrada, enfim.

Eu só vejo a dificuldade no financiamento da segurança pública.

Apresentei uma proposta que está tramitando aqui, na Comissão, a PEC nº 24, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

Na minha visão, o instrumento da política é o Orçamento. Sem o Orçamento não há política. Nós podemos produzir as ideias mais geniais aqui, mas se não identificarmos a fonte de financiamento dessas ideias nós vamos morrer na praia. E eu sei que estamos chegando atrasados.

Esse Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública busca recursos e os vincula, mas de uma maneira solidária. Como vamos prover esse Fundo com recursos? Com o IPI sobre venda de armas e munição. Uma parcela do IPI, que a lei haverá de determinar em algum momento sobre venda de armas e munição, também o ICMS, porque assim se vincula a União e o Estado, além do ISS pago pelas empresas de segurança privada.

Nós teríamos assim, forçosamente, uma integração em termos de receita e, com certeza, uma integração na política de segurança. Nós teríamos a oportunidade de acenar com uma política nacional de segurança pública, porque já teríamos a fonte de financiamento.

Há outras fontes. Nós definimos 3% do lucro líquido dos bancos. Eu acho que isso é um desatino, mas vamos tentar. Os bancos, na verdade, necessitam de segurança pública, até porque você não encontra um soldado da Polícia Militar na periferia das nossas grandes e pequenas cidades, mas encontra na porta dos bancos. Ora, se os bancos necessitam de segurança, então você estabeleceu estes 3%, depois, há mais outras fontes de recursos, 50% sobre o produto da venda de bens arrecadados de corruptos, contrabandistas, então, iriam para esse Fundo, que hoje vai para a vala comum. Nós haveríamos de dar uma destinação específica. E também toda uma série de critérios na hora da distribuição desses recursos.

Seriam ideais 5% da receita líquida da União? Agora, qual é o governo que vai aceitar, se ontem nós tentamos ampliar de 15% para 18%, não avançou na área da saúde? Então, acho que talvez seja necessária a contribuição de todos, para que a gente defina uma fonte segura de financiamento.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Porque, como nós acompanhamos os

recursos orçamentários atribuídos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, e eles foram decrescendo na medida em que há um aperto no Governo, é normal que o Governo haja desta forma. Com um fundo institucional, nós teríamos, pelo menos, uma segurança de que esse recurso estaria garantido, como está garantido hoje o da saúde e o da educação.

Eu acho que esse é um aspecto. Do mesmo jeito que foi criado, inicialmente, o Fundef, criado a partir de uma lei federal que vinculou recursos municipais e estaduais para a educação. Aqui não, nós já estamos criando uma vinculação solidária, com uma parcela que me parece não vai causar grandes transtornos à União, aos Estados e aos Municípios, com alguns critérios, inclusive, que retribuem àqueles Estados que contribuem mais, para que recebam mais do Fundo.

Enfim, eu acho que esse debate poderá nos levar a uma política de segurança pública, dentro dessas preocupações normais. Eu acho que não se muda da noite para o dia. Eu fui governador do meu Estado. Nós implantamos uma política de segurança, integrando a nossa Polícia Militar à comunidade, fundindo esse policiamento com a vontade de que a comunidade tem de viver em paz, e os resultados são realmente fantásticos: queda nas ocorrências, a redução da violência salta aos olhos. Então, este é um projeto premiado pela ONU, inclusive, nós recebemos um belíssimo prêmio em função desse projeto de integração, porque não basta a ocupação.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – É necessário que, além da presença, que custa dinheiro, esse é o limitante hoje de ter uma segurança pública para o conjunto da sociedade brasileira, o limitante é recurso, porque não é possível ocupar, da forma como nós vemos o Rio de Janeiro, o Brasil todo. Quando eu falo do Brasil, eu falo do Brasil urbano, eu falo do Brasil rural, porque a violência não está apenas concentrada no Brasil urbano, nas periferias urbanas, está espalhada também no meio rural brasileiro.

Portanto, eu gostaria também de saber a consideração dos nossos convidados a respeito dessas ideias que todos aqui compartilhamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com a palavra o Senador Osvaldo Sobrinho.

Agora, eu gostaria de pedir aos Senadores que nós fôssemos um pouco mais econômicos nas perguntas, porque, daqui a pouco, vai ser aberta a Ordem do Dia, a votação da Emenda à Constituição sobre o voto aberto. Além disso, ainda vamos ouvir os palestrantes.

Então, com a palavra S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Palestrantes, na verdade, estamos em uma encruzilhada em que não sabemos para onde ir.

Eu acredito que as esperanças são pouquíssimas, ou quase nada, com relação às atividades essenciais do Estado. E o Brasil precisa definir o que ele quer: se quer ser o Estado empresarial ou o Estado social, porque fazer tudo ao mesmo tempo é não fazer nada. Está aí a parte estrutural do País arrebitada – estradas, portos... O Brasil não aguenta 1% de crescimento a mais, estoura tudo, arrebita tudo. Os portos são velhos, as estradas são velhas. Aliás, nós sempre fazemos opção pela situação mais difícil. O Brasil tem hidrovias, que são mais baratas, ferrovias um pouco menos baratas, mas nós queremos estradas, porque estrada gasta mais e o negócio é mais violento.

Então, é muito difícil sobrar recurso para fazer o social. Eu, desde o período da Constituinte nesta Casa, não sei se acertadamente ou erradamente, mas ou vamos reformar o Estado por dentro ou não teremos aquilo que o cidadão precisa do Estado.

O Estado, nas suas funções essenciais, falha em todas. Não temos segurança, não temos escola, educação e não temos saúde. Essa é a grande verdade. Por quê? Porque querem fazer tudo ao mesmo tempo. As privatizações de estradas e as concessões não caminham ou, se caminham, é muito lentamente. E é obrigação. O empresário pode fazer e tem dinheiro no sobrando para isso. Na hora que nós temos que fazer com o dinheiro da arrecadação, que é essencial, nós não fazemos. A educação é de péssima qualidade, somos bitributados por isso, pagamos a educação que seria o comum para ter educação pública de boa qualidade, no entanto, temos que pagar escola particular para os nossos filhos porque o Estado não dá conta.

Com a saúde é a mesma coisa. Basta ir a um pronto-socorro em Cuiabá para ver que a situação parece um campo de guerra. Já fui em vários lugares onde estão em guerra, por exemplo, na Intifada Palestina é muito menos ruim do que o pronto-socorro de Cuiabá hoje.

E, aqui, vemos acontecer com a segurança a mesma coisa. “Ah, mas não tem financiamento para esse negócio!” E não vai ter mesmo. Não teremos mesmo, porque os recursos que poderiam ser empregados nessa área não são. A verdade é esta.

E aqui essas três áreas são essenciais, são prioridades em qualquer discurso, em qualquer discurso elas são prioridades. No entanto, quando dizem: “Vamos aprovar o negócio para...”, “Ah, mas não tem o dinheiro, não pode deslocar dinheiro dessa área...”

Não pode porque aí vai mexer...”. E vai ser dinheiro de onde? Tem que sair do Orçamento. E as coisas que o Estado não precisa fazer, manda outro fazer, porque assim vai sobrar dinheiro para o negócio, senão vamos ter sempre essa situação.

Dias atrás eu falei aqui sobre a educação, falei sobre a saúde e agora sobre a segurança pública. Diga-me qual o policial – a não ser que seja imbecil, mas acredito que ele não é – que vai enfrentar o que tem enfrentado no Rio de Janeiro sabendo que qualquer coisinha que olhar para o bandido ele vai preso e o bandido fica solto. Diga-me! Fala-se para o policial: “Vem para cá”, ele vem para cá. Por quê? Porque ele sabe que não tem segurança nenhuma. Ele está trabalhando numa insegurança total, numa insegurança total.

Os direitos humanos do bandido são muito mais fortes do que os direitos humanos do policial. Essa é a grande verdade.

Então, temos que fazer a opção do que queremos. Outro dia um bandido deu uma entrevista dizendo que o Estado já havia perdido para eles há tempo, porque enquanto o Estado age com uma “espingardinha”, eles agiam com armas com laser, com não sei quê. E é verdade. Portanto, precisamos saber que o que vamos fazer.

Palestras são dadas todos os dias, todos os momentos, fala-se muito da parte organizacional, da parte jurídica, quanto a parte do arcabouço jurídico nós temos até bastante, mas o que falta é atitude política, vontade política para resolver o negócio. Não adianta os belos discursos, os pontos de vista, porque se não investirmos nessa área e nas outras duas, não vamos chegar a lugar nenhum.

A reforma do Estado é importante. Fazer uma nova polícia? Pode ser o caminho. Mas não é fácil porque também encontra resistência corporativista.

Então, Sr. Presidente, este Estado leviatã que nós temos é um Estado que vai engolir a todos nós, porque daqui a pouco não sabemos aonde vamos. E vai continuar aumentando as grades em nossas casas, a prisão domiciliar nossa e os bandidos soltos nas ruas. É apenas uma constatação e não uma pergunta que quero fazer.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Obrigado, Senador Osvaldo Sobrinho.

Passo a palavra agora ao Senador Lindbergh Farias.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu queria começar parabenizando o Senador Pedro Taques, porque eu acho que ele acertou em antecipar, em fazer esta audiência pública no dia de



hoje, já que, de fato, a notícia foi alvissareira quando nós encontramos aquele artigo na *Folha de S. Paulo*, no jornal de domingo, há 15 dias, se não me engano, dos senhores e do Prof. José Luiz Ratton também. Aquilo ali abre a perspectiva de começarmos a discutir a possibilidade de um acordo nacional que coloque esse tema da reforma das polícias na pauta do próximo período, inclusive do próximo período político das eleições que vamos ter no próximo ano.

Os senhores sabem que eu apresentei a PEC nº 51, não é segredo para ninguém que foi orientada pelo nosso Prof. Luiz Eduardo Soares. Então, eu estou muito satisfeito com o debate que está acontecendo aqui nesta Casa e fora a partir da PEC nº 51.

Sinceramente, o que a gente tem de discutir aqui a possibilidade de construir um acordo neste Parlamento e um acordo nacional sobre esse tema da reforma das polícias.

A PEC nº 51 é a base, é a largada, mas eu acho até que pelo Relator e o sub-Relator do tema, Senador Pedro Taques e Humberto Costa, respectivamente, são Senadores que têm capacidade de fazer a boa política, de escutar todas as partes, de negociar, de construir um texto a partir disso que está sendo apresentado aqui nesta Comissão de Segurança.

Eu acho, Senador Humberto, que você, digo o senhor – sou amigo pessoal do Senador Humberto Costa –, que vai fazer esse primeiro trabalho, como em várias outras matérias de que o senhor foi Relator, como a discussão sobre a saúde, vai ter esse papel, que, eu diria, é um papel central ao ouvir todas as partes.

Eu vejo um clima, Luiz Eduardo, como nós nunca tivemos. Está maduro na sociedade esse tema da desmilitarização, por exemplo, da Polícia Militar. Sinceramente, nos debates de que tenho participado no Rio de Janeiro sobre esse tema, senti que existe uma grande aceitação do tema pela sociedade. A sociedade sabe que é preciso fazer alguma coisa. E quero dizer aos senhores aqui também no Parlamento, no Senado... Nós temos, aqui, muitos ex-governadores, inclusive eu conversava com o Senador Blairo Maggi, que foi ex-governador de Estado, que disse que do jeito que está não pode ficar. Vários Senadores aqui que têm perspectivas, como o Senador Pedro Taques, no futuro, além de vários candidatos a governador futuramente, e todos nós, aqui, nós debates, chegamos a uma conclusão: temos que enfrentar esse tema. Não dá para ficar do jeito que está. Temos que avançar.

No caso do Rio de Janeiro, a gente acompanha a luta com a implantação das UPPs, mas, se não avançarmos na reforma das polícias, não haverá por onde seguir.

Por fim, acho que o primeiro passo dessa grande negociação, Senador Humberto Costa, passa pelo debate dentro das polícias.

Eu comecei. Por exemplo, fui conversar com os delegados da Polícia Federal que, no começo, estavam totalmente resistentes ao projeto, às bases do projeto. Nós estamos falando de desmilitarização, de ciclo completo e de carreira única. Mas acho que é um caminho na conversa com os delegados da Polícia Federal, um caminho em que você faça um projeto que seja misto, que você reserve uma parte das vagas para entrada por concurso de delegados da Polícia Federal e outra parte para aqueles que venham com a progressão, com concurso interno de títulos...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) –... – claro –, e exista a possibilidade de ascensão na carreira. Isso é fundamental até para unificar as polícias, que estão completamente divididas.

Então, sinceramente, eu acho que com os delegados da Polícia Federal é possível.

Na Polícia Civil, que tipo de negociação temos que fazer com oficiais da Polícia Militar? Aqui há muita confusão, Senador Pedro Taques. Na proposta, como foi apresentada, ninguém está falando na obrigatoriedade de unificação das polícias. Não. Cada Estado vai tomar sua decisão de como fazer. Cada Estado vai ver o seu melhor arranjo. Eu, sinceramente, se fosse dar uma opinião sobre o Rio de Janeiro, no caso concreto, eu trabalharia com a lógica de uma ex-Polícia Militar de ciclo completo; a Polícia Civil, em vez de você tentar juntar, você poderia fazer uma Polícia Civil de ciclo completo ligado principalmente ao combate ao crime organizado, e você poderia abrir a possibilidade, inclusive, de criação de uma polícia municipal com característica de polícia comunitária, que poderia resolver um problema no Rio de Janeiro, por exemplo, de sustentabilidade das políticas das UPPs. Este é um debate: até quando vamos ter policiais para ocupar todas as comunidades?

Nós temos uma cidade como Macaé, que recebe bilhões de *royalties* de petróleo, que tem um problema: 210 mil habitantes. Por que Macaé não pode ter uma polícia municipal que tenha também essa característica de fazer o trabalho comunitário, de fazer também uma lógica de UPPs ali?

Então, cada Estado pode fazer o seu arranjo. Sinceramente, eu estou fazendo essa fala longa para dizer o seguinte: eu sei que há muita gente aí fora olhando e dizendo: “Será que vai sair alguma coisa nesta Comissão? Ou será mais uma Comissão em que se vai apenas discutir sem nada prosperar?”

Eu queria dizer aos senhores, aos quatro, que são grandes formadores de opinião nesse tema, que nós temos condições de avançar. Eu acho isso possível a partir desta PEC nº 51, mas fazendo os ajustes que têm que ser feitos, Prof. Cláudio Beato, construindo regras de transição, mostrando que nenhum trabalhador vai perder os seus direitos. Isso está claro também na nossa PEC, mas deixando isso muito claro. Há condições de se construir um acordo. Eu começaria por esse acordo dentro das polícias, mostrando aos delegados da Polícia Civil, aos oficiais, Porque se a gente consegue aqui fazer uma concertação, esse projeto, o trabalho que vai sair desta Comissão pode virar, sim, um trabalho que seja a base de um grande acordo nacional, envolvendo a sociedade e os partidos políticos. Eu acho que o momento propício é esse.

Então, eu quero que os senhores, que estão aqui neste dia, não encarem essa vinda apenas como mais uma, mas sim, que há possibilidades.

E eu acredito muito nesses dois Senadores. Nós estamos falando aqui de dois dos melhores Senadores da República. Eu acredito nessa capacidade deles. Quero ajudar nessa construção também. Mas eu acho que esta Comissão estaria dando grande contribuição ao País, porque a sensação entre todos na sociedade, agentes políticos também, atuais governadores, futuros governadores, ex-governadores, nós, é que do jeito que a coisa está, a situação está incontrolável, fugiu de qualquer possibilidade de continuar dessa forma.

Então, é assim que eu encerro a minha intervenção. Interessa-me muito, depois em conversas particulares, saber quais seriam as possibilidades de discutirmos uma proposta de acordo, de transição? O que é que pode facilitar, digamos assim, a costura dessa concertação? Isso porque também estou convencido de que esse projeto só vai à frente se a gente tiver essa capacidade de fazer a boa política também de ceder e construir um projeto possível de ser abraçado por todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Eu vou passar a palavra agora aos expositores, pedindo a eles brevidade também. Eu vou dar cinco minutos, com tolerância, para que possam responder a essas perguntas.

Vamos começar, então, pelo Dr. Luiz Eduardo Soares.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Aliás, tolerância é o que nós precisamos nesse debate, não é?

**O SR. LUIZ EDUARDO SOARES** – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Faço alguns comentários sobre as reflexões e as questões suscitadas pela intervenção do Senador Pedro Taques.

A respeito dos fatores que explicam essa situação no Brasil, eu diria que eles são tantos e tão complexos – e o senhor conhece tão bem essa matéria – que talvez nós tivéssemos que ir longe demais para uma discussão consistente a esse respeito. Portanto, se o senhor me permite, eu tomaria a liberdade de driblar esse desafio para me concentrar num dos fatores, que é relevante – tenho certeza que o senhor concorda –, que é a atuação policial, as dificuldades da atuação policial e tudo aquilo que decorre da própria estrutura organizacional das polícias. Esse é um dos fatores concorrentes, um dos fatores que contribuem para os problemas que nós temos, deixando os outros aos colegas ou para outra oportunidade.

O senhor observe que nós temos cerca de 8% de esclarecimento dos homicídios dolosos, que são os crimes mais graves. Aqueles que são apenados, que recebem sentenças por esses crimes constituem 12% da nossa população penitenciária. Há um problema, portanto, de prioridade de foco, de capacidade de enfrentar o que é decisivo. Isso aponta para as dificuldades relativas às investigações.

Eu, quando discuti o problema do Ministério Público, a PEC nº 37, eu dizia: “Do ponto de vista da filosofia jurídica, eu tenho uma série de pontos de acordo com os críticos do Ministério Público.” Mas aqui se trata de uma urgência, de uma emergência nacional. São bem-vindas todas as instituições que possam contribuir, porque nós estamos perdidos diante da impunidade relativamente aos crimes mais graves, aqueles que mais nos desafiam. É impossível que num cenário como esse, em que nós temos só 8% de esclarecimento, que nós possamos abrir mão de quaisquer recursos institucionais e de apoio no sentido de ampliar as defesas da sociedade em operações da Justiça. Isso já é, digamos, um argumento muito pragmático, mas que me parece ser razoável numa situação assim desafiadora.

A Polícia Militar tem contribuído para reprodução das desigualdades sociais, projetando essas desigualdades na população carcerária, na população penitenciária. Também o Sistema de Justiça Criminal, o Ministério Público, a Polícia Civil, todos dão a sua contribuição a esse engenhoso processo de reprodução das desigualdades no Brasil. Essa situação é muito complexa.

Mas por que a Polícia Militar o faz? Não é por má vontade de nenhum operador. Nós temos agentes da melhor qualidade, profissionais competentes, esforçados, movidos pelo sentimento de equidade e respeito à legalidade, mas porque, de fato, essa estrutura hie-

rárquica, com concentração decisória, na divisão de ciclo de trabalho policial, induz um determinado tipo de procedimento. Que procedimento, Senador? O Governador liga às 6 da manhã para o Comandante-Geral, o Comandante-Geral liga às 6h01 para o Comandante do Estado-Maior... Aliás, o Governador liga para o Secretário; o Secretário para o Comandante da PM, depois para o Comandante do Estado-Maior e, às 6h15, cada um em volumes crescentes e com uma linguagem mais áspera, mais rude, conclamando seu inferior imediato a tomar providências, porque é uma questão que emerge na mídia e que mobiliza politicamente todos.

E, nesse momento, o que é que se faz, quando se pede produtividade à Polícia Militar, se quer prisão? Não está discutindo redução de criminalidade e de violência. Nós não temos critérios...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LUIZ EDUARDO SOARES** –... e mecanismos, de fato, de redução, de controle, de avaliação dos mecanismos de funcionamento institucional, não é essa avaliação. O que se busca é a prisão, a resposta mais imediata. E como prende a Polícia Militar? Também não é por qualquer vocação autoritária intrínseca ao ser militar, não. Na divisão de ciclo, cumpre à Polícia Militar fazer o trabalho ostensivo preventivo e operar por flagrante. Só pode prender, salvo, claro, se a Polícia Civil orientar através de autorização judicial ou se houver uma operação integrada. Mas, no dia a dia, tanto que nós temos os dados, a imensa maioria dos presos é em flagrante delito. Isso significa o seguinte: quem é que é caçado? Quem está na mira desse radar que opera com audição, com visão, com a percepção mais imediata nos territórios vulneráveis. E quais são esses? Os negros, os pobres, aqueles que se adequam ao perfil predefinido pelos preconceitos que expressam as desigualdades brasileiras. Então, nós temos que radar? O radar que reproduz a identificação do provável suspeito em territórios vulneráveis, que são aqueles objeto do investimento prioritário.

Isso tem a ver com o modo de funcionamento como mecanismo, independentemente, até certo ponto, inclusive da política criminal e da política de segurança. Não inteiramente, mas em parte.

Portanto, a estrutura, Senador, é claro que a orientação militar, a ideologia, a ideia do inimigo, isso se expande para além da Polícia Militar, e isso é muito problemático, isso vai envolver muitas mudanças que não são inclusive só aquelas que derivam de um novo ordenamento institucional legal. Essas são mudanças da sociedade da cultura também. No entanto, a estrutura organizacional com concentração decisó-

ria e com essa rigidez hierárquica torna o policial na ponta, não aquele agente que é o gestor local da segurança pública capaz de pensar, analisar, mobilizar recursos intersetoriais, não, mas um operador, uma máquina que obedece, que cumpre ordens que provêm de uma área,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LUIZ EDUARDO SOARES** –... completamente distante da concretude, da especificidade daqueles desafios locais. Então, me parece que um dos fatores que conduzem às nossas dificuldades tem a ver, sim, com o ciclo do trabalho, com a natureza da carreira que não pode funcionar. Não sendo carreira única, a instituição não tem coesão interna. Ela não funciona porque há uma divisão de ciclo entre as duas polícias estaduais e não funciona internamente porque há uma rivalidade interna e um óbice ao investimento, à identificação com a instituição, com respeito inclusive hierárquico, porque uma hierarquia é natural, digamos assim; a outra é aquela natural porque provém da distribuição por tempo de trabalho, competência, qualidade etc. Tudo isso marca profundamente a ação.

Só muito brevemente eu gostaria de dizer, e eu comecei a minha fala dizendo isto, que todos os direitos, todos eles têm de ser respeitados. O Senador Lindbergh dizia isso a respeito da sua PEC nº 51. Nós temos de respeitar,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LUIZ EDUARDO SOARES** –... sempre, todos os direitos em qualquer processo de transição.

Segundo, isso tem que ser feito com muita prudência – eu dizia isso também, Senador, estou reiterando porque o Cláudio, com razão, chamou a atenção para isso, e eu acho que não fui enfático o suficiente –, então, tudo isso tem que ser feito com muita prudência, com amadurecimento, com muitos anos e com negociações estaduais, porque as adaptações são estaduais, dependem de circunstâncias que são sempre locais, são sempre distintas. Não pode haver um modelo nacional até do ponto de vista da transição. Isso tem que ser negociado Estado por Estado. Eu digo a transição, mesmo que houvesse um destino pré-definido, a negociação Estado por Estado tem que se dar. As carreiras são diferentes nos Estados.

Como promover essa integração? A longo prazo. Nós estamos falando de vários anos, portanto, de um processo que não é autoritário, e não é um “Fiat”, que não é grosseiro no sentido de uma ação única.

Eu acho que o piso nacional é muito importante. Era uma velha proposta que deve ser sempre contemplada, mas não está presente agora, nesse momento. O que seria polícia nova, para mim, seria justamente



aquela que o Senador Lindbergh descreveu. Eu imagino – é claro, cada Estado, a partir dos critérios de tipo criminal e territorialidade – sempre...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LUIZ EDUARDO SOARES** —... a desmilitarização. Cada Estado optaria por um caminho próprio, até porque o Acre é muito diferente de Rio e São Paulo. Eu ia até fazer referência aqui ao Amapá, à importância do trabalho do Senador Capiberibe, do Sérgio Andréa, trabalho importantíssimo que acompanhei, mas há sempre os limites, em função da camisa de força imposta pelo 144.

Portanto, concluindo, se tivermos em mente que...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. LUIZ EDUARDO SOARES** —... é uma federação, que deve haver adaptações, mas que princípios gerais são do ciclo completo da desmilitarização da carreira única, nós, talvez, possamos, com esse respeito às interlocuções, com as adaptações necessárias, dar um passo muito importante, porque tudo isso é muito desafiador.

O Senador Pedro Taques fez a última pergunta, que acho decisiva: “E os problemas? Que problemas adviriam daí?” Eu diria que provavelmente, muitos. Muitos, nós nem seríamos capazes, hoje, de conceber. E nós temos de ter humildade para reconhecer a complexidade, a dificuldade desse desafio.

No entanto, tenho uma convicção: qualquer que seja o risco, a incerteza, se nos mantivermos no *status quo* será sempre muito pior, porque, se eu não conheço o futuro, e acho que ele pode ser muito problemático, eu conheço o presente, e digo que ele é mais do que problemático: ele é insustentável.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Obrigado, Dr. Luiz Eduardo.

Com a palavra agora o Dr. Renato Sérgio.

**O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA** – Obrigado, Senador.

Para tentar, de forma bastante rápida, refletir junto com as indagações e não repetir algumas observações que o Luiz Eduardo fez, eu diria, partindo da fala do Senador Lindbergh, que a grande questão aqui não é perder direitos, mas, sim, ganhar direitos. Acho que, se pensarmos o sistema de Justiça e, sobretudo, o sistema policial brasileiro, ele é perverso, porque, como os dados mostraram, tanto as polícias brasileiras matam muito, mas morrem muito, então, isso ocorre exatamente porque os policiais brasileiros também não estão incorporados no rol, por exemplo, do art. 5º da Constituição. E, ao mesmo tempo, nós

temos que o serviço prestado faz com que as polícias não garantam o art. 5º para a população.

Então, acho que esta é uma questão fundamental: o padrão precisa mudar.

Para tentar responder às indagações do Senador Capiberibe, estes R\$61 bilhões gastos com segurança pública representam 9% da arrecadação líquida de impostos – da União, dos Estados e dos Municípios. Esse valor muito dificilmente conseguiremos aumentá-lo. Porém, alguns exemplos mais radicais, mas para terem uma ideia: precisamos ter helicóptero da Polícia Civil e helicóptero da Polícia Militar? Precisamos ter helicóptero da Polícia Federal, avião da Polícia Federal e da Rodoviária Federal? Nós não podemos ter uma academia, como sugeriu o Rodrigo? Hoje, por exemplo, há uma série de cursos de formação de segurança privada – essa é uma atividade privada –, que poderia ser fornecida pelas academias de polícia, aumentando o controle dessa atividade, que poderia remunerar e criar o fundo de desenvolvimento e alimentar o fundo de desenvolvimento.

Quando se fala em financiamento da segurança, isso não significa mais dinheiro. Com certeza, também, mas se trata da qualidade do gasto.

Com certeza, muito do diagnóstico que fizemos aqui hoje mostra que conseguimos gastar provavelmente um pouco mais apenas, mas com muito maior impacto se a gente pensar na reforma do modelo de organização das polícias brasileiras. Como a gente melhora a investigação, como a gente articula melhor os entes Federados – União, Estados e Municípios. A União aumenta o dinheiro do Fundo Nacional de Segurança Pública, os Estados que estão sufocados por questões fiscais, tiram o dinheiro e aplicam-no em outra área. Ou seja, é uma questão. Como é que a gente vincula recursos ou não. Enfim, eu acho que mais do que premente, vale a pena louvar a iniciativa da Comissão, porque, por trás do debate sobre financiamento da segurança pública, o que percebemos aqui é que, sem mexer na forma como nós organizamos a atividade policial, aproveitando as experiências bem-sucedidas para que nos sirvam de exemplo de como otimizar a alocação de recursos, sejam eles financeiros, sejam eles humanos, sejam eles logísticos ou do contrário... A mesma forma de fazer policiamento no Acre, no Amapá, é a mesma, por exemplo, de fazer no Rio? Hoje tem que ser. Mas a questão é que, muitas vezes, a gente pode aplicar melhor os recursos disponíveis.

Aí eu chamo a atenção, Senador Pedro Taques, para a sua reflexão sobre como integrar ou unificar. O Brasil fez uma série de tentativas, na verdade, muito menor do que imaginamos, de integração das Polícias Civil e Militar. Até mais ou menos 2010, 2011, eram oito

tentativas no País, em que se fazia a integração operacional das academias e de uma série de atividades. No limite, o que acontece? Isso funciona enquanto o governador está no cargo, enquanto ele quer. Basta sair, os antagonismos e as rivalidades retornam.

A gente não cria uma cultura organizacional de cooperação e de articulação enquanto a nossa arquitetura institucional, na verdade, fomentar a disputa. Eu acho que o grande debate não é a unificação, não é a integração; na verdade, é como a gente articula diferentes instituições. Se tivermos duas, três, quatro, dez polícias, isso vai depender da realidade local, mas o mais importante é, quando a gente fala de ciclo completo, empoderar as polícias, os policiais, para que eles consigam prestar um serviço de boa qualidade. Hoje, sem nenhuma retórica, o serviço prestado não é de boa qualidade. É culpa do policial na ponta? Não, muito pelo contrário. É culpa de um sistema que é caro, ineficiente e que deixa muito pouca margem para investimento em inovação. Nós reproduzimos uma máquina burocrática que, na prática, está sem rumo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Obrigado, Dr. Renato, inclusive pelo tempo.

Passo a palavra ao Dr. Cláudio Beato Filho.

**O SR. CLÁUDIO BEATO FILHO** – O Renato tocou num assunto em que o Senador João Capiberibe já havia tocado, que é a questão do financiamento da segurança pública. De fato, é um tema crucial.

Ao mesmo tempo, chamo atenção para o paralelo que existe entre a área de saúde e a área de educação.

Eu gostaria de chamar a atenção porque, na verdade, essa área de segurança pública, talvez, além de ser a área menos desenvolvida, é a área que mais mal gerida do Estado brasileiro. A gestão dela que se tem... Essa duplicação de recursos, você compra um helicóptero aqui, tem que comprar outro ali; se você faz uma coisa ali, constrói um quartel ali, tem que fazer... Quer dizer, isso é um desperdício, uma duplicidade de recursos que poderiam ser muito mais bem utilizados. Isso para não falar, inclusive, na capacidade de gastar o dinheiro que tem.

Antes, eu acho, até de a gente pensar em aumento do financiamento de segurança pública, vamos pensar na quantidade de dinheiro que o próprio Governo Federal devolve, que não consegue gastar, a quantidade de dinheiro que os Estados não conseguem gastar em relação à segurança pública. Ou seja, falta um outro ingrediente aí, que é fundamental, que é a capacidade de gestão, que tem a ver com a qualidade de pessoal que está na Administração Pública dos Estados para

lidar com os problemas de segurança, que é completamente diferente da área de saúde.

Se a gente pensar na área de saúde, por exemplo, eles têm um mecanismo de controle muito maior que é moldado através de uma qualificação de profissionais que vão trabalhar com aquilo; o repasse de recurso não é automático, pelo contrário, é uma contrapartida de uma outra informação que é dada pelos Municípios. Enfim, você tem aí uma série de mecanismos e, talvez, o principal deles, que eu acho que é o que falta muito na área de segurança, é prestar contas do que se faz, *accountability*, que é a prestação de contas daquilo que se está fazendo perante a sociedade.

A área de segurança não tem isso. A gente não tem prestação de contas, por exemplo, se está subindo, descendo. Dá um barulho na imprensa, mas você não tem efetivamente, por exemplo, uma penalidade na forma de repasse de recursos financeiros e coisas desse tipo. Talvez essa seja uma das grandes revoluções gerenciais que a gente tenha, porque, na área da saúde, se você tem um crescimento da mortalidade infantil ou de outros indicadores, provavelmente todos serão responsabilizados ali, desde as administrações municipais até as estaduais e federais. No caso da segurança não, parece que é um naturalismo, enfim, aconteceu um acidente. Então, a gente tem de introduzir. Eu acho até que nem seria o caso de pura e simplesmente aumentar os recursos de criação de fundos sem isso estar condicionado a um mecanismo de *accountability*, de prestação de contas de como esses recursos vão ser utilizados e vão ser feitos lá na ponta. Hoje, acho que esse é um dos grandes dramas dos governadores de como acertar esse controle, inclusive como relação às polícias que, muitas vezes, são verdadeiras caixas-pretas administrativas que você tem dentro dos Estados, com muito pouco grau de controle.

Aí eu entro num outro tema interessante, do que seria essa unificação. O Luiz Eduardo chama a atenção para a gente ter várias possibilidades, vários arranjos de unificação, que seriam de extrema importância serem estudados, porque com a unificação pura e simples a gente criaria um exército maior dentro dos Estados. Você não controla duas polícias. Uma, só gigantesca, sem o devido controle... Talvez a gente tenha de pensar em possibilidades diferentes, em polícias regionais, multiplicar com o ciclo completo, mas ter essa multiplicação. Por que isso? O que aconteceu quando se fez a unificação pura e simples, como no Peru? A Polícia Civil sumiu. A Polícia Militar, que era mais estruturada, organizada, tomou conta da nova organização e a Polícia Civil sumiu. Agora, eles estão tentando reverter essa situação.

Chamando a atenção novamente para esse aspecto em relação à violência, é verdade, a violência tem muitos aspectos, mas tem um aspecto que é inseparável da violência no Brasil: é o fato de ela estar ocorrendo em lugares pobres, matando pessoas pobres, em comunidades pobres. Não dá para fugir disso. Não quer dizer que a pobreza... Durante muito tempo os acadêmicos ficaram discutindo, dizendo que a pobreza não era a causa do crime, mas é. Na verdade, você não tem uma situação de violência que seja separado da desigualdade, da exclusão territorial que temos nas grandes cidades, você tem um problema urbano, associado à questão da pobreza. Dentre as características do problema urbano tem uma coisa muito simples, que é a capacidade que essas comunidades têm de exercer o controle no interior delas próprias. Isso depende fundamentalmente do apoio do Estado e principalmente da ação das polícias conjuntamente com essas comunidades locais. É o que não temos. Ou seja, nesse sentido, o Senador João Capiberibe tocou num assunto fundamental: nós temos uma desigualdade, em relação à segurança, que é brutal no Brasil. É o que costume dizer: casa grande e senzala. O nosso problema é que a violência está localizada na senzala. Quando ela ultrapassa para a casa grande as pessoas começam a se movimentar. Agora, enquanto está vitimando aquela quantidade de pessoas pobres... Então, é um somatório de coisas nas quais a polícia tem um papel muito importante, mas também nós temos de começar a pensar no nosso modelo de desenvolvimento urbano, de exclusão territorial, que gerou esse tipo de situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Obrigado, Sr. Cláudio Beato Filho.

Com a palavra o Sr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo.

**O SR. RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO** – Srs. Senadores e demais presentes, eu gostaria de, primeiro, agradecer a todas as colocações que foram feitas. Queria chamar atenção para o ponto que foi tocado pelo Senador Lindbergh, que é o fato de que o que nos trouxe aqui foi um artigo que publicamos na *Folha de S. Paulo*, que tem, no seu título, a palavra “pacto”. Ou seja, nós, de fato, como pesquisadores e cidadãos, temos as nossas posições, as nossas diferenças, as nossas proximidades, e todos nós reconhecemos que a situação é grave, em matéria de violência e segurança pública no Brasil, e reconhecemos que há acúmulo suficiente para que possamos pensar em alguns pontos de consenso, que podem movimentar essa estrutura a partir desse momento. Acho que isso é o que nós temos.

Eu queria acrescentar que por trás dessa ideia de pacto, existem alguns elementos que são necessários. Na verdade, não há um consenso geral na sociedade brasileira sobre o que fazer. Nós temos interesses corporativos, nós temos diferentes visões políticas a respeito da segurança pública e, portanto, não há um consenso. Mas entre nós, pesquisadores, e acredito que aqui também no Parlamento é possível caminhar numa direção que tenha como foco a democracia, ou seja, o respeito aos direitos humanos, individuais e sociais de todos, sejam criminosos, sejam vítimas de crimes; sejam policiais, sejam as vítimas.

Por isso, eu acho que um elemento importante que eu gostaria de desenvolver a partir das questões levantadas pelo Senador Pedro Taques é que nós precisamos reconhecer que a fórmula do endurecimento penal está esgotada, porque essa é a fórmula que nós vimos adotando até agora. Nós aumentamos penas, nós criamos novos crimes, nós debatemos a redução da idade de responsabilidade penal. Isso é o que nós temos feito, e isso não tem dado resultado. O resultado, na verdade, dessa opção é que nós temos hoje 550 mil presos no Brasil e temos uma carência de 210 mil vagas. Então, a legitimidade de propor endurecimento penal no Brasil está absolutamente descartada. Não é legítimo para o os Estado brasileiro propor isso se ele não garante as condições carcerárias.

Nós temos o problema da impunidade, com certeza, e os homicídios são a face mais gritante dessa situação. Por isso mesmo, na verdade, nós precisamos discutir o sistema como um todo. Quando se discute reforma das polícias, nós estamos discutindo polícia, justiça e sistema prisional. Nós precisamos colocar o foco sobre a criminalidade violenta, sobre os homicídios, e talvez seja essa a tarefa principal das Polícias Civis, que já têm uma estrutura voltada para a investigação e que poderia ser mais bem aproveitada nesse sentido desde que nós ampliássemos a possibilidade de as Polícias Militares desmilitarizadas atuarem também na investigação criminal para crimes de menor complexidade.

Por isso, eu concordo com o Senador Lindbergh no sentido de que, se nós estamos tratando aqui de um pacto – a PEC nº 51 é a base desse pacto, ou seja, nós temos que ter um ponto de partida –, nós precisamos fazer uma moratória em qualquer proposta de endurecimento penal e trabalharmos na dimensão da reforma da estrutura das polícias e da justiça criminal. Se daqui a 10 anos nós tivermos feito essa reforma, as coisas estiverem funcionando de outra maneira, e aí a sociedade brasileira chegar à conclusão de que é preciso endurecer pena, endurecer o sistema, o.k.; daqui a 10 anos.



(*Soa a campanha.*)

**O SR. RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO**

– Mas vamos fazer uma moratória e vamos pensar a reforma dessa estrutura que não está funcionando. E uma polícia que não dá conta das suas atribuições, evidentemente, não permite que se pense em alternativas onde na lei se endurece, mas, na prática, o resultado é seletividade penal, é criminalização da pobreza e não é, de forma nenhuma, a redução da criminalidade, que é o que nós temos feito nesses últimos anos, nas duas últimas décadas, da Constituição de 1988 para cá.

Um tema importante dentro dessa perspectiva, e que foi tocado pelo Senador Capiberibe, é o tema da prestação de contas em relação ao período militar. A questão da Comissão da Verdade, a questão de que nós possamos, como sociedade, passar a limpo o que foi feito pelas polícias no Brasil em favor de um regime autoritário, isso é fundamental. No dia de hoje está sendo exumado o cadáver do Presidente João Goulart, e isso é um marco histórico importante para a sociedade brasileira.

Mesmo que alguns possam não acreditar, eu tenho entrevistado policiais, a grande maioria deles preocupados com a situação, querendo que a sociedade brasileira tenha uma percepção melhor da polícia; uma avaliação melhor, e por isso estão abertos a um debate sobre a qualificação da polícia, mas há policiais até hoje que dizem: “Nós não podemos atuar contra o crime porque a Constituição de 1988 amarrou as nossas mãos e agora o criminoso tem mais direitos do que nós”. E isso é a base para que as coisas, de fato, não funcionem.

Portanto, é necessário que o Estado reconheça os crimes que foram praticados; reconheça que esses crimes têm consequências...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO** –... até hoje nos temos tortura em delegacias; até hoje nós temos uma polícia excessivamente violenta, e isso precisa ser passado a limpo. E é preciso que sinalizem – o Senado, o Parlamento, o Executivo – que isso não é aceitável em uma sociedade democrática.

O tema da unificação das polícias já foi tocado pelos colegas, acho que não é o caso de desenvolvê-lo. Mas, na verdade, na minha opinião, a PEC andou bem nesse sentido de que a questão não é unificar. A questão pode ser até, pelo contrário, de ampliar as possibilidades de estruturas policiais, inclusive municipais, mas que tenham o ciclo completo, e chamando a atenção para a ideia, também apresentada aqui pelo Senador Lindbergh, do papel das guardas municipais, que até hoje não foi normatizado. A Constituição é

extremamente restritiva em relação a isso. É preciso avançar. E talvez sejam elas as estruturas mais adequadas para o conceito de policiamento comunitário no Brasil, que vem sendo praticado pelas Polícias Militares, mas com uma série de dificuldades estruturais de concepção e de implementação dessas políticas, que são sempre eventuais e acabam não sobrevivendo com mudanças de governo e de comando.

Esse é um outro tema que, na minha opinião, resolve, de alguma maneira, o debate sobre unificação ou não. Na verdade, o tema da formação é um tema em que se pode avançar mais em termos de unificação, mas as estruturas podem ser mais fragmentadas.

E, por último, acho importante chamar a atenção, aqui no debate, para um tema que não é exatamente o da reforma das polícias, mas está conectado com toda essa discussão, que é o da política de drogas.

Nós tivemos uma reforma da lei de drogas em 2006, essa reforma abrandou a situação em relação ao usuário, e endureceu em relação ao tráfico. O efeito disso é que nós temos, nos presídios, hoje, do Brasil, mais de 30% de presos que são pequenos traficantes, que são mulas do tráfico internacional, que são pequenos vendedores de droga que passam cinco anos na cadeia. Se essa é uma alternativa para lidar com o mercado da droga, parece-me que é um debate que não pode mais ser adiado, porque é disso que se trata quando nós falamos em superlotação carcerária, em redução da criminalidade, mas também das suas estruturas em termos de facções criminais que se disseminam hoje na estrutura carcerária, com todos os efeitos que isso tem em termos de corrupção também das estruturas policiais. E nós não podemos adotar a postura da avestruz, que é de não olhar para isso e pensar apenas no tema da droga, de ser contra ou a favor da droga, porque, na verdade, não é disso que se trata quando se coloca o tema da política de drogas hoje no Brasil.

De fato, o tema é complexo, as opiniões são diversas, mas parece-me que a ideia do pacto e o ponto de partida que a PEC nº 51 estabelece são coisas que talvez nos coloquem uma esperança de que as coisas, a partir de agora, possam avançar.

E eu me coloco à disposição do Senador Taques, do Senador Humberto Costa, dos demais Senadores, para elaboração do relatório, para fornecimento de apoio e dados com que nós possamos, de alguma forma, contribuir, porque me parece que esse é um debate central para o futuro da democracia no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo.

Eu vou passar a palavra, agora, ao nosso Relator, Senador Pedro Taques, e pedir aos demais Senadores

que permaneçam, porque nós temos três requerimentos para serem aprovados.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, serei muito rápido.

Um ponto que penso deveria ser também tratado é a questão dos dados, a estatística. Dizem que existem três tipos de mentiras: a mentira, a mentira deslavada e a estatística.

No Brasil, nós temos estatísticas que são furadas. Precisamos encontrar um sistema de uniformização das informações. Esse ponto precisa ser também debatido.

Outro ponto: prende-se muito no Brasil. Agora, será que nós não estamos prendendo mal? Prende-se mal. Pessoas que estão fora e que deveriam estar presas, e aqueles muitos que estão presos e deveriam estar fora. Portanto, vejo não de forma absoluta o número de presos, mas, sim, o tipo de presos que existe no Brasil. Prende-se muito. Eu sou Relator do projeto do Código Penal e nós temos, no Brasil, 1.715 mil tipos penais, em 115 leis especiais, além do Código Penal. Isso significa que prendemos muito, mas prendemos mal. E há pessoas que estão presas e que não poderiam ali estar em razão de outras penas, não só privativas de liberdade. Esse ponto eu gostaria também de ressaltar.

Outro ponto: a respeito dos gastos. Daqui a pouco não teremos mais condições de aumentar o orçamento para a segurança. A questão não é a quantidade que se gasta, mas a qualidade e como se gasta. Vai chegar a um momento em que a tecnologia não poderá mais ser superada. Nós vamos ter todos os avanços tecnológicos; as polícias terão maior número e os melhores carros, armamentos e instrumentos, mas a questão não é o quanto se gasta, mas como se está gastando, a qualidade desses gastos. Esses três temas merecem também uma maior reflexão.

No mais, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a presença dos ilustres convidados e dizer que eu, como Relator, me senti contemplado em vários temas. E nós vamos nos socorrer dos senhores em outras oportunidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Vamos apreciar aqui os dois requerimentos.

#### **REQUERIMENTO Nº 17, DE 2013 – CTSEGPUBL**

**Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a aprovação do seguinte ajuste ao cronograma de trabalho:**

Relator Geral: Senador Pedro Taques

Sub-Relatores:

Proteção ao Cidadão e à Vítima, Relator: Senador Armando Monteiro;

Financiamento da Segurança Pública, Relator: Senador Eduardo Braga;

Estrutura da Polícia brasileira, Relator: Humberto Costa;

Defesa Civil, Relator: Eunício Oliveira; Regulamentação de Atividades Potencialmente Nocivas à Segurança dos Cidadãos e outros temas, Relator: Sérgio Souza.

Cronograma sugerido:

Prazo para os Sub-Relatores entregarem seus relatórios: 20 de dezembro de 2013;

Prazo para o Relator Geral apresentar o seu relatório: 3 de fevereiro de 2014.

É este o requerimento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

#### **REQUERIMENTO Nº 16, DE 2013 – CTSEGPUBL:**

**Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal [ambos os requerimentos são do Senador Pedro Taques], o convite, a ser oportunamente realizado, às pessoas abaixo indicadas para as audiências públicas da Comissão Temporária que trata das proposições a respeito da segurança pública no Brasil. Destaco que o presente cronograma foi elaborado tendo em vista diversas sugestões recebidas para o bom andamento dos trabalhos.**

Seguem os nomes indicados: Carlos Alberto David dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; Elias Müller da Silva, representante da Federação Nacional de Entidades Militares Estaduais; Martha Mesquita da Rocha, Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia; Michel Misse, orientador do Núcleo de Estudos em Cidadania e Conflito Urbano da UERJ; dois representantes do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia; dois representantes do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, quero agradecer as presenças... Antes, porém, de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 5ª Reunião da Comissão.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos, particularmente a dos nossos expositores. Foi, sem dúvida, uma reunião muito proveitosa para todos nós.

Convido a todos para a próxima reunião, que se realizará no dia 20 de novembro, às 14h30min, no Plenário nº 19.

Declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 44 minutos.)*

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

**COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO  
ATS Nº37, DE 2013, COM A FINALIDADE  
DE ANALISAR OS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO  
NO SENADO FEDERAL QUE TRATAM DE  
SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL,  
BEM COMO DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES  
PARA O SEU FINANCIAMENTO**

**ATA DA 8ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião realizada em 20 de novembro de 2013, às quatorze horas e quarenta e seis minutos, no Plenário 2, Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a Presidência do Senador **Pedro Taques** e com a presença dos Senadores: **Armando Monteiro, Flexa Ribeiro e Humberto Costa**. Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senadores: **Vital do Rêgo, Lindbergh Farias, Eduardo Braga, Lobão Filho, Eunício Oliveira, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza e João Capiberibe**. Esteve presente, ainda, o Senador não membro, **Eduardo Suplicy**. Na oportunidade, foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: **Martha Mesquita da Rocha**; Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil; **Anderson Aparecido dos Anjos Garcia**, Presidente Regional do Centro-Oeste do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil; **Jorge Luiz Xavier**, Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF; **Michel Misse**, Professor

da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; **Luis Antônio de Araújo Boudens**, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais e **Jânio Bosco Gandra**, Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis – COBRAPOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Boa tarde a todos!

Investido *ad hoc* para o ato da Presidência desta Comissão, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Temporária criada pelo ATS nº 37, de 2013, com a finalidade de analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de segurança pública no Brasil, bem como de debater e propor soluções para o seu financiamento.

Registro a presença aqui de S. Exª o Senador Armando Monteiro, digno representante de Pernambuco.

Conforme convocação, esta reunião destina-se à audiência pública sobre o tema “Estrutura da Polícia Brasileira”, com a participação dos seguintes convidados, que, desde logo, convido para compor a Mesa: Drª Martha Mesquita da Rocha, Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil – seja bem-vinda! –; Dr. Anderson Aparecido dos Anjos Garcia, Presidente Regional do Centro-Oeste do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, digno delegado da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso; Dr. Jorge Luiz Xavier, Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal; Michel Misse, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Luis Antônio de Araújo, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais; Dr. Jânio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis.

Desde logo, agradeço a presença dos ilustres convidados e ressalto a importância desta audiência.

Eu, como Relator desta Comissão – sou o Relator-Geral; existem as relatorias temáticas –, exercendo neste ato a Presidência, confio muito na fala dos senhores e tenho a compreensão de que os senhores trarão contribuições significativas para a segurança pública no Brasil.

Vale dizer que falar em segurança pública é falar em cidadania, é falar no cidadão. Por isso, esta audiência se fundamenta nesses tópicos.

Assim, sem maiores delongas, passo a palavra à Drª Martha Mesquita da Rocha.

A senhora terá 15 minutos. O tempo de 15 minutos será contado, e, quando faltarem 60 segundos, soará a campainha. Mas a Presidência será tolerante em razão da importância do tema.

A palavra está com a senhora.

**A SRª MARTHA MESQUITA DA ROCHA** – Boa tarde a todas e a todos!



Eu queria, inicialmente, cumprimentar o Senador Pedro Taques e, em meu nome pessoal e em nome do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia, agradecer a oportunidade de estar aqui, nesta tarde, debatendo essa questão tão importante.

Quero me apresentar como uma policial civil, com 30 anos de carreira, hoje ocupando o cargo de Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Na verdade, a proposta do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia é uma breve – ainda que breve – reflexão sobre esse tema tão importante. Partindo dessa reflexão, eu queria lembrar que a Polícia Civil é uma instituição bicentenária. A Polícia Civil chega ao Brasil a partir da chegada da Família Real, a partir da chegada de Dom João VI ao Brasil.

Se fôssemos estudar a história da Polícia Civil ao lado da história brasileira, eu acho que, desde já, nós poderíamos fazer algumas reflexões. E, se pensarmos no momento em que estamos hoje, acho que não temos dúvida de que vivemos em um Estado que precisa de uma polícia republicana.

E o que é a polícia republicana? Qual é esse conceito de polícia republicana, que a Polícia Civil tanto defende no exercício da sua função? A polícia republicana é aquela que tem autonomia. A polícia republicana é aquela que não tem intervenção política. A polícia republicana é aquela que faz o gestor entender que essa política de segurança pública tem que ser uma política de Estado, e não uma política de governo. Vale dizer que os resultados que se pretende alcançar devem ser pautados num planejamento estratégico, e esse resultado não pode e nem deve estar obrigatoriamente vinculado a um período eleitoral. A polícia republicana é aquela em que os seus pares podem, por exemplo, escolher o diretor-geral ou o chefe da Polícia Civil, a exemplo do que acontece com outras instituições do mundo jurídico.

Então, na verdade, para se alcançar essa polícia republicana, eu concordo que tenhamos que passar por um processo de transformação, em que essa instituição cada vez mais se veja não como uma polícia do Estado, mas sobretudo como polícia do cidadão. E, se polícia do cidadão, será uma polícia, por exemplo, comprometida com a eficiência, com a eficácia, com os valores éticos, com a garantia dos direitos constitucionais e com respeito ao cidadão.

Eu quero dizer, Senador, que, em qualquer lugar ou em quase todos os lugares deste País, deste País de dimensão continental, não haverá, por certo, o atendimento a uma demanda que não seja, por exemplo, pela Polícia Civil. Eu costumo dizer que a delegacia de polícia não tem portas. Vale dizer que a qualquer hora do dia ou da noite haverá ali um instrumento da

Polícia Judiciária. É por isso que, muitas das vezes, o balcão de uma delegacia, o primeiro atendimento de uma delegacia pode não ser necessariamente um atendimento de natureza policial, mas é aquele instrumento, é aquela ferramenta, é aquele equipamento que está disponível naquele momento para o cidadão.

Então, buscar essa polícia republicana, com certeza, é fazer interferência nos mais diversos segmentos da Administração Pública. Eu me permito dizer que a política será importante na dimensão exata da rubrica financeira que será destinada a essa política.

Não adianta nós pensarmos: “Vamos enaltecer a educação, vamos enaltecer a saúde, vamos enaltecer os mecanismos de fortalecimento da cidadania, os mecanismos de inserção social”. Nenhum direito, nenhum direito poderá ser exercido sem a garantia do direito à segurança pública. Então, o direito à segurança pública é, talvez, o mais importante dos direitos, porque é ele que garante, efetivamente, as conquistas que são trazidas à colação, seja para a Constituição, seja para um outro tipo de legislação. Aí eu fico me perguntando: se temos tantos ministérios, por que não temos um ministério de segurança pública? Nós estamos discutindo o dividendo do pré-sal, mas não foi pensado para a segurança pública qualquer tipo de financiamento que pudesse ser garantido dali.

Eu acho que está na hora de pensarmos exatamente – e aí foi a conquista da saúde e da educação – em ter, minimamente, uma estrutura financeira definitiva e obrigatória ao gestor, para que ele invista em segurança pública. Do contrário, essa decisão é uma decisão do gestor. E mesmo sendo uma decisão do gestor, eu acho que está na hora de a sociedade civil dizer, de um lado, que polícia deseja ter, mas nós policiais temos que ter o direito e o dever de dizer que polícia queremos ser. E a polícia que nós queremos ser é essa polícia que, neste País de dimensão continental, tenha garantida, minimamente uma rubrica e um percentual da arrecadação para a segurança pública, a exemplo do que acontece com a educação, a exemplo do que acontece com a saúde.

Porque, quando tudo falhou – desculpem-me pela verdade –, eu chamo a polícia. Quando a educação falhou, quando a família falhou, quando o sistema de políticas de inserção social não foram capazes de gerir, aí sim, a intervenção da polícia. Não é à toa que a Constituição da República diz que segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. Essa responsabilidade passa em vários segmentos do poder. Ela passa pelos Municípios, que deveriam agir de forma mais efetiva em relação à prevenção primária. Nós estamos vivenciando o problema do uso do *crack*. E não serão as forças policiais que irão resolvê-lo.

Obrigatoriamente, teremos de ter ao nosso lado outras ferramentas, outras políticas públicas.

Neste momento eu queria me permitir trazer para a discussão uma pergunta: o que nós desejamos? Nós desejamos apenas mudar ou aperfeiçoar nossas instituições? Mudança pela mudança, o poder da lei pela lei, por si só, não propiciará a transformação de que precisamos. Antes de pensarmos em mudanças, eu acho que temos que pensar em aperfeiçoar. As polícias não têm uma lei geral das polícias. A Polícia Civil, por exemplo, não tem. Na verdade, de que precisamos? Nós precisamos, sim, dessa linha mestra que seja a lei geral das polícias, que fale da autonomia financeira, que fale da escolha do delegado geral ou do chefe da Polícia Civil, que fale da questão das carreiras, que fale do financiamento dos projetos que existem e que sejam da competência das polícias. Podemos ver que o tema ainda é embrionário, embora seja de tanta relevância e talvez o tema mais democrático – perdoem-me a ironia –, porque atinge a todos, pobres e não pobres, escolarizados e não escolarizados, qualquer que seja a etnia ou a situação financeira. É interessante como ainda não há nada minimamente estruturado.

Então, Senador, eu acho que a nossa primeira fala é no sentido de que se aproveite este cenário em que estamos tendo a possibilidade de ouvir diversos segmentos, mas que tenhamos a ousadia de entender que precisamos de tempo para refletir, que tenhamos a ousadia de entender que este País é continental e que não será uma ordem de cima para baixo que vai fazer com que tudo aconteça da mesma forma em todos os recantos do País. A Polícia Civil tem encargos que não lhe são devidos. Hoje, muitas de nossas delegacias ainda abrigam presos. E lugar de preso não é em delegacia. Primeiro, se formos olhar sob o aspecto dos direitos humanos, o preso tem direitos que devem ser respeitados. E não será numa delegacia, numa estrutura não adequada para o cerceamento da liberdade, que esses direitos serão respeitados. Preso consome um terço do quantitativo de uma delegacia para custódia dele. Se eu estou tomando conta de preso, eu não estou investigando. Se eu estou tomando conta de preso, eu não posso exercer o mister que me é devido pela Constituição Federal, que é a apuração das infrações penais.

Hoje há uma diversidade. As polícias se movimentam de acordo com aquele momento político que se vive. Essa é a verdade.

Se a gente olhar para a história, a gente vai dizer que ora eu quero uma polícia que bate, prende e arrebita, ora eu quero, como alguns gostam de dizer, uma polícia que respeite os direitos humanos, como se fosse possível hoje, diante do manto constitucional

que nós temos, pensar no exercício da função de polícia judiciária sem o respeito aos direitos humanos, sem as garantias individuais.

Então, por que somos assim? Somos assim porque não trabalhamos com estratégias. Somos assim porque não trabalhamos com planejamento em longo prazo. Somos assim porque estamos limitados, muitas das vezes, pelo período eleitoral. E uma conquista eleitoral não necessariamente pode ser uma conquista política, no sentido de *polis*, no sentido daquilo que interessa ao cidadão.

Então, já começando a encerrar porque eu não quero ser assustada pela campanha, eu quero dizer que este talvez seja o momento, como nós mulheres gostamos de dizer, mais fértil para as nossas instituições, para que haja, definitivamente, um alinhamento entre a vontade da sociedade civil e as instituições, porque nós também somos integrantes desta sociedade, desta sociedade que é injusta – e aí vamos combinar que o policial não vem de Marte nem de Vênus, o planeta do amor –, desta sociedade que é preconceituosa, desta sociedade que não é solidária, desta sociedade que é desigual.

Então, Senador, seria muito importante que a reflexão que demanda todas essas indicações legislativas pudesse ter um período de dilatação exatamente do tempo dessa reflexão, da maturação, entendendo, primeiro, a envergadura do tema que estamos discutindo e, diante disso, a importância deste tema. Segundo, entendendo a dimensão deste País. Terceiro, entendendo o momento histórico que se vive no Senado, de poder efetivamente se debruçar, mas se debruçar com lucidez, se debruçar com clareza, se debruçar com tempo, se debruçar vivenciando e investindo na análise e não algo que se faça a tempo e a hora, tomado, muitas das vezes, por um sentimento de emergência. E uma boa investigação é aquela que não dá ouvidos ao tempo e não ouvidos aos ruídos. Uma boa investigação é aquela que é silenciosa e detalhista.

Então, com base na minha vida como policial civil, eu gostaria de sugerir aqui – e vou encerrando para que os nossos colegas do Conselho possam complementar a nossa fala – que essa reflexão que hoje já se iniciou nesta Casa, nesta respeitável Casa de lei, que neste momento tem esta tarefa tão importante, se faça não a tempo e a hora, mas se faça no tempo certo, na medida certa da importância do tema sobre o qual nós estamos debatendo nesta tarde.

Obrigada. Foi um prazer estar com todos os senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Dr<sup>a</sup> Martha Rocha, pelas reflexões aqui trazidas.

Consulto o Senador Armando Monteiro se, como Presidente, com a concordância de S. Ex<sup>a</sup>, diminuir o tempo de 15 para 10 minutos. Peço escusas aos demais componentes da Mesa por fazer isso, mas é para que possamos ter debate depois da fala de todos.

V. Ex<sup>a</sup> concorda, Senador?

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB – PE) – Absolutamente de acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado.

Assim, peço desculpas aos ilustres convidados, mas vamos diminuir o tempo para 10 minutos. Nós estamos falando muito em tempo aqui, mas vamos debater com mais tempo daqui para frente.

Passo a palavra ao Dr. Anderson Aparecido dos Anjos Garcia, presidente regional do Centro-Oeste do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia. O Dr. Anderson Garcia é um culto e competente delegado do Estado do Mato Grosso, que nos honra com sua presença aqui.

V. S<sup>a</sup> tem 10 minutos.

**O SR. ANDERSON APARECIDO DOS ANJOS GARCIA** – Obrigado.

Primeiramente, eu queria agradecer ao senhor, Senador Pedro Taques, pelo convite, pela oportunidade, e, na pessoa do senhor, cumprimentar todas as autoridades aqui presentes.

Falar de segurança pública no nosso País ao mesmo tempo em que é difícil eu entendo que é fácil. Fácil de falar. Difícil é às vezes a gente encontrar uma saída num consenso, numa responsabilidade diante do cenário histórico e atual que a gente vive.

Primeiramente, Senador, eu gostaria de falar sobre perseguição criminal, que é justamente o caminho pelo qual se busca a punição daqueles que transgridem a lei. E a Polícia Judiciária do Brasil faz parte desse contexto. É o primeiro ponto, é o pontapé inicial, é onde tudo se inicia para que aqueles que transgridem a lei sejam responsabilizados pela nossa Justiça e, se for o caso, é uma questão de cumprimento de pena.

Há alguns paradigmas, Senador, sobre os quais também é bom falarmos um pouco, somente para tirar alguns ranços, algumas dúvidas que causam, como, por exemplo, a questão de qual é a filosofia, qual é a finalidade da pena, se é ressocialização, se é punição. E aí a gente cai no pensador, no filósofo Michel Foucault, que dizia que, quando se encara a pena como punição, a forma de proceder é diferente de quando se encara a pena como ressocialização.

E isso eu digo porque isso recai também sobre os nossos trabalhos policiais. Como bem disse a Dr<sup>a</sup> Martha Rocha, nossa Presidente do nosso Conselho Nacional, as delegacias não são lugares para presos.

Em alguns Estados do Brasil, isso ainda ocorre. E ocorre, Sr. Senador, por uma questão histórica. Lá atrás, quem cuidava de delegacias, de presos, melhor dizendo, reeducando-os, eram justamente delegados de polícia, a Polícia Judiciária Civil do Brasil. Hoje as coisas mudaram, muita coisa caminhou, muita coisa evoluiu.

Então, o caminho da perseguição é muito importante, a Polícia Civil está dentro desse contexto da perseguição, não podemos perder isso de vista, mas a sociedade progride, evolui, e ela tem um dinamismo muito forte.

Com isso, Sr. Senador, nós temos de ver alguns princípios, alguns critérios que julgo importantes neste momento em que estamos debatendo aqui, no Congresso Nacional, nesta Casa de Leis, no Brasil todo, a respeito da questão da estrutura das polícias.

O primeiro ponto, como já foi bem dito pela Dr<sup>a</sup> Martha Rocha, é a questão da autonomia. Eu tenho 26 anos de Polícia, já integrei três polícias civis brasileiras: fui policial no Estado de São Paulo durante dez anos; fui policial em Minas Gerais; hoje sou policial em Mato Grosso há 16 anos, 17 anos. E fico pensando sobre essa instituição que é de Estado. Ela não é de Governo, ela é de Estado, ela tem de ser encarada como sendo de Estado, porque polícia existe no mundo desde que a sociedade começou a viver em coletividade. As pessoas começaram a se reunir, vivendo, e já começa a existir a figura do guardião, a figura daquele que promove a segurança como um todo do grupo, da sociedade, da coletividade, do Estado propriamente dito. Então, essa figura de polícia vai existir, e posso até mudar o nome, mas a figura, essa essência dela vai existir enquanto o gênero humano viver em sociedade! É eterno. Não há como fugirmos disso.

E a Constituição de 1988, Sr. Senador, sabiamente, vem dizer que fazem parte, integram a segurança pública do Estado, do País, da Nação, e elenca algumas instituições, entre elas, a Polícia Civil. A Polícia Civil está lá. Então, ela é uma instituição de Estado. As políticas públicas que ela implementa através do seu planejamento estratégico têm de ser duradouras. Elas não podem ser momentâneas. Não pode haver solução de continuidade. Elas têm de ser perenes. Elas têm de seguir, para que possam alcançar resultados.

E eu fico imaginando às vezes como é que pode, para uma instituição que é constitucionalmente reconhecida, que tem um poder e uma missão, uma função social de altíssima relevância, de uma importância ímpar, a maioria dos Estados, às vezes, não conseguir dizer quem vai ser o seu chefe ou mesmo até, através da eleição da lista tríplice, do voto dos seus pares, de tudo, “não, é esse aqui, vamos funcionar dessa forma”.



Eu fico pensando, às vezes, como pode uma instituição, Sr. Senador, não ter, às vezes, autonomia orçamentária ou financeira. Ou seja, ela não consegue elencar suas prioridades. Como gestor, eu sinto, às vezes, essa dificuldade, e tenho certeza de que os pares também sentem. Como ela pode não ter essa autonomia, às vezes, orçamentária para dizer assim “não, espera um pouco; neste contexto histórico, neste momento atual, eu necessito de investir em obras, na construção de delegacias, em prédios apropriados, para que os direitos humanos, depois, não digam que a cela não está condizente ou que não se está atendendo bem a população porque ela não tem nem onde se sentar... Então, essa autonomia, essa gestão tem que estar nas mãos da instituição. Se houver um mau gestor, ele vai responder no Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas vai delegar. Nós possuímos mecanismos de defesa, em nível de União, de Governo.

Eu penso, às vezes, também, na questão de uma modificação, como bem disse a nossa Presidente, Martha Rocha, numa questão de modificação no que tange à construção ou criação de uma nova instituição ou mesmo a ampliação de funções de outras instituições ou de outros órgãos no que tange a isso. A pergunta que eu sempre faço é esta. Às vezes, no Brasil, há uma política, uma filosofia de “olha, as coisas não estão dando certo; vamos jogar tudo fora e construir o novo”. Mas a roda foi inventada lá atrás, para não dizer que foi na pré-história, e a gente só vem aperfeiçoando essa roda. Nós não criamos outra. O fogo foi criado lá atrás e nós vimos aqui aperfeiçoando o seu uso, a sua utilização.

Então, eu também acredito num aperfeiçoamento institucional, com a questão da Lei Geral das Polícias, onde você tem uma diretriz, um Conselho Nacional de Polícia Judiciária que pode estar inserido, Sr. Senador, dentro dessa Lei Geral. Um Estado democrático de direito, a meu entender, não existe sem uma polícia independente, autônoma ou forte. Não existe. O sociólogo Ricardo Balestreri dizia, Sr. Senador, que a polícia é um pedagogo social. A polícia é o primeiro distribuidor dos direitos humanos na sociedade, na coletividade. A polícia tem um papel primordial e tem que ser fiscalizada, sim, apesar de toda essa autonomia, porque foi delegado às polícias judiciárias, Sr. Senador... E V. Ex<sup>a</sup> tem pleno conhecimento, pela profissão que exercia antes de ingressar no Legislativo, como professor que eu conheço e admiro muito pelo conhecimento, de que a polícia judiciária é a instituição que coloca um cidadão atrás das grades, que, em outras palavras, cerceia o direito, básico, do cidadão à liberdade sem julgamento do mérito, que é o caso da prisão em flagrante delito.

Obrigado, Senador, pelo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Dr. Anderson.

Antes de passar a palavra ao terceiro convidado, registro, nesta audiência, a presença de representante da Guarda Municipal de Planaltina, em Goiás, de representante da Guarda Municipal de Pernambuco, de Minas Gerais, de São Paulo, do Presidente da SOS Segurança da Vida, uma ONG, o Sr. Maurício Domingues, e também do Sr. Manoel Sansão, 2º Sargento, policial militar reformado, Vice-Presidente da Associação dos Polícias e Bombeiros Militares do Distrito Federal.

Sejam todos bem-vindos.

Passo a palavra ao Sr. Jorge Luiz Xavier, Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal.

**O SR. JORGE LUIZ XAVIER** – Boa tarde, Senador Pedro Taques; muito obrigado pelo convite.

Na pessoa de V. Ex<sup>a</sup>, cumprimento os demais componentes da Mesa.

Senhoras e senhores, se somos convidados a falar em uma audiência pública, Senador, embora eu agradeça o convite, nós temos que vir para falar, na minha opinião, o que tem de ser dito. E a primeira coisa que precisa ser dita é que, lendo aqui as razões, a contextualização e as finalidades desta Comissão Temporária, vemos que ela está fadada a chegar a lugar algum – desculpem-me a franqueza. E por quê? Porque se excluíram daqui os dois temas que são os mais relevantes para a segurança pública: o primeiro deles é a questão prisional, que já está sendo discutida por outra Comissão; e o segundo é o da legislação penal e processual penal, que também é discutida por outra Comissão. Sem tocar esses dois temas, não vamos chegar a lugar algum. Se quiserem fundir as polícias ou picar a polícia em cinco, seis, sete ou oito frações, ou fazer como a polícia americana, criando cinco mil polícias, ou como a polícia uruguaia, ainda assim, não vamos chegar a lugar algum.

E por quê, Sr. Presidente? Porque o problema central da segurança pública no Brasil está relacionado a dois fatores: a nossa incapacidade de lidar com a reincidência e a multirreincidência. E eu digo o porquê. No Distrito Federal, no ano passado, 2012, foram encarceradas 11,5 mil pessoas – 11,5 mil imputáveis – e 8,5 mil adolescentes. Ou seja: 20 mil pessoas foram levadas ao cárcere, inclusive os adolescentes que passaram lá pouco tempo, mas que passaram algum tempo. Neste ano, graças aos esforços que foram feitos, o número de imputáveis encarcerados vai chegar a 14 mil pessoas. No ano passado, foi um número histórico; neste ano, esse número histórico vai ser superado. E o que acontece? Cerca de 70% desses presos são reincidentes ou multirreincidentes – ou já têm condenações anteriores ou, no mínimo, têm antecedentes criminais

robustos, o que significa dizer a mesma pessoa praticando cinco, dez, quinze, vinte, trinta delitos.

Então, podemos ter uma polícia, duas, cinco, dez, quinze, vinte, que, enquanto a gente não der conta de lidar com a reincidência, nada vai mudar, rigorosamente nada! Neste ano serão encarceradas 14 mil pessoas; no ano que vem, se as coisas continuarem como estão, a Polícia Civil terá mais 1,2 mil policiais a partir de junho, podendo encarcerar cerca de 18 mil pessoas.

Na minha opinião, a política de segurança pública, no curto prazo, só se faz via encarceramento – no curto prazo não há o que fazer a não ser encarcerar. Qual foi o resultado desse encarceramento massivo que foi levado a efeito em 2012 e 2013? Em 2012 e em 2013, nós vamos registrar, no Distrito Federal, 22 mil latrocínios; a menor quantidade de latrocínios em 20 anos – 20 anos! A última vez que se matou 22 mil pessoas em roubos foi em 1993. Neste ano, o Distrito Federal vai ostentar uma queda nos homicídios de 15%, em relação ao ano passado, e de 10%, em relação à média histórica dos últimos cinco anos. Será que isso é acaso ou será que isso foi fruto do encarceramento em massa? Isso foi fruto do encarceramento em massa. Só que, no ano que vem, infelizmente, os números vão voltar a subir. Por que os números vão voltar a subir? Porque essas pessoas que estão sendo encarceradas por crimes patrimoniais, por exemplo, serão condenadas a penas de cinco anos e quatro meses em regime semiaberto. O padrão de condenação, pelo menos no Distrito Federal, para quem pratica roubo portando arma de fogo em concurso de pessoas, é de cinco anos e quatro meses em regime semiaberto. Passam oito meses em encarcerados e vão para o regime aberto. Como não há vagas, eles vão para a prisão domiciliar. A prisão domiciliar, no Brasil, é outra piada, porque o sujeito não está em prisão domiciliar; ele está livre! Está livre, inclusive, para roubar ou para continuar roubando.

Então, mexer nessa estrutura, mesmo que haja uma melhora no financiamento, sem nos dar dispositivos para manter o sujeito fora de circulação, é bobagem; é pura bobagem! Se a polícia ficar mais eficiente, ela vai prender mais, criando mais reincidentes. Assim, nós vamos passar a ter 90% de reincidência, porque nós vamos aumentar a capacidade de encarceramento.

Então, discutir o modelo das Polícias sem discutir a nossa legislação penal e processual penal ridícula e sem discutir o que tem de ser feito pelo sistema prisional, que é a construção de vagas e o encarceramento pelo tempo da condenação, é bobagem. Qualquer coisa fora disso é bobagem, é pura bobagem! Não vai acontecer nada, nada! Mexer nas Polícias sem mexer na legislação penal, sem mexer na legislação

processual penal e sem mexer no sistema prisional vai redundar em nada!

No Distrito Federal, apreendeu-se um fuzil pela última vez em 2000, há 13 anos. Há 13 anos, não se apreende um fuzil no Distrito Federal! A Polícia Civil do Distrito Federal é a única que segue o modelo constitucional. No Distrito Federal, quem investiga é a Polícia Civil, não é o Ministério Público, não é a Polícia Militar. Quem investiga no Distrito Federal é a Polícia Civil. E, por conta disso, por conta do fato de a Polícia Civil seguir o modelo constitucional, o PCC não existe aqui. Há oito membros do PCC aqui, segundo investigação do Gaeco de São Paulo. Eles estão bastante equivocados sobre a quantidade e o nível deles. Mas não há PCC aqui, não há fuzis, não há explosão de caixa eletrônico. Por que será? Deve ser porque a gente segue aqui o modelo constitucional e porque aqui há investimento. O investimento da Polícia Civil é de R\$60 milhões por ano e de mais R\$60 milhões para custeio, totalizando R\$120 milhões. Então, quando se investem R\$120 milhões na Polícia, quando se permite que ela contrate, quando se dá liberdade para ela investigar, acontece o que está acontecendo.

A imprensa jamais vai reconhecer os acertos da Segurança Pública do Distrito Federal, porque a ela não interessa reconhecê-los, senão não se vende jornal. Fico vendo o esforço que os jornalistas locais têm de fazer para preencher seis horas de programação de criminalidade. Vão cobrindo isso em furto. O sujeito entra numa loja e pega três sabonetes, e a mulher os enfia na calcinha e sai. Esse é motivo de dez minutos de cobertura, o que é sinal de que as coisas estão muito tranquilas. Uma emissora local cobre todos os homicídios do Distrito Federal. Hoje, há aqui 596 assassinatos. Os 596 assassinatos foram cobertos pela Rede Globo. Os 596 assassinatos foram noticiados. Se é possível noticiar um por um dos homicídios, eles não devem ser tantos assim! E só não vamos reduzir mais drasticamente os homicídios porque não estamos conseguindo prender os morredores. Quem são os morredores? São os pobres, homens, jovens e negros. Eles estão sendo assassinados. Eles só não são assassinados quando são presos. Presos, eles não são assassinados; soltos, eles são assassinados.

Então, se o sistema prisional não for ajustado da forma como isso tem de ser feito, se a legislação penal não for endurecida, se a legislação processual penal extinguindo o efeito suspensivo nos recursos ao Tribunal Superior não acabar, continuará essa dicotomia, continuará havendo impunidade nos crimes de colarinho branco, não por culpa da Polícia, mas por culpa do sistema. E continuará havendo essa quantidade gigantesca de pessoas que passeiam pela cadeia, que

ficam lá por oito meses, fazendo de três a cinco refeições por dia, para, depois, voltarem a praticar crimes.

Então, Senador, com todo o respeito, na minha opinião – perdoe-me a franqueza, mas não sei me manifestar de outra forma –, esta Comissão só se presta a atender interesses corporativos. Os interesses que podem fazer com que a segurança pública seja colocada no caminho certo estão fora daqui, estão na legislação penal, na legislação processual penal, no sistema carcerário. Quando essas coisas forem ajustadas, a gente poderá corrigir e fazer o que tiver de ser feito com as Polícias.

Agora, mexer nas Polícias com essa legislação penal ridícula que existe, com essa legislação processual penal absurda que existe, sem saber o que fazer com o encarcerado?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE LUIZ XAVIER** – Parece que o brasileiro tem a consciência pesada, o brasileiro acha ruim jogar alguém na cadeia. Deve ser por que há um resgate histórico de misérias para ser feito. Bom, se não querem recuperar essas misérias, não há problema, não! Mas as pessoas vão continuar sendo assassinadas. O Brasil vai continuar ostentando a marca de 50 mil, de 60 mil, de 70 mil homicídios. Se o resto do País tivesse feito o que o Distrito Federal conseguiu fazer nesses últimos dois anos, haveria 34 mil homicídios. No resto do País, há uma tendência de crescimento de 7%; aqui, há uma tendência de queda de 15%. Por quê? Porque aqui está havendo o encarceramento em massa. Sem encarceramento em massa, nada há para ser feito no curto prazo.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Dr. Luiz Xavier, por suas reflexões. Nós as recebemos com total respeito. Mas, em nome desse respeito, eu queria dizer que existe uma Comissão que está elaborando um novo Código Penal, e eu sou o Relator dessa Comissão. É o PLS nº 236, cujo relatório final será entregue dia 2 de dezembro. Existe uma outra comissão, presidida pelo Ministro do STJ Sidnei Agostinho Beneti, que está tratando, como V. Sª bem disse, da nova Lei de Execução Penal.

Também o Senado da República já cumpriu o seu papel constitucional. Já votamos aqui o projeto do Código de Processo Penal, e o projeto do Código de Processo Penal se encontra na Câmara dos Deputados, aguardando a tramitação. Mas as falas do senhor são falas para as quais todos devemos nos atentar.

Parabéns pela fala!

Falará agora o Dr. Michel Misse, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O senhor tem dez minutos.

Por gentileza!

**O SR. MICHEL MISSE** – Quero agradecer o convite para comparecer a esta Comissão.

Quero cumprimentar os Senadores presentes, especialmente o Senador Pedro Taques.

Naturalmente, lamento o pouco tempo, mas ele será suprido. Vou entregar à Comissão a minha produção sobre esse tema, produzida nos últimos 30 anos. Essa produção talvez sirva de subsídio para a Comissão levar em conta o tempo longo em que se debate a reforma e a modernização da polícia no Brasil sem maiores avanços.

É também necessário admitir que não é desejável mudança de atropelos. Toda mudança nesse sentido terá que ser muito bem feita, com transição, com expectativas realmente de aperfeiçoamento das instituições. Não se trata de acabar com o que existe, de modo algum, mas de fazer com que o que existe venha a tomar as características de uma polícia moderna.

Falou-se aqui que a polícia brasileira é centenária. Isso é verdade em parte, porque a primeira polícia moderna brasileira começa em 1908, no então Distrito Federal, no Rio de Janeiro. É ali que começa o primeiro gabinete técnico-científico. A própria polícia moderna começa na Inglaterra, em meados do século XIX, quer dizer, é um pouco exagerado se afirmar que a polícia tem esse tempo todo. Mas o que nós temos há muito tempo no Brasil é aquilo que veio da velha Intendência da Colônia, que trouxe consigo toda a tradição inquisitorial, herdada do Direito Canônico dos tribunais do Santo Ofício.

Então, a discussão hoje sobre a modernização da polícia brasileira passa por dois eixos, e eu vou ter que ser bastante objetivo. Eu tinha preparado uma apresentação e não vou mais utilizá-la, devido ao pouco tempo. E eu gostaria de tratar, com muita tranquilidade, desses dois eixos.

A minha corporação é a universidade pública. É nela que eu trabalho. Ela também não tem autonomia financeira nem administrativa. Ela também está submetida às mesmas contingências que as polícias brasileiras. No entanto, e apesar de tudo, trabalhamos e produzimos ciência. É nesse quadro que a minha intervenção se insere. Eu não vou aqui fazer nenhuma defesa doutrinária. Eu não sou jurista, não venho dos bancos do Direito. Sou sociólogo de formação, mestre e doutor em Sociologia, inclusive com formação no exterior. Já coordenei pesquisas comparativas com a França, com os Estados Unidos, com a Argentina, com a Espanha.



Então, a minha intervenção deve ser considerada não como polêmica. Não quero polemizar com ninguém. Eu quero simplesmente trazer aqui algumas questões fundamentais. A primeira: acabar com alguns mitos. A Polícia Militar brasileira não era polícia. Até 1967, ela era uma força auxiliar, aquartelada, que em alguns Estados tinha, politicamente, o peso, digamos, de um exército estadual. Esse foi o acordo que permitiu, no começo da República, a superação da velha dicotomia, que não foi superada, entre centralização e descentralização política no Brasil.

De modo que esses exércitos estaduais, como o de São Paulo, que fez a Revolução de 1932, como a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que sustentou, por exemplo, a oposição de Leonel Brizola ao impedimento de João Goulart tomar posse, não eram polícia no sentido moderno da palavra. Tornaram-se polícia, passaram a fazer o policiamento diário, cotidiano, ostensivo, durante o regime militar, para suprir necessidades que o próprio regime não quis conceder às Guardas Cívicas e às forças da Polícia Civil, que faziam o trabalho de vigilância em todas as cidades. Esse é o primeiro mito. É preciso encarar isso.

Os problemas que a Polícia Militar carrega não são problemas da polícia, são problemas do militar. Há excelentes policiais militares no Brasil. Eu fui professor de muitos oficiais da Polícia Militar e não tenho o que dizer, do ponto de vista institucional, a respeito. Agora, é preciso que se considere que está na hora, já passou da hora, de a Polícia Militar se integrar como polícia moderna, o que significa, para um discurso mais político, falar em desmilitarização. Se não quiserem usar essa palavra, não usem. Mas transformar a Polícia Militar numa polícia de ciclo completo, capaz de se dedicar a um certo nível de infrações, não a todas, provavelmente àquelas em que ela encontra mais cotidianamente nas ruas, no comércio, deixando para a Polícia Civil a investigação mais complexa, aquela que envolve algum grau de organização criminal.

Essa divisão de trabalho faria com que as duas polícias de ciclo completo pudessem realmente se integrar, e não apenas dividir, como atualmente, um trabalho que acaba por se caracterizar como uma forma, digamos, de separação nefasta de um trabalho que, no mundo inteiro, é feito de forma completa, em cada uma das polícias.

Eu nem discuto aqui o problema da unificação. Com relação à unificação, eu acho que isso deveria ser deixado a cada Estado. A Constituição poderia ser modificada no sentido de permitir que cada Estado, de acordo com as suas condições, de acordo com as suas características, decidisse se prefere ou não ter uma única polícia estadual.

Esse é um aspecto do problema. Mas não se pode discutir Polícia Militar só, e nem se pode discutir apenas desmilitarização, se também não discutirmos a Polícia Civil. E qual é o problema da Polícia Civil? Também existem – e não estou me referindo a indivíduos, não estou me referindo a personalidades, a pessoas – excelentes policiais no Brasil. Isso é mais do que sabido. Eu estou me referindo a uma estrutura. E qual é a estrutura da Polícia Civil brasileira? A estrutura da Polícia Civil brasileira é herdada do Império, quando o chefe de polícia era necessariamente juiz de Direito. E como não havia a possibilidade, dada a extensão do nosso Território, de colocar um chefe de polícia, juiz de Direito, em todas as partes, criou-se a delegação. Inventou-se o delegado de polícia, que seria o representante do juiz de Direito nas comarcas, nas circunscrições em que isso não era possível de ser feito. A instituição do delegado de polícia acabou se preservando na Constituição republicana. E, com o tempo, foi ganhando uma dimensão que não era a dimensão original.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MICHEL MISSE** – Ainda falta um minuto para o meu tempo.

Hoje não existe, em nenhum lugar do mundo, um chefe de departamento policial que seja obrigatoriamente bacharel em Direito. Então, esse é um vício e, com ele, nós temos o cartório dentro da delegacia. Com o cartório, nós temos a tomada de depoimento dentro da delegacia, quando a tomada de depoimento já é parte da instrução criminal. A tomada de depoimento escrita, com fé pública, não precisa ser feita na delegacia; ela vai ser repetida depois. Para que, então? Deixe o policial investigar, dê tempo para ele poder trabalhar em vez de ficar preso àquela papelada, àquela burocracia de que todos os policiais reclamam.

Esses são alguns pontos que, dado o tempo, eu não poderei aprofundar, a não ser no debate.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O senhor tem mais dois minutos.

**O SR. MICHEL MISSE** – Ganhei mais dois?

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não. A campanha toca antes de encerrar.

**O SR. MICHEL MISSE** – Ah, ela é para advertir.

Então, esses são os pontos. Eu, na verdade, queria acrescentar que, sem dúvida nenhuma, nós precisamos de uma perícia autônoma. É necessário que a polícia técnica seja autônoma. É necessária uma ouvidoria de polícia autônoma, externa, para que não haja contaminação nas investigações que sejam feitas

sobre maus usos por policiais do seu poder e da sua discricionariedade. Finalmente, é preciso que todos esses pontos venham a ser incorporados no processo de transição. Isso não pode ser feito de uma hora para outra. Certamente, pode-se discutir, por exemplo, a elevação dos atuais delegados de polícia para promotores. Há várias possibilidades de que eu não vou poder tratar aqui.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, professor, inclusive pelo tempo.

Passo a palavra agora ao nosso quarto convidado, Luis Antônio de Araújo, vice-presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais.

Antes, eu gostaria de informá-los da presença do Sr. Carlos Antônio Almeida de Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais.

Seja bem-vindo!

**O SR. LUIS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS**  
– Obrigado.

Boa tarde, Senador Pedro Taques, em nome de quem agradeço a participação da Federação Nacional dos Policiais Federais nesta audiência pública. Demais colegas de Mesa, demais Senadores presentes aqui, meus colegas de trabalho, de profissão, meus cumprimentos.

Em primeiro lugar, Senador, eu queria pedir desculpa, pois, na audiência anterior, alguns colegas nossos tentaram se manifestar lá no fundo, durante a fala do Prof. Luiz Eduardo, mas isso se deve ao fato de o tema ser muito esperado pelos policiais federais. A fala dele gerou um sentimento muito bom nos policiais, ao ouvir aquelas palavras. Nada mais que isso. Então, peço desculpas em nome dos policiais federais.

Mas o sentimento que fez os policiais federais tentarem se manifestar é o mesmo que eu tenho aqui agora e eu o compartilho com todos os colegas do Brasil; são quase 15 mil policiais federais, que têm a expectativa em ver algum tipo de mudança em nossa estrutura.

Depois da audiência anterior, a nossa fala ficou facilitada porque vimos uma certa convergência nos estudos feitos por pessoas de fora das corporações policiais, sociólogos e pessoas dedicadíssimas ao trabalho policial, mesmo não pertencendo a nenhuma corporação. Nós pudemos perceber que vários pontos, inclusive da fala do Prof. Michel Misse, convergem com algum pensamento nosso em relação às necessárias mudanças na estrutura da polícia, principalmente da Polícia Federal, que é a que conheço bem, na qual estou há 18 anos.

Os três pontos que a gente percebe que fazem parte dessa mudança, que se busca nessa mudança: desmilitarização da Polícia Militar, carreira única, ciclo completo de polícia.

Da desmilitarização nós não temos esse conforto para falar porque nós não pertencemos à corporação militar. Entendemos e participamos de vários trabalhos conjuntos, mas nós, como policiais, não nos sentimos à vontade para opinar. Mas, como cidadão, só a palavra desmilitarização já gera um encantamento, já gera uma vontade de se ter discutido aquilo ali. Até como forma de dar mais segurança e mais garantia ao cidadão. Nada mais que isso.

Mas, sobre carreira única e ciclo completo, nós não podemos deixar de falar. Para os policiais federais, a Constituição de 1988, em seu art. 44, trouxe uma clara previsão de como deveria ser regulamentada a estrutura da Polícia Federal, e nós consideramos que o Governo, o Poder Executivo em si, não cumpriu com sua parte, não deu conta de regulamentar isso de forma madura, de forma eficiente, a ponto de contemplar o desejo do constituinte originário.

Nós entendemos que, quando se diz que a Polícia Federal será estruturada em carreira, no singular, diferentemente das polícias civis, o que se tentou ali foi uma carreira única, uma carreira mais humana, uma carreira em que o ponto de partida e o ponto de entrada na carreira fosse um cargo único, uma única forma, e, a partir dali, por várias características, não só pelo tempo, mas pelo merecimento, pela capacitação e habilitação, se pudesse crescer na carreira.

Sobre isso, Senador, vou passar a suas mãos um parecer que foi feito por um escritório grande, que se deteve sobre essa questão do que queria o constituinte originário e o que não foi feito em seguida. Então, é um estudo muito bom sobre a legislação sobre a Polícia Federal, sobre a carreira da Polícia Federal, e, ao final, conclui-se que deveria haver uma regulamentação diferente da que foi feita.

Aliás, muitos sabem aqui que, na Polícia Federal, não houve regulamentação. Hoje, os policiais federais em todo o Brasil não têm atribuições em lei. Nós temos, em alguma legislação esparsa, atribuições gerais da Constituição, do art. 144, e das legislações que vieram, mas hoje não se sabe exatamente o que cada cargo na Polícia Federal faz ou deveria fazer. Há somente uma portaria de 1989, do Ministério do Planejamento, e nós consideramos uma aberração jurídica estarmos sendo regidos por essa Portaria até hoje.

Sobre a carreira única, esse parecer já vai trazer muita clareza para a Comissão finalizar seu trabalho.

Sobre o ciclo completo de polícia, que é um tema mais amplo e que acho deve ser bem debatido por

todos, eu concordo com as palavras sobre encarceramento, Delegado Jorge, mas eu discordo da forma como está sendo discutido. Nós fomos chamados para participar deste debate. Numa época anterior, talvez nem isso ocorresse, talvez fosse empurrado goela abaixo. Mas, só de estarmos todos aqui nesta Mesa participando desse grande debate, eu acho que já temos um caminho sobre o qual podemos trabalhar. É um ponto de partida muito bom. Fomos convidados e somos maduros o bastante para debater aqui e tentar modificar essa situação que não é nada boa para a segurança pública no País.

Sobre o ciclo completo, eu vou abrir mão do meu tempo, Senador, e vou me ater aqui a dois vídeos curtos, um de dois minutos, outro de um minuto, para falar sobre ciclo completo.

Primeiro o Vídeo 1, se puder clicar.

Nós podemos só avançar naquela tela seguinte, do ciclo completo, que aí a gente volta nessa. É a Tela 7.

Para um leigo, o que é ciclo completo de polícia? São todas as ações policiais iniciadas e terminadas por uma mesma corporação ou por um mesmo conjunto de corporações. Isso é o ciclo completo de polícia. Para os policiais militares, guardas municipais, polícia rodoviária federal, ciclo completo de polícia quer dizer o seguinte: você vai fazer o seu trabalho preventivo, de fiscalização, e você não vai precisar bater à porta de outra instituição para que aquela ocorrência seja aceita. Em tese, com a visão bem leiga, é isso aí.

Mas, quanto ao ciclo completo que é estudado pelos pesquisadores, a formatação é aquela ali. Mais ou menos aquela ali. Então, há a parte de investigação técnico-científica; a cartorária, menor; e a operacional é a que rege, a que baliza toda a investigação. E, por fora, vem o policiamento com a característica ostensiva e a atividade de inteligência.

Então, esse conjunto é a grande engrenagem que explica tecnicamente o ciclo completo de polícia. Assim, são todas as atividades desenvolvidas dentro de uma mesma corporação, iniciando ali ou pelo policiamento ostensivo, de polícia ostensiva, ou pela atividade de inteligência, ou trazidas, no caso de hoje, por outra corporação. Mas aí já não seria o ciclo completo de polícia.

Se a gente puder ver os vídeos...

*(Procede-se à exibição de vídeo.)*

**O SR. LUIS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS**

– Se puder passar o segundo vídeo, por favor.

*(Procede-se à exibição de vídeo.)*

**O SR. LUIS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS**

– Então, retomando aqui, Senador, rapidamente, vocês viram dois vídeos: o primeiro, uma cena norte-

-americana de local de crime; o segundo, uma cena brasileira. A brasileira foi gentilmente cedida pela PM. Contudo, a intenção da Academia era mostrar as dificuldades em se preservar um local de crime. Então, fizeram esse exercício bem humorado que serve ao propósito de mostrar como é difícil manter parentes longe e tudo mais. Mas, na primeira cena, nós vimos ali dois investigadores, que pertencem à mesma corporação daqueles que estavam ali preservando o local, e eles ali já coletam as primeiras impressões, como investigadores designados pelo chefe de polícia. E, a partir dali, já se inicia a investigação. Isso é importante ser frisado. E, ali, o papiloscopista vai ter o seu papel; os peritos vão fazer o seu trabalho depois; o chefe de polícia vai ter o trabalho dele de encaminhamento; e o Ministério Público a seguir.

Na cena do Brasil, o que a gente vê? Inicialmente, a dificuldade da PM em preservar o local. É a primeira a ser acionada e, na maioria das vezes, tem a limitação constitucional de não poder seguir ali. Então, necessariamente, ela tem que aguardar a Polícia Judiciária.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LUIS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS**

– Mas, no Brasil, começou a ficar engraçado: quem da Polícia Judiciária que foi acionado? O perito. Então, nós, na polícia brasileira, tiramos os investigadores de onde eles têm que estar, a cena do crime. E os trabalhos de perícia e os seguintes são todos complementares. Então, quanto ao nosso ciclo, se compararmos esses dois vídeos, veremos uma cena em que se faz o ciclo completo e uma cena em que não se faz o ciclo completo.

E resumindo: no caso do Brasil, no trecho do filme brasileiro, primeiro, a sequência será toda em papel. A investigação propriamente dita virá por último. Primeiro, papel: boletim de ocorrência. Nos casos de homicídio, os colegas da PM sabem a papelada que se usa para produzir um local de crime, e não podem dar sequência. E, depois, vem o perito, que faz o laudo. Em seguida, vão encaminhar todo esse material a um delegado de polícia, a autoridade policial, e, só a partir dali, é que alguém da Polícia Judiciária vai tomar conhecimento, e tudo por meio de papel, sem vivenciar a cena do crime, sem participar, em nenhum momento, desde o local do crime até a consecução do trabalho de Polícia Judiciária.

Assim, eu queria deixar claro em nossa fala que a Federação está à disposição dos Senadores para o que for preciso nesta Comissão. E eu queria finalizar dizendo que a mudança que nós buscamos é proporcional e diretamente proporcional ao tamanho do problema que nós temos.



Recente pesquisa entre os policiais federais deixou claro que mais de 86% dos policiais federais clamam por mudanças nas relações interna da Polícia Federal. E nós temos projetos para, depois dessa PEC, caso partes dela ou ela por inteiro seja aprovada – e nós tentaremos nos empenhar ao máximo nisso –, colocarmos à disposição também dos Srs. Senadores para a regulamentação posterior, que é muito mais importante até do que está sendo discutido agora.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Luís Antônio de Araújo, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais.

Passo a palavra ao Sr. Jânio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis.

**O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA** – Quero saudar o Presidente desta Mesa, Relator desta Comissão, Deputado Pedro Taques... Desculpe-me, Senador. Já estou rebaixando V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não existe hierarquia entre Deputados e Senadores, de modo que não me sinto ofendido.

**O SR. PRESIDENTE** (Jânio Bosco Gandra) – Obrigado, Senador.

Na sua pessoa, saúdo os colegas policiais que aqui estão, bem como o Professor Michel Misse, representando aqui os acadêmicos, que muito bem expôs as suas ideias. Quero também saudar a todos os policiais que aqui estão participando, bem como os Senadores e as pessoas que estão interessadas por esse tema tão apaixonante: segurança pública.

Como representante da categoria Polícia Civil, Sr. Presidente, eu quero fazer algumas afirmações, apesar do curto tempo de que dispomos. Porém, no decorrer, quem sabe, nós podemos ter outras oportunidades.

Esse é um tema tão complexo, que nós gostaríamos de abordar alguns fatores. Mas o que nos traz aqui – vou procurar ser bastante objetivo neste ponto – é exatamente o que está faltando para a segurança pública do Brasil.

A primeira afirmativa é esta: existe um caos na segurança pública do Brasil. Essa é a primeira afirmativa que fazemos neste momento. Quero dizer que não estamos aqui para encontrar os responsáveis por esse caos na segurança pública, mas uma coisa podemos e temos de admitir: não podemos onerar os aparatos judiciais por causa desse caos. Nós não somos, como operadores da segurança pública, responsáveis por esse caos, por essa insegurança que assola o Brasil todo, que assola o nosso País. E olhem que somos a

sétima potência econômica do mundo e podemos até alcançar patamares superiores no *ranking*.

Quero lamentar que, desde 1988, o Governo, os governos e esta Casa parlamentar não tenham tido sequer a coragem de regulamentar o §7º do art. 144 da Constituição brasileira. Nunca a Polícia Civil foi regulamentada! Aqui, fica essa omissão.

Os oradores que me antecederam disseram que a Polícia foi criada há muitos e muitos anos! Eu digo, então, que é chegada a hora de começarmos a tratar de mudanças no que está dando errado. Não importa se as mudanças aqui propostas... Senador, o senhor, com esta Comissão, deve propô-las, sim, creio eu. Estou acreditando nisso! Tanto isso é verdade, que estamos participando desta Comissão como representantes dos trabalhadores policiais civis. Espero que esta Comissão, no final das contas, em fevereiro, apresente uma proposta. Se a proposta não for consensual, que ela seja uma proposta que o povo brasileiro quer. Qual a Polícia que o povo brasileiro quer? Não se trata só de perguntar qual a Polícia que o policial quer, não! Nós somos cidadãos também. E, agora, chegou a hora de não sermos mais corporativos e de dizermos que a Polícia Civil vai mal, sim, e não cumpre seu papel principal, que é o de investigar todos os crimes, inclusive aqueles da Lei nº 9.999!

Se serão duas, três, dez ou quinze Polícias ou se será apenas uma Polícia, nós vamos chegar a essa análise no tempo certo. Mas é necessário que comecemos a debater isso e a reconhecer, como policiais – são 23 anos de investigação –, que do jeito que está não dá, Senador! Não podemos mais admitir que haja 50 mil homicídios por ano no País, que haja 50 mil estupros!

Eu tenho uma netinha e fico preocupado. Ela tem pouco mais de dois anos. Será que, quando for uma adolescente e for para a faculdade, ela terá condições de se deslocar de sua residência até a faculdade e de voltar para a sua residência às 23h30 ou à meia-noite sem ser assaltada? Do jeito que as coisas vão – as estatísticas estão demonstrando isto –, não vamos poder mais garantir o direito de ir e vir do povo brasileiro.

As cadeias estão superlotadas. Só no Estado do Ceará, para vocês terem uma ideia, existem 60 mil mandados de prisão para serem cumpridos pela Polícia Civil. São 60 mil mandados de prisão! São 60 mil criminosos que estão na rua, porque não há presídios. E por que não fizeram os presídios? Não há recursos financeiros?

Hoje mesmo foi instalado aqui o “impostômetro”. O Brasil já arrecadou hoje de impostos 1,427 trilhão. E não temos dinheiro para construir prisões? Não temos dinheiro para se instituir o piso salarial do policial, seja ele civil ou militar? Não temos dinheiro sequer para tra-

tar do homem? E aí fica essa briga *interna corporis*, de interclasse entre delegados, porque eles conseguiram chegar a um patamar suficiente e até de – pasmem! – não quererem mais ser chamados de policiais. É claro que não é genérica essa afirmação. Eles não querem ser policiais, porque eles são bacharéis em Direito. Eles são juristas. Só no Brasil que funciona desta forma: policial bacharel em Direito. E as faculdades estão enchendo mais ainda de bacharéis em Direito. Pergunto: será que esse bacharel em Direito é policial? Não. Necessariamente não é policial. Talvez ele não tenha o dom de ser policial, Sr. Senador.

Essa é uma das mazelas que trago aqui. Por isso que os colegas da Polícia Federal querem carreira única, e eu acho que deve ser instituída a carreira única para a Polícia Militar também. Chega de duas polícias!

Aqui, no Distrito Federal, os delegados quando vão tratar dos salários, não só aqui, mas no Rio de Janeiro também, estão num quadro à parte, senhores. Pasmem! Estão num quadro à parte, como se fossem melhores do que os demais membros da equipe que trabalham na persecução penal.

Eu acho que está errado isso. É necessário que nossos governos estaduais e, principalmente, nosso Governo Federal entenda: chega de comprar viaturas belíssimas! Chega de dotar de altas tecnologias aquela viatura, se o homem vai mal. Ele está adoecido. O policial está adoecido! Ele tem problema de alcoolismo.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA** – Ele tem problema de uso de substâncias entorpecentes, em decorrência da frustração do dia a dia. Na Polícia Militar, foram vários que cometeram suicídio neste ano de 2013, e vejam que os policiais militares são mais bem remunerados, quer dizer, estão no topo.

Faça ideia! Quem consegue sobreviver usando uma ponto 40, recebendo R\$2.500? Alguns Estados praticam esse salário vergonhoso! Por que, então, nós não podemos copiar os modelos de polícia que estão dando certo? Por que nós só copiamos o modelo para a área econômica? Por que, então, nós não podemos copiar o modelo de polícia?

Senhores, o homicídio é igual no mundo todo. Antes, eram motivados por crimes passionais. Agora, nós temos um grande problema que tem liquidez e tem fluidez, que é o *crack*. Dos nossos 5.600 Municípios, 4.100 já estão sendo tomados pelo *crack*. O *crack* está matando, eles estão roubando e o narcotráfico está ficando mais abastado.

Ora, meus amigos, será que não está faltando é vontade política dos nossos governos? E eu não digo só deste Governo do PT, não, do sindicalista Lula e,

agora, da Presidente Dilma. Eu estou falando de outros e outros. Isso é uma consequência do desmando, da falta de gestão com nosso Erário público na questão da segurança pública. E essas pessoas nós não podemos nominar.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA** – Eu vou encerrar. Desculpem-me. Já ouvi tocar, já estou me excusando. Desculpem-me.

Eu gostaria, se possível, de tecer mais dois comentários, mas quero ser contencioso com esse horário, como todos os que aqui falaram foram.

Muito obrigado por ora.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Jânio.

Registro a presença do Senador Humberto Costa, do PT de Pernambuco.

V. Ex<sup>a</sup> quer fazer alguma indagação?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito bem.

Aqui, temos vários afazeres ao mesmo tempo.

Eu tenho uma pergunta, inicialmente, para os três delegados de polícia. A primeira delas é: como reduzir a cifra oculta, mantendo-se uma estrutura burocrática, formada por bacharéis e de forma cartorial? Segundo dados do Enasp, apenas 8% dos homicídios no Brasil são revelados, são desvelados, são investigados. Uma amiga minha, Dr<sup>a</sup> Martha Rocha, promotora de Justiça no Estado do Rio de Janeiro, há uns doze, quinze anos, me disse que tinha, na sua prateleira, seis mil inquéritos de homicídios sem autoria. Seis mil inquéritos de homicídios sem autoria. Essa é a primeira pergunta para os três delegados.

A segunda pergunta. A polícia é o braço armado do Estado. A polícia exerce a violência legítima, na expressão de Max Weber. Como dar autonomia para quem usa a força? E que limite teria essa autonomia? Financeira? Administrativa? Eu gostaria da fala dos senhores a respeito disso, por gentileza.

A campanha que todos nós estamos ouvindo indica o início da Ordem do Dia. Daqui a pouco, se houver votação nominal, regimentalmente, nós teremos que encerrar.

Passo a palavra, primeiro, à Dr<sup>a</sup> Martha Rocha.

**A SR<sup>a</sup> MARTHA MESQUITA DA ROCHA** – Vou tentar ser breve.

Quero cumprimentar todos aqueles que falaram após a minha fala. E aproveito para, rapidamente, também fazer algumas reflexões a partir do que foi apresentado aqui.

Primeiro, sua primeira pergunta foi a respeito...

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Como superar...

**A SRª MARTHA MESQUITA DA ROCHA** – Já lembro.

Primeiro, temos que entender: a quem interessa que essa polícia seja auditada e seja avaliada? A nós policiais civis. Ninguém mais deseja isso. E é assim que deve ser. E tem, sim, importância vital o papel da sociedade, o papel das ouvidorias, o papel das corregedorias. Existe hoje – estou falando do meu Estado – uma disposição, por exemplo, de uma corregedoria geral unificada fora das polícias, de uma ouvidoria fora da polícia, além da Ouvidoria o MP, além da Ouvidoria do Tribunal de Justiça, além da Ouvidoria da Defensoria Pública, e de toda a rede, da Ordem dos Advogados, da rede social... Então, eu acho que interessa muito à própria polícia que essas ações sejam auditadas e que suas mazelas sejam transparentes. Pior do que exibir uma mazela, tão ruim quanto prender um mau policial é não prender um mau policial. É doloroso e é um desgaste para a instituição.

Lembro a fala do Prof. Balestreri, que disse que o policial é o pedagogo da cidadania exatamente porque o policial é a representação viva do Estado. A sua transgressão, a sua não observância da ética atinge muito diretamente o cidadão, porque ele representa, de forma muito imperativa, o Estado.

Quando falamos de autonomia, estamos falando da autonomia no âmbito da investigação. Não devemos nem podemos dizer o que estamos investigando. Não interessa a ninguém o resultado de uma investigação a não ser ao destinatário final dessa investigação. Num primeiro momento, ao Ministério Público. Num momento mais amplo, ao próprio Poder Judiciário. E o Poder Judiciário nada mais é do que a representação da vontade da população na análise daquele fato. Então, quando falamos aqui de autonomia, essa autonomia deve ser...

Permita-me dizer, Prof. Michel Misse: nós trabalhamos e trabalhamos muito. Nós trabalhamos e trabalhamos bem. Não somos uma instituição perfeita, mas somos uma instituição de mulheres e de homens dedicados e comprometidos. Essa é a verdade. Apesar de todos os flagelos, das deficiências que possam existir, somos nós que estamos 24 horas abertos para atender essa população; não é mais ninguém não. Quem está lá esperando a população no Natal, no ano novo, no carnaval, seja o dia que for, a hora que for, quem acolhe – e se falou aqui de estupro, foi muito bem colocado – a mulher violentada com a sua penca de filhos não é mais ninguém que as forças policiais. E quero estender isso aos policiais militares também.

Então, na verdade, eu acho que, essas ferramentas de controle, nós desejamos. E hoje existem essas ferramentas de controle e devem ser cada vez mais estruturadas e cada vez mais realizadas; cada vez mais, deve haver um investimento nessas ferramentas de controle.

Quero dizer que para as polícias estaduais é algo muito distante o que a gente ouve aqui, porque não se concebe na polícia estadual...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª MARTHA MESQUITA DA ROCHA** – Juro que vou terminar.

Não se concebe na polícia estadual, ou não se faz um ato de investigação sem a participação dos policiais. E antes de nós sermos o que somos, nós somos policiais civis, e é assim que nós temos que nos manifestar. Então, causa-me muita surpresa esse distanciamento. Causa-me muita surpresa essa dicotomia, porque não entendo que seja possível exercer atividade de polícia judiciária sem a participação de todos aqueles que integram a esfera da Polícia Judiciária. Então, quando eu me apresento, eu me apresento como policial civil. Hoje estou chefe da Polícia Civil. Um dia, fui aprovada no concurso de delegada, mas serei sempre uma policial civil.

No tocante aos homicídios, eu quero dizer para o senhor que os seus dados estão defasados e quero dizer para o senhor também que todos esses fatos são submetidos ao crivo do Ministério Público. Então, que também se cobre do Ministério Público o seu papel nessa dinâmica, nessa dinâmica de análise. E quero dizer que só há uma maneira de enfrentar a questão do homicídio, que é com investimento. A Polícia Civil do Rio de Janeiro tem uma delegacia de homicídios que tem 200 policiais civis. A Polícia Civil do Rio de Janeiro tem, na sua delegacia de homicídios, um corpo de peritos legistas e um corpo de peritos criminais. Então, sem investimento em tecnologia – e aí eu quero me solidarizar com quem falou sobre investimento no policial –, eu acho que só assim nós vamos conseguir superar as nossas deficiências e, com certeza, buscar o nosso aperfeiçoamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Obrigado, Drª Martha Rocha.

Esses dados não estão defasados; são do Enasp. E quando se fala em segurança pública, logo nós notamos um jogo de empurra de responsabilidades entre a Polícia e o Ministério Público. É importante que nós possamos fazer desta Comissão um instrumento de convergência; convergência porque segurança pública não é do Ministério Público, não é da Polícia Civil, não é da Polícia Federal, não é de delegado de polícia, não



é de agente; a segurança pública é um direito fundamental do cidadão, que está no art. 6º da Constituição. Portanto, a responsabilidade por 50 mil homicídios é do Estado. E aí nós estamos levando em conta todos aqueles agentes que exercem uma parcela da soberania do Estado, dentre eles, Senadores da República. Daí a ideia desta Comissão, para que nós possamos buscar uma resolução para essa questão. Não adianta nós chegarmos aqui à conclusão de que está tudo bem, porque não está tudo bem. A sociedade brasileira entende que a Segurança Pública está falida; é um caos. Cabe a nós, profissionais, independente das instituições, buscar uma solução para isso.

Acho que os próximos são o Dr. Anderson e o Dr. Jorge.

**O SR. ANDERSON APARECIDO DOS ANJOS GARCIA** – Senador, com relação à questão dos crimes que ficam sem autoria, como bem disse o Prof. Michel, há algumas coisas, alguns pontos que nós temos que esclarecer e tirar alguns mitos que existem.

A Polícia Civil, a Polícia Judiciária, a polícia investigativa, no mundo inteiro, não é acusadora de nada; ela busca a verdade real. E isso eu tento passar a todos os policiais recém-ingressados na nossa Academia. Nós não somos acusadores de nada! A Polícia Judiciária existe para buscar a verdade do fato. Se, porventura, durante uma investigação, eu tiver um suspeito e conseguir provar que ele é inocente, eu alcancei o meu objetivo, sim, porque eu deixei de colocar um inocente na cadeia. Isso é muito importante. A partir do momento em que o novo policial, vamos chamar assim, tem isso na sua mente, o seu comportamento perante a sociedade muda completamente. Se ele tiver na sua mente que ele tem a obrigação de arrumar, assim dizendo, um culpado, o seu comportamento perante a sociedade vai ser completamente outro.

Recordo-me de que, certa vez, fiz um curso na Scotland Yard, Inglaterra, a respeito de crimes violentos e crimes insolúveis. E aí, conversando com nosso instrutor, Dick, ele perguntava sobre quais as ferramentas, quais as metodologias que usávamos aqui. E, conversando com ele, ele perguntou: “Mas quantos homicídios vocês têm no Brasil?” E eu mencionei o número. E ele disse: “Aqui em Londres, nós temos dois por ano”. E eu disse: mas há uma grande diferença, que é a questão cultural. Esse é o primeiro ponto. A questão cultural da sociedade, como que lá se formou, como que aqui se formou. E eu tenho certeza absoluta de que eles têm mais de dois mil anos da Era Cristã. Nós temos 500. Estamos avançando muito, a passos largos. Lá eles gritam: “Parado! Polícia!” E a pessoa para. Aqui eu grito “para...”, não preciso nem terminar, ele está correndo e dando tiro na gente.

Então, a cultura é completamente diferente, é outra. Lá nos Estados Unidos, principalmente no Estado da Califórnia, onde eu fui, se uma pessoa some, Senador, se desaparece uma criança, toda a comunidade se mobiliza para que busquem o paradeiro daquele desaparecido que faz parte da comunidade. Aqui no Brasil, a nossa cultura nos prejudica muito, principalmente em cena de crime. Ninguém respeita, as instituições não respeitam, a sociedade não colabora. Com medo. Medo de vários fatores que não convém elencar, não é o momento. Mas é medo, receio.

Muitas vezes, assistimos a programas de países considerados do primeiro mundo, respeitadores dos direitos humanos – e um exemplo são os Estados Unidos –, em que há crimes insolúveis. Bastante. A gente vê na TV fechada, a cabo. Às vezes se passam dez anos, surge uma prova, e eles dizem: “Olha, aquele caso...”

Então, a questão de definição de autoria não é – como eu posso dizer? – uma obrigação, e, sim, a missão. A obrigação advém, no meu entender, Senador, de várias coisas, como investimento, tecnologia.

Nós estávamos falando aqui, e mencionaram ciclo completo. É engraçado se falar de ciclo completo, ao passo que alguns Estados nós vemos que a perícia criminal está fora da Polícia Judiciária! Eu não consigo entender! Eu não consigo entender isso! E isso ninguém fala!

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – E quer ficar fora.

**O SR. MICHEL MISSE** – E quer ficar fora! Como é que vai ficar fora de algo que pertence ao próprio corpo da investigação? Como? Eu não consigo entender um negócio desses.

Eu fico pensando a respeito, até respondendo à segunda pergunta, Senador, até por causa do tempo, a autonomia da Polícia para quem usa a força. Max Weber foi muito feliz quando disse isso. O uso da força, Senador, no meu entender, é necessário – desculpem-me a redundância – quando é necessário. Isso é óbvio. O uso da força é limitado pelo controle externo. E isso eu verifico na prática, pela própria vivência. As polícias judiciárias, as polícias do Brasil, às vezes até como um todo, mais a judiciária – vou falar “mais” porque eu conheço muito mais a Polícia Civil –, são fiscalizadas por todo mundo. A mídia fiscaliza seus erros. Assis Chateaubriand já dizia: “Não tem notícia, fale mal da Polícia, que vende jornal”. Então, eles procuram essas falhas para que possam mostrar à sociedade brasileira onde a polícia judiciária errou ou deixou de acertar.

Então, a mídia é um forte controlador externo. A própria legislação diz assim: “Ministério Público, você tem o controle externo da Polícia Civil”. É justo e aceito

mesmo. Tem que ter fim. Tem que ter. Nós somos fiscalizados internamente pelas nossas próprias corregedorias, somos fiscalizados por CPI, somos fiscalizados pelo Poder Judiciário frente ao trabalho que nós temos, somos fiscalizado por tudo. E essa tripartição do poder, que Montesquieu pensou, no século XVI, fazendo uma comparação com a perseguição criminal, ela também é importante. É importante ter uma instituição para acusar e outra para investigar. Isto é muito importante, porque, às vezes, você pode cair num erro, pelo uso da força, pelo uso do poder ilimitado que porventura você possa ter, mas creio que, muito bem controlado pelo que já existe e pelo que pode vir a existir, você pode consertar, às vezes, uma disparidade que aconteça.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Dr. Anderson.

Passo a palavra ao Dr. Jorge Luiz Xavier.

**O SR. JORGE LUIZ XAVIER** – Senador, inverte a ordem dos questionamentos.

O primeiro deles diz respeito às cifras negras. A Polícia Civil do Distrito Federal registra, anualmente, algo em torno de 150 mil ocorrências e atende a 400 mil cidadãos. Então, eu posso dizer, com muita tranquilidade, que o índice de cifras negras no Distrito Federal, a ausência de registros de ocorrências, é bastante pequeno e poderia ser praticamente fechado se a gente dispusesse dos dados do atendimento da Polícia Militar, que a gente acaba não recebendo. Concordo que a gente precisa aprimorar o tráfego de informações.

Por que o índice de registro de ocorrência é tão alto e porque o índice de não registros, a cifra negra, é baixo no DF? Porque aqui há investimento. A Polícia Civil – vou repetir – recebeu R\$60 milhões para investimento e R\$60 milhões para custeio e a Polícia Militar recebeu três ou quatro vezes isso. Então, se gastar, a população vai ser bem atendida e vai procurar. Então, se, no resto do País, há ausência de registro, há cifra negra, é porque não se está investindo nas estruturas das polícias civis e das polícias militares. Não obstante, então, a cartorialidade, não há dúvida nenhuma de que aqui o registro é bem grande e pode aumentar, porque a gente quer trazer para o Distrito Federal o modelo do Necrim adotado pela polícia paulista. O Necrim é interessante porque é cartorial, mas o próprio Poder Judiciário de São Paulo viu ali, no Núcleo de Conciliação da Polícia Civil de lá, uma ferramenta para desafogar o Poder Judiciário dos delitos de menor potencial ofensivo.

Antes de falar sobre os homicídios, eu concordo com o Gandra e com o Prof. Misse que as origens da Polícia Civil, que a figura do bacharel em Direito precisa ser revista. Eu não tenho nenhuma dificuldade em discutir isto, nunca tive, e os policiais do Sinpol sabem

disso. O que me falta até agora é que me mostrem um modelo racional, porque eu tenho toda a disposição em discutir o papel do delegado de polícia nessa estrutura. Não tenho problema nenhum em discutir isso. Só que o modelo não é modelo para resolver a vida financeira de ninguém. Não é só botar dinheiro no bolso de ninguém melhorar o salário na marra. A questão é descobrir e discutir o que é melhor para a sociedade.

Então, se a figura do delegado precisa ser repensada nessa estrutura, e eu acho que precisa, ela precisa ser rediscutida para que se melhore o atendimento da população. A Polícia Civil do Distrito não está mais preocupada só com a melhoria da capacidade de elucidação de delitos; ela está preocupada com a melhora do atendimento ao público, e é alguma coisa que a gente vai conseguir quando terminar o planejamento estratégico que vem sendo preparado para que a gente tenha um norte até 2020. Quando a gente terminar, em abril do ano que vem, o planejamento estratégico, a gente pretende saber onde vai estar em 2020, e eu não tenho nenhuma dificuldade em discutir a figura do delegado de polícia ou a figura do bacharel em Direito nisso aí.

Em relação aos homicídios, os números não estão defasados, não; os números são manipulados. Uma coisa que precisa ser feita no Brasil, Prof. Misse, com todo respeito, é saber como essas pesquisas são feitas. A UnB fez uma pesquisa aqui, no Distrito Federal, no Paranoá, que, bem lida, vai mostrar que a Polícia Civil do Distrito Federal apura, apresenta ao Judiciário, para julgamento pelo Tribunal do Júri, 80% – 80%!

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** (*Fora do microfone.*) – Não é verdade!

**O SR. JORGE LUIZ XAVIER** – Eu estou falando da Polícia Civil do Distrito Federal. O senhor não tem como me rebater...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** (*Fora do microfone.*) – Tenho! Não é verdade.

**O SR. JORGE LUIZ XAVIER** – Não tem! O senhor não pode ter esses dados, porque eles estão lá. Eu não sei onde o senhor buscou. A UnB fez uma pesquisa no Paranoá, entre 2003 e 2006, e mostrou a realidade. Aqui não é o Rio de Janeiro, com todo respeito, doutora! Os dados estão lá. Basta procurar o Professor Arthur Trindade Maranhão...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** (*Fora do microfone.*) – Eu o conheço.

**O SR. JORGE LUIZ XAVIER** – Pois é! Então, o senhor converse com ele, que poderá lhe mostrar os dados. Se o senhor quiser ir hoje ao meu gabinete, eu lhe mostro os dados deste ano. Quantos indiciamentos...

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, doutor.

Os senhores podem combinar esse encontro depois – acho até interessante. Eu gostaria de ver essa informação, mas eu gostaria que, se o senhor pudesse...

**O SR. JORGE LUIZ XAVIER** – Então, retomando: se eu tenho 80% de apuração, eu não posso falar porque só tem 8%, não é? A questão toda é essa: por que a academia diz que são 8% de apurados? Onde é que está a má fé no levantamento desses dados? É uma má fé absurda! O homicídio é um crime cuja prescrição se dá em 20 anos – 20 anos!

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE LUIZ XAVIER** – Como é que a academia faz a pesquisa? Ela vai lá, colhe a quantidade de homicídios registrados em um determinado ano – 2013, por exemplo – e volta em dezembro do mesmo ano para ver quantos daqueles casos foram julgados. São julgados 8%. Contudo, ainda temos mais 19 anos para fazer a apuração.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** *(Fora do microfone.)* – Quatro anos depois.

**O SR. JORGE LUIZ XAVIER** – Ainda que sejam quatro anos – e não é o caso do DF –, porque, se fizer com quatro anos, vai bater lá em 40% ou 50%, com muita tranquilidade. Basta ver a quantidade de presos que a gente tem aí e comparar com a quantidade de homicídios.

Então, há uma má fé absurda no que a academia faz, querendo transformar a polícia na Geni da sociedade. E olhem que eu nunca encostei a mão em professor! Mas eu penso que os professores, que foram espancados na década de 70, têm raiva da polícia e querem que a polícia seja a Geni da sociedade. Não é! Não é! A polícia tem vagabundo como a academia tem vagabundo, só que a Geni da sociedade somos nós, policiais, todos – militares, civis, agentes, delegados. Não é à toa que os peritos querem sair da polícia: não querem ser confundidos com vagabundos. Eles querem o melhor dos dois mundos: querem usar arma, ter uma carteira bacana, poder se aposentar aos 30 anos de atividade e não serem chamados de policial. Este é o mundo que os peritos dos 17 Estados que saíram querem: o melhor dos dois mundos.

Então, 8% é um número absurdo, feito a partir de manipulações da academia. A academia manipula porque é preconceituosa em relação à polícia. Ela é preconceituosa em relação à polícia porque tem uma mentalidade esquerdopata. Acha que polícia é coisa da direita; é coisa de bandido. Não é! A polícia é cidadã – ou procura ser – e tem se aprimorado.

Assim, a manipulação de dados que se faz na academia é vergonhosa. Por isso, os áulicos das ciências duras, da química, da física e da matemática...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE LUIZ XAVIER** – ...desprezam as ciências sociais. As ciências sociais são desprezadas na maioria das academias por isso, porque manipulam dados para construir verdades que não existem.

Então, quem quiser olhar nome por nome, de vítima e de autor, pode me procurar que eu tenho os dados. Se não quiser me procurar, por não confiar em mim, pode procurar a UnB, que fez um trabalho sério e vai fazer outro agora. Eu já autorizei a pesquisa dos homicídios de 2012 na Ceilândia. Vão começar a pesquisa agora. Vão chegar lá em 20% ou 30% de encarceramento de autores de homicídios praticados, num corte de um ano.

Então, eu nunca agredi nenhum professor – aliás, nunca agredi ninguém, porque sou um cumpridor da lei –, agora, a academia, preconceituosa, quer transformar a polícia na Geni da sociedade, o que é errado. Um policial é tão honesto quanto um professor!

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Obrigado, Dr. Jorge Luiz Xavier.

Eu passo a palavra ao Professor Michel e indago se, no entendimento de V. S<sup>a</sup>, a desconstitucionalização do capítulo “Da Segurança Pública” seria ideal para ofertar aos Estados membros, tendo em conta a sua autonomia, tendo em conta as suas diferenças territoriais, econômicas, regionais, culturais e, inclusive, diferenças políticas... Porque o Distrito Federal, como todos sabemos, é uma pessoa jurídica com capacidade política híbrida. Não existem municípios no Distrito Federal e, no que tange à segurança pública, a União tem uma grande colaboração aqui no Distrito Federal, inclusive financeira. Qual é a ideia do senhor a respeito da desconstitucionalização da polícia, ofertando autonomia aos Estados-membros? O Rio de Janeiro é totalmente diferente, inclusive na sua geografia, do Estado de Mato Grosso, do Estado do Acre e do Distrito Federal.

**O SR. MICHEL MISSE** – Exatamente por isso que não é possível uma solução nacional, uniforme, para um país tão diferenciado como o Brasil. Em muitos Estados, será necessário, provavelmente, que haja alguma unificação. Em outros, não; a integração pode funcionar bem. A experiência dos policiais de cada Estado e dos cidadãos, a decisão das Assembleias Legislativas, do governo do Estado me parecem mais adequadas, mais próximas da realidade do que a tentativa de uma decisão nacional.

Eu gostaria, já que fui citado, de esclarecer um ponto a que o Dr. Jorge Luiz se referiu. Em primeiro lugar, eu acho que ele está desatualizado. Há muitos anos, nós não estamos brigando com a polícia. Ao contrário, nós estamos colaborando, trabalhando junto



com a polícia. No Rio de Janeiro, por exemplo, eu fui o criador do Núcleo de Pesquisa do Instituto de Segurança Pública. Mantenho uma relação muito cordial e de cooperação com a polícia. A Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro, por exemplo, que é uma inovação, segue um padrão que começou em São Paulo e que começa a se estender em outros Estados, já foi estudada. Nós tivemos todo o apoio da Dr<sup>a</sup> Martha Rocha, todo o apoio do Delegado Rivaldo, que era o titular. Então, o senhor, por favor, quando eu digo que os dados não estão batendo, nós podemos discutir os dados, mas não precisa atacar a Academia. Porque, ao atacar a Academia, o senhor está sendo, no mínimo, indelicado.

Olha, tudo isso é trabalho da Academia. Leia, por favor, discuta, diga: “Está errado!”. Tudo bem. Nós estamos abertos. A Academia é o lugar exatamente para isto: para discutir ideias, para verificar se a metodologia é ou não adequada. Falar retoricamente contra a Academia é apenas mais uma maneira de dizer que não quer mudanças.

Veja bem, eu disse que não é verdade. Quem fez a pesquisa em Brasília, sob a minha coordenação, foi o Dr. Arthur Trindade, que o senhor citou. Ele obteve apenas os dados do que a polícia enviou para o Ministério Público, aqueles inquéritos que tinham autoria e materialidade. Eram 70%, na ocasião. Um número inédito. Não existe esse número em nenhum lugar do Brasil. Nós todos ficamos surpresos. Mas se trata do Plano Piloto, com um volume de homicídios relativamente menor do que em outros Estados, em outras cidades, em outras capitais. Mesmo assim, eu achei surpreendentemente alto porque, nos Estados Unidos, em Nova Iorque e em outras grandes cidades, não existe esse número. Na Inglaterra, existe, 90%, mas pela razão indicada agora, um número de homicídios muito pequeno.

O que acontece? A medida internacional para se saber se a polícia foi bem-sucedida na elucidação de um homicídio é a aceitação pelo Ministério Público e a denúncia. Se o Ministério Público devolve o inquérito, mesmo que ele tenha autoria e materialidade, é porque o Ministério Público considera que aquela investigação não foi inteiramente bem-sucedida ou que nela não há material suficiente para embasar uma denúncia.

E o que nós verificamos? Nós verificamos que, dos 70% que chegaram ao Ministério Público, apenas 30% – e não é pouco, é um número extraordinário para o Brasil – se transformaram em denúncia.

Então, veja bem, por um lado, há que se elogiar o trabalho da Polícia Civil do Distrito Federal, não pelos 80%, mas pelos 30%.

**O SR. JORGE LUIZ XAVIER** – Como eu fui citado...

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Só um minutinho, doutor. Quem coordena a Mesa é a Presidência da Mesa. E eu agradeço...

Senador Humberto, V. Ex<sup>a</sup> gostaria de falar?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não, Sr. Presidente. Eu tenho que ir para a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito bem.

**O SR. JORGE LUIZ XAVIER** – Eu não quero polemizar. Eu não ataquei ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Dr. Jorge Luiz Xavier, eu quero expressar nosso respeito pelo senhor, pelos delegados, pela polícia do Distrito Federal. Confesso que fiquei absolutamente impressionado com os dados que o senhor nos trouxe. Como Senador da República e relator desta Comissão, vou consultá-lo mais, a fim de que possamos fazer da Polícia Civil do Distrito Federal um exemplo. E eu gostaria desses dados para que nós possamos, a partir deles, fazer com que a polícia no Brasil seja tal qual a que senhor fez referência, e é a Polícia do Distrito Federal. E quero expressar que acredito no que o senhor disse.

Quero agradecer a todos os convidados. Para o Senado da República é motivo de muito orgulho ter profissionais competentes como estes que aqui se encontram. No Brasil, temos de pensar menos nas corporações e mais no cidadão. Temos esse volume de crimes que é revelado pelas estatísticas. Concordo, em parte, com o Dr. Jorge, no sentido de que existe um tipo de mentira que é a estatística. Nós precisamos retomar as estatísticas no Brasil. Agora, se existe esse número de crimes, é porque existe falta de eficiência na investigação, falta de eficiência do Ministério Público no momento da denúncia, falta de eficiência do Poder Judiciário. O legislador não está criando tipos penais com qualidade para que o cidadão brasileiro possa ter uma segurança que seja cidadã. Portanto, nós todos, servidores públicos, estamos ainda longe de atingirmos o ideal que está previsto no art. 37 da Constituição, que fala da eficiência e da impessoalidade.

Agradeço, em nome da Comissão, a todos os que aqui vieram. Esta tarde foi muito rica, ano menos para mim, Relator desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 27 de novembro de 2013, às 14h30min, no Plenário nº 2.

Declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 36 minutos.)*

*(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 37 minutos.)*

Senador **Pedro Taques**, Presidente.

**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA  
PARA REALIZAR ESTUDOS E PROPOR  
A ATUALIZAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÕES  
PENAIS – LEP (LEI Nº 7.210, DE 1984)**

**ATA DA 10ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião, realizada em 19 de novembro de 2013, às 10 horas e 16 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Ministro Sidnei Agostinho Beneti e com a presença dos senhores juristas: Carlos Pessoa de Aquino, Gamil Föppel El Hireche, Marcellus Ugietto, Maria Tereza Uille Gomes, Roberto Charles de Menezes Dias, Luís Alexandre Rassi, Maurício Kuehne Augusto Eduardo de Souza Rossini, Nídea Rita Coltro Sorci. Deixaram de comparecer os membros: Edemundo Dias de Oliveira Filho, Denis de Oliveira Praça, Sérgio Alexandre Meneses Habib e Técio Lins e Silva. Na ocasião ocorreu reunião de trabalho.

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti)

– Bom dia a todos, senhoras e senhores, eminentes membros da Comissão e convidados.

Declaro aberta a 10ª reunião da Comissão de Juristas com a finalidade de realizar estudos e propor atualização da Lei de Execução Penal, criada pelo Requerimento nº 848, de 2012.

Antes de iniciarmos os trabalhos, coloco em votação a ata da 9ª reunião, solicitando aos eminentes membros da Comissão a dispensa da leitura.

Se estiverem de acordo e não manifestarem alguma dúvida, vou considerar aprovada esta ata. *(Pausa.)*

Não há dúvidas, não há objeções, está aprovada a ata dos trabalhos.

A exemplo do que fizemos nas reuniões anteriores, temos desenvolvido trabalhos em termos informais em reunião nas dependências do Superior Tribunal de Justiça. E, em seguida, nós vimos aqui para a formalização da nossa reunião e para prestar a informação geral a respeito dos trabalhos.

Nós estivemos reunidos durante todo o dia de ontem, desde 9 horas da manhã até 6 horas da tarde. Os trabalhos progrediram bastante e estamos vendo a redação já em termos finais; faltam apenas os acabamentos de polimento dessa redação e alguns acertos, sobretudo os que podem ter vindo ainda das audiên-

cias públicas regionais realizadas, e também de alguns pontos que seja necessário rever para permitir que não haja muitas incongruências sistemáticas numa lei que, afinal de contas, não é tão curta. É preciso fazer essas revisões para que fique o mais completo possível o trabalho que será entregue à Presidência do Senado.

Vamos prosseguir os trabalhos também, em termos informais, durante todo o dia de hoje, após esta reunião da manhã, nas dependências de reunião do Superior Tribunal de Justiça. Explico que lá é feito porque ali fica mais fácil trabalhar, em termos de comissão propriamente de trabalho, com redação, verificação. Ali se trocam ideias com mais facilidade.

A exemplo do que fizemos na reunião anterior, vou ouvir, em primeiro lugar, a Srª Relatora e depois vou franquear a palavra aos membros da Comissão. Em seguida, e é isso que quero anunciar aos membros da Comissão, teremos a satisfação de receber a presença de membros do Ministério Público Federal, sob a coordenação da eminente Subprocuradora-Geral da República, Drª Raquel Elias Ferreira Dodge, que vem acompanhada dos Procuradores da República, Dr. Isac Barcelos, Drª Silvia Amorim, Dr. Helder Magno e Dr. Leonardo Freitas.

Então, fica sendo essa a ordem dos trabalhos e vamos, portanto, pela ordem das manifestações, depois da manifestação da Relatora da Comissão, passar a palavra à representante do Ministério Público Federal.

Tenho a satisfação de solicitar a palavra da eminente Relatora, Drª Maria Tereza Uille Gomes.

**A SRª MARIA TEREZA UILLE GOMES** – Eminente Ministro e Presidente da Comissão, Dr. Sidnei Beneti, quero saudá-lo e, ao mesmo tempo, saudar cada um dos membros integrantes da Comissão de Juristas de Reforma da Lei de Execução Penal. Faço também uma saudação especial à Subprocuradora-Geral da República, Drª Raquel Dodge, Coordenadora da 2ª Câmara Criminal, e aos Procuradores da República que se fazem presentes, integrantes do Grupo de Trabalho de Execução Penal.

Eminente Presidente, os trabalhos da Comissão, desde a nossa última apresentação aqui, em breve relato no Senado, avançaram significativamente. Farei o destaque de alguns pontos, não todos, mas dos mais relevantes que foram definidos pela Comissão.

Um deles diz respeito à questão dos direitos do preso. Alterou-se a possibilidade de suspensão dos incisos V, X e XV do art. 41, que diz respeito aos direitos dos presos, que antes poderiam ser suspensos por ato do diretor do presídio, e agora essa competência passa a ser exclusiva do juízo competente da execução penal, uma vez que são direitos de defesa importantes e que precisam ter uma motivação bem

fundamentada. Dizem respeito à proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; à questão da visita do cônjuge, companheira, parentes e amigos em dias determinados, que só podem ser suspensos por determinação judicial; e também só pode ser suspenso por determinação judicial o contato do preso com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros de meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes. Busca-se, com isso, maximizar o direito de defesa diante da restrição de importantes direitos, bem como evitar medidas sem motivação jurídica idônea.

Segundo ponto. Ainda em relação aos direitos do preso, no que diz respeito ao direito à comunicação que não comprometa a moral e os bons costumes, consignou-se, em caráter expresso, o direito do preso ao uso de telefone público monitorado pela autoridade competente. Isso, de um lado, permite a regulação do uso do telefone, contato com a família, além de diminuir faltas graves com a utilização de telefones celulares, o que implicava regressão de regime – muitas vezes eram utilizados para contatos com familiares, o que poderia ou não atingir a segurança do estabelecimento.

O terceiro ponto diz respeito a delegar ao CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária) a definição de faltas leves e médias, bem como a classificação do comportamento carcerário. Hoje a questão do bom comportamento carcerário é um conceito amplo e que precisa ser moldado. Então, delegou-se ao CNPCP o estabelecimento de critérios nesse sentido.

Um outro ponto diz respeito à progressão de regime. Houve uma discussão se deveria ou não haver uma diferenciação entre primários e reincidentes para fins de progressão de regime. E a Comissão entendeu que deveria permanecer a regra atual, que não diferencia entre primários e reincidentes, tendo em vista que essa diferenciação já é considerada por ocasião da fixação da pena base, em que a reincidência é tida como uma circunstância agravante da pena.

Um outro ponto diz respeito à interposição de recursos das decisões proferidas pelo juízo da execução penal. Das decisões do juízo da execução penal, atualmente, a LEP prevê o recurso de agravo. E a Comissão entendeu que deve ser recurso em sentido estrito, interponível em dez dias, assegurada a sustentação oral. Extingue-se, então, o antigo recurso de agravo, que decorria da intenção legislativa de unificar os recursos cíveis de agravo de instrumento com recurso penal de agravo em execução; a opção pelo recurso em sentido estrito obedece à própria orientação jurisprudencial do Supremo, que já vinha equiparando recurso de agravo,

inclusive quanto ao prazo, ao recurso em sentido estrito, mormente pelo fato de que o recurso de agravo careceu de qualquer regulamentação. Diante disso, a Lei de Execução Penal continuará se valendo, sob o aspecto recursal, do Código de Processo Penal, possibilitando também interposição pelo próprio preso.

Em relação ao uso de algemas, que também tem um dispositivo expresso na LEP, a Comissão optou por positivar a Súmula Vinculante nº 11, do Supremo Tribunal Federal, a qual passa a servir de parâmetro também legislativo que se aplica intra e extramuros.

No que diz respeito à prisão civil, a Comissão entendeu possível facultar o recolhimento domiciliar desde que com monitoramento eletrônico.

Em relação às empresas contratantes de mão de obra de presos e egressos, abriu-se a possibilidade de que elas recebam incentivos, fiscais ou de outra natureza, de acordo com a legislação pertinente, desde que a empresa se responsabilize pela contratação de percentual de egressos, conforme regulamentação.

Outro ponto diz respeito à questão da determinação do regime de cumprimento de pena quando sobrevém, no curso da execução, outra condenação por crime anterior. Então, entende-se que deve ser levado em conta o período de pena já cumprido para cálculo do requisito temporal dos benefícios.

Outro ponto, que é uma inovação, diz respeito à instituição, entre os órgãos de execução penal, da Central Integrada de Alternativas Penais, que deverá existir em cada uma das comarcas. Estabelece-se o prazo de 12 meses para que elas sejam instaladas.

A Central visa justamente a fomentar maior fiscalização das alternativas penais, hoje uma das grandes dificuldades que nós encontramos na prática para fazer com que as alternativas penais funcionem de forma mais efetiva.

Outra questão diz respeito também à fixação de prazo de 12 meses para implantação de sistema informatizado de expedição de guia de execução, que é a guia de recolhimento, por via eletrônica.

Tratou-se da questão da prescrição para instauração de processo para apurar falta grave, também da questão da política nacional para mulheres encarceradas, em relação a especificidades e algumas diretrizes importantes referentes aos estabelecimentos penais. Admitiu-se aqui a contribuição do CNPCP para regulamentação de alguns aspectos referentes às mulheres encarceradas. Inseriu-se, também, a necessidade de cadeia pública como requisito necessário para a criação de comarcas e a vedação de carceragem em delegacias de polícia, fixando o prazo para extinção das carceragens existentes.



Em relação à movimentação de presos, também se instituiu, como órgão da execução penal, Central de Vagas e Transferência de Presos. É um órgão da execução penal, com natureza deliberativa, responsável pela movimentação de presos entre os estabelecimentos penais. A ideia é que cada unidade federativa tenha uma Central, com um representante do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. O representante do Executivo é indicado pelo respectivo Secretário de Estado, o do Tribunal de Justiça o é pela Corregedoria da Justiça, o do Ministério Público o é pelo Procurador-Geral de Justiça e o da Defensoria o é pelo Defensor Público Geral.

O órgão também deliberará sobre a transferência de presos para as penitenciárias federais. Aí a ideia também é ter uma central nacional de vagas – ficou para se pensar melhor na questão da redação –, instituindo-se a comunicação obrigatória das deliberações da central de vagas sobre toda e qualquer movimentação de presos ao juízo da execução penal.

Além da Central de Vagas e Transferência de Presos, também houve deliberação da Comissão no sentido de instituir novos órgãos de execução penal. Mantém-se o patronato e insere-se a Central Integrada de Alternativas Penais – e aí estamos buscando uma redação de compatibilização –; foi inserido o Consej (Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça) – são os Secretários de Justiça, nas unidades federativas, os gestores do sistema prisional –; o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana, que é um conselho presidido pelo Ministro da Justiça e que é o responsável pela verificação sempre que houver violação de direitos humanos; o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; o Conselho Nacional de Justiça, através do Departamento de Monitoramento e Fiscalização; e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, em razão, sobretudo, do Sinesp. E ainda a Central de Vagas e Transferência de Presos e o Centro de Monitoração Eletrônica, que é um centro importante também para a fiscalização dessas pulseiras ou tornozeleiras eletrônicas e de mecanismos de alternativa ao encarceramento.

Ministro, em síntese, essas são algumas considerações que foram tomadas pela Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Agradecemos todos à eminente Relatora e sua equipe, que vêm prestando uma colaboração extraordinária ao sucesso dos trabalhos da Comissão, realçando que estamos também trabalhando em caráter auxiliar à relatoria com o Sub-Relator, o Dr. Augusto Rossini, também com uma equipe que vem prestando um trabalho de enorme relevo para que a Comissão chegue a bom termo nos seus trabalhos.

Vou franquear a palavra aos integrantes da Comissão. O Dr. Charles já havia me solicitado em primeiro lugar. Enquanto S. Ex<sup>a</sup> está atendendo a alguma coisa, vamos ouvir o Dr. Marcellus e, depois, o Dr. Carlos Pessoa de Aquino.

**O SR. MARCELLUS UGIETTE** – Bom dia todos.

Quero saudar o Sr. Ministro Sidnei Beneti, em nome de quem saúdo todos os demais integrantes da Comissão. Quero saudar especialmente, pelo retorno, a Dr<sup>a</sup> Nídea, que esteve ausente por uma questão de viagem e hoje nos brinda com o seu retorno importante à Comissão. Gostaria de saudar também, de cumprimentar a Dr<sup>a</sup> Raquel e os demais Procuradores da República que aqui se encontram. É uma honra muito grande recebê-los. Podem ter certeza de que, sem dúvida nenhuma, o Ministério Público, em todos os seus níveis, deve ser e é figura importante no contexto da execução da pena.

Tenho comigo que tornar a execução da pena um ato meramente administrativo é um risco absoluto. Os países que tomaram essa decisão têm se arrependido.

Nós estivemos nos Estados Unidos em um evento oficial e tivemos a oportunidade de conhecer, junto com mais sete promotores, que foram escolhidos no Brasil, a política de administração penitenciária daquele país, que todo mundo diz que é um sucesso, que é isso, que é aquilo outro. Nós pudemos perceber que eles têm uma preocupação... Nos chamaram lá, com todos os custos por conta deles, não meramente para que pudéssemos aprender, mas também para apreender de nós este modelo que nós temos, que é o modelo de execução penal judicializada e que, por ser judicializada, não quer dizer que beira à perfeição. Mas, sem dúvida nenhuma, é um modelo de execução penal que busca garantir o nosso norte da Constituição Cidadã, que é o norte da cidadania, o norte da dignidade da pessoa humana. Percebam que, mesmo assim, com quase 30 anos de Lei da Execução Penal, com o advento da Constituição Cidadã, ainda temos a força do Estado totalitário e reticente em não cumprir a Lei da Execução Penal e tratar todos os presos como se eles fossem... como se aqui entre nós tivesse pena de morte ou prisão perpétua, sem se vincular ao conceito futurista e visionário da própria LEP, que é justamente a reintegração social positiva.

Então, eu percebi lá, nos Estados Unidos, que eles têm preocupação de aprender e até criticaram o próprio modelo de administração penitenciária, que é o modelo meramente administrativo em que o preso sequer fala com o juiz, sequer consegue falar com o juiz ou com o promotor de justiça e, olhe lá, quando consegue! Eu perguntei em certa unidade: e se mandar uma carta pela família? “Não, aqui tudo é intercepta-

do. Essa carta não chega. Quando é muito grave, nós vamos lá falar com o juiz e com o promotor, que, na maioria dos casos, atende ao nosso posicionamento.”

Eu penso que nós, que temos um modelo diferente, podemos tomar alguns exemplos de países europeus, da própria América do Norte, alguns tópicos podemos ajustar e melhorar a execução da nossa pena, mas jamais ter como modelo essa falta de meios para que se garantam realmente os direitos e garantias fundamentais.

A Lei de Execução Penal nunca se prestou – e não é este o objetivo da Comissão – a um banimento *ad aeternum* nem para o preso provisório nem para o preso que já tem uma pena definitiva consolidada. Na verdade, a Lei de Execução Penal tem esse caráter visionário, futurista da reintegração social positiva como um norte, e nós, infelizmente, não temos alcançado, na privação da liberdade, esse desiderato, essa vontade expressa na Lei de Execução Penal.

Eu me reporto ao ofício do René Ariel Dotti. Quando convidado pelo Ministro Sidnei Beneti para colaborar com a nossa Comissão de alguma forma, na sua resposta ao Ministro, ele disse que não se sentia à vontade para colaborar. De certo modo ele se sentia envergonhado de ter participado de uma lei, que foi justamente a Lei de Execução Penal, esta que nós temos hoje, de 1984, que, de 84 para cá, segundo ele, não foram cumpridos nem sequer 10% dessa legislação tão boa, futurista e tão elogiada em outros países. Então o Dr. René Ariel Dotti nos negou a participação, a colaboração à Comissão dizendo, Sr. Ministro – isso foi repassado a todos nós –, que, na verdade, ele se sentia mal em ver a lei de que ele participou, que criou junto com outros membros da Comissão não ter sido contemplada durante tantos anos, mesmo depois da Constituição Federal.

Na Lei de Execução, o mandamento da sentença condenatória mitiga a liberdade, jamais a dignidade da pessoa humana, prevista na Constituição Federal.

Eu acho que é este o objetivo desta Comissão, na realidade, este é o espírito que eu tenho visto na Comissão: confirmar a filosofia e as metas que a Lei de Execução Penal, a lei em análise propôs desde o seu art. 1º, que é punir com o horizonte da reintegração social positiva. E a nossa meta também é ofertar, diante da nossa Constituição Federal, que é posterior à LEP, mecanismos e instrumentos para que se garantam os direitos e garantias fundamentais trazidos por esta Constituição Federal de 1988. Eu entendo que esse seja o norte da nossa Comissão e da reforma da LEP, além da modernização, como escopo, como fundamento para que se agilizem os processos de execução penal sem retirar a judicialização, a presença

do juiz de execução penal, a presença do promotor de execução penal, a presença do defensor público de execução penal a ladear todo o processo de execução da pena, para garantir que o Estado – ou pelo menos tentar garantir – saia dessa zona de conforto e realmente aplique pelo menos metade dos parâmetros que a Lei de Execução Penal prescreve.

Gostaria de enfatizar, na palavra da Drª Tereza, essa questão de se manter a fração, mesmo para primários e para reincidentes, no que diz respeito à progressão de regime. Fico muito feliz que a Comissão tenha pensado assim, porque já temos a reincidência como um parâmetro basilar da pena base no art. 59 do Código Penal, quando o juiz analisa o comportamento, a conduta social do réu, do acusado. Temos a reincidência como agravante, efetivamente um agravante objetivo, que não dá margem nem à interpretação. E colocar essa reincidência como mais um gravame, de modo a modificar a fração para aqueles que já têm outro delito seria realmente apenar ainda mais, de forma a termos um *bis in idem* nessa questão no que diz respeito à progressão. Por isso eu tenho esse como um dos pontos importantes, um pensamento importante, apesar de saber que muita gente não vai entender dessa forma. Mas eu acho que a Comissão tem que fazer o trabalho honradamente, com o viés de responsabilidade social, mas acima de tudo de responsabilidade com o Direito.

Estamos passando por um tempo extremamente perigoso, perigoso no Estado democrático de direito. Nós vimos recentemente situações absurdas, como o fracionamento da própria pena em sede de recurso, uma coisa que eu nunca tinha visto, jamais vi na minha vida como Promotor de Justiça, com 27 anos de promotoria e 13 anos de execução penal. Nunca recebi uma carta de guia provisória mesmo que tivesse partido a pena em face de um recurso. Esse é realmente um precedente perigosíssimo que não só fere o Estado democrático de direito; fere o Direito de uma forma geral, fere... Sem entrar no mérito, na questão do delito, fere, sem dúvida alguma, preceitos básicos que não devem influenciar a lei de execução penal que pretendemos entregar ao Senado.

Dito isso, quero agradecer e dizer ao Ministro que estamos aguardando as novas reuniões para que possamos então finalizar de uma vez por todas e entregar ao Senado o trabalho da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Agradeço ao Dr. Marcellus as suas manifestações, feitas, naturalmente, em termos pessoais, a respeito dos assuntos aqui tratados.

E tenho a satisfação de entregar a palavra ao Dr. Roberto Charles.

**O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES**

**DIAS** – Bom dia, Sr. Presidente, Ministro Sidnei Beneti. Como sempre, registro a nossa satisfação e alegria de estarmos submetidos à liderança extremamente competente que V. Ex<sup>a</sup> tem exercido sobre esta Comissão à qual todos – ressaltar: todos – nos submetemos não por imposição de força de V. Ex<sup>a</sup>, mas por reconhecimento e respeito à sua competência e à forma absolutamente democrática com que tem conduzido os trabalhos.

Dizendo isso, já ressaltar que, em que pese em determinados momentos sermos vencidos e termos sido todos vencidos em determinadas discussões que se fazem no âmbito do colegiado, isso faz parte da discussão política, é republicano. Todas as decisões, como bem ressaltar o Rossini, são tomadas em consenso, registrando, como sempre se coloca, que essas discussões em que não houve consenso e que vão a votos são pouquíssimas. Isso revela o espírito republicano, o espírito cordial, o espírito de harmonia que V. Ex<sup>a</sup> tem imposto na Comissão, a que todos nós temos nos submetido de forma bastante proveitosa.

Cumprimento a nossa competentíssima Relatora, Dr<sup>a</sup> Tereza Uille.

A todos os colegas o cordial bom dia.

Quero dizer, Ministro, que nós estamos caminhando para o final dos trabalhos da Comissão. E eu não poderia chegar a este momento sem registrar a satisfação que foi e que tem sido participar desses trabalhos que, de certo modo, se coloca nas mãos dos administradores do Estado para que, se quiserem – e neste momento eu isento a Comissão de responsabilidade, falo em meu nome –, façam efetivamente um trabalho de resolução e, sobretudo, para que se obtenha resolubilidade na questão da política de administração dos presídios. Esse é o ponto em que eu isento a Comissão da responsabilidade. São opiniões pessoais.

Os nossos governos, lamentavelmente, têm sido ou incompetentes ou irresponsáveis ou absolutamente descomprometidos com a questão – isso em regra; evidentemente há exceções – da política de encarceramento do Estado. Para vergonha minha pessoal, na primeira página que estava exposta no sítio da organização dos estados americanos, havia uma cobrança em relação ao meu Estado no que se refere àquela situação carcerária do Maranhão. Cobravam efetivamente uma posição do Estado do Maranhão, justificativas por que aqueles fatos estavam ocorrendo. E o grave é que sabemos que tem soluções. Nós estamos agora, com esta legislação, trazendo os caminhos para que se consiga resolver esse problema.

Nós temos aqui a honrosa presença da Subprocuradora da República, Dr<sup>a</sup> Raquel Elias Ferreira Dodge, que muito nos honra e que, a gente precisa registrar,

está de posse de um pedido para que se faça intervenção federal no Estado do Maranhão. Eu, a rigor, também para que se registre, diria que se tivermos de fazer intervenção federal, deveríamos fazê-la praticamente em todos os Estados por conta dessa questão – e aí ressaltar que há raríssimas exceções.

Mas eu, apenas para deixar claro, me sinto com a sensação do dever cumprido. Nós discutimos os temas importantes referentes a essa questão, nós trouxemos soluções efetivas para a questão do tratamento dos presos, e, ressaltar, essa questão ainda não se revolveu também não por falta de lei, mas a lei agora impõe – antes ela sugeria, mas agora ela impõe – a solução, responsabilizando e buscando definir a responsabilidade daqueles que deveriam cumprir o seu papel.

Eu falo que a solução existe porque os outros países todos já encontraram esse caminho e nós temos todas as condições de encontrar também. Então, é neste contexto que eu registro a satisfação de ter participado desta Comissão, de estar participando e de trazermos efetivamente um instrumento exequível. Se há algo que não se poderá dizer no futuro é que a lei não era exequível ou que a lei não poderá ser executada. Isso vai agora partir apenas de vontade política de fazer valer as soluções.

Dito isso eu encerro as minhas palavras, cumprimentando todos os colegas e evidentemente ressaltando a honrosa visita da Procuradora que nos brinda com a sua presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Agradeço ao eminente Dr. Roberto Charles as suas palavras sempre muito apropriadas.

Pela ordem de solicitação, ouviremos o Dr. Carlos Aquino.

**O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO** – Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente dos trabalhos, a quem remeto o sincero afeto e o respeito reiterado pela condução que tem imprimido à nossa Comissão com sua serenidade, com sua sensibilidade, com sua temperança, com sua lucidez e com a sua forma de ser e de viver. Saúdo, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Peço licença para interromper.

Eu gostaria, Dr. Carlos Aquino, provavelmente fará parte da manifestação que fará, de trazer a informação da presença de V. Ex<sup>a</sup>, em nome da Comissão, na reunião da Ordem dos Advogados. Por favor.

**O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO** – É exatamente isso Excelência.

Antes disso, quero fazer uma saudação especial à nossa digníssima Relatora, eminente Dr<sup>a</sup> Maria Tereza Uille Gomes, que com muito discernimento tem sabido sintetizar todas as propostas que têm sido colhidas pelo egrégio colegiado, sabendo condensar tudo quanto



nós temos aprendido ao longo dos nossos debates, o que é muito importante, uma tarefa hercúlea, eu diria até uma tarefa de Sísifo: levar a pedra ao cume. Enfim, ela faz isso com devoção, faz isso com entrega, faz isso com gosto e faz disso a sua causa de ser e de viver, é o trabalho. Nós temos até comentado isso em caráter de intimidade.

Eu faço uma saudação aos eminentes colegas e uma saudação especial à nossa colega Nidea Sorci, eminente Juíza do Estado de São Paulo e nossa colega aqui, que nos honra sempre com as luzes do seu brilhantismo e a força da nossa inteligência. Seja muito bem-vinda aqui conosco essa querida colega. Saúdo os eminentes representantes da Subprocuradoria Geral da República e também eminentes Procuradores da República que aqui nos brindam com suas presenças.

Sr. Presidente, ontem tive a honra e o privilégio de me dirigir à gloriosa Ordem dos Advogados do Brasil seccional do Distrito Federal, onde, em companhia do nosso colega Tércio Lins e Silva, tivemos oportunidade de debater com a categoria dos advogados as questões legais, de uma forma geral, mas mais expressamente, no meu caso explicitamente e precisamente, acerca do que nós temos feito, levando à balia a discussão que nós temos travado aqui dentro do nosso colegiado. Fomos muito bem recebidos. E eu tive a oportunidade de expressar a sua delegação para que lhe representasse e justificar a sua ausência, haja vista que V. Ex<sup>a</sup> tem se multiplicado, até, às vezes, eu penso que V. Ex<sup>a</sup> tem o dom da onipresença por tantas tarefas que lhe recaem sobre os ombros, e tem cumprido todas sempre acolhendo as expectativas dos seus jurisdicionados e do povo brasileiro.

Então, em lá estando, o Presidente Ibaneis mandou um abraço mais escolhido a V. Ex<sup>a</sup> e também o Vice-Presidente que, por sinal, é conterrâneo, Severino Cajazeiras, paraibano e de Cajazeiras também – é Cajazeiras até no nome. Então, esse espírito de conterraneidade, de irmandade, de fraternidade e de coleguismo foi o que permeou ontem a OAB. Ficamos das 19h até às 22h30, onde todos, inclusive a assistência, participamos, porque encontro de advogados é sempre assim palpitante, todos querem se manifestar, e discutir, e refletir. Foi muito importante. Foi um clima muito agradável.

E tivemos a presença muito honrosa do nosso colega Marcellus Ugietto, que também expressou o seu entendimento, inclusive, como sempre, com a sua verve veemente, com as suas convicções muito bem postas e muito bem arraigadas, um homem de personalidade, um homem de uma vida devotada à causa do povo, à causa do sistema penitenciário, um profundo conhecedor, um estudioso, enfim, essa pessoa

que dispensa apresentações porque ao longo desses nossos encontros ele tem demonstrado toda essa força e essa lucidez.

De forma, Sr. Presidente, que foi muito produtiva a reunião, onde recolhemos os melhores frutos. Pudemos fazer essa interação com a nossa Ordem dos Advogados do Brasil e o faremos no Conselho Federal, enfim levaremos também à nossa seccional.

E eu acho que é importante, agora que nós estamos atravessando os umbrais do epílogo da tarefa que nos foi entregue, que nós tenhamos procurado todos, indistintamente, fazer o melhor para o nosso povo, para a nossa gente, a fim de fazer corresponder o trabalho aos verdadeiros anseios e às justas aspirações do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado, Prof. Carlos Aquino, inclusive pela representação da Comissão, junto com os demais integrantes, na reunião com a Ordem dos Advogados do Distrito Federal.

Dr. Rassi, por favor.

**O SR. LUÍS ALEXANDRE RASSI** – Sr. Presidente...

**O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO** – Dr. Rassi, por favor.

**O SR. LUÍS ALEXANDRE RASSI** – Sim.

**O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO** – Eu pequei. Eu fiz uma omissão grave. V. Ex<sup>a</sup> depois se fez presente na reunião da Comissão. Eu me reportei ao Dr. Ugietto e ao Tércio, que foi conosco o palestrante, mas foi com V. Ex<sup>a</sup> que nós jantamos ontem. Então, me perdoe, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Proponha agora os embargos de declaração. (Risos.)

**O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO** – Há tempo. Tempestivamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Por favor.

**O SR. LUÍS ALEXANDRE RASSI** – Sr. Presidente, eu recebo os cumprimentos em nome de todos os membros.

Mais uma vez venho falar depois do Ministério Público, porque o que me motivou falar foram as palavras do amigo Ugietto.

Muito me preocupou a crítica do Professor René Ariel Dotti, amigo de bancada em palestras que já demos, sobre a Lei de Execução. Foram algo que demorei a digerir as palavras dele. Mas o importante – e aí me perdoe, gostaria de saudar também a ilustre representante do Ministério Público, Dr<sup>a</sup> Raquel Dodge – e o que impressiona nesta Comissão é que talvez conseguimos achar a forma ideal de se dar efetividade.

E qual seria a forma ideal de se dar efetividade à Lei de Execução Penal? Foi a fórmula mágica da ação civil pública, com atribuição ao promotor da execução. Não se pode dizer mais que a lei é inexequível. Existem hoje penalidades. Existirão no futuro penalidades que imporão o cumprimento dessa lei. Talvez tenhamos conseguido superar essa falha da lei anterior, não porque sejamos melhores ou piores, mas porque já pegamos uma lei pronta.

Gostaria de destacar também a presença dos representantes do Ministério Público Federal, informando que, nesta Comissão, a sua grande maioria é formada por procuradores, promotores de justiça, membros do Ministério Público – Ugietto, Rossini, Tereza, Maurício.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – O Maurício é aposentado. (*Risos.*)

**O SR. MAURÍCIO KUEHNE** – Não vale, não.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – Todos que você falou são Estado.

**O SR. LUÍS ALEXANDRE RASSI** – Sim. Mas são Estado. O Ministério Público é uno.

Bom, vou voltar à minha saudação. Gostaria de saudar todos na pessoa do nosso Procurador de Justiça Jubilato.

O que eu queria dizer é que é muito interessante que, quando se chega à fase da execução, há uma conciliação, uma percepção de que na execução não se tem mais *ex adversus*, porque o interesse é sempre o mesmo, que é dar a execução digna aos presos, ao Ministério Público e à defesa. Nesse sentido, a presença do Ministério Público Federal, que pode reforçar essa fiscalização, é muito interessante. A sua participação enriquece muito a nossa Comissão.

É nesse sentido que gostaria de me manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Agradeço muito as palavras do eminente Dr. Luís Alexandre Rassi.

Agora solicito a palavra do Dr. Rossini, por favor, Diretor do Depen.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – Sr. Ministro, na pessoa de quem saúdo todos e todas aqui presentes, eu prometera ao Dr. Rassi que não falaria. Mas instado que fui por ele mesmo, o faço. Tentarei ser breve.

Ali naquele ambiente em que temos convivido, as três grandes carreiras jurídicas lá estão. São os advogados – advogados de peso, presentes –, são promotores e a figura de dois grandes magistrados, o Dr. Beneti, hoje Ministro, mas Juiz de Carreira do Estado de São Paulo, que foi, para orgulho e gaudío do nosso Estado, guindado a essa condição de Ministro dessa Corte tão importante, tão fundamental, e a Drª Nidea, que exerce ainda as suas atribuições, as suas

competências junto à Vara das Execuções Criminais da capital, com competência para as unidades prisionais femininas daquela região, que é, sem dúvida alguma, a maior região em termos quantitativos. Hoje, o Estado de São Paulo tem 210 mil presos, o que corresponde, praticamente, a 40% da população carcerária brasileira, que bate à porta das 560 mil pessoas, se não mais, a despeito do esforço do legislador no sentido de criar mecanismos alternativos, como a própria Lei das Cautelares, que foi incorporada ao Código de Processo Penal.

Mas, este momento, como eu disse, é de gaudío. Nesse sentido, eu me sinto particularmente prestigiado pela presença da Drª Raquel Dodge e dos demais colegas de Ministério Público.

Sou membro do Ministério Público há 25 anos e estou afastado para exercer as atribuições de Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, certo que o próprio Conselho Nacional do Ministério Público me autorizou que assim exercesse, por conta de as atribuições do Diretor-Geral terem total e ampla harmonia com os princípios esculpidos na Constituição para o Ministério Público. Ou seja, sinto-me ainda e sou um membro, embora afastado, ativo e efetivo da instituição de que tanto me orgulha fazer parte.

Sr. Ministro, ontem, envolvido que fui com episódios das mais alta envergadura, parece-me que testemunhando *ictu oculi* a história brasileira. Eu não poderia deixar de consignar aqui, embora trabalhando para este Governo, exercendo as funções, mas também não deixando de lado essas minhas atribuições do Ministério Público, que a execução penal vem à tona nos mais altos cenários, na grande mídia brasileira, pela via do cumprimento de mandado de prisão de Deputados, ex-Ministros, o ex-Ministro Chefe da Casa Civil José Dirceu. Isso é um fato histórico.

Do sistema penitenciário se espera muito mais do que já se esperou. Vejo isso tudo, agora, com os olhos de quem está na condição de gestor, como uma grande oportunidade. O País deixou de encarcerar pessoas pobres, pessoas desfavorecidas, das periferias, e, por ordem do Presidente da mais alta Corte do País, foram, de fato, encarcerados e estão encarcerados réus – e agora já em fase de cumprimento de pena – dessa condição e dessa qualidade.

Vejo que esta Comissão tem que aproveitar esse ensejo. A discussão sobre o regime de pena tem que ser forte. Temos que dar um recado bastante claro para a Nação – quando eu falo Nação, falo o povo que compõe esta terra. Que nós nos harmonizemos com esses anseios mais genuínos do País. Não podemos frustrar a Nação Brasileira trazendo outra coisa que não seja do interesse dela para essa legislação.

**O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS** – Ou nos omitindo.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – Não podemos nos omitir quando nós temos o que oferecer.

A discussão do regime semiaberto, ontem e hoje, os jornais trazem bastante claro. É isso que País quer? É isso que o País espera? É só para ressocialização que a prisão se presta? É só para ressocialização? E os criminosos de colarinho branco precisam se ressocializar, na medida em que, por conta dessa alta condição, tiveram um ambiente para a prática das condutas já definidas pelo hermeneuta último, que é o próprio Supremo Tribunal Federal?

Então, com esse espírito, Sr. Ministro, eu não poderia deixar de falar. Queria e peço encarecidamente, rogo até para a Dr<sup>a</sup> Raquel e os demais membros, que levem o cumprimento deste membro do Ministério Público ao Dr. Janot, que conseguiu, em tão pouco tempo, demonstrar a que veio, montando uma equipe extremamente competente, levando para a sua assessoria não só membros do Ministério Público Federal, mas a Dr<sup>a</sup> Cláudia, que é membro do Ministério Público do Distrito Federal. Isso faz com que os promotores de justiça e os procuradores de justiça vejam que a instituição é uma só, não é cindida em esferas de competência.

Também, para não perder a oportunidade, gostaria, lá no nosso recôndito do STJ, de rediscutir alguns temas que também, ontem, pela minha ausência no período da manhã e em parte do início da tarde, não estive em condições de debater. Então, se a Presidência pudesse retomar alguns pontos que me preocupam...

Também não queria deixar de consignar novamente aqui, na pessoa do Renílson, todo agradecimento para o pessoal que nos apoia bastante. E queria destacar aqui, Sr. Ministro, a pessoa do Marcus Semeraro Rito – que tem rito até no nome, não é? – e a Michele Silveira, que tem nos auxiliado também lá nos nossos trabalhos.

Sr. Ministro, para ter uma ementa do que falei, já que falei muito, acho que esse episódio que a Nação brasileira testemunha, nos faz também mais responsáveis do que já somos. E temos consciência dessa responsabilidade.

O recado que temos que dar no relatório, nas propostas, é um recado bastante eloquente – duro até –, não em termos de pena, mas no que se espera do sistema prisional brasileiro, a que ele se presta. Gastamos muito, prendemos muito, prendemos mal, muito e mal, então temos que oferecer para a Nação um remédio ou ferramentas que tragam condições para que a paz social, que o que se espera de nós, seja alcançada.

Devolvo a palavra, Sr. Ministro, sempre agradecendo a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Agradecemos a palavra do Dr. Augusto Rossini, louvando, sem dúvida, a atuação de S. Ex<sup>a</sup>, que se desdobra em momentos em que os afazeres do seu cargo lhe trazem decisões da maior responsabilidade. A oficialidade tem sido preservada por S. Ex<sup>a</sup>, fazendo com que cumpra com seu dever a despeito de continuar participando dos trabalhos da Comissão. Esse desdobramento que leva a pessoa a estar em vários lugares ao mesmo tempo, que já foi ressaltado aqui, indevidamente a meu respeito, na verdade, tem se mostrado de grande presença fática, de grande concretude, exatamente nas participações do Dr. Rossini.

Os fatos recentes que envolvem a execução da pena no Brasil, sem dúvida, põem o foco na execução penal e redobram a responsabilidade desta nossa Comissão. Em certo sentido, são fatos que nos oferecem a oportunidade de refletir mais em cada uma das decisões que tomamos na nossa Comissão.

Desejo sucesso ao Dr. Rossini nas suas difíceis tarefas oficiais dos nossos tempos.

Pede a palavra o Dr. Maurício Kuehne, por favor.

**O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO** – Sr. Presidente, tenho um comunicado a V. Ex<sup>a</sup> e ao colegiado. O Dr. Tércio Lins e Silva acaba de me comunicar que motivos profissionais de urgência o impossibilitaram de aqui estar presente na parte da manhã, mas confirma a presença nos trabalhos no Superior Tribunal de Justiça. E pediu que comunicasse ao colegiado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Agradeço e queria aproveitar também para justificar as ausências do Dr. Edemundo e do Dr. Habib, que tiveram problemas nas suas atividades e não puderam estar presentes neste momento, e do Dr. Denis, que esteve em trabalhos anteriores, e, agora, não pôde vir.

Prof. Maurício.

**O SR. MAURÍCIO KUEHNE** – Ministro Sidnei Beneti, que preside esta Comissão de Estudos para a reformulação da Lei de Execução Penal, na pessoa de V. Ex<sup>a</sup> e da Dr. Maria Tereza Uille Gomes, Relatora, permito-me saudar todos os integrantes da Comissão e os representantes também aqui do Ministério Público Federal, todos já anteriormente nominados.

Confesso que eu não iria falar, Ministro, mas devo dizer que, após aquilo que o Dr. Rossini rapidamente colocou, que altas personalidades – não só do mundo de hoje, mas do mundo de ontem também – se encontram privadas de liberdade, a execução penal passou a ter um novo foco em termos de realidade brasileira. O Dr. Marcellus também fez algumas ponderações.



Não vou fazer críticas àquilo que o Supremo Tribunal naturalmente fez recentemente na expedição dos mandados de prisão em que incorreções ou equívocos flagrantes foram praticados em detrimento do ordenamento jurídico vigente – vale dizer, a Lei de Execução Penal –, porque isso nos faz refletir sobre um aspecto: a execução penal lamentavelmente não é conhecida no Brasil.

Na hora em que os cárceres se abrem para os poderosos, na hora em que a nossa Suprema Corte é instada a se manifestar a respeito da execução penal, podemos sentir ou pressentir o descortinar de novos horizontes que fazem com que a responsabilidade desta Comissão, conforme acentuado há pouco por V. Ex<sup>a</sup>, avulte, porque a execução penal tem que ser conhecida.

Em minhas militâncias da academia – e acredito ser um dos poucos professores de execução penal existente no Brasil, porque essa disciplina jurídica, lamentavelmente, não integra os currículos das nossas faculdades de Direito –, tenho apregoado e dito insistentemente, que, no momento em que a sociedade vier a conhecer os cárceres, a realidade da execução penal no Brasil passará a ser modificada. E hoje estamos verificando que a sociedade como um todo está voltando seus olhos e a sua atenção aos cárceres brasileiros em função desse episódio que ocorre e que, naturalmente, ficará eternamente marcado na história brasileira.

Nesse sentido, aliando-me àquilo que há pouco V. Ex<sup>a</sup> disse, a responsabilidade da Comissão é agora gritante, ela avulta, porque, se alguma coisa não está clarificada no Direito hoje posto, temos que propor, para que no amanhã esses erros e equívocos praticados não venham a ser reiterados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti)

– Muito obrigado pelas palavras sempre muito apropriadas trazidas pelo eminente professor.

Tenho agora a satisfação de solicitar a palavra à Dr<sup>a</sup> Raquel Elias Ferreira Dodge, eminente Subprocuradora-Geral, que fala em nome da sua bancada de procuradores integrantes do Ministério Público Federal.

Por favor, Dr<sup>a</sup> Raquel.

**A SR<sup>a</sup> RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**

– Bom dia, senhoras e senhores; Sr. Ministro Sidnei Beneti; Sr<sup>a</sup> Relatora, Dr. Maria Tereza Uille Gomes; senhores membros e senhoras membros da Comissão. É uma enorme honra para o Ministério Público Federal ser calorosamente acolhido aqui neste ambiente de trabalho.

Guimarães Rosa dizia que a colheita é sempre coletiva, é sempre uma festa; o capinar é que é iso-

lado. Mas percebo aqui e testemunho a manifestação de todos no sentido de que esse capinar foi uma experiência de temperança, uma experiência de harmonia e uma experiência importante que se desenvolveu coletivamente. Não há dúvida de que, se os olhos da Nação ainda não estavam voltados para esse tema e para o trabalho desta Comissão, fatos recentes fizeram com que o povo brasileiro começasse a despertar para esse problema que macula a imagem da Nação internamente e no plano internacional.

As condições carcerárias brasileiras recomendam a modificação da Lei de Execução Penal e queria prestar esse testemunho de que o Ministério Público Federal reconhece a legitimidade dos membros desta Comissão para empreender esta reforma, não só porque são de origens distintas, vieram da magistratura, do Ministério Público, da advocacia, mas também são especialistas na matéria e, certamente, têm essa disposição histórica de prestar atenção nesse assunto, de estudá-lo e agora propor essa reforma que está sendo encaminhada.

O Ministério Público Federal aqui comparece, Sr. Ministro Sidnei Beneti, Sr<sup>a</sup> Relatora, senhores membros, por meio da 2<sup>a</sup> Câmara de Coordenação e Revisão, que é o nosso órgão encarregado da coordenação da matéria criminal e de controle externo da atividade policial em todo o País, mas também por intermédio desses nossos queridos procuradores da República, que integram o nosso grupo de trabalho sobre a execução penal, instituído há cerca de um ano, e que vinha estudando este assunto também.

Estamos aqui também na companhia da Secretaria de Relações Institucionais recentemente criada pelo Procurador-Geral da República na expectativa da aproximação institucional a que se referiu aqui o Dr. Rossini.

Eu agradeço muito a acolhida do Dr. Luís Alexandre Rassi, do Dr. Marcellus, do Dr. Carlos Aquino, de todos os que fizeram expressa referência à nossa presença aqui.

Nós realmente gostaríamos de poder contribuir um pouquinho para a reflexão que faz esta Comissão.

O Ministério Público Federal tem uma posição curiosa no âmbito do cumprimento da lei penal no Brasil, seja da lei penal propriamente dita, seja no tocante à execução penal, porque nós participamos, em algum momento, do processo penal de origem estadual e do processo penal de origem federal, exatamente porque atuamos no final das manifestações processuais no âmbito do Judiciário, porque cabe ao Ministério Público Federal atuar perante o STJ e o Supremo Tribunal Federal em relação aos recursos de origem estadual, assim como fazemos também em relação aos recursos

de origem federal. Isso nos dá uma posição panorâmica em relação a todas as questões que são deduzidas no âmbito federal, assim como no âmbito da Justiça estadual. E é nessa expectativa que nós comparecemos aqui, trazendo um pouquinho da nossa reflexão sobre isso para o exame desta Comissão.

É claro que nós comparecemos aqui com o mesmo espírito que tem influenciado o trabalho desta Comissão, o espírito de superar a situação atual de condições carcerárias desumanas, incompatíveis com o espírito da própria Lei de Execução Penal e que tem ensejado o cumprimento de penas em situações cruéis exatamente no sentido contrário do que proíbe a Constituição brasileira. A Constituição proíbe penas cruéis e o cumprimento de pena em condições cruéis acaba ensejando uma equivalência na prática àquilo que a Constituição proíbe.

Nossas reflexões, Sr. Ministro, não serão aqui apresentadas uma a uma, até porque nós acabamos fazendo um trabalho extenso. Mas eu gostaria muito apenas de apresentar, digamos assim, o eixo do trabalho que será então entregue ao Sr. Presidente e à Sr<sup>a</sup> Relatora para ser eventualmente aproveitado pela Comissão.

O Ministério Público Federal recentemente tem trabalhado nesse espírito de que o Direito Penal é um instrumento de proteção e de garantia de direitos humanos. Esse aspecto do Direito Penal é muitas vezes negligenciado nas nossas reflexões acadêmicas e doutrinárias, mas o Direito Penal nada mais faz do que isto: protege a sociedade, protege a vítima de agressões cruéis, mas também, por outro lado, tem que dar ao criminoso, ao criminoso condenado, um tratamento igualmente humano, igualmente protetor dos seus próprios direitos individuais e é nesse aspecto que a Lei de Execução Penal tem um desiderato muito importante.

Nessa linha de raciocínio, nós gostaríamos também de lembrar que há ainda, no Direito brasileiro, digamos assim, certa posição um pouco nebulosa a respeito de adotarmos uma posição retributivista no sentido de reconhecermos na pena um caráter apenas repressivo, que é o que defendia Kant, como o papel primordial do Direito Penal, ou uma posição mais utilitarista, defendida por quem é partidário dessa corrente filosófica, que defende para o Direito Penal e para a execução penal um papel mais de reabilitação, de ressocialização da pessoa condenada. O retributivismo olha para o passado e quer punir o criminoso que cometeu uma determinada falta; o utilitarismo olha para o futuro e quer reabilitar essa pessoa.

A população brasileira hoje está muito dividida em relação a isso. Muitos clamam por punição, repressão, num raciocínio retributivista, mas o Direito Penal e o

Direito da Execução Penal no Brasil têm, claramente, esta vocação para não só punir, mas também reabilitar. E a Lei de Execução Penal expressa isso muito mais claramente do que o próprio Código Penal, entretanto, a população brasileira ainda não recebeu, talvez, uma mensagem clara de qual é o papel do Direito Penal e da Lei de Execução Penal adotada no Direito brasileiro.

Nós, na nossa contribuição, faremos reflexões e sugestões nessa linha utilitarista, procurando dar ao Direito Penal um papel mais importante na reabilitação do preso, na sua reinserção social, que tem sido uma vocação clara da Lei de Execução Penal no Brasil. Nessa perspectiva, as nossas reflexões são no sentido de, no capítulo do Ministério Público contido na atual Lei da Execução Penal, tornar mais clara, Sr. Ministro, Sr<sup>a</sup> Relatora e senhores membros, qual é a atribuição do Ministério Público Federal, que pode, por exemplo, significar uma melhoria das condições carcerárias atuais. Essa é uma situação que nós precisamos superar no curto prazo se quisermos ser honestos conosco mesmos em relação àquilo que nós estamos ensejando no que diz respeito ao cumprimento da pena. Se esse assunto não empolgava a população brasileira, os nossos gestores e administradores, talvez fatos recentes levem a que a situação do cárcere seja mais visível, esse fato social mais iluminado e nós consigamos as condições políticas e administrativas para superar essa questão. Mas aí precisaremos do concurso de um agente promotor, e nós estamos propondo que o Ministério Público Federal assuma mais nitidamente essa tarefa.

No tocante às condições carcerárias, nós estamos propondo que exista um plano de metas para superar a situação atual de ausência de vagas, de aplicação dos recursos públicos que já estão recolhidos da população pagadora de impostos e que já são destinados, vinculadamente, a esta finalidade. E aí o Ministério Público poderia ter um papel de acompanhar o cronograma de construção e reforma e ampliação de presídios, mas para que também, Sr. Ministro, os presídios, no tocante às reformas e melhorias, os presídios já existentes passem a ter ambientes em que os serviços devidos pelo Estado, que são educação, saúde, assistência jurídica, assistência social, psicologia, sejam criados no ambiente prisional; hoje isso não existe na maioria dos cárceres brasileiros. Também queremos que os cárceres e os presídios possibilitem o trabalho do preso, que é uma garantia devida a ele, e, eventualmente, até renda para que, quando ele sair da prisão, tenha uma poupança resultante desse trabalho, porque o trabalho não pode ser forçado. Então nós fazemos algumas sugestões nessa linha.

Também fazemos sugestões na linha, por exemplo, do cumprimento da pena. Há uma situação no Brasil hoje de mais ou menos 2.500 presos estrangeiros, dos quais 800 são mulheres. O Brasil tem hoje tratado de transferência de presos apenas com dez países, a maioria deles no âmbito do Mercosul. Talvez fosse necessária, na Lei da Execução Penal, a autorização legal para a transferência de presos no caso de países que prevejam a mesma legislação, e poderíamos fazer isso, no plano da cooperação jurídica internacional, dispensando tratados. Então é uma ideia que trazemos para reflexão, porque sabemos que a assinatura de um tratado bilateral ou multilateral no plano internacional às vezes é muito difícil, mas se a legislação puder tratar disso, por meio da cooperação jurídica internacional nós resolveremos isso mais rapidamente. O preso brasileiro custa, hoje, R\$2 mil em média aos cofres públicos, não é, Dr. Rossini? Nós poderíamos viabilizar isso, facilitar isso, diminuir esse custo com transferência de presos condenados.

No tocante ao início da execução da pena, Sr. Ministro Presidente, Sr<sup>a</sup> Relatora, senhores membros, nós estamos propondo o que seria, talvez, o art. 1º-A, para definir claramente qual é o marco inicial da execução da pena. Por que isso é importante? A jurisprudência hoje diz: a pena não pode ter início a não ser antes do duplo trânsito em julgado, para a acusação e para a defesa, mas a prescrição começa a correr com o trânsito em julgado para a acusação. A nossa proposta é que no art. 1º, logo no início dessa lei, houvesse uma regra clara de que o início da execução da pena exige o duplo trânsito em julgado.

Essa situação tem levado, hoje, a uma elevada impunidade, sobretudo dos presos, dos condenados por crime de colarinho branco, que têm à sua disposição advogados muito eficientes e experimentados e que têm se especializado em evitar o trânsito em julgado, com a interposição de inúmeros recursos pela defesa, mas a condenação já transitou em julgado para a condenação. Então, precisamos resolver esse impasse.

O Supremo Tribunal Federal – eu anotei aqui alguns precedentes – tem dito: essa questão tem que ser resolvida pela lei. A nossa proposta aqui é que essa lei resolva essa questão.

No capítulo do Ministério Público, nós estamos propondo, dentre outras coisas – eu vou fazer apenas mais um destaque – que o Ministério Público possa suscitar um incidente de deslocamento de competência em razão de graves violações de direitos humanos que sejam cometidos no âmbito do ambiente prisional. O art. 105, §2º, se não me engano, da Constituição, autoriza o incidente de deslocamento de competência, cuja legitimidade é exclusiva do Procurador-Geral da

República. O tribunal competente é o STJ. Mas, ao invés de utilizarmos esse mecanismo para resolver, talvez, algumas questões mais graves cometidas num determinado cárcere, as pessoas têm utilizado o mecanismo do pedido de intervenção federal, que acaba de ser referido aqui, hoje, pelo Dr. Charles e que parece um remédio muito amargo para um problema que pode ser resolvido mais pontualmente. Então, a nossa proposta é de que isso seja feito nessa ocasião e que o Ministério Público fique encarregado da fiscalização do uso das verbas federais, para que exista um plano de metas de uso das verbas federais para a construção, reforma e melhoria das condições carcerárias brasileiras.

A nossa expectativa, Sr, Ministro, Sr<sup>a</sup> Relatora, é de que nós possamos contribuir para a efetiva execução da Lei de Execução Penal. É uma lei excelente e formada pelos melhores princípios humanitários, mas que está, a prática revela, carecendo, talvez, de um detalhamento que permita ou que estimule os próprios membros de Ministério Público a pôr a lei em execução. Então, nossa expectativa, nesse capítulo, seria nesse sentido.

Também nós fizemos algumas considerações no tocante àquilo que o Dr. Rossini sempre tem manifestado publicamente em outros fóruns, que é a exclusão dos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico do âmbito da execução penal. Imagino que ele tenha também apresentado aqui esse... Já está aprovado, não é? Desculpe, eu não sabia. Mas estamos apoiando, digamos, a mesma ideia.

Quanto ao papel dos conselhos penitenciários, do CNPCP, no tocante ao indulto e à situação do preso estrangeiro, nós fazemos sugestões acerca da necessidade de detalhar – porque a jurisprudência, hoje, é muito vacilante a esse respeito – quais são os direitos do preso estrangeiro, seja homem, seja mulher.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SR<sup>a</sup> RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE** – Vocês trataram disso. Perdão, mas nós não sabíamos. Trazemos contribuições também nessa linha.

**O SR. MARCELLUS UGIETTE** *(Fora do microfone.)* – Eu tenho certeza de que a sua contribuição vai ser de muita valia.

**A SR<sup>a</sup> RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE** – Talvez, para o debate legislativo, possa trazer algum mérito também.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Mas vamos deixar terminar, por favor.

**A SR<sup>a</sup> RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE** – Então, é nessa linha de reflexão que estamos trazendo as contribuições.



Eu não gostaria de tomar mais tempo da Comissão, mas a ideia também é reforçar a aplicação de penas alternativas, o uso do monitoramento eletrônico, qual seria o papel do Ministério Público em promover essas penas alternativas, tornando mais claro, no âmbito da execução penal, o seu papel de fiscal da lei no cumprimento da sentença judicial, porque isso, hoje, está ainda pouco claro. Isso leva o juiz, muitas vezes, a ver no Ministério Público apenas o papel do acusador, quando ele tem um nítido papel de fiscal da lei no tocante à execução penal.

Também trazemos uma pequena contribuição no tocante à situação das mulheres encarceradas no Brasil, especialmente das mulheres estrangeiras. Nós sabemos, hoje, que há uma população de mulheres estrangeiras de origem africana, e isso tem aspectos específicos que poderiam também ser examinados.

Enfim, Sr. Ministro, Sr<sup>a</sup> Relatora, senhoras e senhores membros, essa é uma breve pincelada em torno das contribuições que o Ministério Público Federal traz a esta Comissão. Nós entregaremos essas contribuições por escrito, exatamente no modelo pedido pelo Sr. Presidente, que é a indicação clara do tópico, qual é o artigo e qual é a justificativa da nossa proposta.

Muito obrigada a todos da Comissão.

Mais uma vez, nós manifestamos o reconhecimento público da legitimidade desta Comissão pela formação, pela dedicação, pelo comprometimento dos seus membros com essa questão, e desejamos a todos um feliz término de trabalho. Esperamos muito que o Congresso Nacional acolha o anteprojeto que a Comissão apresentará.

Muitíssimo obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Nós agradecemos a manifestação da Dr<sup>a</sup> Raquel Elias Ferreira Dodge, que traz a posição extremamente importante do Ministério Público Federal. Agradecemos a confiança depositada, pelo Ministério Público Federal, nos trabalhos da Comissão.

Agradecemos a colaboração que V. Ex<sup>a</sup> vem trazer, pontos concretos pormenorizados para a consideração da Comissão neste momento, inclusive, com a preocupação final de indicar o artigo da lei e qual seria a redação substitutiva que se pretende, o que torna os trabalhos realmente concretos, objetivos e fora de qualquer dispersão de palavras que possam vir a turvar a clareza das ideias.

Alguns pontos, realmente, V. Ex<sup>a</sup> salientou, sobre os quais era necessária uma reflexão. A questão desse auxílio direto na questão dos estrangeiros, independentemente tratada, é uma questão para ser aprofundada à luz do princípio da reciprocidade, que se pode fazer de juiz para juiz, inclusive no âmbito fe-

deral, assim como várias outras observações trazidas também nessa substancial manifestação no Ministério Público Federal.

A Comissão trabalha com sobriedade, trabalha com discrição nos trabalhos efetivos, mas, evidentemente, os tempos nossos são tempos que colocam a visibilidade da questão da execução da pena sobre os nossos ombros. Nós temos realmente alguns fatos que já vieram, de certa maneira, tarde na história, trazer visibilidade para a execução penal brasileira – falo execução penal brasileira no sentido de um sistema que precisa, realmente, ser aperfeiçoado, ser desenvolvido, para que se destine o melhor serviço para toda a sociedade brasileira.

Talvez, o princípio da transparência, que está hoje em dia permeando todo o Poder Público, todas as instituições governamentais e mesmo de caráter privado, tenha chegado agora, e de maneira candente, à execução penal. Os fatos recentes são, nesse sentido, uma colaboração para que a Comissão se debruce em busca dessas soluções, das melhores formas de trazer soluções efetivas para o problema. Inclusive essa transparência, essa viabilidade vem, de certa maneira, a desvendar problemas que o juiz da execução, os promotores da execução, os profissionais da execução da pena, os policiais e o pessoal carcerário e, sobretudo, os usuários do sistema, que são as pessoas condenadas, já conheciam há muito tempo, mas que eram desconhecidos da sociedade.

Sempre se pensou no problema da duração da execução, das penúrias pelas quais passam as pessoas encarceradas, mas os profissionais da execução participam também dessas dificuldades e também dos problemas do fim da execução da pena. Só que agora vimos, finalmente, na prática, aquilo que nós sempre enfrentamos, que são os problemas do início da execução da pena, aquele limbo que ficava entre a sentença condenatória e o início da execução, assolado por inúmeros problemas teóricos que nós sabemos que nunca foram superados e que agora temos de superar: a questão de execução provisória, a questão de satisfação de direitos em caráter provisório da execução.

E a manifestação da procuradoria vem trazer uma questão de enorme relevância que realmente estava sem visibilidade: a data do início da execução. Ora, numa questão em que se contam os dias como um dos dados mais importantes dos efeitos concretos das medidas judiciais, se nós não sabemos quando começam esses dias que devem ser contados, evidentemente aí está o germe da cizânia no cumprimento de toda a execução da pena.

Falo em nome da Comissão. Realmente agradecemos muito a manifestação muito sensata e muito

nutrida do melhor sentido de interesse público. Acima de toda e qualquer posição que se tenha das vicissitudes de momento, das vicissitudes de posições de setores envolvidos na execução penal, essa manifestação vem realmente nutrida do melhor sentido do interesse público.

Tem sido esse o sentido do trabalho a Comissão. Nós não temos preocupação a não ser com a concretude da execução, com as nossas consciências em buscar as melhores soluções. As discussões teóricas, as discussões programáticas dos pontos de vista acadêmico e filosófico nós temos deixado realmente um pouco de lado para trabalhar com aqueles que são os efeitos concretos da aplicação da pena.

Fico muito feliz – e falo em nome da Comissão – com essa manifestação do Ministério Público Federal que acolhemos. Solicito que seja rapidamente passada às mãos da nossa Relatora, para que possamos considerá-la nos nossos trabalhos.

Tenho a impressão de que estamos com a nossa reunião já chegando ao final. Eu queria, antes de terminar, deixar os avisos de que prosseguimos o nosso trabalho nesta tarde, em termos informais, no Superior Tribunal de Justiça e também dizer os dias das próximas reuniões, que, em princípio, serão nos dias 28 e 29 de novembro, da mesma forma que viemos fazendo ultimamente, começando pela manhã no Superior Tribunal de Justiça e, depois, com a nossa reunião aqui.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)*

Ministro **Sidnei Agostinho Beneti**, Presidente .

**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA  
PARA REALIZAR ESTUDOS E PROPOR  
A ATUALIZAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÕES  
PENAIAS – LEP (LEI Nº 7.210, DE 1984)**

**ATA DA 11ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2013, às 16 horas e 06 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do **Ministro Sidnei Agostinho Beneti** e com a presença dos senhores juristas: **Carlos Pessoa de Aquino, Denis de Oliveira Praça, Edemundo Dias de Oliveira Praça, Gamil Föppel El Hireche, Marcellus Ugiette, Maria Tereza Uille Gomes, Roberto Charles de Menezes Dias, Técio Lins e Silva,**

**Luís Alexandre Rassi, Augusto Eduardo de Souza Rossini, Maurício Kuehne e Nídea Rita Coltro Sorci. Deixaram de comparecer os membros: Sérgio Alexandre Meneses Habib, Marco Aurélio Belizze e Luciano Losekann.** Na ocasião foi aprovado o Relatório Final da comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti)  
– Vamos dar início à nossa reunião.

Boa tarde a todos.

Dando início à reunião, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Juristas com a finalidade de realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execução Penal, Comissão criada pelo Requerimento nº 848, de 2012.

O Dr. Reinílson, funcionário da Casa, me dá a orientação de que a ata desta reunião deve ser submetida à aprovação, juntamente com a ata da reunião anterior, ao final. Essa é a melhor forma de trabalhar nesta altura dos nossos trabalhos.

Chegamos à última reunião de trabalho para a Comissão de estudos sobre a reforma da Lei de Execução Penal. A exemplo do que vimos fazendo em reuniões anteriores, nós começamos com trabalhos informais, nas dependências do Superior Tribunal de Justiça ontem, e vimos trabalhando desde ontem e hoje no sentido de acabar o repasse a respeito dos textos da Lei de Execução Penal.

Tenho a impressão de que foi possível estabelecer algo de bastante inovador em vários aspectos.

Vou pedir ao nosso Relator adjunto que também venha para a mesa, trazendo também a sua placa de identificação. Estamos trabalhando com dois Relatores.

Vou pedir a nossa Relatora Geral, a eminente Drª Tereza Uille Gomes, que apresente as conclusões, o relatório e o balanço geral dos trabalhos.

Com a palavra, a Drª Tereza Uille Gomes.

**A SRª MARIA TEREZA UILLE GOMES** – Eminente Ministro Sidnei Beneti, a quem saúdo por todo trabalho, dedicação, empenho e competência na condução dos trabalhos da nossa Comissão; quero saudar o eminente colega de Ministério Público, Augusto Rossini, Diretor do Depen, e a cada um dos membros da Comissão, começando pelo Dr. Técio Lins e Silva, Marcellus Ugiette, Dr. Maurício Kuehne, Dr. Carlos Pessoa de Aquino, Dr. Denis de Oliveira Praça, Drª Nídea Coltro Sorci, Dr. Roberto Charles, Dr. Luís Alexandre Rassi e também o Dr. Gamil.

Não está presente no momento, mas esteve conosco até há pouco o Dr. Edemundo Dias de Oliveira e também o Dr. Habib.

Quero fazer uma saudação também aos representantes dos servidores penitenciários, dos agentes penitenciários que aqui estão. Inclusive o Presidente

do nosso sindicato se faz presente. Também gostaria de saudar o representante da Pastoral Carcerária.

Ministro, acho que é um momento importantíssimo para a Comissão. Ao longo dos últimos meses os trabalhos foram exaustivos, mas, ao mesmo tempo, muito positivos em termos de resultado, resultado esse que se traduz em dispositivos de atualização da LEP, à luz dos dispositivos da Constituição Federal, adequação a alguns dispositivos do Código Penal e a outras legislações que também vieram no curso desse período.

Foi possível, então, enfrentar, neste anteprojeto a ser encaminhado ao Senado Federal, questões cruciais. Dentre elas a questão da superlotação carcerária, que hoje é uma questão gravíssima no Brasil em razão do número de pessoas encarceradas. A segunda questão diz respeito às políticas de ressocialização, fazendo com que as políticas de assistência ao preso se tornassem mais efetivas em cada uma das áreas.

Um outro avanço diz respeito à estruturação dos órgãos da execução penal, a estrutura orgânica daqueles que efetivamente têm sob sua responsabilidade a execução da pena, e diversos dispositivos referentes à parte de procedimentos judiciais e também dos institutos: progressão, livramento, indulto, comutação, e cada qual teve uma atenção especial.

No que diz respeito, então, ao objeto e à aplicação da Lei de Execução Penal, foi mantido o objetivo do art. 1º da Lei de Execução Penal. Em todos os debates, levamos em consideração o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio da individualização da pena.

Uma inovação também, que, embora pareça singela, é importante: a do preso sentenciado e não sentenciado. Antes, era o preso provisório, cujo conceito técnico não era um conceito técnico bem definido.

No que diz respeito ao art. 4º, reafirmamos a importância da participação da comunidade na execução da pena, através dos conselhos, porque é fundamental que a comunidade participe da execução penal.

No que diz respeito à classificação, reproduzimos o dispositivo constitucional referente à classificação dos presos e estabelecemos critérios novos em relação a essa questão da classificação, estabelecendo também um período para que isso aconteça.

Deixamos de contar aqui com a figura do psiquiatra. Era uma dificuldade grande que causava demora na realização de exames de classificação ou de exames criminológicos, dada a ausência desse profissional no âmbito da saúde como um todo.

Também aqui a questão da necessidade de criação de bancos de dados, de informações, de sistemas informatizados que permitam maior integração e agilidade em relação aos órgãos da execução penal, que é fundamental.

A garantia de que, no dia em que o apenado tiver sua pena cumprida – ele tem direito à liberdade ou tem direito à obtenção do benefício –, que esses prazos sejam fiscalizados, acompanhados com rigor e efetivamente cumpridos. Então, é assegurar esse direito.

No que diz respeito à assistência, nós fomos também precisos na questão de estabelecer atribuições de determinados órgãos em relação à assistência. Houve uma preocupação em relação à assistência à saúde, consolidando uma reivindicação também dos apenados e deixando expresso que devem ser tratados pelo Sistema Único de Saúde, que é universal e igualitário para todos. O SUS deve também atender os apenados.

No que diz respeito à educação, são várias inovações. Entre elas, a necessidade de haver um plano educacional, políticas pedagógicas, erradicação do analfabetismo, melhora dos níveis de acesso para que a escolarização se torne efetiva.

No que diz respeito à assistência social, há uma obrigatoriedade de que o preso tenha documentos. Parece uma situação muito singela, mas muitas vezes o preso acaba saindo do estabelecimento penal, ao longo de muitos anos, sem ter sequer um RG, a Carteira de Trabalho, algum documento. Então, é estabelecido um prazo para que esse documento, que é um documento mínimo de cidadania, seja efetivamente respeitado.

Em relação à assistência social, também se faz reconhecimento da necessidade de inclusão das pessoas encarceradas naquilo que couber em relação à Lei Orgânica da Assistência Social e à cota de responsabilidade do Estado e dos Municípios em relação a essa questão.

No que diz respeito à seção de assistência, à seção destinada à assistência religiosa, ela passa a garantir expressamente o respeito às especificidades de cada prática religiosa, inclusive com eventual utilização de instrumentos musicais, com a finalidade de se evitar qualquer forma de discriminação.

Assistência ao egresso. Também teve ampliado o alcance de suas políticas de atendimento para o beneficiado em recolhimento domiciliar, adequando-se à realidade já consolidada no cotidiano forense.

No que diz respeito à questão do trabalho do preso, que também reputamos muito importante a questão do trabalho com fator de ressocialização, tem-se a previsão de incentivos fiscais ou de outra natureza a empresas que contratem percentual de egressos, a serem definidos em regulamentação anterior, o estímulo à construção de espaços produtivos, galpões de trabalho ou similares, por empresas ou instituições parceiras, e a previsão de convênios, acordos ou termos de cooperação.



A questão da remuneração do preso, que, antes, era de três quartos do salário mínimo. Foi feita a adequação para um salário mínimo, como determina a Constituição.

Em relação ao trabalho interno, definido como aquele executado no interior do estabelecimento, também há uma inovação no que diz respeito à possibilidade de gerenciamento do trabalho do preso, quando não for prestado no interior do estabelecimento penal, com algumas regras específicas.

O trabalho externo continua sendo possível em regime aberto, não se aplicando o limite de 10% para os presos do regime semiaberto. Autorização para o trabalho em regime semiaberto concedida pelo diretor do estabelecimento penal.

No que diz respeito aos deveres do preso, em submeter-se às normas de execução penal. Esses deveres valem para qualquer tipo de regime, seja regime fechado, semiaberto e aberto, como forma de cumprimento da pena.

O dever do preso de manter conduta oposta aos movimentos individuais e coletivos de fuga ou indisciplina, ressaltando-se, porém, a comprovação de risco de vida, coação moral irresistível ou outra causa de inexigibilidade de conduta adversa.

Dos direitos. Quanto aos direitos dos presos, todos foram mantidos. Alguns regulamentados de forma mais clara. Entre eles, a possibilidade de visita de cônjuge convivente, assim declarado parente ou amigo, previamente cadastrado no estabelecimento penal.

A possibilidade do uso de telefone público desde que monitorado pela autoridade competente.

Prevê-se também o direito à obtenção de atestado de pena a cumprir, sob pena de responsabilidade da autoridade competente. Vai aqui um item muito importante, porque é através do atestado de pena que o preso tem conhecimento do término de sua pena, das datas que ele terá direito à progressão, que ele terá direito a livramento condicional. Esse atestado também faz com que o diretor do estabelecimento penal, com base nessas informações do atestado, alerte o juiz, com 30 dias de antecedência, que aquele requisito objetivo, que o término da pena está próximo.

Em relação à superlotação carcerária, também há um dispositivo que prevê que, quando houver superlotação carcerária, deve ser realizado mutirão carcerário, e esse mutirão deve levar em consideração, se necessário, a concessão de benefícios ou até a antecipação de benefícios àquelas pessoas que estão mais próximas de obter a progressão ou o livramento condicional. Então, se faltam poucos dias para que aquele apenado tenha seu direito assegurado, antecipa-se aquele direito para evitar uma superlota-

ção, que acaba atingindo o direito de todos. E com a participação das respectivas corregedorias em relação a esses mutirões.

Por fim, a suspensão ou restrição de direitos relacionados à distribuição do tempo para o trabalho, descanso e recreação, às visitas e ao contato com o mundo exterior passam a exigir ato motivado do juízo, e não apenas do diretor do estabelecimento.

No que diz respeito à disciplina, o sistema disciplinar permanece o mesmo em sua espinha dorsal, adequando-se as hipóteses em que a autoridade administrativa deverá comunicar e representar o juízo da execução.

Foi excluída a previsão segundo a qual as faltas tentadas seriam punidas do mesmo modo que as faltas consumadas. Em relação às faltas disciplinares, atribuiu-se ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária a regulamentação das faltas leves e das faltas médias.

Em relação ao Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), ele foi mantido. Também foram mantidas as mesmas modalidades de sanção disciplinar. A classificação do comportamento, por sua vez, a ser regulamentada e uniformizada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o que representa ganho significativo em termos de segurança jurídica e legalidade. Enfim, uma série de outras situações que vão para um nível de detalhamento em relação à questão das faltas, do procedimento administrativo disciplinar, da possibilidade de revisão pelo juiz etc.

Um dos aspectos inovadores, essenciais e fundamentais, porque mexem na estrutura orgânica da Lei de Execução Penal, foi a inserção do Conselho Nacional de Secretários de Execução Penal, ou órgão similar nos Estados e Distrito Federal, na Lei de Execução Penal, como órgão de execução penal. Isso foi objeto de muitas discussões, sobretudo de discussões com o Depen e com o Conselho Nacional de Secretários de Justiça, com cada um dos órgãos representativos de diversos setores.

No final disso, eu acho que a construção foi muito positiva. Foi muito positiva por quê? Porque esse órgão é justamente o órgão que representa os gestores do sistema prisional nos Estados, os Secretários de Estado de Justiça ou Administração Prisional – enfim, cada Estado tem uma nomenclatura –, e ele, até então, não estava representado na Lei de Execução Penal. Então, esse secretário, que é o secretário de Estado responsável pela execução penal no sistema de Justiça, não tinha voz como órgão da execução penal. E pela primeira vez, então, foi inserido o Conselho Nacional de Secretários de Execução Penal, ou órgão similar nos Estados e Distrito Federal, como órgão da execução

penal, fazendo com que ele participe, de forma mais efetiva, da formulação das políticas públicas na área penitenciária. Isso é um avanço significativo, porque os gestores que são os que estão com o problema no Poder Executivo, no dia a dia, passam a ter voz e representatividade junto aos órgãos de execução penal.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que é o órgão responsável pela formulação da política penitenciária, passa a contar com integrantes de diversos órgãos colegiados, o que faz com que a construção da política pública realmente possa ouvir os diversos setores. Alguns indicados continuam sendo indicados pelo Ministro da Justiça; outros, são órgãos representativos de colegiados.

Então, temos: um representante do Conselho Nacional de Justiça, que terá assento no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; um representante do Conselho Nacional do Ministério Público; um representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que também não fazia parte dos órgãos da execução penal e passou a fazer parte dos órgãos da execução penal, que é essencial à função dos advogados; o Consej (Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária) também tem assento no CNPCP; um representante do colegiado dos defensores públicos; e também um representante do Conselho Nacional de Política sobre Drogas, porque a questão da drogadição está permeando o sistema penitenciário. É fundamental que a política pública sobre drogas também seja compartilhada; um representante do Conselho Nacional de Segurança Pública, uma vez que a execução penal e o sistema prisional, na essência, não podem de maneira alguma estar dissociados da política de segurança pública.

Então, são várias representatividades importantes, o que faz com que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária saia extremamente fortalecido, com representantes também da área acadêmica, com representantes da comunidade, com representantes de servidores, enfim, eu acho que é um avanço muito significativo.

Com relação ao juízo da execução penal, foram feitos alguns adendos em algumas competências específicas. Tratamos da questão dos estabelecimentos penais, que são aqueles estabelecimentos previstos pela Lei de Execução Penal, e o rol continua o mesmo. Há diferença apenas em relação ao regime aberto, pois foi revogado o dispositivo referente às Casas do Albergado: no regime aberto não haverá mais Casas do Albergado. Há o regime fechado, o regime semiaberto e o recolhimento domiciliar com monitoração eletrônica.

Outro avanço também bastante significativo diz respeito à inovação da regulamentação das centrais de alternativas penais. Até hoje, a questão das centrais de alternativas penais ou do Patronato Penitenciário, que é justamente o órgão responsável pela fiscalização das penas restritivas de direito, das penas não privativas de liberdade, até em razão do advento da Lei nº 9.099, que é posterior à Lei de Execução Penal, nunca ficou muito bem regulamentada. E cada Estado adota um padrão. Então, foi aprovado como órgão da execução penal a Central de Execução de Penas, a Central de Penas e Medidas Alternativas, estadual e municipal. Pela primeira vez, o Município também aparece na Lei de Execução Penal como corresponsável pela execução, principalmente na orientação, no encaminhamento das pessoas que cumprem pena em meio aberto, que estão livres em sociedade e que precisam ter esse acompanhamento.

Nesse aspecto, a discussão foi muito positiva. Eu acho que é um marco importante, discutimos bastante também esse tema. O Dr. Rossini, como Diretor do Depen, trouxe contribuições importantes da experiência em relação às Centrais. Nós também levamos alguns pleitos em relação ao Poder Executivo de como poderíamos melhorar. Acho que foi um avanço grande. Como também a criação da Central Estadual de Monitoração Eletrônica e da Central Estadual de Alvarás, Mandados e Vagas, para disciplinar a porta de ingresso e permanência das pessoas ou transferência dos presos dentro do sistema prisional, uma forma de organização dessa movimentação.

No que diz respeito às cadeias públicas, foi aprovado um dispositivo taxativo proibindo carceragens em cadeias, em delegacias de polícia e fixando um prazo de quatro anos para que essa solução seja definitivamente encaminhada.

Quanto às penas privativas de liberdade, há vários dispositivos aqui que regulamentam a questão da guia de recolhimento.

Quanto à progressão de regime, havia alguns dispositivos que geravam dúvidas em relação à forma de contagem de tempo, de prazo, seja para a progressão, seja para o livramento. Tudo isso foi disciplinado corretamente de forma a facilitar o entendimento e dar mais celeridade, mais velocidade na aplicação dos dispositivos.

Em relação às autorizações de saída, também houve algumas inovações.

Quanto à remissão da pena, foi inserida a remissão pela leitura ou estudo, destacando-se a importância da previsão expressa da remissão pela leitura, seguindo regulamentação do CNPCP.

Em relação ao tempo remido, continua a contagem do tempo, devendo a autoridade administrativa encaminhar trimestralmente ao juízo da execução a cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando, além das resenhas e avaliações concernentes às atividades de leitura.

Em relação às penas restritivas de direitos, a inovação maior é essa questão da central integrada, a Central Estadual ou Municipal de Alternativas Penais e Patronato – esse é o nome –, que é órgão do Poder Executivo, seja no âmbito estadual ou municipal responsável pela fiscalização das alternativas penais.

No que diz respeito à execução da pena de multa, também foi disciplinada a execução da pena de multa, com importantes modificações.

No que diz respeito à execução das medidas de segurança, pelas mesmas razões de extinção dos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, não há fundamento jurídico para a manutenção na Lei de Execução Penal de disciplina normativa pertinente às medidas de segurança, simplificando-se o procedimento com o trânsito em julgado da sentença, que aplica medida de segurança, será expedida guia de execução endereçada à autoridade de saúde competente, com a devida inserção dos dados no Cadastro Nacional de Saúde, aplicando-se, a partir deste ponto, a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. O que significa que as medidas de segurança passam a ser, então, de responsabilidade da área de saúde e não da área penal.

Quanto aos incidentes de execução, há também algumas questões importantes; tratamos do excesso ou desvio; vários dispositivos em relação à anistia ou indulto; procedimento judicial, dando maior celeridade ao julgamento, mantido o recurso de agravo das decisões e sentenças proferidas pelo juiz da execução, mas definindo o seu rito e questões que antes geravam controvérsia doutrinária jurisprudencial.

E, no que diz respeito ao rito do procedimento judicial, será dada vista à parte interessada para se manifestar no prazo de três dias e, se necessário, será realizada audiência de julgamento em prazo não superior a dez dias, sendo ouvidos o Ministério Público e defesa, nessa ordem.

Foi estabelecido o prazo máximo de trinta dias para a conclusão do procedimento, sob pena de concessão automática do direito pleiteado ao requerente.

Nas disposições finais e transitórias, constou um requisito também muito importante que consiste em vedar o contingenciamento de recursos do fundo penitenciário.

Em relação aos agentes penitenciários – eu acho que é uma conquista também importante para a carreira dos agentes –, houve uma proposição acatada pela

comissão no sentido de instituir a carreira de agentes penitenciários como carreira típica de Estado, preservando a importância de se ter agentes permanentes do Estado nessa atividade, que é uma atividade importante em relação ao trato da questão penal e da questão da execução penal.

Ministro, o trabalho da comissão foi um trabalho construído a várias mãos, com representantes – acho que isso enriqueceu muito o debate – na área jurídica, seja do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados, da Defensoria Pública; foram feitas várias audiências públicas, em diversos Estados, muitos também recebendo por via eletrônica. Foram mais de três mil páginas de sugestões que chegaram, sugestões de todos os Estados e do Distrito Federal, um trabalho que, na verdade, busca refletir, na medida do possível, a agilidade, a efetividade que se pretende em relação à execução penal.

A Lei de Execução Penal é tida historicamente – isso ainda foi dito hoje pelo Dr. Denis... A Lei de Execução Penal é uma lei de 1984, anterior à Constituição e é tida como uma lei de boa aplicação, bem elaborada, bem estruturada. A estrutura da Lei de Execução Penal foi mantida e os dispositivos que foram atualizados para dar efetividade às inovações constitucionais, às alterações do Código Penal e, sobretudo, dar celeridade, valorizando também sistemas informatizados de integração entre os órgãos, para que cada qual possa cumprir o seu papel e, assim, garantirmos o direito à pessoa encarcerada...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SR<sup>a</sup> MARIA TEREZA UILLE GOMES** – Também.

E ir além, não apenas garantir o direito da pessoa encarcerada, mas, ao garantir direitos de assistência ao trabalho, à educação, à inclusão social, o respeito à pessoa encarcerada, nós estamos contribuindo com a sociedade porque se, durante o período de cumprimento de pena, ele tiver condições efetivas de ressocialização, ao voltar para o convívio social, terá, certamente, condições de emprego, de trabalho, de convívio familiar, evitando a reincidência, prevenindo a violência na sociedade, que eu acho que é um dos nossos grandes desafios; ressocializar enquanto a pessoa está encarcerada, fiscalizar com maior efetividade alternativas penais, dar um tratamento digno, fazendo com que elas possam voltar ao convívio social, reduzindo os índices de violência. Acho que esse é um dever de todos e é justamente nesse propósito que trabalhamos irmanados, cada qual trazendo a sua contribuição, enriquecendo os debates.



E, no final de todo esse trabalho, eu gostaria, da minha parte, Ministro, dizer que a gente sempre acaba tendo uma percepção final. Quando você entra numa comissão, você não sabe exatamente qual vai ser o resultado final desse trabalho. E a sensação é de dever cumprido. É uma sensação, considerando todas as experiências de todos que participaram da comissão, de todas as sugestões que vieram, do enriquecimento desse debate democrático, de estarmos evoluindo muito na Lei de Execução Penal. E é um avanço que nós esperamos que possa ter continuidade por parte do Senado, enfim, que realmente não fique apenas no âmbito da comissão. Porque, se essas mudanças vierem a ser aprovadas pelo Parlamento, pelo Congresso Nacional, nós temos certeza de que elas serão suficientes para fazer uma mudança profunda, importante e estrutural na Lei de Execução Penal.

Então, com essas palavras, Ministro, espero ter relatado – claro que em linhas gerais – alguns dos aspectos importantes da comissão, que pautou sempre pela objetividade, pela responsabilidade, pela transparência, visando respeitar o direito de todos, agregar e, sobretudo, valorizar e respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana, valorizando também as escolas penitenciárias, a formação, a formação para os agentes penitenciários. Enfim, cada qual foi contemplado, cada categoria teve contemplado ali um espaço, porque juntos é que nós precisamos construir o sistema de execução penal.

Eu gostaria de agradecer imensamente a cada um dos membros da comissão todo o trabalho integrado e respeitoso. Queria fazer um agradecimento especial às pessoas que também nos assessoraram, e destaco aqui a presença do Maurício Kuehne, que está cotidianamente conosco no Paraná, que é o diretor do Departamento Penitenciário; a cada um dos membros da comissão. Mas quero fazer um agradecimento especial também ao André Giamberardino e ao Pedro Giamberardino, que trabalharam também conosco com bastante afinco; aos servidores do Depen aqui, que contribuíram conosco na parte operacional, para que pudéssemos chegar a bom termo até este momento, Ministro.

Por fim, obrigada, obrigada pela sua liderança, obrigada pela lhanza de trato, obrigada pela forma como o senhor soube conduzir, unindo todos, unindo os interesses de uma forma serena, mas muito efetiva, rápida e cumprindo todos os objetivos da comissão, cumprindo rigorosamente o seu dever – acho que indo além do dever até –, mas respeitando cada um dos integrantes da comissão.

E ao agradecê-lo, eu agradeço muito a cada um dos integrantes da comissão todo o trabalho, a dedi-

cação, o empenho, sobretudo, a amizade que nesse período acabou sendo fortalecida, unindo a todos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Benetti) – Muito obrigado à eminente Relatora, Prof. Maria Tereza Uille Gomes.

Agradeço as palavras que dirigiu à Presidência. Ao mesmo tempo, quero salientar o ingente trabalho da relatoria, trabalho difícil, árduo, cheio de meandros, em que é preciso ter atenção ao detalhe e peço que cumprimente especialmente a equipe de trabalho que ajudou V. Exª na condução desses trabalhos.

Meus cumprimentos realmente muito especiais ao trabalho da relatoria.

Vou passar a palavra também ao nosso subrelator, relator adjunto, porque essa nossa comissão funcionou também com o relator adjunto e explico a razão principal. É que se trata de dois braços da execução penal. A Drª Maria Tereza, trazendo a posição da execução penal no âmbito estadual, Secretária da Justiça estadual e Presidente da entidade do secretário de justiça no âmbito estadual, e o Dr. Augusto Rossini, do âmbito federal, do âmbito do Depen, do Departamento Penitenciário Nacional, que S. Exª também trabalhou muito como relator adjunto.

Peço que S. Exª tome a palavra, Dr. Augusto Rossini.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – Boa tarde. Queria demonstrar não só a minha gratidão, mas a gratidão de todos os membros desta Comissão para com V. Exª. V. Exª soube nos orientar, coordenar, presidir, permitindo que todo o trabalho, todo o esforço e toda a dedicação se dirigisse para um ponto específico de interesse da pessoa humana, a defesa dos direitos da pessoa humana.

Agradeço também toda a equipe do Senado que nos auxiliou; do STJ, na pessoa da Srª Sílvia; agradeço aos servidores do Estado do Paraná e a Michelle, do Depen, e o Marcos, que nos acompanhou. Destaco a importância dessa relatoria, desse trabalho nosso, que se materializa com a presença de uma jornalista da Rede Globo aqui presente. Não lembro seu nome, mas só a sua presença aqui, o maior veículo de comunicação do Brasil, mostra o interesse da sociedade brasileira neste assunto.

Mais do que nunca está presente nos nossos dias, no meu cotidiano com certeza, porque dirijo o Depen, mas nas casas das pessoas a questão prisional está entrando todo o dia, toda a noite, através dos veículos de comunicação. Então, é um problema que está posto, é um problema que está colocado e nós precisamos enfrentar e encarar esse problema de maneira bastante corajosa, como fizemos.

Também quero destacar a presença das lideranças das categorias dos servidores prisionais. Hoje os servidores prisionais concursados são da ordem de 110 mil, que buscam uma identidade dentro desse ecossistema de segurança pública.

Ministro, eles mandaram, há pouco, algumas sugestões. Já havia dito para eles e para a Valdirene Daufemback, ouvidora do Depen, que coordena um trabalho, que não inseriríamos os pontos detalhados hoje, porque não daria tempo, mas os princípios já foram trazidos, destacando, por exemplo, a pedido do Dr. Edemundo, que se consignasse que o servidor prisional exerce atividade típica de Estado, fortalecendo as escolas prisionais, escolas penitenciárias e as escolas de serviços penais, fortalecendo todos que, de alguma maneira, convivem num ambiente carcerário como a sociedade civil organizada. Não posso deixar de consignar que a pastoral carcerária está aqui, na pessoa do Dr. José, que é um dos seus maiores expoentes, a pastoral carcerária está em todas as unidades prisionais do País e também contribui fundamentalmente para o respeito à dignidade de pessoa humana.

Segurei para não fazer uma brincadeira, mas depois da Dr. Tereza ter falado, sinto-me como o sétimo marido da Elizabeth Taylor. Haja criatividade! Ela já falou de tudo. Então, a minha fala aqui é política, fundamentalmente política, só trazendo um ponto ou outro.

Podemos dizer que trouxemos ao Município a responsabilidade dele, não é isso? É fundamental o Município também ter uma parcela da responsabilidade na questão prisional e na questão do condenado solto, aquele que já saiu do cárcere ou não entrou no cárcere. Então, o Município também deve ter – e muitas vezes não vou dizer que contribuiu diretamente, mas permitiu que em sua ambiência fatores criminógenos surgissem – parcela de responsabilidade na medida da ressocialização, da reintegração.

Nesse sentido, o Município é o gestor das redes. Rede da assistência social, rede de saúde, rede de educação, e o preso e a presa devem ser vistos como clientes dessas redes e não só como pessoas excluídas do convívio social e colocadas atrás dos muros. E não só os presos e as presas, mas aqueles que convivem com os presos e presas serem detentores de direitos e prerrogativas.

Estava esquecendo de dizer que já houve um compromisso nosso de um pré-projeto de lei que trata da questão do servidor prisional para ser apresentada pela Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) do Ministério da Justiça. Por isso hoje eu digo que essa comissão não precisou se debruçar nos detalhes da questão do servidor prisional, por quê? Porque a legis-

lação específica tratará desse assunto, mas os princípios não foram negligenciados.

Já disse que a escola penitenciária foi fortalecida. Temos que destacar uma preocupação fundamental com a questão de gênero, a mulher encarcerada, e com isso temos que destacar o trabalho da Dr. Nídea, que contribuiu sobremaneira na redação; a questão dos presos estrangeiros que também enfrentamos. Há necessidade de um tratamento diferenciado para quem é diferente também nesse ambiente. Houve uma cautela com os procedimentos disciplinares que, pela falta de uma regulamentação, enfrentamos essas questões também. Ampliamos o rol de atribuições do CNPCP e foi um sistema de pesos, de pesos e contrapesos, sistema de freios, porquanto se preocupou que o CNPCP tivesse o critério de investidura fixado na lei, não ficando somente ao talante do Ministro da Justiça – e isso foi um reclamo da pastoral carcerária –, mas também não se deixasse de o Ministro nomear metade desse conselho, ou seja, com isso faz com que haja não só critérios de investidura como de paridade também, como todo conselho deve ser, porque a democracia participativa parte desse pressuposto.

Não é representativa, porque a representativa vem pelo voto, mas a participativa tem que ter critérios e esses critérios foram aqui destacados, sobremaneira, porquanto a Lei de Execução Penal não tratava disso, já que a Constituição de 1988 trouxe essa novidade. O CNPCP, já que tem essa nova composição, com ele traz outras responsabilidades, como a Dr. Tereza já disse, como definir as faltas médias e leves, como disciplinar a questão das revistas, a revista vexatória, que o Brasil ainda deve muito para a sociedade, o preso e a presa sofrem, mas quem vai visitá-los muitas vezes sofre, não somente eles próprios, mas o próprio servidor prisional que se sente constrangido.

Enfim, as secretarias estaduais – é bom que se destaque dos órgãos de execução, Sr. Ministro, e vou tentar ser mais breve, mais rápido – entram no espaço que era ocupado pelo departamento penitenciário local. Sai a figura do Depen local e entra a figura da secretaria. Com isso, de uma maneira sub-reptícia, fazendo com que o Estado federado crie – embora não queiramos nos imiscuir pelo princípio de limitação, pelo princípio federativo –, mas indicando e sugerindo que os Estados têm que tratar essa matéria específica também através da especificidade de suas secretarias.

Maurício Kuehne, V. Ex<sup>a</sup> terá que arrumar um outro departamento ou uma outra nomenclatura, ou subsecretário de justiça, porque o Depen estadual, se vingar.

É bom lembrar, não podemos nos esquecer disso – como o Ministro sempre ressaltou –, que não estamos fazendo a lei, não somos legisladores, estamos

fazendo uma proposta, porque, quem faz a lei, tem que estar legitimado pelo voto, Sr. Ministro. Nós nos debruçamos e eu vou além da questão de juristas, foi muito além da questão. Esta Comissão tem pessoas que convivem diuturnamente – como disse um dos nossos – com o cheiro da cadeia. Mas nós saímos de lá e, ao final do expediente, as pessoas que ficam lá merecem uma atenção muito maior.

Enfim, Sr. Ministro, eu queria permitir que os demais membros lembrassem de outros assuntos que nós não abordamos aqui – nem a Tereza nem eu – e acho que esta é a última oportunidade que temos para falar e consignar nos Anais da Casa, nas notas taquigráficas, que o seja. Mas o fato é que eu queria retratar esse entusiasmo que tivemos. Embora o Estado seja laico, eu não sou. Entusiasmo, em grego, é ter Deus dentro de si. Acho que esse entusiasmo que nos motivou e que nos orientou nos nossos trabalhos foi permanente, foi perene e se renova para que cada um de nós, quando voltarmos para as nossas atividades cotidianas e rotineiras, não que tenhamos abandonado essas atividades, mas voltemos renovados naquela fé sincera de que nós combatemos o crime, mas não a pessoa humana que cometeu o crime. Nós combatemos a conduta que está tipificada na lei, mas não o ser humano, tentando criar condições para que aquele ser humano que delinuiu volte ao convívio social.

Como disse o Prof. Alvino, hoje ele está contido, amanhã ele estará contigo. Dessa forma, acho que a contribuição que esta Comissão deu, Sr. Ministro, é uma contribuição neste sentido de tentar criar condições para que, quando esse cidadão ou essa cidadã volte conosco, volte pleno, volte íntegro, volte humano na sua inteireza e não veja no crime a única opção da sua vida.

Com isso, encerro aqui e devolvo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado, Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti)

– Muito obrigado, Dr. Rossini, que traz aqui não só a sua experiência pessoal, com a síntese da sua enorme colaboração para os trabalhos da Comissão, trabalhos que agora se finalizam.

Eu tenho, pela ordem, para falar, mas eu quero consultar se eventualmente alguns dos integrantes da Comissão tem problema de voo ou alguma coisa assim e talvez pudesse alterar.

Pela ordem que eu tenho, agora daria a palavra à Dr<sup>a</sup> Nídea, incumbida da parte da mulher em situação prisional, e Denis Praça; depois, o Dr. Marcellus; depois o Dr. Maurício Kuehne, Técio Lins e Silva, Charles e Rassi.

Se houver necessidade de alguma inversão.... Está marcada.

Dr<sup>a</sup> Nídea, por favor.

Dr. Carlos Pessoa de Aquino, por favor.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti)

– Então, está bem.

Dr<sup>a</sup> Nídea, por favor.

**A SR<sup>a</sup> NÍDEA RITA COLTRO SORCI** – Boa tarde a todos.

Primeiro, queria agradecer. Na reunião passada eu não tive oportunidade de falar e não agradei as gentis palavras do Marcellus e do Carlos com relação à minha volta à Comissão depois de uma breve ausência.

Com relação às inovações da lei, não posso deixar de destacar o capítulo específico das mulheres encarceradas, os direitos, a assistência à mulher encarcerada. Hoje, ela é uma minoria no sistema, lógico, em termos numéricos, mas os reflexos de um encarceramento feminino são muito maiores do que o encarceramento masculino, seja na unidade prisional, seja na sociedade.

Na unidade prisional, há estudos que demonstram que, por mais leve que seja o distúrbio psicológico ou psíquico da mulher encarcerada, uma vez reclusa, vem à tona diferentemente do masculino. E os reflexos sociais na casa dela. Quem vai cuidar do filho? Como hoje eu já citei, no Superior Tribunal de Justiça, só 10% dos filhos de mães encarceradas ficam com os pais ou com os familiares, enquanto que o inverso é 90%.

Então, tratamos da questão da filiação, das visitas. Manter esse relacionamento familiar com a criança hoje é uma luta. Se a guarda não está regulamentada as crianças não podem entrar na unidade. Isso foi visto. A permanência das crianças na unidade. Fizemos um comparativo mundial. O que mais? As creches.

A situação da mulher presa eu acho que foi bem analisada ali. Lógico que sempre pode sobrar alguma vírgula, alguma coisa, mas isso é só com o tempo.

Os estrangeiros, principalmente... Eu tenho um presídio em que metade é de estrangeiros. Eu fico com quase todas as mulheres estrangeiras também. Assegurar ali a permanência de um... Ainda que seja um contato virtual, mas de um funcionário que fale o idioma. Eu tive uma presa que faleceu, veio a óbito porque passou mal na madrugada e ninguém entendia o que ela estava falando. E, na verdade, ela estava pedindo socorro por problemas de saúde.

Além disso, eu, como Juíza de Execução, não posso deixar de frisar várias questões que foram solucionadas que são recorrentes no nosso dia a dia e que o processo não anda, porque recorrem daqui, recorrem



dali, por questões que são pacíficas, mas não estão na lei. Aí, lógico, a parte tem que se valer do recurso para tentar um êxito no tribunal.

Então, falta grave. Disciplinar o agravo, que é uma briga; como é processado o agravo. A previsão legal de mutirão carcerário, porque hoje há um grande questionamento sobre ferir ou não o princípio do juiz natural. O controle jurisdicional da superlotação. Então, o juiz poder ali escolher quem vai sair, como vai sair, para evitar essa superlotação.

Foram significativos os avanços. Espero que o Senado seja sensível a eles e mantenha-os na integridade. A gente sabe que mudanças ocorrerão. É natural.

E, por fim, agradeço. Eu os considero novos amigos. O que os senhores precisarem de mim, estou em São Paulo. Espero que não haja nenhum familiar preso, porque quando me procuram às vezes... Não é? *(Risos.)*

É alguma amiga, algum funcionário... Mas procurem-me para tomarmos um café.

Obrigada, novamente, ao Ministro pelo convite. Obrigada por poder dividir a sua experiência jurídica e de vida. E posso dizer aqui que já sinto saudade das suas histórias, com as quais somos agraciados em todas as reuniões.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – *(Falha na gravação)*... que trouxe a experiência de Juíza da Vara de Execuções Penais de São Paulo para a área de presídios femininos.

O Prof. Carlos Pessoa de Aquino, por favor.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – Eu queria pedir licença aos colegas e vou... Como tenho que passar no Depen, ainda, para tomada de algumas decisões, eu peço desculpas. Em seguida...

**O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO** – Eu queria pedir que V. Ex<sup>a</sup> ficasse um minuto apenas.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – Pois não. Fico.

**O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO** – Eu queria dirigir uma palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente; digníssimos Relatores Maria Tereza Uille Gomes e Dr. Augusto Rossini; meus queridíssimos, estimados e admirados colegas; eminente Dr<sup>a</sup> Nídea Sorci; entidades que aqui nos honram com suas presenças.

Há gratidão pelo prestígio de V. Ex<sup>as</sup> estarem aqui a nos brindar com o seu testemunho, nesse momento de coroamento e eu diria até de comoção e de emoção, porque é o sentimento do dever cumprido, é o ápice de tudo o quanto nós semeamos.

Sr. Presidente, já que o eminente Sub-Relator, Dr. Augusto Rossini, tem que se retirar, eu quero aqui externar a V. Ex<sup>a</sup> o meu mais escolhido abraço na vés-

pera do seu aniversário. Que nosso Senhor o proteja, pavimente seus caminhos, ilumine suas passadas e o conserve com muita saúde, com muita paz, no regaço da sua família. E que sua vida seja sempre assim edificante, profícua, reta e decente. Essa é a homenagem que eu gostaria de fazer a V. Ex<sup>a</sup>. E muito obrigado pelo convívio, por se ombrear conosco nesse desafio. E, tenha certeza, ombrear-se mesmo, até fisicamente, porque nós tínhamos a bancada ao lado e foi um prazer manter com V. Ex<sup>a</sup> esse contato. E tenha certeza de que nós ultrapassaremos os umbrais do profissionalismo para o campo pessoal.

Com muita honra, com muito prazer, para privilégio nosso...

**O SR. TÉCIO LINS E SILVA** – Dr. Carlos, por favor, diga que as suas palavras são proferidas em nome do coletivo.

**O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO** – Muito obrigado, Dr. Tércio.

Eu quero dizer que essa é apenas a extensão do sentimento que permeia todos os nossos pares. Esse é um abraço mais escolhido pelo colegiado.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Vem em litisconsórcio multitudinário, não é?

**O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO** – Eu gostaria que Dr. Rossini remetesse à Dr<sup>a</sup> Michele o nosso abraço de gratidão pelo apoio, por nos dar esse assessoramento e por ter despendido os seus esforços na construção e na materialização dessas nossas lutas.

**O SR. TÉCIO LINS E SILVA** – Dr. Carlos, inclua-me nessa parte também, por favor.

**O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO** – Dr. Tércio se incorpora nesse abraço.

Da mesma forma, o agradecimento à Dr<sup>a</sup> Maria Uille, estendido à sua equipe: Dr. André, Dr. Pedro, enfim, toda a sua equipe que tem abdicado dos seus prazeres e dos seus momentos de tranquilidade para se incorporar conosco na consecução das nossas ideias, de nossos pensamentos, de nossa luta.

Eu quero agradecer ao Senado Federal pela designação para compor este colegiado, Sr. Presidente, e também ao Superior Tribunal de Justiça, o qual V. Ex<sup>a</sup> representa, porque comungaram, nesse desafio, em favor dos verdadeiros anseios, das justas aspirações do nosso povo.

Nesse desiderato, nós tentamos aqui, numa heterogeneidade de composição homogênea no entendimento, nos esforços, no trabalho e nessa luta ingente para demonstrar à sociedade que essas pessoas que estão apartadas e confinadas no sistema prisional brasileiro efetivamente merecem também o conceito

de cidadania, de dignidade e de respeito. Toda essa problemática que assola o sistema prisional, onde as pessoas se excedem no cumprimento da pena, porque, além da questão temporal, também cumprem as suas penas no sentido do aviltamento da figura humana, da forma como eles se encontram no cumprimento dessa determinação judicial...

Nós fizemos – e este é um ponto que me tocou bastante – um trabalho no sentido do chamamento à responsabilidade dos segmentos mais vivos e latentes da nossa sociedade, para se integrarem nessa união de responsabilidade agrilhoados para atender em processo de comprometimento efetivo com o que acontece no sistema prisional. Não é mais possível, Sr. Presidente, nós aceitarmos o alheamento desses agrupamentos sociais que se passa no interior do sistema prisional, sobretudo neste instante, quando personalidades estão reclusas e a sociedade está a querer saber exatamente o que se passa nas vísceras, nas entranhas do sistema prisional: o que é esse cumprimento de pena, como se cumpre essa pena, como se progride a pena.

Nós passamos seguindo a sua mentalidade, a sua filosofia da desburocratização, da informalidade e deixar a situação dos carimbos, dos processos mofados, do esquecimento, do alheamento e daquelas pessoas que ficam como amontados em ergástulos insalubres, que desmerecem a condição humana.

Então fizemos um ajustamento processual, institucional, legal, de forma a atender exatamente aquilo que se quer no cumprimento de uma pena, caso contrário a sociedade é quem é estapeada ao final, porque voltam seres brutalizados, seres que ingressam numa escola do crime e retornam ao seio da sociedade deformados. E nós tentamos minorar esse retrato tão cruel quanto indigno para quem ali está.

Chamamos o Estado à responsabilidade, chamamos a comunidade, através dos seus conselhos, as instituições mais representativas do nosso povo para que venham e cumpram com o seu papel. Isso é muito importante. Esse é um ponto muito latente e muito agudo dessa nossa luta.

O sentimento que perpassa os nossos corações neste instante é o sentimento de dever cumprido diante de tudo quanto recaía sobre os nossos ombros. Creio que nós podemos olhar para trás e dizer para o nosso povo que fizemos um trabalho não só para o hoje, para os tempos hodiernos, mas um legado para os pósteros. Nós temos aqui um compromisso de toda a sociedade para com a Lei de Execução Penal, fazendo com que faça jus ao próprio nome: que se execute a pena, mas que se execute a pena dentro daquilo que a lei preconiza, sem uma hora a mais no tempo que

foi determinado pelo Poder Judiciário. E também que essa pessoa tenha toda a condição de exercitar o seu potencial humano no interior da unidade prisional na qual ele cumprirá essa decisão judicial.

De forma, Sr. Presidente, que eu quero fazer, por fim, já que tantos irão falar, um agradecimento especial a V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> transcendeu a figura do Ministro, porque precedeu a sua figura humana. V. Ex<sup>a</sup> é um ser humano muito especial, por sua sensibilidade, pelo seu carinho, por sua temperança, pelo seu equilíbrio, por sua visão moderna, por ser um homem de uma formação humana, filosófica e espiritual muito viva na sua personalidade. V. Ex<sup>a</sup> nos impregna com essa energia positiva que emana do seu ser.

De forma que também rogo preces a Deus que o ilumine, que o guarde, que o proteja, que materialize os seus sonhos. E creia que V. Ex<sup>a</sup> – aqui já citei certa feita – faz como o poeta mineiro Augusto Frederico Schmidt: transforma o efêmero na densidade do eterno. Saiba que V. Ex<sup>a</sup> está eternamente incrustado no meu coração, na minha lembrança e na minha saudade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado, Professor Carlos Pessoa de Aquino, querido amigo, pelas palavras que dirige a minha pessoa. Fico realmente muito sensibilizado, emocionado com elas. Muito obrigado. E tomo como incentivo para prosseguir numa longa vida. Já são 42 anos como Juiz, de modo que é muito tempo exercitando o aperfeiçoamento pessoal através da vida dos outros. A essa altura eu sou – se me permitirem o caráter pessoal – decano dos magistrados dos Tribunais Superiores em tempo de magistratura. Só havia um no meu tempo de Tribunal que era mais antigo do que eu de magistratura, o Ministro Peluso, que veio a se aposentar. De forma que agora carrego essas bandeiras com a responsabilidade que V. Ex<sup>a</sup> coloca sobre os meus ombros.

Muito obrigado. Fico muito emocionado com as suas palavras.

Pela ordem que eu anotei, Dr. Denis Praça, por favor.

**O SR. DENIS DE OLIVEIRA PRAÇA** – Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente, Ministro Sidnei Beneti, Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Relatora, Dr<sup>a</sup> Maria Tereza Uille Gomes, Exm<sup>os</sup> membros da Comissão de Juristas para a Reforma da Lei de Execução Penal, senhoras e senhores presentes, eu vou tentar, vou fazer um esforço para manter a principal qualidade das minhas manifestações, que é a brevidade, mas não poderia deixar de saudar no final dos nossos trabalhos a liderança serena, equilibrada do Ministro Sidnei Beneti que, ao mesmo tempo em que mostrou essa serenidade, esse equilíbrio, essa capa-

cidade de buscar sempre a construção do consenso, também foi capaz de mostrar firmeza e agilidade para conduzir as deliberações naquelas ocasiões em que o consenso se mostrava impossível – e algumas vezes o consenso foi mesmo impossível.

A nossa comissão é uma comissão heterogênea, são pessoas com diferentes experiências de vidas, diferentes experiências profissionais, diferentes formas de concepção do sistema penitenciário, diferentes visões de mundo e essa heterogeneidade deve ser saudada, porque é típica da democracia.

As comissões formadas por grupos de pessoas ideologicamente muito semelhantes são comissões de regimes autoritários. Então, eu acho que nós devemos saudar a nossa diversidade que fez com o consenso muitas vezes fosse impossível, mas ao mesmo tempo enriqueceu sobremaneira o nosso debate.

Eu fico muito honrado e gostaria de expressar essa honra de ter trabalhado com os senhores, com todos os colegas de comissão, durante a elaboração desse anteprojeto.

Certamente, se eu for capaz de absorver os ensinamentos que todos vocês aqui, em um momento ou outro, me passaram eu estarei saindo desta Comissão uma pessoa melhor do que aquela que entrou. Isso me deixa muito feliz.

Eu gostaria – vários aspectos importantes do anteprojeto de lei foram ressaltados aqui – de frisar o que já fiz no Superior Tribunal de Justiça. O que eu acho que é a principal marca desse anteprojeto, que é a marca da efetividade.

Nós tivemos a difícil missão de reformar uma lei que é uma lei boa, uma lei reconhecida pelo meio jurídico como uma lei que tem diversas qualidades, uma lei que estava à frente do seu tempo, uma lei moderna quando foi criada, mas que é uma lei que, de certa maneira não mostrou fôlego para enfrentar determinados desafios que o tempo foi impondo, não é? Como já ressaltamos, nós temos hoje a quarta população carcerária do mundo e isso exige alguns instrumentos que lei não dispunha, até porque ela é uma lei de outro tempo. E eu acho que nós procuramos, com muita qualidade, de maneira até muito eficiente, buscar esses instrumentos que vão dar efetividade a essa lei.

Não nos limitarmos a enunciar direitos. Ficamos atentos a questões orçamentárias que permitirão alocação de recursos que vão assegurar, de fato, a assistência educacional, assistência à saúde, a existência jurídica... Nos preocupamos com a questão que hoje é gravíssima, que é a questão do desvio de execução; nos preocupamos com a questão da super população carcerária, que inclusive incluímos no conceito de des-

vio de execução e criamos instrumentos para tentar superar essas questões.

Ao longo do tempo, a criminologia crítica já nos mostrou, muitas vezes, eu diria até na ampla maioria das vezes, a execução penal, o direito processual penal não são capazes de reinserir harmonicamente ninguém na sociedade, mas temos que estar preocupados permanentemente com a redução de danos.

Se a lei muitas vezes não vai ser capaz de ressocializar, ela sempre pode ser capaz de minorar os danos do cárcere. Acho que estivemos atentos para essas questões, e acho que essa é a principal qualidade do nosso trabalho. Tomara que o Senado Federal tenha aí a possibilidade de observar isso com muita atenção, para que possamos preservar essa linha do nosso trabalho, que vai ser muito importante, acredito eu, para a sociedade brasileira.

Muito obrigado pela oportunidade de estar junto com vocês durante todo esse período.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado, Dr. Denis Praça, e muito obrigado pelas palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra a Dr<sup>a</sup>. Nídea Sorci.

**A SR<sup>a</sup> NÍDEA RITA COLTRO SORCI** – Sr. Presidente, eu preciso me retirar por causa do horário do voo. Então, eu me despeço de todos e até a semana que vem.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não. Eu acho que, antes de prosseguirmos, devo declarar formalmente aprovado o texto do anteprojeto.

Então, agradeço a presença e as palavras da Dr<sup>a</sup> Nídea e agradeço ao Dr. Denis, também, inclusive no que se refere a mim.

O Dr. Marcellus Ugiette, Promotor de Justiça.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Dr. Marcellus, por favor, eminente Promotor de Execuções Penais do Recife.

**O SR. MARCELLUS UGIETTE** – Caro Ministro Sidnei Beneti, demais integrantes da Comissão, saúdo cada um de vós com o meu abraço e a satisfação de ter por esses dias trabalhado com todos vocês e sob a Presidência do Dr. Sidnei Beneti.

Gostaria de saudar a eminente Relatora, Dr<sup>a</sup> Maria Tereza Uille, e os colegas que já se ausentaram pela questão dos seus horários de voo e saudar também as pastorais ou a pastoral carcerária, que está aqui, que é um parceiro importante na execução da pena; os agentes penitenciários, a comissão de agentes que aqui se encontram e a todas as demais pessoas que



aqui vieram, como disse o Carlos Pessoa, testemunhar a finalização desse nosso trabalho.

Eu estava pensando que falar depois de todos os colegas que já falaram e antes daqueles que vão falar após a minha fala é sempre muito difícil. Mas estava lembrando aqui que, no mês de novembro para o mês de dezembro do ano passado, recebi a convocação ou designação do Senado Federal e, naquele momento, agradei a Deus por essa honra, pela honraria que Deus estava me concedendo, do mesmo modo que agradeço a Deus por ter combatido o bom combate, debatido um bom debate, e termos conseguido chegar a um bom termo e apresentar um anteprojeto. Mas me lembrava também que eu – como sou irreverente por natureza e naquela ânsia de começar aquele trabalho e de conhecer, porque para mim foi tudo muito novo, aquela convocação – busquei e consegui o telefone do Ministro Sidnei Beneti. E acho que fui a primeira pessoa, na verdade, a incomodar o Ministro Sidnei Beneti que teve paciência comigo. Nós falamos 45 minutos no telefone sobre os nossos temas, já ali ele passou a me conhecer e o tanto que eu ia dar trabalho nesse trabalho, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti)

– Conheci a colaboração que V. Ex<sup>a</sup> iria trazer.

**O SR. MARCELLUS UGIETTE** – Mas, Ministro, daquele instante em diante, mesmo sem vê-lo pessoalmente, eu já sentia que nós teríamos, então, uma Presidência sensível, sensata, e com todas essas virtudes que todos que me antecederam já falaram e especialmente com esse jeito gentil, firme, sereno, equilibrado com que V. Ex<sup>a</sup> conduziu esta Comissão e todas as nossas divergências e o debate. Como disseram todos, a divergência, o debate e o dissenso, até antes do consenso, nos fez engrandecer o trabalho e chegarmos a conclusões que nem nós mesmos esperávamos.

Então, sem dúvida nenhuma, foi muito importante a sua participação como Presidente, a sua forma de ser o Presidente para todos nós na Comissão. E agradecer a todos que nos ajudaram, como o Dr. Pedro, o Dr. André; os assessores da Dr<sup>a</sup> Maria Tereza; os assessores do Dr. Augusto Rossini; a Dr<sup>a</sup> Michele e os demais, e a todo o pessoal aqui. O Reinilson, que tem nos suportado no dia a dia, nas nossas reclamações, nas nossas ansiedades para chegar, para sair, enfim, a todas as pessoas do Senado; a Dr<sup>a</sup> Sílvia e sua equipe ali no STJ que, sem dúvida nenhuma, deram uma colaboração expressiva para que pudéssemos ter efetividade nos nossos trabalhos.

E quero agradecer também pela paciência e compreensão de todos, com os meus defeitos, a minha forma de lidar com as questões, muitas vezes até

pode passar uma imagem diferente, mas eu sou assim mesmo, lutador, sempre fui e vou continuar sendo, mas me quedo, me resigno quando na verdade sou convencido, como fui por várias vezes.

Quero ser breve, mas quero dizer que nós tivemos uma responsabilidade muito grande e cumprimos essa responsabilidade com esses objetivos que já foram falados, mas com esse eixo central de nosso trabalho na comissão, muito embora a Lei de Execução Penal seja uma lei boa, reconhecida aqui e alhures, até fora do nosso País, como uma lei muito boa, uma lei moderna, como é o Estatuto da Criança, o Código do Consumidor, mas a LEP precisava, sem dúvida nenhuma, de uma atualização, de uma contemporaneidade trazida pela Constituição de 88, que firmava a dignidade da pessoa humana como corolário de toda e qualquer ação do Estado, inclusive no que diz respeito à demanda do encarceramento.

Temos, sem dúvida nenhuma, como disse o Dr. Denis e os demais, uma população carcerária enorme. O Estado brasileiro não enfrentou e não procurou cumprir nem 10% do que a Lei de Execução Penal atual nos pregava, principalmente no que diz respeito à assistência total do preso, que não é mitigada pela demanda da sentença condenatória, que mitiga tão somente a liberdade. E isso fez com que a dignidade da pessoa humana fosse a cada dia sendo esquecida e olvidada no dia a dia do encarceramento e da execução da pena. E falamos isso do encarceramento porque não tratamos apenas do preso condenado, mas também do preso provisório, que hoje, no nosso País, beira a 65% das pessoas encarceradas.

Adequamos naquilo que foi necessário à Constituição Federal. Firmamos as garantias e fundamentos da Lei de Execução Penal. Construímos, como foi dito, instrumentos para garantir que, no mínimo, o Estado possa buscar. E, quando falamos Estado, falamos no sentido macro, os órgãos do Estado, como o Executivo, Defensoria, Judiciário, Ministério Público. Realmente, é a dignidade da pessoa humana, melhorando as condições para essa positiva reinserção ou reintegração social. Isso foi extremamente fundamental.

A limitação ao acesso de presos além da capacidade oficial, a valorização do papel do servidor penitenciário como protagonista da busca da reintegração social positiva, inclusive participando da formulação de políticas públicas, realmente como protagonista que é nesse contexto. A reafirmação de que a carreira de servidor penitenciário é uma carreira típica de Estado, evitando que unidades prisionais, tanto pública como em unidades prisionais terceirizadas, parceirizadas de cogestão, nós tenhamos pessoas que não sejam

agentes penitenciários, não sejam concursados e não sejam, realmente, da carreira típica de Estado.

Enfrentamos a questão da extinção dos HCTPs, modificando essa filosofia de encarceramento ou de custódia e tratamento do louco infrator, da pessoa com distúrbios mentais em conflito com a lei, destinando na forma da reforma da Lei Manicomial da reforma psiquiátrica ao sistema de saúde, consagrando assim os modelos que já temos e que são exitosos tanto em Minas Gerais, que é o PAI-PJ, quanto o Paili, em Goiás.

Firmamos uma posição no novo regime aberto e com novos contextos, direcionamentos e critérios, extinguindo a necessidade da Casa de Albergados, que nunca existiu. E enfrentamos também a questão do regime semiaberto.

Então, creio eu que fizemos um trabalho que pode ser, sim, aproveitado pelo Senado Federal em quase toda a sua totalidade. Evidentemente, que vamos sofrer com algumas mudanças de entendimento da própria Casa Legislativa, até porque não somos legisladores. Mas acho que o trabalho é um trabalho, como foi dito, futurista, visionário, que buscou efetivar, como disse V. Ex<sup>a</sup>, Ministro, um trabalho que quer dar efetividade, agilidade e factibilidade à Lei de Execução Penal.

Creio que esse foi o norte do nosso trabalho, o objetivo, realmente, de tornar essa lei factível, principalmente no sentido de, dotando as unidades prisionais e o trabalho do Estado nesse sentido de destinar a dignidade da pessoa humana que está ausente nos cárceres de todo o Brasil, certamente diminuiremos a reincidência, porque está provado que as penas alternativas e restritivas de direitos, mais uma vez, foram colocadas em destaque também nesse anteprojeto de Lei de Execução Penal. E nos oferta a certeza de que a média no Brasil de reincidência nas penas alternativas e das penas restritivas de direito é menor que 8%. Então, evidentemente, esse modelo de encarceramento, de segregação que está sendo utilizado pelo nosso País, é um modelo falido. Precisávamos modificar essa filosofia com responsabilidade social, e foi o que fizemos.

Então, encerro minhas palavras agradecendo a Deus e desejando que Deus abençoe V. Ex<sup>a</sup> e a todos que aqui participaram, indireta ou diretamente, da nossa comissão. Dizendo que fica no meu peito – sem a poesia do Carlos Pessoa, que é muito competente nessa questão também – que, sem dúvida nenhuma, o meu coração vai, sim, ter saudade e vai guardar a amizade que firmamos nesses dias aqui na comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado ao eminente Dr. Marcellus Ugietto.

Realmente, a experiência de V. Ex<sup>a</sup> foi muito importante para os trabalhos.

Tenho certeza de que esta Comissão termina apresentando os seus trabalhos, que não são de um. Realmente, entramos pensando algumas coisas em termos pessoais e saímos pensando coisas diferentes no coletivo. É um trabalho, realmente, de grupo, que é muito importante sempre para se produzir as melhores coisas para a sociedade.

Tenho agora o Dr. Maurício, o Dr. Técio, o Dr. Charles, Rassi e Gamil. Depois, vou franquear a palavra também aos nossos representantes de entidades presentes.

Professor Maurício Kuehne, por favor.

**O SR. MAURÍCIO KUEHNE** – Sr. Ministro, Presidente desta Comissão, Sr<sup>a</sup> Relatora, dignos membros, componentes aqui também da assistência, Pastoral Carcerária, representação dos agentes penitenciários, pretendo ser brevíssimo, porque acredito que tudo aquilo que foi objeto de debates nos trabalhos realizados por esta Comissão, de uma forma ou de outra, aqui foram salientados. Então, as minhas palavras mais servem para externar o agradecimento a V. Ex<sup>a</sup>, de quem recebi o convite para integrar esta Comissão.

Quero cumprimentá-lo pela excelência dos trabalhos, a forma como conduziu a realização, e transmitir aqui à Comissão, desde já, um apelo, porque eles serão os intérpretes autênticos da futura Lei de Execução Penal. E já vou começar a trabalhar com as minhas anotações e vou contar, sem dúvida nenhuma, com uma interpretação autêntica em relação aos diferentes dispositivos que, naturalmente, serão reformulados pelo Congresso Nacional.

Então, nada mais deveria ser dito neste inciso, senão novamente externar os agradecimentos e dizer que a saudade naturalmente vai ficar, porque ainda teremos um ou dois encontros talvez, mas aquela sistemática mensal vai desaparecer. Mas, por certo, amizades novas granjeamos, as antigas conseguimos reafirmar. E vamos tocando o barco à frente, na certeza de que cumprimos com o nosso dever.

Era apenas isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado, eminente Professor Maurício Kuehne, inclusive as palavras gentis que me dirige.

Há uma peculiaridade: quando comecei a estudar execução penal, na Alemanha, lá já estava o livro importante do Professor Maurício Kuehne, na biblioteca do Instituto Max Planck de Freiburg, em Breisgau. Isso lá pelos idos de 1990. Imagine que, desde aquele tempo, me abebero nas águas de V. Ex<sup>a</sup>, no grande conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>. Fico muito honrado de haver participado da nossa Comissão.

Professor Tício Lins e Silva, jurista, advogado, com todo um passado na área de execução penal, teve sobre os seus ombros, nada mais nada menos, essa tarefa no Estado do Rio de Janeiro.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. TÍCIO LINS E SILVA** – Presidente, obrigado.

Não vou ficar aqui cometendo o *bis in idem* de repetir as coisas boas que já foram ditas, mas é um dever de ofício, porque somos da mesma geração. Os seus 42 anos de magistratura, tenho 50, 49 de advocacia criminal, andando nos corredores do foro criminal. Então, são 45 anos de formado, mas 5 de contravenção penal. Comecei a advogar sem ser formado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Tem experiência dos dois lados. (Risos.)

**O SR. TÍCIO LINS E SILVA** – Sim, tenho dos dois lados. Teoria prática do Direito Penal, contravenção, no caso; mas está prescrito. Para tristeza dos promotores aqui presentes, está prescrito.

E dizer que, enfim, eu já conhecia a maioria dos companheiros desta Comissão; os que não conhecia passei a conhecer e a gostar. E dizer com a minha sinceridade que, se a magistratura brasileira fosse como V. Ex<sup>a</sup> e como a Nídea, a Justiça seria melhor. Se o Ministério Público brasileiro fosse como os promotores que integraram esta Comissão, também seria um outro Ministério Público.

Então, realmente foi um enorme prazer e um exercício de trabalhar com os contrários, porque eu não tenho ainda idade de ser abolicionista; estou a caminho de sê-lo, estou no caminho. Eu não acredito no Direito Penal, como é aplicado, como solução dos conflitos sociais. Não acredito na pena privativa de liberdade. Acredito em Von Ihering, “a história da pena é a história de sua constante abolição”. Não tenho idade, como eu disse, para ser inteiramente abolicionista, mas eu sou perto disso, vou chegar lá. Mas pude participar, ficando vencido em muitas coisas e dando a colaboração que achei que podia dar nessa condução primorosa que V. Ex<sup>a</sup> deu, buscando consenso. Como disse o Denis, quando não havia consenso, decidindo, ajudando, conduzindo com maestria.

O Presidente Sidnei Beneti é um ministro com exercício no Direito Privado, mas tem uma sensibilidade extraordinária para o Direito Penal e uma experiência, tem tese de mestrado lá atrás, e foi uma surpresa agradável conhecê-lo mais a fundo, ver sua experiência de homem público, de magistrado, de homem sensível, de humanista, culto, com conhecimento da alma humana, dado pela literatura e pelo estudo.

Então, isso foi formidável, embora se diga que o camelo é um cavalo desenhado por uma comissão,

o resultado do nosso esforço, do nosso trabalho, este anteprojeto de lei, espero também do fundo do meu coração que o Senado acolha e não o transforme num camelo, porque ele não é um camelo. Eu espero que o Congresso Nacional tenha a sensibilidade de perceber que o resultado dessa proposta, desse estudo, dessa sugestão, desse anteprojeto é resultado de uma múltipla experiência. Não é o resultado de um trabalho de curiosos, de irresponsáveis. Cada um de nós tem, no corpo, na vida, muito de experiência nesta área, responsabilidade, preocupação etc.

Então, eu espero, do fundo do meu coração, que o Senado e que o Congresso acolham, obviamente com toda a liberdade, porque os legisladores são eles, não somos nós, mas que tenha a sensibilidade de não desfigurar, de não transformar num camelo um trabalho que é digno e que me orgulho de dele ter participado. Não quero, no futuro, negar a paternidade e dizer que, apesar de ter o nome insculpido na história dessa nova legislação, se é que ela será transformada em lei, ter que negar a sua paternidade. Esse é o meu sincero sentimento, porque aqui é uma Casa múltipla, com todos os tipos de pensamento, e a experiência que a gente tem quando as coisas acontecem no plano legislativo, como acontecem na Justiça, como acontecem em todos os órgãos que são colegiados.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que foi, repetir e um pouco chover no molhado, um imenso prazer. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns. Eu acho que todos nós estamos de parabéns, cumprimos, com as dificuldades naturais e os embates que tivemos, há muita coisa na lei que não gosto, neste projeto, não gosto, mas fui vencido e certamente cada um de nós... Quer dizer, não é produto de uma unanimidade de pensamento. É produto de uma diversidade ideológica e de visão do mundo e de visão do Direito Penal e da Execução Penal.

Eu preferiria que fosse uma lei extinguindo a pena privativa de liberdade, porque eu posso lhe garantir, Presidente, que, se tirarmos dos 584 mil presos uns 30%, para fazer no barato, abrir 30%, tirar da prisão, a sociedade vai ficar do mesmo modo, não vai mudar nada. Porque o Direito Penal tem, infelizmente, a mesma preferência que a Teoria da Libertação, tem uma preferência extraordinária pelos pobres. Então, eu não tenho dúvida de que a população carcerária, que é um contingente significativo de injustiça, de pessoas que não foram defendidas, que não tiveram acesso a advogados, enfim, por todas as injustiças que os injustiçados de sempre sofrem. Tenho certeza de que, se nós abríssemos as cadeias para 30%, 40%, para um monte de gente que está lá e que poderia estar fora, não mudava a sociedade, não ficava nem mais nem menos violenta. Tenho certeza absoluta disso.



Mas, enfim, tomara que essa lei permita que esses instrumentos que nós criamos, que todos ressaltaram, que é de dar solução, não apenas acusar, não apenas sublinhar, não apenas enunciar direitos e situações, mas tentar dar saída, dar solução. Acho que esse é o grande mérito que tem esse anteprojeto. E oxalá assim pense a Comissão de Constituição e Justiça, o Senado e o Congresso Nacional, e que a gente possa se orgulhar da eventual Lei de Execução Penal que for produzida, que for promulgada, sancionada, a partir desse esforço que todos nós fizemos, cada um ao seu modo, e que possamos nos orgulhar desse trabalho.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, Ministro Sidnei Beneti; parabéns à Maria Tereza Uille Gomes, que foi também uma relatora impecável, tranquila, serena; ao Subrelator ou correlator, ao companheiro, membro da Comissão, Rossini, que também contribuiu, que permitiu, que conduziu um pouco essa coisa da redação, de oferecer o conteúdo sobre o qual nós decidimos.

De maneira que quero apenas dizer que foi um imenso prazer e lhes desejar muitas felicidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Dr. Tércio, é uma emoção muito grande ouvir as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, a quem respeito muito antes de o haver conhecido, é daquelas coisas de um respeito que vem de outros tempos, de tempos das notícias a respeito de V. Ex<sup>a</sup>, da atuação de V. Ex<sup>a</sup>, e foi uma honra para mim muito grande ter V. Ex<sup>a</sup> na Comissão.

**O SR. TÉCIO LINS E SILVA** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Dr. Roberto Charles, do Maranhão, por favor.

Pois não.

**A SR<sup>a</sup> MARIA TEREZA UILLE GOMES** – Eu gostaria de pedir licença, em razão do horário do voo, e, mais uma vez, parabenizar a liderança, a condução, pelo Ministro Sidnei Beneti, não só pela condução dele, mas pela amizade que ao longo desse período nós conseguimos constituir com todos os membros da Comissão, agradecendo a todos pelo brilhantismo e pela contribuição do trabalho. Agradecimento especial ao Pedro também, que não estava presente, ao Pedro e ao André também, ao Reinílson, que também estiveram conosco.

Muito obrigado, Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Nós que agradecemos.

Prof. Roberto Charles, por favor.

**O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS** – Ministro Sidnei, árdua tarefa falar após tão eloquentes discursos. Mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Com os 500 júris que V. Ex<sup>a</sup> já fez, eu tenho certeza

de que está em boas mãos. V. Ex<sup>a</sup> não tem experiência de execução penal, porque todos foram absolvidos seguramente.

**O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS** – Gostaria, Ministro, de confirmar...

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Fale com a experiência dos poucos que foram condenados.

**O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS** – Gostaria de confirmar a afirmação de que todos teriam sido absolvidos, mas, na realidade, não o foram; na realidade, foram absolvidos apenas 83,7% dos que fiz; os outros, lamentavelmente, foram condenados.

Ministro, cancelando todas as palavras dos colegas que me antecederam, em tudo o que falaram, mas com ênfase – e coloco muita ênfase – nas referências elogiosas que fizeram à sua pessoa, acrescento as minhas considerações de respeito, de admiração, que são despidiendas diante de tudo que já aqui falaram a respeito da sua capacidade de liderança, da gentileza com que o senhor nos tratou durante toda a condução desse trabalho, numa atitude que nos fez sentir iguais. Não havia hierarquia na Comissão. Não era pelo fato de a proposta ter sido trazida por um Ministro do STJ que, por vezes, inclusive, foi vencido e se curvou com dignidade, com lhanza e com grandeza à decisão do colegiado. Então, assim, isso para nós todos foi uma lição e uma lição que, sobretudo eu, guardarei com muito carinho de convivências diferentes, convivência plural, como foi a convivência nesta Comissão.

Mas gostaria de pontuar, Ministro, que a grande preocupação do operador do Direito é a profusão de leis e de normas que o nosso País é capaz de gerar – somos um País muito legiferante. E não só a profusão de leis, mas a profusão de entendimento na interpretação dessas leis. Então, se já temos muitas leis, muito mais ainda temos aplicações divergentes ou diferentes dadas a esses institutos normativos que são as leis que adotamos.

E, às vezes, questões absolutamente simples, por uma questão de vírgula, de um ponto ou de uma interjeição qualquer, pela capacidade de interpretação que o nosso povo tem, você acaba vendo decisões que pensamos que foram de casos absolutamente distintos, usando leis completamente divergentes, quando, na realidade, às vezes, foi julgada uma mesma situação e usando-se a mesma lei.

Certa vez, tive oportunidade de dizer que nós, na minha casa, fomos criados com muito poucas regras e que essas regras talvez pudéssemos contar com os dedos da mão, e meu pai dizia para nós todos – somos seis irmãos –: “Ou você fala a verdade ou você mente; você não tem meia verdade, você não tem omissão de

verdade. Ou você é honesto ou você é desonesto; você não tem mais ou menos honesto”. E eu dizia, naquela oportunidade, que eu procurei pautar a minha vida profissional, minha vida social, nesses princípios e que precisamos ter posições claras e tudo o que faço e que procurei fazer na vida, procurei fazer dentro dessa ótica de que as coisas têm que ser muito claras.

Acho que, traduzindo essa mensagem, está aquela sentença de que “não basta apenas ser honesto, tem que parecer honesto”. Você tem que ser e parecer honesto.

E fiquei muito feliz, não com seu primeiro discurso, porque não sou membro da Comissão de primeira hora, mas com o primeiro discurso seu que ouvi na Presidência da Comissão – já tinha ouvido outros –, quando o senhor dizia, de forma muito clara, aqui, nas reuniões do Senado: “Precisamos ter o cuidado de dotar a Lei de Execuções Penais com critérios absolutamente objetivos”. Critérios claros, normas que qualquer que leia seja capaz de entender o que ali se diz. E, claro, dentro desse contexto, levando também ao principal interessado na execução da pena essa clareza, ou seja, ao preso e à sociedade, no sentido de que, ao ser preso, teria que ter condições de dizer: “Estou preso, condenado a tanto tempo, no dia tal vou evoluir para o semiaberto, dia tal para o aberto e dia tal eu saio, se eu não cometer nenhuma falta ou nenhuma coisa que venha a agravar a minha situação aqui dentro”. Isso foi uma mensagem clara que o senhor fez questão de pontuar em todas as manifestações que fez e penso que, nesse caminho, nós trilhamos com sucesso e chegamos ao destino.

Acho que a Lei de Execuções Penais, como ressaltava o Denis Praça – que já não está mais –, que é uma lei muito boa, que é uma lei moderna ainda hoje, inclusive para referência mundial, mas acredito que fomos capazes de, neste caminho, melhorá-la, trazendo essas situações e essas circunstâncias que a tornem mais objetiva.

Claro que me irmano e aqui me ombreio com os oradores que me antecederam, no sentido de que esperamos, com muito alento e com muita confiança, que esta Casa saberá respeitar a espinha dorsal que foi colocada na lei. Não temos a pretensão de ter feito uma coisa perfeita nem de querer que a lei seja aprovada como nós trouxemos, porque entendemos que esta é uma Casa política, que responde aos anseios de uma sociedade inteira e não temos a arrogância de sermos os donos da verdade.

Mas, como um pai orgulhoso, como aquela coruja que olhava lá para o borreguinho, corujinho, e dizia assim: “O meu filho é o mais bonito da floresta”. Às vezes, não é essa a opinião dos outros. Mas esperamos que,

evidentemente, a espinha dorsal do que foi colocado nisso aí seja respeitada e que a lei possa efetivamente trazer um alento à sociedade brasileira no que diz respeito à sensação de impunibilidade ou de impunidade e de insegurança que o nosso povo brasileiro tem demonstrado, inclusive nas manifestações públicas que recentemente mobilizou – e continua mobilizando – a nossa população.

Observamos que a principal reivindicação que o povo brasileiro traz às ruas, numa manifestação belíssima, porque é uma manifestação que não é estimulada por qualquer interesse político que seja, é uma manifestação eminentemente popular de segurança. E, nesse contexto também, seguindo a sua orientação, tivemos a preocupação com o binômio respeito à cidadania dos que delinquiram, mas também daqueles que optaram por não delinquir, daqueles que seguem as leis e que pautam a sua conduta dentro das normas sociais estabelecidas para o convívio da população, que tem direito, como repetimos sempre, à segurança – como já disse –, a ir e vir, a um sistema educacional, aí falando em segurança no sentido *lato*, no sistema educacional eficiente, sistema de saúde eficiente, enfim, mas também no sistema de segurança pública *stricto sensu* que lhe permita a garantia de utilização de todos esses outros direitos que lhes são inerentes.

Eu acho que também neste contexto a gente evoluiu, não necessariamente abrandando o cumprimento da pena, mas humanizando-o, o que é importante que se registre. Não são sinônimos abrandamento e humanização. Você pode, inclusive, endurecer muito, mas endurecer fazendo com que o cumprimento seja feito de forma humanizada.

Assim, nesse contexto, caminhamos e acho que caminhamos bem; merecemos de nós todos os parabéns pelo trabalho cumprido. A sensação que temos todos hoje aqui, eu pude perceber na fala de todo mundo, a despeito da nostalgia que já se sente pela falta desse convívio agradável, mas a fala de todo mundo aqui reflete esse sentimento do dever cumprido, do atendimento ao chamamento que a Nação nos fez, e a gente acha que atendeu a esse chamamento no trabalho que a gente fez, no empenho de cada um com os seus sacrifícios pessoais. Enfim, mas a gente tem essa sensação agradável de felicidade e de dever cumprido. E vamos carregar agora para o resto da vida a alegria de termos participado da elaboração ou do estudo de um estatuto de extrema importância para a Nação, que é onde desaguam todas as leis penais do País; todas: Maria da Penha, Código Penal, Código de Processo Penal, lavagem de dinheiro, enfim, todas as leis penais do País acabam desaguardo aí execução da pena.

Portanto, é um trabalho de suma importância, como já frisava o Rossini na fala dele. A questão da execução – se muitos não estão no presídio –, mas a execução da pena hoje está todo dia na casa de todo mundo, nos jornais e na televisão, por conta de um trabalho eficiente da imprensa – e é importante que a imprensa esteja registrando esses fatos para que ela entenda que, até a despeito das grandes ocorrências na Justiça, recentemente, onde altas autoridades e pessoas do mundo político se veem agora submetidas a essa questão da execução da pena –; então é importante que a sociedade tenha consciência do que é que se está fazendo aqui, do que se fez e do que efetivamente ainda se fará.

Nesse contexto, eu me sinto plenamente realizado e feliz por ter participado, pelo convite que me foi feito para participar desta Comissão e encerro registrando aí já a nostalgia que a gente sente por estar terminando o trabalho. Eu tenho a impressão de que, ao final desta reunião, o senhor declarará encerrados os trabalhos desta Comissão, já com a data aprazada para a entrega do relatório – não chega a ser ainda um anteprojeto, mas é um relatório que vai ser submetido aos Senadores –, e aí a gente vai ficar à mercê da Comissão, se houver necessidade de voltarmos aqui para esclarecer alguma coisa ou para conversarmos, enfim, mas, efetivamente, os trabalhos da Comissão, eu imagino, o senhor os declarará encerrados.

Nesse contexto eu já aproveito para me despedir de todos os colegas formalmente, enquanto colegas da Comissão, e para pedir permissão a todos, o que também é uma solicitação pessoal, para que deixem a porta aberta para futuros contatos a respeito de outros temas, para conversar sobre amenidades também, para que a gente possa, eventualmente, se encontrar em outras plagas mais aprazíveis – não que essa não tenha sido muito aprazível –, mas em outras plagas mais aprazíveis, para outros temas, quem sabe, poesias, temos poetas aqui, enfim, outras discussões.

Os meus agradecimentos a todos; registro a satisfação de ter participado de um grupo de tão altas autoridades do mundo jurídico e, creiam-me, eu saio daqui muito, muito, muito enriquecido e muito feliz pela participação nesta Comissão, sobretudo sob sua liderança, Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado, Dr. Roberto Charles, pela suas palavras, inclusive a parte dirigida a mim e a que dirigiu também à Comissão, que, na verdade, engrandece-me muito com Presidente.

Há uma frase de *Os Lusíadas* que fala: “Dizei-me, o Sr. Rei, o que é mais excelente, se ser do mundo

o rei ou se, de tal, gente.”. E presidir uma Comissão como esta me engrandece muito.

Com a palavra o Prof. Gamil Föppel, da Bahia.

**O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE** – Sr. Presidente, inicialmente eu devo ressaltar, falo aqui em meu nome e em nome de todos os colegas, que, seguramente, os elogios e agradecimentos feitos a V. Ex<sup>a</sup> não são elogios meramente protocolares; todos nós aqui tivemos meses de convivência e acho que, como todos aqui, não sou eu dado aqui a fazer agradecimentos meramente graciosos, mas todos nós, ao longo desses sete meses pudemos conviver com uma pessoa que é exemplo nos mais diversos significados.

V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo de jurista, conhece a legislação como poucos; conhece Direito Comparado como poucos; conhece da jurisprudência como poucos. V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo de jurista, é um exemplo de Líder. Eu tento ler um pouquinho sobre liderança e digo, Ministro, que ao longo desses sete meses aprendi sobre liderança com V. Ex<sup>a</sup> muito mais do que eu aprendi ao longo de toda a minha vida lendo muito sobre liderança. V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo de Líder que consegue, ao mesmo tempo, ser eficiente, cumprir as metas e criar um ambiente de trabalho saudável, um ambiente de trabalho confortável.

E V. Ex<sup>a</sup> é, sobretudo, um exemplo de pessoa. Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, efetivamente é alguém em quem eu passo a tentar me inspirar para poder proceder. Poucas vezes eu vi alguém conduzir um trabalho de forma tão lhana, tão humana, tão cordata como V. Ex<sup>a</sup>. Então, acima de qualquer coisa neste momento, é um agradecimento e um reconhecimento por tudo aquilo que V. Ex<sup>a</sup> fez em relação aos trabalhos.

Também devo agradecer e cumprimentar, como eu já fiz mais cedo no STJ, agradecer aos ilustres relatores e cumprimentá-los; agradecer a todos os colegas de Comissão e cumprimentá-los pela árdua tarefa aqui que nos foi dada; e dizer, apenas e tão somente aqui em brevíssimos minutos, eminente Ministro, que esta Comissão teve uma preocupação muito grande em ouvir a sociedade civil em diversos momentos. Uma das marcas dessa Comissão foi a sua transparência, então é importante que fique devida e cabalmente registrado que houve diversas audiências públicas – houve audiência pública no Maranhão, houve audiência pública em Pernambuco, houve audiência pública no Rio de Janeiro, na Paraíba, houve audiência pública na Bahia –, então, nós nos ocupamos e nos preocupamos em ouvir a sociedade civil durante todo o tempo. Digo isso, Ministro, porque, por óbvio, todo e qualquer trabalho é sujeito a críticas, e nós não temos aqui a imodéstia de imaginar que um trabalho pensado por 11 pessoas vá passar imune às críticas. Mas eu quero crer que os



setores especializados e os setores técnicos não poderiam e não puderam ficar calados ao longo desses sete meses para apresentar as críticas somente depois, o que seria de uma conveniência, eu diria, lamentável: pessoas que passam meses e meses e meses caladas e esperam a apresentação de um produto final para criticar quando elas poderiam ter contribuído ao longo de todo o processo.

Também fazer um esclarecimento aqui e registrar que, ao longo desse trabalho, não houve qualquer ponto atinente à execução penal em relação ao qual esta Comissão tenha se omitido. Todos os pontos, por mais árduos, por mais sensíveis que fossem, foram devidamente apreciados por esta Comissão.

Eu devo ressaltar aqui apenas e tão somente alguns pontos que me chamaram a atenção, a preocupação que esta Comissão teve – a Lei de Execuções Penais é muito boa, verdade seja dita, mas foi pensada ainda antes do regramento constitucional de 1988 –, e esta Comissão teve uma preocupação em dotar a Lei de Execuções Penais também de constitucionalidade. Chama-me a atenção, por exemplo, a sugestão da revogação do art. 127, que ainda permitia a perda dos dias remidos pela falta de prática grave, e esta Comissão sugere a revogação desse dispositivo. Uma outra preocupação que permeou a Comissão foi a necessidade de evitar a superlotação, e aqui também, como bem disse o colega Denis, esta Comissão não fez sugestões vazias, não fez sugestões sem concreção; todas as propostas foram dotadas de concreção e apontando medidas concretas de como resolver os problemas. Esta Comissão sugere mecanismos concretos de evitar a superpopulação carcerária, com a convocação de mutirões carcerários, com a possibilidade de concessão de incidente de execução antecipadamente, para evitar essa nódoa da execução penal, que é a superlotação carcerária.

Também a Comissão sugere o término de uma anomalia, mas muitas coisas, lamentável e desgraçadamente, que não são normais se tornam comuns. Há anormalidades que se tornam comuns.

Ao longo de todo o Brasil, de norte a sul, há presos, há pessoas detidas em delegacias de polícia, o que é uma anomalia manifesta, e esta Comissão sugere que essa anomalia seja, de uma vez por todas, encerrada, por óbvio, concedendo aos Estados um prazo de quatro anos. Eu, seguramente, vejo nisso um grande avanço da Comissão.

A Comissão também, referindo uma sugestão feita pelo IAB, através do Professor Doutor Tício Lins e Silva, sugere o reconhecimento da detração, em consonância com a reforma do Código de Processo Penal, que foi promovida em 2011, para permitir que

sejam detraídas das penas as execuções de todas as cautelares, de todas as medidas contracautelares substitutivas da pena de prisão, porque havia um hiato, uma lacuna normativa, e esta Comissão se preocupou em relação a isso.

Outro ponto que me chamou bastante a atenção – e aqui, Ministro, eu me lembro da nossa segunda reunião, a primeira foi da nossa posse –, V. Ex<sup>a</sup> nos reuniu, ainda éramos um grupo menor e V. Ex<sup>a</sup> pediu que colocássemos quais eram nossas maiores preocupações com a Lei de Execução Penal. Felizmente, eu vejo que, pelo menos as minhas, quase todas elas foram contempladas.

A Comissão permite a execução penal provisória, desde que, por óbvio, ressaltado, para que as coisas fiquem bem nítidas, que só se admitirá a execução penal provisória se não for hipótese de concessão de liberdade condicional provisória. Se o sujeito estiver preso, nada impediria que fossem aplicados os incidentes de execução penal, por óbvio, desde que a ele não fosse cabível, ou a liberdade provisória, ou uma medida contracautelar da pena de prisão.

Então, Ministro, esses eram os registros que, eu diria, importantes. Saio daqui muito mais enriquecido do que entrei. Falo isso sem falsa modéstia. Eu aqui, sou, talvez, o mais inexperiente, o mais jovem. Aprendi muito com V. Ex<sup>as</sup> ao longo de todo esse período.

Uma das coisas que me preocupava quando eu assumi esse ônus de participar desta Comissão, como eu também me preocupei quando participei da Comissão de Reforma do Código Penal – eu tenho uma filha de três anos, o nome dela é Valentina –, em deixar como legado um trabalho que fizesse com que ela pudesse viver num mundo melhor do que o que nós vivemos.

Eu tenho certeza de que, se o Senado preservar a estrutura desse anteprojeto, os nossos filhos viverão num mundo muito melhor do que aquele que nós vivemos.

Então, muito obrigado por tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado, eminente Professor Gamil Föppel, pelas palavras dirigidas a mim e à Comissão. É uma honra ter V. Ex<sup>a</sup> integrando a Comissão e participando dos trabalhos.

V. Ex<sup>a</sup> salientou um aspecto muito importante. Esta Comissão optou para que as audiências públicas se regionalizassem, porque era uma fórmula de se atingir uma capilaridade maior do Território nacional, de tal maneira que foram encarregados de realizar as audiências públicas os eminentes integrantes da Comissão nos seus Estados, que, depois, trouxeram as suas conclusões nos escritos que conseguiram obter

e, também, nas observações pessoais, que vieram por intermédio das sugestões trazidas à Comissão.

Tivemos audiências públicas no Estado do Rio de Janeiro, Maranhão, Paraná, Paraíba, Bahia. De minha parte, fiz uma reunião grande com os desembargadores da seção criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo e com juízes das varas de execuções do Estado de São Paulo. Aqui, tivemos a oportunidade de termos a presença de representantes da OAB do Distrito Federal e do Ministério Público Federal, que nos honraram com a presença. Também essas sugestões vieram, em grande parte, em termos pessoais.

Eu tenho até muita alegria de ver que algumas sugestões que foram agora trazidas aqui pelo pessoal da área penitenciária, eles tiveram presentes as nossas preocupações e nós pudemos atender, por antecipação até.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Perdão. Pernambuco também, do Dr. Marcellus Ugietto.

Nós temos aqui alguns representantes da área penitenciária que nos honram com sua presença. Eu vou franquear a palavra. Naturalmente, se compreender de que deverá ser mais curto nesse caso, por ser uma possibilidade de falar, não sendo integrante oficial da Comissão.

Mas eu gostaria muito de ouvir aqueles que desejassem usar da palavra, ainda que rapidamente, neste momento que a Comissão vai encerrando seus trabalhos.

Sr. José Roberto Neves, representante da Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários...

Não está mais. Aqui, ele constava como primeiro. Não sei se eu tenho uma ordem em que gostariam de falar. Eu vou ler os nomes que tenho aqui. Se, porventura, não desejar falar, naturalmente, diga dessa impossibilidade. Senão, por favor.

Fernando Anunciação, Presidente da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários.

Por favor.

**O SR. FERNANDO ANUNCIAÇÃO** – Boa tarde, Ministro Beneti, boa tarde a todos, Excelências desta Comissão tão importante.

Eu estou há 22 anos no sistema Penitenciário e, hoje, me sinto orgulhoso e agradecido a Deus por ter permitido ainda viver este momento tão importante em nossa vida no sistema penitenciário, a Lei de Execução Penal sendo mexida após 30 anos de existência e ali lembrar o servidor penitenciário, aquele que, realmente, sem falsa modéstia, vai executar tudo isso que vocês botaram de importante, de alterações nessa Lei de Execução Penal tão sonhada por nós.

Eu fico feliz, volto a dizer, por ainda ser um sobrevivente do sistema penitenciário há 22 anos e poder ver essas alterações tão importantes para nós. Vocês botaram aí algo importantíssimo. É uma aberração, uma loucura o que acontece no sistema penitenciário, que é combater a superlotação.

V. Exª sabe muito bem a vivência nossa no sistema penitenciário. É inadmissível, Excelência, um presídio projetado, construído para absorver ali 300 homens presos, para cumprir sua pena – isso ocorre no meu Estado – e ali há 2.100 homens! Isso é um absurdo, isso é uma aberração da natureza, algo assim que...

Cada dia que eu entro naquele presídio, eu digo assim: meu Deus! Que País é este? Que mundo é este em que nós vivemos? Que sistema penitenciário é este em QUE nós vivemos?

Nós chegamos ao ponto de nosso digníssimo Ministro dizer: “O sistema penitenciário do Brasil é...”. E ele disse aquele nome horrível. Mas não foi longe, não. É mesmo aquilo que a gente vive no dia a dia.

Então, eu gostaria de agradecer, principalmente, às pessoas que a gente conhece e que saber que teve preocupação com a nossa situação.

Dr. Marcellus, temos certeza disso, V. Exª teve a preocupação conosco. O Dr. Maurício, que já foi nosso diretor do Depen, também contribuiu com isso. E o Dr. Rossini, sem dúvida nenhuma, também foi pessoa que, ao propor essa alteração, contribuiu com essa lembrança ao servidor penitenciário, aquele que vai exatamente executar essa tão honrosa tarefa.

Muito obrigado mais uma vez. Parabéns. Quando vimos o nome dos membros desta Comissão, eu pensei: agora sai algo diferente, porque os nomes, realmente, são de pessoas dignas e a gente tem muita honra em parabenizá-los pessoalmente nesta situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado pelas palavras de reconhecimento. Esperamos, realmente, ter atendido aquilo que é o ponto principal, chegando aos focos principais dos problemas, dentro das possibilidades da nossa Comissão.

Aqui, eu tenho também a Srª Jacira Maria, Diretora do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Mato Grosso.

Por favor.

**A SRª JACIRA MARIA** – Boa tarde, Ministro; boa tarde, Excelências, membros da Comissão.

É uma honra para nós estar participando do encerramento dos trabalhos da Comissão. Uma pena que não pudemos, por mais vezes, estar aqui, até prestigiando esse belíssimo que acredito V. Exªs devem estar encerrando.

Para nós, mais ainda, é uma honra estar aqui revendo o Dr. Maurício Kuehne, por quem temos um

carinho especial. Em 2009, estivemos juntos aqui; Dr. Rossini, que encontramos aqui, na saída, e gostaríamos de parabenizar também.

Ouvi algumas falas aqui que quase me levaram às lágrimas. Eu me emocionei, estou muito emocionada com isso tudo aqui. Não conheço o conteúdo ainda, mas sei que quase 30 anos depois de esta lei ser promulgada, V. Ex<sup>as</sup> fizeram o que parecia ser impossível para nós: estão trazendo um novo marco para a nossa realidade, para o Sistema Penitenciário.

Que Deus abençoe e que isso seja o marco de uma coisa maravilhosa que venha engrandecer. Para a gente que trabalha ali, que possamos ter um norte, um direcionamento, e que essa realidade da ressocialização possa vir a acontecer.

Por mais que muitas pessoas digam que não acreditam, eu acredito na ressocialização, eu acredito em uma segunda oportunidade. Por isso estou no Sistema Penitenciário. Amo o que eu faço e espero que, com essa alteração na legislação, também possamos dar um pouco mais de dignidade a essas pessoas e consigamos o nosso objetivo, que é a ressocialização e a reinserção social.

Obrigada e parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti)

– Obrigada pelas palavras e pela emoção das palavras. Isso me lembra a obra *Pauliceia Desvairada*, de Mário de Andrade, cujo prefácio se chama “Prefácio Interessantíssimo”, com a modéstia típica de Mário de Andrade. Nele ele diz: “De vós recebi o orgulho de meu ideal”. Que esse ideal realmente contagie a todos, que é o que nós desejamos.

O Sr. Anderson Pereira, da Fenaspem, está presente?

Por favor. *(Pausa.)*

**O SR. ANDERSON PEREIRA** – Boa tarde ao Ministro e a todos os juristas que fizeram parte desta Comissão.

Venho do Estado de Rondônia, que tem uma realidade triste de sistema prisional, com o presídio Urso Branco, de onde fui diretor, assim como de outras unidades.

Parabenizo pelo trabalho. A gente não conhece na íntegra ainda o trabalho, mas a gente sabe que ele foi feito por pessoas preparadas, competentes e experientes que conhecem o sistema prisional brasileiro e sabem que a sociedade precisa de resultados.

A gente vê que hoje o sistema prisional brasileiro não traz resultado para o indivíduo que volta ao convívio social. A taxa de reincidência é muito alta. Os crimes cometidos na sociedade brasileira, em sua grande maioria, são cometidos por oriundos do sistema brasileiro prisional. Sabemos que, com essa atualização na

Lei de Execução Penal, novos rumos podem vir para o sistema prisional, para quem está encarcerado e para quem está lá dentro, atuando na linha de frente, que é o agente penitenciário. Quanto a isso também está tomando um novo rumo, que está sendo discutido no Ministério da Justiça junto com o Depem.

Quero parabenizar o trabalho realizado por esta Comissão.

Nós, como federação, vamos trabalhar no Congresso Nacional para que esse projeto não seja alterado e que seja aprovado na íntegra. É um compromisso da Federação com a Comissão, pelo acesso que temos aos Parlamentares, pelas nossas bases. Temos experiências de projetos nossos pelos quais lutamos e, às vezes, até brigamos contra o Governo, tendo conseguido encaminhar esses projetos.

Então, são essas as palavras que quero deixar.

Um abraço a todos e parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti)

– Muito obrigado. *(Falha na gravação.)*

(...) de ir à sustentação das ideias principais, do fulcro principal do projeto, que realmente é de bastante avanço, como nós acreditamos, para toda a sociedade.

O Sr. José de Jesus Filho, da Pastoral Carcerária, já teve de se ausentar.

O Sr. Clemerson Gomes Sá, do Sinapem, também não pôde mais aguardar.

O Sr. Vilobaldo Carvalho, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciário do Piauí, está presente? *(Pausa.)*

Por favor.

**O SR. VILOBALDO CARVALHO** – Cumprimento o Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro, na pessoa de quem cumprimento os demais membros Deputado Comissão e os companheiros presentes.

Evidentemente, a Lei de Execução Penal é como se fosse a bíblia da execução penal, e nós, os operadores principais dessa lei na prática.

Apesar de desconhecer o conteúdo das alterações, mas percebendo a qualidade, o nível dos membros presentes na Comissão nós termos a certeza e a convicção de que nós teremos uma boa lei, apesar das considerações de que ali existe uma boa lei, mas que necessita, sim, ser aperfeiçoada.

Ouvi aqui ainda parte das considerações dos membros e, inclusive, parte das considerações do Dr. Carlos Aquino sobre as condições de insalubridade, a situação do ambiente prisional e como isso afeta o cotidiano das pessoas presas. E nós, operadores disso, somos também vítimas desse sistema, vítimas desse sistema, porque muitas vezes nós não temos o apoio do próprio Estado. Eu acredito que a lei pode aprimorar isso no sentido de fazer com que o Esta-



do cumpra efetivamente o seu papel no processo de execução penal e de dotar as possibilidades para que o servidor penitenciário possa efetivamente encarar o desafio de colocar esse desafio em prática. Então, espero e acredito que tenhamos uma boa lei. E nós temos de ter realmente o conhecimento desta lei, para que possamos colocá-la em prática, efetivamente, da melhor maneira possível.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Agradeço as suas palavras, que têm o conteúdo de uma ideia que vem em uma síntese muito feliz, Dr. Marcellus Ugietto: tirar o Estado da zona de conforto, para que ele realmente se movimente no sentido da melhor execução.

Jarbas de Souza da Fenaspen, Sindicato dos Agentes Penitenciários de Alagoas, por favor.

**O SR. JARBAS DE SOUZA** – Boa tarde a todos.

Primeiramente, parabênizo o trabalho de todos os senhores e agradecer a colaboração dos senhores para a nossa categoria, para a sociedade, na reforma dessa lei tão importante.

Também, pegando a fala do nosso companheiro Anderson, quero dizer que a gente também estará junto na luta pela aprovação da reforma da proposta com que os senhores hoje nos presenteiam.

Na minha fala, Ministro, eu gostaria de colocar para os senhores que, graças a Deus, essa reforma vem no momento em que a gente está travando um debate muito importante no Depen, em busca da reformulação da identidade da categoria, da função do agente penitenciário. Esse nome, por si só, não traduz o anseio do avanço das leis e a necessidade da sociedade. Penitenciar não é o mais importante; é preciso fazer o trabalho da execução penal como um todo, garantindo, evidentemente, a questão da segurança e a administração prisional voltada para a segurança, contanto que essa missão, ao final, seja devolver o cidadão à sociedade de forma segura para ele e para a sociedade. Esse debate tem avançado de forma muito importante.

Ainda estamos finalizando, mas, se Deus quiser, isso vai avançar para um projeto de uma lei orgânica nacional, criando a identidade do agente penitenciário. Hoje, já é consenso entre os companheiros que estão participando – do Depen, da Pastoral, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos – sobre a necessidade de uma nova nomenclatura: “oficial de execução penal”, de forma a traduzir mais a realidade do que a gente busca. Então, a nomenclatura “agente penitenciário” findaria e seria iniciado um novo momento do “oficial de execução penal”. E isso, graças a Deus também, com um instrumento legal mais moderno, mais atuali-

zado, espelhando as necessidades da sociedade, no qual nós vamos basear a nossa vida, a nossa função no dia a dia. Então, casa esse trabalho de V. Ex<sup>a</sup> e dos demais doutores com essa nova realidade que a gente está tentando construir.

Acredito que vamos juntar os dois projetos, Ministro, no Congresso. O País precisa. Nós temos uma população carcerária muito grande, com o nível aumentando.

Encarcerar não é solução para a violência, mas a gente vê as pessoas cada vez mais sendo encarceradas. Acredito que a gente está começando a dar um caminho melhor para a sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não. Muito obrigado pelas suas palavras cheias de conteúdo e de ideal.

É a hora de terminar os nossos trabalhos.

Nós tivemos, senhores integrantes da Comissão, uma Comissão que procurou caminhar com eficiência, de uma forma discreta, sem alarde, realizando o trabalho como são os trabalhos produtivos das pessoas; trabalhos realmente de muita seriedade, trabalhos de profundidade, trabalhos permitindo-se o debate, chegando-se à troca de ideias, de tal maneira que se buscassem as melhores soluções.

Tivemos em mira sempre a desburocratização da execução penal. Tivemos em mira dar transparência àquilo que se passa na execução penal, inclusive no tocante aos dados objetivos, tornando-os muito claros, por intermédio da utilização da informática, os tempos da execução penal, de tal forma que eles sejam previsíveis, que se saibam os dias em que a pessoa realmente vai ser colocada num regime sob progressão, e sobretudo que haja previsibilidade já informada por meios de comunicação e informática para todos. Especialmente para quem esteja sofrendo a condenação da pena, que tenha a perfeita noção do dia em que vai haver sua soltura. Para todos: para ele, para os agentes que trabalham nessa área da persecução, para os patronos, para o juiz, para todos. Procuramos organizar um sistema que seja operacional, factível, como aqui se disse.

Se conseguirmos, nessa lei, encaminhar para um resultado, que é a eliminação dessa chaga nacional, que é o reclamo da pena vencida ou de possibilidade de progressão do regime que não se tenha implementado, tenho a impressão de que isso já trará, realmente, um grande alento para todos nós que lidamos com o sistema penitenciário, sobretudo para aquele que padece da execução da pena.

Tivemos em mira chegar a uma execução penal de resultados concretos; resultados concretos e efetivos. Não tivemos preocupações outras que não fosse

o norteamento das nossas consciências pessoais. Não vimos nenhuma influência em termos de ideologia de nenhum dos institutos políticos ou penológicos mesmo. Procuramos ser profissionais concretos para atingir resultados concretos e chegar a trazer esse vetor da concretude da execução penal previsível, transparente, clara, com todos os elementos, como devem ser para a sociedade.

O progresso das instituições se dá mais ou menos como um instituto que nós conhecemos bem do Direito, que é o aluvião. O aluvião são aquelas camadas que vão se somando e que depois constroem uma realidade diferente no terreno em que se aplica esse instituto do aluvião. Assim também noto que isso vai acontecendo na execução penal. Inclusive, noto no tocante ao trabalho conjunto das diversas carreiras jurídicas, diversas atividades que se juntam na execução penal.

Visto o sistema judiciário, o sistema brasileiro, que agora tratamos na execução penal, vimos que mesmo os figurantes, as pessoas que fazem o sistema vão progredindo muito. Vão progredindo muito até de qualidade. Todas as pessoas envolvidas. E as carreiras também vão se acertando, vão se tornando mais previsíveis, mais garantidas, e é isso que também procuramos, no nosso trabalho de construção de uma nova Lei de Execução Penal, nortear.

Não posso, neste momento, deixar de agradecer a algumas pessoas importantes para esse nosso trabalho. Em primeiro lugar, aos senhores integrantes da Comissão. Realmente, trabalharam muito, com grande compreensão, sustentaram os pontos de vista, e foi um trabalho gratificante. Eu me senti muito honrado de ter a Presidência de um grupo como este: idealista, procurando o melhor, trabalhando com clarividência e deixando de lado, realmente, as posições que fossem puramente individuais, individualísticas, ainda que continuando a sustentá-las, como deve ser feito por todo e qualquer ser humano treinado na liberdade, como somos todos nós.

Também devemos todos nós agradecer às nomeações: à nomeação inicial do passado, do Presidente do nosso Senado Federal, do Senador José Sarney, e depois do Senador Renan Calheiros, que ratificou todos que já estavam integrando a Comissão e que veio a acrescentar os novos na realização destes trabalhos.

Agradeço aos funcionários do STJ, que nos ajudaram nesse trabalho, a começar, permito-me ressaltar, pela minha chefe de gabinete, e também a compreensão do Presidente do STJ, o eminente Ministro Felix Fischer, que disponibilizou todo o aparelhamento do STJ para as nossas reuniões informais, realizadas no nosso tribunal; e mesmo aos funcionários que nos serviram tantas vezes com tanta boa vontade. Via-se

realmente nesses funcionários a impressão de que estava ocorrendo alguma coisa de importante no tribunal, que era nada mais, nada menos do que o novo desenho da execução penal. Não é preciso ser jurista para entender que a matéria tem muita importância para toda a sociedade.

Eu via, às vezes, aqueles funcionários presentes, como servidores, garçons, pessoas que cederam às suas salas, os seus trabalhos, e tinha a impressão de ver, nos olhos dessas pessoas, um respeito por aquilo que se fazia de importante para todos e para as convivências dessas pessoas nas suas cercanias e nas suas famílias.

Também quero agradecer aos funcionários do Senado. Quero depositar esse agradecimento na pessoa do Reinilson, pedindo que transmita a todos os demais do Senado, que trabalharam também para realizar esses trabalhos, muitos dos quais não chegamos a ter conhecimento. Mas, sem dúvida, os grandes edifícios são assim: se não são as pedras todas somadas, eles não se constroem. De maneira que chegamos a um trabalho graças a esse trabalho de todos que aqui se dedicaram.

Uma vez eu participei da cerimônia de quarentenário da Escola da Magistratura Francesa, em Bordeaux. E ali o encerramento foi feito, naquela época, por um Senador francês, mas um grande jurista, que é Robert Badinter. Robert Badinter foi o autor nada mais, nada menos que do projeto de lei, como Senador, que veio a extinguir a pena de morte na França. A França esteve entre os últimos países ocidentais a extinguir a pena de morte, e Robert Badinter foi o Senador que propôs esse projeto e que lutou, no parlamento francês, para a sua aprovação.

Ele tem um livro que se chama *A Execução – L'Exécution* –, em que ele conta, como advogado, o caso Bontemps, que foi o caso de um cliente que foi executado. Foi a última execução à pena de morte na França.

Robert Badinter, um advogado tão experiente, um Senador tão experiente, qual foi a mensagem que ele reservou para o final do quarentenário, dos 40 anos da Escola da Magistratura Francesa? A mensagem que ele reservou foi a seguinte: “Todos, sempre, os juizes, eu os ouvi reclamando das condições da Justiça, reclamando das condições de trabalho, o meio jurídico reclamando, mas eu queria salientar – disse Robert Badinter – uma faceta muito importante dos trabalhos dos juizes, dos trabalhos de todos os profissionais de Direito, que é ter a satisfação, o prazer realmente de realizar alguma coisa útil pelo ser humano através da Justiça”.

Eu tenho a impressão de que a nossa Comissão termina com essa imagem. Realmente, diante de um tema tão difícil, tão espinhoso e tão sofrido quanto execução penal, nós terminamos com muita alegria, ao poder colaborar, de alguma forma, com o nosso trabalho, para tentar a melhoria das coisas.

Com essas palavras, declaro encerrados os trabalhos da nossa Comissão, lembrando que nós temos a entrega formal dos trabalhos ao eminente Presidente do Senado Federal no dia 5.

Também, neste momento, se não houver oposição da parte dos eminentes integrantes da Comissão,

declaro aprovadas as duas atas das últimas reuniões da Comissão.

Estando de acordo, estão aprovadas.

Estão encerrados os trabalhos da Comissão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

*(Iniciada às 16 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 30 minutos.)*



Ministro **Sidnei Agostinho Beneti**, Presidente .





**PODER LEGISLATIVO**  
**SENADO FEDERAL**  
**SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL**  
**PREÇO DAS ASSINATURAS**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>
--------------------	-----------------------

**EMISSION DE GRU PELO SIAFI**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>	<b>COD. - 70815-1</b>
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**  
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**  
**CNPJ: 00.530.279/0005-49**

Edição de hoje: 256 páginas  
(OS: 10005/2014)

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

